



**VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016**

VI CONTEXTOS E CONCEITOS MOSTRA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO

Coordenação: Profa. Dra. Adriana Couto Pereira

Equipe: Prof. Me. Alexandre Milkievics Sanches
Prof. Me. Rodrigo Batista de Almeida

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
ARTIGOS	10
A estética relacional no ensino da arte: uma proposta de prática	11
A ética médica no atendimento de pacientes Testemunhas de Jeová em potencial risco à hemotransfusão – uma abordagem bioética e jurídica	19
A ética na moda – originalidade de estilo e controle dos padrões.....	28
A expansão do Direito Penal no ordenamento jurídico brasileiro: uma análise a partir do julgamento do <i>habeas corpus</i> 126.292/SP.....	37
A Gestão Democrática da Escola Pública e a Escolha dos Diretores das Escolas Municipais: Divergências e Convergências nos Municípios Paranaenses de Palmas e Clevelândia	43
A Importância da Educação Física na Melhoria da Aptidão Física para a Saúde e para o Desempenho Esportivo em Escolares	57
A IMPORTÂNCIA E A APLICAÇÃO DE JOGOS SÉRIOS NA APRENDIZAGEM INTRODUTÓRIA DE PROGRAMAÇÃO	66
A inefetividade das leis na América Latina.....	70
A Justiça Gratuita sob a égide do Novo Código de Processo Civil.....	80
A Justiça Restaurativa Aplicada na Área Educacional como Prevenção da Prática do Bullying .	93
A personalidade constitucional e (anti) democrática do STF: uma análise da interpretação dada à Lei de Anistia	107
A relação entre a ciência e a divulgação científica atual	119
A viabilidade da produção e comercialização de batata salsa em uma propriedade rural do município de Manguairinha - Paraná.....	125
Abrindo a discussão sobre a Ditadura Militar no Ensino da ARTE: A opressão nas representações cênicas e sua relação com a Indústria Cultural.	138
Aspectos controversos da justiça restaurativa e os princípios da obrigatoriedade e indisponibilidade da ação penal.....	145
Assistência Litisconsorcial	154
Avaliação antimicrobiana do extrato hidroalcoólico da Macelinha (<i>Gamochaeta purpúrea</i> (L.))	162
Avaliação da atividade antimicrobiana do óleo essencial de <i>Eugenia uniflora</i> L. (pitanga)	169
Avaliação de substratos alternativos para produção de mudas de alface	178



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

Brinquedoteca: Espaço de Formação para o Curso de Pedagogia.....	190
Capas de revista publicadas no período pré- <i>impeachment</i> enquanto gênero de discurso	197
Cerveja com adição de plantas medicinais, os benefícios do consumo contínuo e moderado em doentes crônicos: uma revisão de literatura.	206
Doença mental, medicalização da sociedade e luta antimanicomial na perspectiva do cinema	211
Educação em Escola em Tempo Integral. A possibilidade de melhoria no Processo Educacional. Realidade ou Mito?	222
Educação ética: o que a escola tem a ver com isso?.....	230
ENSINO DA LÍNGUA ESTRANGEIRA – INGLÊS: OFICINAS DE APRENDIZAGEM	236
Espécies de Asteraceae registradas no município de Palmas, PR.....	248
Estudo da biomassa pirolisada em baixas temperaturas para a remoção do íon cobre II em meio aquoso.....	257
Eutanásia: Direito à Vida e à Dignidade ao Morrer.....	267
Fotografia Teatral e a Escola – tecnologia adentrando o ambiente escolar e mediando uma prática pedagógica	280
FUNDEB: Financiamento para melhorias na educação do Brasil.....	288
Gerenciamento dos Canais Integrados de Marketing: um Estudo Bibliográfico	298
Gestão Financeira Escolar Descentralizada: Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).....	311
Instâncias Colegiadas da Escola: Associação de Pais e Mestres, Grêmios Estudantil, Conselho de Classe e Conselho Escolar	320
Intervenções em escolas apresentando a importância do controle populacional de animais de rua	329
Levantamento da entomofauna de interesse forense em áreas de mata e borda em Palmas, PR	335
Mentir pode ser uma conduta ética?.....	342
Modelos didáticos na promoção da saúde	348
Monitoramento de fauna atropelada nas rodovias SC-155 e PRC-280 no entorno de uma unidade de conservação	359
Nível de entendimento dos consumidores de Palmas/PR a respeito dos produtos <i>light</i> , e, determinação do percentual de redução no teor de gordura de produtos alimentícios que possuem esta informação em sua rotulagem.....	368
Notas sobre desobediência civil: um ideal liberal.....	376



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

O Direito Penal do Inimigo e seu rompimento com as bases principiológicas do Direito	383
O enfermeiro e o cuidado ao idoso hospitalizado	392
O instituto da medida de segurança: em que medida há segurança?.....	401
O Parto humanizado e sua importância: uma revisão integrativa.....	411
Olimpíadas de português e matemática nas escolas públicas: quais as contribuições para o ensino- aprendizagem dos alunos?.....	419
Pensar a educação a partir dos clássicos: antigas questões, novos desafios para a formação de professores.....	426
Percepções do Ambiente Escolar através do Censo Escolar	440
Práticas de Enfermagem no Modelo Psicossocial.....	447
Recuperação Judicial e à Falência e Suas Implicações Contábeis e Sociais.....	457
Relato de experiência: Participação no Fórum Franco-Brasileiro Ciência e Sociedade ocorrido na França em outubro de 2015.....	470
Sustentabilidade Empresarial.....	478
TRANSMISSÃO DOS Saberes da terra.” O ato de narrar histórias das mulheres idosas QUILOMBOLAS, DO MUNICÍPIO DE PALMAS. Paraná.....	484
Transporte escolar: direito de todos, dever do Estado.....	501
RESUMOS	508
A construção de material didático como ferramenta em educação em saúde no projeto extensionista de Doação de sangue e medula óssea	509
A caracterização do instituto jurídico da posse pela visão de Rudolf von Jhering	510
A ciência dos alimentos nas reportagens de revistas de grande circulação: do pesquisador ao público leitor	511
A educação em saúde como ferramenta na captação de doadores de sangue e medula óssea.	513
A escola promovendo novos olhares sobre a alimentação	514
A Importância da Avaliação do SAEB	515
A importância da extensão na vida acadêmica através do Projeto Rondon.....	516
A Importância da Sistematização da Assistência de Enfermagem em paciente com Diabetes Mellitus.....	518
A Influência do PIBID na Evolução da Aptidão Física Relacionada a Saúde em Escolares de 7 a 10 anos no Município de Palmas – Paraná	519
A LEITURA DE IMAGENS COMO MÉTODO PEDAGÓGICO NA ALFABETIZAÇÃO VISUAL.....	520



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

A literatura e a pintura em <i>Marília de Dirceu</i> (Liras I, III e XXXIII - Parte I) de Tomás Antônio Gonzaga: poéticas do retrato e do autorretrato.....	521
A NECESSIDADE DA GOVERNANÇA TRIBUTÁRIA NA SUBSTITUIÇÃO DO ICMS.....	522
A <i>performance</i> ardilosa do narrador em <i>Dom Casmurro</i> , de Machado de Assis.....	524
A Personalidade Jurídica diante dos avanços tecnológicos	525
A Presença no Realismo Mágico no “Memorial do Convento” de Saramago.....	526
A Qualidade do Sono de Mulheres Idosas Participantes de um Projeto de Pesquisa e Extensão do Ifpr do Campus Palmas.	527
A representação da escravidão na literatura de Machado de Assis	529
A representação da identidade nacional em <i>Quincas Borba</i> , de Machado de Assis.....	530
A RESISTÊNCIA MUSCULAR LOCALIZADA (ABDOMINAL) EM ALUNOS DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE PALMAS PARANÁ.....	531
A Teoria Humanística da Pintura na ficção de José Saramago: interfaces de linguagens artísticas	532
Acadêmicas de enfermagem na coordenação de grupos de promoção de saúde mental infantil	533
Acolhimento da demanda espontânea em Unidades Básicas de Saúde: uma revisão de literatura.....	535
ANÁLISE COMPARATIVA DA UTILIZAÇÃO DO DECRETO 3.822/2012 DO ESTADO DO PARANÁ NA TRIBUTAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL ANEXO I	536
Análise do Índice de Massa Corporal em Escolares entre 8 e 13 anos de uma Escola Municipal pertencente ao Programa PIBID de Palmas - PR.....	538
Aplicação dos Indicadores de Ecoeficiência nas Empresas que Buscam ser Sustentáveis.....	539
Aprimoramento e realização de aulas práticas diversificadas para facilitar a aprendizagem de conteúdos e o desenvolvimento de habilidades científicas	540
As cavalhadas: um conceito artístico dos elementos cênicos apresentados na manifestação cultural do município de Palmas.....	542
As Certificações FSC E CERFLOR e seus Benefícios.....	542
As metáforas verbo-visuais nas capas da revista <i>Veja</i> no contexto dos <i>impeachments</i> presidenciais: dialogismo e a intertextualidade	544
Asilidae (Diptera) do Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas: variações ao longo de um ano	545
Atenção em saúde sobre HIV/AIDS na população idosa: uma revisão de literatura.....	546



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

Auditoria Ambiental em Empresas Privadas.....	546
Avaliação da atividade antimicrobiana das lactonas sesquiterpênicas obtidas a partir do extrato foliar de <i>Smallanthus sonchifolius</i> (Yacon) frente às cepas de <i>Candida albicans</i> , <i>Candida tropicalis</i> , <i>Salmonella tiphy</i> e <i>Bacillus cereus</i>	548
Avaliação das taxas de clorofila da flora da região de Palmas - PR	549
Avaliação do extrato de <i>Rhododendron sp.</i> monitorado através de espectroscopia de ultravioleta visível (UV-Vis)	550
Avaliação sobre o conhecimento e consumo de alimentos orgânicos pelos estudantes do curso Técnico em Alimentos do IFPR Campus Palmas.....	551
Caracterização microscópica de órgãos vegetais de <i>Strelitzia reginae</i>	552
Comunicação Android-Arduino Usando Protocolo Firmata.....	553
Conscientização gerando ação: Combate ao <i>Aedes aegypti</i>	554
Construindo historias a partir do teatro lambe – lambe	556
Desenvolvimento de método analítico para determinação de chumbo em amostras de soja usando espectrometria de absorção atômica de alta resolução por forno de grafite e análise direta	557
Desenvolvimento e caracterização de vinho espumante de amora-preta (<i>Rubus sp.</i>) cultivada no município de Palmas no Estado do Paraná.....	558
Distribuição de Combustíveis com Sustentabilidade e Proteção ao Meio Ambiente.....	559
Do conto “o país das quimeras” ao “excursão milagrosa”: um estudo comparativo da reescrita machadiana.....	560
Enfermeiros da Alegria – um relato de experiência sobre o contexto da humanização no ambiente hospitalar.....	561
Estudo comparativo da atividade antimicrobiana <i>in vitro</i> do extrato aquoso e etanólico de <i>Baccharis dracunculifolia</i> , contra <i>Escherichia coli</i> e <i>Staphylococcus aureus</i>	562
Eu, "Robota": A Possível Trajetória da Personalidade Jurídica do Robô.....	563
Evolução Histórica do Marketing	564
Florestan Fernandes, o Projeto UNESCO e o estudo do negro na sociedade de classes.....	565
Grupo de educação em saúde com gestantes: relato da experiência de acadêmicas de enfermagem	567
Identificação e caracterização de bactérias resistentes à antibióticos em unidades de Saúde de Pato Branco-PR.....	568
Insetos em nossa casa: fauna urbana de insetos no Município de Clevelândia, Paraná.	569



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

Insetos visitantes do manjeriço (<i>Ocimum basicum</i> L.) em área urbana	570
Investigação de parâmetros físico-químicos dos corantes alimentícios amarelo de tartrazina (AMT), amaranço (AMR) e azul de indigotina (AZI).....	570
Levantamento de abelhas e vespas que nidificam em cavidades preexistentes no Instituto Federal do Paraná campus Palmas	572
Métodos de análise de estrutura patrimonial	572
MURALISMO: arte, cultura e pós-humanismo	574
Nível de Flexibilidade de Escolares Participantes e Não Participantes do PIBID	575
Níveis de Resistência Aeróbica de Alunos da Escola Municipal Tia Dalva de Palmas no Paraná	576
Notas sobre o Projeto Rondon – NER/UEDESC: Operação Portal do Oeste	578
O ensino e os jogos esportivos nos primeiros ciclos na aprendizagem	579
O papel da infecção floral na epidemiologia da Mancha Foliar de <i>Glomerella</i> em macieira. ..	580
O Processo de Trabalho dos Enfermeiros na Estratégia de Saúde da Família no município de Palmas – PR	581
O que mata mais? Roedores e zoonoses a eles associadas ou a falta de conhecimento?	582
O Teatro de Sombras no 7º ano A do Colégio Estadual Alto da Glória em Palmas- Pr	583
O Trabalho do Enfermeiro no Acolhimento da demanda espontânea na Estratégia de Saúde da Família do município de Palmas- PR	584
O Uso de uma Ferramenta de <i>Business Intelligence Open source</i> para Extração, Transformação e Carga de Dados.....	586
Obtenção de indicador natural de pH a partir de extrato de repolho roxo.....	587
Os Benefícios do Voleibol para a Saúde de Crianças e Adolescentes	588
Os Clássicos da Educação e PBIS: Discussões e Debates para Pensar a Escola.....	589
Os desafios encontrados no cuidado ao paciente com Alzheimer: uma revisão integrativa ...	590
Os Impactos Positivos do Subprojeto de Educação Física do PIBID na Rotina Escolar da Escola Municipal Senhorinha Miranda Mendes.....	591
Os insetos resistem ao frio? Diversidade da entomofauna no período de inverno em ambientes distintos em Palmas, Paraná.	592
Performatividade teatral na escola: uma pesquisa sobre o posicionamento do aluno enquanto indivíduo e suas relações quanto aos padrões culturais e sociais	593
Pesquisar em animais é ético ou não?	594
PIBID e seus Benefícios para a Educação Física Escolar	595



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

Preconceito de <i>origem</i> e de <i>marca</i> : estudo das relações étnico raciais em Oracy Nogueira...	597
Prevenção ao uso de drogas na escola: você pode escolher um outro caminho!.....	598
Primeira participação do IFPR – Campus Palmas no Projeto Rondon	599
Produção de sabão ecológico como ferramenta de Educação Ambiental	600
Programa Mais Educação – A internet e o Ensino de Ciências em Palmas – PR.....	601
Projeto de Responsabilidade Social: Levando alegria às crianças e adolescentes do CAM – Centro de Abrigo Municipal	602
Responsabilidade da/para/na cidade, à preservação do meio ambiente	603
Responsabilidade Social: Comparação entre o Relatório Social 2013 da Sanepar e o Relatório Social 2013 da Sabesp	604
Projeto Roda de Conversas: as drogas em foco.....	606
Sexualidade na escola	607
Sistematização da Assistência de Enfermagem ao paciente com Dreno de Tórax – um relato de experiência	608
Sistematização da Assistência de Enfermagem ao portador de colostomia – um relato de experiência.	609
Teatro de Fantoche	610
Teatro de Sombra com método de Aprendizagem na escola.....	611
Teatro de sombras: uma possibilidade para o ensino da arte na linguagem teatral na escola, a partir das narrativas orais.	612
Teatro Musical e Multiplicidade.....	613
Tratamento hidrotérmico de carvão de <i>Eucalyptus sp.</i> em autoclave para o desenvolvimento de suportes bioinorgânicos.....	614
Uso da Contabilidade Ambiental nas Indústrias Madeireiras de Palmas - Pr	615
Uso de bioindicadores para o monitoramento de substratos contaminados por fármacos....	616
Zika vírus, dengue e chikungunya: Foco na Prevenção.....	617



**VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016**

APRESENTAÇÃO

O ano de 2016 foi um ano bastante atípico para toda a comunidade do IFPR *campus* Palmas. Recuperando-se da greve docente de 2015, o *campus* teve seu calendário alterado para contemplar a reposição das aulas e, dessa forma, no mesmo ano tivemos duas edições da Contextos e Conceitos: uma em fevereiro e outra em setembro.

Nessa sexta edição, foram submetidos 54 artigos completos e 94 resumos expandidos, provenientes dos cursos de graduação e dos cursos técnicos de nível médio. Acreditamos que o grande número de resumos possa ser creditado ao menor intervalo de tempo disponível para a elaboração de trabalhos mais consistentes, aliado ao interesse em participar do evento e ter o reconhecimento do esforço dos docentes e bolsistas na publicação que se segue.

Nós da equipe Contextos e Conceitos nos orgulhamos em apresentar o resultado desse esforço conjunto e validar a prática da pesquisa e da extensão nessa nova edição dos Anais do Evento, e agradecemos a participação de todas as pessoas envolvidas!

Objetivos do evento:

Objetivos gerais:

- Fomentar atividades de pesquisa e extensão no IFPR *campus* Palmas;
- Promover discussões a respeito dos rumos da pesquisa e extensão deste *campus*;

Objetivos específicos:

- Divulgar os projetos já implementados, tanto de pesquisa quanto de extensão;
- Desenvolver e motivar atividades de pesquisa e extensão entre os alunos;
- Aprimorar a vivência científica do corpo discente desta instituição;
- Apresentar os resultados da vivência acadêmica do alunado nos últimos 12 meses.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

ARTIGOS

A ESTÉTICA RELACIONAL NO ENSINO DA ARTE: UMA PROPOSTA DE PRÁTICA

Fernanda Suelani Catarina (e-mail: fernanda_suelani@yahoo.com.br)¹

Douglas Colombelli Parra Sanches (e-mail:
douglas.sanches@ifpr.edu.br)²

1 Estudante do Curso de Licenciatura em Artes Visuais – IFPR Campus Palmas

2 Professor do Curso de Licenciatura em Artes Visuais – IFPR Campus Palmas

Resumo:

Através de uma revisão bibliográfica este artigo pretende abordar o conceito de arte relacional exposto por Nicolas Bourriaud. O objetivo geral desta pesquisa é abordar a proposta teórica da estética relacional e apontar uma possível aplicabilidade no contexto educacional. Este trabalho busca interpelar a estética relacional como conteúdo da disciplina de arte para o ensino médio, para que gradativamente o conceito de arte relacional seja disseminado entre a sociedade em geral. Deste modo, apresentar a estética relacional como uma possibilidade frente aos processos de ensino e aprendizagem da arte.

Palavras-chave: Estética Relacional, Arte Contemporânea, prática de ensino.

Abstract:

Through a literature review this article aims to address the concept of relational art exposed by Nicolas Bourriaud. The overall objective of this research is to address the theoretical proposal of relational aesthetics and point a possible applicability in the educational context. This paper seeks to detain the relational aesthetics and content of art discipline for high school, so that gradually the concept of relational art is widespread among society in general. Thus presenting relational aesthetics as a chance to face the processes of teaching and learning art.

Introdução

A pesquisa da estética relacional no ensino da arte: uma proposta de prática, busca aprofundar conhecimentos sobre a estética relacional e por consequência envolvê-la no ensino de arte contemporânea, sobretudo no ensino médio. Este trabalho visa analisar bibliograficamente como se dá a relação entre a obra e o espectador, para tanto, será abordado o conceito e base referencial da estética relacional.

De acordo com Bourriaud (2009, P.15) o trabalho artístico estabelece um jogo de formas, modalidades e funções que evoluem conforme as épocas e os

contextos sociais. A pesquisa irá interligar o estudo da arte e da estética relacional com o ensino de arte, buscando desenvolver um trabalho de prática baseado no cotidiano do aluno.

A obra relacional existe através de um diálogo entre o artista e o espectador e representa uma atividade de troca, estabelecida pelas relações do mundo no campo prático, é neste contexto que se dará a proposta de prática no ensino de arte, levando em conta as questões pessoais do aluno no meio em que estão inseridos.

Pretende-se com este trabalho realizar um levantamento bibliográfico acerca das teorias que abarcam o conceito de estética relacional, levantar como a estética relacional é abordada no ensino da arte, bem como propor a estética relacional como conteúdo da disciplina de Arte, por meio de uma proposta aplicável de aula.

Desenvolvimento

No campo da arte contemporânea ocorreram grandes transformações provenientes de movimentos que excluem a criação de objetos “puramente estéticos”. A partir deste ponto surgem reflexões sobre a estética relacional. Por meio das poéticas oriundas da arte conceitual da década de 70, encontramos nos anos 90 o surgimento da estética relacional, conceito de Nicolas Bourriaud que busca elaborar critérios para obras que atuam como interstício social.

A arte relacional toma como horizonte teórico a esfera das interações humanas e seu contexto social, sendo uma forma de arte cuja essência é a intersubjetividade. Segundo Bourriaud (2009, p. 19), tem como tema central o encontro entre o observador e a obra, afirmando que a arte sempre foi relacional em diferentes graus, geradora de diálogo e vínculos, estreitando o espaço das relações.

A forma artística não é definida apenas como um contorno que se opõe a um conteúdo, Bourriaud (2009, p. 29) julga que a forma assume sua consistência quando coloca em jogo interações humanas, e desta maneira o artista inicia um diálogo.

A essência da prática artística residiria, assim, na invenção de relações entre sujeitos; cada obra de arte particular seria a proposta de habitar um mundo em comum, enquanto o trabalho de cada artista comporia um feixe de relações com o mundo, que geraria outras relações, e assim por diante, até o infinito. Bourriaud (2009, p.30)

Neste sentido a obra relacional existe através de um diálogo entre o artista e o espectador, uma proposta artística lançada no campo social que compõe uma relação com o mundo. A obra por se tratar de uma proposta aberta, que depende da participação do sujeito espectador deixa de ser de autoria única e exclusivamente do artista e passa a ser uma relação inter-humana.

Ao se referir a um quadro ou uma escultura, estas estarão disponíveis para visita e/ou apreciação a qualquer momento, mas na arte contemporânea nem sempre será acessível. A obra deixa de ser aberta em um tempo ilimitado para um público universal e é oferecida numa determinada temporalidade de acordo com o que o artista combina com seu público convidado, ou ao acaso.

Uma obra de arte possui uma qualidade que a diferencia de outros produtos, sua relativa transparência social que propõe-se a mais do que a mera presença no espaço. Conforme Bourriaud (2009, p.57) a obra se abre ao diálogo, à discussão e a uma forma de discussão inter-humana que é um processo temporal e que a caracteriza como produto do trabalho humano.

A arte representa uma atividade de troca sem fins lucrativos, sem interferências exteriores, uma troca estabelecida pelas relações do mundo no campo prático. É a prática do artista enquanto produtor que propõe a relação a ser estabelecida com sua obra, interações humanas em um contexto social. O que o artista propõe num patamar prático e teórico dentro das relações humanas é o intercâmbio social que permite a interação da obra com o espectador dentro de uma experiência estética proposta.

De acordo com Bourriaud (2009, p. 60) a obra de arte dos anos 1990 transforma o observador em vizinho, em interlocutor direto. Enquanto a maioria dos artistas da década de 1980 valorizava o aspecto visual, os sucessores priorizavam o contato tátil, o instante.

...os artistas relacionais constituem um grupo que, pela primeira vez desde o surgimento da arte conceitual, nos meados dos anos 1960, não se apoia absolutamente na reinterpretação de tal ou tal movimento estético do passado; a arte relacional não é o *revival* de nenhum movimento, o retorno a nenhum estilo; ela nasce da observação do presente e de uma reflexão sobre o destino da atividade artística. Bourriaud (2009, p. 61)

Em suma, a geração de artistas relacionais não considera a intersubjetividade e a interação como recurso teórico em destaque mas sim ponto de partida e de chegada, afim de dar forma à sua produção. O espaço que a obra se apresenta é o da interação, o da abertura que inicia o diálogo. “A obra de arte apresenta-se como um *interstício social* no qual são possíveis essas experiências e essas novas “possibilidades de vida” Bourriaud (2009, p. 62)

Segundo Freire (2006, p. 108) o artista não é aquele que fala, mas quem escuta, e em muitas vezes desaparece nesse ocultamento, que busca revelar o perfil de identidades culturais diferenciadas bem como formas de viver o coletivo.

Hoje a arte considera a presença dos espectadores em seu processo de trabalho. Segundo Bourriaud (2009, p. 82) uma obra cria uma coletividade instantânea de espectadores-participantes tanto em seu modo de produção quanto em sua exposição. O encontro com a obra se torna mais duradouro e ultrapassa o espaço de tempo de contemplação, pois impõe um ato de manipulação, compreensão e de tomada de decisão.

Water Benjamin em 1935 define a aura como “a aparição única de um distante”. Na era da reprodutibilidade técnica, quando uma obra é reproduzida, é substituída por uma série de cópias e deixa de ser única, perdendo sua essência e por consequência sua aura.

Há alguns anos os projetos de convívio coletivo ou participativo que exploram a potencialidade da relação humana vêm se multiplicando, buscando a comunicação inter-humana e a emancipação relacional da existência. O público é cada vez mais levado em conta e agora a “aparição única de um distante” que é a aura artística, torna-se presente através do público. “A aura da arte não se encontra mais no mundo representado pela obra, sequer na forma, mas está diante dela mesma, na forma coletiva temporal que produz ao ser exposta”. Bourriaud (2009, p. 85)

As práticas artísticas contemporâneas não dependem mais de um suporte artístico propriamente dito, a obra deixa de ser fixa e presa a uma tela ou a uma plataforma, não há mais uma preocupação com o espaço, não se localizam necessariamente em um ateliê ou uma galeria. Na arte contemporânea o suporte artístico toma forma nos recursos inter-sociais, em meio ao conceito construtivo de diferentes práticas.

Bourriaud (2009, p. 115) afirma que as práticas artísticas relacionais têm sido constantemente criticadas, pois se limitam a galerias e centros de arte enquanto que o desejo de socialidade é o que fundamenta o sentido delas. Desta forma são criticadas por negar os conflitos sociais, as diferenças e a impossibilidade de comunicação num espaço social alienado.

A exposição é um interstício que se define contra a alienação reinante em todos os lugares, portanto segundo Bourriaud (2009, p. 116) não nega as relações sociais vigentes, mas distorce e projeta num espaço-tempo codificado pelo sistema da arte do próprio artista. Sua finalidade não é o artista e sim o produto desse convívio que alia uma estrutura formal de objetos colocados à disposição do visitante e a imagem passageira nascida do comportamento coletivo. Não se trata de representar mundos virtuosos, mas de produzir as condições para tanto.

A prática artística é sempre a relação com o outro, ao mesmo tempo que constitui relação com o mundo. A obra que forma um “mundo relacional”, um interstício social, atualiza o situacionismo com o mundo da arte, que se elabora a partir de uma figura de troca. Bourriaud (2009, p. 119)

O ponto comum entre todos os objetos classificados como obra de arte consiste na capacidade de produzir o sentido da existência humana dentro da realidade, Bourriaud (2009, p. 74) afirma que por esta razão a arte contemporânea tem sua definição denigrada por aqueles que necessitam de um sentido já pronto, uma origem e/ou regras. Essa relativa imaterialidade dos anos 1990 incomoda o mercado de arte, que tem a necessidade de se estabelecer nas certezas da fé, para eles é inquietante ver os artistas atuais expondo processos ou situações.

...a arte atual não tem nada a invejar no “monumento” clássico, no tocante aos efeitos de longa duração. A obra contemporânea, mais do que nunca, é

essa demonstração, para todos os homens futuros, da possibilidade de criar a significação habitando à beira do habismo, nas palavras de Cornélius Castoriadis: uma resolução formal que roça a eternidade justamente *por ser pontual e temporária*. Bourriaud (2009, p. 76)

O obra relacional é uma ocasião para uma experiência sensível baseada na troca, que deve se submeter a critérios semelhantes aos que constituem a conjectura de qualquer realidade social. De acordo com Bourriaud (2009, p. 80) o que estabelece a experiência artística é a co-presença dos espectadores diante da obra, quer seja efetiva ou simbólica.

As primeiras perguntas a ser feitas diante de uma obra de arte são as seguintes: Esta obra me dá a possibilidade de existir perante ela ou, pelo contrário, me nega enquanto sujeito, recusando-se a considerar o Outro em sua estrutura? O espaço-tempo sugerido ou descrito por esta obra, com as leis que a regem, corresponde a minhas aspirações na vida real? Ela critica o que julgo criticável? Eu poderia viver num espaço-tempo que lhe correspondesse na realidade? BOURRIAUD (2009, p. 80)

O que impressiona nas obras relacionais é a aproximação com a realidade e a identificação com o cotidiano. O artista e instrutor de artes visuais Hicham Benhoud, apresentou sua proposta a partir desta concepção, e é através de seu projeto que se apresentará a proposta de prática da estética relacional no ensino da arte.

O artista Hicham Benhoud comenta sobre sua proposta para o site Público:

""Como as linhas entre política e religião não são claras", diz Benhoud "Eu queria fazer uma queixa que não fosse explícita, que deixasse espaço para a interpretação de quem observa as fotografias." O verbo que o artista utiliza é correto, o espectador não vê as fotos de Benhoud, as observa. Suas séries La salle de classe I e II contem uma aura de mistério que chama a atenção e estimula a imaginação. "Tudo era natural, foram utilizados materiais e espaço de sala de aula, os alunos serviram como modelos como vinham de casa, nada foi forçado. De alguma forma, nas fotos se refletia a opressão a que fomos submetidos", ele reflete." Público,(2009, p.01)

Neste exemplo Benhoud inseriu seus alunos na obra enquanto eles estavam realizando suas atividades cotidianas de sala de aula, ao tempo que um aluno posava para a fotografia os demais continuaram seus trabalhos, e talvez indiretamente, mesmo sem ter ciência do que estava acontecendo, fizeram parte da obra de Benhoud, participaram de sua proposta dando vida ao que o artista propôs e tornaram-se co-autores da proposta realizada por Benhoud. Por outro lado, após a conclusão das fotografias, na exposição elaborada com os trabalhos de Benhoud e seus alunos, o espectador que visitou a exposição teve a oportunidade de interpretar o significado de cada fotografia de acordo com seu ponto de vista.

Derivada do grego, a palavra "estética" significa "sentir" e envolve um conjunto, uma rede de percepções presentes em diversas práticas e conhecimentos humanos. As experiências estéticas de homens e mulheres

estendem-se a vários âmbitos de seu existir, de seu saber, de sua identidade, enfim, de seu humanizar-se. Em processos de produzir e apreciar artísticos, em múltiplas linguagens, enraizadas em contextos socioculturais, as pessoas experimentam suas criações e percepções estéticas de maneira mais intensa, diferenciada. PCN'S (2000, p.48)

De acordo com Pimentel (2012, p.128), para se pensar artisticamente é necessário pensamento crítico, com o intuito de saber analisar e se posicionar frente ao que nos é apresentado. É necessário conhecer diversos instrumentos de produção artística, incluindo as inovações tecnológicas contemporâneas, que permitem imaginar outras possibilidades artísticas, estando presentes no próprio tempo em que vivemos e de maneira que não seja o fim em si mesmo, mas um meio para que se consiga ver, significar e produzir arte.

Atualmente, utiliza-se o termo “interculturalidade”, que implica em uma inter-relação de reciprocidade entre culturas. Esse termo seria, portanto, o mais adequado a um ensino-aprendizagem em artes que se proponha a estabelecer a inter-relação entre os códigos culturais de diferentes grupos culturais. No entanto, convivemos hoje com todas essas denominações, aparecendo como sinônimas. RICHTER (2012, P. 95)

No entender de Ivone Mendes Richter, o ensino da arte deve se caracterizar por uma educação estética, em que os padrões culturais e estéticos da comunidade e da família sejam inseridos na educação. No ensino da arte trabalhar a multiculturalidade amplia o conceito de arte e de experiência estética. Trabalhar com a arte contemporânea pode ser de grande valia, considerando a relevância da arte para a educação intercultural.

Levando em consideração a importância do ensino no contexto social em que o aluno está inserido e associando à estética relacional ao ensino da arte bem como pensando em envolver o aluno em uma proposta de prática na arte contemporânea, envolvendo questões pessoais e de seu cotidiano, apresento a proposta de atividade de uma possível prática desenvolvida para o Ensino Médio, através do projeto elaborado por Hicham Benhoud.

O objetivo Geral da proposta é oportunizar ao aluno o conhecimento sobre a estética relacional para que ele produza o trabalho proposto através do conhecimento teórico com originalidade. Os objetivos específicos são: fundamentar teoricamente as particularidades da estética relacional, demonstrar alguns exemplos de obras relacionais e propor aos alunos a produção de fotografias para compor um vídeo com seus trabalhos.

O professor inicia a aula falando do Crítico de Arte Nicollas Bourriaud e explanando o que é a estética relacional. É importante também mostrar algumas obras relacionais como exemplos, para que o assunto seja compreendido de maneira mais clara. Os exemplos de maior relevância são da artista Sophie Calle com a obra “Cuide de você”, onde a mesma envolve questões pessoais na sua obra, e o artista e professor de arte Hicham Benhoud, com a obra La Salle de Classe (2000-2002), pois é baseado nestas obras que os alunos desenvolverão seu projeto. Após a apresentação da obra,

será apresentada a proposta de prática. Assim como Hicham Benohoud fotografou seus alunos inseridos em seu cotidiano de sala de aula, agora os alunos ficarão na posição de artista e escolherão alguém de grande importância na vida deles para fotografar esta pessoa inserida na prática do seu dia-a-dia. Como exemplo é possível usar a figura da mãe preparando o almoço ou cuidando das tarefas de casa. É importante frisar que Hicham Benohoud pediu a seus alunos que utilizassem materiais apenas da sala de aula na sua proposta, e que a proposta dos alunos também deve seguir esta linha. A última parte do processo é propor à turma que defina um nome para o projeto. Agora depende do professor coletar as fotografias e montar o vídeo apresentando os autores com seus projetos.

O tempo de aula deve ser em média de duas aulas para explanação do assunto e orientação técnica. Pode ser avaliado o comportamento do aluno em sala de aula e o desenvolvimento da atividade. É importante utilizar o vídeo como instrumento de apoio para que o aluno perceba a relevância de seu trabalho e tenha a oportunidade de observar o trabalho desenvolvido pelos colegas.

Conclusão

Devido ao fato que a arte não é uma disciplina ofertada em todas as turmas de ensino médio, o ensino acaba sendo reduzido. Uma forma de otimizar e melhorar a qualidade do ensino de arte é associar a teoria à práticas inovadoras, que tomem uma atenção maior do aluno.

O trabalho de conclusão de curso ainda não foi finalizado e portanto o projeto não foi aplicado em sala de aula, porém, tudo indica que a prática pode ser desenvolvida em qualquer escola da educação básica, pois nos dias de hoje a maioria dos alunos tem acesso à algum tipo de aparelho fotográfico.

O resultado da troca de experiências envolve alunos, pais, professores e a comunidade em geral, leva a proposta de prática para o dia-a-dia do aluno e traz o cotidiano de volta para a escola, e envolvendo todos em uma proposta relacional e , tornando o trabalho do aluno de grande importância.

Referência

BOURRIAUD, N. *Estética Relacional*. São Paulo: Martins, 2009.

BARBOSA, Ana Mae. **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

27º Bienal de São Paulo. **Como viver junto**. São Paulo: Fundação Bienal, 2006.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais – Ensino Médio**. Arte, MEC, 2000.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

GALERIE D'ART L'ATELIER 21. **Hicham Benhoud's biography**. Disponível em: <<http://www.atelier21.ma/en/biographies/hicham-benhoud-biography/>>. Acesso em: 04 jan. 2016.

PÚBLICO. Cuando no hay lugar para la sorpresa. Disponível em: <<http://www.publico.es/culturas/no-hay-lugar-sorpresa.html>> Acesso em: 04 jan. 2016.

FIGUEIRA, V. Cinco notas-resumo sobre “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, de Walter Benjamin. Disponível em: <<http://viniciusfigueira.com/2011/03/31/walter-benjamin/>> Acesso em: 22 dez. 2015.

A ÉTICA MÉDICA NO ATENDIMENTO DE PACIENTES TESTEMUNHAS DE JEOVÁ EM POTENCIAL RISCO À HEMOTRANSFUSÃO – UMA ABORDAGEM BIOÉTICA E JURÍDICA

Autoras: Priscila Taques Barbosa (priptaquesbarbosa@gmail.com)
Francine Dipp (francine.dipp@hotmail.com)
Gabriela Ariane Celli (g.ariane.celi@hotmail.com)
Orientadora: Jaqueline Fátima Roman (jaqueline.roman@ifpr.edu.br)

RESUMO: O presente artigo visa abordar a questão da ética médica no que tange a transfusão de sangue em membros do grupo religioso Testemunhas de Jeová, listar quais as alternativas terapêuticas disponíveis a esses profissionais, bem como citar o ordenamento jurídico e o código de ética médica, dentre outras resoluções e legislações pertinentes. É importante frisar que esse trabalho terá como objetivo debater o tema da possibilidade ou não da realização de transfusão de sangue sob a perspectiva médica, de pessoas adultas pertencentes à religião testemunhas de Jeová, visto que no que se refere às crianças e adolescentes que necessitem desse procedimento, há forte entendimento doutrinário e jurisprudencial de que, mesmo diante da recusa dos pais ou responsáveis legais, deverão ser submetidos à hemotransfusão, visto que deverá sempre prevalecer o entendimento que preserve a vida da criança e do adolescente, diante da proteção especial que o ordenamento jurídico dá às pessoas em desenvolvimento, estabelecendo que é dever da família, da sociedade e do estado, garantir com prioridade absoluta os direitos das crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Bioética, vida; liberdade religiosa.

1 Introdução

A sociedade atual tem sofrido grande influência pelos avanços tecnológicos e científicos, isso faz com que a Medicina tenha um enfoque cada vez mais voltado para a doença, enfoque no qual, o Médico tem maior preocupação em tratar a parte biológica, esquecendo muitas vezes que o paciente é um ser singular, carregado de características subjetivas (valores e crenças). (Barbosa IA, Silva MJP, 2007).

Segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 5º, inciso VI: “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto as suas liturgias”.

Estima-se que hoje no Brasil existem cerca de 699.280 seguidores da religião Testemunha de Jeová. Eles são amplamente conhecidos por não

aceitarem a hemotransfusão, mesmo havendo risco de morte. (Watch Tower, 2009). E sustentam sua posição nos seguintes trechos dos textos bíblicos:

[...] e Deus disse a Noé: Somente a carne com sua alma - seu sangue - não deveis comer.” (Gênesis 9:4); “Não deveis comer o sangue de qualquer tipo de carne, porque a alma de todo tipo de carne é seu sangue. Quem o comer será decepada da vida.” (Levítico 17:14); “...’Abstenham-se do sangue’. Deus deu aos cristãos a mesma proibição que deu a Noé.” (Atos 15:20) [...] (**grifo nosso**).

As pessoas pertencentes à religião Testemunhas de Jeová, alegam que a alma/vida do ser humano está no sangue e que se forem submetidos a uma hemotransfusão, estarão poluindo a si mesmos, perdendo assim sua santidade. Não obstante, acreditam que o tempo ganho na terra decorrente de uma transfusão sanguínea, não compensa a condenação espiritual eterna que terão. (Hughes et al., 2008).

As consequências para pacientes Testemunhas de Jeová submetidos à hemotransfusão, vão desde a suspensão dos privilégios religiosos e censura pública em casos mais brandos, até a exclusão do grupo em casos mais severos. (França *et al.*, 2008).

O profissional médico vivencia uma situação difícil de ser resolvida quando se depara com um caso onde um paciente Testemunha de Jeová tem grande potencial para realização da hemotransfusão. Considerando que a doutrina que rege Testemunhas de Jeová interfere diretamente na tomada de decisão ética, o médico fica num impasse entre respeitar a autonomia do paciente ou os dispositivos legais que respaldam a prática de sua profissão. (França et al., 2008).

Esse trabalho tem por objetivo identificar quais as possíveis condutas médicas frente a esses dilemas bioéticos com relação à hemotransfusão em pacientes Testemunhas de Jeová, citando as alternativas terapêuticas que podem ser utilizadas nestes pacientes, bem como o ordenamento jurídico pertinente e o código de ética médica.

Trata-se de um artigo de revisão bibliográfica, realizado no período de março a abril de 2015, acerca do objeto “A ética Médica na hemotransfusão em pacientes Testemunhas de Jeová”.

Foram coletadas informações na base de dados da Licenciatura Latino Americana em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), monografias e livros do acervo da Biblioteca do IFPR - Campus Palmas. O critério para a seleção do material foi o enfoque na temática hemotransfusão em Testemunhas de Jeová relacionada à bioética e ética médica.

2 Desenvolvimento

2.1 COLISÃO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS

O conflito de direitos fundamentais ocorre quando um direito fundamental, consagrados na Constituição Federal, interfere diretamente no âmbito de proteção de outro, ou seja, quando dois ou mais direitos estão contrasenso em um caso concreto.

Sabendo-se que nenhum direito é absoluto, fica ao julgamento do magistrado a solução para tais conflitos, que para resolver a colisão, deve buscar a ponderação dos elementos, objetivando o menor prejuízo possível aos envolvidos conforme prevê Robert Alexy:

Se dois princípios colidem – o que ocorre, por exemplo, quando algo é proibido de acordo com um princípio e, de acordo com outro, permitido –, um dos princípios terá que ceder. Isso não significa, contudo, nem que o princípio cedente deva ser declarado inválido, nem que nele deverá ser introduzida uma cláusula de exceção. Na verdade, o que ocorre é que um dos princípios tem precedência em face do outro sob determinadas condições. Sob outras condições a questão da precedência pode ser resolvida de forma oposta. (ALEXY, 2008, p. 93).

No caso em tese, onde o paciente corre risco de morte caso a transfusão sanguínea não seja realizada, o direito que deveria ter precedência seria a “VIDA” em detrimento da “LIBERDADE DE CRENÇA”, porém esta decisão não cabe somente ao Médico ou ao Magistrado, mas principalmente ao maior interessado que é o paciente.

2.2 BIOÉTICA

A Ética é um tema em constante evolução e que está sempre em evidência, é uma ciência que estuda o comportamento moral dos homens em sociedade.

A expressão bioética surgiu nos Estados Unidos, foi inventada pelo cancerologista Van Rensselaer Potter. Ela objetivava a utilização das ciências biológicas com um intuito, o de melhorar a qualidade de vida das pessoas (Nalini, p. 134, 2004). A preocupação de Potter em principio eram todas às questões éticas relacionadas à sobrevivência humana em sentido mais amplo, que incluía o ecossistema terrestre e o meio ambiente. Porém com o passar do tempo, a palavra bioética foi reduzida a temas biomédicos e biotecnológicos, mais voltado à relação entre profissionais da área da saúde e seus pacientes. Essa construção mais reduzida se deu devido aos escândalos ocorridos nos EUA naquele período, relacionados a abusos sofridos por pacientes tanto na atenção médica quanto na questão de projetos de pesquisa. (Barbosa, p. 11, 2009)

A bioética estuda a moralidade da conduta humana na área das ciências da vida. Porém a ciência não é onipotente, no sentido, de que ela somente se desenvolve mediante a superação de preconceitos. (Nalini, p. 135, 2004).

2.3 HEMOTRANSFUSÃO EM TESTEMUNHA DE JEOVÁ

Segundo VIEIRA, 2003, p. 222, a religião Testemunha de Jeová foi fundada em 1872 por Charles Taze Russell, que prega a anulação da Trindade e combate a deidade de Cristo e do Espírito Santo. São chamados “Testemunhas de Jeová” por darem testemunho acerca do Deus Todo Poderoso e Criador do Universo, ou seja, Jeová. Eles defendem a abstenção à participação político-administrativa governamental, não votam e nem são votados em cargos políticos, não prestam homenagem aos símbolos nacionais, se recusam a servir as forças armadas e rejeitam veementemente a realização de hemotransfusão total ou com elementos isolados do sangue (concentrado de hemácias, plasma ou plaquetas) mesmo em casos de risco de morte.

Há algum tempo, com o avanço da medicina, pacientes Testemunhas de Jeová podem contar com tratamentos alternativos sem transfusão de sangue, esses tratamentos podem ser utilizados em qualquer paciente seja ele membro do grupo religioso ou não, porém isso depende do caso concreto. Os Testemunhas de Jeová defendem a tese que ao invés de transfusão de sangue os médicos podem utilizar de outros métodos alternativos, como por exemplo: Eritropoietina humana recombinante, Interleucina -11 recombinante, ácido aminocapróico e tranexâmico, adesivos tecidulares, expansores do volume do plasma, colóides e instrumentos homostáticos como eletrocautério, lasers ou o coagulador com raio de argônio, etc (França, et al., 2008)

2.4 ASPECTOS JURÍDICOS, ÉTICOS E BIOÉTICOS DA HEMOTRANSFUSÃO EM TESTEMUNHA DE JEOVÁ

A prática da medicina está acompanhada de conflitos em diferentes casos concretos, ao longo da trajetória da vivência médica. Esses conflitos podem ser entre os profissionais da área médica, na relação médico-paciente e até mesmo na relação médicos e familiares do paciente. Segundo Oliveira, p. 12, 2014:

Um conflito surge quando há necessidade de escolha entre situações que podem ser consideradas em princípio incompatíveis ou antagônicas e que convergem na tomada de decisão pelos agentes morais envolvidos. Perante uma determinada situação pode-se julgar estarmos diante um conflito que sob os códigos morais parece uma resolução insolúvel e então estaríamos diante um dilema moral.

Nesse sentido, dilema moral pode ser entendido quando há em uma determinada situação há duas opções, porém somente uma delas poderá ser escolhida. Nesse contexto de Testemunha de Jeová com potencial risco para hemotransfusão, podemos dizer que o profissional médico encontra-se em um verdadeiro dilema moral.

Os profissionais médicos assim que se formam assumem uma grande responsabilidade social, essa responsabilidade também é transferida a eles,

logo após o juramento que fazem ao finalizar a graduação. A principal função incumbida ao profissional médico é o de garantir a saúde, salvar ou prolongar a vida de seus pacientes. A transfusão sanguínea é uma prática habitual na medicina moderna, principalmente nos pacientes os quais se apresentam em uma condição mais grave e que tenham perdido muito sangue. Tanto é, que quando o paciente se recusa a realizar o tratamento com hemotransfusão o médico fica em uma situação de frustração e insegurança (Lima, p. 12, 2011).

No que se refere ao prisma jurídico, a hemotransfusão em TJ gera uma aparente colisão entre direitos fundamentais previstos na Constituição Federal do Brasil de 1998, como exemplo desses direitos estão: a inviolabilidade do direito à vida, previsto no artigo 5º, caput; a Dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, prevista no artigo 1º, inciso III, e o da liberdade religiosa e sua livre manifestação, prevista também no artigo 5º, inciso VI. Como ambos os direitos tem igual relevância, o que vai dizer o qual deverá prevalecer, será o caso concreto, ou seja, dependerá das possibilidades fáticas e jurídicas (França, et al., p.4, 2008).

A legislação infraconstitucional, mais especificamente no Código Penal, em seu artigo 135 que diz que é configurado como crime por omissão: “Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal... a qualquer pessoa em grave e iminente perigo...”. Esse artigo ainda é complementado pelo artigo 146, §3º do CP, no que tange os crimes contra liberdade pessoal, que diz: “Não se compreendem na disposição deste artigo: I- a intervenção médica ou cirúrgica, sem o consentimento do paciente ou seu representante legal, se justificada por iminente perigo de vida”.

Portanto, o principal dilema que os médicos encontram nos casos que envolvem Testemunhas de Jeová é: fazer ou não fazer a hemotransfusão? Pois no que se refere às atribuições do Médico, podemos analisar os artigos 22, 24, 31 e 32 do Capítulo IV do Código de Ética Médica, como segue:

Art. 22 “Deixar de obter consentimento do paciente ou de seu representante legal após esclarecê-lo sobre o procedimento a ser realizado, salvo em caso de risco iminente de morte”.

Art. 24 “Deixar de garantir ao paciente o exercício do direito de decidir livremente sobre sua pessoa ou seu bem-estar, bem como exercer sua autoridade para limitá-lo”.

Art. 31 “Desrespeitar o direito do paciente ou de seu representante legal de decidir livremente sobre a execução de práticas diagnósticas ou terapêuticas, salvo em caso de iminente risco de morte”.

Art. 32 “Deixar de usar todos os meios disponíveis de diagnóstico e tratamento, cientificamente reconhecidos e a seu alcance, em favor do paciente”.

De qualquer modo, qualquer que seja a conduta do médico (ação ou omissão) diante de casos com TJ, poderá trazer prejuízos como podemos verificar a seguir:

O médico pode ser obrigado a ressarcir o dano causado a um seu paciente, por 'ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência' por ter violado um direito ou causado prejuízo a outrem. Essa responsabilização do médico pode ocorrer no caso das Testemunhas de Jeová, tanto por ele ter ministrado sangue no paciente, contrariando a sua vontade, ou mesmo deixando de ministrar essa substância sobrevivendo, em decorrência disso, lesão incapacitante. (SEGRE, 1991 *apud* LIMA, 2011 p. 37).

É dever de todo e qualquer médico zelar pela vida e saúde de seus pacientes, porém fica ao seu critério realizar ou não a hemotransfusão. Uma solução viável ao profissional é a possibilidade de recorrer ao Judiciário sobre uma decisão, na qual ele terá o respaldo para a sua ação.

Entretanto, como podemos verificar a seguir, alguns Tribunais possuem o entendimento de que não é necessária uma intervenção judicial para que seja realizado o tratamento necessário ao paciente, pois quando este está sob sua responsabilidade os hospitais e Médicos têm o dever de realizar todas as diligências para manter a saúde e a vida do paciente, independentemente do seu consentimento ou de seus familiares.

APELAÇÃO CÍVEL. TRANSFUSÃO DE SANGUE. TESTEMUNHA DE JEOVÁ. RECUSA DE TRATAMENTO. INTERESSE EM AGIR. Carece de interesse processual o hospital ao ajuizar demanda no intuito de obter provimento jurisdicional que determine à paciente que se submeta à transfusão de sangue. Não há necessidade de intervenção judicial, pois o profissional de saúde tem o dever de, havendo iminente perigo de vida, empreender todas as diligências necessárias ao tratamento da paciente, independentemente do consentimento dela ou de seus familiares. Recurso desprovido. (Apelação Cível Nº 70020868162, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 22/08/2007) (TJ-RS - AC: 70020868162 RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Data de Julgamento: 22/08/2007, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 29/08/2007)

Porém, o dilema ético normalmente se instaura naquelas situações de emergência, em que o paciente corre risco de vida e não há tempo hábil para se proceder com a intervenção judicial, em face da recusa do paciente ou do responsável (França, et al., 2008).

O médico a fim de evitar confronto com o paciente e familiar, poderá utilizar o dever a *prima facie* de preservar a vida, respeitando a autonomia da vontade e a liberdade religiosa utilizando-se das terapias alternativas. Na impossibilidade de utilizar as terapias alternativas ele poderá reger-se pela resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.021/80, que diz na sua conclusão o seguinte:

Em caso de haver recusa em permitir a transfusão de sangue, o médico, obedecendo a seu código de Ética Médica, deverá observar a seguinte conduta: 1º - Se não houver iminente perigo de vida, o médico respeitará a vontade do paciente ou de seus responsáveis... 2º- Se houver iminente

perigo de vida, o médico praticará a transfusão de sangue, independente do consentimento do paciente ou de seus responsáveis.

3 Conclusão

As testemunhas de Jeová não se submetem à tratamento com hemotransfusão, mesmo que ele seja a última alternativa para continuidade da vida. Tal contraposição decorre de crença religiosa, podendo este indivíduo optar por tratamentos alternativos, quando estes forem suficientes para o seu tratamento. Contudo, a liberdade de crença ou religião não garante o direito de exigir do Estado tratamento diferenciado ou alternativo, o qual não seja disponibilizado pelo Sistema Único de Saúde que prevê tratamento universal e igualitário para todos os pacientes.

Os médicos ao se depararem com pacientes TJ que necessitam de hemotransfusão acabam por enfrentar um imensurável dilema ético, ao ponto que se instaura nesses casos uma aparente colisão de direitos fundamentais: o direito a vida X liberdade de consciência e crença, bem como acarretamento de indisposição moral ao paciente, devido ao constrangimento que sofrerá pelas regras de sua doutrina e também uma indisposição ao médico, já que a não execução da hemotransfusão poderá acarretar omissão profissional, passível de julgamento ético-legal.

Todas as decisões do médico devem estar pautadas pelo seu código de ética profissional, sendo que, somente em casos de emergência com risco de vida é que poderá o médico proceder com a hemotransfusão sem consentimento do paciente ou responsável ou ainda mediante autorização judicial. Nos demais casos o médico deverá respeitar a vontade do paciente utilizando-se de tratamentos alternativos ou proceder a hemotransfusão através de consentimento judicial.

Ressalta-se também que o ordenamento jurídico não atribui um valor absoluto ao direito fundamental da liberdade de consciência e crença, pois tudo vai depender do caso concreto.

No exemplo abordado no decorrer deste trabalho percebeu-se que, se não houver risco de vida ele terá que ser respeitado. Porém havendo este risco, o direito à vida irá sobrepor-se à liberdade de crença, como podemos observar nas lições de Novelino:

Entretanto, nos casos em que exista um risco iminente de morte, depois de esgotados todos os meios alternativos, e sendo a transfusão de sangue imprescindível, esta deve ser concretizada, ainda que contra a vontade do paciente, não podendo, o médico ser responsabilizado, pois sua conduta é pautada em normas jurídicas. Em se tratando de paciente incapaz ou inconsciente, a manifestação de vontade não pode ser suprida ou substituída pela dos pais ou responsáveis. A vida do incapaz deverá ser sempre primada e garantida até o momento em que ele possa, conscientemente, usufruir os seus direitos individuais, incluindo seu direito à liberdade religiosa. Se iminente o perigo de vida, é direito e também dever do médico a utilização terapêutica indicada, conforme sólida literatura médico-científica, não importando naturais divergências, sob pena de

responsabilização tanto dos médicos, quanto dos responsáveis (NOVELINO, 2009, p. 180).

Conclui-se que os direitos aqui destacados são subjetivos do paciente, sendo este, o único passivo de decidir sobre o que lhe é mais importante, porém se o médico vier a intervir em um caso de emergência, este estará protegido pelo seu exercício regular do direito (art. 23, III do Código Penal Brasileiro) e a tipicidade do constrangimento ilegal exercido pelo médico será excluída.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, I.A.; Silva, M.J.P. **Cuidado humanizado de enfermagem: o agir com respeito em um hospital universitário.** Ver BrasEnferm (Brasília). 2007;60(5): 546-51. [citado em 11 de abril de 2015]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v60n5/v60n5a12.pdf>> [links]

BARBOSA, S. N. **A Bioética no Estado Brasileiro: Situação atual e perspectivas futuras.** p. 11, 2009. [citado em 12 de abril de 2015]. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4668/1/2009_SwedenbergerdoNascimentoBarbosa.pdf [links]

BARBOSA, W. **Testemunha de Jeová grávida e seu bebê morrem depois que ela recusou uma transfusão de sangue. (falta cidade)** abr. 2015. Disponível em: <<http://www.meionorte.com/noticias/internacional/testemunha-de-jeova-gravida-e-seu-bebe-morrem-depois-que-ela-recusou-uma-transfusao-de-sangue-268707>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

BERRI, C. H. G. **Conduta médica no atendimento a pacientes testemunhas de jeová,** Rio Grande, XV, n. 107, dez 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12304>. Acesso em: 08 abr. 2015.

BRASIL. **Código Penal.** Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Apelação Cível Nº 70020868162,** Julgamento em 22/08/2007. Quinta Câmara Cível. Disponível em: <http://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8031792/apelacao-civel-ac-70020868162-rs>. Acesso em: 04 set. 2016.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Código de Ética Médica: Confiança para o médico, segurança para o paciente.** Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/novocodigo/integra_5.asp>. Acesso em: 17 abr. 2015.

FRANÇA I.S.X. *et al.* **Dilemas éticos na hemotransusão em Testemunha de Jeová:** uma análise jurídico-bioética. p.2, 2008. [citado em 11 de abril de 2015]. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002008000300019&script=sci_arttext&tIng=pt\[links\]](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002008000300019&script=sci_arttext&tIng=pt[links])

HUGHES, D.B., *et al.* **The contemporary to the care of Jehovah's witnesses.** *J Trauma*. 2008; 65:237-47. *Apud* Graziela ZlotnikChehaibar: Bioética e crença religiosa: estudo da relação médico-paciente Testemunha de Jeová com potencial risco de transfusão de sangue. São Paulo 2010.

LIMA, M. R. M. **Aspectos jurídicos e médicos sobre terapias transfusionais de sangue, envolvendo concepções religiosas.** Instituto Federal do Paraná. Palmas, dez. 2011.

NALINI, J.R. **Ética Geral e Profissional.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

NOVELINO, M. **Direito Constitucional.** 3ª Ed. São Paulo: Método, 2009.

OLIVEIRA, F.G.C.S. **Protocolos e diretrizes Clínicas – uma análise moral na tomada de decisão.** p.11 e 14, 2014. [citado em 12 de abril de 2015]. Disponível em: [http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/\[links\]](http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/[links])

Watch Tower Bible and Tract Society of Pennsylvania. **Testemunhas de Jeová – quem são? Em que crêem?** 2000 [citado em 11 de abril de 2015]. Disponível em: <http://watchtower.org/t/tj/index.htm>. [links]

A ÉTICA NA MODA – ORIGINALIDADE DE ESTILO E CONTROLE DOS PADRÕES

Autor: Gabriela Ariane Celi (g.ariane.celi@hotmail.com)¹

Francine Dipp (francine_dipp@hotmail.com)²

Priscila Pontes Taques (priptaquesbarbosa@gmail.com)³

Professor (a) Orientador (a): Francieli Maria de Lima

^{1 2 3} Instituto Federal do Paraná – IFPR

Campus Palmas

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar o olhar sobre o controle padronizado do consumo, voltado ao viés prático da liberdade de expressão como instrumento profissional da carreira do designer de moda. Tendo como escopo principal a análise ética e moral do consumismo moderno, que vai desde a moda no tocante ao vestuário até as mudanças estéticas corporais. Ambas que desmedidamente podem acarretar grandes prejuízos. Dá enfoque também, a necessidade que as pessoas têm de consumir demasiadamente somente para passar impressões efêmeras aos membros de seu grupo social, muitas vezes por medo, ou até mesmo sob pena de ser ou se sentir excluído socialmente. Foi utilizado como método, além da pesquisa de campo (entrevista de 21 pessoas, entre 15 a 50 anos, de diferentes classes sociais), também a pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos. A visão da moda, ligada à sustentabilidade ambiental e econômica, faz com que este artigo traga um importante papel de conscientização e reflexão da população no que se refere à forma de consumo atual. E também de como esse consumismo poderá ser melhorado através da busca da originalidade, principalmente na questão da restauração de peças. Pois é através da restauração de peças que poderá se controlar a produção demasiada e inconsciente.

Palavras-chave: Consumo consciente; Sustentabilidade; Compras Controladas.

1 Introdução

Sob a análise do controle padronizado do consumo se pode observar que a cada dia que passa, maiores são os grupos de consumidores do “estar na moda”. Devido a isto, as empresas e indústrias do ramo ganharam espaço, pelo seu designer inovador, propostas novas e irreverentes, além de muita criatividade e ousadia.

Outrossim, algumas pessoas buscam cada vez mais expressar a sua personalidade, de modo que suas criações ultrapassem o limite do próprio uso fazendo que outras passem a usá-las e aderir essas novas ideias, passando-as para frente.

Contudo, podemos instigar pessoas ser uma cópia do outro? Ou até que ponto devemos seguir tendências, a fim de que nos tornemos mecanizados pelo que nos é imposto? e ainda: Deveríamos buscar usar a originalidade?

Diante disso, encontramos o problema que é exercer a profissão de designer de moda dentro de um universo que busca a originalidade, bem como

o de querer ser original em uma sociedade que estabelece padrões a serem seguidos.

A partir daqui, iremos nos posicionar em um ponto neutro, onde possamos ver com clareza o que isso gera e como devemos solucionar.

2 Desenvolvimento

2.1 A profissão do designer em moda:

Como bem se sabe, o designer em moda é todo aquele profissional que usará da sua criatividade, aliada com sua habilidade, em prol da criação e confecção de desenhos de modelos em áreas de roupas, decoração e paisagismo com a aplicação do designer e da estética.

O designer tem variadas opções de áreas para exercer, por exemplo, o designer de interiores irá levar seu conhecimento de anos de estudo com as tendências da estação para os mais diversos ambientes das moradias, além de ser o ilusionista óptico que fará com que aquele ambiente se torne o mais agradável possível. Ou, o estilista, que é aquele designer profissional que criará inovações em roupas, calçados e acessórios, levando seu conhecimento ao adaptar o vestuário ao corpo do consumidor, além de suas peças conterem seu estilo de criação.

Contudo, as funções dos designers muitas vezes é chamar a atenção com ousadia para atingir o maior número de consumidores de seus produtos.

Pois bem, essa numerosa e desenfreada procura pelos produtos da moda faz gerar padrões em nossa sociedade, banalizando quem não os consome e deixando-os à mercê de uma exclusão social.

2.2 O controle dos padrões:

Quando surge o designer em moda, surge, também, a busca pela posse do produto por eles feitos. As peças exclusivas e caríssimas, assinada por um estilista renomado, trazem ao consumidor um certo status social e os destacam em meio à multidão.

Muitas pessoas buscam a elevação do seu ego na aquisição de determinados bens. Hoje são raros os casos em que as pessoas comprem pelo designer que fez o produto, pela sua beleza, eficiência ou praticidade, mas sim, comprem pela marca que o estampa, por exemplo, ao sair nas ruas em busca de pessoas que possuem um *iPhone*, encontraremos muitas, contudo, dentro deste grupo de pessoas grande parte não sabe quem é o criador do *iPhone* nem muito menos quem fez seu designer, somente sabem que é um telefone que possuiu o logotipo da *APPLE®*.

A posse de determinados produtos, desenvolveu padrões, os quais estabelecem quem deve ou não participar de certo grupo.

Outrossim, há algumas pessoas que se negam a usar o que a moda a preestabelece, como é o caso de Isabella Ferrari, 15 anos, ao responder a entrevista com jovens da região de Palmas/Clevelândia-PR realizada em 27.03.2015, que diz“(...) não devo usar uma bolsa da *Colcci®*, só por que

minhas amigas tem uma bolsa da marca, mas devo usa-la porquê se adequa ao meu gosto e acrescenta em meu estilo (...)”.

Pois bem, ao tratar do estilo cada um tem o seu e ao existirem tendências de moda, o estilo individual fica sendo algo que somente os corajosos e ousados conseguem obter.

2.3 A originalidade e individualidade na moda:

Ao tentar colocar seu estilo em suas coisas, além de muitas vezes reutilizar objetos que poderiam ser jogados fora, incrementam originalidade às peças e originam um estilo completamente individual.

Fazendo isso, é como se essas pessoas se deslocassem dos grupos, buscando na individualidade fazer a sua moda.

Porém, ao individualizarem a moda se colocam como criadores, ou melhor, coautores das peças que reinventam, sendo assim colocam sua parcela de criatividade no produto. Tornam-se designers da moda daquele produto que criam, ou seja, se tornam os designers da sua própria moda.

Muitas vezes a originalidade contagia as outras pessoas, que seguem o exemplo e usam as ideias, fato esse que cria sempre novas tendências, além de novos estilos.

2.4 O padrão social e a profissão de designer de moda:

Como foi visto, ao preestabelecer padrões de estilo por meio de uso das marcas, descartou-se, de certo modo, a profissão de designer de moda, uma vez que já se considera mais a marca do quem fez a peça.

Ficando o autor da criação mergulhado na maré do nome da marca, vejamos o exemplo da marca APPLE®, já citada anteriormente, muitas pessoas conhecem o produto deles pela marca registrada, porém o nome do fundador da marca poucas pessoas sabem e o nome do designer do produto, esse então é totalmente desconhecido.

Os fatos que geram essa saliência da marca fictícia ao designer podem ser gerados por diversos fatores, como a ocorrência de não serem mais um único designer para cada produto, e, sim, sempre haver um designer refazendo o trabalho do outro até que a personalidade do produto fique nula.

Contudo, as marcas fictícias não dominam unicamente o mercado, como podemos ver, existem *slogans* com o nome do designer que registra seu produto, por exemplo, Giorgio Armani, Carolina Herrera, e muitos outros. Esses *slogans* trazem ao produto personalidade e estilo de cada designer.

Entretanto, é notório que mesmo havendo o uso de *slogans* que evidenciem o designer ainda não se pode derrubar o fetiche que há no padrão social.

As regras de consumo estão, evidentemente, presentes em nossa sociedade, para fazer parte de um grupo, participar de uma comunidade é necessário seguir à risca o que elas pedem.

Vejamos um roqueiro, qual é a principal imagem dele que nos vem à cabeça? Sim, aquele homem motoqueiro, roupas escuras, botas e óculos de

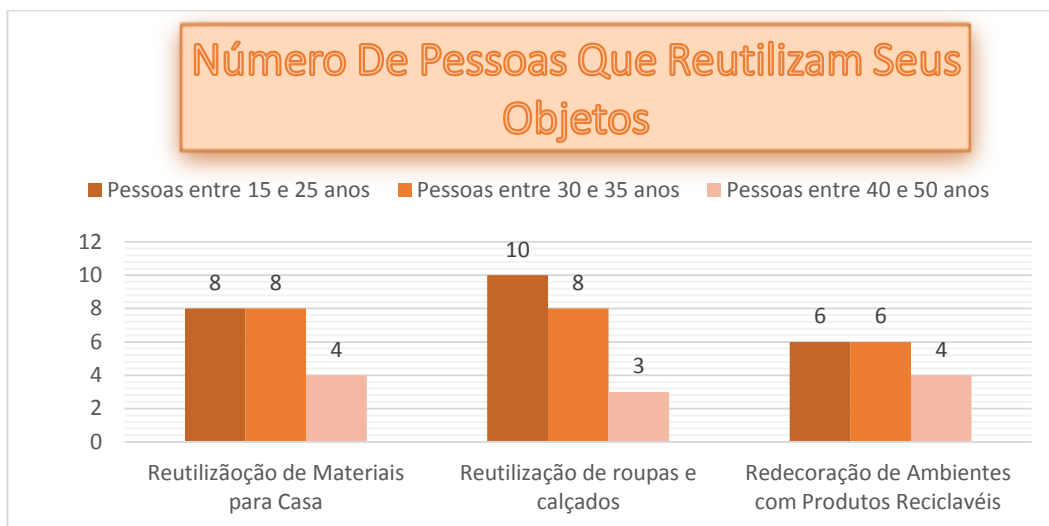
sol, sem falar das muitas caveiras estampadas em seu corpo. Mas como chegamos à conclusão de que ele seria assim, ele não poderia ser um cara que anda de bicicleta, usa óculos de grau, usa terno e tem medo de caveiras? Claro que ele poderia ser, essa imagem preestabelecida que temos, são os parâmetros da moda em que o grupo roqueiro se encaixa, entretanto muitos não são assim, não se encaixam no grupo, mas mesmo assim curtem o rock.

As marcas geram algo semelhante, sendo elas fictícias ou não. Elas encaixam indivíduos em determinados status social, por exemplo, ao questionar pessoas sobre os objetos que um indivíduo rico e um indivíduo pobre usaria obteríamos as seguintes respostas: Para a pessoa rica o celular seria um *iPhone* lançamento do ano, usaria roupas e calçados de grifes como Zara®, Colcci®, Triton®, Ellus®, etc., perfumes somente se fossem os importados, dirigiriam carros como a Ferrari® e residiriam em lugares planejados pelos arquitetos e paisagistas mais conceituados do mundo; já o pobre, andaria de chinelo de dedos, não teria celular e se tivesse seriam os de linha popular, “o mais baratinho”, além de dirigirem um fusca e morarem no lugar mais singelo possível, elas mesmas arrumariam suas roupas compradas em qualquer lojinha de esquina.

Mas até que ponto é possível julgar e excluir pessoas por não usarem o meio da moda para se socializar, eticamente isso não seria correto, pois excluir uma pessoa somente porque ela não está ligada a moda ou faz suas próprias roupas não tira o direito de viver em uma sociedade sem o preconceito gerado pela moda.

Algumas dessas pessoas que reutilizam suas coisas velhas sem seguir a moda, passam para a sociedade uma proposta magnífica que é o consumo consciente, pois a produção de objetos e o desperdício de matéria-prima são reduzidos.

Entrevista realizada na data 21 de março de 2015, nos centros comerciais das cidades de Palmas e Clevelândia, no Paraná, com 21 pessoas, entre 15 a 50 anos, de diferentes classes sociais.



2.5 A ética na moda:

Pois bem, a moda é a criação de tendências das estações do ano, as quais o maior número de pessoas adere, para isso é necessário que designers criem, empresas produzam e pessoas consumam.

Entretanto falar de moda associada à ética não é algo simples, pois a ética da moda pode ser dividida em vários assuntos, como a mão de obra barata, o consumo consciente, o prejuízo ambiental, dentre várias outras áreas.

Domenico de Mais, em seu livro “O Futuro da Moda de Santa Catarina – previsões para o período 2008-2012”, falou que:

(...) nesse mundo da moda também estão presentes os pecados. E quais são os pecados da moda?

O primeiro é aquele de introduzir ao consumismo. A moda, em algumas expressões extremas, induz ao consumo de produtos que, além de não serem úteis para a sobrevivência, não são úteis nem para o crescimento /enriquecimento cultural.

Um segundo pecado é a certa distorção da preocupação com a estética, que, quando vivida ao extremo, acaba levando a uma antiestética.

O terceiro pecado é a indução ao desperdício. Pensemos, por exemplo, na quantidade de desperdício feito na publicidade em um estado de total banalidade: milhares e milhares de páginas de publicidade são totalmente intercambiáveis, reina uma falta total de criatividade voltada para a publicidade. Meu amigo Oliveiro Toscani foi responsável pelas campanhas da Benetton por uns quinze anos. Para valorizar a publicidade, ao invés de fazer publicidade de pulôveres e calças e camisas, expunha a importância da luta contra a AIDS, a pobreza, a pena de morte e depois amarrava este conteúdo ao conteúdo social e ao conteúdo da marca Benetton.

Um outro pecado mortal é o excesso de agressividade competitiva.

Outro pecado mortal da moda é a exploração de trabalho escravo e trabalho infantil em grande parte do mundo.

Outro pecado mortal da moda é aquele de mudar a correta hierarquia das coisas, motivo pelo qual muitas vezes acaba-se dando importância as coisas fúteis e deixando de lado o que realmente é importante. (...).

Quando se pensa em moda, uma parte das pessoas imagina um universo de cores e muita criatividade, mas outra parte imagina a sustentabilidade do planeta quando, em todas as estações, algo novo é produzido.

Diante disso, é possível ver que o controle padronizado do que se usa, faz com que a sustentabilidade no planeta seja colocada em evidência, e uma das formas de ajudar é usando a originalidade como meio de recuperação, com a prática de reaproveitamento e customização dos objetos reutilizáveis.

O ramo da moda que mais gera preocupação é a área da confecção de roupas e calçados, pois as tendências mudam e com ela o controle de padrão obrigatoriamente tem que mudar, pois, como visto anteriormente, a moda é gerada pelo status de possuir o atual, não o possuindo, está sendo excluído do grupo.

O filósofo Michel De Montaigne, em várias de suas obras, como por exemplo, “On Solitude”, trabalhou a questão de solidão e tranquilidade, dizia que a pessoa ao buscar o conhecimento público dentro da sociedade que vive, buscaria na riqueza a fama. É o que acontece com o uso das marcas, ao buscar ser reconhecido em um determinado grupo, a pessoa as utiliza para se destacar na sociedade.

Nessa busca pelo reconhecimento as pessoas esquecem de preservar o ambiente onde vivem, e para que isso não ocorra foi criado o bordão “*moda ética*”, essa que visa resolver o problema da sustentabilidade.

Seu principal questionamento é se existe uma consciência sustentável para criar roupas que em pouco temposairão de moda e serão esquecidas. Na busca pela solução do problema pensaramem usar tecidos orgânicos ou recicláveis, contudo o produto final sairá com um preço alto o que afastará a atenção dos consumidores, o que não seria a finalidade do projeto, então foi encontrada a saída por meio do consumo consciente.

O consumo consciente seria quando o consumidor analisaria o produto com mais crítica em sua produção. Em Paris – França no ano de 2004, foi realizado o primeiro *Ethical Fashion Show* (Disponível em: http://ethicalfashionshowberlin.com/efs2/efs_2009.html) que visa advertir ao consumidor sobre a moda responsável.

E é com base na Moda Ética, que é possível ver que durante a procura pela originalidade dos estilos, pode-se reutilizar roupas velhas para serem feitas peças novas e com estilo cada vez mais individual, são os produtos personalizados.

A personalidade além que quebrar os padrões, recupera a visão do designer em moda e, por fim, ajuda a sustentabilidade do planeta, o que em um olhar ético, é totalmente correto, uma vez que a personalidade da propriedade a ética individual ela também estabiliza a ética coletiva.

A customização, seja de roupas ou até mesmo de outros objetos, se torna uma maneira mais econômica e sustentável.

Um outro elemento da moda é que o mundo da estética cresce a cada dia, tornando-o mais forte e mesmo tempo mais perigoso, o que leva a pensar nos limites a que cada um deve se auto-impôr quando o assunto é a estética.

Há quem se submeta a mudanças radicais não só no sentido material da palavra, mas que acabam passando por processos cirúrgicos delicados para chegar ao ideal estético desejado. O caso da Barbie humana (figura 1), por exemplo, mulher que passou por diversos processos cirúrgicos delicados para ficar parecida com a boneca infantil Barbie.



Figura 1 – Barbie Humana

Fonte: www.bolsademulher.com

Há também aqueles que para chegar ao padrão estético desejado, ao invés de procedimentos médicos, acabam desencadeando doenças e enfermidades. Um exemplo clássico são os altíssimos casos de bulimia e anorexia entre os jovens da sociedade moderna. Doenças graves geradas com o único intuito de se tornar parecido com “aquela modelo famosa” ou “a atriz da novela”.

Afinal, não podemos deixar de lado a altíssima influência que, os cada vez mais modernos meios de comunicação, exercem sobre as pessoas.

Até que ponto é considerado “aceitável” que o ser desvincule-se totalmente de sua essência para se tornar ou possuir algo que não é propriamente seu? É dito essência, pois na maioria das vezes em que se usa o termo estética, associa-se somente relacionado à beleza, mas o que se precisa pensar é que a nossa estética, ou seja, a forma com que se veste, se porta, diz um pouco sobre o “si mesmo” de cada um.

Não se pode tornar isso um senso comum, de que todas as pessoas que aderem a algum estilo ofertado no interminável mundo estético, coloca em risco sua essência, como dito anteriormente.

Assim como a moda, a cada dia que passa crescem os grupos alternativos, os quais não se utilizam de padrões, mas sim, criam, de certa forma, seu próprio estilo e não se vinculam a nenhuma marca ou assinatura famosa. Ter uma personalidade própria irá se tornar cada vez mais um valor importante nos dias de hoje, mostrando que a estética não é algo imposto, mas sim resultado da correlação existente entre as mais variadas formas de culturas e estilos de vida, e que ser diferente não é antiético.

3 Conclusão

Visto que o controle de padrão, dentro de nossa sociedade capitalista, é implacável quando se trata de moda, podendo ocorrer a exclusão de indivíduos por não manter o padrão de um determinado grupo.

De modo que não é incomum presenciarmos a aquisição de produtos, não pela sua necessidade real, mas pelo status almejado frente ao meio ao qual está inserido.

Contudo, a imposição de um padrão gera o consumo excessivo ao incluir pessoas por meio de compras, acarretando a depredação da natureza e dos indivíduos (pensamentos e até subjetiva o profissional).

A opção de buscar a originalidade na restauração das peças traz a concretização da noção de sustentabilidade para o planeta, de forma que ao controlar a produção demasiada e inconsciente, além de destacar e valorizar o trabalho com estilo e personalidade estampado nos produtos recriados, propaga ao mundo o ideal de beleza adequada aos verdadeiros e mais importantes padrões: criatividade traz a ideia de que é na individualidade que se faz a coletividade que é necessária.

A humanização do processo de produção também faz com que a moda sustentável se torne uma chave ao pensar nos ideais de direitos humanos, sustentabilidade ambiental e economia social.

Não é vergonha usar a mesma roupa, ao contrário, dar uma sobrevida a alguma peça que não usaria mais passa a ser uma demonstração de preocupação com os diversos fatores já mencionados anteriormente.

Assim, o necessário não são peças de roupas novas, o essencial e mais importante são informações e conscientizações novas, pois moda vem e vai muito rápido.

Referências

ALUMNI, ESPM. Colunas. **Ética na Moda e Consumo Consciente**, s.l, s.a, Disponível em: <<http://www.alumniespm.com.br/impressao/etica-na-moda-e-consumo-consciente/>>. Acesso em: 09 abr. 2015.

CORRÊA, T. G. **Rock nos Passos da Moda: Mídia, Consumo X Mercado Cultural**. Campinas: Papyrus, 1989.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

HAWG, W. **Crítica da Estética da Mercadoria**. São Paulo: Unesp – Rio Claro, 1997.

MASI, D. Et al. **O futuro da Moda de Santa Catarina: Previsões para o Período 2008 – 2012**. Tubarão: Unisul, 2008.

A EXPANSÃO DO DIREITO PENAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO JULGAMENTO DO *HABEAS CORPUS* 126.292/SP

Autor: Aline Feier Falcão (line_falcao@hotmail.com)

Autor: Diego Varela (diego_varella@hotmail.com)

Professor: Fabrício Antônio da Silva (fabricio.silva@ifpr.edu.br)

Resumo: O julgamento do *habeas corpus* 126.292/SP pelo Supremo Tribunal Federal causou surpresa no meio jurídico, pois modificou seu entendimento ao permitir o início do cumprimento da pena pelo acusado a partir da sua condenação em segunda instância, mesmo antes do trânsito em julgado da ação penal, sem prejuízo do princípio da presunção de inocência. Sendo assim, no presente trabalho foi feita uma análise dessa decisão e sua relação com a expansão do direito penal. A expansão do direito penal ocorre quando há ampliação dos bens jurídicos a serem tutelados e alteração dos fundamentos punitivos do Estado. Dessa forma, constatou-se que a decisão proferida pela suprema corte contribui para a expansão do direito penal, pois ampliou os fundamentos de punição, possibilitando tratamento de condenado ao acusado. Nesse contexto, essa decisão contrariou princípios fundamentais previstos em nossa Constituição como a presunção de inocência, contraditório e ampla defesa além de contribuir para o aumento da população carcerária. Destaca-se também a atuação do poder judiciário que deve estar direcionada ao atendimento dos preceitos legais e constitucionais, especialmente o Supremo Tribunal Federal que é o guardião da Constituição Federal. Contudo, essa decisão apresentou-se como um ativismo judicial, uma vez que não há fundamento jurídico-constitucional que a justifique.

Palavras-chave: Prisão. Pena. Presunção de inocência.

Abstract: The trial of *habeas corpus* 126,292/SP by the Supreme Court caused surprise in the legal environment, as modified their understanding to allow the start of the sentence by the accused from his conviction on appeal, even before the final judgment of the criminal action without prejudice to the principle of presumption of innocence. Thus, the present study was an analysis of that decision and its relation to the expansion of criminal law. The expansion of criminal law occurs when there is expansion of legal interests to be protected and the modification of the Punitive State fundamentals. Thus, it was found that the Supreme Court issued decision contributes to the expansion of criminal law, as expanded the grounds for punishment, allowing treatment of convicted the accused. In this context, the decision went against the fundamental principles laid down in our Constitution as the presumption of innocence, contradictory and full defense and contribute to the increase of the prison population. Also noteworthy is the role of the judiciary should be directed to meeting the legal and constitutional provisions, especially the Supreme Court is the guardian of

the Constitution. However, this decision was presented as judicial activism, since there is no legal and constitutional basis to justify it.

1 Introdução

O Supremo Tribunal Federal ao julgar o *habeas corpus* 126.292/SP modificou sua jurisprudência ao decidir que é cabível o início do cumprimento da pena após a confirmação da condenação em segunda instância sem prejuízo do princípio constitucional da presunção de inocência. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar tal decisão e sua relação com a expansão do direito penal. A expansão do direito penal ocorre na medida em que surgem novos bens jurídicos a serem tutelados decorrentes da evolução da sociedade e do surgimento de novos interesses, ampliando a atuação do Estado nas condutas punitivas e aumentando o rigor punitivo de situações já existentes e previstas em lei.

Nesse contexto, a decisão da Suprema Corte evidencia a expansão do Direito Penal, pois ampara condutas punitivas do Estado em detrimento da liberdade do indivíduo que ainda não teve seu processo transitado em julgado. Destacando-se que decisões nesse sentido contribuem para o aumento da população carcerária e fere o princípio do devido processo legal, pois o indivíduo acusado tem seu direito de contraditório e ampla defesa relativizado, uma vez que estará sujeito a cumprir a pena antes de alcançar todas as esferas de defesa a que tem direito.

2 Desenvolvimento

A literalidade do texto constitucional não deixa dúvidas quando preceitua em seu artigo 5º inciso LVII que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”, sendo assim não resta margens a interpretações. Contudo, a Suprema Corte surpreendeu ao mudar sua jurisprudência, pois ampliou os poderes punitivos do Estado, enquanto que o indivíduo acusado de um delito pode ser punido antes de esgotar as instâncias de defesa, aumentando assim, a possibilidade de um inocente cumprir uma pena que não lhe compete.

Para o autor Salo de Carvalho a expansão do direito penal é cada vez mais incorporada pelas Constituições contemporâneas que para ele, (2013, p. 186), “positivam os direitos transindividuais e, não esporadicamente, determinam que sua tutela seja realizada por meio da sanção criminal”.

De acordo com Salo de Carvalho, (2013, p. 205), o aumento da intervenção penal ocorre em dois níveis, na ampliação dos horizontes de criminalização e na alteração dos fundamentos do *ius puniendi*, atribuindo legitimidade às ações punitivas do Estado. Diante disso, é possível perceber que a decisão do STF confirma justamente o segundo nível, pois ampliou os fundamentos de punição, possibilitando tratamento de condenado ao acusado.

Nesse contexto, o Estado ao regular essa ampliação punitiva com o pretexto de combater a criminalidade, na verdade, está deixando de cumprir o seu dever de promover um estado de bem estar social, reduzindo as desigualdades sociais e conseqüentemente as ações criminosas. Alimentar esse sistema cruel e seletivo ao qual estamos inseridos só trará ainda mais prejuízos à sociedade.

Nesse sentido destaca-se importante observação do autor Rogério Greco sobre a necessidade de mudança no pensamento punitivo estatal:

O Estado ainda não acordou para o fato de que ao direito penal somente deve importar as condutas que ataquem os bens mais importantes e necessários ao convívio em sociedade. Enquanto o Direito Penal for máximo, enquanto houver a chamada inflação legislativa, o Direito Penal continuará a ser seletivo e cruel [...]. (2016, p. 159).

O crescimento demográfico expressivo e a criação de centros urbanos sem o devido planejamento, somados a falta de investimento estatal na garantia de direitos sociais básicos como moradia, saneamento e educação, agravaram a desigualdade social e conseqüentemente o aumento da criminalidade. Além de um sistema penal que é evidentemente ineficaz, falido e seletivo. Diante de tal conjuntura a garantia constitucional da presunção de inocência é fundamental para garantir ao indivíduo o direito de se defender até a última instância, sendo que tal princípio é inerente ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Atualmente, vivemos em uma sociedade que clama cada vez mais por ações efetivas do Estado em relação à segurança pública, sendo que para o senso comum as leis “favorecem os criminosos” e a mídia contribui para que esse entendimento se dissemine e a ânsia por punir só aumenta, contribuindo para um Estado com garantias mínimas e conseqüente expansão punitiva. O Estado social vem dando lugar ao Estado Penal, no qual investimentos em ensino fundamental, médio e superior, lazer, cultura, saúde e habitação deixam de ser priorizados em prol de um sistema cada vez mais repressor. (GRECO, 2016, p. 13).

Em contrapartida, o Judiciário não deve atuar para atender o clamor popular, mas sim agir conforme os ditames jurídicos, respeitando as garantias individuais previstas em lei e na Constituição. Ademais, como bem observou o jurista Lenio Streck, essa decisão é um típico exemplo de ativismo judicial uma vez que não há fundamento jurídico-constitucional que a justifique e, apesar de ter argumentos bons e consistentes que nos levam a debates importantes, contraria uma garantia fundamental prevista na nossa Constituição. (2016).

Nesse contexto, o Judiciário acabou por ultrapassar os limites de sua competência, pois atribuiu sentido diverso do que estava expressamente escrito. Como bem ressaltou o ministro Marco Aurélio (2016, p. 76) a decisão “esvazia o modelo garantista da Carta de 1988, não sendo possível mais chamá-la de cidadã”.

Além disso, houve evidente contradição nos argumentos apresentados na decisão, destacando-se a posição do ministro Teori Zavascki, que ao julgar a Reclamação 2.645 quando ainda era ministro do Superior Tribunal de Justiça se manifestou sobre a necessidade de declarar lei formalmente inconstitucional para deixar de aplicá-la. Sendo assim, na presente decisão o mesmo ministro não se manifestou no mesmo sentido, pois deixou de declarar inconstitucional o artigo 283 do Código de Processo Penal que preceitua (2016):

Ninguém poderá ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, em decorrência de sentença condenatória transitada em julgado ou, no curso da investigação ou do processo, em virtude de prisão temporária ou prisão preventiva.(BRASIL, 1941)

Diante dessa controvertida decisão é muito provável que futuramente os próprios Tribunais Superiores venham a mudar o seu entendimento quando enfrentem casos semelhantes, pois para que se consolide esta jurisprudência, através de reiteradas decisões no mesmo sentido, se faz necessário que se cancele o art. 283 do Código de Processo Penal, devendo o STF declarar sua inconstitucionalidade.

Ademais a morosidade dos processos judiciais brasileiros evidentemente gera sensação de impunidade na população que se sente insegura, contudo essa falha na prestação estatal não pode ser justificativa para restrição de direitos e liberdades, atribuindo ao acusado tratamento de condenado. O Estado não pode transferir à população o ônus da ineficiência da prestação dos seus serviços. Ademais, a questão da violência é urgente e necessita de respostas eficazes, contudo não é expurgando o princípio da presunção de inocência de nosso sistema legal que avançaremos contra a violência. (BATISTA, 1990, p. 85).

Cabe ressaltar que essa decisão também traz como consequência o aumento da população carcerária, o que tornará ainda mais grave a situação do Brasil que possui a quarta maior população carcerária do mundo, com 622.202 detentos em dezembro de 2014, segundo dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen). (BRASIL. DEPEN, 2014, p. 6). De acordo com o diretor-geral do Depen, Renato De Vitto (2016), o crescimento da população penitenciária brasileira nos últimos anos não significou redução nos índices de violência. “Pelo contrário, mesmo com o aumento dos encarceramentos, a sensação de insegurança não diminuiu. Isso significa que é preciso se repensar a prisão como instrumento de política pública para combater a criminalidade”.

3 Conclusão

Diante do exposto, é possível inferir que a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no habeas corpus 126.292/SP restringe o direito à ampla defesa e o princípio da presunção de inocência além de contribuir para a

cultura do encarceramento. Ressalta-se, que em muitas ocasiões os acusados que recorreram às cortes superiores obtiveram êxito ao reverter a sentença condenatória, evidenciando o quão arbitrária essa decisão se apresentou.

Nesse contexto é importante lembrar que em uma época em que o país passa por grandes incertezas no âmbito dos poderes Executivo e Legislativo, o poder Judiciário como guardião da Constituição Federal e garantidor da promoção da justiça não poderia tentar extirpar de nossa Carta Magna um princípio tão importante que é o da presunção de inocência.

Por fim, tal decisão favorece a expansão do Direito Penal e conseqüentemente contribui para um estado cada vez menos garantista. Além de ir contra preceitos fundamentais duramente conquistados ao longo da história.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Nilo. **Punidos e mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje**. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

BRASIL. [Decreto-lei Nº 3.689, de 3 de outubro de 1941](#). **Código de Processo Penal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm>. Acesso em: 30 ago. 2016.

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Brasil, 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/infopen_dez14.pdf> Acesso em: 27 ago. 2016.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Habeas-corpus nº 126.292 de São Paulo**. Pacientes: Marcio Rodrigues Dantas. Impetrante: Maria Cláudia de Seixas. Impetrado: Superior Tribunal de Justiça. Relator: Ministro Teori Zavascki. Voto: Ministro Marco Aurélio. Brasília, 17 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10964246>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

CALLEGARI, André Luís. DA SILVA, Fabrício Antônio. Política criminal e medo: os influxos das diferentes faces do risco. **Revista da AJURIS**, n. 126, v. 39, p. 13-38, jun. 2012. Disponível em: < <http://www.ajuris.org.br/2012/11/19/revista-126-ano-xxxix-junho-2012>> . Acesso em: 27 ago. 2016.

CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte geral**. 17 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2015. 1 v.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

GRECO, Rogério. **Direito Penal do equilíbrio**: uma visão minimalista do Direito Penal. 8 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

SANCHEZ, Jesus Maria Silva. **La expansion del derecho penal**: aspectos de la política criminal em las sociedades postindustriales. 2 ed. Madri: Civitas, 2001.

STRECK, L. Teori do STF contraria Teori do STJ ao ignorar lei sem declarar inconstitucional. **Revista Consultor Jurídico**, [S.l.], fev. 2016. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-fev-19/streck-teori-contraria-teori-prender-transito-julgado>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

População carcerária brasileira chega a mais de 622 mil detentos. 2016. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/populacao-carceraria-brasileira-chega-a-mais-de-622-mil-detentos>> Acesso em: 27 ago. 2016.



A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA E A ESCOLHA DOS DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS: DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES DE PALMAS E CLEVELÂNDIA

Autor: Adriana Calegari (adrik49@live.com)
Orientador: Carmem Waldow (carmem.waldow@ifpr.edu.br)
Instituto Federal do Paraná – IFPR – *Campus Palmas*

Resumo: Este trabalho pretende contribuir com o debate concernente à gestão da escola pública no contexto da educação brasileira, tomando como referência de análise os princípios da Gestão Democrática. Garantida por lei, a gestão democrática da escola pública tem sido objeto de discussão entre teóricos da educação nas últimas décadas, entretanto, sua efetivação necessita de empenho por parte dos educadores e comunidade escolar, além de disposição do poder público para a garantia de sua implementação. Como objetivos centrais desta discussão estabelecem-se: analisar o conceito de gestão democrática e a legislação que a ampara; verificar a influência do poder público municipal na escolha dos gestores das escolas municipais e conhecer o processo de escolha dos diretores das escolas públicas mantidas pelos municípios de Clevelândia e Palmas, no sudoeste paranaense. Trata-se de uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, que diagnosticou grandes diferenças na escolha dos dirigentes das escolas públicas municipais nesses municípios vizinhos. Além disso, pode-se observar que a própria legislação municipal pode ser reconhecida como um dos impeditivos para o estabelecimento da gestão democrática.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Escola Pública. Dirigentes Escolares.

1 Introdução

O presente artigo apresenta como tema um assunto que vem sendo discutido e passou a ser objeto de estudo de muitos educadores: a gestão escolar. A forma de escolha dos gestores, o tipo de escola desejada e as possibilidades de ação na busca de um ensino de qualidade que prima por melhorias e busca formar cidadãos conscientes em uma sociedade menos excludente e mais igualitária são questões inerentes ao fazer escolar.

Através deste trabalho trata-se de um estudo sobre as formas de gestão na educação e como objetivos centrais estabelecem-se: analisar o conceito de gestão democrática e a legislação que a ampara; verificar a influência do poder público municipal na escolha dos gestores das escolas municipais e conhecer o processo de escolha dos diretores das escolas públicas mantidas pelos municípios de Clevelândia e Palmas, no sudoeste paranaense.

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, com análise documental, fundamentada nos pressupostos da pesquisa qualitativa. Para sua

realização tornou-se necessária a discussão sobre os conceitos básicos e análise de estudos já existentes sobre a Gestão Democrática, sobre Gestão Escolar Municipal, bem como sobre as modalidades de escolha de dirigentes escolares no Brasil e o papel político pedagógico do diretor na escola. Este embasamento teórico permite a apresentação de um estudo comparativo da legislação que orienta a forma como se dá essa escolha em dois municípios vizinhos, no Sudoeste do Paraná: Palmas e de Clevelândia.

2 Gestão Democrática da Escola Pública

Embora não se restrinjam ao campo educacional, alguns termos como gestão democrática, gestão compartilhada e gestão participativa, fazem parte da luta em defesa de uma escola pública de qualidade social e democrática, por parte de educadores e movimentos sociais.

A gestão democrática pode ser definida como uma forma de gerir uma instituição de maneira a possibilitar participação, transparência e democracia. Todos os envolvidos no cotidiano escolar devem participar da gestão. Nesta perspectiva, qualquer decisão e ação tomada ou implantada na escola tem que ser de conhecimento de todos. Mas a história da gestão das instituições escolares demonstra que a gestão escolar se assemelhava aos processos de administração empresarial. Segundo Libâneo (2013, p. 101):

Data da década de 30 os primeiros estudos da escola como organização de trabalho. Há toda uma pesquisa sobre administração escolar que remonta aos [pioneiros da educação nova](#). Basicamente, estes estudos foram marcados por uma concepção burocrática, funcionalista, aproximando as características da organização escolar à organização empresarial.

Mais tarde, já na década de 1980, os estudos que se referiam a essa área passaram a constituir uma disciplina denominada: Organização do Trabalho Escolar, na qual adotou-se uma abordagem crítica, frequentemente restringindo a análise da escola dentro da organização do trabalho no capitalismo.

De acordo com Libâneo (2013), em relação às finalidades sociais e políticas da educação, existem, essencialmente, duas concepções diferenciadas: a concepção científico-racional e a concepção sócio-crítica.

Na concepção científico-racional prevalece uma visão mais burocrática e [tecnicista](#) de escola. A instituição escolar é tomada como uma realidade objetiva e neutra, devendo funcionar racionalmente e, por isso, deve ser planejada, organizada e controlada, de modo a alcançar melhores índices de eficácia. Este é o modelo mais encontrado na realidade brasileira. (LIBÂNEO, 2013)

Na concepção sócio-crítica, a organização escolar é concebida como um sistema que agrega pessoas, destacando-se o caráter intencional de suas ações, a importância das interações sociais no seio do grupo e as relações da escola com o contexto sociocultural e político. (LIBÂNEO, 2013)

Além dessas duas tendências, alguns estudos abordam uma divisão mais abrangente da organização e gestão escolar, considerando quatro concepções: a técnico-científica (tradicional); a autogestionária, a interpretativa e a democrático-participativa.

As concepções de gestão escolar refletem diferentes posições políticas e concepções do papel da escola e da formação humana na sociedade. Portanto, o modo como uma escola se organiza e se estrutura tem um caráter pedagógico, ou seja, depende de objetivos mais amplos sobre a relação da escola com a conservação ou transformação social. A concepção técnico-científica, por exemplo, valoriza o poder e a autoridade, exercidos unilateralmente. Ressalta relações de subordinação e rígidas determinações de funções e, ao supervalorizar a racionalização do trabalho e nome da eficiência e da produtividade, tende a retirar ou, ao menos, diminuir nas pessoas a faculdade de pensar e decidir sobre seu trabalho. (LIBÂNEO, 2013, p. 105)

Da mesma forma, ainda sobre as demais concepções, pode-se observar que:

[...] Por sua vez, as outras três concepções tem, em comum, uma visão de gestão que se opõe a forma de dominação e subordinação das pessoas e consideram essencial levar em conta os aspectos sociais, políticos e ideológicos, a construção de relações sociais mais humanas e justas, a valorização do trabalho coletivo e participativo. (LIBÂNEO, 2013, p. 105)

Dentro desse contexto, há que se analisar a questão da gestão escolar, procedimentos, formas, objetivos que levam a determinar a melhor forma de escolha desses gestores.

No que se refere ao gestor escolar, dentro de uma gestão democrática, este deve ser entendido como um líder e coordenador das atividades da escola, um importante mediador no projeto pedagógico e nas demais ações e atividades. Os sistemas de ensino, de modo geral, atribuem ao diretor um conjunto de responsabilidades administrativas e pedagógicas.

Os termos “administração da educação” ou “gestão da educação” têm sido utilizados na área educacional ora como sinônimos, ora como termos distintos.

Analisar a gestão da educação, seja ela desenvolvida na escola ou no sistema municipal de ensino, implica em refletir sobre as políticas de educação. Isto porque há uma ligação muito forte entre elas, pois a gestão transforma metas e objetivos educacionais em ações, dando concretude às direções traçadas pelas políticas (BORDIGNON; GRACINDO, 2004, p.147).

A gestão, se entendida como processo político-administrativo contextualizado, nos coloca diante do desafio de compreender tal processo na área educacional a partir dos conceitos de sistemas e gestão escolar. Sobre a gestão de sistema educacional, pode-se entender que:

Gestão de Sistema Educacional: A gestão de sistema implica o ordenamento normativo e jurídico e a vinculação de instituições sociais por meio de diretrizes comuns. ‘A democratização dos sistemas de ensino e da escola implica aprendizado e vivência do exercício de participação e de tomadas de decisão. Trata-se de um processo a ser construído



VI Contextos e Conceitos

Mostra de Produção Científica e Extensão

Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

19 e 20 de setembro de 2016

coletivamente, que considera a especificidade e a possibilidade histórica e cultural de cada sistema de ensino: municipal, distrital, estadual ou federal de cada escola.' (BRASIL, 2004, p. 25)

Da mesma forma, com relação a gestão da escola pública, pode-se inferir que:

Gestão da escola pública: Trata-se de uma maneira de organizar o funcionamento da escola pública quanto aos aspectos políticos, administrativos, financeiros, tecnológicos, culturais, artísticos e pedagógicos, com a finalidade de dar transparência às suas ações e atos e possibilitar à comunidade escolar e local a aquisição de conhecimentos, saberes, idéias e sonhos, num processo de aprender, inventar, criar, dialogar, construir, transformar e ensinar. (BRASIL, 2004, p. 25)

Dentro do âmbito educacional, a gestão democrática tem sido defendida como dinâmica a ser efetivada nas unidades escolares, visando a garantir processos coletivos de participação e decisão. Tal discussão encontra respaldo na legislação educacional.

A construção da gestão democrática implica luta pela garantia da autonomia da unidade escolar, participação efetiva nos processos de tomada de decisão, incluindo a implementação de processos colegiados nas escolas, e, ainda, financiamento pelo poder público, entre outros.

A gestão democrática implica um processo de participação coletiva. Sua efetivação na escola pressupõe instâncias colegiadas de caráter deliberativo, bem como a implementação do processo de escolha de dirigentes escolares, além da participação de todos os segmentos da comunidade escolar na construção do Projeto Político-Pedagógico e na definição da aplicação dos recursos recebidos pela escola.

Nesse sentido, alguns pontos básicos, como os mecanismos de participação da comunidade escolar e a garantia de financiamento das escolas pelo poder público, devem ser observados para que haja a efetivação da gestão democrática da escola.

2.1 Gestão Escolar Municipal

No Brasil, não existe uma lei que especifique como devem ser escolhidos os gestores das escolas públicas. As redes públicas de ensino seguem a legislação geral para o preenchimento de cargos e empregos públicos que, segundo regra da Constituição Federal de 1988, deve ser acessado exclusivamente por "concurso público de provas ou de provas e títulos".

Mas, há exceções, como os cargos em comissão, indicados pelos governantes, os quais devem ser declarados em lei como sendo de livre nomeação e exoneração e que, bem como as funções de confiança, têm atribuições de direção, chefia e assessoramento (art. 37, II e V). Há, ainda, em alguns municípios, a experiência em que a escolha dos gestores ocorre através de eleições, cuja legalidade, no entanto, tem sido questionada.

De acordo com estudos realizados por Juca Gil, professor de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2011), implantar esses dispositivos é complicado. As interpretações não são unânimes e as redes acabam seguindo caminhos distintos, segundo as culturas locais e os históricos de cada realidade, conformando normas próprias, nem sempre coerentes ou concordantes entre si.

Sobre essa questão, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) dispõe:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Para regulamentar o assunto, já foram feitas propostas de alteração da LDB no que diz respeito à gestão democrática do ensino público na Educação Básica. O Projeto de Lei 328/2005 propunha a inclusão do seguinte texto ao Art. 14:

Os sistemas de ensino definirão a forma de escolha dos dirigentes das escolas públicas, admitindo-se, entre outras:

- I - escolha pelo dirigente do órgão responsável pela administração do sistema de ensino;
- II - escolha pela comunidade escolar;
- III - concurso público.

Entretanto, o Projeto de Lei, após longa tramitação, foi arquivado.

Percebe-se que é necessário considerar estão em jogo concepções diferentes sobre o papel do gestor escolar e a sua função enquanto educador ou administrador.

2.2 Modalidades de Escolha de Dirigentes Escolares no Brasil e o Papel Político Pedagógico do Diretor na Escola

Desde a década de 1980, as discussões que se referem as modalidades de escolha de dirigentes escolares no Brasil vêm adquirindo papel significativo em estudos realizados por pesquisadores interessados na democratização da educação e da escola.

Em relação à escolha de diretores, as formas ou propostas mais usuais na gestão das escolas públicas têm sido: a) diretor livremente indicado pelos poderes públicos; b) diretor de carreira; c) diretor aprovado em concurso público; d) diretor indicado por listas tríplexes ou sêxtuplas ou processos mistos; e) eleição direta para diretor.

Ao analisar as modalidades, pode-se afirmar que a livre indicação dos diretores escolares pelos poderes públicos se identificava com as formas mais usuais de clientelismo. O critério de escolha era o favorecimento, sem considerar a competência ou o respaldo da comunidade escolar. Essa lógica

eliminava qualquer candidato que se opusesse à força do prefeito ou governador. Permitia a transformação da escola em espaço instrumentalizador de práticas autoritárias, evidenciando forte ingerência do Estado na gestão escolar. (OLIVEIRA, MORAES & DOURADO, 2005)

Já o diretor de carreira – modalidade pouco utilizada – tinha acesso ao cargo vinculado a critérios como: tempo de serviço, merecimento e/ou distinção, escolarização, entre outros. Representa uma tentativa de aplicação no setor público da tese meritocrática, alijando também a participação da comunidade escolar na escolha de seu dirigente. (OLIVEIRA, MORAES & DOURADO, 2000)

A modalidade de acesso por concurso público nasce como contraponto à indicação política. Vários interlocutores têm defendido essa forma de ingresso, por transparecer objetividade na escolha por méritos intelectuais. Por entender-se que a gestão escolar não se reduz à dimensão técnica, mas configura-se como ato político, considera-se que essa modalidade valoriza demais as atividades administrativas e burocráticas e secundariza o processo político-pedagógico, mais abrangente. A defesa do concurso público de provas e títulos é bandeira a ser empunhada e efetivada como forma de ingresso na carreira dos profissionais da educação. Mas a prática tem mostrado que não é a forma mais apropriada de escolha de dirigentes escolares. Além de desconsiderar a participação da comunidade escolar, possui limites, como a transformação de diretores em “donos da escola”, que fica condenada a ter uma gestão identificada com a pessoa do dirigente até sua aposentadoria. (OLIVEIRA, MORAES & DOURADO, 2000)

A indicação por meio de listas tríplexes, sêxtuplas ou a combinação de processos (modalidade mista) consiste na consulta à comunidade escolar, ou a setores desta, para a indicação de nomes dos possíveis dirigentes, cabendo ao executivo ou a seu representante nomear o diretor dentre os nomes destacados e/ou submetê-los a uma segunda fase, que consiste em provas ou atividades de avaliação de sua capacidade cognitiva para a gestão da educação. (OLIVEIRA, MORAES & DOURADO, 2000)

Tal modalidade tem duas vantagens: um mandato temporal definido e a participação da comunidade escolar no início do processo. Entretanto, como cabe ao executivo deliberar sobre a indicação final do diretor, corre-se o risco de ocorrer uma indicação por critérios não políticopedagógicos, com uma suposta legitimação da comunidade escolar, em nome do discurso de participação/democratização das relações escolares.

As eleições diretas para diretores, historicamente, têm sido a modalidade considerada mais democrática pelos movimentos sociais, inclusive dos trabalhadores da educação em seus sindicatos. Mas ela não está livre de uma grande polêmica. A defesa dessa modalidade vincula-se à crença de que o processo conquista ou retoma o poder sobre os destinos da gestão. A eleição direta tem sido apontada como um canal efetivo de democratização das relações escolares. Trata-se de modalidade que se propõe valorizar a

legitimidade do dirigente escolar como coordenador do processo pedagógico no âmbito escolar. (OLIVEIRA, MORAES & DOURADO, 2000)

Porém, concorda-se que, quaisquer políticas direcionadas para a democratização devem considerar os diferentes contextos em que elas se inserem.

3 Como e dá a Escolha de Diretores nos Municípios de Palmas e Clevelândia

Considerando os diferentes contextos de dois municípios do Sudoeste do Paraná, Palmas e Clevelândia, escolhidos por serem os mais antigos, decidiu-se por estudar e comparar a forma como se efetiva a escolha dos diretores das escolas municipais que atendem a Educação Infantil e aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, através das leis municipais que regulamentam esse processo de escolha.

3.1 Palmas

O município de Palmas encontra-se a uma latitude 26°29'03" sul e a uma longitude 51°59'26" oeste, com altitudes variando entre 950 a 1356 m (município) e a sede urbana, entre 1030 m (bairro do Rocio) e 1158 m (bairro Alto da Glória). A Altitude média da cidade é de 1115 m s. n.m.m . A população avaliada em 2010 é de 42.887 habitantes. Com uma temperatura média anual em torno dos 16°C, Palmas é a cidade mais fria do Paraná, com as áreas habitáveis mais altas do estado. Situando-se no sudoeste do Paraná do mesmo, foi durante muito tempo o mais importante pólo de ensino superior para o sudoeste do estado. Ainda hoje concentra boa parte das vagas disponíveis para a região.

Palmas é, também, uma das socialmente mais desiguais cidades do Paraná. Entre 1991 e 2000 o Índice Gini do município disparou de 0,610 para 0,660. De fato Palmas é o 15º município mais desigual do Sul do Brasil, e o 9º neste quesito no estado do Paraná. No ano 2000, a porção da renda abocanhada pelos 10% mais ricos da população era de 56,5% da renda total contra apenas 7,3% dos 40% mais pobres. Ou seja, o decil mais rico da população ganha cerca de 31 vezes o rendimento da parcela dos 40% mais pobres. Um índice muito superior a média do estado que é uma razão de 23,8 vezes.



Baseado nas Leis Municipais do Município de Palmas, pode-se observar as seguintes mudanças ocorridas, no que tange aos diretores das escolas municipais: o Município de Palmas possui uma legislação própria sobre o assunto. De acordo com o histórico de Leis da Câmara Municipal de Palmas, a Lei Nº 791 de 06 de dezembro de 1984, “Estabelece eleições diretas para Diretores de Escolas de rede Municipal de Ensino do Município de Palmas e dá outras providências.”

A referida Lei decreta que:

Artigo 1º - As funções de diretor de estabelecimento de ensino, da rede municipal serão exercidas por eleições diretas organizadas na forma desta Lei.

Artigo 2º - As eleições referidas no artigo anterior serão processadas através de votação convocada e encaminhada pelo Diretor do Departamento de Educação da Prefeitura Municipal, mediante editais afixados em locais visíveis no estabelecimento de ensino.

Artigo 3º - Poderão ser votados os professores estatutários e em exercício no estabelecimento de ensino.

Artigo 4º - Poderão votar:

I – Os professores referidos no artigo 3º;

II – Os demais professores, funcionários estatutários e celetistas em exercício no estabelecimento de ensino.

III – O pai ou mãe de aluno regularmente matriculado no estabelecimento.

Esta lei permanece em vigor até 17 de outubro de 1997, quando pela Lei Nº 1268, que: “Altera a Lei Municipal nº 791, de 11 de março de 1985, estabelecendo eleições diretas para Diretores de Escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Palmas, criando o cargo de vice-diretor e dá outras providências”.

Com a deliberação desta nova Lei, ocorrem algumas mudanças, dentre as quais pode-se citar:

Artigo 1º - Fica criado o cargo de vice-diretor nas Escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Palmas, o qual exercerá suas funções na vacância do cargo de Diretor, na forma da Lei Municipal nº 761, de 11 de março de 1985.

Artigo 2º - Os artigos 1º, 11, 13, parágrafo único da Lei Municipal nº 791, de 11 de março de 1985, passarão a vigorar com o seguinte teor:

“Artigo 1º. As funções de diretor e de vice-diretor de estabelecimento de ensino, da rede municipal, serão exercidas por eleições diretas organizadas na forma desta lei.

§ único - Os candidatos a diretor e vice-diretor deverão apresentar seus nomes em chapa única para a eleição, a qual se realizará nos termos desta lei.

Artigo 11 - Em caso de vacância das funções de diretor, o Diretor do departamento de Educação convocará, imediatamente, o vice-diretor eleito, de acordo com os resultados obtidos a que se refere o artigo 7º, em seu § 2º, para assumir temporariamente as funções ou completar o mandato.

Artigo 13. O mandato do diretor é de dois anos, iniciando no primeiro dia útil do ano civil, admitida uma recondução consecutiva, desde que, para tal, em razão de votação, venha a ser eleito.

§ 1º . O disposto no “caput” do presente artigo se aplica ao cargo de vice-diretor.

§ 2º . Entre o mês de outubro a dezembro do ano em que se encerrar um mandato, o Diretor do departamento de Educação deverá providenciar o processo de votação para o mandato seguinte.”

Permanecendo em vigor, até que em 29 de agosto de 2001, pela Lei Nº 1420, da Câmara Municipal de Palmas: “Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover eleições direta para preenchimento das funções de Diretor e Vice-diretor das Escolas do Sistema Municipal de Ensino do Município de Palmas, Estado do Paraná e dá outras providências”.

No que tange a essa Lei, permanece a escolha por eleições diretas, porém algumas mudanças ocorrem, quanto aos candidatos a diretores, aos quais passa-se a fazer as seguintes exigências:

Art. 3º - Para poder se candidatar ao processo de escolha para o exercício da função de diretor e Vice-diretor, deverá ser apresentada a chapa, contendo os dois nomes. Os candidatos deverão atender, na data da inscrição aos seguintes requisitos:

Ter formação plena em nível superior, na área de Educação (licenciatura), em instituição devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação;

Ser professor efetivo municipal, lotado no Estabelecimento de Ensino, com, no mínimo, dois anos consecutivos e ininterruptos de exercício, com carga horária mínima de 20 horas semanais.

Não ser parente direto do diretor atual em exercício, sendo deste pai, mãe, filho(a), irmão(a), sobrinho(a), sogro(a), genro, nora, cunhado(a), primo(a);

Não ter recebido punição e/ou estar indiciado em qualquer processo administrativo, disciplinar ou criminal, em nenhuma instância ou tribunal;

Não estar concorrendo ou exercendo mandato em qualquer função e/ou cargo eletivo;

Ter participado do Curso de Gerenciamento Escolar promovido pelo Departamento de Educação, bem como realizado a prova de conhecimento, que incluirá noções em comunicação (interpretação e redação de texto) e em gestão pedagógica e gestão administrativa, com um mínimo de 75% de frequência e aproveitamento.

Parágrafo 1º - A licenciatura curta só permite a candidatura desde que o candidato também possua, no mínimo, uma especialização. Parágrafo 2º - Para se cumprir o contido no inciso “c”, não poderá o diretor em exercício se licenciar de suas funções.

Algumas mudanças ocorrem também a partir da eleição, sendo as principais:

Art 11 – Conhecido o resultado, o Prefeito Municipal em ato próprio nomeará o diretor, que após, publicação de sua nomeação, será empossado pelo Diretor do Departamento de Educação.

Art. 12 – O diretor nomeado nos termos desta Lei, indiciado em sindicância, processo administrativo ou inquérito policial, ou contra o qual tramitar ação penal, poderá ser afastado do exercício de suas funções pelo Diretor do Departamento de Educação.

Art 13 – Em caso de vacância do cargo de diretor empossado, nos termos desta Lei, o Diretor do Departamento de Educação convocará o Vice-diretor, e em caso de vacância deste, deverá ser procedida nova eleição.

Art. 14 – O Diretor nomeado, nos termos desta Lei, indicará ao Departamento Municipal de Educação os nomes que farão parte da administração da escola.

Parágrafo Único – Os nomes assim escolhidos não podem contradizer o referido no Art. 3º, inciso “a, b, d” desta Lei.

Permanecendo em vigor até que a Câmara Municipal de Palmas, Estado do Paraná, em 21 de novembro de 2007. Através da Lei Nº 1764 “Altera a alínea “f” do art. 3º da Lei Municipal nº 1.420 de 31 de Agosto de 2.001”. ficando com o seguinte teor:

Art. 1º - Fica alterada a alínea “f” do art. 3º da Lei Municipal nº 1.420 de 31 de Agosto de 2.001, a qual passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º - (...)

“f” – Ter participado do Curso de Gestão Escolar promovido pelo Departamento de Educação, que incluirá gestão pedagógica e gestão administrativa, com um mínimo de 75% de frequência e aproveitamento.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do Orçamento Financeiro Vigente do Município.

Esta referida Lei permaneceu em vigor até a data de 16 de novembro de 2009, quando em sessão deliberativa da Câmara Municipal de Palmas, através da Lei Nº 1901 que: “Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover consulta para preenchimento das funções de Diretor e Vice-Diretor das Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Palmas, e, dá outras providências”. A partir de então, a Lei passa a ter o seguinte teor:

Art. 1º - As funções de Diretor e Vice-Diretor dos estabelecimentos de Ensino que compõem a rede pública Municipal serão preenchidas através de consulta a comunidade escolar, organizadas na forma desta lei.

Art. 2º - A consulta referida no artigo anterior será processada mediante votação convocada, dirigida e supervisionada pelo Diretor do Departamento de Educação, mediante a fixação de editais em locais visíveis nos estabelecimento de ensino que compõem a rede pública municipal.

Mantido o processo de escolha mediante votação, com os mesmos requisitos anteriores exigidos dos candidatos, acrescentando-se, porém, que:

Art. 4º - Os candidatos promoverão inscrição de suas candidaturas, obedecendo às datas fixadas em edital pelo Departamento de Educação, e deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Certidão de antecedentes criminais expedida pelo Cartório da Vara Criminal desta Comarca.

II – Certidão do Departamento de Administração do Município de Palmas/Pr, demonstrando inexistir inquérito administrativo disciplinar. III - Declaração comprovando o tempo de lotação e exercício no estabelecimento de ensino.

IV – Certidão do Departamento Pessoal do Município de Palmas, comprovando que os candidatos não estão em estágio probatório.

V - Documento comprobatório da formação em Curso Superior, nos termos exigidos pelo artigo anterior.

Art. 5º - Poderão votar, nas eleições de Diretor e Vice Diretor da rede pública municipal de ensino, todos os professores, funcionários efetivos lotados e em exercício e, *a partir de 2011, os pais dos alunos devidamente matriculados no estabelecimento de ensino.*

Dentro deste contexto, observa-se que o Município de Palmas, Paraná, pretende, desta forma, estabelecer uma gestão democrática para os gestores das escolas municipais, observando alguns critérios julgados essenciais pelo poder legislativo e executivo para o bom andamento das escolas. Propiciando aos professores concursados efetivos lotados em escolas municipais, curso de aperfeiçoamento, aos interessados em prestar serviços como gestores das escolas, no cargo de diretor e vice-diretor, a fim de propiciar conhecimentos que possam ajudar na administração.

As funções dos eleitos abrangem as responsabilidades de gerir os processos formativos dos alunos, os recursos administrativos, humanos, financeiros e patrimoniais, colocados à disposição da instituição, bem como, a relação do estabelecimento de ensino com a comunidade.

3.2 Clevelândia

O município se estende por 704,6 km² e contava com 17.232 habitantes no último censo. Vizinheiro dos municípios de [Abelardo Luz](#), [Mariópolis](#) e [São Domingos](#), Clevelândia se situa a 35 km a Sul-Leste de [Pato Branco](#) a maior cidade nos arredores. Situado a 988 metros de altitude, de Clevelândia são as coordenadas geográficas do município Latitude: 26° 25' 7" Sul Longitude: 52° 23' 23" Oeste.



Em relação ao Município de Clevelândia, no que se refere a escolha dos diretores das escolas Municipais, a Lei Municipal Nº 1.567/98 de 22 de dezembro de 1998, está em vigor e: “Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de Clevelândia e dá outras providências.”

Em seu artigo 23 trata da atribuição de encargo específico ao profissional da educação integrante do Quadro do Magistério correspondente ao exercício das funções de: I - Diretor; II - orientador educacional e III - supervisor pedagógico, diz que:

§ 1º A função de diretor será ocupada por profissional nomeado pelo Chefe do Executivo, indicado dentre os professores e especialistas lotados em exercício no próprio estabelecimento, e excepcionalmente com a devida justificativa, poder-se-á admitir a indicação de professores lotados em outro estabelecimento, porém, não em estágio probatório.

§ 2º As funções de que tratam os incisos II e III serão exercidas mediante designação de autoridade superior, observado o tempo mínimo de dois anos de exercício, excluído o período relativo ao estágio probatório (art. 3º § 1º da resolução da Lei de Diretrizes e Bases).

Observa-se que, a referida Lei em vigor desde 1998 encontra-se em estudo, e novas considerações estão para ser aprovadas, junto ao novo estatuto, porém o que se tem, no momento, são essas determinações.

Assim, no Título IV, Art. 24 do novo estatuto do Município que encontra-se em fase de elaboração e estudos, refere-se e determina que:

As funções de direção de unidade escolar de ensino fundamental e centros municipais de educação infantil, de coordenação pedagógica, assessoramento pedagógico e técnico pedagógico serão desempenhados por integrantes do quadro de pessoal instituído pela presente Lei, nos cargos de Professor ou Professor de Educação Infantil, desde que os mesmos possuam a respectiva habilitação e exercerão atividades de direção, coordenação, orientação, supervisão, planejamento e assessoramento, dando atendimento e fazendo acompanhamento no campo da educação.

Ainda de acordo com o mesmo estatuto, em fase de elaboração, seu Art. 25 determina que:

A função de Diretor de Unidade Escolar de Ensino Fundamental e dos Centros Municipais de Educação Infantil, quando estes funcionarem em unidades independentes, será ocupada por profissional efetivo do quadro de magistério, nomeado pelo Chefe do Executivo.

Parágrafo Único. “Os demais critérios e condições para o exercício das funções de direção e a forma de escolha do profissional, será objeto de legislação específica.”

Desta forma, observa-se que, mesmo que se aprovado o novo estatuto, a forma de escolha permanecerá a mesma, ficando a cargo do poder executivo a escolha e nomeação dos diretores das escolas municipais.

4 Considerações Finais

Após revisão bibliográfica atual sobre o tema proposto, pode-se concluir que debates ainda vêm ocorrendo sobre a melhor forma de se determinar os

gestores, especificamente aqui, no caso dos diretores das escolas de educação básica municipais. Por não existir uma Lei única no Brasil que regulamente a forma como deve ser esta escolha, as redes de ensino da educação básica seguem as determinações das Leis Municipais.

Considerando a necessidade em se realizar um trabalho em conjunto, pode-se constatar que a gestão democrática, sendo a forma de gerir uma instituição de maneira que possibilita a participação, transparência e democracia, na qual todos os envolvidos no cotidiano escolar devem participar da gestão, onde qualquer decisão e ação tomada ou implantada na escola tem que ser de conhecimento de todos, torna-se a almejada, a desejada pela comunidade escolar.

Desde a década de 1980, vem-se discutindo sobre as modalidades de escolha de dirigentes escolares no Brasil, o que vêm adquirindo papel significativo em estudos realizados por pesquisadores interessados na democratização da educação e da escola.

Nos estudos realizados sobre a forma de escolha dos gestores nos municípios de Palmas e de Clevelândia, pode-se perceber que em Palmas a Lei Municipal que determina como deve ser feita essa escolha desde 1984 até hoje, passou por várias reformulações. A cada vez buscando aprimorar a busca por uma escola democrática. Assim, chegou-se a instituição de eleições, nas quais a comunidade escolar tem a oportunidade de escolher entre candidatos que se especializam para tal cargo, escolher o que melhor condiz com a realidade de cada escola.

No município de Clevelândia, a Lei Municipal que determina e regulariza a escolha de gestores ainda data de 1998, na qual a escolha é feita pelo chefe do executivo. Porém, estudos vêm sendo realizados para que haja uma renovação no que se refere aos aspectos de melhoria para as escolas, porém, de acordo com estudos, objetiva-se manter a forma de escolha dos diretores, permanecendo sob a escolha e nomeação do poder executivo.

Pode-se concluir que, gestão democrática e participativa implica numa série transformações que se fazem necessárias para que se possa ter cada vez mais uma educação de qualidade e comprometida com o desenvolvimento integral do ser humano em prol de uma sociedade mais justa e igualitária para todos, como é sabido. Entretanto, a efetivação da gestão democrática nas escolas municipais depende do apoio das instâncias públicas que a mantem, e isso implica, inclusive, na criação de leis que garantam a participação da comunidade escolar na escolha dos dirigentes escolares.

Vários outros questionamentos podem ser apresentados ao término deste estudo, dignos de novas pesquisas e maior aprofundamento, entre eles, destacam-se: a legislação municipal que prevê a escolha do gestor das escolas garante a gestão democrática da escola? Deve-se priorizar o saber técnico ou político do pretendente ao cargo de gestor da educação? Como está sendo implementada a legislação no municipal em Palmas no tocante à escolha dos dirigentes escolares?



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

O que se destaca é que não há possibilidade de estabelecimento de uma gestão democrática na escola se não houver participação da comunidade escolar. É necessário que a comunidade escolar eleja os seus representantes na escola e que atue efetivamente para que a gestão escolar não se assemelhe à gestão de empresas.

Referências

BORDIGNON, G.; GRACINDO, R. V. **Gestão da educação: o município e a escola**. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. da S. **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Gestão da educação escolar**. Brasília: UnB, CEAD, 2004 vol 5.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**; 6ª edição, São Paulo, Heccus Editora (2013).

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão Escolar Democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação**. UFG. Políticas e Gestão na Educação. 2000. In. http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf - acesso em 15/05/2016

<http://gestaoescolar.abril.com.br/politicas-publicas/quem-elege-gestor-> Acesso em 14/05/2016.

<http://www.clevelandia.pr.leg.br/> acesso em 20/07/2015

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA MELHORIA DA APTIDÃO FÍSICA PARA A SAÚDE E PARA O DESEMPENHO ESPORTIVO EM ESCOLARES

Ana Claudia Almeida Ferreira (anac.almeidaferreira@gmail.com)

Alúcio Menin Mendes

Gesiliane Aparecida de Lima Kreve;

Resumo: A aptidão física refere-se a capacidade do indivíduo apresentar um desempenho físico adequado em suas atividades de vida diárias. Uma boa aptidão física está associada com um menor risco para o desenvolvimento de doenças. Tal aptidão pode ser desenvolvida e estimulada durante as aulas de Educação Física. O objetivo do presente trabalho é avaliar a aptidão física para a saúde e para o desempenho esportivo em alunos de uma escola pública. A metodologia utilizada foi baseada na bateria de testes da PROESP (2015). Foram avaliados 221 alunos de uma escola municipal na cidade de Palmas-PR, sendo a maioria do sexo masculino com idade média de 8 anos. Conclui-se que os alunos avaliados encontram-se, em sua grande maioria, aptos fisicamente nos aspectos relacionados à saúde. Já nos aspectos relacionados ao desempenho esportivo, a aptidão física encontrada nesse estudo é preocupante. As aulas de Educação Física são fundamentais no desenvolvimento motor em todas as etapas da vida escolar, por isso devem ser ministradas visando melhorar a aptidão física dos alunos. Dessa maneira torna-se essencial também o investimento em políticas públicas que visem a qualidade de vida fora do ambiente escolar.

Palavras-chave: Educação Física, Docência, PIBID, PROESP.

ABSTRACT: Physical fitness refers to an individual's ability to present an adequate physical performance in their daily life activities. A good fitness is associated with a lower risk for development of disease. This ability can be developed and stimulated during physical education classes. The objective of this study is to evaluate physical fitness for health and sports performance in students of a public school. The methodology used was based on the test battery PROESP (2015). We evaluated 221 students of a municipal school in the city of Palmas-PR, mostly male with an average age of 8 years. that evaluated students are, be concluded for the most part, physically fit in aspects related to health. Already in aspects related to sports performance, physical fitness found in this study is worrisome. The Physical Education classes are key motor development at all stages of school life, so should be given to improve the physical fitness of students. In this way also becomes essential investment in public policies aimed at quality of life outside the school environment.

Keywords: Physical Education, Teaching, PIBID, PROESP.

INTRODUÇÃO

A aptidão física refere-se a capacidade do indivíduo apresentar um desempenho físico adequado em suas atividades de vida diárias. Ela pode estar relacionada tanto com a saúde quanto com aptidão motora, destreza ou habilidades esportivas (BOHME, 2003). Sendo assim, verificar esses aspectos da aptidão física poderá contribuir de forma decisiva na tentativa de promoção da saúde coletiva (LUGUETTI, RÉ E GOHME, 2010). Uma boa aptidão física relacionada a saúde está associada com um menor risco para o desenvolvimento de doenças hipocinéticas ou crônico-degenerativas, tais como: elevados níveis de colesterol sanguíneo, hipertensão, osteoartrite, diabetes, acidente vascular cerebral, vários tipos de câncer, doenças coronarianas, depressão, ansiedade e excesso de gordura corporal (GLANER, 2005). Além disso, informações encontradas em trabalhos como este podem possibilitar previsões para o futuro, principalmente no que tange aos aspectos relacionados a promoção da saúde e ao controle de doenças (RONQUE et al, 2006). Para Dórea et al (2008), pesquisas sobre esse tema demonstram a necessidade de revisão das estratégias de políticas públicas e sociais a serem adotadas em diferentes municípios, Estados e regiões do Brasil.

Visto que a cultura corporal do movimento é atualmente a base da Educação Física e o estímulo a prática de atividade física deve ser amplamente difundida, temos as escolas como ambiente propício para a difusão de conhecimento. A Educação Física não pode ser vista como uma disciplina isolada das demais ministradas na Educação Básica. Por ser obrigatória nesses níveis de ensino, ela deve estar integrada com todas as outras disciplinas, desenvolvendo o seu papel de formação integral dos sujeitos. A importância que ela passa a ter no currículo escolar é inegável. Percebemos então, com o passar do tempo, que a prática docente está em constante modificação, sendo necessária a utilização de novos métodos para atrair os alunos. O profissional dessa área deve estar apto a elaborar e aplicar planos de ensino que contemplem não só a cultura do movimento, mas que se associem às outras disciplinas e também que trabalhem temas relacionados à prevenção e promoção da saúde. Para isso, [as práticas corporais, atividade física e lazer devem estar presentes em](#) todas as escolas, incluindo atividades como brincadeiras e jogos, esportes, lutas, ginásticas e danças, visando estimular a prática de atividade física e reduzir o sedentarismo.

Para Perim e Krug (2003), para colocar a Educação Física como agente promotor de saúde primeiramente é preciso fornecer uma fundamentação teórica que dê suporte a isso. A fundamentação pedagógica da Educação Física é muito ampla se levar em consideração a sequência do desenvolvimento, com seus estágios e características de maturação fisiológica e motora, que são diferentes em cada indivíduo. Mas a partir do desenvolvimento de pesquisas, a atividade física pode servir como instrumento para uma vida saudável. Com base nesse novo panorama é que o Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID) vêm fortalecer a educação pública

em nosso país. O PIBID trata-se de um programa que alia a teoria à prática, com supervisão de profissionais formados, que permite a troca de experiências e a valorização da docência. A partir dele, é possível melhorar a qualidade da educação pública no Brasil.

O objetivo do presente trabalho é avaliar a aptidão física para a saúde e para o desempenho esportivo em alunos de uma escola pública.

MATERIAIS E MÉTODOS

Estudo de cunho experimental, quantitativo e descritivo. Foram avaliados 221 alunos do 1º ao 5º ano da Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima de Palmas PR, com faixa etária entre 6 e 14 anos de idade, sendo 52,5% do sexo masculino e 47,5% do sexo feminino. Para a coleta de dados foi realizada uma bateria de testes pelos acadêmicos e supervisores do PIBID durante as aulas de Educação Física, utilizando o protocolo referenciado pelo Projeto Esporte Brasil (PROESP, 2012). O protocolo classifica crianças e adolescentes em Zona de Risco à Saúde ou Zona Saudável para os testes que avaliam a aptidão física para a saúde; e em excelente, muito bom, bom, razoável e fraco para os testes que avaliam a aptidão física para o desempenho esportivo. Todos eles são estratificados por sexo e idade, de acordo com o perfil da população brasileira.

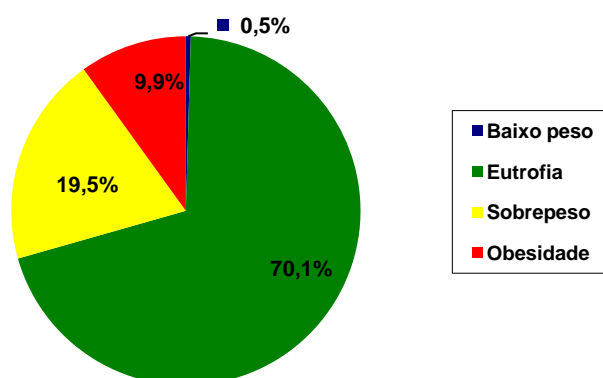
Os alunos foram submetidos à mensuração da massa corporal e estatura para análise da composição corporal via Índice de Massa Corporal (IMC); para a mensuração da aptidão cardiorrespiratória foi utilizado o teste da corrida/caminhada dos 6 minutos; para a flexibilidade, o teste de sentar e alcançar; para a resistência muscular localizada, o número de abdominais em 1 minuto; para força explosiva de membros superiores, o arremesso de *medicineball* (2kg); para força explosiva dos membros inferiores, salto horizontal (em distância); para agilidade, o teste do quadrado; e para velocidade, a corrida de 20 metros. Para a aplicação dos testes foram necessários os seguintes materiais: balança portátil, estadiômetro, trena, fita métrica, fita adesiva, régua de 30 cm, cones, colchonetes, *medicineball* de 2 kg, giz branco, cronômetro e ficha de registro. Foi utilizada a análise comparativa e descritiva, ambas baseadas nos dados do protocolo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi composta por 221 crianças do ensino fundamental, com faixa etária entre 6 e 14 anos de idade, com média de idade de 8 anos (± 1), sendo a maioria do sexo masculino (52,5%). A amostra mensurada apresentou 75,1% dos alunos com o IMC dentro da zona saudável (Tabela 2). Estratificando o estado nutricional com o IMC para idade e sexo, 0,5% apresentou baixo peso, 70,1% eutrofia e 29,4% de excesso de peso (Gráfico 1). Em uma pesquisa denominada Pesquisa de Orçamento Familiar (POF),

realizada pelo IBGE nos anos 2008-2009, foi avaliado o estado nutricional de criança de 5 a 9 anos de idade, onde apenas 4,1% dos avaliados apresentaram déficit de peso e cerca de 33,3% excesso de peso, sendo que quadros de obesidade representam cerca de um terço do total de casos de excesso de peso no sexo feminino e quase metade no sexo masculino.

Gráfico 1. Resultados percentuais do estado nutricional com base no IMC para a idade



Os dados do estado nutricional encontrados nessa pesquisa indicam valores similares de inadequação do estado nutricional aos encontrados na população brasileira, indicando a necessidade da adoção de medidas direcionadas para a amostra estudada visando reduzir e/ou prevenir o excesso de peso na adolescência e na fase adulta. Visto que o excesso de peso praticamente triplicou nos últimos 20 anos e já se tornou um problema de grande relevância para a saúde pública no Brasil, essa tendência indica a importância da elaboração de políticas públicas eficientes focadas na melhora na qualidade de vida dos brasileiros, que envolvam principalmente alimentação saudável e prática de atividade física.

Os dados relativos aos demais testes estão dispostos nas tabelas abaixo:

Tabela 1. Resultados dos testes aplicados na pesquisa percentuais nos testes de aptidão física conforme as categorias de expectativa de desempenho esportivo

	Arremesso do medicineball (%)	Salto em distância (%)	Quadrado (%)	20 metros (%)	6 minutos (%)
Excelente	3,2	0,5	0	0	19,9
Muito bom	21,3	12,2	14	14,9	35,7
Bom	24,4	28,8	24	24	12,2
Razoável	18,1	27,6	29	23,5	15,8
Fraco	33	38,9	33	37,6	15,8

Tabela 2. Resultados percentuais nos testes de aptidão física para a saúde cardiovascular e ósteo-muscular

	IMC (%)	6 minutos (%)	Flexibilidade (%)	Resistência abdominal (%)

Zona Saudável	75,1	83,7	75,5	82,8
Zona de Risco à Saúde	24,9	15,8	24,5	17,2

Com base nos resultados acima, verifica-se que os dados relativos a aptidão física relacionada ao desempenho esportivo apresentam-se, em sua maioria, preocupantes. Em estudo similar, concluiu-se que, de um modo geral, a aptidão física e desenvolvimento motor dos escolares encontram-se abaixo da média de desempenho esperado para a idade (ALANO et al, 2011). Já os resultados da aptidão física relacionada à saúde foram considerados satisfatórios, pois a grande maioria estava acima da zona saudável.

No teste da corrida/caminhada dos 6 minutos, quando foi avaliada a aptidão cardiorrespiratória para a saúde e para o desempenho esportivo, ambos tiveram apenas 15,8% dos alunos classificados na zona de risco e com desempenho fraco, respectivamente. Ou seja, dentre os testes que avaliam o desempenho esportivo foi o que menos apresentou dados ruins. Num estudo que avaliou a resistência aeróbica por meio do teste de correr/andar em 9 minutos concluiu que escolares com sobrepeso e obesidade apresentaram respectivamente 52 e 68% mais chances de inaptidão para essa resistência quando comparados aos eutróficos.

Em relação a flexibilidade, o teste de sentar e alcançar demonstrou que 75,5% dos alunos apresentam boa flexibilidade. A metodologia utilizada para esse teste também foi estudada por Moreira et al (2009), que concluiu que o teste de sentar e alcançar sem banco informa resultados semelhantes ao teste com banco no que se refere à flexibilidade nos escolares. Um estudo com 988 escolares que associou positivamente o nível de flexibilidade com o percentual de gordura observou que aqueles com sobrepeso/obesidade apresentaram aproximadamente 1,8 vezes mais chances de ter boa flexibilidade quando comparados aos eutróficos (ANDREASI et al, 2010).

Para a resistência muscular localizada, quando o aluno é submetido a fazer o número máximo de abdominais durante 1 minuto, apenas 17,2% da amostra apresentaram-se na zona de risco à saúde. Correlacionando a força abdominal com a gordura, Andreasi et al (2010) afirma que escolares com percentual de gordura moderadamente excessivo apresentaram 1,6 vezes mais chances de ter um bom resultado nesse teste.

Para força explosiva de membros superiores, 33% dos avaliados arremessaram a *medicineball* à uma distância considerada fraca de acordo com o padrão. Em estudo com alunos de escola pública e privada em Pelotas-RS, concluiu que os meninos de escola pública foram considerados fracos e os das escolas privadas razoáveis, já as meninas de ambas as escolas foram consideradas fracas (SANTOS, CAMPOS e SCHILD, 2013).

Já para avaliar a força explosiva dos membros inferiores, esse número é um pouco mais preocupante, visto que 38,9% da amostra apresentou um fraco desempenho no salto horizontal em distância. Estudo semelhante comparando alunos de uma escola municipal com uma privada não encontrou diferença

significativa entre as escolas, sugerindo que não há diferença na qualidade das aulas de Educação Física entre a rede pública e particular. Apesar disso, sugere que as aulas não proporcionam um estímulo suficiente na aptidão física pois a maioria dos avaliados se encontra no nível fraco (MASCARENHAS et al, 2013).

Considerando a agilidade por meio do teste do quadrado, 33% dos avaliados apresentaram um baixo desempenho. Um estudo que comparou 81 alunos entre 7 e 10 anos na cidade de Lapa-PR, sendo 51 de uma escola municipal e 30 de uma escola privada, observou uma diferença significativa dos alunos da escola privada sobre os da escola pública nos testes do quadrado e corrida dos 20 metros, indicando uma melhor condição de agilidade e velocidade (MASCARENHAS et al, 2013).

Quando avaliados em relação a velocidade na corrida de 20 metros, 37,6% não tiveram bons resultados. Em estudo similar, realizado na cidade de São Paulo, foram observados elevados índices classificados como "ruim" em todos os testes. Os autores relacionam a diminuição no envolvimento com a prática regular de atividade física e conseqüente baixo nível de aptidão física com o ambiente, ou seja, um grande centro urbano (LUGUETTI, RÉ E GOHME, 2010). Um estudo comparando a aptidão física de adolescentes residentes na zona rural e urbana, conclui que os rapazes rurais possuem uma aptidão cardiorrespiratória, força/resistência da parte inferior e superior do tronco e braços, significativamente melhor que os respectivos pares urbanos, enquanto que a gordura e a flexibilidade são iguais entre os rapazes dos dois domicílios (GLANER, 2005).

De acordo com Fátima e Silva (2013), o professor de Educação Física é responsável por selecionar os conteúdos respeitando as peculiaridades de cada etapa do desenvolvimento humano. Assim, o professor deve reconhecer no processo de desenvolvimento da criança as possibilidades já adquiridas e em seguida promover estratégias de evolução para a etapa posterior. O que se pode pensar é uma Educação Física que dentro da sua especificidade, possibilite ao indivíduo compreender e se apropriar do mundo cultural sem diminuir a importância das outras formas do conhecimento. Os autores reforçam ainda a necessidade de romper com a lógica que exclui aqueles sujeitos que não apresentam tanta habilidade, impedindo-os de ter acesso a Educação Física. Não basta apenas ter um Projeto Político Pedagógico que oriente a ação de modo a promover maior humanização, mas sim garantir que o acesso à cultura corporal seja efetivo.

Com propósitos educacionais explícitos e implícitos a intenção é de influenciar a formação integral dos sujeitos. Na prática das atividades propostas pelo professor, evidencia-se uma rede de sociabilidade construída a partir de uma maior participação dos alunos nas aulas. Esse convívio social mais amplo proporciona além do desenvolvimento harmônico do corpo, também do espírito. As atividades desenvolvidas durante a Educação Física tornam possível formar um homem de ação, física e moralmente sadio, alegre e resoluto, consciente de seu valor e das suas responsabilidades (BETTI, FERRAZ E DANTAS,

2011). Como exemplo, podemos citar o esporte que está associado nas mídias com a imagem do indivíduo saudável e vitorioso. Deste modo, a tarefa da Educação Física Escolar deve ser limitada a desenvolver a capacidade de praticar esportes como lazer, objetivando uma vida mais saudável e não um desempenho esportivo vitorioso (PERIM E KRUG, 2003).

Ainda dentro do contexto escolar, um estudo correlacionou a aptidão física e motora com a dificuldade de aprendizagem. Com base numa possível relação, o profissional de Educação Física deve planejar as atividades com o intuito de ampliar a aptidão física e motora, bem como aprimorar o desempenho escolar dos alunos visando minimizar a dificuldade de aprendizagem (ALANO et al, 2011).

Em sua pesquisa, Xavier (2014) entrevistou 10 professores de Educação Física do ensino fundamental e para um dos professores entrevistados, a aula permite o aluno superar as dificuldade e consequentemente interagir com o grupo. Para eles, mesmo com as dificuldades como o número elevado de alunos, quantidade aumentada de horas-aula, infraestrutura inadequada, falta de respeito e o não reconhecimento da profissão, o prazer em ensinar e a troca de experiências com os alunos foram consideradas como fator positivo. Para ele é fundamental que a prática pedagógica seja interativa favorecendo a proximidade do professor com o aluno e o fortalecimento da confiança entre eles.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que os alunos avaliados encontram-se, em sua grande maioria, aptos fisicamente nos aspectos relacionados à saúde. Já nos aspectos relacionados ao desempenho esportivo, a aptidão física encontrada nesse estudo é preocupante. Considerando a carência na estrutura física e a precária disponibilidade de materiais disponíveis nas escolas públicas em nosso país, conclui-se que os alunos estão tendo boas aulas de Educação Física, porém aspectos relacionados a força explosiva de membros superiores/inferiores, agilidade e velocidade precisam melhorar muito. Grande atenção deve ser dada aqueles alunos que não se encontram dentro do padrão recomendado, pois esse quadro ainda pode ser revertido com auxílio dos professores no estímulo à prática de atividade física.

Uma vez que os dados de sobrepeso/obesidade e a presença de doenças crônicas não transmissíveis relacionadas aos hábitos de vida vêm aumentando significativamente, fica claro a importância das aulas de Educação Física e de que as mesmas sejam ministradas com qualidade. A inclusão do PIBID é um aliado na melhoria do ensino da Educação Física nas escolas públicas da cidade de Palmas-PR, pois possibilita a prática da docência aos acadêmicos ainda na graduação, com a supervisão de professores de ambas as instituições de ensino envolvidas (universidade e escola). Dessa maneira se torna essencial, também, o investimento em diversas políticas públicas

voltadas à qualidade de vida da população, desde as séries iniciais de ensino já que a escola é um ambiente propício para difusão de conhecimento.

Vale ressaltar ainda que a maior vantagem desse protocolo é ser um instrumento de medida e avaliação de muito baixo custo, fácil acesso e aplicação. Dessa maneira, torna-se viável a aplicação desses testes com maior frequência, visando o acompanhamento periódico da saúde e aptidão física dos alunos, além da qualidade das aulas de Educação Física que estão sendo aplicadas.

REFERÊNCIAS

ALANO, V. da R. et al. **Aptidão física e motora em escolares com dificuldades na aprendizagem.** Rev Bras Cien e Mov, v. 19 , n. 3, 2011. p. 69-75.

ANDREASI, V. et al. **Aptidão física associada às medidas antropométricas de escolares do ensino fundamental.** J Pediatr, Rio de Janeiro: 2010, v. 86, n. 6. p. 497-502.

BETTI, M.; FERRAZ, O. L.; DANTAS, L. E. P. B. T. **Educação Física Escolar: estado da arte e direções futuras.** Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, v. 25, p. 105-15, dez./2011.

BOHME, M. T. S. **Relações entre aptidão física, esporte e treinamento esportivo.** Rev Bras Cien Mov. Brasília: v. 11, n. 3, p. 97-104, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009:** antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 130 p.

BRASIL. Ministério do Esporte. Gaya, A. et al. **Manual do Projeto Esporte Brasil.** 2012. 20 p.

DÓREA, V. et al. **Aptidão física relacionada a saúde em escolares de Jequié, BA, Brasil.** Rev Bras Med Esporte. V.14, n. 6, p. 494-499, nov/dez 2008.

FÁTIMA, C. R. de; SILVA, F. G. da. **Desenvolvimento, Aprendizagem e Atividades Lúdicas na Concepção de Leontiev: Contribuições para a Educação Física Escolar.** Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente/SP, v. 24, n. 1, p. 127-146, jan./abr. 2013.

GLANER, M. F. **Aptidão física relacionada à saúde de adolescentes rurais e urbanos em relação a critérios de referência.** Rev Bras Educ Fis Esp. São Paulo: v. 19, n. 1, p. 13-24, jan/mar 2005.



**VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016**

LUGUETTI, C. N.; RE, A. H. N.; GOHME, M. T. S. **Indicadores de aptidão física de escolares da região centro-oeste da cidade de São Paulo.** Rev Bras Cineantrop Desempenho Hum. V. 12, n. 5, p. 331-337, 2010.

MASCARENHAS L. P. G. et al. **Estudo comparativo da aptidão física entre crianças de escola pública e particular: uma visão regional.** Cinergis. 2013, v. 14, n. 3. p 157-160.

MOREIRA R. B. et al. **Teste de sentar e alcançar sem banco como alternativa para a medida de flexibilidade de crianças e adolescentes.** Rev Bras de Ativ Fís e Saúde, v. 14, n. 3, 2009. p. 190-196.

PERIM, M. F.; KRUG, H. N. **A Influência da Cultura Corporal sobre a Educação Física Escolar.** Educação: Revista do Centro de Educação da UFSM, v. 28, n. 1, p. 61-74, 2003.

RONQUE, E. R. V. et al. **Diagnóstico da aptidão física em escolares de alto nível socioeconômico: avaliação referenciada por critérios de saúde.** Rev Bras Med Esporte. V. 12, 2006.

SANTOS, C. A. dos; CAMPOS, A. L. P.; SCHILD, J. F. G. **Comparação dos níveis de aptidão física e desempenho motor de estudantes de uma escola pública e uma escola privada da cidade de Pelotas.** Rev Bras de Prescrição e Fisiologia do Exercício. São Paulo: v. 7, n. 41, p. 440-448, set/out 2013.

XAVIER, C. R. R. **Professor de Educação Física no Ensino Fundamental: saberes, concepções e sua prática docente.** Pensar a Prática, v. 17, n. 2, jun. 2014. ISSN 1980-6183. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/23783/16739>>. Acesso em: 18 de Agosto de 2015.

A IMPORTÂNCIA E A APLICAÇÃO DE JOGOS SÉRIOS NA APRENDIZAGEM INTRODUTÓRIA DE PROGRAMAÇÃO

Samuel Bueno de Barcelos¹, Luís Felipe Lofagem¹, Lilian N A Lazzarin¹, Bruno Guaringue Trindade¹, Tarlis Tortelli Portela¹
mucabarcelos@hotmail.com ; luis_felipe_japa@hotmail.com;
lilian.lazzarin@ifpr.edu.br; bruno.guaringue@ifpr.edu.br;
tarlis.portela@ifpr.edu.br

¹IFPR – Instituto Federal do Paraná
PRT 280 – Trevo Codapar s/n – Palmas – PR – CEP 85555-000

RESUMO

Este artigo tem como principal objetivo a apresentação de ambientes de ensino ligados a programação para níveis iniciantes e intermediários, suas características, seu recebimento em sala de aula, e se a importância e resultados após a aplicação destes programas no ensino de linguagens de programação são realmente satisfatórios. O estudo teve como base uma revisão em projetos nacionais como no caso do ambiente SACI e outros conhecidos mundialmente como o Scratch.

1 INTRODUÇÃO

Na aprendizagem de programação, segundo Boticki et al.(2012), os alunos que aprendem os fundamentos de Estruturas de dados (Eds) utilizando papel e caneta são mais propensos a erros por esse método ser demasiado cansativo e ineficiente. Visando a dificuldade enfrentada por jovens no decorrer da disciplina ligada a construções de algoritmos, diversos projetos para jogos educacionais, chamados “jogos sérios”, são realizados. Essa falta de interação pode levar o aluno a se distrair durante a execução de algum passo importante durante o algoritmo, levando-o a não compreensão do conceito abordado, com isso o aluno se entediando em utilizar o recurso de aprendizagem.

Os jogos sérios não tem como principal propósito o entretenimento mas é existente a dependência de conceitos e mecânicas para chamar o público-alvo, assim como os jogos de entretenimento. Jogos com objetivo educacional não só tem suma importância em ensinamentos superiores, como também no ensino médio e fundamental, pois na atualidade é requerido desenvolver habilidades que permitam conviver e prosperar em um mundo tecnologicamente rico, tais habilidades são chamadas de pensamento computacional (WING,2006) este sendo a base da ciência da computação.

O pensamento computacional pode ser definido como um processo de resolução de problemas que inclui, mas não se limita, às seguintes características (ISTE; CSTA; NSF, 2011):

- i) formular problemas de modo que seja possível usar o computador e outras ferramentas para ajudá-los;

- ii) organizar e analisar dados de forma lógica;
- iii) representar dados através de abstrações, tais como modelos e simulações;
- iv) automatizar soluções através do pensamento algorítmico;
- v) identificar, analisar e implementar as soluções possíveis com o objetivo de conseguir a combinação mais eficiente e eficaz de etapas e recursos;
- vi) generalizar e transferir esse processo de resolução de problemas para uma grande variedade de problemas.

2 JOGOS SÉRIOS RELEVANTES

2.1 SCRATCH

Fig. 1: O ambiente Scratch. FONTE: MALONEY(2008).

O Scratch (MALONEY et al.2008; RESNICK et al.2009) mostrado na Figura 1, é uma ferramenta que faz um grande esforço de tradução para o português. Foi desenvolvido por um grupo do MIT, para usuários sem necessidade de conhecimento prévio de qualquer linguagem de programação. Baseado na pedagogia sócio construtivista. Usa comandos arrastando blocos de instruções para determinada tarefa, os blocos podem ser encontrados a partir de uma palheta ao lado da tela para uma tela principal, onde os blocos podem ser colocados fixados em outros para construir uma sequência de comandos. É uma ótima opção para a introdução de programadores, porém, após os estágios iniciais a abordagem de programação por blocos se torna uma amarra que impede a introdução de algoritmos mais complexos, em vista disso, a necessidade de novas ferramentas é crucial para melhor entendimento de linguagens de programação.

A ferramenta é organizada em várias sessões funcionais. Na sessão de controle estão as estruturas condicionais e de repetição. Enquanto a sessão de movimento possui os comandos para modificar a posição de objetos no plano, a de sensores possui verificadores de localização e comandos leitura. A sessão aparência possui comandos para diálogo e mudança de trajes. Na sessão de som estão os comandos para iniciar os sons do projeto.

Fig. 2: Resultados do questionário.

Um estudo realizado por estudantes da Universidade Estadual de Feira de Santana projetaram aulas para um colégio estadual utilizando a criação de jogos clássicos como Pong e Mario Bros, nos primeiros jogos observou-se grande dificuldade em troca de trajes e laços de repetição, Mario Bros sendo o mais difícil foi realizado sem maiores dificuldades. A fig. 2 e 3 apresentam os resultados obtidos através de questionário.

Fig. 3: Resultados do questionário.

2.2 NO BUGS' SNACK BAR

A mecânica do jogo é inspirada em jogos de gestão de tempo, cujo os passos sequenciais em que o jogador precisa cumpri-las dentro de um limite de

tempo (Trefry, 2010). O objetivo do jogo é controlar um atendente de uma lanchonete onde clientes chegam solicitando combinações de comidas e bebidas sendo necessário usar combinações de códigos para atender todos os clientes antes do final do tempo estabelecido.

É definido em um conjunto de 16 missões com aumento de dificuldade na manipulação de variáveis.

Fig.4: Interface do jogo NO BUGS' SNACK BAR.

É um projeto realizado por alunos de uma Universidade de Santa Catarina, com base de apresentação e propostas de exercícios para uma turma de 16 alunos do primeiro semestre do Bacharelado de Engenharia de Software da UDESC. Os professores davam apoio com o funcionamento de comandos e funcionamento de laços de repetição. Após os alunos jogarem livremente por uma hora, responderam a um questionário no modelo EgameFlow(Fu et al.2009) para avaliar a diversão do jogo.

2.3 SACI

O ambiente de aprendizagem SACI é implementado em Javascript e projetado como um aplicativo web de página única. Uma grande contribuição foi ao analisar que a maioria dos ambientes eram projetados para Desktop, o que poderia ser um desafio na hora de um aluno instalar o software em sua casa, fosse por falta de algum recurso do computador ou por ser uma tarefa difícil para ele.

Fig.5: Interface do SACI

A tela do ambiente Sacy é dividida em três áreas: área de vídeo, área de conteúdo e área de trabalho.

A aba de conteúdo contém textos, documentos, vídeos, slides, links e outras informações associadas a aula. O componente principal é a área de trabalho em que é composta por um painel de entrada editável, um painel de programa e um painel de saída, assim como várias IDEs de javascript. O componente de vídeo é utilizado para tutoriais e videoaulas.

O usuário pode alterar a configuração de espaço do ambiente de acordo com o seu desejo, escondendo barras de separação. Contendo também um botão de ajuda sobre cada função do programa.

O ambiente Sacy foi desenvolvido e disponibilizado em março de 2015 com quatorze aulas, a abordagem usando uma história real para o enunciado de problemas é comumente usado em competição e programação como a OBI e a maratona de programação da SBC e neste contexto tem sido proposta com o novo método de ensino de programação, conhecido como competitive learning (VERDÚ et al. 2011).

Numa duração de três meses o curso atingiu mais de 2900 alunos registrados tirando os que utilizam o sistema sem registro, apesar de ser cedo para uma avaliação as impressões são bastante positivas.

CONCLUSÃO



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

A necessidade de novas ferramentas tecnológicas para o ensino se tornam cada vez mais buscadas, não só nas disciplinas em volta da computação, mas desde o ensino fundamental e médio. Ambientes como os que foram apresentados fornecem uma ideia de um novo método de ensino na área de programação, onde erros são apresentados de forma imediata e o aluno adquire um maior ânimo em buscar solucionar problemas computacionais.

Considerando-se que a capacidade de resolver problemas com a aplicação do pensamento computacional pode ser reaproveitada em várias áreas, já é realizado pesquisas que buscam outras disciplinas ligadas no currículo. Porém, a educação na computação é considerada um desafio especialmente no ensino introdutório de programação por usarem caneta e papel e softwares em maioria em inglês, sendo que nestas exigem total conhecimento da língua o que tem gerado um alto nível de evasão e reprovação.

Referências

ANIDO, R. **Saci- ainda outro ambiente para o ensino de programação.** Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2015.

Vahldick, a. **Testando a diversão em um jogo sério para o aprendizado introdutório de programação.** Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2015.

BATISTA, W, SENA, J. P. S, SANTOS, D. M. B. *et al.* **Oficinas de aprendizagem de programação em uma escola pública através do ambiente scratch.** Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.

NUNES, I. F, JÚNIOR, P. A. P. **Rpg4sorting – um jogo educacional para auxílio ao ensino de métodos de ordenação.** Universidade Federal de Goiás, Jataí, Goiás, 2015.

A INEFETIVIDADE DAS LEIS NA AMÉRICA LATINA

Aline Feier Falcão (line_falcao@hotmail.com)
Marianne Pauletti dos Santos (mariannepauletti518@gmail.com)
Fernanda Giotto Serpa (fer.gserpa@googlemail.com)
José Arthur Castillo de Macedo (jose.macedo@ifpr.edu.br)
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

Resumo: O presente artigo objetiva provocar questionamentos acerca do regime democrático de países latino-americanos quanto à inefetividade da aplicação das leis partindo de aspectos históricos, ordenamentos jurídicos e suas origens e realidade política e social das populações. O trabalho é fundamentado em pesquisas bibliográficas sobre o tema com ideias de autores como Edward Palmer Thompson, Guillermo O'Donnell e Keith S. Rosenn. Em um primeiro momento é exposta a definição e a evolução histórica do aparato das leis no contexto da Inglaterra do século XVIII e, mais adiante, no contexto da América Latina. Com base nisto, argumenta-se sobre a democracia como regime político e a igualdade formal, bem como a função do Estado do bem-estar social e a importância dos direitos políticos e civis, os quais nem sempre são exercidos em conjunto e para todas as classes. Por fim, tem-se analisado a chamada “cultura do jeito”, que funciona como mecanismo para contornar obstáculos que dificultam o acesso à lei. Percebe-se, desta forma, que o ordenamento jurídico na maioria dos países latino-americanos não está em consonância com a situação econômica e social, mostrando-se necessário uma nova reestruturação jurídica nestes casos para que todos possam exercer seus direitos políticos e civis de maneira plena.

Palavras-chave: Democracia, direitos, igualdade, cultura do jeito, não-efetividade.

Abstract: The present article has the purpose to provoke questionings about the democratic regimes in Latin American countries regarding the ineffectiveness of law enforcement in view of historical aspects, legal order and its origins and the social-political reality of these countries. This piece is grounded in bibliographical studies, with ideas of authors such as E. D. Thompson, O'Donnell, Keith Rosenn. At first, the definition and the historical evolution of the legal apparatus in the context of 18th century England and, further on, in the context of Latin America are presented. Arguments concerning the democracy as a political regime and the formal equality, as well as about the role of the welfare state and the importance of the civil and political rights – which aren't always exercised concurrently and for all classes – are proposed. At last, the so called “Brazilian knack culture” – which works as a mechanism to bypass the obstacles that hamper the access to the law – is analyzed. It's perceived, therefore, that the legal orders of most Latin American countries aren't in harmony with their socioeconomic situations, showing the necessity of a new juridical remodeling in these cases so that everyone can exercise their civil and political rights to the fullest.

Keywords: Democracy, rights, equality, knack culture, ineffectiveness.

1 Introdução

Desde o período colonial, e sobretudo hodiernamente, observa-se na América Latina uma generalizada inefetividade constitucional e legislativa, bem como uma incidência seletiva das leis entre os indivíduos e a ausência de coerência entre os ordenamentos jurídicos vigentes e a realidade política e social das populações, concebidas enquanto destinatários finais dos diplomas legais, nas palavras de Guillermo O'Donnell " existem rudimentos de um Estado de bem-estar ". Inúmeros autores há muito tempo debruçam-se sobre a análise desse fenômeno, concordando que suas causas estão intimamente atreladas à adoção reiterada pelas autoridades políticas, constitucionalistas e juristas, de correntes filosóficas e conjuntos legais estrangeiros que em nada se assemelham com o cotidiano e imbricações sociais dos povos latino-americanos. Esse problema é agravado pelo crescimento e perpetuação das desigualdades sociais e econômicas, no sentido de que estas são capazes de comprometer o pleno exercício da cidadania e dos direitos básicos daqueles indivíduos que por elas são afetados, para alguns autores que compreendem a própria noção de democracia como um conjunto sistêmico condicionado a verificação de elevado grau de igualdade socioeconômica e a arranjos políticos orientados nessa direção, a flagrante inefetividade das leis na América Latina têm o condão de suscitar razoáveis objeções no que concerne à real condição democrática nos países desse continente. Diante desse cenário jurídico e social emergem subsistemas paralelos responsáveis por burlar os ordenamentos jurídicos vigentes e retardar a efetiva aplicação das leis. Essa gama de fenômenos, suas causas e consequências necessitam ser explicitados e submetidos a exame crítico, no intuito de atentar a sociedade a esse problema, estimular o debate e ações práticas em torno deles. Neste texto buscou-se avançar nessa direção, fundamentando-nos na função social das leis, na cidadania, na conceituação de democracia e no anseio pelo pleno exercício dos direitos básicos.

2 Desenvolvimento

Compreende-se a lei, por definição, e possivelmente como mecanismo cultural ou institucional, de acordo com Edward Palmer Thompson (1987, p. 349), como uma fração da estrutura social, que abarca as esferas política, jurídica e religiosa, as mais proeminentes instituições responsáveis pela construção ideológica.

Desse modo, a lei caracteriza-se como um artifício da classe dominante, pois, ao mesmo tempo representa e define os interesses das classes mais influentes perante os recursos disponíveis e a força de trabalho, outorgando o que será a propriedade e o que será crime, atuando também através dos ordenamentos jurídicos e das sanções como mediadora das relações de classe, em geral, reafirmando e perpetuando o poder das classes imperantes (THOMPSON, 1987, p. 350).

Com o intuito de conceituar a lei, e ao mesmo tempo tornar clara sua importância na evolução histórica na formação das sociedades contemporâneas como as concebemos, Edward Palmer Thompson (1987, p. 351) socorreu-se da Inglaterra do século XVIII, esmiuçando as relações entre dominantes e dominados, analisando que os dominantes não dependiam da lei para oprimir os dominados, e estes sequer necessitavam de lei alguma, considerando que, em geral, não discutia-se direitos definidos por leis contra não-direitos, mas sim diversas definições de direitos, a exemplo do direito à propriedade, que para o proprietário de terras consistia no fechamento das terras comunais, ao passo que para os trabalhadores rurais o direito significava a manutenção das terras comunais, e para os caçadores, nada mais eram do que “terras preservadas” para os cervos. Porém, como já é sabido, a lei e os direitos formais por ela definidos correspondiam a um instrumento do poder de classe, e os procedimentos que condicionavam sua incidência haviam sido institucionalizados pela classe dominante.

Assimilando o exemplo da prática legiferante na Inglaterra do século XVIII estudado por Edward Palmer Thompson, sabe-se que a lei era produzida e aplicada, direta e institucionalmente, para impor o poder das classes dominantes, bem como era subordinada às exigências funcionais dos grupos socioeconômicos de interesse (1987, p. 353), a lei existia enquanto ideologia, que servia tão somente para legitimar o poder de classe.

Nesse sentido, é mister traçar um paralelo entre as observações de E. P. Thompson com base naquela sociedade inglesa do século XVIII, com inúmeras sociedades contemporâneas, onde a lei é intermediadora e legitimadora das relações de classe, mistificando e mascarando o contexto social onde são inseridas.

Partindo desses pressupostos, e tomando como ponto de partida as afirmações de Ernesto Garzón Valdés, têm-se a América Latina, desde tempos remotos, como o continente do desencanto e da frustração, tanto do ponto de vista da efetividade dos ordenamentos jurídicos adotados quanto da justiça social.

O autor, suscita questões nucleares a respeito do paradoxo enfrentado pelo continente latino-americano no que tange à sua conjuntura social, política e jurídica, tendo em vista que a maioria dos países que o compõe conquistaram sua independência concomitantemente com o auge das principais correntes filosóficas europeias dos séculos XVII e XVIII, tomando-se como exemplo o liberalismo político de John Locke, consubstanciado na Constituição estadunidense de 1787, destacou Hegel (apud VALDÉS, 2001 p. 206), que a América Latina estava destinada a alicerçar-se sobre a razão e tornar-se um modelo perfeito de organização estatal.

Na prática, no entanto, os países latino-americanos foram verdadeiros laboratórios para a falsificação e deturpação das principais teorias democráticas, a razão mais plausível, destacada por Ernesto Garzón Valdés (2001, p. 207-208) é a vocação constitucionalista, característica comum a inúmeros países latino-americanos. O autor observa que o ordenamento constitucional da América Latina é flagrantemente incoerente, considerando que, ao mesmo tempo em que parte da população acredita veementemente na Constituição como principal fator de organização democrática, de desenvolvimento social e de consciência política, outra

parte, de forma realista aponta a discrepância entre o que é constitucionalmente prescrito e a realidade político-social.

Garzón Valdés, no intuito de tornar evidente a incoerência constitucional latino-americana, assinala o caso icônico da promulgação da Constituição Argentina de 1853, durante o período de organização nacional, logo após a deposição do caudilho Juan Manuel de Rosas. Levando em conta os antecedentes doutrinários desta Constituição, especialmente os escritos documentados de Juan Bautista Alberdi, observa-se que em momento algum o autor preocupa-se em ocultar que o modelo institucional imposto não se adaptava à realidade social argentina, além de reconhecer isso, o próprio Alberdi, propôs que fosse renunciado à tal modelo institucional, ou que se transformasse imediatamente o país. Assevera-se que a estrutura étnica argentina, assim como de todo restante da América espanhola e do Brasil, não estava preparada para tornar efetivamente vigente uma organização institucional e administrativa avançada e ilustrada, contrariando as utopias colonizadoras de transformar o Novo Mundo numa imensa civilização moderna e cristã, ignorando suas especificidades culturais e históricas e sua constituição sobre um cruel passado colonial.

José Galvão de Souza (apud VALDÉS, 2001, p. 209) ensina-nos que na edificação constitucional do Brasil e da América espanhola, desde a época da independência, os chefes políticos e os mais célebres constitucionalistas, como Ruy Barbosa no Brasil e Alberdi na Argentina, estavam impregnados e cegamente influenciados por teorias democráticas europeias e anglo-saxônicas, ao passo que detinham escasso conhecimento concernente à vida e às penúrias do povo no interior do país, por conseguinte, elucidaram constituições quiméricas, fruto do trabalho intelectual de homens educados com ideologias estrangeiras, sem relação com seus países natais e simplesmente aptos a proteger e positivar os interesses das elites dominantes.

Certamente, as consequências mais devastadoras dessa construção foram a valoração da Constituição como um documento ideológico, formal e utópico, e a rejeição da constituição histórica, dotada do rico patrimônio institucional e dos elementos capazes de conferir ao Brasil e a toda América espanhola ordenamentos jurídicos democráticos e genuínos, condenando o continente a ser governado sob a égide de Constituições ineficazes, modeladas a partir de experiências de outros países.

Emerge como efeito reflexo da precariedade constitucional na América Latina a ineficiência do ordenamento jurídico infraconstitucional, uma vez que, havendo flagrante discrepância entre as Constituições e a realidade social, afigura-se também o descumprimento generalizado das disposições legais ditadas em consonância com a Carta Magna (2001, p. 218), aliado a isso os ordenamentos jurídicos são complexos, extensos e desconhecidos das grandes massas populacionais, privando o homem médio de adequar suas ações aos diplomas legais.

Exposta essa conjuntura, é impossível se falar em ordenamentos jurídicos e constitucionais efetivos na América Latina, o que existem são conjuntos heterogêneos de regras, ou um direito costumeiro praticado reiteradamente de

acordo com a posição social, econômica ou política de cada indivíduo, aqueles que detêm os fatores reais do poder não dependem da constituição para legitimar seus atos, agindo livremente à margem da incidência das leis, desfrutando de uma impunidade que lhes é devida em função do poder de que gozam. Considerando que o princípio básico de um Estado Democrático de Direito é o controle legal e judicial do poder, almejando justamente evitar a impunidade, fica exposta a fragilidade e o estado patológico dos ordenamentos jurídicos nacionais.

Em seguida a esse cenário político, social e jurídico, muitos autores ao se defrontarem com a ineficácia das leis e as recorrentes violações de direitos básicos em grande parte dos países da América Latina, questionam inclusive se seria possível rotular tais países como democráticos, Guillermo O'Donnell (1998, p. 37) dedica-se ao estudo dessa questão em seu trabalho "*Poliarquias e a (in)efetividade das leis na América Latina*".

A discussão trazida em voga por O'Donnell (1998, p. 44), diz respeito ao papel da democracia frente a efetividade ou não das leis e de que forma ela é totalizada: como apenas um conjunto de direitos legais e universais (direitos formais) ou apenas quando a igualdade substantiva é alcançada.

Com o intuito de tornar claras suas ideias, explica O'Donnell (1998, p. 38), que, ao passo em que alguns estudiosos defendem uma definição pura e simplesmente política, ignorando as características socioeconômicas e concebendo a democracia como um tipo de regime político que independe das características do Estado e da sociedade, outros autores, por sua vez, relacionam integralmente a democracia à igualdade socioeconômica, bem como à forma com que dada sociedade se organiza social e politicamente para atingir a igualdade necessária, concluindo que países que não alcançaram esta igualdade, não são verdadeiramente democráticos, mantendo apenas uma democracia de fachada.

Guillermo O'Donnell (1998, p. 39) adota uma postura intermediária entre as duas vertentes ideológicas supracitadas, reconhecendo a ligação intrínseca entre democracia e a igualdade entre os indivíduos, enfatizando também que o aspecto político deste regime reflete diretamente nesta igualdade, ou seja, os direitos políticos e civis oriundos da democracia trazem consigo a premissa de que todos possuem um grau básico de autonomia e responsabilidade, tornando todo indivíduo uma 'pessoa legal', portadora de direitos e obrigações formalmente válidos não apenas em questões políticas, mas também civis, criminais e tributárias, essa igualdade advém do aspecto político do regime democrático e não pode ser considerada puramente formal, ou até mesmo uma forma de encobrir as verdadeiras desigualdades, dado que "formais ou não, essas são igualdades, e têm amplas potencialidades de levar a uma maior equalização" (O'DONNELL, 1998, p. 40). Contudo, a condição difusa de pobreza extrema de determinado país acaba privando os cidadãos de exercer a autonomia garantida pela democracia, admitindo assim a estreita relação entre democracia e os aspectos socioeconômicos de dado país.

Depois de ponderadas diferentes concepções da democracia, o autor empreende uma análise acerca do que ele denomina de princípio de lei, significa dizer que toda e qualquer legislação existente deve ser aplicada de modo justo,

independentemente da situação social e financeira dos indivíduos, nesse sentido ressalta ainda que os procedimentos legais devem ser preestabelecidos e acessíveis a todos. O'Donnell compreende a igualdade formal de maneira binária: as normas são válidas, uma vez que são sancionadas dentro dos procedimentos adequados e devem incidir de maneira universal. Todavia, essa igualdade formal universalizada não é capaz de suprir as desigualdades, constatação que fomentou em diversos países a institucionalização do Estado de bem-estar, através de ações mais específicas, como políticas públicas de auxílio social e judiciário para aqueles que encontram obstáculos no exercício de sua autonomia.

Habermas (apud O'Donnell, 1998, p. 43) afirma que o Estado de bem-estar foi responsável por avanços consideráveis quanto à equidade social e democratização, mas também destaca que o alcance dos direitos civis nos países desenvolvidos ocorreram anteriormente à aquisição de direitos políticos e do Estado de bem-estar, assim como O'Donnell (1998, p. 43) faz especial menção à situação dos países latino-americanos contemporâneos, onde apenas recentemente conquistaram os direitos políticos, e ainda convivem com direitos civis aplicados de maneira deficiente.

Segundo O'Donnell (1998, p.44) essa deficiência diz respeito às falhas e lacunas na legislação existente, que apesar do progresso das últimas décadas, ainda mantém leis e regulações que discriminam as minorias. Ademais, a aplicação da lei configura-se como um meio de opressão, considerando-se que se opera de maneira excessivamente severa e discricionária, a consequência disso é que aqueles indivíduos definidos como “privilegiados” se isentam de cumprir a lei, perpetuando na América Latina “uma longa tradição de ignorar a lei ou, quando ela é acatada, de torcê-la em favor dos poderosos e da repressão ou contenção dos fracos” (O'DONNELL, 1998, p. 44).

Nesse liame, a noção de Estado de Direito também é frisada por O'Donnell (1998, p.46), para essa concepção as próprias instituições do Estado têm o dever de agir em consonância com as normas jurídicas formalmente aprovadas, promulgadas e sustentadas pelo Estado. No entanto atenta-se para a ausência deste Estado legal em regiões remotas, não somente dos centros políticos, mas também aquelas situadas nas periferias das cidades:

[...] qualquer que seja a legislação formalmente aprovada existente, ela é aplicada, se tanto, de forma intermitente e diferenciada. E, mais importante, essa legislação segmentada é englobada pela legislação informal baixada pelos poderes privatizados que realmente dominam esses lugares. (O'DONNELL, 1998, p. 46).

Este tipo de sistema implica em inserções arbitrárias no sistema formal e se caracterizam como sistemas subnacionais de poder independentes do Estado e da democracia, já que, angariam determinados territórios e constituem um conjunto legal informal, mas, ao mesmo tempo, eficiente, que passa a coexistir com o ordenamento jurídico legítimo formalmente vigente.

É sabido que no seio de um Estado de Direito, o governo não somente deve ser orientado pela lei, mas deve também a ela se sujeitar, e que num Estado

Democrático de Direito o sistema legal democrático evidencia-se em três sentidos: deve assegurar as liberdades e garantias políticas da poliarquia; deve preservar os direitos civis de todos os cidadãos sem distinções; e deve impor aos agentes, públicos ou privados – inclusive aqueles que estão hierarquicamente bem posicionados -, a subordinação diante dos controles apropriados e legalmente estabelecidos, sempre que se estabelecer qualquer suspeita de ilegalidade de seus atos (*accountability*).

Considerando os aspectos expostos, O'Donnell (1998, p.52-53) retoma o debate entorno da relação democracia, princípio de lei e desigualdades socioeconômicas, ponderando que a democracia não é apenas um regime político, mas é também um elo entre os cidadãos e o Estado, bem como entre os próprios cidadãos a partir de um princípio de lei. O referido princípio de lei é capaz de garantir não só a cidadania política, mas também a cidadania civil e as redes de *accountabilities*, a fim de explicitar essa assertiva, O'Donnell toma como exemplo Costa Rica e Uruguai, únicos países latino-americanos onde os direitos políticos, civis e a *accountability* horizontal são efetivos, fatos refletidos diretamente na estrutura social, uma vez que esses países detêm os menores índices de pobreza e a distribuição de renda menos desigual da América Latina, conforme a opinião do autor, resta concluir que:

[...] parece que o gozo da cidadania plena fomenta padrões de desigualdade menos intensos, e social e politicamente menos incapacitantes, do que em países, onde, no melhor dos casos, só os direitos políticos são preservados (O'DONNELL, p. 53).

De modo inverso, fica claro que uma estrutura socioeconômica desigual, onde há miséria generalizada, está intimamente conectada com fragilidade da capacidade de exercício dos direitos civis e sociais, servindo de esteio para o surgimento de degenerações autoritárias impostas pelos privilegiados aos demais - corroborando com o paralelo traçado no início do texto entre a sociedade inglesa do séc. XVIII profundamente analisada por Edward Palmer Thompson, onde as classes dominantes monopolizavam a elaboração das leis, em quais situações fáticas e sobre quais indivíduos essas leis incidiriam, controlando por meio disso todo aparelho estatal - tendo em vista que os privilegiados não reconhecem os demais cidadãos como agentes autônomos, naturalmente isso se configura como mais um empecilho para o deleite da cidadania plena (O'DONNELL, 1998, p. 54).

É plausível afirmar que esta implementação de direitos, em virtude dos altos custos torna-se um bem parcial, vez que favorece essencialmente aqueles que detêm elevado poder aquisitivo e influência, considerando os privilégios e vantagem conquistados a partir de sua condição, sendo assim é fácil presumir que a igualdade formal existente na ideia do Estado de Direito não significa acesso igualitário ao mesmo, na prática observa-se a aplicação imparcial de leis e direitos. Essa desigualdade de recursos torna o Estado de Direito incapaz de proteger os economicamente desfavorecidos e de fazer os poderosos serem responsabilizados pela lei, tendo isso em vista atenta-se para a importância de se instaurar poderes

sociais concorrentes com o mesmo nível de força, já que estes tendem a dar origem a estruturas políticas com poderes fragmentados e contrapostos, mecanismos que beneficiam os grupos socialmente fragilizados (VIEIRA, 2007, p. 35). Nas palavras de VIEIRA (2007, p. 42):

[...] a exclusão social e econômica, oriunda de níveis extremos e persistentes de desigualdade, causa a invisibilidade daqueles submetidos à pobreza extrema, a demonização daqueles que desafiam o sistema e a imunidade dos privilegiados, minando a imparcialidade da lei. Em síntese, a desigualdade profunda e duradoura gera a erosão da integridade do Estado de Direito. A lei e os direitos sob essas circunstâncias podem, com frequência, ser vistos como uma farsa, como uma questão de poder, para que aqueles que estão entre os mais afortunados possam negociar os termos de suas relações com os excluídos.

Pontualmente, Vieira (2007, p. 43-44) explica que a invisibilidade corresponde a falta de reação e atitude dos indivíduos que estão no rol dos privilegiados ao se depararem com o sofrimento humano suportado por certos segmentos da sociedade. Os agentes públicos simplesmente não buscam soluções e não têm reações políticas e jurídicas adequadas para situações que ofendem a dignidade destes menos favorecidos. Esse grupo marginalizado da sociedade, pelo fato de não serem tratados com a justa igualdade, passa a não agir em conformidade com o direito, pois não encontram razões morais ou instrumentais para respeitar as leis, desse modo surge a demonização, processo que anseia desconstruir a imagem de ser humano dos inimigos, fazendo deles não merecedores da inclusão no âmbito do direito. Torna-se legítimo eliminar ou causar danos a estes demonizados pela sociedade, construindo também uma barreira jurídica de proteção. É o caso do uso da força desproporcional por agentes públicos contra os demonizados. Essa realidade fática nos permite inferir que a imunidade perante a lei serve apenas aos socialmente privilegiados, caracterizando-se como a terceira consequência oriunda da desigualdade social. Indivíduos portadores de condições financeiras superiores e ocupantes de altos cargos, consideram-se acima das leis e colocam-se em posição de imunidade em relação às obrigações que devem ter diante do direito e da população como um todo, tal imunidade leva inevitavelmente à impunidade de quem viola os direitos humanos ou daqueles que estão envolvidos em escândalos de corrupção.

Nesse cenário latino-americano de um acentuado formalismo jurídico frequentemente manipulado pelas classes privilegiadas, em muitos aspectos incompatível com a realidade cotidiana e atrelado a evidentes desigualdades e injustiças sociais que engessam sua efetividade emerge outro sistema subnacional, assim denominados por Guillermo O'Donnell, que merece especial estudo e reflexão, trata-se da oportunamente chamada “cultura do jeito”, ou ainda o difundido “jeitinho” que rotineiramente é enaltecido tem o propósito de facilitar o descumprimento ou desviar a finalidade de uma lei ou procedimento burocrático.

Rosenn (1998, p.52), preceitua que a mais proeminente causa da tradicional utilização desse artifício é a maneira como as leis e constituições foram

promulgadas no curso da história, - em conformidade com as análises de Ernesto Garzón Valdés explicitadas acima, através das quais o autor salienta que desde o período colonial os países da América espanhola e o Brasil são submetidos a constituições e leis infraconstitucionais elaboradas e tornadas vigentes por governantes e constitucionalistas influenciados por ideologias estrangeiras e sem o conhecimento suficiente da realidade social, étnica e cultural desses países, ignorando suas especificidades - sempre desconsiderando a realidade fática do povo governado, pois as leis são em sua ampla maioria resultado daquilo que um reduzido e seletivo grupo de governantes acredita ser bom e útil ao povo, como acertadamente escreveu Rosenn: “A disparidade entre os pontos de vista do Governo e do povo, em relação ao que é melhor, tem levado muitos brasileiros a agir de acordo com um velho adágio – ‘manda quem pode, obedece quem tem juízo’”.

Ademais, o Brasil, bem como os demais países da América Latina, é possuidor de uma cultura jurídica legalista baseada no positivismo jurídico, segundo o qual deve-se valorizar estritamente a norma legal escrita e formal, contribuindo negativamente para a frequente necessidade de se regular praticamente todas as relações sociais, aumentando constantemente o número de leis, que geralmente são ineficazes e inexecutáveis, fazendo com que tais leis sejam revogadas por outras leis igualmente ineficazes. Afirma Rosenn (1998, p.58):

O legalismo tem também concorrido para a popularidade do jeito de duas maneiras: provocando uma abundante legislação regulamentar, e falhando em prover suficiente flexibilidade a tal legislação. O jeito pode ser encarado como uma solução legalista para ambos os problemas.

A difusão do jeito no meio jurídico também aparece de modo claro e preocupante na deturpação da edição de medidas provisórias pelo poder executivo, já que a medida provisória é um instituto criado pela Constituição com o propósito de permitir ao poder executivo editá-las com força de lei em casos de urgência, crise ou resolver problema extraordinário, contudo, essa disposição constitucional é utilizada erroneamente pelos chefes do poder executivo para editar qualquer legislação ordinária, com o intuito de burlar sua tramitação no Congresso Nacional, legítimo detentor da função de legislar, paralelo a isso, quando a medida provisória não se converte em lei o poder executivo garimpou um “jeito” de reeditar essas medidas reiteradas vezes (ROSENN, 1998, p. 89).

Pelas exposições feitas, é possível e adequado conceber a cultura do jeitinho como um mecanismo derivado do excesso de leis, do saudosismo ao positivismo jurídico, e da burocracia exacerbada. Provavelmente, a consequência mais maléfica da cultura do jeito é que ela acaba se sobrepondo aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade e igualdade, atribuindo tratamento e oportunidades desiguais aos destinatários dos serviços públicos e dos direitos básicos que deveriam ser usufruídos pelos cidadãos por intermédio da Constituição e das leis, como efeito reflexo disso, os indivíduos que detêm influência e/ou poder econômico acabam obtendo vantagens e favorecimentos, confirmando a



VI Contextos e Conceitos Mostra de Produção Científica e Extensão Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas 19 e 20 de setembro de 2016

adequação da célebre frase de Getúlio Vargas à realidade fática: “aos amigos tudo, aos inimigos a lei”.

3 Conclusão

Por fim, a análise ora apresentada tentou tornar evidente o processo de elaboração legislativa e constitucional na América Latina, e como tais ordenamentos jurídico e constituições foram organizados, constatando-se uma flagrante discrepância entre o que foi juridicamente positivado e a realidade política e social dos países latino – americanos, uma vez que, muitos diplomas legais foram elucidados sob a influência de teorias democráticas essencialmente europeias e anglo-saxônicas, por aqueles que detinham escasso conhecimento concernente à vida cotidiana e realidade social do país, tendo como consequência a produção de constituições e legislação infraconstitucional inefetivas.

Nesse aspecto, é possível destacar que o exercício da democracia está intimamente atrelado à plenitude do exercício dos direitos civis pelos cidadãos, e esse exercício, por sua vez, está diretamente relacionado à igualdade socioeconômica do país. Feitas essas considerações, é necessário um novo pensamento jurídico orientado especificamente para a América Latina, este deve assumir o âmbito da exterioridade latino-americana e tornar seus ordenamentos jurídicos coerentes com a realidade e estrutura étnica, social e cultural, deixando de ser excludente e seletivo, tal como se apresenta o modelo imposto pela ordem neoliberal.

REFERÊNCIAS

O'DONNELL, Guillermo. Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina. *Novos estudos*. São Paulo, n. 51, jul. 1998. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/19885_Cached.pdf> Acesso em: 26 ago. 2016.

ROSENN, Keith S.. **O jeito na cultura jurídica brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar. 1998.

VALDEZ, Ernesto Garzon. Derecho y democracia em América Latina. **Isonomía: Revista de teoria e filosofia del derecho**, [S.l.] n. 14, p. 33-63, ab. 2001. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/obra/derecho-y-democracia-en-amrica-latina-0/>> Acesso em: 26 ago. 2016.

VIEIRA, Oscar Vilhena. A desigualdade e a subversão do Estado de Direito. *Sur, Revista Internacional de Direitos Humanos*. São Paulo ,v. 4, n. 6, p. 28-51, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180664452007000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 ago. 2016.

A JUSTIÇA GRATUITA SOB A ÉGIDE DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Autora: Gabriela Ariane Celi (g.ariane.celi@hotmail.com) ¹

Autor: João Luiz Lustosa (joao_lustosa_96hotmail.com) ²

Autora: Letícia Rodrigues Lobas (le_lobas@hotmail.com) ³

Orientador: Paulo Vinícius Vasconcelos de Medeiros
(paulo.medeiros@ifpr.edu.br) ⁴

^{1,2,3,4} Instituto Federal do Paraná – IFPR (Campus Palmas).

Resumo: O presente trabalho analisa as alterações advindas com o Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105 de 2015), trazendo para o ordenamento jurídico brasileiro um novo regramento que disciplina sobre a justiça gratuita, renovando e complementando o modelo até então regulamentado pela Lei da Assistência Judiciária (Lei 1.060/50), deixando o sistema condizente com as lições doutrinárias mais abalizadas e em sintonia com a jurisprudência consolidada ao longo dos anos. O texto consiste em um pensamento crítico e reflexivo no qual é possível observar as mudanças decorrentes da alteração do Código que ampliaram e regularizaram a benesse da justiça gratuita, de forma bem mais lógica, apresentando maior segurança aos usuários dos serviços judiciais e extrajudiciais abrangidos por sua aplicação. Nesta perspectiva é que o título da gratuidade da justiça obteve previsão expressa na seção IV do Novo Código Processual, trazendo requisitos de abrangência, procedimento e demais especificações quanto a pessoa natural e jurídica para a concessão da gratuidade, bem como as implicações na execução de sucumbência do beneficiário. Tais regras compuseram o objeto deste estudo na busca de dar efetividade ao estatuído na Constituição Federal, em conceder assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos (art. 5º, LXXIV).

Palavras-chave: Acesso à justiça; Insuficiência de recursos; Assistência judiciária.

1 Introdução

O acesso à justiça deriva de uma garantia fundamental e natural de que o Estado deve trazer e estruturar garantias aos cidadãos em seus litígios já que estes encontram-se sob sua tutela. De tal modo, e na mesma linha de pensamento de Cappelletti (1988, p.3) torna-se de difícil definição a expressão “acesso à justiça”, porém esta determina finalidades básicas do sistema jurídico, as quais consistem na reivindicação de direitos, visando a solução de litígios sob a assistência do Estado que deve primeiramente ser acessível a todos, bem como possui a prerrogativa de produzir resultados individual e socialmente justos.

Para tanto, pleitear o direito perante o judiciário implica na superação pelas partes, de obstáculos que impedem o ingresso ou o regular andamento do processo para alcançar a pretensão inicial, tais como a dificuldade econômica, ônus de responsabilidade do litigante ao adentrar ao judiciário de custear as despesas do trâmite processual.

Com a necessidade de ultrapassar esse obstáculo, o ordenamento jurídico brasileiro, tanto na Constituição Cidadã em seu artigo 5º, inciso LXXIV, quanto na legislação infraconstitucional regulamentada pela Lei de Assistência Judiciária (Lei nº 1.060/50) garante a assistência judiciária gratuita àqueles que não conseguem arcar com as custas e despesas processuais. Ocorre que com o desenvolvimento social e surgimento de novas necessidades e demandas na justiça esta norma especial encontrou-se falha.

Nesta perspectiva, a importante mudança promovida pelo legislador através do Novo Código de Processo Civil, Lei Nº 13.105, de 16 de março de 2015, inova e busca trazer melhorias ao benefício da gratuidade da justiça com o contexto social atual, abordando de forma codificada e sistemática este instituto, disciplinando-o de maneira minuciosa, de modo a complementar o que já estava positivado, bem como acrescentar novos preceitos, atendendo aos princípios constitucionais de acesso à justiça e efetividade da jurisdição. Eis aí o propósito deste estudo: analisar o instituto da gratuidade judiciária sob a égide do Novo Código de Processo Civil.

2 A justiça gratuita no Código de Processo Civil de 1973

No Código de Processo Civil (1973), a justiça gratuita era instituída de forma externa ao Código, sendo regulamentada pela Lei da Assistência Judiciária nº 1.060 de 5 de fevereiro de 1950.

Havia-se a normatização constitucional, disposta no artigo 5º inciso LXXIV o qual determinava que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”, aliado ao fundamento infraconstitucional (Lei 1.060/50) preceito anterior ao Código de Processo Civil de 1973, para regulamentar o processo de gratuidade judiciária. Contudo, esta norma especial encontrou-se obsoleta se comparada em nível de desenvolvimento social, ao surgimento de novas necessidades e demandas na justiça.

Grande parcela das normas trazidas pela Lei 1.060/50 foi motivo de inúmeras discussões nos Tribunais ou acabaram sendo solucionadas através de outros órgãos, como a criação da Súmula 481 pelo Superior Tribunal de Justiça, a qual regulamenta a gratuidade da justiça para pessoas jurídicas.

O que o Código de Processo Civil (2015) busca é solucionar tais problemas e obter um grau mais intenso de funcionalidade. Para tanto, criou um capítulo específico para tratar da gratuidade da justiça.

3 A justiça gratuita no Código de Processo Civil de 2015

O Código de Processo Civil (Lei 13.105/15) trouxe ao sistema jurídico brasileiro inovações ao disciplinar sobre a concessão dos benefícios da justiça gratuita, ao passo que revogou alguns dispositivos da Lei 1.060/50, fazendo que com isso o processo atraia mais efetividade à questão da gratuidade para a parte hipossuficiente.

Assim, as mudanças trazidas com o advento da nova legislação acabam com o fato comumente ocorrente do indeferimento do pedido pela cômoda ignorância do real significado das regras que acompanham a gratuidade. Regras estas que serão demonstradas no decorrer deste artigo.

3.1 Da abrangência da justiça gratuita

Inúmeras foram as discussões, tanto doutrinárias quanto jurisprudenciais sobre a abrangência da gratuidade da justiça, pois cabia a estes determinar seu campo de alcance, diante da omissão da Lei da Assistência Judiciária.

Para tanto, o Código de Processo Civil (2015) em seu artigo 98 e §1º, define sobre quem, e quais atos podem ser abrangidos pela gratuidade:

Art. 98 - A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios têm direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

§ 1º A gratuidade da justiça compreende:

I - as taxas ou as custas judiciais;

II - os selos postais;

III - as despesas com publicação na imprensa oficial, dispensando-se a publicação em outros meios;

IV - a indenização devida à testemunha que, quando empregada, receberá do empregador salário integral, como se em serviço estivesse;

V - as despesas com a realização de exame de código genético - DNA e de outros exames considerados essenciais;

VI - os honorários do advogado e do perito e a remuneração do intérprete ou do tradutor nomeado para apresentação de versão em português de documento redigido em língua estrangeira;

VII - o custo com a elaboração de memória de cálculo, quando exigida para instauração da execução;

VIII - os depósitos previstos em lei para interposição de recurso, para propositura de ação e para a prática de outros atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa e do contraditório;

IX - os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial ou à continuidade de processo judicial no qual o benefício tenha sido concedido.

A grande quantidade de recursos e de discussões literais decorrentes das omissões da Lei anterior (1.060/50), agora foram extintas com o melhor disciplinamento deste instituto, na medida em que os operadores do direito têm melhor compreensão e alcance ao texto.

A mudança foi além de uma inovação, uma organização de regras já existentes em um novo contexto social, necessitado da interação das normas com o caso concreto para tornar o processo ágil e célere.

3.2 Da gratuidade da justiça para pessoas jurídicas

Uma das maiores mudanças no que concerne à justiça gratuita no Novo Código de Processo Civil diz respeito à Pessoa Jurídica.

A nova legislação pôs fim ao conflito processual em relação a gratuidade da justiça para Pessoas Jurídicas, que era regulamentada pela Súmula 481 do Superior Tribunal de Justiça, a qual versava que “faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais”.

Porém, não era incomum encontrar indeferimentos pelo fato de ter a pessoa jurídica fins lucrativos. Visando a solução de situações como essa, presentes na Lei Especial 1.060/50, o Código de Processo Civil (2015) em seu artigo 98 regulamenta que “A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios têm direito à gratuidade da justiça, na forma da lei”.

Com isso, o requisito para a concessão do benefício pode ser compreendido de maneira simples, ou seja, com a nova regulamentação deve a Pessoa Jurídica comprovar a insuficiência de recursos para custear o processo, tornando-se irrelevante o fato de possuir ou não fins lucrativos. Esta questão não dá mais margem a debates, pois as pessoas jurídicas passam a ser efetivamente compreendidas como destinatárias deste benefício legal, bastando a mera insuficiência de recursos. De tal modo, o benefício se estende as figuras equiparadas, a exemplo do condomínio.

Neste sentido, decidiu o Tribunal de Justiça de São Paulo no ano de 2016:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – Interposição contra decisão que indeferiu pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita. Benefício que se estende às pessoas jurídicas, nos termos do artigo 98, caput, do Código de Processo Civil/2015. Condomínio popular que atende à finalidade social (Minha Casa Minha Vida). Estado de hipossuficiência econômica que se afigura. Impossibilidade de o condomínio popular, tanto mais com diversos encargos condominiais inadimplidos, arcar com as despesas do processo sem prejuízo de sua própria manutenção. Pedido deferido. Decisão reformada. (TJ-SP – AI: 21402777620168260000 SP 2140277-76.2016.8.26.0000, Relator: Mario A. Silveira, Data de Julgamento: 01/08/2016, 33ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 03/08/2016)

Uma das diferenças entre a pessoa jurídica e a pessoa física é a de que esta possui a presunção de veracidade, ou seja, só precisará comprovar sua situação econômica caso o juiz solicite ou haja requerimento da parte contrária, bastando-lhe a mera alegação. Já em relação a pessoa jurídica, sempre deverá ser comprovada a situação econômica por meio de extratos,

impostos, balanços, para que seja concedido o benefício, não havendo que se falar em presunção

3.3 Pessoa natural e a presunção de veracidade

O artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, afirma o artigo 2º da Lei 1.060/50, estabelecendo que tanto a pessoa natural como a pessoa jurídica, seja ela brasileira ou estrangeira, havendo a insuficiência de recursos para o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios podem ser beneficiárias da justiça gratuita.

Assim, todos aqueles que integrem quaisquer das partes processuais podem usufruir do benefício deste artigo, do mesmo modo o terceiro que, após a intervenção, assume a qualidade de parte.

Em que pese o disposto no parágrafo único do artigo 2º da Lei 1.060/50 levar ao entendimento de que somente “todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família” pode gozar dos benefícios estabelecidos na referida lei, a nova redação dada pelo novo Código de Processo Civil, ao requisitar “insuficiência de recursos”, traz segurança na aplicação do instituto.

Ainda, o Novo Código dispõe que “presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural”.

Nesse sentido, também é a jurisprudência:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM FACE DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO À RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. PRECEDENTES. POSTULADOS DA COOPERAÇÃO E DA BOA-FÉ PROCESSUAL. ANÁLISE DO CASO CONCRETO. BENEFÍCIO DE JUSTIÇA GRATUITA INADMITIDO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Trata-se de agravo regimental em que se argui, em suma, a plausibilidade do deferimento da justiça gratuita somente com a simples afirmação da insuficiência de recursos, nos moldes do art. 4º, da Lei nº. 1.060/50. 2. Inicialmente, cabe ponderar que se trata de dever processual das partes prover as custas processuais, salvo quando atribuído o benefício da justiça gratuita. Nos termos do art. 4º da Lei nº. 1.060/50, “a parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação”. No entanto, ressalva-se tal declaração, a qual possui caráter relativo, quando em face das provas existentes nos autos, ou mesmo daquelas que através da iniciativa do próprio Julgador, forem coletadas no seguimento do trâmite processual, de modo a possibilitar o deferimento do benefício requestado. 3. Em observância a relatividade da presunção de hipossuficiência oriunda da declaração feita pela requerente do benefício da justiça gratuita, bem como a possibilidade do Magistrado aferir a real necessidade da postulante, e em análise às peculiaridades de cada caso concreto, conclui-se que a parte agravante possui plenas condições de satisfazer os custos e taxas processuais. 4. Recurso improvido. ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acorda a 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em em conhecer e negar provimento ao agravo regimental nº. 0625951-80.2015.8.06.0000/50000, tudo nos termos do voto

da Desa. Relatora. Fortaleza, 2 de março de 2016. DESEMBARGADOR MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA Presidente do Órgão Julgador e Relatora (TJ-CE - AGV: 06259518020158060000 CE 0625951-80.2015.8.06.0000, Relator: MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 02/03/2016)

Assim, à pessoa natural basta a mera alegação de insuficiência de recursos, sendo desnecessária a produção de provas da hipossuficiência financeira. A alegação presume-se verdadeira, admitindo-se, contudo, que cesse por prova em contrário produzida pela parte adversa ou em razão de investigação feita de ofício pelo juiz.

Nesta seara, destaca-se a boa-fé do litigante, bem como de seu procurador, já que pela simples presunção de veracidade o pleiteante tem nas mãos o direito ao benefício. Contudo, em sendo inverídicas as afirmações de hipossuficiência, poderá o juiz arbitrar multa pela má-fé.

A Constituição de 1988 dispõe sobre o conteúdo irredutível do direito à justiça gratuita, isto pois o direito à justiça gratuita, assim como os demais direitos fundamentais processuais, possui nítida função instrumental, servindo à tutela dos demais direitos (materiais ou processuais) em juízo.

Outrossim, o artigo 99, §6º, do Novo Código de Processo Civil aduz que o direito à gratuidade judiciária é personalíssimo, porque é a insuficiência de recursos que autoriza sua concessão, é própria do requerente, podendo ser extinta as benesses pela sua morte. Por este mesmo motivo, a justiça gratuita concedida a uma das partes não se estende ao seu litisconsorte, bem como ao sucessor do beneficiário, nada os impedindo de gozar uma vez que preenchido os requisitos.

3.4 Justiça gratuita em contraponto ao advogado particular

A Lei 13.105 de 2015 permite expressamente a concessão de justiça gratuita para a parte que estiver sendo assistida por advogado particular, isso com fulcro no artigo 99, § 3º, o qual prevê:

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

[...]

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

Neste sentido, a jurisprudência vem se posicionando, como no caso desse julgado do Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - JUSTIÇA GRATUITA - AUSÊNCIA DE FUNDADAS RAZÕES PARA O INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO - CONFISSÃO DE DÍVIDA - OBRIGAÇÃO PARA ENTREGA DE COISA - EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA - NÃO CABIMENTO. Tratando o título executivo de obrigação de entrega de coisa determinada, revela-se impróprio o rito adotado pelo credor de execução de quantia certa. **Não se**

vislumbra fundadas razões para o indeferimento da justiça gratuita, mantendo-se hígida a declaração de pobreza apresentada pelo ora agravante, valendo ressaltar que o simples fato de a parte estar representada por advogado particular, por si só, não afasta seu direito ao benefício. V.V. O benefício de justiça gratuita apenas pode ser concedido àqueles que não têm condições de arcar com os custos do processo, sem prejuízo para seu sustento e de sua família. - A declaração de pobreza feita por pessoa natural goza apenas de presunção relativa de veracidade. - Pode o juiz exigir que a parte comprove a ausência de recursos para arcar com os custos do processo, sob invocação da exigência constitucional da comprovação respectiva (art. 5º, LXXIV, CR). Não se trata de puro fato negativo, mas redutível a afirmativo contrário e, portanto, plenamente suscetível de prova. E, principalmente: não cabe interpretação da Constituição sob os ditames da Lei de Assistência Judiciária - ainda que recepcionada - mas o inverso. (TJ-MG - AI: 10620030071547001 MG, Relator: Otávio Portes, Data de Julgamento: 18/03/2015, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 27/03/2015). (*grifo nosso*)

Deste modo, possível é a concessão dos benefícios da gratuidade judiciária aos litigantes com procurador particular.

3.5 Forma de requerer a justiça gratuita

A forma para solicitar os benefícios da justiça gratuita também foi modificada com o advento do Novo Código de Processo Civil com a nítida finalidade de torná-la mais simplificada.

Em seu artigo 99, a recente legislação explicitou os momentos em que pode ser realizado o requerimento da Justiça Gratuita, sendo eles na petição inicial, na contestação, na petição de ingresso de terceiro, no recurso ou por simples petição.

Outrossim, inicialmente, a parte requerente pode não carecer da gratuidade da justiça, mas, no decorrer o processo, ter necessidade do benefício, o que justifica a ampla liberdade no momento de se requerer.

3.6 Impugnação ao pedido de gratuidade da justiça

No sistema do Código de Processo Civil de 1973, a impugnação à justiça gratuita era autuada em apartado e deveria ser elaborada uma peça específica para tal finalidade. Já com a vigência do novo código, essa impugnação passou a ser nos próprios autos, não se exigindo peça própria para isso.

Esta simplificação afasta a necessidade de mais um incidente processual, dando mais celeridade ao trâmite processual.

3.7 Indeferimento da justiça gratuita e o recurso cabível da decisão

O artigo 99, § 2º do Código de Processo Civil (2015) determina que:

Art. 99 §2º. O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

O dispositivo legal (art. 99, §2º) estabelece a presunção relativa de insuficiência quando alegada em favor de pessoa natural. Nesse sentido, admite-se a produção de provas para situações econômicas controversas, circunstância esta que não permite ao magistrado indeferir de imediato a gratuidade judiciária, mas determinar a comprovação documental da situação econômica do requerente do benefício da justiça gratuita.

Isto é, havendo incerteza nos autos quanto à alegação de hipossuficiência pelo requerente, deverá o juiz determinar a produção de provas de modo a preencher os pressupostos para a concessão da gratuidade judiciária.

Da decisão que apreciar a justiça gratuita, o Novo Código de Processo Civil pacificou o entendimento do recurso a impetrar, pois sob a égide da Lei nº 1.060/50 junto ao Código de Processo Civil (1973) mesmo que a decisão interlocutória seja impugnável via agravo de instrumento, a jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça, com base no art. 17 da Lei nº 1.060/50 havia assentado entendimento de ser o recurso de apelação o cabível.

Com a novel legislação, a decisão que indeferir o pedido de gratuidade, ou ainda se a impugnação à justiça gratuita for acolhida, cabe agravo de instrumento. Caso o juiz decida a gratuidade da justiça na sentença, caberá apelação, conforme dispõe os artigos 101 c/c art. 1.015, V do Código de Processo Civil (2015).

Neste sentido, a ementa do Tribunal de Justiça do estado do Paraná, julgada em 2016, demonstra:

Decisão monocrática (Art. 557, Cpc). Agravo De Instrumento. Ação revisional de contrato com cláusula de alienação fiduciária em garantia. **Pedido de Justiça Gratuita indeferido em 1º grau. Declaração De Hipossuficiência Econômica. Presunção "IURIS Tantum". Possibilidade de o Juiz solicitar mais documentos comprobatórios. Precedentes. Não atendimento pela autora, gerando o Indeferimento do pedido de gratuidade.** Decisão agravada correta. Agravo manifestamente improcedente e contrário à jurisprudência dominante nesta corte e no superior tribunal de justiça. Negativa de seguimento pelo relator. (TJ-PR - AI: 14954784 PR 1495478-4 (Decisão Monocrática), Relator: Rogério Ribas, Data de Julgamento: 22/02/2016, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1747 25/02/2016). (*grifo nosso*)

Destarte, o indeferimento da gratuidade da justiça sem justa razão pode contrariar ainda, o disposto no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal, o qual implica na negativa do acesso à justiça ao hipossuficiente.

3.8 Execução da sucumbência para os beneficiários da gratuidade judiciária

Assim como previa o artigo 12 da Lei 1.060/50 a nova sistemática do Código de Processo Civil (2015) reafirmou a regra já existente, melhorando,

contudo, a redação dos dispositivos de modo a evitar interpretações divergentes.

Deste modo, versa o artigo 98, §2º e §3º do Código de Processo Civil (2015):

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios têm direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

[...]

§ 2º A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.

§ 3º Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguido-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.

O beneficiário da gratuidade judiciária não goza de isenção com a condenação de honorários de sucumbência. O que ocorre, é a suspensão das verbas sucumbenciais por até cinco anos do vencido que for beneficiário da justiça gratuita.

Assim, ao proferir sentença, o juiz deverá fixar o quantum a título de honorário de sucumbência, dentro das normas estabelecidas, sem qualquer distinção, porém suspender-se-á o pagamento da quantia determinada se a parte vencida fazer jus ao benefício.

A verba honorária poderá ser executada pela parte contrária detentora dos créditos decorrentes da sucumbência nos cinco anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que a determinou devida, caso o credor comprove a mudança de situação financeira que ensejou a concessão do benefício da justiça gratuita.

Por força da parte final § 3º do artigo 98 do Novo CPC, uma vez transcorrido o prazo estabelecido em lei, a obrigação é extinta.

3.9 Parcelamento e pagamento parcial das custas

O Novo Código de Processo Civil (2015) apresentou duas grandes inovações legislativas controversas entre os operadores do direito, quanto a possibilidade de concessão parcial da gratuidade ou o parcelamento das despesas do processo.

Tais modulações da concessão da justiça gratuita estão dispostas no artigo 98 §5º e §6º do CPC/2015, o qual aduz:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios têm direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

[...]

§ 5º A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

§ 6º Conforme o caso, o juiz poderá conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento.

A justiça gratuita parcial constitui no reconhecimento da gratuidade apenas para alguns dos atos do processo ou na redução de parte das despesas processuais. O parcelamento de despesas processuais, por sua vez, é considerado como o pagamento realizado por meio de prestações.

Ocorre que a legislação não especifica critérios objetivos de aplicabilidade de tais institutos.

Outrossim, a omissão legislativa pode gerar interpretações diversas à luz de uma mesma situação concreta, tais como o magistrado decidir pela concessão clássica do benefício da justiça gratuita de maneira integral, bem como demais juízes entenderem ser o caso de justiça gratuita parcial ou ainda situação de parcelamento de despesas.

Ao agirem de maneira controversa, tais debates e divergências, bem como a ausência de clareza do legislador na prática, ensejam aumento na quantidade de recursos, o que implica diretamente na morosidade processual.

Porém, a modificação legislativa também confere ao magistrado maior flexibilidade para modular de forma mais eficaz o benefício da gratuidade. Neste sentido decidiu o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul no ano de 2016:

AGRAVO INTERNO. DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES. BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA. AUSENTE PROVA ACERCA DA NECESSIDADE DO BENEFÍCIO. INDEFERIMENTO. PEDIDO DE PAGAMENTO DE CUSTAS AO FINAL. DESCABIMENTO. POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO DE DESPESAS PROCESSUAIS. INCIDÊNCIA DO § 6º, DO ARTIGO 98, NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. I. Consoante redação do artigo 98 do Novo Código de Processo Civil, tem direito à gratuidade da justiça a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios. II. Ausente prova ou indício no sentido da necessidade quanto ao pagamento das custas e honorários que a parte eventualmente venha a suportar, impõe-se a manutenção do indeferimento da concessão da gratuidade da justiça. III. Nos termos do previsto no § 6º, do artigo 98, do Novo Código de Processo Civil, conforme o caso, pode o juiz conceder direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento. **No caso, considerando que as custas de distribuição atingem elevado valor, possível a aplicação do novo CPC de forma benéfica para a parte, de modo a autorizar o parcelamento das custas de distribuição, nos termos do referido parágrafo.** Decisão agravada reformada para permitir o parcelamento das custas processuais, nos termos do § 6º, do artigo 98, do NCPC. Manutenção da decisão monocrática que deu... parcial

provimento ao agravo de instrumento. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Agravo Nº 70069703569, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Liege Puricelli Pires, Julgado em 16/06/2016). (TJ-RS - AGV: 70069703569 RS, Relator: Liege Puricelli Pires, Data de Julgamento: 16/06/2016, Décima Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 20/06/2016)

Portanto, poderia o juiz constatar em determinado caso concreto condições financeiras razoáveis da parte em adiantar as custas judiciais, mas não possuir o quantum suficiente para efetuar o adiantamento dos honorários periciais por exemplo. Com a nova lei torna-se possível ao magistrado conceder a benesse em detrimento apenas dos honorários periciais, mantendo as exigências de adiantamento das demais despesas processuais. Ou ainda, para que se torne efetiva a prestação jurisdicional, conceder o parcelamento do pagamento, o tornando possível àqueles que de fato não possuem condições econômicas para saldar de única vez a obrigação, sem riscos de comprometer a situação financeira do requerente, e ainda prestigiar o princípio da igualdade como garantia de todos o acesso à justiça.

4 Considerações Finais

As modificações do Novo Código de Processo Civil referentes ao acesso à justiça refletem de modo a garantir a coerência das regras com a realidade das demandas e, com isso, o efetivo cumprimento do direito, de forma com que o Estado assegure ao cidadão que tenha insuficiência de recursos a possibilidade de ingresso ao judiciário.

Constata-se ainda, que a inovação legislativa simplificou o procedimento civil a ser adotado no benefício da justiça gratuita, regulamentando-o de forma pormenorizada, uma vez que definiu seu alcance de abrangência, os destinatários do benefício, implementando a possibilidade de concessão total ou parcial do direito e o parcelamento de certos atos, bem como extinguindo o indeferimento da benesse sem provas nos autos. Tudo isso deve ser analisado conforme o caso concreto e impõe uma decisão motivada do magistrado.

Contudo, mesmo com o disciplinamento das regras existentes e com as mudanças implementadas, o Novo Código de Processo Civil ainda enseja debates e dúvidas entre os operadores do direito em determinados casos que a legislação se restou silente e deixou a cargo do juiz, fundada em sua subjetividade, solucionar tais questões. Tais nuances, deverão ser moldadas nas discussões doutrinárias e jurisprudências dos tribunais.

Porém, é notório que a justiça gratuita sob a égide da nova legislação encontra-se mais adequada, uma vez que possui como finalidade proteger garantias constitucionais de acesso à justiça e efetividade da jurisdição.

Referências

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 27 ago. 2016.

BRASIL. **Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973**. Instituiu o Código de Processo Civil (CPC). Brasília, DF: Senado, 1973. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5869.htm>. Acesso em: 27 ago. 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Instituiu o Código de Processo Civil (CPC). Brasília, DF: Senado, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 27 ago. 2016.

BRASIL. **Lei nº 1.060, de 05 de fevereiro de 1950**. Dispõe sobre a Lei da Assistência Judiciária. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1950. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L1060.htm>. Acesso em: 27 ago. 2016.

BRASIL, Tribunal de Justiça de São Paulo. **Agravo de Instrumento nº AI 2140277-76.2016.8.26.0000**, Rel. Mario A. Silveira, julgado em 01 ago. 2016, 33ª Câmara de Direito Privado. Disponível em: <<http://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/369941988/agravo-de-instrumento-ai-21402777620168260000-sp-2140277-7620168260000>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

BRASIL, Tribunal de Justiça do Ceará. **Agravo Regimental nº AGV 0625951-80.2015.8.06.0000**, Rel. Maria Nailde Pinheiro Nogueira, 2ª Câmara Cível, julgado em 2 mar. 2016. Disponível em: <<http://tj-ce.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/310580289/agravo-agv-6259518020158060000-ce-0625951-8020158060000>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

BRASIL, Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **Agravo de Instrumento nº AI 10620030071547001**, Rel. Otávio Portes, julgado em 18 mar. 2015, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL. Disponível em: <<http://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/177490407/agravo-de-instrumento-cv-ai-10620030071547001-mg>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

BRASIL, Tribunal de Justiça do Paraná. **Agravo de Instrumento nº AI 1495478-4** (Decisão Monocrática), Rel. Rogério Ribas, julgado em 22 fev. 2016, 5ª Câmara Cível. Disponível em: <<http://tj-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14954784/agravo-de-instrumento-ai-1495478-4-pr-1495478-4>>. Acesso em: 22 fev. 2016.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/308550637/agravo-de-instrumento-ai-14954784-pr-1495478-4-decisao-monocratica>. Acesso em: 30 ago. 2016.

BRASIL, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Agravo Interno nº AGV 70069703569**, Rel. Liege Puricelli Pires, julgado em 16 jun. 2016, Décima Sétima Câmara Cível. Disponível em: <<http://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/351930515/agravo-agv-70069703569-rs/inteiro-teor-351930530>>; Acesso em: 29 ago. 2016.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1988.

DELLORE, Luiz. **Justiça gratuita no novo CPC: lado A**, 09 mar. 2015. Disponível em: <<http://jota.info/justica-gratuita-novo-cpc-lado>> Acesso em: 30 ago. 2016.

DELLORE, Luiz. **Novo CPC: o lado B da justiça gratuita**, 13 abr. 2015. Disponível em: <<http://jota.info/novo-cpc-o-lado-b-da-justica-gratuita>> Acesso em: 30 ago. 2016.

GONÇALVES, Roberto. Da gratuidade de justiça no novo CPC. **Revista Jus Navigandi**, fev. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/46420/da-gratuidade-de-justica-no-novo-cpc>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luiz. Gratuidade da justiça no novo CPC. **Revista de Processo**, out. 2014, vol. 236/2014, p. 305. Disponível em: <<http://www.fernandatartuce.com.br/wp-content/uploads/2016/02/Gratuidade-NCPC-com-Dellore-Repro-out2014.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

A JUSTIÇA RESTAURATIVA APLICADA NA ÁREA EDUCACIONAL COMO PREVENÇÃO DA PRÁTICA DO BULLYING

Autora: Eliane Maria dos Santos (eliane.santos@ifpr.edu.br)

Autor/orientador: Julio Cesar Frosi (julio.frosi@ifpr.edu.br)

Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

Resumo: O presente estudo tem como objetivo discorrer acerca da aplicação da justiça restaurativa no âmbito escolar. Considerando que métodos estritamente punitivos de resolução de conflitos costumam gerar mais transtorno e violência. Deste modo surge um método alternativo denominado “Justiça Restaurativa”, o qual visa a pacificação de conflitos de forma menos traumática e menos violenta. Para isso, far-se-á uma comparação entre a Justiça retributiva, Justiça restaurativa e os conceitos sobre o Estatuto da Criança e Adolescente, pretendendo-se aduzir que os moldes restaurativos podem ser mais adequados e efetivos do que os retributivos para tratar a violência sistêmica caracterizada como Bullying.

Palavras-chave: Justiça Retributiva. Justiça Restaurativa. Estatuto da Criança e Adolescente. Bullying.

Abstract: The presente study has the goal to discuss about the application of restorative justice in the school. Considering that the punitive methods of conflict resolution usually creates several issues and extra violence. In this manner, rises an alternative method called “Restorative Justice”, which aims the pacification of conflicts in a less traumatic and violent way. To accomplish such a thing, it will be made a comparison between retributive justice and restorative justice, as well as the concepts about “Estatuto da Criança e Adolescente”, intending to demonstrate that the restorative ways can be more adequate and effective than the retribute ways to treat the systemic violence called bullying.

Keywords: Retributive Justice. Restorative Justice. Estatuto da Criança e Adolescente. Bullying.

1 Introdução

O tema proposto reflete sobre a questão da aplicabilidade da Justiça Restaurativa no âmbito escolar. O *bullying* tem se apresentado como o principal desafio nas escolas no tocante à resolução de conflitos. A violência nas escolas não é um problema recente, apenas é uma questão há muito relegada, nos Estados Unidos por exemplo, podemos perceber que os casos tem índices mais elevados, sendo o *bullying* recorrente no cotidiano dos alunos deste país. Mas não se trata apenas de casos internacionais, pois esse infelizmente é um retrato da dura realidade vivida pelos alunos, tanto de escolas públicas quanto privadas mundialmente.

No Brasil, sabemos que a questão inclui atos de discriminação racial, sexual e violência física. Atos de violência podem ser extremamente traumáticos, especialmente para as crianças e podem levar as vítimas a um quadro de isolamento, fobia social e à depressão, justamente por isso não há a necessidade da utilização, de um método de resolução de conflitos que intensifique as feridas e acabe por ser igualmente traumático, principalmente no ambiente escolar.

O Ideal é que os sentimentos dos envolvidos sejam levados em conta e que o agressor não seja somente punido, já que punir simplesmente por punir pode contribuir para aumentar sua rebeldia e a tendência à violência, justamente por isso, é necessário que haja a ressocialização desse infrator bem como a conscientização de todos os aspectos do seu ato.

A vantagem da ressocialização na fase escolar é que quanto antes o problema for resolvido maiores serão as possibilidades de não ter que enfrentar consequências mais graves posteriormente. Pensando nesses aspectos e muitos outros é que buscaremos justificar a aplicação da Justiça Restaurativa como principal método de resolução da intimidação sistemática, o *bullying*, no âmbito escolar. Para tanto, a pesquisa tem por objetivo comparar as ações de resoluções alternativas de conflitos através do método restaurativo na fase escolar, principalmente as que visam combater o *bullying*, utilizando-se de experiências já realizadas,

O escopo desta pesquisa envolve a violência no âmbito escolar, que é algo bem abrangente, e como a intimidação sistemática é um assunto de grande seriedade, resolveu-se, também para delimitar o tema, ater-se especificamente ao *bullying*, visto que, atualmente, tal nomenclatura engloba os mais variados tipos de violência, tanto físicas quanto psicológicas, vide Lei 13.185 de 2015, mais especificamente os artigos 2º e 3º os quais apresentam e classificam os tipos de intimidação sistemática.

O objetivo é averiguar através do resultado de outras pesquisas e projetos, se o método da Justiça Restaurativa pode ser eficaz aplicado à intimidação sistemática nas escolas, buscando alternativas no combate ao *bullying*, para assim proporcionar um ambiente menos violento e mais propício à aprendizagem.

2 VIOLÊNCIA NA ESCOLA: O BULLYING

A violência na escola não é algo novo, sempre esteve presente como está em todos os âmbitos da sociedade, na verdade, a violência praticada e ou sofrida pelos alunos é tão recorrente que até ganhou uma nomenclatura própria, o “*bullying*”. Tal termo trata-se de um anglicismo cujo dicionário online Aulete (2015) define como sendo toda forma de agressão intencional e repetida que caracteriza-se por atitudes discriminatórias, o uso de apelidos pejorativos ou mesmo agressões físicas. Deriva da palavra em inglês *bully*, a qual serve

para designar uma pessoa que usa a força ou poder para ferir ou intimidar os mais fracos.

Lidar com os conflitos interpessoais não é uma tarefa fácil, ainda mais quando quem necessita lidar com tais conflitos são jovens em fase escolar, que ainda por cima podem apresentar algum tipo de comportamento indisciplinar ou antissocial, haja vista que a escola além de ser um local de aprendizagem é também um local de socialização, onde aprendemos muito sobre como é conviver com as demais pessoas que pensam, sentem e agem das mais diversas formas, de acordo com o Guia Prático para Educadores elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, intitulado, “Diálogos e Mediação de Conflitos nas Escolas”:

Aprender a conviver significa habilitar-se para o respeito nas relações humanas, para a cooperação, para o exercício de uma boa comunicação e para o gerenciamento positivo dos conflitos. Aprender a conviver significa também aprender a ter uma maior consciência e responsabilidade social, desenvolvendo empatia, apreciação pela diversidade, respeito pelos outros e espírito de solidariedade. (CNMP, 2014, p.12).

É justamente por isso que não tratar do *bullying* com a devida atenção, deixando quem o pratica impune e quem o sofre com a sensação de que foi injustiçado, é algo inadmissível, pois os participantes dessa situação, sairão com impressão errônea que é assim que a sociedade funciona, ou, ao menos, que é assim que ela deve funcionar, pois de acordo com o guia elaborado pelo CNMP:

A escola precisa ensinar a importância do diálogo e da paz, o que pressupõe preparar as crianças e os jovens para um conjunto de habilidades sociais necessárias ao desenvolvimento de uma personalidade equilibrada; ao aprendizado de boas relações sociais e dos valores sociomoraes; ao aprimoramento das relações interpessoais, sobretudo através da comunicação eficiente; à compreensão das diferenças interculturais e à cultura da não violência. (CNMP, 2014).

O que fica evidente é que embora nós não possamos deixar a prática do *bullying* impune, também não convém puni-la de maneira igualmente violenta, pois podemos utilizar alternativas para nos auxiliar na resolução de tais conflitos além do método exclusivamente punitivo. Como dispõem as autoras Amstutz e Mullet, podemos nos utilizar do método restaurativo, que de acordo com as autoras:

Nos leva a focalizar as necessidades da vítima e conseqüentes obrigações do ofensor, em vez de garantir que as pessoas recebam o que “merecem”. [...] enfatiza também a resolução de problemas através de colaboração e cooperação (MULLET E AMSTUTZ, 2012, p.32).

É preciso que tenhamos em mente que violência somente tende a gerar mais violência, por isso se faz necessário diferenciar, segundo o CNMP

(2014), o conflito que constitui uma prática saudável daquele que toma um rumo indesejável transformando-se em agressividade, pois:

Até mesmo quando os conflitos tomam rumos indesejáveis, eles podem refletir aspectos positivos e são excelentes oportunidades de aprendizagem e de crescimento individual e coletivo, desde que devidamente bem compreendidos, elaborados e resolvidos, possibilitando uma melhoria na qualidade dos relacionamentos pessoais e sociais. Os conflitos ocorridos na escola, se bem gerenciados, podem ser aproveitados para o fortalecimento dos vínculos sociais. (CNMP, 2014, p.16).

Um dos métodos utilizados para o bom gerenciamento dos conflitos e para que seja possível obter sucesso nesse campo de forma não violenta, o qual ainda será objeto de análise específica, é a prática da Justiça Restaurativa, que se destaca em muitos segmentos, incluindo o escolar, o qual é foco de nossa pesquisa, principalmente porque, de acordo com Santos e Gomide: “A Justiça Restaurativa apresenta-se como um método cujo escopo é ir além do conflito em si, buscando suas origens e, sobretudo, as necessidades que dele surgirem.” (SANTOS & GOMIDE, 2014, p. 96).

Além de transmitir aos alunos o conteúdo teórico educacional, as escolas têm cada vez mais esse papel de educadoras morais, afinal os alunos passam boa parte do seu dia no ambiente escolar e com o agravante de que, em nossa atual sociedade, passam cada vez menos tempo na companhia dos pais, por isso, eliminar a violência ou procurar resolvê-la de forma não violenta, ao menos neste simulacro da sociedade que vem a ser a escola, acreditamos, pode auxiliar para que paulatinamente a violência deixe de refletir na sociedade futuramente. Para Santos e Gomide, pesquisadoras nesse campo:

A escola só passa a ser um ambiente propício para o desenvolvimento de práticas restaurativas, objetivando a transformação dos indivíduos envolvidos em conflito, “costurando” os laços esgarçados do tecido social, se for responsável e capaz de transmitir aos seus alunos comportamento moral. (SANTOS & GOMIDE, 2014, p.44)

A intimidação sistemática ou *bullying* é o principal tipo de conflito com o qual podemos nos deparar nas escolas, é algo extremamente sério e bem abrangente, tanto que com a sanção da lei Nº 13.185, de 6 de Novembro de 2015, pela presidenta Dilma Rousseff, ficaram caracterizados diversos tipos de *bullying* bem como as medidas que serão adotadas para sua prevenção. Mas para que seja possível elucidar melhor do que se trata esse tipo de violência discutiremos de forma mais detalhada cada um dos tipos apresentados nessa lei.

3 PRINCÍPIOS QUE PROTEGEM AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES

Além dos direitos inatos a todos os seres humanos como por exemplo o direito à vida e dos demais direitos manifestos na “Declaração Universal dos

Direitos Humanos”, também são assegurados por lei às crianças e aos adolescentes diversos outros, os principais por regularem sobre este mesmo assunto estão reunidos em forma de estatuto, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e formam a proteção integral.

A Constituição Federal do Brasil (1988), mais especificamente em seu artigo 5º, estabelece que todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, o que significa que nos são assegurados os mesmos direitos independentemente de credo, cor, raça, etc. Proibindo assim a prática de discriminações e preconceitos. Com relação ao racismo, que é um motivo frequente de intimidação sistemática, o artigo 5º da Constituição Federal é ainda mais enfático, deixando claro em seu inciso, XLII, que: “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da Lei”. (art. 5º, inciso XLII, CF).

A necessidade de uma lei como a Nº 13.185, denota a seriedade do problema que é o *bullying*, visto que a intimidação sistemática pode trazer consequências bem abrangentes, tanto do ponto de vista jurídico quanto do psicológico. Prosseguindo pelo ponto de vista jurídico, visto que o psicológico já foi discutido, como é possível perceber pelo escopo da supracitada lei, quem pratica a intimidação sistemática pode acabar incorrendo em diversos crimes, como a injúria ou até mesmo o abuso sexual. Para a injúria de acordo com o artigo 140 do Código Penal a pena é de detenção de um a seis meses, ou multa e quando se trata de violência a detenção pode ser de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência. Caso a injúria consista na utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou condição de pessoa portadora de deficiência a pena pode ser de reclusão de um a três anos e multa.

Para um crime como o de abuso sexual, de acordo com o Título VI, Capítulo I, artigo 213 do código penal, a pena consistirá em reclusão, de 6 a 10 anos, o artigo 213 do código penal, a pena consistirá em reclusão, de 6 a 10 anos, porém apenas será agravada para 8 a 12 anos caso da conduta resulte lesão corporal grave ou se a vítima for menor de 18 anos ou maior de 14. Obviamente o Código Penal também contempla penalidades para os demais crimes que os praticantes do *bullying* costumam cometer, como o furto ou roubo, artigos 155 e 157 do Código Penal, respectivamente.

Outro crime bastante comum na prática da intimidação sistemática é o de extorsão, o qual consiste em: Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa (art. 158, CP). Cujas penas no Código Penal é de reclusão de quatro a dez anos, e multa. Em suma, nenhum crime, dos presentes na lei contra o *bullying* ficará sem sua respectiva consequência jurídica, todavia, o intuito aqui é chamar a atenção para a questão humana que envolve a intimidação sistemática, justamente por isso um artigo de extrema relevância ao propósito que nos concerne trata-se deste, presente no Estatuto da Criança e do Adolescente:

A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. (BRASIL, ECA, 2014, Art. 18-A).

O problema é que tudo o que leva o nome de “castigo” mesmo que não seja físico, sempre é algo ao menos um pouco cruel ou degradante, a própria palavra castigo parece estar impregnada de um significado negativo.

A nosso ver, quando a “justiça é feita” quase nunca se tem a real preocupação com a recuperação das partes envolvidas, o fato de não haver preocupação é o que realmente preocupa, principalmente quando diz respeito às crianças na fase escolar.

De acordo com Zehr:

Frequentemente, vítimas, ofensores e membros da comunidade sentem que o sistema deixa de atender adequadamente às suas necessidades. Também os profissionais da área de justiça, não raro, expressam sua frustração com o sistema. Muitos sentem que o processo judicial intensifica as feridas e os conflitos sociais ao invés de contribuir para sua resolução e pacificação. (ZEHR, 2008)

De fato, determinados processos realmente parecem intensificar as feridas ao invés de contribuir para sua resolução, segundo nos parece, métodos puramente punitivos deixam de atender adequadamente as necessidades dos envolvidos. Sabemos que a justiça necessita ser imparcial e geralmente analisa mais fatos do que sentimentos, todavia há um método menos traumático que o tradicional para ser aplicado nas escolas, o qual vem se destacando na resolução de conflitos e já foi aplicado com sucesso de acordo com Santos & Gomide (2014), inclusive em penitenciárias e Serviços Correccionais.

5 A JUSTIÇA RESTAURATIVA NA ESCOLA

As escolas públicas no Brasil recebem alunos das mais diversas classes sociais, tanto da área urbana quanto rural, negros, brancos, pardos, indígenas, com ou sem deficiência, etc. É o que a maioria desses alunos têm em comum é que são alunos carentes. Carentes de dinheiro, carentes de alimento e muitas vezes carentes também de afeto.

O aluno carente, em todos os aspectos, que já está habituado a viver em um ambiente violento, o qual não tem quem se importe com ele e tudo o que ele aprendeu é que a vida não é fácil, porque nunca foi, nem para ele nem para os seus pais, isso quando, com sorte, consegue contar com a presença de algum deles, costuma ter suas necessidades mais básicas

negligenciadas, alunos como esses, sem uma base familiar sólida, são mais propensos apresentarem comportamento violento e a cometerem atos de violência e a questão fundamental aqui é que, na hora de julgar e punir um ato de violência cometido por um desses alunos, nenhum dos fatores socioeconômicos citados são levados em conta, apenas é considerado o ato de violência isoladamente assim como o desejo de punição do ato, tal qual os parâmetros da Justiça Retributiva explicitados, desejo sobre o qual explicita Vasconcelos:

Quem usa a força punitiva baseia-se na crença de que as pessoas fazem coisas erradas porque são más, e de que, para corrigir a maldade, é preciso puni-las para a) sofrerem o suficiente e perceberem como as suas ações foram erradas; b) arrependem-se, c) mudarem o seu comportamento. (Vasconcelos, 2014, p.37)

O que não se leva em conta na forma tradicional de punir, é que nem sempre atos de violência são originados por pura maldade, principalmente porque a própria maldade tem origem na ignorância e na necessidade. Como já discutimos e podemos perceber através de nossa realidade, a escola além de ensinar tem acumulado com o passar dos anos a função de educar, ou seja, de oportunizar aos alunos livrarem-se tanto da cegueira intelectual quanto da moral. Toda pessoa ou instituição que se propõe a educar sabe que para isso é preciso estabelecer algumas normas e hierarquias que quando são quebradas ou desrespeitadas se faz necessário que o infrator sofra algum tipo de punição, porém como a escola atende basicamente crianças, é com o tipo de punição aplicada que essa instituição necessita se preocupar, afinal, o mais importante é punir simplesmente ou fazer com que as crianças aprendam alguma coisa no percurso? Além do mais, como já discutido, o ato de punir ao invés de regenerar pode fazer com que o infrator apenas sinta mais raiva, como afirma Rosenberg:

Ocorre que, na prática, é mais provável que, em vez de gerarem arrependimento, ações punitivas produzam ressentimento e hostilidade, e que alimentem a resistência ao próprio comportamento que estamos buscando. (ROSENBERG, 2006, p. 223-229 apud VASCONCELOS, 2014, p.37)

É justamente por considerar tudo o que já foi discutido bem como o que diz Rosenberg é que acredita-se que o método da Justiça Restaurativa demonstra ser o método de resolução de conflitos mais adequado no combate ao *bullying* no âmbito escolar e agora veremos o porquê.

O método da Justiça Restaurativa tem a vantagem de não intensificar o conflito e como a pacificação ocorre principalmente através do diálogo, acaba auxiliando com que os alunos aprendam a se relacionarem de maneira mais adequada com seus semelhantes e a “promover a autonomia do indivíduo, construindo capacidades de relacionar-se consigo mesmo, com os outros e com o mundo” (BRANCHER, 2008, apud SANTOS & GOMIDE, 2014, P.43).

Muitos podem questionar que se não há punição as pessoas tendem a não obedecer as normas, mas de acordo com Brancher:

A criminologia ensina que as pessoas cumprem as normas por quatro razões: medo, crença no recebimento de algum benefício, reciprocidade ou por participação em sua elaboração. (Brancher, 2008 apud Santos & Gomide, 2014).

Na Justiça Restaurativa o cumprimento das normas pauta-se mais na reciprocidade do que no medo, o que a nosso ver é mais vantajoso até do que cumpri-las pelos demais motivos, afinal contrasta perfeitamente com o exigido pelo ECA de que: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.” (BRASIL, ECA, Art. 18, 1990).

Enfim, o que este método busca é a pacificação dos conflitos através do diálogo e do entendimento entre as partes envolvidas. Na opinião de Melo:

Desta forma, o fim social da escola a aproxima sobremaneira da Justiça Restaurativa, cujo objetivo, é restaurar relações feridas por atos de violência, utilizando-se de mecanismos capazes de despertar nos indivíduos sentimentos de pertença, respeito, compreensão e responsabilização (MELO, 2005, apud SANTOS & GOMIDE, 2014, p. 43).

Todavia a implementação da Justiça Restaurativa não é tão simples, pois necessita de uma conscientização de todos os envolvidos, bem como da capacitação da equipe pedagógica e dos mediadores (Vasconcelos, 2014).

Para se ter uma ideia mais clara a respeito, na edição do dia 29 de Novembro de 2015 o programa televisivo “Fantástico” apresentou um quadro intitulado: “Eu amo quem sou,” no qual ocorre uma demonstração da aplicação da Justiça Restaurativa, em que alunos de uma escola pública no Rio de Janeiro buscam superar o *bullying* contando com o apoio do psiquiatra infantil Fábio Barbirato e também com o auxílio da preparadora de elenco Fátima Toledo, que trabalha como mediadora, desenvolvendo diversos exercícios que estimulam os alunos a expressarem seus sentimentos com relação à escola, à família e à sociedade.

Através desse quadro pode-se perceber que é extremamente difícil mensurar e expressar em algumas linhas a dimensão da ferida causada pelo *bullying*, até porque muitos pais costumam não dar a devida importância ao problema por considerar uma prática relacionada à faixa etária, algo que se supera com o tempo. O problema é que cada pessoa costuma sentir e lidar com seus problemas de maneira diversa, por isso não significa que por se tratar de uma criança isso a torna menos sujeita ao sofrimento, pelo contrário, o incômodo frequente pode levar a uma situação de estresse em que a criança não sente vontade nem de ir para a escola, o que pode acabar se agravando até a um quadro depressivo. A questão é que muitas crianças não costumam expressar o que as aborrece e muitos pais preferem não se importar devido a

uma certa tendência que os seres humanos parecem ter de evitar conflitos em vez de enfrentá-los, até que se tornem algo realmente sério e sem escapatória.

O método da Justiça Restaurativa surge então como uma possível ferramenta na pacificação da intimidação sistemática em ambientes escolares, não apenas por se utilizar de métodos menos traumáticos, mas, principalmente, por desenvolver o sentido de comunidade, pois enquanto o método tradicional visa a punir e conscientizar o infrator, a Justiça Restaurativa conscientiza a todos os envolvidos, conforme afirma Vasconcelos:

A Justiça Restaurativa, com seu diálogo apreciativo, seus encontros e círculos restaurativos, oferece um paradigma facilitador de autoafirmação e cooperação entre os integrantes da comunidade. Tratando-se do ambiente escolar, cada sala de aula é uma comunidade e cada escola é uma comunidade imediatamente conectada às respectivas comunidades familiares e de vizinhança. (VASCONCELOS, 2014, p. 244)

Quanto à implementação dos círculos restaurativos, Vasconcelos (2014) afirma que deve ocorrer em três níveis, um nível primário que é direcionado à reafirmação de relações, o nível secundário direcionado à reconexão das relações e um nível terciário direcionado à reconstrução dessas relações.

Uma das principais vantagens do método de pacificação da Justiça Restaurativa no âmbito escolar é justamente o fato de não opor a vítima ao ofensor, mas de buscar um entendimento, uma conciliação entre essas partes, principalmente porque de acordo com Santos e Gomide (2014) o tipo de *bullying* mais frequente nas escolas trata-se de agressões verbais, cuja pacificação evita a reincidência desse tipo de delito. Do ponto de vista jurídico, a vantagem é que esse método alternativo não necessita de judicialização o que de acordo com Freire:

Conflitos resolvidos de maneira alternativa ajudam a tornar o Judiciário mais ágil, trazem eficácia aos acordos firmados e incentivam os cidadãos a atuarem de forma transigente e autocompositiva, em que as partes resolvem diretamente o conflito. (FREIRE, 2012, apud PNUD).

Ou seja, os envolvidos resolvem seus próprios conflitos com presteza e ainda desafogam o judiciário. Outras vantagens da Justiça Restaurativa, como método de pacificação no âmbito escolar são o desenvolvimento do sentido de comunidade, a resolução de conflitos, a amenização das feridas e uma maior conscientização por parte do agressor com relação aos danos causados, tudo isso pautado no respeito, na igualdade, no diálogo, no entendimento e, principalmente, na dignidade da pessoa humana. Embora a Justiça Restaurativa apresente inúmeros benefícios no combate à intimidação sistemática, de acordo com Vasconcelos, uma série de fatores precisam ser levados em conta, de acordo com ele:

As experiências vêm indicando que, para desenvolvimentos significativos na mediação escolar, é necessário, inicialmente, todo um trabalho interno de

sensibilização e capacitação nessas metodologias de diálogo, via mediação. A começar pela direção da escola, que deve estar apoiada por uma política pública em nível de Secretaria de Educação, incluindo os professores, alunos e funcionários, todos esses agentes internos do sistema de educação devem participar de oficinas com vistas ao desenvolvimento das competências comunicativas da mediação e transformação de conflitos, de modo que, em sequência, venham a se engajar, como mediadores, todos aqueles que manifestarem o desejo e expressarem a atitude adequada para tanto, constituindo-se, deste modo, uma rede interna de mediação. (VASCONCELOS, 2014, p. 240).

Pois, quando bem aplicado o método da Justiça Restaurativa tem demonstrado ser bastante eficaz, obtendo êxito nas instituições em que já foi desenvolvido, como por exemplo na escola pública do Rio de Janeiro apresentada na matéria do programa televisivo “Fantástico” e citada anteriormente, a qual conseguiu combater o *bullying* com a aplicação de métodos restaurativos.

A implantação da Justiça Restaurativa na escola, de acordo com Santos e Gomide (2014), ocorre em seis etapas: a primeira diz respeito à escolha da escola e à solicitação das autorizações necessárias para a implantação, a segunda refere-se à formação da equipe técnica – mediadores, pedagogos, psicólogos, quando possível; etc. Na terceira etapa faz-se um levantamento, através do qual registram-se os comportamentos violentos na escola, mais especificamente os casos de intimidação sistemática. Na quarta etapa é feita a divulgação do projeto na escola, para que todos os envolvidos fiquem cientes do seu desenvolvimento, na quinta etapa elabora-se uma “Comissão da Justiça Restaurativa,” a qual pode ser composta por professores, funcionários e alunos e tem o objetivo de averiguar quais casos são adequados à Justiça Restaurativa e então, na sexta etapa, os casos selecionados são colocados em pauta, discutindo-se a gravidade do fato e a possibilidade de intervenção.

As autoras citam ainda em sua obra, três casos, ocorridos em uma escola pública estadual, localizada na região metropolitana de Curitiba, no Paraná. Todos envolvendo agressão física cometida pelos alunos, em que o círculo restaurativo foi implantado com êxito dentro do escopo da Justiça Restaurativa, através das etapas citadas.

A Justiça Restaurativa tem sido implantada com sucesso também em escolas de São Paulo. De acordo com Luiza de Carvalho:

Alunos rebeldes, que jogam bombas no recreio, usam drogas ou cometem violência contra o professor são expulsos da escola. Depois, expulsos novamente de outra instituição, acabam desistindo de estudar. Continuam cometendo delitos até que, por fim, são recolhidos à Fundação Casa. A trajetória é muito conhecida por juízes da Vara da Infância, que sabem que o resgate desses menores para a sociedade vai se tornando cada vez mais difícil. No entanto, a aplicação da Justiça Restaurativa nas escolas do Estado de São Paulo tem rompido esse ciclo de violência e recuperado adolescentes para o convívio social e escolar sem a necessidade de aplicação de medidas de caráter meramente punitivo. (CARVALHO, 2015)

O objetivo é justamente este, recuperar os alunos infratores através de uma visão totalmente nova na qual eles não são punidos e sim responsabilizados por seus atos. Afinal, fazer com que o infrator se responsabilize pelos seus atos e pelas consequências destes difere de punir, porque a simples punição não garante a conscientização por parte do infrator e a possibilidade de um eventual arrependimento. É lógico que no tocante a crimes graves não há como o infrator não responder civil e criminalmente pelos seus atos, mas como aqui estamos nos referindo ao *bullying*, que embora não seja impossível é mais improvável ou raro ocorrer um crime hediondo, na verdade a intenção de aplicar a Justiça Restaurativa na fase escolar, tem a intenção de evitar que uma intimidação sistemática acabe evoluindo para um crime hediondo, o que infelizmente, apesar de raro, acontece. Como aconteceu no bairro de Realengo, na cidade do Rio de Janeiro em 7 de abril de 2011, na Escola Municipal Tasso da Silveira em que o aluno Wellington Menezes de Oliveira, então com 23 anos, invadiu a escola armado e disparou contra os alunos presentes matando doze deles. Wellington acabou cometendo suicídio e uma de suas motivações, segundo a imprensa nacional, seria vingança por ter sofrido *bullying* durante a vida escolar, de acordo com Vanessa Fajardo (2011) do G1, site de notícias do portal Globo.com: “O atirador da Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, no Rio, declarou em vídeo gravado antes da tragédia que sofreu *bullying* durante a vida escolar e, também por isso, iria se vingar.”

Para evitar casos como esse é que aqui propõe-se a Justiça Restaurativa como método de pacificação nas escolas, porque por resolver conflitos através da mediação, acaba por estimular o diálogo, evitando que as vítimas se sintam sufocadas pelos seus problemas até que se tornem o estopim de uma tragédia sem precedentes como é o caso desta ocorrida em Realengo no Rio de Janeiro.

6 CONCLUSÃO

A pesquisa adentrou em um ramo muito abrangente do Direito do qual se fez necessário uma delimitação específica. Para abordar de forma mais objetiva o problema procuramos resumi-lo na seguinte questão: é possível que a Justiça Restaurativa através da mediação possa ser utilizada para a pacificação da intimidação sistemática, *bullying*, no âmbito escolar?

Após a análise desenvolvida a conclusão a que chegou-se foi: Sim, é perfeitamente possível e até mesmo altamente recomendável a utilização da Justiça Restaurativa como método de pacificação desse gênero de conflito na fase escolar. Todavia, faz-se necessário uma ressalva, porque embora seja um método eficaz, a implantação do projeto não é tão simples, pois é preciso que seja feita a conscientização da comunidade envolvida, ou seja, somente com o real envolvimento de todos os interessados e isso engloba desde Secretaria de Educação, a direção escolar, professores, pedagogos, pais, alunos e demais

familiares bem como funcionários da escola, é que podemos afirmar com certeza, que de fato é possível a comunidade escolar utilizar a Justiça Restaurativa como método eficaz na pacificação do *bullying*.

Buscou-se manter o foco na intimidação sistemática, mas a Justiça Restaurativa não se limita a resolver somente conflitos entre alunos, pois pode ser utilizada inclusive na pacificação de conflitos entre professores, entre alunos e professores ou até mesmo conflitos que envolvam a direção. A proposta da Justiça Restaurativa, como pudemos observar, é ser igualitária, linear, além de estimular o diálogo e o entendimento, todos esses são valores que precisamos e gostaríamos que fossem mais estimulados em nossa sociedade.

Mais do que ter como embasamento toda a teoria analisada, somente pautados nos valores da igualdade, do diálogo, do entendimento e na real compreensão do significado de comunidade, é que podemos assegurar a eficácia plena da implantação da Justiça Restaurativa como método de pacificação do *bullying* no âmbito escolar ou de qualquer outro conflito, desenvolvendo assim uma sociedade menos violenta e mais justa para todos.

7 REFERÊNCIAS

AMSTUTZ, Lorraine Stutzman; MULLET, Judy. **Disciplina Restaurativa para escolas**: responsabilidade e ambientes de cuidado mutuo. Tradução de Tonia Van Acker. Título Original: The Little Book of Restorative Discipline for Schools. São Paulo: Palas Athena, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 01 de maio de 2016.

BRASIL. **Código Penal** - Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm> Acesso em: 01 de maio de 2016.

BRASIL. **Lei Nº 8.069**, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em: 01 de maio de 2016.

BRASIL. **Lei Nº 13.185**, de 6 de Novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm> Acesso em: 01 de maio de 2016.

CARVALHO, Luiza de. **Justiça Restaurativa rompe com círculo de violência em escolas de São Paulo**, 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.ius.br/noticias/cnj/62375-justica-restaurativa-rompe-com-circulo-de-violencia-em-escolas-de-sao-paulo>>. Acesso em: 27 de abr de 2016.

CUSTODIO, André Viana; COSTA, Marli Marlene M. da; e PORTO, Rosane Terezinha C. **Justiça Restaurativa e Políticas Públicas**: uma análise a partir da teoria da proteção integral. Curitiba: Multideia, 2010.

FAJARDO, Vanessa. **Falta preparo das escolas para lidar com o bullying, dizem especialistas**, G1, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/falta-preparo-das-escolas-para-lidar-com-o-bullying-dizem-especialistas.html/>>. Acesso em: 29 de abr de 2016.

FANTÁSTICO. Apresentado por Poliana Abritta e Tadeu Schmidt. Rio de Janeiro: Rede Globo de Televisão, 29 nov. 2015, 21h45. Duração 15 min. Quadro “Eu amo quem sou”, também disponível em: <<http://glo.bo/1XBKSUy>> Acesso em 18 fev. 2016.

NUCCI, G. S. **Manual de direito penal**: parte geral e especial. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

ONU – Organização das Nações Unidas. Resolução 217 A (III) - **Declaração universal dos direitos humanos**. Paris, 1948.

PRANIS, Kay. **Processos Circulares**. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2010.

PINTO, Renato Sócrates G. **A construção da Justiça Restaurativa no Brasil. O impacto no sistema de Justiça criminal**. Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1432, 3 jun. 2007. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/9878>>. Acesso em: 20 set. 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Brasil terá escola nacional para mediação e resolução de conflitos**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3640>>. Acesso em 11 nov. 2014.

ROLIM, M.; SCURO NETO, P.; DE VITTO, R. C. P.; PINTO, R. S. G. **Justiça restaurativa** – um caminho para os direitos humanos? Textos para debates. Ed. IAJ – Instituto de Acesso à Justiça, Porto Alegre, 2004.

SANTOS, Mayta Lobo dos; GOMIDE, Paula Inez Cunha. **Justiça restaurativa na escola**: aplicação e avaliação do programa. Curitiba: Juruá, 2014.



**VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016**

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de Conflitos e práticas restaurativas**. São Paulo: Método, 2014.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes**: um novo foco sobre o crime e a justiça. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008.

A PERSONALIDADE CONSTITUCIONAL E (ANTI) DEMOCRÁTICA DO STF: UMA ANÁLISE DA INTERPRETAÇÃO DADA À LEI DE ANISTIA

Júlio Eduardo Damasceno Medina (julio_eduardo11.17-8@live.com)

Tahysa Boss Ferreira

Fabrcio Antnio da Silva

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a Arguio de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 153, julgada em 2010 pelo Supremo Tribunal Federal, onde estava sendo questionada a Lei de Anistia (Lei 6683). Nesta caminhada adotamos um conceito deliberativo de democracia com a finalidade de especial ateno ao respeito à voz e ao voto de todos os potenciais envolvidos em alguma deciso, por meio de debates robustos. Cada voto proferido na referida ADPF ser analisado individualmente à luz da teorias das “personalidades constitucionais”, com intuito de refletir e (re) afirmar a soberania popular, visto que a judicializar a política não dá efetivas garantias que as decises judiciais sero substancialmente melhores e mesmo que configurem vitórias no campo jurdico no necessariamente sero uma vitória na esfera política.

Palavras-chave: SUPREMACIA JUDICIAL – POVO – INTERPRETAÇÃO – CONSTITUCIONALISMO

Abstract: This article aims to examine the Accusation of Breach of Fundamental Precept (ADPF) No. 153, judged in 2010 by the Supreme Court, where he was being questioned the Amnesty Law (Law 6683). On this walk we take a deliberative concept of democracy for the purpose of particular attention to respect the voice and vote of all potential involved in any decision by robust debates. Each vote cast in that ADPF will be examined individually in the light of theories of "constitutional personalities", in order to reflect and (re) assert the popular sovereignty, since judicialize policy does not provide effective guarantees that judicial decisions will be substantially better and even configure victories in the legal field will not necessarily be a victory in the political sphere.

Key Words: JUDICIAL SUPREMACY – PEOPLE – INTERPRETATION – CONSTITUTIONALISM

1 INTRODUÇÃO

Proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil em 2008 e julgada pelo Supremo Tribunal Federal nos dias finais do ms de abril de 2010 a Arguio de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153 (ADPF) questionou a constitucionalidade da Lei 6683/79 (Lei de Anistia), portanto, o pedido do arguente cuidava de solicitar uma interpretao conforme a Constituio – uma declarao de inconstitucionalidade sem reduo do texto normativo – para o artigo 1º, § 1º da referida lei, no sentido de no estender a anistia aos crimes

comuns no mesmo sentido em que foi concedida aos crimes políticos, à luz dos preceitos fundamentais da Constituição.

O principal objetivo do presente trabalho é fazer uma análise reflexiva sobre a ADPF 153, ou seja, sobre a decisão proferida por seus julgadores – Ministros membros do Supremo Tribunal Federal – nesse “caso constitucional”. Dado isso, em um primeiro momento cuidaremos de analisar cada voto à luz do estudo de Cass Sunstein a respeito das “personalidades constitucionais”. É pertinente lembrar que uma categoria de personalidade decisória, em especial, qual seja, a do “juiz herói” será vista em conjunto com sua mais influente e sofisticada formulação, a do “juiz Hércules”, de Ronald Dworkin.

Introduzindo as premissas que consideramos basilares chegaremos em um segundo momento deste trabalho, que encarrega-se de buscar uma definição (breve, porém robusta) de democracia. Isto posto o estudo se endereça para uma terceira sessão, nesta a finalidade é definir as quatro personalidades constitucionais nos moldes construídos por Sunstein. E, por fim, o presente artigo trata da análise e “classificação” – da personalidade – de cada um dos nove votos proferidos na ADPF 153, publicada em 06 de agosto de 2010.

2 UM CONCEITO DE DEMOCRACIA

Cuida-se, no presente trabalho, de não usar democracia como sinônimo de soberania popular, tendo em vista o paternalismo e o governo de cortes que vigora em nossa vida pública (VIEIRA, 2008, p. 442). Não obstante é sempre pertinente lembrar a dificuldade de oferecer uma definição satisfatória sobre “quem é o povo?” (MÜLLER, 2009, p. 49).

Adotamos um conceito deliberativo de democracia, semelhante ao que Miguel Gulano de Godoy, baseando-se em Gargarella, definiu:

A democracia deliberativa parte da ideia de que um sistema político valioso é aquele que promove a tomada de decisões imparciais por meio de um debate coletivo com todos os potencialmente afetados pela decisão, tratando os com igualdade (GODOY, 2011, p. 41).

Isto posto partiremos da premissa que todos os cidadãos devem ser tratados com “igual respeito e consideração” (DWORKIN, 2010, p. 250), portanto, encaramos a democracia como instrumento para a Igualdade (com liberdade), por meio de diálogos efetivos, em prol de uma maior e ideal participação do povo – de todos – nas discussões da República, juntamente com um poder de influência substancialmente igual na tomada de decisões.

3 QUAIS SÃO AS PERSONALIDADES CONSTITUCIONAIS?

Inicialmente é pertinente alertar que a finalidade de tal classificação é pedagógica e só é aferível no caso em concreto. Não se tratar de um etiquetamento de juízes e cortes, e sim de sua postura em um referido caso, tão somente ali. Portanto, apesar de ser feita em abstrato, a respectiva personalidade só aferível tendo em vista o contexto.

Neste sentido afirma GODOY:

Tal classificação é evidentemente feita em abstrato, mais como um modelo pedagógico (que ressalta determinadas e importantes características dos juizes na tarefa de decidir) do que uma explicação científica ou constatação empírica de padrões rigorosos de comportamento e postura dos magistrados (2015, p. 113).

Nos moldes da teoria de Sunstein há no debate constitucional quatro personalidades facilmente perceptíveis, quais sejam: heróis, soldados, burkeanos e mudos (SUNSTEIN, 2013, p. 1).

A categoria dos “heróis” não exige aprovação daqueles assim considerados, é meramente descritivo. Reputa-se o título de herói para aqueles que procuram uma atuação ambiciosa na interpretação da Constituição, estando dispostos a invalidar atos do Parlamento que julguem inconstitucionais. Nas palavras de Cass Sunstein, “heróis acreditam em um papel imperial e potencialmente transformadora para o sistema judicial federal em nome da Constituição” (SUNSTEIN, 2013, p.3, tradução nossa). Contemporaneamente, a forma mais sofisticada de juizes heróis é o que Dworkin chamou de “juiz Hércules”, “um juiz imaginário, de capacidade e paciência sobre humanas, que aceita o direito como integridade” (DWORKIN, 2014, p. 287).

A segunda classificação é a que se refere aos “juizes soldados”, tendo estes um viés mais populista, onde seu argumento central é a soberana popular. O juiz soldado, em tese, opta por renegar a supremacia judicial, em relação ao controle judicial de constitucionalidade, e aderem à uma interpretação literal do texto Constitucional. Percebe-se que em comparação com os juizes heróis há nos soldados uma maior deferência em relação às decisões emanadas dos Poderes eleitos (Legislativo e Executivo). O nome de Oliver Wendell Holmes é, classicamente, o que melhor representa essa categoria (SUNSTEIN, 2013, p.7).

Devido ao fato de definirmos os juizes heróis e os juizes soldados em polos opostos cabe expor que há uma categoria intermediária – em alguns momentos aparenta ser um e em outras oportunidades se assemelha a outros. Baseado no político e filósofo irlandês Edmund Burke, Cass Sunstein postulou que também há no debate constitucional juizes “burkeanos”. Estes, por sua vez, preferem mudanças cautelosas e não ambiciosas, de maneira que não rompa com as práticas e decisões passadas, mas que incrementalmente expondo discretamente alguma possibilidade de mudança (SUNSTEIN, 2013, p. 9-10).

Em relação ao debate sobre soberania do povo e supremacia judicial – intimamente ligada às reflexões acadêmicas envolvendo o tema “democracia e constitucionalismo” –, dando especial atenção ao “juiz burkeano”, cito:

Os juizes burkeanos veem no controle judicial de constitucionalidade a oportunidade de expor as possibilidades de mudança, ainda que isso deva ser feito de forma humilde, discreta, sem apelar a complexas teorias que resultem em profundas e amplas respostas (GODOY, 2015, p.117).

Isto posto contamos com uma quarta personalidade de juizes, o juiz mudo. Estes estão presente, contemporaneamente, nas teorias de Alexander Bickel, que vê no silêncio uma estratégia de prudência, aguardando que o avanço

das discussões se dê no campo político. Apesar de serem menos frequentes em relação aos demais, devido ao fato a impossibilidade de os juízes se negarem a decidir reiteradamente, há ainda juízes que se enquadraram como “soldados mudos”, para estes o silêncio não é devido a estratégia e sim derivado da interpretação que fazem da Constituição (SUNSTEIN, 2013, p. 10-11).

4 A ADPF 153

O caso em tela trata-se do questionamento do art. 1º da Lei 6683 de 1979 que instituiu a anistia no período de transição para a democracia. Foi concedida a anistia a todos que tenham cometido crimes políticos ou conexos no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979. O requerente foi Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e foram requeridos o Presidente da República e o Congresso Nacional.

Estamos diante de uma das controvérsias constitucionais menos pacíficas da história de nosso país. Muitos encaram a lei questionada na ADPF 153 como o marco final do regime – militar – de exceção e como um passo importante para um (re) começo democrático. Outros, porém, encaram como um golpe à democracia e ao princípio republicano, afirmando que não se pode dar legitimidade a uma auto anistia, sancionada por um Chefe de Estado não-eleito e editada por um legislativo integrado por Senadores eleitos pela via indireta, ou seja, desconfigurando aquilo que se conhece por parlamento, a casa do povo.

Este litígio emblemático teve, no pedido do requerente, duas vias, sendo a primeira o pedido de que seja conhecida a não-recepção da lei 6683/79 pela nova ordem constitucional da Carta de outubro de 1988 e o segundo de que seja dada uma interpretação conforme a constituição à lei questionada, em função disso não se estenderia a anistia aos crimes comuns, praticados por agentes públicos contra opositores políticos, durante o regime militar (de 1964 a 1985). Os preceitos fundamentais – da Carta da República – que estariam sendo violados seriam os princípios democrático e republicano (art. 1º, da CF), o direito à igualdade (art. 5º, caput, da CF) – especialmente em matéria de segurança –, o direito fundamental à informação (art. 5º, XXXIII, da CF) e o princípio basilar da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF).

No julgamento votaram nove ministros da suprema corte, visto que Joaquim Barbosa estava licenciado e Dias Toffoli impedido, para este caso. Os argumentos e justificativas de cada voto serão analisados em separado, com o intuito de que realizarmos uma avaliação personalíssima dos argumentos à luz da soberania popular e da supremacia judicial. A ADPF 153 restou julgada improcedente, por maioria dos votos, nos termos do voto do relator – Ministro Eros Grau –, sendo acompanhado pelos Ministros Cezar Peluso (Presidente), Celso de Mello, Marco Aurélio, Ellen Gracie, Gilmar Mendes e Carmén Lúcia. Foram vencidos os Ministros Ricardo Lewandowski e Ayres Britto.

4.1 O voto do Ministro Relator Eros Grau

Relator no caso em questão, o Ministro Eros Roberto Grau, fez em seu voto uma reconstrução histórica e política a fim de abordar o contexto e as circunstâncias que levaram à edição da Lei 6683/79. Persistiu em seu voto o argumento de que não cabe ao poder judiciário rever um acordo político – que tinha como finalidade romper com os ranços da ditadura militar decorrente do golpe de 1964 – o qual contou com a participação de amplos setores da sociedade. Em função disso julgou improcedente a ADPF 153.

Percebe-se que o segundo argumento conta com enorme plausibilidade, porém o primeiro nem tanto. Não há que se negar o fato de que a ditadura militar era (e ainda é) renegada por vários setores da sociedade, entretanto a experiência da anistia servia como “via de mão dupla”, para também esquecer o passado, “protegendo” alguns dos que ainda eram perseguidos pelo governo de exceção, e seguir em frente, como bem afirma Dalmo Dallari:

Nós sabíamos que seria inevitável aceitar limitações e admitir que criminosos participantes do governo ou protegidos por ele escapassem da punição que mereciam por justiça, mas considerávamos conveniente aceitar essa distorção, pelo benefício que resultaria aos perseguidos e às suas famílias e pela perspectiva de que teríamos ao nosso lado companheiros de indiscutível vocação democrática e amadurecidos pela experiência (DALLARI, 2006, p. 1).

Entretanto o argumento de não cabe ao Poder Judiciário rever acordos e decisões da esfera política merece ser visto com parcimônia. Em abstrato o argumento parece fantástico, em total harmonia com a soberania popular por não decretar uma supremacia do Poder Judiciário frente aos demais. Todavia, no caso em questão, trata-se de uma chance de se fazer justiça ao se rever e responder pelos erros do passado ao criar um escurecimento artificial dos fatos. Neste sentido, cito CHUEIRI:

A começar pela memória, ela pode ser uma forma de se evitar a repetição das tragédias, na medida em que permite resgatar, não sem dor ou traumas, a história, pois a maior injustiça seria enterrá-la e com ela qualquer possibilidade de se rever e se responder pelos erros cometidos (CHUEIRI, 2015, p.1).

Percebe-se, claramente, que o Ministro se enquadrava naquilo que Sunstein chamou de “juiz soldado”, uma vez que se mostrou deferente às decisões que emanadas dos demais poderes, mesmo que, com a devida vênia consideradas substancialmente injustas.

4.2 O voto do Ministro Ricardo Lewandowski

O paradigmático voto de Ricardo Enrique Lewandowski se enquadrava naquilo que comumente chama-se de “juiz herói”, sem sarcasmo qualquer. O Ministro, fundamentadamente, em uma ambiciosa interpretação da ordem constitucional, rompeu com aquilo posto no § 1º do art. 1º da Lei 6683/79 em prol de uma interpretação conforme à Constituição. Seus fundamentos se baseavam nas análises de caso a caso (*case by case approach*) à luz dos

critérios de atrocidade dos meios e preponderância, na distinção entre crimes comuns e crimes políticos.

Em seu voto enfatizou a obrigação do Estado frente à comunidade internacional de investigar, ajuizar e punir as graves violações aos direitos humanos, uma vez que o Brasil firmou-se como parte ao ratificar a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Restou claro ao ministro que não poderia, *a priori*, ser concedida a anistia – decorrente da crise de legitimidade que pairava sob o regime de exceção – aos agentes públicos que durante a ditadura militar cometeram crimes comuns por não haver conexão possível no ordenamento jurídico brasileiro com os crimes políticos.

4.3 Qual foi o voto do Ministro Ayres Britto

O eminente Ministro Carlos Ayres Britto, acompanhando o Ministro Lewandowski, julgou parcialmente procedente a ADPF 153 para dar uma interpretação conforme a Constituição ao art. 1º da Lei 6683/79, no sentido de não estender a anistia em geral aos crimes comuns e em especial aos previstos no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal.

Inicialmente Ayres Britto deu atenção ao argumento de que perdão coletivo é deferente de perdão individual e devido à complexidade do primeiro, juntamente com a coletividade de interesses, aquele exige que seja feito às claras, e não de forma viciada para que gere interpretações obscuras. Segundo o Ministro, deve-se evitar “hipocrisia normativa”. Adiante seu voto reconheceu que o método histórico não é método de interpretação jurídica, sendo tão somente auxiliar deste.

As principais justificativas de sua decisão eram de que àqueles que cometeram os crimes previstos no art. 5º, inciso XLIII da Constituição não somente usurparam da ordem constitucional inaugurada em 1946 como também da legalidade autoritária do regime militar, e que a dicotomia entre os crimes políticos e comuns é reiterada na jurisprudência do STF. Sobre a ênfase que o Ayres Britto dedica à justiça em voto, cito uma poética passagem sua:

A humanidade não é o homem para se dar a virtude do perdão. A humanidade tem o dever de odiar os seus ofensores, odiar seus ofensores, odiar seus ofensores, porque o perdão coletivo é a falta de memória e de vergonha. Convite masoquístico à reincidência (BRASIL, 2010, p. 135).

Quanto às personalidades constitucionais podemos elencar o Ministro, pela atuação no caso em tela como um dos juízes heróis, em função de invalidar o ato proveniente de outro poder sem hesitar, isto à luz de uma interpretação não acanhada.

4.4 Como votou o Ministro Gilmar Mendes

O voto do eminente jurista e Ministro Gilmar Mendes foi técnico em relação às contemporâneas doutrinas de interpretação constitucional, tanto que inicialmente alertou ao fato de que se estava pedindo uma declaração de inconstitucionalidade sem redução do texto. Nos moldes da teoria das

personalidades constitucionais ele foi um juiz burkeano, pois optou por uma decisão que apresenta um norte para essa circunstância sem romper e deixar de lado tudo aquilo que já havia sido posto, muito pelo contrário, visto que a análise dos fatos históricos foi fundamental em seu voto.

Primeiramente, Gilmar Mendes cuidou de afirmar o cabimento do questionamento de tal controvérsia constitucional via ADPF. Julgando o mérito, por sua vez, sentenciou o pedido como totalmente improcedente. Dentre seus principais argumentos foi pontual ao lembrar que a própria Ordem dos Advogados do Brasil havia se posicionado em favor da edição da lei 6683/79, no ano de 1979, posicionamento instrumentalizado em parecer elaborado pelo conselheiro José Paulo Sepúlveda Pertence, cito a passagem:

A anistia, representando reconciliação da nação consigo mesma, deve ser ampla, deve ser geral e deve ser irrestrita. Deve abranger todos aqueles que de uma forma ou de outra praticaram os atos políticos contrários a uma orientação então prevalecente. Não deve ter limites, já que as características do ato político, se variam de caso a caso tiveram um mesmo fator motivante. Sendo ato de conciliação da nação consigo mesma, não deve ser feita nenhuma gradação ou consideração da natureza do ato político. Significa esquecer o passado e viver o presente, com vistas para o futuro (BRASIL, 2010, p. 245-246).

E para finalizar as conclusões sobre o voto de tal Ministro é relevante que seja dito que talvez seu argumento mais latente foi baseado em Konrad Hesse e na sua obra “A Força Normativa da Constituição”. Foi ponderado que a Constituição deve ter mecanismos de normatização ao estado de necessidade (exceção) senão este de uma forma ou outra se dará.

4.5 A decisão da Ministra Cármen Lúcia

A Ministra Cármen Lúcia acompanhou o voto do relator, tanto em relação às preliminares, quanto em relação a análise do mérito, ou seja, julgou totalmente improcedente a ADPF 154. Sua postura, à luz das personalidades constitucionais está a par daquela que definimos como juiz Soldado, com um respeito inestimável pela decisão dos demais Poderes da República. A propósito, Cármen Lúcia argumentou que a lei não foi resultado de uma imposição do governo e de um silêncio povo, e sim que se originou de um movimento deliberativo robusto, com imensa participação da sociedade civil, e com apoio de vários dos que lutaram em prol da redemocratização do país, pois enxergavam na lei um passo para a redemocratização.

4.6 O voto da Ministra Ellen Gracie

A ministra Ellen Gracie em seu voto acompanha a decisão do relator, pela improcedência da ação, por considerar inexistentes as agressões a preceitos fundamentais da Constituição vigente alegadas pela autora da ação, também afirma que a lei não se destina a determinadas pessoas, mas a delitos cometidos ao longo de um período de tempo, que não é a lei obstáculo ao conhecimento da verdade, o que obstaculiza o acesso a documentos relativo

à época são normas outras que os mantêm em sigilo, as quais cuja constitucionalidade foi determinada pelo STF. Em seu voto argumenta que a anistia foi alcançada graças à ação de verdadeiros democratas. Utilizando-se das palavras de Orozimbo Nonato para nos dizer que a lei de anistia se deu em função de um longo clamor do povo, através da imprensa e em comícios, era o início da redemocratização do Brasil.

Diante dos argumentos da Ministra, observa-se que neste caso específico, ela se enquadra naquilo que Sunstein chamou de Juiz Soldado, Ellen Gracie sustenta enfaticamente o respeito que deve ser dispensado a lei de anistia, àqueles que a buscaram e os representantes do povo que a elaboraram. Entretanto, cabe aqui um questionamento: Será que não havia nenhum interesse particular ou oculto do legislativo que criou a lei?

4.7 Como deliberou o Ministro Cezar Peluso

O Ministro Cezar Peluso que votou pela improcedência da ação, inicia sua argumentação enfatizando a aversão pelos crimes cometidos, não apenas pelos regimes de exceção do Brasil, mas de todos os lugares e de todos os tempos. Contudo, ressaltou que a ADPF não tratava de aceitação ou não ética dessas práticas, o que se buscava saber é se o disposto no §1º, art.1º da Lei 6.683/79 é, ou não, compatível com a ordem jurídica instaurada pela Constituição de 1988. Saliencia que a anistia aos crimes políticos é estendida aos crimes “conexos”, que segundo a lei objeto desta ação são crimes são de qualquer ordem.

Entende o Ministro que todos os crimes praticados por agentes públicos sempre seriam contrários aos princípios democrático e republicano, porque a ofensa a esses princípios não está na gravidade do crime, mas no fato dos agentes fazerem parte do poder público. Ressalva quanto à prescrição no caso em tela, ressaltando que se ADPF fosse julgada procedente, ainda assim não haveria efeitos de ordem prática, já que todas as ações criminais e cíveis estariam prescritas 31 anos depois de sancionada a lei. Destaca que

Se é verdade que cada povo acerta contas com o passado de acordo com sua cultura, com os seus sentimentos, com a sua índole e com a sua história, o Brasil fez uma opção pelo caminho da concórdia (BRASIL, 2010, p. 214).

O Ministro enquadra-se naquilo que Sunstein chama de Soldado, o Soldado que vê a lei como a manifestação da vontade do povo, visto que sua edição se deu por representantes de todas as esferas da sociedade civil, ressalta o sentido generoso da lei com a concessão do perdão, o anseio pelo regime democrático, deixando de lado os tempos de sofrimento e perseguições do regime de exceção.

4.8 A decisão do Ministro Celso de Mello

O Ministro Celso de Mello inicia seu voto exaltando a relevância da experiência no caso, constituindo-se para esta e para as próximas gerações, como um sinal de alerta que não pode ser ignorado. Destaca alguns pontos a

que se submeteu o Brasil no regime de exceção. Faz uma análise histórica minuciosa, mostrando a tortura como uma verdadeira afronta aos direitos da pessoa humana.

Compreende que em 1979 e de acordo com a Carta vigente cuja égide foi editada a lei 6.683/ 79, haveria possibilidade jurídica de extensão da anistia a outros ilícitos penais, os crimes comuns a que se refere o inciso XLIII do art. 5º da Constituição de 1988. Fato que deu legitimidade jurídica constitucional a opção do Congresso Nacional, motivado por razões políticas de abarcar com a outorga da anistia todos os delitos de qualquer natureza, desde que relacionados a crimes políticos ou cometidos com motivação política. O Ministro acompanha a posição da Procuradoria Geral da República, quando afirmou que a anistia no Brasil, encontrada na Lei 6.683/79, resultou de um longo debate nacional, com a participação de diversos setores da sociedade civil, visando a transição entre o regime autoritário militar e democrático. Argumenta que a improcedência da ação não se qualifica como obstáculo jurídico à busca da verdade e à preservação da memória histórica e que o direito à informação independe da responsabilização criminal dos autores dos fatos.

A partir de todos esses argumentos, votou pelo julgamento improcedente da Arguição. O que retrata as características encontradas na personalidade constitucional do juiz soldado, àquele que adota o papel apropriado e respeita o lugar judiciário no sistema constitucional, bem como os atos do legislativo com em face de uma disposição.

4.9 Como julgou o Ministro Marco Aurélio

O ministro fundamenta seu voto destacando os prazos máximos para a prescrição da persecução penal que é de vinte anos e da indenização cível de 10 anos. Alerta que mesmo declarada inconstitucional a lei de Anistia, levando em conta a data do cometimento dos crimes, seus responsáveis não seriam punidos porque obviamente se passaram mais de 20 anos, dessa forma observa que a discussão em questão é estritamente acadêmica e que se deve apreciar a referida lei não considerando as circunstâncias atuais, mas da época em que foi editada.

Marco Aurélio argumenta, ainda, que os desvios de conduta foram a partir de atos de força, do regime de exceção que grassava à época relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política. Acompanha o voto do relator pela improcedência da ação e salienta que o voto proferido servirá como reflexão e alerta a gerações futuras quando, considerada a oportunidade, houver uma nova Lei de Anistia e impugnação imediata. Neste caso o ministro é considerado de acordo com a classificação de Sunstein o juiz Burkeano-heróico, que está realmente comprometido e que rejeitam as maiores teorias, mas que são no entanto disposto a exercer o poder judicial, de modo a invalidar legislação. Pode-se perceber no voto do ministro

que sua decisão pela improcedência da ação se dá pelo fato da prescritibilidade dos crimes cometidos no período de exceção do País.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste artigo concluímos que é uma falácia adotar a máxima de que o Poder Judiciário, por ter conhecimento e especialidade técnica (jurídica), é sempre o melhor – e que ostenta a condição de proferir a melhor decisão – na tutela efetiva de direitos. Não está se afirmando que nunca, e sim que nem sempre, o acordão aqui estudado serve como exemplo.

É certo que cabe a suprema corte guardar a devida deferência às decisões que emanam dos demais Poderes – e é isso que pleiteiam os teóricos do constitucionalismo popular –, entretanto a ADPF 153 é peculiar dado o seu contexto. Trata-se de uma lei editada na vigência da ditadura militar (ou civil-militar), com parlamentares “eleitos” indiretamente e sancionada por um Chefe de Estado que era General do Exército. Não há democracia na construção desse ato, sendo também violado o princípio republicano. Portanto cabe ressaltar que o Supremo Tribunal Federal teve a chance – e era legitimamente competente – de fazer justiça ao não permitir que se tentasse criar um falso esquecimento dos fatos e desfalecer as memórias. Uma vez que isso fosse feito teria a ratificação do “guardião entrincheirado” da Constituição Federal.

Pois bem, não podemos ignorar a realidade fática de que a decisão foi confrontada nos meios políticos – entre tantos motivos – por não ter sido condescendente com a memória da história brasileira. Tanto que houve a criação da Comissão Nacional da Verdade, bem como a OAB opôs embargos de declaração na ADPF 153, sem prejuízo de lembrar da propositura de novas demandas judiciais com o intuito de dar uma interpretação oposta àquela proferida pela maioria dos membros do Supremo Tribunal Federal. Miguel Gulano de Godoy foi feliz ao sintetizar tal fenômeno:

É de se destacar, no entanto, que tal decisão também provocou uma forte reação popular e de diversos representantes do povo que ainda sustentam o debate vivo e buscam, tanto por meios jurídicos quanto legislativos, sustentar a discussão e reverter a decisão do Supremo Tribunal Federal (GODOY, 2015, p. 95).

Ao final se faz pertinente afirmar que o objetivo desse trabalho não foi construir uma visão pessimista frente ao cenário jurídico-político. É o grande objetivo refletir sobre e (re) afirmar os valores da democracia como respeita à todos os potenciais atingidos pela decisão em questão. Nem sempre a arena jurídica – mesmo sendo composta por especialistas (nas cortes em geral e no STF em especial) – é aquele que produzirá decisões substancialmente corretas ou democraticamente robustas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Rodrigo. **Supremacia Judicial versus Diálogos Constitucionais: a quem cabe a última palavra sobre o sentido da Constituição?** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153/DF – Distrito Federal**. Publicado em: 06 de agosto de 2010. Relator: Ministro Eros Grau. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28ADPF%24.SCLA.+E+153.NUME.%29+OU+%28ADPF.ACMS.+ADJ2+153.ACMS.%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/9whvj8n>. Acesso em: 20 de agosto de 2016.

CHUEIRI, Vera Karam de. **Direito, história e memória: ainda há juízes em Berlim (?)**. Publicado em 10/06/2015. Acesso em: 26/08/2016. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/justica-e-direito/colunistas/vera-karam-de-chueiri/direito-historia-e-memoria-ainda-ha-juizes-em-berlim-70b8sgaepbg8i1anxejk2xhol>.

DALLARI, Dalmo. **Anistia: Esquecimento legal, memória de fato**. Publicado em: 23/04/2006. Acesso em: 29/08/2016. Disponível em: <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/exposicoes-virtuais/dalmo-dallari>.

DWORKIN, Ronald. **Levando os Direitos a Sério**. Tradução: Nelson Boeira. 3ª. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **O Império do Direito**. Tradução: Jeferson Luiz Camargo. Revisão Técnica: Gildo Sá Leitão Rios. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

GARGARELLA, Roberto. **Crítica de la Constitución: sus zonas oscuras**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2004.

_____. **La justicia frente al gobierno. Sobre el carácter contramayoritario del poder judicial**. Barcelona: Ariel, 1996.

GODOY, Miguel Gulano de. **Constitucionalismo e Democracia: uma leitura a partir de Carlos Santiago Nino e Roberto Gargarella**. 25 de fevereiro de 2011. Dissertação – Tese – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

_____. **Devolver a Constituição ao Povo: crítica à supremacia judicial e diálogos interinstitucionais**. 09 de junho de 2015. Tese – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

_____; CHUEIRI, Vera Karam de. **Quem detém a última palavra sobre o significado da Constituição: a PEC 33, seus limites e possibilidades**. In: Jornal Gazeta do Povo. Curitiba, 10 de maio de 2013.

MACEDO, José Arthut Castillo de. **Constitucionalismo, Democracia e Autogoverno**. 13 de junho de 2011. Dissertação – Tese – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

MENDES, Conrado Hübner. **Controle de constitucionalidade e democracia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

_____. **Direitos Fundamentais, Separação de Poderes e Deliberação**. São Paulo: Saraiva, 2011.

MÜLLER, Friedrich. **Quem é o Povo? A questão fundamental da democracia**. Trad. Peter Neumann. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

SUNSTEIN, Cass. **Burkean Minimalism**. In: *Michigan Law Review* v. 105. N.º 02. Ann Arbor: Michigan University, 2006.

_____. **Constitutional personae**. (23 de setembro de 2013). Disponível em: <http://nrs.harvard.edu/urn-3:HUL.InstRepos:16217272>.

VIEIRA, Oscar Vilhena. **Supremocracia**. In: *Revista Direito FGV*. v. 04, N.º 02. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

A RELAÇÃO ENTRE A CIÊNCIA E A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA ATUAL

Alexandre de Ramos Alabora (alexandrera13@gmail.com)
Pedro Henrique Danguí dos Santos (pedrodanguí@gmail.com)
Paulo Roberto Masella Lopes (paulo.lopes@ifpr.edu.br)

RESUMO: Em um cenário de constante troca de informação proporcionado pela internet, o espírito científico empírico das ciências naturais, que caracteriza – ou deveria caracterizar – nossa cultura desde a modernidade, parece ser o grande ausente das discussões nas redes sociais. Ao contrário, o que vemos é o compartilhamento de desinformação ainda maior ocasionado pela falta de diálogo entre academia e mídias sociais o que acarreta e fomenta o analfabetismo científico atrasando o desenvolvimento tecnológico de qualquer cultura. O jornalismo científico é feito de maneira despreparada e despreocupada com a precisão científica o que deixa espaço para sensacionalismo, teorias da conspiração e as pseudociências, as quais são perigosas pois se usam de falácias desviando-se da falseabilidade para se auto declararem científicas e podem acabar enganando pessoas desavisadas. As mídias sociais fomentam o analfabetismo científico que por sua vez criam o espaço para as pseudociências florescerem, enquanto isso a academia se afasta e se isola desse cenário também o alimentando. Isso teoricamente só se resolveria com uma mudança no pensamento acadêmico, na conscientização do jornalismo e o melhor ensino básico em geral.

Palavras-chave: Filosofia da Ciência, Divulgação Científica, Jornalismo Científico.

ABSTRACT: In a scenario of steady information exchange, provided by the internet, the empiric scientific spirit of natural sciences, that characterizes – or should characterize – our culture since the modernity, seems to be the great absence in the social media discussions. Instead, what is seen is the sharing of disinformation occasioned by the lack of dialogue between academy and social media, which promotes and results in scientific illiteracy, holding back the development of any culture. The scientific journalism has been made in an unprepared way, not worrying about scientific accuracy and allowing room for sensationalism, conspiracy theories and pseudoscience, which are dangerous as they use fallacies, avoiding refutability in order to claim them as scientific and thus ending up deceiving unsuspecting people. The social media promotes the scientific illiteracy, which, in turn, allows room for the pseudoscience to bloom, while the academy stays away and isolates itself from this scenario, helping to feed it. Theoretically, that would only be solved with a change in the academy thought, in the awareness-raising of journalism and a better basic education in general.

Keywords: Philosophy of Science, Science Communication, Scientific Journalism.

“Toda nossa ciência comparada com a realidade, é primitiva e infantil – e, no entanto, é a coisa mais preciosa que temos” (EINSTEIN, Albert).

Introdução

A ciência é o método pelo qual se analisa a natureza baseando-se na observação rigorosa e sistêmica na repetição dos fenômenos observáveis atendo-se às condições propostas pelas condições do experimento, o que implica a aceitação e ponderação fria das evidências, e a falseabilidade como condição de existência. Popper define o processo de investigação científica da seguinte forma:

Um cientista, seja teórico ou experimental, formula enunciados ou sistemas de enunciados e verifica-os um a um. No campo das ciências empíricas, para particularizar, ele formula hipótese ou sistemas de teorias, e submete-os a teste, confrontando-os com a experiência, através de recursos de observação e experimentação (POPPER, 2000, p. 27).

As teorias científicas são sempre conjecturais e provisórias, aguardando a contra argumentação para serem desmentidas. Seguindo o racionalismo crítico de Popper, o conhecimento deve ser refutável e corrigível, sendo uma construção contínua e tendo em vista o desenvolvimento humano como a “coisa mais preciosa que temos” (SAGAN, 1996, p. 17).

Apesar da ciência e tecnologia estarem inseridas na nossa vida cotidiana, podemos notar com frequência a circulação de uma cultura da ignorância que entra em contradição com frequência com os conceitos e métodos científicos. Em tempos de rápido avanço tecnológico e intensa troca e compartilhamento de ideias é essencial a discussão sobre os conhecimentos que regem a sociedade.

Nesse contexto não deveria ser admissível que ideias pseudocientíficas venham a ser postas em pé de igualdade com o conhecimento científico nas informações e comentários que circulam pelas redes sociais.

A importância da ciência

Mesmo com as divergências filosóficas com relação à epistemologia, o conhecimento científico implica uma possibilidade segura de compreensão e transformação do mundo impactando diretamente na sociedade. Isso se deve à sua criteriosa metodologia que mostra resultados efetivos ainda que passíveis de alteração perante a aquisição de novos dados.

Os impactos são benignos quando o que ela produz é usado de forma ética, por outro lado, sabemos que há exemplos de quando o

conhecimento teórico é usado para fins não humanísticos – como no caso do “darwinismo social” – os argumentos científicos podem ir contra nossas aspirações éticas.

Os desenvolvimentos nas ciências naturais repercutem na engenharia e indústria, mas talvez onde se pode ver a importância do método científico da forma mais exemplificável seja na área de saúde. A efetividade do método é posta ao máximo, a hipótese é muito testada por se tratar de vidas humanas. E a transformação do mundo que impacta na sociedade pode ser vista diretamente nas tecnologias cotidianas. Todos os aparelhos ou alguma função deles já foram matéria da ciência de base, as tecnologias podem ser vistas como reflexo direto do desenvolvimento de uma sociedade, pois são resultado do desenvolvimento intelectual. Nesse sentido, podemos relativizar os meios pelo qual esse conhecimento científico é adquirido (que culmina no desenvolvimento tecnológico) sem um viés acadêmico não privilegiando a cultura ocidental.

A ciência, a construção racional do método, análise e ponderação crítica sobre os fatos adquiridos constroem a predisposição para um desenvolvimento intelectual com senso crítico, e isso é uma retroalimentação para o próprio desenvolvimento tecnológico-científico.

A ciência no meio popular

A ciência é produzida majoritariamente nos meios acadêmicos de pesquisa e extensão e a maneira como esse conhecimento é divulgado ainda é em sua maioria inacessível para as massas. O material científico usualmente divulgado nas redes sociais é produzido por um jornalismo científico precário que rebaixa a ciência só ao nível de curiosidade com viés sensacionalista e muitas vezes com teor conspiratório e errôneo. Se observarmos a precariedade dessa divulgação científica, por outro lado, temos no exterior, revistas especializadas que se ocupam da transcrição das informações das pesquisas científicas atuais em uma linguagem mais acessível, como a *Scientific American* (dos Estados Unidos) e a *Nature* (da Inglaterra). De acordo com o cientista e divulgador científico “Pirula”:

A gente tem um sério problema com o jornalismo científico [...] no mundo você tem alguns grupos de imprensa que são vinculados a universidades [...] esses órgãos fazem uma tradução do que está sendo feito na universidade para a população leiga, os veículos de comunicação simplesmente precisam pegar aquilo e compartilhar daquela forma (MIRANDA, 2016, 4:53).

Essa política devia servir de referência para nós.

A desinformação causada pela má divulgação afasta os pesquisadores sérios das mídias, concentrando e isolando, acentuando o abismo entre o conhecimento científico e o meio popular. Esse afastamento

condiciona o cenário atual do jornalismo científico despreparado. Uma situação leva à outra.

Esse cenário de falta de diálogo entre academia e mídia acarreta o analfabetismo científico. Pesquisa feita com duas mil pessoas no Brasil mostra que “Quase 65% da população metropolitana entre 14 e 50 anos, com mais de quatro anos de estudos, têm um ILC [índice de letramento científico] no máximo, rudimentar” (INSTITUTO ABRA MUNDO). Logo ideias enganosas se espalham facilmente, principalmente hoje numa época de intenso compartilhamento de informações com o advento da internet. A internet é onde se cria os chamados “hoax” (embuste numa tradução literal), que são histórias visivelmente falsas ou fantasiosas que se espalham indiscriminadamente. Clássicos são os em que uma empresa repassara uma quantia de dinheiro para alguém para cada compartilhamento, ou que algum serviço se tornara pago.

Tudo isso dissolve todos os benefícios sociais que mostramos anteriormente.

A pseudociência e a falseabilidade

Dentro dessas ideias enganosas, além das puramente falsas, estão as pseudociências. São aquelas que clamam algum tipo de cientificidade, porém dentre os princípios para algo ser considerado científico está a falseabilidade, que é justamente a ferramenta que uma pseudociência usa para fugir do método e continuar alegando cientificidade, ou seja, uma pseudociência foge da falseação com argumentos circulares e ainda sim clama cientificidade absoluta.

O critério de marcação inerente a lógica indutiva - isto é, o dogma positivista do significado – e que vale ao resquício de que todos os enunciados da ciência empírica (ou todos os enunciados “significativos”) devem ser suscetíveis de serem afinal, julgados em respeito a sua verdade e falsidade; diremos que eles devem ser “conclusivamente julgáveis” (POPPER, 2000, p. 41).

Logo a falseabilidade é o critério principal que demarca o científico do pseudocientífico.

Numa situação metafórica para ilustrar esse tipo de argumentação se propõe a existência de um dragão – que pode ser substituído por qualquer objeto - indetectável à qualquer método da seguinte forma:

Qual é a diferença entre um dragão invisível incorpóreo flutuante que cospe fogo atômico e um dragão inexistente? Se não há como refutar a minha informação, se nenhum experimento concebível vale contra ela, o que significa dizer que meu dragão existe? (SAGAN, 1996, p. 198-199).

Algumas pseudociências são inofensivas a princípio, já outras são charlatanismo. Hoje, nas redes sociais, podemos dividir entre três principais formas:

1) As que sobrevivem somente como entretenimento entre as pessoas e são fruto do analfabetismo científico, com poucos teóricos discutindo-as e que se utilizam do mesmo recurso retórico de fugir da falseação. Nesse tipo se encaixa a astrologia que é bastante difundida, e que diz, por exemplo, que a posição dos planetas do Sistema Solar em relação a constelações distantes interferem diretamente na personalidade. Esse efeito seria justificado por “forças quânticas misteriosas não reconhecíveis” e suas predições são feitas em linguagem ambígua característica.

2) As que podem causar algum dano individual e também são frutos do analfabetismo científico, como as medicinas alternativas e a paranormalidade, têm o resultado somente do placebo e podem inclusive causar dano tanto diretamente ou indiretamente fazendo alguém abandonar a medicina convencional.

3) E a do terceiro tipo visa alongar suas ideologias pessoais a todo o resto das pessoas, por isso há a representação política e busca-se cientificidade. O maior exemplo é o design inteligente ou criacionismo científico, em seus ativistas querem a introdução do seu método na academia e por motivos ideológicos excluem totalmente a teoria sintética da evolução (DAWKINS, 2001, p. 368-369).

Esse panorama mostra o que as pseudociências têm em comum: fogem da falseação e usam linguagem imprecisa. Elas também compõem o quadro de analfabetismo científico fomentando-o e também sendo consequência dele. Um exemplo atual é a “pílula do câncer”, a fosfoetilonamina, onde um medicamento que supostamente curava o câncer foi distribuído sem nenhum aval à pacientes e familiares tomados pela emoção da “cura”. O desenvolvimento intelectual com senso crítico, citado na primeira parte do desenvolvimento, ajuda a prevenir o abuso por charlatões, que podem causar prejuízos econômicos, além dos benefícios sociais já comentados.

Conclusão

O método científico é baseado na análise sistemática da realidade para se chegar a um consenso racional, que não é imutável. A ciência é um recurso que incentiva o avanço tecnológico e conseqüentemente social, mas hoje se observa um movimento de ignorância num cenário midiático e de políticas públicas desfavoráveis onde o conhecimento acadêmico fica isolado. Isso propicia o crescimento das pseudociências, do desentendimento dos conceitos científicos, e dos charlatanismos que são nocivos para o citado

desenvolvimento. A solução seria uma mudança no ensino científico na base escolar e a conscientização do jornalismo científico.

“Enquanto a ciência cresce sobre o ombro de gigantes, a pseudociência cresce sobre o bolso de desinformados” (IAMARINO, 2014, 4:54).

Referências

DAWKINS, Richard. **O Relojoeiro Cego**: a teoria da evolução contra o desígnio divino. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ESCLARECIMENTO DA USP SOBRE A FOSFOETALOAMINA. Disponível em: <<http://www5.iqsc.usp.br/esclarecimentos-a-sociedade/>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

INSTITUTO ABRA MUNDO CIÊNCIA PARA TODOS; AÇÃO EDUCATIVA. **ILC – Indicador de Letramento Científico**. 2014. Disponível em: <http://www.institutoabramundo.org.br/wp-content/uploads/2014/11/ILC_Indice%20Letramento%20_Científico_FCC.pdf>

ITAMARINO, Atila. **Como Funciona a Astrologia**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SMureUD4h_c>. Acesso em: 28 ago. 2016.

MILLER, David. **Textos escolhidos Popper**: a maneira de diferenciar a ciência e a pseudociência. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

MIRANDA, Paulo “Pirula”. **Os Problemas do Jornalismo Científico**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XgBrqFon0-g>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

POPPER, Karl. **A Lógica da Pesquisa Científica**. São Paulo: Cultrix, 2000.

SAGAN, Carl. **O Mundo Assombrado pelos Demônios**: a ciência vista como uma vela no escuro. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Agradecimentos: Agradecemos a nosso orientador Prof. Dr. Paulo Masella por gentilmente ceder seu tempo para dois jovens com ideias vagas e linguagem não muito precisa e ao jornalista colunista de ciência na Folha de S. Paulo e redator da parte de Ciência e Saúde do G1 Salvador Nogueira pela disponibilidade quando o procuramos nos passando um pouco de sua experiência e indicando referências.

A VIABILIDADE DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE BATATA SALSA EM UMA PROPRIEDADE RURAL DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA - PARANÁ

Jeferson Andre Furlan
Edson José Argenta – edson.argenta@ifpr.edu.br

Resumo: O presente artigo é resultado de estudo realizado em uma pequena propriedade rural do município de Mangueirinha no sudoeste do Paraná, com o objetivo de analisar a viabilidade da produção da batata salsa (*arracacia xanthorrhiza*) e sua comercialização por intermédio de uma empresa distribuidora, em comparação com a comercialização direta ao varejo. Tratou-se de pesquisa de cunho exploratório, o método utilizado no estudo foi de pesquisa aplicada quanto aos fins e bibliográfica, de campo e documental quanto aos meios. Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental em controles manuais da propriedade e de entrevistas com o proprietário e empresário distribuidor. Visando melhor compreensão do tema foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre o agronegócio: sua gestão e custos e sobre a batata salsa desde sua origem. Os resultados obtidos com as duas formas de comercialização distintas são apresentados considerando os custos em cada etapa do processo de produção, desde o preparo da terra até a colheita e preparação para dos produtos para a venda, apurando a receita bruta e receita líquida com a produção em um alqueire de terra agricultável, além do ponto de vista do produtor e sua análise da cultura, com pontos positivos e negativos de ambos meios de comercialização.

Palavras chave: Agricultura familiar; viabilidade da produção rural; custos; meios de comercialização; batata salsa.

Introdução

Um dos desafios da agricultura familiar no Brasil é a obtenção de renda suficiente para a permanência da família no campo com boa qualidade de vida. O pequeno espaço destinado à produção agropecuária e a dificuldade na obtenção de recursos técnicos e financeiros são características do setor. (SOUZA, F. *et al.*, 1992)

Visando superar os desafios os pequenos produtores tem buscado a diversificação de culturas e atividades como alternativa, no caso em estudo o proprietário já optou no passado pela produção de carvão vegetal e tabaco, que em alguns anos tornaram-se inviáveis devido a condições operacionais e de custos.

Atualmente a atividade principal da propriedade analisada é a bovinocultura de leite e como alternativa à melhoria da renda, a produção da batata salsa (*arracacia xanthorrhiza*), porém pairam dúvidas quanto ao meio de distribuição da produção, havendo duas possibilidades: comercialização por

meio de uma empresa distribuidora que intermediaria a relação entre produtor e varejo (supermercados, mercearias, sacolões, etc.) ou a comercialização direta ao varejo. Está, portanto é a questão central da pesquisa: o que seria mais viável para o produtor, comercializar por intermédio de distribuidora ou diretamente ao varejo?

A pesquisa foi feita visando analisar a viabilidade da produção da batata salsa (*arracacia xanthorrhiza*) e sua comercialização por intermédio de uma empresa distribuidora, em comparação com a comercialização direta ao varejo, apresentando o perfil dos agricultores familiares do município, a dificuldade de sobrevivência no meio rural para os pequenos produtores, bem como a diversificação da produção para aumento da receita da pequena empresa rural.

Materiais e métodos

A pesquisa realizada trata-se de pesquisa exploratória, que, segundo Gil (2010, p. 27) “...têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torna-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. É classificada quanto a sua natureza como aplicada, que é aquela que foi projetada para aplicar suas descobertas a um problema específico (COLLIS & HUSSEY, 2005). É uma pesquisa quantitativa, pois traduz em números algumas das informações coletadas e, qualitativa, pois pretendeu expor opiniões pessoais dos envolvidos no processo de produção e comercialização.

Quanto aos meios os métodos utilizados foram de pesquisa bibliográfica, de campo e documental. (VERGARA, 1997).

Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental em controles internos da propriedade rural e de entrevistas semiestruturadas, analisados e discutidos visando os objetivos traçados para a pesquisa.

Visando padronização dos dados em relação à produtividade, custos e receitas, foi considerada a produção de batata salsa em um alqueire (2,4 hectares) de terra da propriedade.

Resultados e discussões

Os resultados obtidos são apresentados a seguir.

Agronegócio

O agronegócio ou *agribusiness* é uma das maiores áreas da economia brasileira e também mundial. No Brasil gera mais de um terço do PIB (Produto Interno Bruto), alcançado o índice de 40% dos empregos formais e sendo principalmente o responsável pela maior quantidade do saldo positivo da balança comercial do Brasil, sendo assim foi o setor que mais contribuiu para o equilíbrio das contas externas brasileiras.

O Brasil é o país que tem grande potencial em relação aos de mais países para aumentar as exportações dos produtos do agronegócio, principalmente no setor de alimentos seja *in natura* ou processados, e também produtos energéticos como álcool e biodiesel.

Até hoje a visão de algumas pessoas sobre a agricultura é arar o solo, plantar semente, fazer colheita, ordenhar vacas ou alimentar animais, mas isso foi um conceito que ficou já nos meados dos anos 1960. Segundo Mendes e Padilha (2007, p. 45). “A chamada industrialização da agricultura gerou a dependência da agropecuária com relação ao setor industrial, como resultado das grandes transformações tecnológicas do setor rural”. Isso mudou a concepção sobre a agricultura.

O agronegócio é um conceito mais abrangente que o setor agrícola, onde a produção agropecuária é apenas uma parcela, uma vez que agrupa a aquisição de insumos e equipamentos para a produção. O processamento e industrialização da produção agropecuária, transporte e armazenamento, a totalidade do agronegócio compreende em todos estes processos até chegar ao seu destino final, a mesa do consumidor.

Por agronegócio deve se entender a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, do processamento e da distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com base neles. (MENDES e PADILHA, 2007 p 48).

Custo do Agronegócio

Existem várias formas de classificar custos, segundo Dutra (1995), a classificação que melhor se adéqua as empresas rurais para uma gestão competitiva e eficiente abrange três dimensões:

Primeiro, quanto à natureza, refere se a identidade daquilo que foi consumido na produção como, materiais e insumos, mão-de-obra direta, manutenção de máquinas e equipamentos, depreciação de máquinas e equipamentos, combustíveis, lubrificantes, etc.

Segundo, quanto à identidade com o produto: é o qual tem maior facilidade ou dificuldade de identificar sua utilização em determinado produto. Sendo classificados como, diretos e indiretos:

Diretos: são recursos cuja aplicação é identificada e relacionada com facilidade e com certa precisão ao produto, como horas de máquinas, horas de mão-de-obra, quilos de ração, toneladas de fertilizantes, sacas de sementes, etc.

Conforme explica Hernandez (1999, p.23) “custos diretos são os custos que podem ser quantificados ou identificados no produto ou serviço e valorizados com relativa facilidade”.

Indiretos: são recursos que precisam ser utilizados para produção de uma cultura, mas não se detém aquela única atividade e são divididos,

analisados e rateados conforme sua utilização, exemplo: manutenção de máquinas, salários de chefias, higiene, etc.

Custo indireto para Dutra (1995, p.26) “é aquele que não pode se apropriar diretamente a cada tipo de bem ou função de custo no momento de sua ocorrência, atribui-se parcela dele, a cada tipo de bem ou função de custo através de um critério de rateio”.

Terceiro é quanto sua variação quantitativa: se os custos ficam inalterados conforme a quantidade produzida ou não, ou seja: custos variáveis ou fixos.

Custos variáveis: são os custos que apresentam variação em proporção a quantidade produzida, ou área plantada de determinada cultura, por exemplo: mão-de-obra, horas-máquinas, fertilizantes, tratamentos culturais, etc.

Custos fixos: são os custos que permanecem inalterados independentemente da quantidade produzida, sendo eles: depreciação, seguros agrícolas, impostos sobre a propriedade, salários da administração, entre outros.

O controle de custos é premissa essencial para todo e qualquer tipo de negócio existente, e no setor agrícola ou agronegócio não é diferente. Em tempos de economia estável a questão de custos fica sem muita exploração, mas no período de desaceleração da economia, gestão e planejamento dos custos se tornam mais importantes para o sucesso da atividade. (PEREIRA, A.R.M., 2016)

Batata salsa (*arracacia xanthorrhiza*)

As primeiras plantas da mandioquinha salsa, ou batata salsa (*arracacia xanthorrhiza*), foram encontradas em plantações feitas pelos andinos, no alto dos Andes e proporcionavam a alimentação das populações mais carentes e suporte econômico para as famílias.

O gênero e nome de mandioquinha salsa foram desenvolvidos por Bancroft a partir de 1825 através de estudos realizados na Jamaica. A mandioquinha é uma planta resistente a doenças e pragas o que permite seu cultivo em diferentes tipos de climas e temperaturas, porém é comprovado através de pesquisas agrônomicas que as regiões com maior altitude e temperaturas mais baixas apresentam maior produtividade.

A mandioquinha é conhecida por vários nomes, no Brasil, segundo Santos *et al* (1993, p 9) recebeu nomes diferentes como: batata-aipo, batata-baroa, batata-fíuza, batata-galinha, batata-salsa, batata-suíça, barão, baroa, carotote, cenoura amarela, mandioquinha salsa. Com diferentes nomes, a mandioquinha salsa não se distingue muito entre espécies, todas possuem a mesma uniformidade, com características semelhantes e genética igual.

No Brasil duas espécies prevalecem, uma com características originais das primeiras e a outra desenvolvida através de pesquisas. A Amarela Comum que tem a maior forma original, e produzida em menor quantidade, e a Amarela do Senador do Amaral, resultado de pesquisas.

A mandioquinha ou batata salsa se destaca pelo seu alto teor de cálcio, e também pelo seu nível de ferro, potássio, proteínas, carboidratos, fibras e ácido ascórbico. É muito apreciada pelo seu sabor agradável e fácil digestão, sendo recomendada para mulheres lactantes, crianças, idosos, pessoas que recentemente passaram por cirurgias e estão em recuperação e enfermos. Pode ser consumida de várias maneiras, as formas tradicionais são: sopas, ensopados, saladas e papinhas, e também em forma de pães, purês, nhoques, bolos, sucos e as folhas ainda em saladas.

Segundo Santos (2000, p. 9), “A Amarela Senador Amaral, lançada em 1999 no Estado do Paraná, apresenta muitas vantagens em relação as demais variedades, tais como raízes mais retas, precocidade de colheita, maior produtividade e qualidade superior”.

A principal região produtora de mandioquinha salsa no Brasil é a centro-sul, principalmente nas áreas de maior altitude e de clima mais ameno como de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, nesses estados e regiões se assemelham ao clima de origem da cultura. Para cultivo o inverno não pode ser tão rigoroso e a altitude deve passar de oitocentos metros em relação ao nível do mar.

No Brasil é utilizada aproximadamente uma área de dezesseis mil hectares (16.000 ha), de cultivo de mandioquinha, sendo a maioria das propriedades pequenas, com predominância da agricultura familiar. Os estados de maior produção são Paraná e Minas Gerais, e o estado de São Paulo com uma área expressiva, devido a ser o maior centro de comercialização do país.

Resultados da pesquisa na propriedade

Muitas pessoas que moram no meio rural e trabalham com a terra trazem em sua descendência alguma coisa, a qual era desenvolvida quando jovem junto com seus pais, as etnias são muitas e todas têm suas características, fazendo o progresso de cada propriedade ser diferente uma das outras.

Na propriedade em que foi desenvolvido o estudo do cultivo de batata salsa, não se está trazendo experiência de pessoas da família que a cultivavam, ou seja, nunca antes na família foi plantada esta cultura.

Os integrantes da propriedade rural são três pessoas, dois homens e uma mulher, sendo pai, mãe e filho. Os pais com pouco estudo, apenas com o mínimo de conhecimento teórico, mas muito conhecimento baseado na experiência, e o filho estudante universitário que possui maior conhecimento teórico com pouca bagagem no contexto da prática, juntos estão buscando uma nova alternativa no cultivo da batata salsa.

A sobrevivência dos pequenos proprietários da agricultura familiar hoje é baseada em pequenas áreas de plantação de grãos, criação e produção de bovinos leiteiros, a venda do leite e a produção de frutas, legumes e verduras.

Na propriedade do interior do município de Manguaçu/Pr, procura-se ocupar todo o espaço disponível para plantio, deixando apenas as áreas de proteção ambiental.

O aproveitamento da área existente e a maneira de como aproveitar se da conforme a visão dos administradores da propriedade, considerando o clima, tipo de solo e condições disponíveis de recursos, com uma cultura que se adapte e possa produzir seu máximo.

Custo e preparo do solo

A cultura da batata salsa se diferencia de outras por ser um plantio com maior tempo para conclusão, sendo assim a preparação do solo tem um tempo maior e com isso um gasto mais elevado.

A maneira que faz a preparação, parte da escolha do local, bem planejado pela questão do ciclo da cultura ser superior a um ano de lavoura, uma área onde tenha pouca erosão e escoamento de água. O passo seguinte é a preparação do solo propriamente dita, onde deve se eliminar as plantas daninhas através de dessecação com herbicidas, podendo ser utilizado o glifosato. Em seguida se faz o amolecimento da área com um subsolador com uso de trator, para que o solo fique mais macio e fácil de trabalhar.

Concluindo o processo de amaciar o solo, o próximo passo será o nivelamento da área, feita através de trator agrícola e a grade aradora, para que desmanche os pedaços grandes de solo, assim o solo fica mais macio na camada mais profunda e por cima bem nivelado e fofo para trabalhar.

A seguinte etapa no processo de preparação do solo e a adubação feita a lanço e, por fim, se preparam as linhas de plantio.

A seguir o Quadro 1 com custos para preparação de solo.

Custo	Valor
Dessecação - herbicida + combustível	R\$ 350,00
Subsolador 1º vez + combustível	R\$ 200,00
Grade aradora + combustível	R\$ 100,00
Fertilizante + combustível	R\$ 2.500,00
Subsolador 2º vez + combustível	R\$ 150,00
TOTAL	R\$ 3.300,00

Quadro 1: Custo de preparo de solo e adubação de base

Fonte: Dados da pesquisa

Custo de preparo de mudas e plantio

Após a preparação do solo, deve se preparar as mudas para o novo plantio. Este processo é lento e demanda totalmente de mão-de-obra não sendo possível utilização de máquinas, aqui se encontra uma das maiores dificuldades devido a falta de mão-de-obra no campo, se a propriedade contratar vários funcionários temporários o processo vai ser desenvolvido com menor tempo e se não tiver condição o tempo de plantio se torna mais longo e cansativo.

Como o processo é manual, uma pessoa adulta tem a capacidade de produzir, preparar de oito a nove mil mudas por dia, na propriedade foram contratados cinco funcionários para realizar o processo, sendo o custo da diária

de R\$50,00 (cinquenta reais). A quantidade de mudas depende da distância das linhas feitas, mas a média é de 104 mil mudas por alqueire, ou 2,4 hectares, área de estudo. Para execução da tarefa na propriedade foram utilizadas duas diárias e meia.

Quando feitas, as mudas devem ser logo plantadas não podendo exceder mais que quatro a cinco dias de preparo, se isso ocorrer a planta não terá capacidade de brotar, deixando falhas no plantio e em consequência menor produção por área.

A produção dia/homem para o plantio é variável, dependendo do tipo da pessoa, se jovem produz mais, devido ao esforço físico, mas a média de plantio por homem é de dez mil mudas por dia, mantendo a diária de R\$ 50,00 (cinquenta reais) pagos no período em análise, o tempo aproximado para o plantio de todas as mudas é de 2,5 dias de trabalho com cinco funcionários.

O Quadro 2 demonstra o custo de preparo de mudas e plantio.

Custo	Valor
Dias preparo de mudas	$5 \times 2,5 = 12,5 \times 50,00 = 625,00$
Dias plantio	$5 \times 2,5 = 12,5 \times 50,00 = 625,00$
Custo total	$625,00 + 625,00 = 1.250,00$

Quadro 2: Custo de preparo de mudas e plantio.

Fonte: Dados da pesquisa.

Custo com tratamentos culturais – manutenção.

Visando a produtividade e a manutenção das plantas são utilizados no processo inseticidas, fungicidas e bactericidas, todos em aplicação via foliar, desde os primeiros quarenta e cinco dias de nascimento até quarenta dias antes da colheita, respeitando o prazo para a planta eliminar os resíduos existentes.

O intervalo de aplicação depende da infestação de pragas, podendo ser variável, na propriedade manteve-se uma média de oito aplicações durante o ciclo de produção.

O custo de cada aplicação é determinado pelo tipo de produto utilizado, alguns com preços mais elevados e outros com preços menores, mas feita a soma do total dos gastos na propriedade, obteve-se uma média R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) cada aplicação, já incluso combustível do trator.

Quadro 3 demonstrando o custo de tratamentos culturais.

Custo	Valor
Agrotóxicos	R\$ 2.560,00
Combustível	R\$ 240,00
TOTAL	R\$ 2.800,00

Quadro 3: Custo de tratamentos culturais

Fonte: Dados da pesquisa

Custo de colheita e preparação para a venda

Para o agricultor este é o melhor momento, pois afinal está perto de reembolsar o investimento, mas na cultura da mandioquinha salsa é um processo lento, levando vários dias ou meses, tudo de acordo com a venda.

Por isso a característica da cultura é de se guardar no solo por um período mais longo, facilitando a colheita, assim o produtor não precisa colher toda a área de uma só vez.

A colheita como quase todos os processos se faz manualmente, pois é uma planta que possui as raízes sensíveis, e não pode ser machucada, devido o período de durabilidade pós-colheita, de uma semana a dez dias, assim também a colheita deve ser programada de acordo com a possibilidade venda.

Conforme o tipo de venda é o tipo da colheita, existem propriedades que vendem sua produção na lavoura mesmo, apenas arrancando as raízes e colocando as em caixas, essas vendas acontecem para os intermediários, estes preparam as raízes, lavando e classificando e repassam para o atacado.

Se a venda for direta ao varejo a colheita passa a ser diária ou semanal, de acordo com a venda do produto, neste processo o agricultor precisa lavar e classificar as batatas.

Na colheita cada homem pode coletar de 800 a 1000 pés por dia, tendo como referência uma área de 2,4 hectares, são 104 mil plantas, sendo assim uma quantidade aproximada de 104 dias/homem de serviço.

Para lavar são necessárias duas pessoas, para melhor operar com o equipamento de lavagem, e com tempo hábil para classificar e encaixotar as raízes que serão comercializadas.

Quadro 4 demonstra o custo de colheita e preparo para a venda.

Custo	Valor
Dias/homem colher 104	104 dias x 50,00 = 5.200,00
Dias/homem lavar 104	104 dias x 50,00 = 5.200,00
Depreciação equipamento anual	7.560,00 / 10 anos = 756,00
Energia equipamento	104 dias x 5,00 (v.a) = 520,00
Total	R\$ 11.676,00

Quadro 4: Custo de colheita e preparo para a venda

Fonte: Dados da pesquisa

Total de custos de produção

Com todos os processos contabilizados de acordo com o que foi utilizado na produção, chega-se ao valor aproximado investido para produzir um alqueire de batata salsa.

Todos os gastos foram informados pelo proprietário, e de acordo com o consumo de cada equipamento se fez um rateio como energia e combustível, para podemos aproximar um valor.

Quadro 5 demonstra os custos totais de produção.

Custo	Valor
Custo e preparo de solo	R\$ 3.300,00

Custo de preparo de mudas e plantio	R\$ 1.250,00
Custo com tratamentos culturais	R\$ 2.800,00
Custo de colheita e preparação para a venda	R\$ 11.676,00
TOTAL	R\$ 19.026,00

Quadro 5: Quadro de custos totais de produção.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os custos podem variar de acordo com tipo de máquinas utilizadas, insumos utilizados de menor ou maior valor, a mão-de-obra com o valor da diária alterado, não se distanciando muito dos resultados obtidos.

Conforme manejo da propriedade em estudo o custo por alqueire ou 2,4 hectares de terra, até estar lavada e pronta para vender foi de R\$ 19.026,00 (dezenove mil e vinte e seis reais).

Formas de comercialização

Há dois tipos de comercialização da batata salsa após estar lavada e nas caixas: a venda para atacado o qual fará a distribuição ao varejo, ou venda direta ao varejo.

Venda no atacado

Nessa forma de negociação, o produto será comercializado a uma empresa de distribuição, sendo apenas necessário transportar até a sede da empresa, gerando custo de transporte da propriedade até a distribuidora.

A empresa distribuidora está localizada a uma distância de 80 km da propriedade rural, sendo assim o produtor tem um gasto de aproximado R\$ 70,00 (setenta reais) a cada 500 kg entregues (considerando o porte do veículo, custo do combustível, quilometragem percorrida). Como mostra o quadro 6 a seguir.

Distância	80 km x 2= 160 km
Gasto combustível do veículo	1 l/10 km
Total de litros	160/10 = 16 l x R\$ 3,80 por litro
Gasto com combustível por viagem	R\$ 60,80 reais
Produtividade de 23 t por alqueire	23.000 kg / 500= 46 viagens
Total de custo de distribuição	46 x R\$ 60,80 = R\$ 2.796,80

Quadro 6: Custo com entrega para empresa distribuidora.

Fonte: Dados da pesquisa.

Então o custo de produção e comercialização é de R\$ 21.822,80 (vinte e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e oitenta centavos) (R\$ 19.026,00 + R\$ 2.796,80) por alqueire de plantio. Na venda para uma empresa distribuidora o preço recebido pelo produtor é de em média R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) o Kg do produto batata salsa, como descrito no início do trabalho a

produção média é de 23 toneladas por alqueire, então é possível obter uma receita bruta de R\$ 57.500,00 (cinquenta e sete mil e quinhentos reais) e uma receita líquida (deduzidos os custos) de R\$ 35.677,20 (trinta e cinco mil e seiscentos e setenta e sete reais) por alqueire de plantio da cultura.

Venda direta ao varejo

A venda direta no varejo seria sistema em porta-a-porta, em mercados, supermercados, restaurantes, vender sem precisar do intermediário para distribuição.

Para o cálculo do custo nesse momento seria necessário ter vendida toda a produção e saber a distância percorrida para entrega, então se pode estimar cálculos com determinadas distâncias que podem ser percorridas para colocar a quantidade de 500 kg por entrega, definindo assim um custo por kg entregue.

O Quadro 7 a seguir demonstra o aumento do custo dependente da maior distância percorrida.

Gasto do veículo c/ combustível	1 l/10km = R\$ 3.80/10=R\$ 0,38 por km
Se percorrer 150 km	150 x R\$ 0,38= R\$ 57,00
Se percorrer 200 km	200 x R\$ 0,38 = R\$ 76,00
Se percorrer 300 km	300 x R\$ 0,38 = R\$ 114,00
Se percorrer 400 km	400 x R\$ 0,38 = R\$ 152,00
Se percorrer 500 km	500 x R\$ 0,38 = R\$ 190,00
Depreciação do veículo e manutenção	R\$ = 7.000,00 anual
Funcionário de venda	12 meses x R\$ 1500,00 = R\$ 18.000,00

Quadro 7: Gasto do veículo considerando a distância.

Fonte: Dados da pesquisa.

Pode-se agora atribuir uma distância que melhor se aproxime e calcular o custo de distribuição por kg do produto, visto no Quadro 8.

150 km	R\$ 57,00 / 500 kg = R\$ 0.114 reais por kg
200 km	R\$ 76,00 / 500 kg = R\$ 0.152 reais por kg
300 km	R\$ 114,00 / 500 kg = R\$ 0.228 reais por kg
400 km	R\$ 152,00 / 500 kg = R\$ 0.304 reais por kg
500 km	R\$ 190,00 / 500 kg = R\$ 0.38 reais por kg

Quadro 8: custo por quilo grama.

Fonte: Dados da pesquisa.

Uma distância que pode ser usada como referência é 300 km por entrega. Com a produção de 23 toneladas por alqueire e um custo de R\$ 0.228 reais o kg de distribuição o custo de entrega direta será de R\$ 5.244,00 (Cinco

mil e duzentos e quarenta e quatro reais), mais a depreciação e manutenção do veículo de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) e custo com funcionário. Acrescentando o custo total de produção temos R\$ 49.270,00 (quarenta e nove mil e duzentos e setenta reais) (R\$ 30.244,00+ R\$ 19.026,00).

Na venda direta para o varejo o preço pago tem-se uma média segundo o CEASA Paraná de R\$ 4.75 (quatro reais e setenta e cinco centavos), Então uma produção de 23 toneladas geraria uma receita de R\$ 109.250,00 (cento e nove mil e duzentos e cinquenta reais) por alqueire e uma receita líquida de R\$ 59.980,00 (cinquenta e nove mil e novecentos e oitenta reais).

O Quadro 9 abaixo apresenta as demonstrações dos resultados de forma comparativa:

	Resultados venda direta	Resultados venda distribuidora
Receita bruta	R\$ 109.250,00	R\$ 57.500,00
Custos de produção(-)	R\$ 19.026,00	R\$ 19.026,00
Custos comercialização(-)	R\$ 30.244,00	R\$ 2.796,80
Resultado líquido(=)	R\$ 59.980,00	R\$ 35.677,20

Quadro 9 – Demonstração dos resultados

Fonte: Dados da pesquisa

Questões não quantificadas

Com os resultados obtidos, pode-se considerar que a venda direta resulta em melhor lucratividade, porém existem algumas questões que podem pesar na decisão da comercialização.

Na venda direta pode não ocorrer a venda de toda a produção, além de riscos no transporte, a necessidade de uma pessoa fora da propriedade para vender, eventuais trocas do produto.

Na venda para uma empresa distribuidora se tem uma lucratividade menor, porém, a venda de toda produção é garantida, não havendo contato direto com o cliente não existe troca, gastos elevados com transporte e tudo o que envolve a realização de uma venda.

Com isso a decisão de qual forma de venda realizar, vai ser de propriedade por propriedade, analisando a disponibilidade de seus recursos, bem como capacidade de vender no varejo e disputar mercado.

Considerações finais

Com a realização do estudo da viabilidade de produção e comercialização da cultura da batata salsa, para o pequeno agricultor familiar, foi possível analisar vários aspectos de modo a fornecer para o produtor parâmetros para a decisão.

Os custos detalhados por passos do processo de produção proporcionam observar o que pode ser melhorado na maneira de realizar as tarefas tanto em custos quanto em produtividade.

O tempo de durabilidade pós-colheita da batata salsa, é curto variando de sete a dez dias, com isso o processo de venda deve ser rápido, e nessa etapa existem duas possibilidades.

A venda para uma empresa distribuidora com entrega da produção na sede da empresa, com custos menores e receita também menor do que com a venda direta ao varejo. Na venda para um uma empresa distribuidora o produtor tem apenas o trabalho de entregar para a empresa, sem se preocupar com clientes.

O processo de venda direta tem maiores custos de distribuição, a busca de clientes, a colocação de seu produto no mercado, contratação de funcionário para venda e entrega, porém, sua receita líquida se tornar aproximadamente 70% maior, mas não tem a comodidade da venda para o atacado, fica mais próximo do consumidor final, onde é possível perceber a reação sobre seu produto.

Os resultados em ambos processos de comercialização mostraram-se lucrativos, portanto viáveis sob a ótica financeira, cabe ao proprietário analisar outros fatores positivos e negativos envolvidos para uma decisão mais segura

Um ponto que se destaca é a possibilidade da família trabalhar unida em um mesmo objetivo, o trabalho de todos os integrantes da família, pode diminuir custos e todos cuidam de seu próprio negócio e mantem-se no campo.

Referências bibliográficas

COLLIS, J & HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração**. Um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. Porto Alegre: Bookman, 2005.

DUTRA, R. G. **Custos: uma abordagem prática**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas 2010.

HERNANDEZ, P. J. **Gestão estratégica de custos**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MENDES, J. T.G e PADILHA, J. B. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. – São Paulo : 2007.

PEREIRA, A.R.M. **Planejando a sustentabilidade da pequena propriedade rural**. <http://permaculturapedagogica.blogspot.com.br/> Acesso em 07/03/2016.

SANTOS, F.F; (et al.) **A cultura da mandioquinha salsa**. Serviço de produção de informação – SPI, Embrapa, Brasília – DF, 1993.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

_____. **Mandioquinha salsa no agronegócio do Estado do Paraná**, Curitiba : Emater – PR, 2000.

SOUZA, F.(et al.). **Administração da Fazenda** / São Paulo : Globo, 1992.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

ABRINDO A DISCUSSÃO SOBRE A DITADURA MILITAR NO ENSINO DA ARTE: A OPRESSÃO NAS REPRESENTAÇÕES CÊNICAS E SUA RELAÇÃO COM A INDÚSTRIA CULTURAL.

Camila Wosnes Conginski.
camilinha_conginski@hotmail.com
Profª Neuza de Fátima da Fonseca
neuza.fonseca@ifpr.edu.br

Resumo: O artigo presente tem como finalidade em trazer uma proposta pedagógica para a educação formal e não-formal, em qual, está sendo aplicado no Colégio Estadual Sebastião Paraná. O projeto em andamento, está sendo aplicado através do PIBID em Artes Visuais do Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas, sob a orientação da Prof. Neuza de Fátima da Fonseca. O tema que será abordado, é relacionado a Indústria Cultural no período da Ditadura Militar, focado no Teatro. Onde as manifestações cênicas foram oprimidas durante 21 anos de ditadura, na qual, a liberdade de expressão dos artistas eram podadas, através de torturas e ameaças. Os artistas sofreram muitas represálias nesse período histórico do Brasil, onde hoje, os jovens desconhecem a realidade que se passou durante as décadas de 60 á 80. O artigo presente tem como objetivo de pesquisa, em vincular a Indústria Cultural as formas de repressão da ditadura militar, onde a Indústria sempre esteve presente em nosso dia a dia. Mas com os militares no poder, a Indústria Cultural obteve um grande progresso na manipulação do grupo de massa. O projeto embasa-se nos três momentos pedagógicos da educação em artes, na qual as DCE's em Artes do Paraná orienta na metodologia educacional.

Palavras-chave: Teatro. Artistas. DCE's. Momentos. História.

Introdução

As representações cênicas do teatro e da televisão estão presentes na vida do homem e vem sofrendo várias modificações entre os períodos (BERTHOLD, 2001, p. 01). Interessante ressaltar a grande importância que tem essas representações cênicas que o homem, por meio delas, se manifesta de diferentes formas (BERTHOLD, 2001, p. 01). No projeto presente, será abordado uma proposta pedagógica, onde relaciona as representações cênicas entre as repressões da ditadura e o auge da Indústria Cultural. Como professora de ensino médio e fundamental, desde o ano de 2013, percebe-se que os materiais didáticos para o ensino da arte não abordam as questões relativas às representações cênicas no período da Ditadura Militar, quando aconteceram repressões de manifestos artísticos entre outros atos (CARVALHO, 2005, p. 3).

Segundo o autor a indústria Cultural, é um termo usado inicialmente por

dois filósofos alemães, Theodor W. Adorno (1903 – 1969) e Max Horkheimer (1895 – 1973), na década de 40 em Amsterdã. Para Adorno (2002, p. 17), a Indústria Cultural é fortemente influenciada pelo capitalismo, visando somente o lucro. Uma de suas finalidades é a padronização de cultura em massa, onde a arte necessita abranger o maior número de pessoas. Essa padronização cultural está vinculada na ideia de uma falsa “necessidade”, que o indivíduo acredita no que é imposto pela Indústria, sem ter a capacidade de julgar o que realmente é necessário. Continuando o pensamento de Adorno (2002, p. 18): “A verdade é que a força da indústria cultural reside em seu acordo com as necessidades criadas [...]”.

A partir das Teorias de Adorno (2002, p.20), a indústria cultural , tem como propósito a alinação dos espectadores. O Teatro e a televisão são linguagens fortemente influentes na ideologia humana, onde vem sendo um instrumento de padronização cultural entre as décadas de 60 e 80 em que a arte foi podada com vigor, pela ditadura militar brasileira.

Esse termo, da palavra industrial cultural, já vem sendo abordada em escolas públicas e privadas, de acordo com os conteúdos estruturantes nas DCE's (2008, p.) de artes no estado do Paraná. Destacando que o termo, não está sendo vinculado com o acontecimento histórico da ditadura militar do Brasil, onde foi seu auge sobre a cultura de massa. De acordo com as DCEs:

Assim, é de grande urgência que os professores explicitem e instiguem seus alunos a perceber como as artes, bens da cultura humana, podem ser utilizadas pela indústria cultural como mecanismos de padronização de comportamentos e modos de pensar, presentes, por exemplo, em telenovelas e na publicidade. (Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica em Arte, p.60)

Ressaltando que não é apenas nas escolas formais que precisa ser levantado essa questão ideológica, como também na educação não-formal. Para que o indivíduo tenha uma autonomia crítica sobre a sociedade em que vive, sabendo diferenciar o que é certo ou errado, sem ser influenciado pelas mídias e entre outras representações cênicas que tem como objetivo ideológico lucrativo.

Desenvolvimento

1. Teatro

A linguagem do Teatro sempre esteve presente na história da humanidade, junto com outras linguagens artísticas, na qual, o homem sentiu a necessidade em se expressar e comunicar de diferentes formas. De acordo com BERTHOLD (2001, p. 01) “o teatro é tão velho quanto a humanidade. Existem formas primitivas desde os primórdios do homem. A transformação numa outra pessoa é uma das formas arquetípicas da expressão humana”. Continuando a referência a este autor (2001) podemos afirmar a presença do

teatro na vida do ser humano desde a sua origem até nos dias de hoje, onde há modificações no decorrer dos anos, a partir das suas necessidades cronológica dos anos.

E finalizo o pensamento de Berthold, quando ele apresenta que essa necessidade que está sendo abordado, refere-se a cultura do homem, em que apenas existe a partir do momento em que o homem se adapta ao seu meio em que vive, criando hábitos e costumes.

1. 1 Teatro Brasileiro

Diante das condições que o país se encontrava, o teatro, funcionou entre as décadas de 60 e 80 com novas tendências, em que experimenta diferentes formas de textos e encenações que o teatro já foi visto anteriormente. Segundo Michalski, o teatro passou a ser:

Rotulado pelo regime militar como um perigoso inimigo público, e, conseqüentemente, perseguido e reprimido com requintes de persuasividade e tolice, o teatro constituiu-se numa importante frente de resistência ao arbítrio e desempenhou destacado papel na sociedade do seu tempo. (MICHALSKI. 1932, p. 07)

O teatro antes do golpe militar, na década de 30, estava imóvel. Estavam desinteressados em buscar novas experiências que o teatro ainda não foram testados ou explorados, segundo Michalski(1932, p. 10)

Em meados da década de 50 ocorre a mobilização da população, para a discussões dos problemas nacionais. De acordo com o autor Michalski:

Reivindicações de melhores condições de vida para as camadas mais sacrificadas do povo, endossadas e veiculadas pelos estudantes e por outros setores de classe média, a preocupação com o correto uso das riquezas nacionais em benefício do país, uma consciência generalizada da brasilidade aliada a um repentino orgulho de ser brasileiro todo este clima que respirava na época, tornou vulnerável o caráter cosmopolita e alienado dos problemas políticos e sociais que o teatro insistia em cultivar. (MICHALSKI. 1932, p12)

Onde vigorou-se com o grupo de jovens atores recém formados pela Escola de Arte Dramática.

Com a vinda de Augusto Boal, em 1956, onde estudou fora dramaturgia nos Estados Unidos. Com um conhecimento técnico avançado, em qual estava ausente em seus companheiros, onde , reforça a sua postura política, o conduzindo o Arena (MICHALSKI. 1932, p13) .

No ano 58, cria-se o Seminário Permanente de Dramaturgia, onde obteve grande sucesso em sua estreia. Michalski afirma:

Pela primeira vez,o ambiente das favelas era apresentado no palco não em função de um superficial exotismo, mas como local de moradia de pessoas em carne e osso, engajadas em conflitos concretos e verdadeiros, de ordem afetivas, profissional, ética e social – no caso, até mesmo especificamente

sindical – e que se expressavam através de uma linguagem condizentes com a sua vivência. (MICHALSKI. 1932, p. 14)

A partir dessa ideia, surge uma nova dramaturgia, na qual, reflete no estilo de viver, falar e agir do brasileiro. Rejeitando os modelos importados do norte-americano e o europeu, conseqüentemente, criando uma identidade brasileira. Enfatizando-se a realidade da sociedade menos privilegiadas, como os operários e os camponeses, para a reivindicações dos seus direitos (MICHALSKI. 1932, p.14).

As abordagens eram reivindicadoras sociopolíticas, tratando os temas nacionais, onde passou a ser tratado fora do Arena. Michalski diz em seu livro “ *O teatro sob opressão: Uma frente de resistência* ” :

Paralelamente ao seu trabalho, vários outros autores lançavam na mesma época, isoladamente, importantes textos novos, que se filiavam a uma mentalidade semelhante, embora marcados por talentos criativos e por técnicas dramáticas diferentes. (MICHALSKI. 1932, p14)

Como a obra do Ariano Suassana “ *Auto da Compadecida*”, em 1956, voltado a literatura de Cordel, romance nordestino e principalmente, religioso.

Com toda essa mudança da dramaturgia Brasileira, os autores estrangeiros, já não eram mais necessários para o teatro brasileiro. Em contrapartida, os atores brasileiros desenvolveram os seus hábitos e modos de atuar, como a infiltração dos gestos e formas de falar, caracterizando o temperamento do povo brasileiro (MICHALSKI. 1932, p15).

No início dos anos 60, o teatro passa a ser um método de luta revolucionária, em busca de transformações sociais, em que os esquerdistas se movimentavam através dessas representações cênicas (MICHALSKI. 1932, p15).

2. Ditadura Militar no Brasil

Em 1961 o ex- governador do estado de São Paulo, assume o cargo de presidente da república, Jânio Quadros, renunciando por meio de repressões política após sete meses de gestão. Em seu lugar o vice João Goulart, assume a presidência em setembro de 1961, com poderes reduzidos e duraria até no início do ano 1963 (HOMEM, 2009, p. 13) .

Jango, assim chamado, foi deposto do poder no dia 01 de abril de 1964, após um golpe militar. Por motivos de afetar indiretamente os grandes empresários, com o plano de distribuição das riquezas nacionais, reduzir a dívida externa brasileira; diminuir a inflação e manter o crescimento econômico sem agravar os trabalhadores. Os incentivando a manifestar-se contra a exploração das classes altas, que dominavam a econômica do país. (COTRIM, 1994, p. 299-300).

A partir daí, a censura inicializa, com a exibição do filme Deus e o Diabo na terra do sol, de Glauber Rocha . No ano 1965, o país estava em plena ditadura

militar, o Ato Institucional nº2 adotou o bipartidarismo, regulamentando o Ato Complementar nº4 (são decretos militares, onde legaliza a ditadura brasileira). Com o fim do pluripartidarismo, o poder Legislativo enfraqueceu enquanto, o Poder Executivo fortaleceu (HOMEM, 2009, p. 17).

Houve uma grande insatisfação da sociedade sobre o novo regime, em grandes cidades, os operários iniciaram um movimento para reivindicações, até mesmo os estudantes e os intelectuais se interessaram por esse movimento defendendo as concepção de arte revolucionária. Abandonando os conceitos da arte pela arte, mas voltado, para a conscientização do grupo de massa, que vai proliferando cada vez mais (CARVALHO, 2005, p. 3).

Essas atuações de diversas manifestações artísticas, tendo como base, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), ficando conhecida como nacional popular. Esses questionamentos e os manifestos ficaram mais frequentes no final da década de 60, tornando o governo militar mais opressor e forte.

Na década de 60, as censuras viraram rotina nas atividades dos jornais, teatro, música e o cinema sofreram muita repressão durante o regime militar.

Nesses 20 anos que a Ditadura Militar ficou no poder, a indústria cultural avança freneticamente, na qual é complementada para conduzir o governo, com a ideologia de massificar os padrões sociais. Através dessa ideologia educacional em instituir famílias conservadoras, os militares impõem por meio de carreamento e torturas, para que não ocorra representações políticas que ameace o regime. (REIS, 2006, p. 2)

O golpe militar dos anos 60, dificultava manifestações artísticas, como proibindo peças teatrais, trechos de músicas, que poderiam ferir o estado, como muitos artistas foram exilados do país (CARVALHO, 2005, p. 4). Em julho, o comando de Caça aos Comunistas invadem o teatro, espancando muitos membros do elenco da peça que estava em cartaz Roda Viva, de Chico Buarque. No mês de setembro, em Rio Grande do sul, os militares retornaram agredindo, e por fim censurando e proibindo a peça (GASPARI, 2002, p. 299).

As décadas 60 e 70 no Brasil, foi marcado, não só para o Teatro mas para todas as linguagens artísticas. Onde houve repressão em todas as formas de expressão e comunicação no regime militar, que foi somente na década de 80 retornou a liberdade de expressão e comunicação, estabelecendo uma concepção democrática.

3. Cultura e Industrial Cultural

A cultura é uma necessidade que o homem criou para se organizar em seu meio em que vive. Tratando da relação do homem com o outro, das formas de expressões e a relação do homem com o seu meio natural, segundo GUERRA, M. Antônio e MATTOS, P. (2008, p. 08).

De acordo com os autores GUERRA , Antônio e MATTOS, Paula (2008):

A cultura é uma criação humana artificial, que visa á adaptação integral do indivíduo ao meio em que esta inserido. Ela se organiza a partir de padrões

que se modificam através de grupos, épocas, regiões, condições sociais e recursos materiais. É, também, a porção apreendida da conduta humana e a maneira de viver de uma sociedade. (GUERRA e MATTOS. 2008, p. 08)

Visando os padrões do comportamento humano, de relacionamentos entre outros aspectos característicos da sobrevivência humana. Como por exemplo, a roupa, é um padrão essencial segundo GUERRA e MATTOS (2008, p. 08).

Mas a cultura, em si, não determina que tipo de roupa deve-se usar em sociedade na qual este indivíduo vive. Sendo constituída por elementos simbólicos, conhecimentos, estruturas e valores sociais.

Lembrando que a cultura é direcionada a necessidade do homem, na qual, difere-se da Indústria Cultural, que cria uma falsa cultura. A Indústria cultural tem como objetivo, em massificação da cultura consumista e visando seu lucro ao capitalismo. Diante dessa cultura de massa, o autor Habert confirma que:

A fotonovela, ou outro meio de comunicação de massa, não deve ser entendida como a produção de origem popular no sentido de resultar grupos sociais dissociados do poder. Sempre significará a polarização de mensagens permissíveis e manipuladas pelos que estão associados ao poder. (HABERT. 1974, p. 18)

O consumo é influenciado pela falsa necessidade que a Indústria Cultural cria, usando o termo “moda” como referência para o grupo de massa seguir, sem o consumidor notar esses padrões totalmente ditos pelo capitalismo. Criando novos produtos que a moda visa em utilizá-los, segundo os autores GUERRA, A. e MATTOS, P. (2008, p.10) “ Os objetivos são substituídos não porque já estão desgastados ou se tornaram obsoletos, os objetos são trocados porque existe um novo no mercado, sem que necessariamente este novo acrescente algo”.

Sendo que o mercado consumidor não está preocupado com a qualidade do conteúdo que é passado aos consumidores, os alienando seus espectadores através das mídias. Segundo as DCEs:

“Indústria cultural pelos filósofos da Escola de Frankfurt, é também conhecida como cultura de massa. É ela responsável pela produção e difusão em larga escala de formas artísticas pela grande mídia. É através dela que a arte é transformada em mercadoria para o consumo de um grande número de pessoas. Para a indústria cultural é de pouca importância a qualidade dos produtos, pois é a uma quantidade cada vez maior de público que se propõe a atingir, tendo por objetivo principal a obtenção do lucro das vendas dessa mercadoria”.(Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica em Arte, p.59)

A indústria cultural obteve um grande avanço em seu crescimento na década de 60.

Práticas Realizadas

O projeto já vem sendo realizado em um Colégio público do Paraná, no qual, o PIBID já vem tendo vínculo desde o início do segundo semestre do ano letivo de 2016. O projeto foi construído inicialmente para ser aplicado em uma escola de artes, chamada Escola Nascer para Arte, que está localizada no município de Palmas.

As práticas pedagógicas desse projeto, iniciaram a partir das aulas observadas, durante um mês. Sendo assim, contribuíram muito no desenvolvimento metodológico desse projeto, onde pode-se ver como poderia ser abordagem dessa práxis.

Essa praxe, inicialmente está sendo mostrado vídeos que relatam os acontecimentos da década de 60. Onde apresenta, o início da Ditadura Militar, em que iniciou-se as repressões em modo geral. Ao falar dessa forma “geral”, refere-se a opressão de todas as manifestações artística e ideológicas, onde os indivíduos perdem o poder da voz. A partir da visualização dos vídeos, são realizadas atividades práticas, onde o aluno consegue ter um pouco de experiência e sentir um pouco essa repressão.

Considerações Finais

Esse projeto presente, está em andamento, no qual será finalizado no mês de novembro no ano 2016. Mesmo em seu início de prática, já vem dando resultados positivos, onde o aluno começa a perceber alguns fatores históricos que essa pesquisa levanta durante as aulas. Como por exemplo, a Indústria Cultural, que sempre esteve presente em nosso dia a dia, onde não podemos mudar essa situação, apenas nos adaptar a ela. Diante dessa afirmação sobre a Indústria cultural e sua bagagem em massificação cultural, existe uma vinculação entre os interesses da força militar e a indústria cultural, como, sobrepôr suas “necessidades”, as necessidades dos demais. E Como induzir um grupo de massa acreditar no que é importante a elas, e o que elas precisam fazer, para ser felizes.

Na ditadura militar, os artistas eram reprimidos e ameaçados, durante seu trabalho, por causa da sua grande influência que o Teatro tem sobre os espectadores, a partir disso, os militares sempre estavam invadindo ou chamando algum artista ao inquérito, que eles realizavam para as pessoas suspeitas.

ASPECTOS CONTROVERSOS DA JUSTIÇA RESTAURATIVA E OS PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE E INDISPONIBILIDADE DA AÇÃO PENAL

Mariana Hazt Lencina (marianahaztl@gmail.com)
Lucas Grando Menegotto (lucas.grando19@gmail.com)
Prof. Dra. Candida Joelma Leopoldino (candida.leopoldino@ifpr.edu.br)

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar aspectos conceituais e principiológicos da justiça restaurativa, justamente quando a comunidade acadêmica clama por medidas eficazes que, ao mesmo tempo, sejam mais humanas. Esta prática é inspirada em modelos de sociedades muito antigas. No Brasil, que adota o *civil law*, há pequenos obstáculos, se comparados a países que tem o *common law* como padrão, a exemplo, da Inglaterra. Esta diferença existe, principalmente, pelo motivo do emprego, em regra, do princípio da obrigatoriedade nos primeiros e do princípio da oportunidade nos segundos. Não obstante a diferença, ainda assim é perfeitamente possível o emprego da justiça restaurativa no ordenamento jurídico brasileiro, prova disso são as bem sucedidas experiências de Porto Alegre/RS e São Caetano do Sul/SP, expoentes da gênese restaurativa no Brasil. É inerente ao direito, e não mera opção, o uso coerente da aplicação da justiça, de forma que deve se seguir um método de trabalho que observe valores vitais para a efetivação da justiça, como simplificar e otimizar a comunicação entre as partes, a fim de que se atenda seus pontos de vistas e desejos, o que está presente na justiça restaurativa, por exemplo.

Palavras-chave: técnicas restaurativas- princípios- ação penal.

Abstract: The present work aims to analyze the restorative Justice, meanly at a time that the academic community calls for effective measures at the same time, be more human. This practice is inspired by ancient societies models. In Brazil, adopting the civil low, there are small obstacles, compared to countries that have the common law as standard, such as England, is difference exists mainly for the reason of employment, as a rule, the principle of the obligation in the first and the principle of opportunity in seconds. Despite the difference, it is still quite possible the use of restorative justice in the Brazilian legal system, proof is the successful experience of Porto Alegre/RS and São Caetano do Sul/SP, restorative genesis exponents in Brazil. It is inherent to the right, and not merely an option, the consistent use of the application of justice, so that should follow a working method to observe vital values for the realization of justice, to simplify and optimize the communication between the parties in order that meets their views and desires, which is present in restorative justice, for example.

Key- words: restorative techniques - principles - prosecution .

1. Introdução

O presente trabalho abordará a Justiça restaurativa, técnica relativamente nova e recente, que vêm mostrando ser eficiente e condizente com as demandas da sociedade. Esta técnica reformuladora de conceitos, remete-nos ao resgate de práticas de tempos muito antigos, até mesmo antes de Cristo, em que comunidades já resolviam seus conflitos pautados por princípios e valores restaurativos. O ideal restaurativo foi readaptado e reformulado nos anos de 1970 e 1980 em alguns países pioneiros, como o Canadá, por exemplo.

Evidencia-se que uma das faces do nosso atual formato do sistema judiciário é a dificuldade claramente imposta da inserção da justiça restaurativa, pelo impactante aprisionamento da lei que há em nossa cultura judiciária. Este artigo pretende explanar a atual situação demonstrar soluções adequadas.

A justiça restaurativa já é uma realidade para várias cidades do Brasil, tais como Porto Alegre/RS, Brasília/DF e São Caetano do sul/SP, incentivadores da prática desde o começo no Brasil (DA SILVA, 2012, p.22). A dimensão da sociedade brasileira envolve todas as classes pessoas são pertencentes à nação brasileira e que devem ser tratadas como cidadãos que são, respeitando as suas garantias individuais e afastando os estereótipos que são preconceituoso e mascaram a verdadeira identidade da pessoa.

Nesse contexto é que se introduz a justiça restaurativa, que apesar de simples e basicamente informal, é um método de extrema eficiência que pode trazer inúmeros benefícios para o Estado, tais como a redução do número de processos, um tratamento mais humano e próximo dos envolvidos e uma solução mais amigável. O presente artigo busca, por meio de uma análise coerente e cabível à dinâmica da sociedade atual, uma interpretação das possíveis possibilidades de uso desta técnica que com o passar dos anos vem cada vez mais sendo recorrente no Brasil e no mundo. A justiça restaurativa é, portanto, uma revolução de práticas precedentes que não tinham aspectos vitais para uma aplicação da justiça mais humanitária. Este artigo está dividido em três partes, os quais são, os aspectos históricos relevantes relacionados à Justiça Restaurativa, princípio da obrigatoriedade e indisponibilidade da ação penal e breve relato sobre o princípio da oportunidade e exemplos de aplicação prática da Justiça Restaurativa no Brasil.

2. Desenvolvimento

2.1. Aspectos históricos relevantes relacionados à Justiça Restaurativa.

A justiça restaurativa é uma técnica que surgiu em sociedades antigas que buscavam como uma necessidade o devido tratamento aos eventuais delitos que viessem a ocorrer, tendo em vista que apesar destas sociedades serem antigas, mesmo assim, precisavam de um meio adequado para solucionar conflitos. Apesar dela ter sido iniciada por povos primitivos, ela

possibilita bons resultados, especialmente se tratando de crimes de baixo potencial. A justiça restaurativa, como prática comunitária, é primitiva, remetendo à época do código de Hammurabi (1700 a.C) e de Lipit-Ishtar (1875 a.C) prescreviam medidas de restituição para os crimes contra os bens. O código sumeriano (2050 a.C) e o de Eshunna (1700 a.C) previam a restituição nos casos de crimes de violência (JACCOULD, 2005, p.2).

É relevante destacar que as técnicas de abordagem da justiça restaurativa sugeriram, dentre outros motivos, devido à necessidade de inserir no seara penal brasileira uma alternativa que fez-se frente ao corriqueiro problema do encarceramento. As práticas restaurativas começaram a serem discutidas em um passado relativamente recente, e tiveram como seus principais expoentes países como o Canadá, Novas Zelândia e a Austrália. De certa forma, essa alternativa para a substituição do pena, mais precisamente ao encarceramento, ressurgiu com a intenção de inovar a punição, ou seja, o foco principal é reajusta-la para que seja o mais justa e correta possível, já que para muitos o sistema penal brasileiro, com grande força punitivista, está falido e carece de ajuda emergencialmente. Parte desse ressurgimento é demonstrado por Zehr:

A primeira experiência contemporânea com praticas restaurativa se deu em 1974, onde dois jovens de Elmira, Ontário/Canadá, acusados de vandalismo contra 22 propriedades, participaram de encontros presenciais com suas vítimas a fim de chegar a um acordo de indenização. Os dois rapazes visitaram as vítimas e foi negociado o ressarcimento e dentro de alguns meses a dívida tinha sido paga. Assim nasceu o movimento de reconciliação entre vítimas e ofensores do Canadá (Zehr, 2008, p. 150).

No que tange a história da justiça restaurativa no mundo, o aparecimento do termo “Justiça Restaurativa”, propriamente dito, foi proferido pela primeira vez em 1950, pelo psicólogo norte americano Alberto Eglash, por meio de seu trabalho “*Beyond Restituion: creative restitution*”, o qual teve como objetivo a busca de um modelo terapêutico alternativo de reabilitação para o ofensor (DA SILVA, p.9, 2012).Decorrida algumas décadas, a partir dos anos 70 e 80, alguns especialistas por meio da análise minuciosa do progressivo crescimento da justiça restaurativa, acreditam que a justiça restaurativa é uma prática que permanecerá em nosso meio, muitos inclusive consideram esta como um horizonte a ser alcançado, como o ponto final do sistema penal.

Por algum tempo o riacho da justiça restaurativa foi mantido no subterrâneo pelos modernos sistemas judiciais. Mas nos últimos 25 anos esse riacho reapareceu e cresceu tornando-se um rio cada vez maior. Hoje a justiça restaurativa é reconhecida mundialmente por governos e comunidades preocupado com o crime. Milhares de pessoas em todo o planeta trazem a sua experiência e conhecimentos para esse rio. E, como todos os rios, ele existe porque está sendo alimentado por incontáveis afluentes que nele deságuam vindo de todas as partes do mundo (Zehr, 2012, p.75).

A gênese da justiça restaurativa no Brasil se deu no âmbito escolar, ano de 1999, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo. A justiça restaurativa, eficiente em uma diversidade enorme de situações, encontrou nesta cidade,

um campo de atuação em que ela é ainda mais conhecido, que são os conflitos que envolvem um menor potencial ofensivo, tendo em vista que, pelos bens jurídicos a serem tutelados serem de menor potencial ofensivo, o diálogo e o acordo tem um processo mais mitigado, tornando assim o consenso mais propício (BARROSO, 2008). Ao decorrer do novo milênio, foram se espalhando experiências restaurativas bem sucedidas, como por exemplo, em cidades como Porto Alegre /RS, São Caetano do Sul /SP e Brasília /DF.

Em resumo, após todas as experiências das práticas restaurativas no Brasil e no mundo, nota-se a possibilidade da aplicação em cinco momentos, quais sejam, em um momento pré-acusatório, com encaminhamento do caso pela polícia, em um momento pré-acusatório, com encaminhamento pelo juiz ou pelo ministério público (caso da legislação portuguesa), num momento pós-acusatório e pré-instrução, em um pré-sentença, em um momento pós sentença (DIAS, MARTINS, 2010, p.12). As fases possíveis de aplicação das práticas restaurativas vão variar de acordo com as opções e a compatibilidade de cada país.

2.2 Princípio da obrigatoriedade e indisponibilidade da ação penal e breve relato sobre o princípio da oportunidade.

Com o advento da modernidade, se consagra e se desenvolve o princípio da obrigatoriedade no Estado brasileiro, que nada mais é do que a forma institucionalizada de se fazer justiça, em que, em caso de ação penal, que em regra é pública, é obrigatória a atuação do ministério público, conforme disciplina o art. 129, I, CF. Logo, de acordo com o referido princípio, ao incidir todos os elementos necessários para a formação do processo, inevitavelmente deverá levantar a possibilidade de inserção de técnicas restaurativas somente após da formação do processo.

O *Common Law*, que tem os EUA e a Inglaterra como países que tradicionalmente adotam este sistema, tem um funcionamento baseado na análise de precedentes, ou seja, uma cultura de uso da jurisprudência como meio essencial para a solução do processo. Já o sistema brasileiro, que é civil law, tem a força da lei como principal fator da força normativa. (CRUZ, 2013, p.8)

Percebe-se que em países em que o sistema judiciário tem como fundamento o *Common Law*, há uma receptividade mais fácil da justiça restaurativa devido ao princípio da oportunidade, já que este princípio proporciona uma grande discricionariedade atribuída ao promotor em processar ou não a ação penal (FELIX, 2016). Assim, chega-se ao raciocínio de que o princípio da obrigatoriedade e indisponibilidade da ação penal torna o desenrolamento da resolução da lide mais dificultoso comparado a quando se é utilizado princípio da oportunidade, tendo em vista que, se tratando de ação penal pública, os países portadores do Sistema *Common Law*, apresentam a alternativa da resolução da lide antes da formação do processo, o que não

ocorre com os países portadores do Sistema *Civil Law*, que acatam o princípio da obrigatoriedade e indisponibilidade da ação penal pública.

Nota-se que a realidade brasileira é outra, que nós, portadores de um sistema *Civil Law*, prezamos excessivamente, em muitos casos, pela legalidade, pelo cumprimento da letra da lei, fazendo assim com que o princípio da obrigatoriedade se torne o norteador do processo. Nesse sentido, Caetano Duarte (citado por FURQUIM, 2015), pondera que “a emoção do drama social gerado pelo evento criminoso passou a ficar na mão de um procurador público, mais interessado na satisfação do cumprimento da norma, através da condenação do delinquente, do que na satisfação dos particulares anseios de justiça da vítima”.

Este “aprisionamento legal” impede a resolução de conflitos de forma mais simples, pois apesar da existência do dispositivo legal, a fundamentação e a base de todo processo são a vítima, o agressor e seus envolvidos. Seguir demais um processo prolongado que muitas vezes pode ser solucionado de melhor maneira por práticas como a justiça restaurativa pode ser tornar um excesso de tempo e dinheiro desnecessário para o Estado. Pela legislação brasileira, o rito processual para se apurar um furto de bicicleta e o furto de milhões de reais pela internet é o mesmo, o que tende a aumentar as prescrições por falta de vagas para audiências em tempo hábil (DE MELO, 2011).

Nesse diapasão, crê-se que uma efetividade maior do princípio da oportunidade tende a ser benéfico ao nosso contexto brasileiro. Este princípio se mostra adequado tanto no sistema de justiça restaurativa, pois facilita o contato entre as partes, como na justiça em geral, pois no *Civil Law* a lei é o principal subsídio da força normativa, mas esta não é sempre sinônimo de justiça. Um pequeno exemplo dessa dinâmica de funcionamento do *Common Law* é exemplificado por Zehr ao relatar um pouco sobre a prática restaurativa na Nova Zelândia:

Mas na maioria vem do sistema judiciário, sendo que o agente encaminhador varia segundo o caso e a comunidade. Este pode ser a polícia, ou o promotor de justiça, o oficial da condicional, o tribunal ou a vara criminal, ou até a penitenciária. No caso dos tribunais, em geral a indicação da prática restaurativa vem depois da instrução e alegações finais e antes da sentença. Nesses casos, o juiz leva o resultado da conferência em consideração ao sentenciar. Em alguns casos ou varas, o juiz ordena a restituição dos bens e pede que o valor devido seja decidido através de um encontro restaurativo, que passa a fazer parte da sentença e/ou concessão do livramento condicional (ZEHR, 2012, p.57).

Diante da vastidão de processos tramitando em nosso país, fato que pode-se constatar, por exemplo, pela quantidade de 28,9 milhões de casos novos instaurados no ano de 2014, segundo o relatório “Justiça em números 2015”, pode-se auferir na Itália uma metodologia que talvez possa ser uma “válvula de escape” para o Brasil, tendo em vista que dispensaria a criação de um processo. Evidencia-se que esta metodologia se mostra compatível com o

ordenamento jurídico italiano e que, a exemplo do Brasil, também adota o princípio da obrigatoriedade da ação penal, não desvirtuando este em razão da referida prática de mediação. Lá, a fim de dar funcionalidade e praticidade à resolução de lides, a mediação pode ocorrer fora ou dentro do processo, ficando a depender da particularidade do caso. Ao se realizar a mediação antes do processo, o conflito é solucionado de modo mais fácil. André Ribeiro Giamberardino, expõe em seu livro “Crítica da pena e justiça restaurativa: A censura para além da punição”, um exemplo desta prática na Justiça Italiana:

As etapas são as seguintes: durante a instrução, o Juiz questiona ao adolescente e seus pais sobre a adesão ao programa de mediação e também a vítima; havendo interesse, informa ao Ufficio per la Mediazione, o qual contactará primeiramente a vítima e depois o acusado, fazendo nova verificação sobre a viabilidade da mediação, através de entrevista individual informal; há encontros preliminares individuais com cada qual e seus familiares. Não havendo encontro direto, pode ocorrer a “mediação indireta”, com o envio de uma carta. Já se houver a possibilidade de encontro, designa-se a data e o “resultado” é comunicado ao Juiz de forma sintética, não sendo sequer juntado aos autos. (GIAMBERARDINO, 2015, p.172).

Assim, o princípio da oportunidade, desobriga a formação de um processo, e consigo todo o aborrecimento e a tensão resultantes da materialização deste, dando, obviamente, mais celeridade à solução da lide. Nesse sentido, o princípio da oportunidade pode ser resignificado como garantia do cidadão, na medida em que visa não submeter o indivíduo ao poder punitivo do Estado, mas sim evitar a persecução no caso concreto, quando favoráveis às circunstâncias nesse sentido (GIAMBERARDINO, 2015, p.210).

O projeto de Lei nº 7006/2006, que, se aprovada, trará uma legislação especial para o tema Justiça Restaurativa, declara em seu artigo 4º que “Quando presentes os requisitos do procedimento restaurativo, o juiz, com a anuência do Ministério Público, poderá enviar peças de informação, termos circunstanciados, inquéritos policiais ou autos de ação penal ao núcleo de justiça restaurativa.” Infere-se, a partir deste enunciado normativo, que, além da dificuldade da inserção da justiça restaurativa no Brasil se comparado aos países com a tradição *Common law*, o artigo 4ª da referida lei, se aprovada, vai, de certo modo, tornar a justiça restaurativa impotente, pelo fato de que irá propiciar muita arbitrariedade aos operadores do direito que são citados no artigo, mitigando o princípio da oportunidade, e acentuando o princípio da obrigatoriedade e indisponibilidade da ação penal.

Nesse diapasão, no que se refere ao princípio da obrigação e o princípio da oportunidade, percebe-se que, para um funcionamento mais racional e eficiente do judiciário brasileiro, é imprescindível que os legisladores ao elaborarem as normas, bem como juízes quando aplica-las no caso concreto, pautem para que, dentro das possibilidades e as particularidades e possibilidades do caso, atenuem o princípio da obrigatoriedade e maximizem o princípio da oportunidade, dando assim, mais liberdade e espontaneidade para as partes, assim como.

2.3. Exemplos de aplicação prática das técnicas restaurativas no Brasil.

Apesar das adversidades presentes no ordenamento jurídico brasileiro, como por exemplo, o fato de não dispor, no dia de hoje, de uma legislação especial que trate acerca da justiça restaurativa, constata-se que no Brasil, ocorreu e vem ocorrendo, procedimentos portadores de princípios e valores restaurativos que estão dando resultados significativos. Nesse tópico serão abordados alguns exemplos práticos de uso da justiça restaurativa.

No que se refere aos exemplos práticos da aplicação da Justiça Restaurativa no Brasil, cita-se o exemplo da 3ª Vara Regional do Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre, que tem seu funcionamento pautado no artigo 112 do Estatuto da Criança e Adolescente, o qual dispõe sobre as opções as medidas aplicáveis em caso de infração penal. Rezende De Melo (Citado por SILVA) demonstra um pouco de como se dá essa aplicação:

Este projeto incorpora os princípios restaurativos em duas fases distintas do processo de execução: quando da elaboração do plano de atendimento sócio-educativo e ao ser feita a avaliação das medidas aplicadas, para se verificar a possibilidade de o adolescente ter sua medida progredida (DE MELO, 2015).

O programa de Porto Alegre passou a ser aplicado para casos de adolescentes reincidentes, uma vez que já são acompanhados pela Vara de Execução, e assim, tornou possível, no momento da prática da infração, o programa intervir mais rapidamente e tentar marcar o círculo para uma data mais próxima do ato (SILVA, 2007). O funcionamento dessas práticas tem o respaldo do programa de Justiça Espontânea (projeto doTJ/RS), da FASC (Fundação de Assistência Social e Cidadania), da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Segurança Urbana e a Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, os quais fornecem uma equipe diversificada de 17 profissionais que trabalham com uma grade horária de quatro horas por semana (DUARTE, 2007).

Não menos importante, cita-se também a experiência de São Caetano do Sul, que teve seu início em 2005 e teve sua atenção voltada a processos judiciais em escolas públicas da cidade e comunidades. Lá, ao decorrer dos anos houve um incessante aumento de práticas restaurativas ao decorrer dos sendo que nos três primeiros anos do projeto (2005 – 2007), aconteceram 160 círculos restaurativos com 153 acordos, ou seja, um número altíssimo de êxito na proposta restaurativa. Sobre o programa, Aduz o Juiz Egberto Penido (Citado por ORSINI e LARA) que:

Foi possível atestar que a parceria Justiça e Educação representa significativo avanço na abordagem da questão da violência nas escolas, da escola e contra a escola. Constata-se que as escolas são espaços onde a implementação da Justiça Restaurativa se mostra não apenas de

fundamental necessidade e urgência, mas, estrategicamente, como espaços de máxima eficácia na construção de uma efetiva Cultura de Paz.

3. Conclusão

Com base na fundamentação acima exposta, a convicção de que a Justiça Restaurativa é uma alternativa de aplicação da pena que pode dar certo no Brasil ou em outro país no mundo. Este método, inevitavelmente, diante dos necessidades existentes no âmbito penal, com os passar dos anos, tende a cada vez estar mais presente. O progressivo aumento e desenvolvimento das técnicas restaurativas no Brasil e no mundo, mostraram a importância e, de certo modo, a maleabilidade da Justiça Restaurativa para ser inserida no ordenamento jurídico brasileiro.

O fato de o Brasil ser portador do sistema *Civil Law*, apesar de ser um pequeno obstáculo para a inserção da justiça restaurativa em nosso país, não impossibilita a aplicação desta, mas sim, se mostra compatível com o ordenamento jurídico. O que pode e deve ser feito é uma aplicação da justiça restaurativa que se molde com as possibilidades existentes, o que não irá retirar a sua essência.

Não obstante, as práticas restaurativas se mostram possíveis no Brasil, tendo em vista os vários exemplos bem sucedidos no Brasil, e que, tendem a aumentar ainda mais caso o projeto de lei número 7006/2006, que está em debate no Congresso, que pretende criar uma legislação especial para a Justiça Restaurativa, for aprovada.

Referências:

BARROSO, Juliana Rocha. **Projeto Jundiá: o pontapé das iniciativas de Justiça Restaurativa no Brasil.** Disponível

em: <<http://www.setor3.com.br/jsp/default.jsp?tab=00011&newsID=a895.htm&subTab=00000&uf=&local=&testeira=33&l=&template=58.dwt&unit=§id=unidefined>> Acesso em: 28 jul. 2016.

BRASIL. CAMARA, **Projeto de lei 7006/2006**, 2006.

CRUZ, Rafaela Alban, **Justiça restaurativa: um novo modelo de justiça criminal.** Edipucrs, Disponível em:

<<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/cienciascriminais/III/19.pdf>>. Acesso em: 28 de ago. de 2016.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em números 2015: ano base 2014.** Brasília /DF, 2015.

DIAS, Daniel Baliza; MARTINS, Fábio Antônio. **JUS NAVEGANTI.** Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/19582/justica-restaurativa-os-modelos-e-as-praticas>> . Acesso em: 31 de ago. de 2016

DA SILVA, Karina Duarte Rocha. **Justiça Restaurativa e sua Aplicação no Brasil.** Brasília /DF, 2007.

DE MELLO, A. L. A Luiz Alves, **Revista Consultor Jurídico**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-jul-18/legislacao-brasileira-nao-preve-obrigatoriedade-acao-penal>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

FELIX, Leonardo Martins. **Da Justiça Restaurativa como uma nova perspectiva de justiça criminal**. Jus Brasil, disponível em: <http://leonardomartinsfelix.jusbrasil.com.br/artigos/374960813/da-justica-restaurativa-como-uma-nova-perspectiva-de-justica-criminal?ref=topic_feed>

FURQUIM, Saulo Ramos, **A justiça restaurativa e sua aplicabilidade no ordenamento jurídico Brasileiro**, Disponível em: <https://www.academia.edu/12214624/A_Justi%C3%A7a_Restaurativa_e_sua_Aplicabilidade_no_Ordenamento_Jur%C3%ADdico_Brasileiro_Revista_Jur%C3%ADdica_Luso_Brasileira_-_Universidade_de_Lisboa_Ano_1_n._2_2015_> Acesso em 07 de jul. de 2015.

GIAMBERARDINO, André Ribeiro, **Crítica da pena e justiça restaurativa: A censura para além da punição**. Curitiba: Empório do Direito, 2015.

JACCOULD, Mylene, **Princípios, tendências e procedimentos que cercam a Justiça Restaurativa**. Disponível em: <http://www.justica21.org.br/arquivos/bib_189.pdf> . Acesso em 27 de ago. de 2016.

ORSINI, Adriana Goulart de Sena; LARA, Caio Augusto Souza. **Dez anos de práticas restaurativas no Brasil: A afirmação da Justiça restaurativa como política pública de resolução de conflitos e acesso à justiça**. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwil5ajmk5nOAhVlKpAKHekLD-QQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww8.tjmg.jus.br%2Fpresidencia%2Fprogramanovosrumos%2Fpai_pj%2Frevista%2Fedicao_02_02%2F08_ResponsabilidadesV2N2_Antena01.pdf&usq=AFQjCNGIngRluigZOw9e_zrrrLCcL1kiVQ&sig2=4zaCzrDzeNh_yYQjLykZ6w&bvm=bv.128617741,d.Y2I> Acessado em 29 de jul. de 2016.

ZEHR, Howard. **Justiça restaurativa**, São Paulo: Palas Athenas, 2012.

_____. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça**, São Paulo: Palas Athena, 2008.

ASSISTÊNCIA LITISCONSORCIAL

André Ricardo Andrade de Oliveira (andre_rao@hotmail.com)
Felipe Zanoello (felipezanoello@proserv.com.br)
Sérgio Luiz Bedin Broeto (sergioluizbedinbroeto@hotmail.com)
Elton Dallagnol (elton2302@gmail.com)
Orientador: Paulo Vinícius Vasconcelos de Medeiros
(paulo.medeiros@ifpr.edu.br)

Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas.

RESUMO: Este artigo visa à elaboração e elucidação de uma das hipóteses de intervenção de terceiros, exposta em nosso Código de Processo Civil, através de pesquisas bibliográficas bem como a legislação vigente em nosso ordenamento jurídico, para uma melhor compreensão acadêmica e doutrinária sobre o tema exposto, buscando um estudo mais aprofundado na assistência litisconsorcial que se perfaz quando o terceiro alegar interesse jurídico imediato na lide, afirmando-se titular da relação discutida ou mesmo colegitimado extraordinário à defesa em juízo. No primeiro caso torna-se um substituto processual e em um segundo momento, legitimado à tutela coletiva em processo proposto por outro legitimado se caracterizando aqui a assistência litisconsorcial, é o caso do condômino onde o terceiro tem interesse imediato na lide por ser ele também um dos donos da coisa. Objetivando mostrar ao leitor ou acadêmico a possibilidade de ser debatido em um único processo o interesse coletivo (litisconsórcio no polo ativo), evitando o desdobramento por diversas ações ou processos com o mesmo objeto da demanda, dando celeridade ao procedimento e ao julgamento final da lide, atendendo as partes envolvidas com uma melhor qualidade processual e demonstrando assim o magistrado a efetividade jurisdicional em face das partes envolvidas e a diferença entre a Assistência Simples e a Assistência Litisconsorcial. Como objetivo específico, analisa qual é a forma e o modo em que se opera a Assistência Litisconsorcial e também suas características.

Palavras-chave: Terceiro, Lide, Condômino, Assistente, Processo.

ABSTRACT: This article aims at preparation and elucidation of a case of third-party intervention, exposed in our code of Civil procedure, through bibliographical research as well as current legislation in our legal system, for a better understanding and academic doctrine on the subject, seeking further study on litisconsorcial assistance that comes when the third claim immediate legal interest in deal , holder of the relationship discussed or even colegitimado extraordinary defense in court, in the first case becomes a replacement procedure and secondly, legitimized the collective trusteeship proposed by another process legitimized if featuring here litisconsorcial assistance, the condominiums where the third party has an interest in deal for being it also one of the owners of the thing. In order to show the reader the possibility of

academic or be discussed in a single process the collective interest (joinder in Active polo), avoiding the deployment by several actions or processes with the same object demand, giving speed to the procedure and the final judgment of the dispute, in view of the parties involved with a better quality and thus demonstrating the magistrate court effectiveness in the face of the parties involved and the difference between the Simple and Assistance Litisconsorcial assistance. As a specific goal, analyzes what is the form and the manner in which operates the Litisconsorcial Assistance and also its features.

Keywords: Third, Lide, Condominiums, Wizard, Process.

1 INTRODUÇÃO

A assistência é possível em qualquer procedimento e é uma das modalidades de intervenção de terceiros, onde um terceiro ingressa em um processo de outro indivíduo para auxiliar em uma das partes, sendo aceito em qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição, assumindo, assim, o terceiro o processo como ele se encontra. Não se admite assistência quando os interesses forem afetivos ou econômicos.

A intervenção de terceiros se perfaz espontaneamente onde o terceiro peticiona ao juiz expondo as razões e os fatos pelos quais admite ter interesse jurídico na causa, as partes serão intimadas a se manifestar, não havendo impugnação o pedido será deferido, havendo impugnação o juiz não suspendendo o processo decidirá o incidente, sendo possível a produção de provas, da decisão cabe agravo de instrumento.

Temos duas modalidades de assistência a simples e a litisconsorcial, esta última será objeto de nosso trabalho onde a matéria será mais aprofundada, a simples se configura quando o terceiro ingressa no processo afirmando ser o titular da relação jurídica conexa a que está sendo discutida, o interesse jurídico entre o terceiro e o assistido é manter a relação jurídica que possivelmente será afetada pela decisão da causa.

O assistente na pessoa do terceiro visa à vitória do assistido e intervém para ser parte auxiliar, sendo o objeto da causa diretamente irrelevante, estando submetido à vontade do assistido.

O assistente simples age no processo como legitimado extraordinário, pois, em nome próprio auxilia na defesa de um direito alheio, é, portanto, uma legitimação subordinada. A presença do titular da relação jurídica é essencial para a regularidade do contraditório, seus poderes estão descritos nos artigos 121, parágrafo único e 122 do Código de Processo Civil.

Ante ao exposto, parte-se, agora, para o tema principal do trabalho, sendo verificado e estudado de forma mais ampla a assistência litisconsorcial.

2 ASSISTÊNCIA LITISCONSORCIAL

A assistência é considerada uma modalidade de intervenção de

terceiros, e se dá de forma em que uma terceira parte participa no processo, sendo ela simples ou litisconsorcial, onde, na primeira, temos um indivíduo com interesses no resultado, mas que não atua no processo como titular do bem jurídico tutelado. Já no segundo, temos o interessado como terceiro e que adentra no processo como próprio titular do bem jurídico.

Já no segundo, temos o interessado direto como terceiro que adentra no processo como próprio titular do bem jurídico ou, não sendo titular deste bem, possui interesse na sentença proferida.

A assistência pode se dar em qualquer fase do processo, e também em qualquer tipo de jurisdição.

2.1 Tipos de Assistência: Simples e Litisconsorcial

Na modalidade de assistência simples, o assistente tem como objetivo um interesse jurídico próprio que será atingido uma vez que proferida a sentença judicial. Sua finalidade está em que uma das partes vença o litígio, e para tanto, o simples fato do terceiro demonstrar que terá sua esfera jurídica atingida, já o torna um terceiro interessado como assistente simples.

A coisa julgada obviamente atingirá as partes, o terceiro interessado estará entrelaçado em uma teia de reflexos que atingirão de alguma forma sua esfera jurídica com esta decisão judicial. Portanto é parte e terceiro.

Segundo Marcus Vinícius (2006, p. 168) “...” uma vez caracterizado os três requisitos a serem preenchidos, teremos a assistência simples:

Haverá interesse jurídico quando três requisitos estiverem preenchidos. É preciso que o terceiro tenha uma relação jurídica com uma das partes, que essa relação seja distinta da que está sendo discutida em juízo (do contrário, esse terceiro deveria ser parte) e que o resultado do processo repercuta, atinja ou afete a relação jurídica que o terceiro tem com a parte, de modo que ele tenha expectativa que seja favorável ao assistido.

Para ele, é o preenchimento dos três requisitos: a) relação jurídica com uma das partes; b) relação distinta do objeto que está na lide do processo; c) resultado do processo (sentença) atinja de alguma forma este terceiro, que irá justificar o ingresso da assistência simples.

Já para Humberto Theodoro Junior em seu livro do Curso de Direito Processual Civil (2008, p. 165), o assistente litisconsorcial caracteriza-se quando o terceiro possui um interesse jurídico direto em defesa de direito próprio na lide, sendo inserido nesta, a lide, como parte, ou seja, tornar-se-á um litisconsorte.

Quando, porém, o terceiro assume a posição de assistente na defesa direta de direito próprio contra uma das partes o que se dá é a assistência litisconsorcial. A posição do interveniente, então, passará a ser de litisconsorte (parte) e não mais de mero assistente.

Isso também pode ser notado conforme o artigo 54 do Código Civil de 2002, que diz: “Considera-se litisconsorte da parte principal o assistente, toda vez que a sentença houver de influir na relação jurídica entre ele e o adversário

do assistido.”.

Devido a estes requisitos, pode-se notar a diferença para a assistência simples, onde o assistente participa apenas como um coadjuvante ou substituto da parte, pois a sentença proferida o atingirá, por ser um assistente com interesse direto na lide. Pode-se haver um interesse indireto, não diretamente ligado ao litígio. Dessa forma este interesse, o caracteriza como parte litisconsorte. Graças a isto o desígnio de assistência simples, conforme sugere Theodoro Junior (2008, p. 165):

Quando o assistente intervém, tão somente para coadjuvar uma das partes a obter sentença favorável, sem defender direito próprio, o caso é de assistência adesiva ou simples (*ad adiuvandum tantum*). (CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL, 2008, p. 165).

Podemos destacar a diferença principal entre assistência simples e litisconsorcial uma vez que no primeiro, o resultado do processo irá intervir de alguma forma na esfera jurídica do assistente, não sendo este parte. Já na assistência litisconsorcial, o bem tutelado no processo tem total ligação com o assistente litisconsorcial, uma vez que ele é o próprio titular do direito material.

Conforme Marcus Vinícius Gonçalves (2006, p. 171-172):

As distinções entre o assistente litisconsorcial e o simples são manifestas. O primeiro só pode existir no campo da legitimidade extraordinária, porque ele é o próprio substituído processual. Na qualidade de titular do direito que está sendo discutido, sua intervenção não é subordinada e depende do assistido. Já o segundo mantém com o assistido uma relação jurídica diferente da que está sendo discutida, mas que será afetada pelo resultado do processo. Por isso, a sua intervenção é subordinada. O assistente litisconsorcial é atingido diretamente pelo resultado do processo, e o simples, de maneira reflexa. Dai a diferença de poderes que a lei atribui a cada qual.

Nota-se no texto a clareza de que, na assistência litisconsorcial, o novo integrante da ação, o assistente, entra na ação para defender direito próprio e busca, na solução da lide, bem jurídico que lhe pertence. Poderia este ter entrado com ação litisconsorcial, porém, não o fez anteriormente. Irá ingressar posteriormente como assistente litisconsorcial, muito próximo a litisconsórcio, contudo, ulterior, devendo respeitar os atos processuais que no processo já tenha sido concretizado.

Diferente do assistente simples, a atuação do assistente litisconsorcial não se subordina, uma vez que o regime é o mesmo adotado no litisconsórcio facultativo unitário.

Para elucidar melhor, cita-se:

Todos eles tem que ser buscados no campo da legitimidade extraordinária. Quando um bem tem mais de um proprietário ou possuidor, a lei autoriza que apenas um deles ajuíze ação reivindicatória ou possessória de coisa comum. Nada impede que todos os titulares o façam em conjunto, formando um litisconsórcio facultativo unitário.

Se, porém, apenas um for a juízo, ele será substituto processual dos

demais, que poderão requerer o seu ingresso posterior na qualidade de assistentes litisconsorciais. (GONÇALVES, 2006, p. 172-173).

2.2 A Assistência Litisconsorcial

A assistência litisconsorcial é possível quando o terceiro propuser participação, alegando a existência de um direito jurídico imediato no objeto da demanda em discussão, sendo o interesse jurídico em questão amparado mediante duas situações, segundo Fredie Didier Junior no seu livro do Curso de Direito Processual Civil (2015, p. 488):

- I) O assistente afirma-se titular da relação jurídica discutida. Ele intervém para discutir relação jurídica que já está sendo discutida.
- II) O assistente afirma-se colegitimado extraordinário à defesa em juízo da relação jurídica que está sendo discutida.

No caso da primeira situação, o terceiro é o titular exclusivo da relação jurídica discutida ou é cotitular. O assistente é o substituto processual, sendo-o substituído na demanda. No segundo caso, também vem a ser proprietário da coisa em discussão, no caso de intervenção de condômino em ação proposta por outro condômino na alienação de um bem.

Pode-se exemplificar a assistência litisconsorcial, sendo A e B proprietários de um imóvel, e C ingressa com ação para discutir à cerca da propriedade de A. Desta forma, A seria o réu e C o autor. B poderia intervir ao réu (A) como assistente litisconsorte, tendo-se em vista que B possui interesse jurídico direto em que A vença o litígio, por ser, também, proprietário do determinado imóvel.

Como também é proprietário, pode dispor da coisa, porém, se a coisa for indivisível às prerrogativas quanto à venda ou a disposição do bem, tendo-a limitações expostas no artigo 504 do Código Civil, conforme expressa Carlos Roberto Gonçalves em seu livro de Direito Civil Brasileiro (2015, p. 243):

Art. 504. Não pode um condômino em coisa indivisível vender a sua parte a estranhos, se outro consorte a quiser, tanto por tanto. O condômino, a quem não se der conhecimento da venda, poderá, depositando o preço, haver para si a parte vendida a estranhos, se o requerer no prazo de cento e oitenta dias, sob pena de decadência. Parágrafo único. Sendo muitos os condôminos, preferirá o que tiver benfeitorias de maior valor e, na falta de benfeitorias, o de quinhão maior. Se as partes forem iguais, haverá a parte vendida os comproprietários, que a quiserem, depositando previamente o preço.

O condômino que quiser o bem pode exercer o seu direito de preferência mediante ação de preempção no prazo de cento e oitenta dias da data em que teve ciência da alienação, sendo efetivado mediante pagamento ou depósito do preço pago, havendo para si a parte do outro condômino. Porém, se a coisa for divisível, nada impede a venda para estranhos, pois os condôminos que não queiram vender poderão requerer à parte que o é de direito.

No caso da segunda situação, o assistente, mesmo não sendo o titular

da relação jurídica discutida, tem legitimação para defendê-la. É o caso de intervenção de um legitimado à tutela coletiva em processo pretendido por outro. Segundo Fredie Didier Jr.:

A assistência litisconsorcial é hipótese de litisconsórcio unitário facultativo ulterior. Trata-se de intervenção espontânea pela qual o terceiro transforma-se em litisconsorte do assistido, daí porque o seu tratamento é igual àquele deferido ao assistido, isto é, atua com a mesma intensidade processual, não vigorando as normas que o colocam em posição subsidiária (DIDIER JR., 2015, p.488).

Há litisconsórcio facultativo unitário ulterior aplicando-se todas as regras sobre o assunto por isso o Código de Processo Civil a denomina de assistência litisconsorcial, efetivando-se basicamente no polo ativo da relação jurídica, ambiente propício para esta modalidade assistencial. Outro ponto a se destacar é que a parte originária continua no processo.

Além do assistente receber o processo no estado em que se encontra, o Código de Processo Civil, no seu artigo 119, garante que o assistente pode ingressar em qualquer fase dos tipos de procedimento, e ainda, em qualquer grau de jurisdição.

Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência tem lugar em qualquer dos tipos de procedimento e em todos os graus da jurisdição; mas o assistente recebe o processo no estado em que se encontra. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre.

O assistente pode ingressar em ação judicial através de petição, podendo esta ser em qualquer momento de processo, expressando o seu interesse jurídico em participar do litígio.

Quanto ao ingresso do assistente no processo, os demandados virão a ser intimados à cerca do ingresso deste assistente no processo. Ou seja, assim que solicitado o ingresso ao juiz, este analisará o interesse jurídico e, caso não caiba à intervenção, indeferirá a petição. Entendendo que o interesse jurídico é legítimo, o juiz irá solicitar a intimação dos demandados, para que no prazo de 15 (quinze) dias manifestem-se, as quais deverão se opor, ou não, a entrada do assistente. Caso não se oponham, o juiz deferirá o pedido. Em caso de alegação de uma, ou ambas as partes, agirá o juiz de acordo com o art. 120 do CPC.

Art. 120. Não havendo impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, o pedido do assistente será deferido, salvo se for caso de rejeição liminar. Parágrafo único. Se qualquer parte alegar que falta ao requerente interesse jurídico para intervir, o juiz decidirá o incidente, sem suspensão do processo. (CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, 2015, P.373).

Reafirmado pelo professor Fredie Didier Jr., que cabendo dentro deste prazo à alegação das partes, contrárias ou não a intervenção, bem como a

apreciação do juízo frente à demanda.

Art. 120. Não havendo impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, o pedido do assistente será deferido, salvo se for caso de rejeição liminar. Parágrafo único. Se qualquer parte alegar que falta ao requerente interesse jurídico para intervir, o juiz decidirá o incidente, sem suspensão do processo. (DIDIER, 2015, p. 30).

O assistente litisconsorte pode assumir posição diversa do assistido, praticando os atos do processo como se tivesse caráter autônomo, mesmo com a desistência do assistido, pois, por ser interessado direto, possui capacidade para defesa dos direitos a ele ligado.

Simplificadamente, como relata Theodoro Júnior em seu livro do Curso de Direito Processual Civil (2008, p. 165), o assistente litisconsorte possui relação jurídica direta com a parte contrária ao assistido, do qual é assistente, devido ao fato de ter interesse jurídico ligado ao que está para ser apreciado pelo juízo.

...o assistente litisconsorcial é aquele que mantém relação jurídica própria com o adversário da parte assistida e quem assim poderia desde o início da causa figurar como litisconsorte facultativo. Seu ingresso posterior, como assistente, assegura-lhe, assim, o status processual de litisconsorte.

3 Conclusão

Pode-se notar, ao longo do estudo, que os autores citados não encontram divergências quanto às questões relativas à assistência litisconsorcial. Sendo que nesta, apesar de ser uma relação de assistencialismo, o assistente também pode ser considerado como parte no litígio, pois tem seus direitos diretamente ligados ao objeto da lide e possui interesse, bem como está sob os efeitos, da sentença proferida em relação ao litígio.

Ficam, também, claras as posições relacionadas às diferenças que atingem os casos de assistência simples e assistência litisconsorcial supracitadas. Denotando-se, principalmente, o interesse do terceiro envolvido, não restam dúvidas quanto a ligação que este indivíduo tem com a parte, como, também, ao objeto em discussão na lide e a sua sentença efetiva.

Apenas o que os separa, como assistentes simples ou litisconsorte, será a forma em que se dá este interesse, podendo vir a ser apenas uma assistência à uma das partes da lide, sem um interesse próprio, onde vem a coadjuvar ou este, o interesse, se dá não apenas na vitória de uma das partes, mas também aos efeitos que a sentença proferirá em relação ao objeto discutido, pois este é objeto de interesse jurídico direto relacionado ao bem.

Não há apenas o interesse em que uma das partes vença o litígio e, sim, um enlace jurídico quanto ao bem a ser tutelado.

Quanto a questão dos prazos para essa intervenção de terceiro, denota-se, tanto pelos autores quanto pelo Código de Processo Civil de 2015, que fica clara a possível entrada deste assistente em qualquer momento do



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

processo, bem como a intimação das partes e o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação das partes acerca da entrada deste terceiro no processo. Fica evidente, também, o prazo para a apreciação do juízo, no mesmo limite de prazo dado às partes, frente a aceitação ou não do ingresso deste terceiro na lide.

Seguindo as abordagens dos autores, bem como as regras especificadas através dos Códigos, acredita-se não ter indagações divergentes à serem feitas sobre o tema estudado em questão.

4 Referências

DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil: Introdução ao Direito Processual Civil, Parte Geral e Processo de Conhecimento. 17. Ed. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2015.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro, volume 3: Contratos e Atos Unilaterais. 12. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

GONÇALVES, Marcus Vinicius. Novo Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral e processo do conhecimento. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

LEI N. 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015. *Novo Código de Processo Civil*. OAB Paraná: Curitiba, 2015.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil: Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento. 48. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

AVALIAÇÃO ANTIMICROBIANA DO EXTRATO HIDROALCOÓLICO DA MACELINHA (*GAMOCHAETA PURPÚREA* (L.))

Angela Haoack; Cledes Terezinha de Oliveira
cledes.oliveira@ifpr.edu.br

Resumo: Registros da utilização de plantas medicinais são milenares, atualmente o conhecimento acumulado dá lugar a pesquisas científicas que as transformam em fitoterápicos ou protótipos. Com o intuito do descobrimento de novos fármacos que substituam medicamentos obsoletos e que já não tenham efeitos sobre patologias e/ou micro-organismos, testes fitoquímicos e microbiológicos são realizados como pontapé inicial para essas descobertas. Este trabalho objetivou testar o extrato hidroalcoólico da Macelinha obtido por maceração das partes aéreas *Gamochaeta purpúrea* (L.) pelo método de microdiluição em caldo e antibiograma, frente a patógenos bacterianos e fúngicos. O extrato evidenciou atividade no antibiograma para *E. coli* (6,67 cm) e *S. aureus* (5,84 cm) inibitória para essas bactérias, no entanto não teve atividade frente aos demais micro-organismos. Com relação a concentração inibitória mínima, mostrou-se, segundo a literatura, um inibidor extremamente forte para *S. aureus* e fraco para os demais micro-organismos testados, possuindo grande potencial para continuar sendo estudado. Com base na metodologia empregada e dentro das limitações deste estudo, conclui-se que o extrato hidroalcoólico de *Gamochaeta purpúrea* (L.), evidenciou ter características antibióticas e antifúngicas, necessitando ainda de estudos *in vivo*.

Palavras-chave: Antibiograma; Concentração Inibitória Mínima; Asteraceae.

INTRODUÇÃO

Gamochaeta purpúrea (L.), conhecida como Macelinha, é uma planta daninha pertencente à família Asteraceae que cresce em momentos e de forma indesejadas em campos de plantações, tornando-se um problema para agricultura mundial. Contudo, plantas dessa família são amplamente estudadas pelo seu perfil fitoquímico para o desenvolvimento futuro de novos fármacos, inseticidas, cosméticos, entre outros. Pouquíssimos estudos foram realizados acerca dessa planta.

Sabe-se que a resistência a antimicrobianos é um dos problemas mais graves enfrentados no âmbito da saúde, principalmente em hospitais. Cepas multirresistentes vêm surgindo através das suas mutações frequentes,

adquirem resistência aos antibióticos que não inovadores, são descobertos e sintetizados com menos frequência (Ferronato et. al., 2007).

Linhagens de micro-organismos multirresistentes como *Staphylococcus aureus* que são determinada por mutações em seus genes e/ou pela aquisição de genes de resistência de outras bactérias. Causam um grande número de infecções que são classificadas como superficiais, invasivas, tóxicas ou mistas, tóxicas e invasivas causam diversas doenças que são divididas em: infecções superficiais, como abscessos cutâneos e infecções de feridas; as infecções sistêmicas, como endocardites, osteomielites e os quadros tóxicos, como síndrome do choque tóxico, síndrome da pele escaldada e intoxicações alimentares. Produz toxinas capazes de crescer em alimentos, que contaminados, são consumidos e causando intoxicações alimentares (Titora; Funke; Case,2005).

Com a grande biodiversidade do Brasil, o país torna-se um alvo para pesquisa de novos medicamentos, encontra-se na flora uma alternativa para a síntese e resolução para a resistência à antimicrobianos, uma alternativa economicamente e farmacologicamente eficaz contra esse grande problema.

Nesse sentido que o trabalho objetivou avaliar as características antimicrobianas do extrato da *Gamochaeta púpurea* (L.), coletada no sudoeste do Paraná, frente a micro-organismos gram positivos, gram negativos e fungos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Coleta do material

O material vegetal fora coletado em um único ponto na comunidade rural de Abundância no município de Coronel Vivida no sudoeste do Paraná com latitude aproximada de -25.996496 e longitude de - 52. 483340, no data de 15 de novembro de 2015 no período matutino. A identificação da espécie foi feita por meio de duas exsicatas e encaminhadas para o Jardim Botânico de Curitiba. O material vegetal foi destacado de sua raiz e disposto em finas camadas que foram secas em estufa do laboratório de Botânica a 35°C durante três dias e moído, a moagem da parte aérea que teve por objetivo diminuir o tamanho do material vegetal aumentando a superfície de contato do mesmo como líquido extrator, tornando a operação mais eficiente, foi feita em liquidificador.

Preparo do extrato

O extrato bruto foi preparado a partir do um litro de álcool a 70% e transferido para um vidro âmbar juntamente com a amostra seca e triturada da parte aérea. Deixou-se o extrato macerando por 15 dias. Após os 15 dias da maceração ocorreu a filtração à vácuo do extrato que foi em seguida, concentrado em rota-evaporador, onde o solvente foi parcialmente evaporado com a finalidade de retirar o álcool utilizado como líquido extrator.

Avaliação da atividade antimicrobiana

O extrato previamente rota-evaporado foi acondicionado em placa de petri com capacidade de 10 ml e armazenado em refrigerador até o uso. Os antimicrobianos utilizados foram norfloxacino, tetraciclina, fluconazol e anfotericina B, estes foram diluídos em dimetilsulfóxido (DMSO) na concentração máxima de 10%.

Os micro-organismos padrões utilizados para a avaliação antimicrobiana foram da *American Type Collection* (ATCC) e *Newprov* (NEWP), sendo estes, *Staphylococcus aureus* ATCC 25923, *Escherichia coli* NEWP 0022, *Candida albicans* ATCC 10231, *Candida tropicalis* ATCC 28707, *Salmonella typhimurium* NEWP 0028.

As técnicas utilizadas para validação da atividade antimicrobiana foram feitas pelo método de disco difusão que consiste num conjunto predeterminado de discos que contém antimicrobianos e o extrato, colocados sob superfície de uma placa de ágar semeada com o micro-organismo. O método de Concentração inibitória mínima (CIM), que consiste em verificar a ausência de micro-organismos na menor diluição do extrato em uma microplaca com 96 cavidades.

As técnicas acima relatadas foram baseadas no protocolo padrão CLSI (*Clinical and Laboratory Standards Institute*), documentos, M44-A2 (Metodologia para Testes de Sensibilidade Antifúngica por Disco–Difusão para Leveduras), M27-A3 (Método de Referência para Testes de Diluição em Caldo para a determinação da Sensibilidade de Leveduras à Terapia Antifúngica), M02-A11 (Padrões de desempenho para testes em disco de susceptibilidade antimicrobiana), M7-A6 (Metodologia do Teste de Sensibilidade a Agentes Antimicrobianos por Diluição para Bactéria de Crescimento Aeróbico), com algumas modificações.

Para o teste de difusão em disco, sugerido por Rabanal et al. (2002) e por Karaman et al. (2003) com embasamento nos protocolos CLSI (M44-A2; M02-A11), com algumas modificações, as bactérias foram semeadas por superfície, em ágar Mueller Hinton e as leveduras em ágar Sabouraud preparados conforme orientação do fabricante .

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com relação ao disco difusão, os halos foram medidos em milímetros e a média foi calculada para a triplicata. Na tabela 1 e 2, os valores representam a média dos resultados das leituras:

Na tabela 1, são apresentados os resultados obtidos com pela técnica do disco difusão para analisar a atividade antibacteriana do extrato hidroalcoólico da Macelinha, onde o extrato concentrado mostrou-se ter ação inibitória para duas das três bactérias testadas. Diluições 10^{-1} e 10^{-2} mostraram se ineficientes para nenhuma das bactérias testadas. Neste estudo a presença de um halo de inibição foi considerada uma resposta positiva.

Na tabela 1, constam resultados do controle positivo para as bactérias gram positivas e gram negativas. Os antibacterianos escolhidos foram eficientes para que houvesse a inibição desses micro-organismos, já a salina que representa o sexto disco não interferiu na ação antibacteriana do extrato, descartando assim possíveis interferências nas diluições do extrato.

Estudos realizados sobre extrato metanólico das folhas da *Conyza bonariensis* (planta dita como uma erva daninha também da família Asteraceae) pelo método de difusão em disco por Paula (2010), diz que o extrato teve atividade inibitória negativa para para *S. aureus* e *E. coli*, o que pode ser explicado pela utilização de métodos diferentes de extração de princípios ativos, com diferentes partes utilizadas, e escolha do solvente extrator.

Tabela 1- Atividade antibacteriana do extrato hidroalcoólico da *Gamochaeta púpurea* (L.) frente as cepas bacterianas testadas. Diâmetro dos halos expressos em milímetros.

Micro-organismo	Diluições do Extrato			Controle (CP)		
	10.000ug/ml	10 ⁻¹	10 ⁻²	Norfloxacino	Tetraciclina	Salina
<i>E. coli</i>	6,67	S.A	S.A	I	I	S.A
<i>S. aureus</i>	5,84	S.A	S.A	I	I	S.A
<i>S. tiphy</i>	S.A	S.A	S.A	I	I	S.A

CP= Controle positivo. S.A= Sem atividade antimicrobiana. I= Inibição.

Na tabela 2, estão dispostos os resultados obtidos com a atividade antifúngica do extrato hidroalcoólico de Macelinha, onde o mesmo mostrou-se ineficiente para todas as leveduras testadas na técnica de disco difusão. Os controles positivos mostraram-se eficientes, inibindo o crescimento fúngico.

Tabela 2- Atividade antifúngica do extrato hidroalcoólico da *Gamochaeta púpurea* (L.) frente as cepas fúngicas testadas. Diâmetro dos halos expressos em milímetros.

Micro-organismo	Extrato 10.000ug/ml	Extrato diluído 10 ⁻¹	Extrato diluído 10 ⁻²	Norfloxacino	Tetraciclina	Salina
<i>C. albicans</i>	S.A	S.A	S.A	I	I	S.A
<i>C. tropicalis</i>	S.A	S.A	S.A	I	I	S.A

CP= Controle positivo. S.A= Sem atividade antimicrobiana. I= Inibição.

A classificação da Concentração Inibitória Mínima segundo Aligiannis *et al.* (2001), é determinada como extremamente forte se os valores inibitórios estiverem na faixa entre 650 (µg/ml) e 1270 (µg/ml) e fracos entre a faixa de 1810-1850 (µg/ml).

Duarte *et. al.* (2005), cita que tanto óleos essenciais quanto extratos que possuem CIM inferior a 2.000 ($\mu\text{g/ml}$) são considerados com potencial antimicrobianos.

Na tabela 3, estão dispostos resultados obtidos frente à bactérias testadas. Em relação a bactéria *E. coli* verificou-se CIM de 5.000 ($\mu\text{g/ml}$) que em comparação pode ser considerado um fraco inibidor. Em se tratando dos ensaios realizados com *S. aureus*, observou-se CIM de 1.250 ($\mu\text{g/ml}$), considerado um inibidor extremamente forte.

Esse resultado pode ser comparado por Francescato *et. al.* (2007), que relatam em seu estudo “Atividade antimicrobiana de *Senecio heterotrichius* DC. (Asteraceae)”, diz que para *S. aureus* no extrato metanólico teve CIM de 2.500 ($\mu\text{g/ml}$) e no extrato etanólico de 5.000 ($\mu\text{g/ml}$). Para *E. coli* no extrato metanólico e etanólico teve CIM de 5.000 ($\mu\text{g/ml}$).

Tabela 3- Médias das triplicatas dos valores da Concentração Inibitória Mínima (CIM) em $\mu\text{g/ml}$ do extrato hidroalcoólico da *Gamochaeta púpurea* (L.) frente as cepas bacterianas testadas.

Micro-organismo	CIM ($\mu\text{g/ml}$)	Norfloxacino	Tetraciclina
<i>E. coli</i>	5.000	I	I
<i>S. aureus</i>	1250	I	I

CP= Controle positivo.

S.A= Sem atividade antimicrobiana.

I= Inibição

Na tabela 4, estão dispostos os resultados dos testes realizados frente ao Gênero *Cândida*, onde *C. tropicalis*, apresentou um CIM 2.500 ($\mu\text{g/ml}$), considerada fraca; *C. albicans*, apresentou um CIM 5.000 ($\mu\text{g/ml}$), que indica também fraca atividade antifúngica.

Resultados parecidos foram encontrados em estudos realizados por Lubian *et. al.* (2010), em seu trabalho intitulado Atividade antifúngica do extrato aquoso de *Arctium minus* (Hill) Bernh. (Asteraceae) sobre espécies orais de *Candida*, sob concentração de 2.500 ($\mu\text{g/ml}$) para *C. tropicalis* e para *C. albicans* CIM igual a 1.250 ($\mu\text{g/ml}$). Valores próximos ao do estudo no entanto não foram encontrados resultados da mesma espécie da planta.

Tabela 4- Médias das triplicatas dos valores da Concentração Inibitória Mínima (CIM) em $\mu\text{g/ml}$ do extrato hidroalcoólico da *Gamochaeta púpurea* (L.) frente as cepas de leveduras do gênero *Candida* testadas.

Micro-organismo	CIM ($\mu\text{g/ml}$)	Anfotericina B	Fluconazol
<i>C. tropicalis</i>	2.500	I	I
<i>C. albicans</i>	5.000	I	I

CP= Controle positivo.

S.A= Sem atividade antimicrobiana.

I= Inibição

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos demonstram que o extrato hidroalcoólico de *Gamochaeta purpúrea* (L.), evidenciou ter características antimicrobianas e antifúngicas, necessitando ainda de estudos *in vivo*, buscando isolar e identificar substâncias responsáveis por essa atividade. Baseado neste resultado, confirma-se que o conhecimento empírico em relação as plantas medicinais é de suma importância para a ampliação informações científicas dos constituintes do bioma paranaense.

REFERÊNCIAS

ALIGIANNIS N, KALPOUTZAKIS E, MITAKU S, CHINOU IB. Composition and antimicrobial activity of the essential oils two Origanum species. **J Agric Food Chem.** n. 49. p.4168-70. 2001. Acesso em: 01 set. 2016

CLINICAL and Laboratory Standards Institute (CLSI) **Performance Standards for Antimicrobial Disk Susceptibility Tests**; Approved Standard-Eleventh Edition. CLSI document M02-A11. Wayne, PA: Clinical and Laboratory Standards Institute; 2012

_____. **Reference Method for Broth Dilution Antifungal Susceptibility Testing of Yeasts.** M27-A3. 3rd. ed. Wayne, Pa, USA. 2008.

_____. **Method for Antifungal Disk Diffusion Susceptibility Testing of Yeasts.** Second Edition. M44-A2. 2nd. ed. Wayne, Pa, USA. 2009.

_____. **Methods for Dilution Antimicrobial Susceptibility Tests for Bacteria That Grow Aerobically**; Approved Standard—Sixth Edition. NCCLS document M7-A6, Suite 1400, Wayne, Pennsylvania, USA, 2003.

DUARTE, Marta C.; FIGUEIRA, Glyn M.; SARTORATTO, Adilson; REHDER, Vera L. G.; DELARMELENA, C. Anti-candida activity of brazilian medicinal plants. *Journal of Ethnopharmacology*, v. 97, 2.ed., p. 305-311, 2005

FERRONATO et. al., Atividade antimicrobiana de óleos essenciais produzidos por *Baccharis dracunculifolia* D.C. e *Baccharis uncinella* D.C. (Asteraceae). **Revista Brasileira de Farmacognosia.** 224-230, Abr./Jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbfar/v17n2/15.pdf>> Acesso em: 30 ago. 2016

FRANCESCO N. L., et. al., Atividade antimicrobiana de *Senecio heterotrichus* DC. (Asteraceae). **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas.** n. 2, abr./jun., 2007. Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbcf/v43n2/09.pdf>> Acesso em: 01 set. 2016.

KARAMAN, Ibrahim; SAHIN, F.; GULLUCE, M.; OGUTÇU, H.; SENGUL, M.; ADIGUZEL, A. Antimicrobial activity of aqueous and methanol extracts of



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

Juniperus oxycedrus L. **Journal of Ethnopharmacology**, v. 85, p. 231-235, 2003

LUBIAN, C.T et. al., Atividade antifúngica do extrato aquoso de *Arctium minus* (Hill) Bernh. (Asteraceae) sobre espécies orais de *Candida*. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**. n.2, p.157-162, 2010. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/profile/Rafael_Lund/publication/262550177_Antifungal_activity_of_the_aqueous_extract_from_Arctium_minus_\(Hill\)_Bernh._\(Asteraceae\)_on_oral_Candida_species/links/0f31753954aff392b5000000.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Rafael_Lund/publication/262550177_Antifungal_activity_of_the_aqueous_extract_from_Arctium_minus_(Hill)_Bernh._(Asteraceae)_on_oral_Candida_species/links/0f31753954aff392b5000000.pdf)> Acesso em: 01 set. 2016

PAULA C.C., Avaliação da atividade antimicrobiana in vitro e in vivo de *Conyza bonariensis* (L.) Cronquist (Margaridinha do Campo) e *Macrosiphonia velame* (A. St.-Hil.) Müll. Arg. (Velame Branco). Cuiabá-MT, 2010.

RABANAL, R. M.; ARIAS, A.; PRADO, B.; HERNÁNDEZ-PÉREZ, M.; SANCHEZ-MATEO, C. C. Antimicrobial studies on three species of *Hypericum* from de Canary Islands. **Journal of Ethnopharmacology**, v. 81, p. 287-292, 2002.

TORTORA, G.J.; FUNKE, B.R.; CASE, CL. **Microbiologia**. 10. ed., Porto Alegre: Artmed, 2010

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DO ÓLEO ESSENCIAL DE *EUGENIA UNIFLORA L.* (PITANGA)

Carla Regina Costa (carlaregina.costa@outlook.com)¹
Amerieli Leticia Marquezoti Cortes (amerieli-leticia@hotmail.com)¹
Aline Mara Maia de Oliveira (ally.oliver124@gmail.com)¹
Douglas Eduardo Soares Pereira (douglas.pereira@ifpr.edu.br)¹
Cledes Terezinha de Oliveira (cledes.oliveira@ifpr.edu.br)¹
¹ Instituto Federal do Paraná - Campus Palmas

Resumo: O Brasil é um país rico em diversidade natural e destaca-se no mercado mundial pela produção de óleos essenciais, são produtos voláteis de origem vegetal, obtidos por processo físico. Esse grupo de compostos é alvo de grande interesse em estudos, pelas suas propriedades terapêuticas. A Pitanga (*Eugenia uniflora L.*), família Myrtaceae, planta nativa do Brasil, amplamente cultivada no mundo todo devido à sua fácil adaptação. Suas folhas possui óleo essencial rico em sesquiterpenos, taninos, flavonoides, antocianinas, saponinas, vitamina C. Atualmente há uma grande preocupação com o aumento da resistência bacteriana e fúngica aos antimicrobianos, pois quando utilizados de maneira errada podem estimular a sobrevivência de genes de bactérias resistentes, podendo causar morbidade e mortalidade de pacientes hospitalizados.

Esse trabalho objetiva extrair e avaliar a atividade antimicrobiana do óleo essencial de *Eugenia uniflora L.* frente a cepas das leveduras *Candida albicans*, *Candida tropicalis*, e das bactérias *Escherichia coli* e *Staphylococcus aureus*. A extração será realizada por hidrodestilação, utilizando o aparelho Clevenger. A ação antimicrobiana será determinada pelo método de disco difusão e microdiluição definindo a concentração inibitória mínima para os microorganismos citados. Todos os experimentos serão realizados em triplicata.

Palavras – chave: Óleo essencial, atividade antimicrobiana, *Eugenia uniflora L.*, hidrodestilação

Abstract: Brazil is a country rich in natural diversity and stresses on the world market for the production of essential oils are volatile products of plant origin obtained by physical process. This group of compounds is of great interest in target studies for its therapeutic properties. The Pitanga (*Eugenia uniflora L.*), family Myrtaceae, plant native to Brazil, widely cultivated worldwide due to its easy adaptation. Its leaves have essential oil rich in sesquiterpenes, tannins, flavonoids, anthocyanins, saponins, vitamin C. There are currently a major concern with the increased bacterial and fungal resistance antimicrobianos because when used the wrong way can stimulate the survival of bacterial genes resistant, may cause morbidity and mortality in hospitalized patients.

This study aims to extract and evaluate the antimicrobial activity of essential oil of *Eugenia uniflora L.* against strains of the yeast *Candida albicans*, *Candida tropicalis*, and *Escherichia coli* and *Staphylococcus aureus*. The extraction is

carried out by hydrodistillation using Clevenger apparatus. The antimicrobial activity is determined by disk diffusion and broth microdilution method defines the minimum inhibitory concentration for said micro-organisms. All experiments will be performed in triplicate.

Key - words: essential oil, antimicrobial activity, *Eugenia uniflora* L. hydrodistillation

INTRODUÇÃO

O Brasil é um país rico em diversidade natural e destaca-se no mercado mundial pela produção de óleos essenciais (OEs), ocupando o 4º lugar ao lado de países como Índia, China e Indonésia. Estima-se que 3000 grupos diferentes de óleos essenciais são conhecidos, dos quais cerca de 300 têm importância comercial e, em suas formas isoladas apresentam substâncias como limoneno, citronelal, citral, mentol e safrol, destinados principalmente ao mercado de aromas e fragrâncias. O Brasil é grande produtor de óleo essencial de laranja (*Citrus sinensis* L.), como subproduto da indústria de sucos (BIZZO; HOVELL; REZENDE, 2009).

A grande procura por novos compostos que possuam utilização nas indústrias, cosméticas e farmacêuticas vem crescendo cada vez mais, a busca por esses recursos inovadores leva os cientistas a utilizarem plantas com propriedades terapêuticas, como fonte de princípio ativo para o desenvolvimento de novos produtos (ALMEIDA, 2009).

Atualmente há uma grande preocupação com o aumento da resistência bacteriana e fúngica aos antimicrobianos, pois quando utilizados de maneira errada podem estimular a sobrevivência de genes de bactérias resistentes, o que causa a morbidade e mortalidade de pacientes hospitalizados, uma das formas de reduzir o desenvolvimento de linhagens resistentes é a utilização de dois ou mais fármacos simultaneamente levando a um aumento de gasto para a saúde pública (MATIAS *et al.*, 2011).

O uso de plantas medicinais que possuem atividade terapêutica é uma alternativa muito utilizada em programas de atenção à saúde, o uso da *Eugenia uniflora* L. (pitanga) na medicina popular ocorre há muitos por suas propriedades com função adstringente, antidiarreica, estimulante, refrescante, digestiva, aromática, tônica, balsâmica, antioxidante e antibiótica. (OLIVEIRA. C, B., 2008).

A pitangueira (*Eugenia uniflora* L.), família Myrtaceae, é uma planta frutífera nativa do Brasil, amplamente disseminada e cultivada nas mais variadas partes do mundo devido à sua fácil adaptação em diferentes tipos de solo e clima (ABREU *et al.*, 2005). Suas folhas possuem óleo essencial rico em sesquiterpenos, além de taninos, pigmentos flavonoides, antocianinas, saponinas, sais minerais e vitamina C., sendo amplamente utilizado na indústria cosmética e medicina popular (RODRIGUES *et al.*, 2005; LORENZI & MATOS, 2002).

A *Eugenia uniflora* L. é originária da região que se estende do Brasil até o Norte da Argentina, no Brasil esta presente em grande escala geográfica que se expande desde o sul até o nordeste predominante na Mata Atlântica. O Brasil é o maior produtor mundial de pitanga, os maiores plantio se concentram na região nordeste (BEZERRA, 2000).

A pitanga pertence à família Myrtaceae, gênero *Eugenia* e espécie *Eugenia uniflora* L. recebe denominação de pitanga ou pitanga-vermelha devido ao vocábulo tupi “pi’täg”, que significa vermelho, em referência à coloração dos seus frutos, em outros países a espécie é conhecida como *Brazil cherry* e *Surinam cherry*. A pitanga apresenta-se como um arbusto denso, com altura média entre 4 e 9 m, ramificada, as folhas apresentam coloração verde-amarronzada (BEZERRA, 2007).

Os organismos vegetais possuem rotas metabólicas bem como as rotas de síntese, degradação e intervenção dos compostos essenciais visam à conservação de energia, classificado como metabolismo primário da planta. O metabolismo secundário da planta é ativado durante o período de crescimento, desenvolvimento ou em períodos de algum estresse causado por limitações nutricionais ou ataque de microrganismos. A origem dos metabolitos secundários ocorre a partir da glicose, por meio de vias intermediárias do ácido chiquímico e o acetato. (SIMÕES, 2010).

Os constituintes dos óleos essenciais são classificados em duas classes químicas: a classe dos terpenoides e a dos fenilpropanoides. Os terpenoides abrangem a maioria dos constituintes, ao passo que os fenilpropanoides conferem o odor e sabor característicos. A origem desses compostos se dá por diferentes vias metabólicas. (BIASI, A., 2009).

Óleos essenciais são metabolitos especializados voláteis, produzidos por plantas, formados por uma mistura complexa de compostos orgânicos. Esse grupo de compostos é alvo de grande interesse em estudos, pelas suas propriedades antioxidantes e antimicrobianas, sendo utilizados na indústria cosmética, farmacêutica, agroalimentícia e controle biológico não somente pela sua função aromática, mas também por suas propriedades terapêuticas. (BAKKALI; AVERBECK; AVERBECK, 2008).

Óleos essenciais são produtos voláteis de origem vegetal, obtidos por processo físico (destilação por arraste com vapor de água, destilação a pressão reduzida ou outro método adequado). Podem se apresentar isoladamente ou misturados entre si, retificados, desterpenados ou concentrados. Entende-se por retificados, os produtos que tenham sido submetidos a um processo de destilação fracionada para concentrar determinados componentes; por concentrados, os que tenham sido parcialmente desterpenados; por desterpenados, aqueles dos quais tenha sido retirada a quase totalidade dos terpenos (BRASIL, 2007).

O Período da colheita das folhas de *Eugenia uniflora* L. influencia diretamente no rendimento e qualidade do óleo essencial de pitanga, o melhor período para a colheita das folhas é o matutino, o congelamento das folhas não

deve permanecer por muito tempo para evitar a degradação dos componentes presente no óleo. (GALLINA, E.S, e REHEM. B. C., 2013).

O extrato etanólico de *Eugenia uniflora* L. apresentou em sua composição antocianinas, flavonoides, taninos condensados e fenólicos totais, e atividade antimicrobiana. (LORENZONI, 2013).

O óleo essencial de *Eugenia uniflora* L. apresenta atividade antioxidante, antimicrobiana e antifúngica. (NOVACK, et al., 2012).

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL:

Avaliar a atividade antimicrobiana do óleo essencial de *Eugenia uniflora* L. (pitanga).

2.2 ESPECÍFICOS:

- Extrair óleo essencial de *Eugenia uniflora* L. (pitanga) por hidrodestilação utilizando aparelho *Clevenger*;

- Avaliar a atividade antimicrobiana pelo método de disco difusão e microdiluição.

3 METODOLOGIA

3.1 OBTENÇÃO DO ÓLEO ESSENCIAL

Para obtenção do óleo essencial o material vegetal seco das folhas de *Eugenia uniflora* L. será submetido à hidrodestilação em aparelho de *Clevenger* modificado por aproximadamente 3h.

A atividade antimicrobiana do óleo essencial de *Eugenia uniflora* L. será investigada contra bactérias e leveduras. As bactérias testadas serão a *Escherichia coli* ATCC 25922 e *Staphylococcus aureus* ATCC 25923, representantes dos grandes grupos da Gram negativas e Gram positivas respectivamente, a determinação também será realizada com as leveduras *Candida albicans* ATCC 18804 e uma não albicans representada pela *Candida tropicalis* ATCC 13803.

As técnicas empregadas para a determinação da atividade antimicrobiana pelo método de disco difusão também chamado de difusão em placas é um método físico, no qual um microrganismo é testado contra uma substância biologicamente ativa em meio de cultura sólido e relaciona o tamanho da zona de inibição de crescimento do microrganismo em teste com a concentração da substância avaliada (OSTROSKY *et al.*, 2008) e concentração inibitória mínima (CIM), que corresponde à menor diluição na qual se verifica ausência de crescimento microbiano viável, foram baseadas no protocolo padrão CLSI (*Clinical and Laboratory Standards Institute*), antigo NCCLS (*National Committee For Clinical Laboratory Standards*), documentos

M27-A3 (Método de Referência para Testes de Diluição em Caldo para a Determinação da Sensibilidade de Leveduras à Terapia Antifúngica), M44-A2 (Metodologia para Testes de Sensibilidade Antifúngica por Disco–Difusão para Leveduras), M02-A11 (Padrões de desempenho para testes em disco de susceptibilidade antimicrobiana), M7-A6 (Metodologia do Teste de Sensibilidade a Agentes Antimicrobianos por Diluição para Bactéria de Crescimento Aeróbico) com algumas modificações. Os micro-organismos utilizados no estudo serão da American Type Culture Collection (ATCC®), todos os testes serão realizados em triplicata.

3.2 TESTE DISCO DIFUSÃO

O teste de difusão em disco sugerido por Rabanal *et al.* (2002) e por Karaman *et al.* (2003) com embasamento nos protocolos *CLSI* (M44-A2; M02-A11), com algumas modificações, as bactérias serão inoculadas em superfície, em ágar Mueller Hinton e as leveduras em ágar Sabouraud preparados conforme orientação do fabricante e mantidos sob refrigeração. O procedimento se realizará com repiques de culturas Inoculadas nos mesmos meios de cultura e incubadas por 24 h, temperatura de 35°C, para se obter culturas ativas. Após tempo de incubação, as cepas são repicadas para tubo de ensaio contendo solução salina 0,9 % estéril até atingir turbidez da concentração 0,5 da escala McFarland ($1,5 \times 10^8$ UFC/mL), solução padrão de Ba SO_4 . Na sequência um swab é mergulhado no tubo com suspensão microbiana e semeado de forma uniforme nas placas de petri contendo ágar.

O método baseia-se na impregnação de 10 μL das substâncias testadas em discos de papel filtro de 5mm, os quais serão dispostos sobre meio de cultura previamente inoculado com o micro-organismo de interesse. A análise vai determinar se a substância testada causa inibição no crescimento radial do micro-organismo. Nesse procedimento será utilizado óleo puro, diluição 10^{-1} (100 μL de óleo, 10 μL de Dimetilsulfóxido (DMSO), 890 μL de solução salina estéril) e diluição 10^{-2} (10 μL da solução anterior 10^{-1} , 90 μL de solução salina estéril). Em DMSO 10%, concentração do solvente, não ocorre inibição do crescimento dos microrganismos (KARAMAN *et al.*, 2003). Os antimicrobianos padrões para controle positivo são norfloxacino, tetraciclina, fluconazol e anfotericina B, preparados pesando-se 0,001g do antimicrobino, 10 μL de DMSO e 990 μL de solução salina 0,9% estéril, ou seja uma concentração de 1 mg/mL, e solução de DMSO 1 % como controle negativo. Após o procedimento as placas permanecerão em estufa microbiológica por um período de 24-48h a temperatura de 35-37°C para bactérias e 48-72h a temperatura de 25-27°C para fungos, após será realizada leitura com medição com paquímetro dos halos de inibição (OSTROSKY *et al.*, 2008).

3.3 TESTE DE CONCENTRAÇÃO INIBITÓRIA MÍNIMA (CIM)

O teste de microdiluição será realizado de acordo com as metodologias dos autores já citados para o método de disco difusão e protocolos *CLSI* (M27-A3 ; M7-A6). Serão utilizadas placas com 96 poços, dispostos em 12 colunas (1

a 12) e 8 linhas (A a H). Todos os poços receberão 100 µL do caldo Sabouraud quando o teste for realizado com leveduras e 100 µL de caldo Mueller Hinton quando em teste bactérias; além de 100 µL das diluições do óleo de *Eugenia uniflora* L. Nas concentrações 2500, 1250, 625, 312,5, 156,25, 78,25, 34,05 µg/mL. Primeiramente será preparado a solução estoque pesando-se 5mg (5000µg) do óleo essencial, acrescenta-se 10 µL de DMSO E 990 µL de solução estoque, a partir dessa solução transfere-se 500 µL para um *eppendorf* com 500 µL de caldo Sabourad ou Mueller Hinton obtendo-se assim a primeira diluição a ser testada de 2500 µg/mL, repete-se o procedimento até realizar a menor diluição de 34,05 µg/mL. Rabanal *et al* (2002) em seus ensaios, sugerem utilizar 5 µL de inóculo, equivalente a 10^5 células por µL de suspensão microbiana em cada poço, preparada em solução salina estéril com turbidez equivalente de uma solução padrão da escala de McFarland 0,5. A linha H será destinada aos controles, entre eles o controle negativo (caldo sem a adição de micro-organismo), controle positivo (caldo com a adição do micro-organismo) e controle com antimicrobianos padrões. Os antimicrobianos comerciais padrão serão diluídos a concentração de 1 mg/mL para os testes. Após o procedimento as placas permanecerão em estufa microbiológica por um período de 24 horas a temperatura de 35-37°C para bactérias e 24 horas a temperatura de 25-27°C para fungos. Na sequência são acrescentados 20 µL a 0.5% de 2,3,5-trifeniltetrazólio (TTC), após 2 horas é realizada a leitura. Os poços em que o óleo apresentar atividade contra os micro-organismos permaneceram incolor, e se houver desenvolvimento microbiano irá se corar de vermelho, a coloração resultante da reação é uma indicação positiva da viabilidade através da detecção da respiração a nível celular (DUARTE *et al.*, 2005; COSTA *et al.*, 2008). O TTC é um revelador indicador de oxirredução utilizado para apontar células viáveis. O mecanismo baseia-se na redução enzimática do 2,3,5- trifeniltetrazólio (incolor) em 1,3,5- trifeniformazan (vermelho) na presença de células vivas, em virtude à atividade de diversas desidrogenases, as quais catalizam as reações respiratórias nas mitocôndrias durante a glicólise e o ciclo de Krebs (GABRIELSON *et al.*, 2002; COSTA *et al.*, 2008). O mesmo autor cita em seu trabalho que os sais de tetrazólio são utilizados como indicadores de crescimento desde a década de 1940, eles detectam sistemas enzimáticos oxidativos por atuarem como receptores de elétrons, são incolores e solúveis em água, muda de cor quando é reduzido.

4 RESULTADOS PREVIOS

O óleo essencial de *Eugenia uniflora* L. apresentou resultados positivos quanto à atividade antimicrobiana desenvolvida nos testes de disco difusão com formação de halos de inibição de crescimento, no teste de concentração inibitória mínima houve a inibição das cepas de *S. aureus* e *C. albicans* nas mais altas concentrações utilizadas. A aplicação de óleos essenciais em alimentos, cosméticos, sanitizantes e no controle biológico, tem gerado grande

interesse industrial devido à boa aceitação dos consumidores a produtos naturais. Na área farmacêutica, propriedades biológicas produzidas por diversas plantas, podem ser utilizadas para a síntese de novos medicamentos substituindo os ativos sintéticos, reduzindo a resistência microbiana.

Teste disco difusão do óleo essencial, que ocorreu formação de halos de inibição de crescimento dos microrganismos testados.

Teste da Concentração Inibitória mínima do óleo essencial, em que houve atividade de inibição dos microrganismos no teste de disco difusão.

REFERENCIAS

ALMEIDA, D. J., Experimental biology in pitangueira: a review of five decades of scientific publications, **Planta Médica**, v.6, p. 196-170, 2009.

BAKKALI, F.; AVERBECK, S.; AVERBECK, D.; IDAOMAR, M. Biological effects of essential oils. **Food and Chemical Toxicology**, v. 46, n. 2, p. 446-75, feb., 2008.

BEZERRA, J.E.F. SILVA JÚNIOR, J.F. da; LEDERMAN, I.E. Pitanga (*Eugenia uniflora* L.). Jaboticabal, **Série Frutas Nativas FUNEP**, p. 24-29, 2000.

BEZERRA, J.E.F., Pitangueira, **Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária – IPA**, Recife, p.16-20, 2007.

BIASI, A.; DESCHAMPS, C., Do cultivo à produção de óleo essencial, **Plantas aromáticas**, Curitiba: Layer Studio, 2009.

BIZZO, Humberto R.; HOVELL, Ana M. C.; REZENDE, Claudia. M. Óleos essenciais no Brasil: aspectos gerais, desenvolvimento e perspectivas. BRASIL, Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. **Resolução – RDC**, n. 2, de 15 de janeiro de 2007. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br>>.

BRASIL, Ministério da Saúde, Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa. **Resolução – RDC**, n. 2, de 15 de janeiro de 2007. Disponível em: <<http://www.anvisa.gov.br>>.

CLINICAL and Laboratory Standards Institute (CLSI) **Methods for Dilution Antimicrobial Susceptibility Tests for Bacteria That Grow Aerobically**; Approved Standard—Sixth Edition. NCCLS document M7-A6, Suite 1400, Wayne, Pennsylvania, USA, 2003.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

CLINICAL and Laboratory Standards Institute (CLSI) **Performance Standards for Antimicrobial Disk Susceptibility Tests**; Approved Standard—Eleventh Edition. CLSI document M02-A11. Wayne, PA: Clinical and Laboratory

CLINICAL and Laboratory Standards Institute (CLSI). **Method for Antifungal Disk Diffusion Susceptibility Testing of Yeasts**. Second Edition. 2009; M44-A2. 2nd.ed. Wayne, Pa, USA.

CLINICAL and Laboratory Standards Institute (CLSI). **Reference Method for Broth Dilution Antifungal Susceptibility Testing of Yeasts**. 2008; M27-A3. 3rd.ed. Wayne, Pa, USA.

COSTA, Nilton P.C. *et al.*, Teste de tetrazólio em semente de soja com condicionamento abreviado- séries sementes. **Comunicado técnico on line EMBRAPA**. Londrina-PR, Maio 2008.

DUARTE, Marta C.; FIGUEIRA, Glyn M.; SARTORATTO, Adilson; REHDER, Vera L. G.; DELARMELENA, C. Anti-candida activity of brazilian medicinal plants. **Journal of Ethnopharmacology**, v.97, 2^o edição, p.305-311, 2005.

GABRIELSON, J. *et al.* Evaluation of redox indicators and the use of digital scanners and spectrophotometer for quantification of microbial growth in microplates. **Journal of microbiological methods**. p. 63-73, 2002.

GALLINA, E.S, e REHEM. B. C. Caracterização Química e Anatômica de *Eugenia uniflora* L.(Myrtaceae). **64^o Congresso Nacional de Botânica**, Belo Horizonte, 2013.

KARAMAN, I. *et al.* Antimicrobial activity of aqueous and methanol extracts of *Juniperus oxycedrus* L. **Journal of Ethnopharmacology**, v.85 p. 231-235, 2003.

LORENZI, H. e MATOS, F.J.A. Plantas medicinais no Brasil: **nativas e exóticas**. Instituto Plantarum, p. 350-351, 2002.

LORENZONI, L.S, *et al.* Estudo fitoquímico e antibacteriano do extrato etanólico de *Eugenia uniflora* L. (Myrtaceae) **ENCICLOPÉDIA BIOSFERA, Centro Científico Conhecer**, Goiânia, v.9, n.17; p. 2804, 2013.

MATIAS,E.F.F. *et al.* Phytochemical screening and modulation of antibiotic activity by *Ocimum gratissimum* L. **Biomed Prev Nutr**. v.1p. 57-60, 2011.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

NOVACK, F.V., *et al.* Essential oil of leaves of *Eugenia uniflora* L.: Antioxidant and antimicrobial properties. **Food and chemical Toxicology**, Oxford, v.50, p.2668-2674, 2012.

OLIVEIRA, C, B., Atividade Antimicrobiana in vitro da *Eugenia uniflora* L. (Pitanga) sobre Bactérias Cariogênicas, **Revista Brasileira de ciências da Saúde**, v.12, p. 239-250, 2008.

OSTROSKY, Elissa O. *et al.* Métodos para avaliação da atividade antimicrobiana e determinação da Concentração Inibitória Mínima (CIM) de plantas medicinais. **Revista Brasileira e Farmacognosia**. v.18, n.2, 2008. **Química nova**, v. 32, n. 3, p. 588-594, 2009.

RABANAL, R.M.; ARIAS, A.; PRADO, B.; HERNÁNDEZ-PÉREZ, M.; SANCHEZ-MATEO, C.C. Antimicrobial studies on three species of *Hypericum* from de Canary Islands. **Journal of Ethnopharmacology**. v.81, p. 287-292, 2002.

RODRIGUES, M.V.P.; NOGUEIRA, N.G.P.; PILLA, C.M.P.; ALMEIDA, A.M.F.; PIETRO, R.C.L.R. Avaliação da atividade antibacteriana do óleo essencial de *Eugenia uniflora* L. In: **SIMPÓSIO BRASILEIRO DE ÓLEOS ESSENCIAIS**,3, 2005, Campinas-SP. Anais...Campinas: Instituto Agrônômico (IAC), 2005. (Resumo).

SIMÕES, C.M. Metabolismo básico e origem dos metabolitos secundários. **Farmacognosia: da planta ao medicamento**. Cap. 16, P. 410-412, 3. ed. Porto Alegre/Florianópolis: Editora da Universidade UFRGS / Editora da UFSC, 2010.

AVALIAÇÃO DE SUBSTRATOS ALTERNATIVOS PARA PRODUÇÃO DE MUDAS DE ALFACE

Elenice Padilha de Oliveira¹, Eloiza Maria Taques¹, Frank Silvano
Lagos²

1-Acadêmicas de Eng. Agrônômica; 2-Professor orientador
padilhaelenice@gmail.com; eloizataques@yahoo.com.br;
frank.lagos@ifpr.edu.br;

Resumo: Diversos materiais de origem orgânica e mineral podem ser usados como substratos para produção de mudas. Os principais fatores para a escolha são fácil disponibilidade e baixo custo. Porém, um único material não reúne as características desejáveis, devendo-se recorrer à mistura deles, buscando a complementação das características faltantes. O objetivo deste trabalho foi testar a eficiência de diferentes substratos alternativos para produção mudas de alface. Foi realizado em 2016, sendo dividido em duas partes: laboratorial, para a formulação, pesagem e homogeneização de substratos com diferentes componentes químicos e adubos orgânicos e a realização de análises de densidade, condutividade e pH e em casa de vegetação para avaliação da taxa de germinação, peso, massa verde final e altura da muda. Foi usada a cultivar de alface crespa Palmas, cultivada em bandejas de isopor com 5 diferentes substratos, com diferentes concentrações de húmus, composto orgânico, cama de aves, ácido fosfórico, sulfato de cobre, substrato comercial e cinza, em 4 repetições. O delineamento experimental utilizado foi de blocos ao acaso. As composições alternativas que demonstraram melhor desenvolvimento das mudas foram as misturas: A (Húmus+substrato+cinza+cama de aves) e C (Substrato+cinza+cama de aves+composto), tendo desempenho superior ao substrato comercial, principalmente quando relacionado a altura e peso da planta.

Palavras-chave: Alface, substratos, mudas, olericultura, fitotecnia.

Abstract: Various organic and mineral materials may be used as substrates for seedlings. The main factors for the choice is easy availability and low cost. However, a single material does not meet the desirable characteristics and should be resorted to their mix, seeking the completion of the missing features. The aim of this study was to test the efficiency of different alternative substrates for the production of lettuce seedlings. Was performed in 2016 and is divided into two parts: Laboratory, formulation, weighing and homogenizing substrates with different chemicals and organic fertilizers and performing density analysis, conductivity and pH, and in a greenhouse for evaluation the rate of germination, weight, final green mass and height changes. It was used to grow lettuce crisp Palmas, grown in trays with 5 different substrates with different humus concentrations, organic compound, bed birds, phosphoric acid, copper sulfate, commercial and gray substrate in 4 repetitions. The experimental design was a

randomized block design. Alternative compositions showed better development of seedlings were mixtures: A (Humus + substrate + gray + bed birds) and C (substrate + gray + chicken litter + compound) and outperformed the commercial substrate, especially when related to height and weight of the plant.
Key words: Lettuce, substrates, plants, horticulture, plant science.

Introdução:

A alface é uma hortaliça originária de regiões de clima temperado, possui materiais genéticos de boa tolerância ao cultivo de inverno e verão, sendo que em regiões de maiores altitudes, é possível cultivá-la o ano todo. A formação de mudas pode ser obtida em canteiro ou em bandejas, sendo mais recomendada a formação de mudas em bandeja, visando minimizar os riscos de contaminação, química e biológica (SOUZA, 2006).

O seu cultivo apresenta limitações, principalmente pela sensibilidade às condições de temperatura, umidade e chuva (GOMES et al., 2005, citado por LIMA, 2007). Quanto às desvantagens do seu cultivo, destaca-se a dificuldade de conservação e transporte pós colheita, fato que limita sua produção, obrigando os produtores a obter o máximo de aproveitamento da produtividade, sendo este no local de produção ou para maiores mercados (SANTOS, 2001).

No Brasil, a cultura da alface tem uma área plantada de aproximadamente 35.000 ha, sendo que o grupo que predomina é do tipo crespa. Neste grupo, enquadra-se a cv. Verônica, liderando com 70% do mercado, enquanto o tipo americana detém 15% deste mercado (COSTA; SALA, 2005).

A horticultura moderna é baseada na produção de mudas de alta qualidade (SCARPARE FILHO, 1994). Para se ter boa produção e desenvolvimento de mudas em canteiros, casa-de-vegetação e recipientes limitados é comum modificar o solo ou criar substratos artificiais, com a utilização de materiais como composto, húmus de minhoca e casca de arroz. Esses substratos possuem diferentes propriedades químicas e necessitam de um monitoramento analítico prévio, como correções e adubações (FERREIRA et al., 1993).

Os substratos facilitam a retirada da muda da célula da bandeja, melhoram suas propriedades, fazendo com que a mesma tenha teores adequados de nutrientes. Um bom substrato não deve conter solo não tratado, devido à possível presença de fitopatógenos e sementes de plantas daninhas (FIGUEIRA, 2007). As funções do substrato são: prover água, suprir nutrientes, permitir troca gasosa e servir de suporte para as plantas. Um substrato com boas características deve ter: firmeza, boa aeração, boa capacidade de retenção de água, boa drenagem, não ser salino, alcalino ou ácido, ser uniforme e estável, não deixar resíduos e ser leve (MINAMI, 1995).

Na produção de mudas em bandejas existem quatro problemas gerais a serem considerados: acidez excessiva, excesso ou deficiência de nutrientes e

salinidade, sendo que estes vão interferir diretamente na condutividade elétrica do substrato. Isso pode prejudicar ou impedir o desenvolvimento das mudas. Dentre as condições químicas para um bom substrato o pH é de fundamental importância, pois se relaciona diretamente com a disponibilidade de nutrientes às plantas, sendo que em valores inadequados o desenvolvimento é afetado, principalmente pela acidez excessiva. Nesses ambientes os nutrientes ficam indisponíveis e as plantas ficam mais propensas a absorver elementos tóxicos como alumínio e manganês (FERMINO, M. H, 1996, citada por LUDWIG, F.; et al., 2014).

De acordo com Andriolo (1996), diversos materiais de origem orgânica e mineral podem ser usados como substratos. Os principais fatores para a escolha é sua fácil disponibilidade e baixo custo, como composto, húmus, cama de aves, cinza, e outros materiais. Porém, um único material não reúne todas as características desejáveis, devendo-se recorrer à mistura deles, buscando a complementação das características faltantes.

De acordo com a EMBRAPA HORTALIÇAS, o composto orgânico é a transformação de resíduos sólidos de origem animal ou vegetal, em adubos e substratos de alta qualidade. O aproveitamento de resíduos oriundos de atividades agrícolas, agroindustriais ou urbanas torna-se estratégico, pois são convertidos em insumos. Mas para se obter um composto de qualidade é necessário combinar resíduos ricos em carbono e nitrogênio.

O húmus consiste em materiais originários de plantas e animais que passam por processo de decomposição, tendo papel importante na formação de agregados do solo, no controle de acidez e ciclagem de nutrientes. O húmus de minhoca, tem maior função na dinâmica dos nutrientes, afetando a mineralização e a imobilização de nitrogênio, pela sua influência sobre os organismos e na formação estrutural do solo, permitindo troca mais eficiente de gases, nutrientes e água (LANDGRAF, 2005). Uma das características mais importantes do húmus de minhoca, como substrato, é a capacidade de retenção de umidade (ANDRIOLO & POERSCHKE, 1997).

Cama de aves é todo o material que, permanece no piso de uma instalação avícola, recebendo excreções, restos de ração e penas. Ela é formada basicamente de casca de arroz, sabugo de milho, capim picado e principalmente serragem grossa de madeira (maravalha). Ela pode contribuir para o enriquecimento químico do substrato, pois ela contém elevado teor de macronutrientes e micronutrientes, cuja quantidade varia em relação ao número de aves confinadas sob o substrato. Entre os macronutrientes, pode-se citar: nitrogênio (N), fósforo (P), potássio (K), cálcio (Ca), magnésio (Mg), enxofre (S). Entre os micronutrientes: zinco (Zn), boro (B), cobre (Cu), molibdênio (Mb), (REVISTA GLOBO RURAL, 2011; AVILA, 1992).

As cinzas vegetais são pouco utilizadas na agricultura como adubo para o solo. Contém cálcio, magnésio, fósforo e outros elementos que podem ter influência no desenvolvimento das plantas. Dentre estes elementos, alguns são micronutrientes essenciais para o desenvolvimento dos seres vivos, como, por exemplo, Cu, Zn, Mg Fe e B (DAROLT e OSAKI,1996). Esse resíduo,

comumente conhecido como cinza de caldeira, apresenta potencial para ser utilizado como insumo florestal, tanto pela quantidade produzida quanto pelas suas características químicas, podendo constituir-se em fonte de nutrientes para as plantas e como condicionador do solo de baixo custo (EMBRAPA, 2007). De modo geral, além dos nutrientes existentes em sua composição química, também possui bases que servem para neutralizar a acidez do solo, funcionando, como corretivo e como fertilizante, cujos efeitos podem diferir dependendo do tipo de solo (PAULETTO et al. 1990; PRADO et al. 2002, citados por OLIVEIRA, F.R., et al 2006).

As folhas de alface podem apresentar deficiência de cobre, tornando-se longas e com margens cloróticas o que pode reduzir seu crescimento e comprometer a formação das cabeças da alface. Nesse contexto a aplicação de cobre tem grande relevância por aumentar o rendimento e melhorar a qualidade e sanidade da cultura (RESENDE, et al., 2005). O cobre é um micronutriente essencial, participando como componente de diversas enzimas que catalisam o fluxo de elétrons e as reações de oxidação-redução nas células. Mas em altas concentrações na solução do solo, esse elemento pode proporcionar alterações nos tecidos vegetais, em nível bioquímico e fisiológico, os quais podem resultar em perdas consideráveis para o potencial produtivo das plantas (EMBRAPA, 2004). A disponibilidade do cobre, diminui à medida que o pH aumenta, principalmente se passar de 6-7. O pH mais alto reduz a solubilidade e aumenta a força pela qual o cobre é preso às argilas e à matéria orgânica, tornando-o menos disponível. Excesso de fósforo (P), ferro (Fe), zinco (Zn) e alumínio (Al) pode reduzir a absorção de cobre (NUTRIFATOS).

O fósforo é considerado um elemento pouco móvel e altamente fixado pelo solo, por isso é recomendado a aplicação de fósforo via fertirrigação, o mais utilizado é o ácido fosfórico, que causa a redução no pH da água (SILVA & MAROUELLI, 2001). Esse nutriente é de extrema importância para tecidos em crescimento, pois é essencial para a divisão celular, a reprodução e o metabolismo vegetal (fotossíntese, respiração e síntese de substâncias orgânicas). Ligado à estrutura da mesma, na transferência e armazenamento de energia, afetando vários processos metabólicos como a síntese de proteínas e ácido nucléico (MALAVOLTA, 2006).

Este trabalho tem como objetivo testar a eficiência de diferentes substratos alternativos para produção de mudas de alface.

Material e métodos:

Os experimentos foram conduzidos em laboratório e em ambiente protegido.

No laboratório foram formulados substratos com diferentes componentes químicos e adubos orgânicos compostos de diferentes concentrações de Húmus (H), Substrato (S), Cinza (C), Cama de Aves (CA), Sulfato de Cobre (SC), Ácido Fosfórico (AF) e Composto Orgânico (CO), sendo que a mistura A é composta de H+S+C+CA; mistura B de H+S+C+CA+SC+AF; mistura C

S+C+CA+CO; mistura D S+C+CA+SC+AF+CO como mostra a tabela 1. A testemunha foi composta pelo substrato comercial MECPLANT, a base de casca de pinus, vermiculita, corretivo de acidez e macronutrientes.

Tabela 1- Quantidade utilizada de componentes químicos e adubos orgânicos.

	Húmus (864 gr)	Solo (648 gr)	Cinza (432 gr)	Cama de Aves (216 gr)	Sulfato de Cobre (43,2 gr)	Ácido Fosfóri co (86,4 gr)	Composto Orgânico (864 gr)
Mistura A	X	X	X	X	-	-	-
Mistura B	X	X	X	X	X	X	-
Mistura C	-	X	X	X	-	-	X
Mistura D	-	X	X	X	X	X	X
Substrato comercial							

Na sequência, foi feita a pesagem e homogeneização de cada mistura, conforme a tabela 1. A seguir foi realizada a análise de densidade aparente. Em uma proveta de 500 mL foi adicionado 200 mL de água, dentro desta foi colocada uma proveta de 150 mL. Mediu-se o volume de água indicado (VI) e colocou-se então 70 gramas de amostra, medindo-se o volume final (VF), conforme abaixo:

$$\Delta V = VF - VI$$

$$DA = \Delta m / \Delta V$$

Δm : massa da amostra

Para condutividade elétrica, a determinação foi realizada da seguinte forma: em erlenmeyers e beakers colocou-se 35 mL de água deionizada, juntamente com 35 mL de amostra (1:1). Esta mistura foi homogeneizada mediante agitação com bastão de vidro por 5 minutos, deixando a seguir em repouso por 30 minutos. Na sequência foi realizada leitura com o condutivímetro. Para determinação do pH utilizou-se deste mesmo método de leitura (1:1). Sendo ao final utilizado o pHagômetro para a leitura dos índices.

Em casa de vegetação foi utilizada a cultura de Alface crespa variedade Palmas. O experimento foi implantado utilizando delineamento experimental em blocos ao acaso, com 5 tratamentos e 4 repetições, cada bloco foi composto por 1 bandeja com capacidade de 200 células e cada unidade experimental consistiu em 40 células alocadas em uma bandeja de isopor. Os tratamentos consistiram no plantio das mudas nos diferentes substratos formulados (figura 1), sendo avaliados ao final do ciclo o índice de germinação (figura 2), peso de massa verde e altura da parte aérea das mudas.



Figura 1- Bandejas recém-implantadas com as sementes de alfaca, com a formulação de diferentes substratos.

Os dados referentes aos aspectos físico químicos (densidade, condutividade e pH) e avaliação de germinação, altura de plantas e peso de massa verde foram analisados estatisticamente pela análise de variância seguidos pelo teste adicional de significância Scott-Knott, com o programa de análise estatística Assistat, considerando-se 5% de probabilidade de erro (SILVA & AZEVEDO, 2009).

Resultados e discussão

Os parâmetros físico-químicos de todos os substratos produzidos estão na tabela 2:

Tabela 2- Parâmetros físico químicos dos tratamentos utilizados, médias seguidas da mesma letra não diferem entre si, pelo teste de Scott-Knott.

	Densidade (kg/m ³)	Condutividade (dS)	pH (H ₂ O)
Substrato comercial	1400 a ¹	3.13750 c	4.54250 e
Húmus+substrato +cinza+cama de aves (A)	927,5 a	10.68250 a	7.39000 a
Húmus+substrato+cinza+cama de aves+ sulfato de cobre+ ácido fosfórico (B)	795 a	11.55500 a	6.42500 c

Substrato+cinza+cama aves+composto (C)	de	840 a	5.77250 b	7.05750 b
Substrato+cinza+cama aves+sulfato cobre+ácido fosfórico+ composto (D)	de de	1090 a	7.10500 b	5.29500 d
Coeficiente de Variação (CV%)		28.35	12.49	0.79

¹ Letras iguais não diferem entre si a 5% de probabilidade.

Conforme a tabela 2, todos os substratos alternativos apresentaram valores de densidade aparentes altos se comparados com o disposto por Abad et al, 1993, citado em Zorzeto, 2011 ao indicarem que um substrato ideal deve apresentar densidade volumétrica ou aparente inferior a 400 kg m^{-3} . Por outro lado, ao se realizar a análise estatística, observou-se que nenhum tratamento diferiu do substrato comercial.

Os altos parâmetros de densidade observada, podem-se explicar por uma certa compactação dos substratos, por estarem úmidos no momento da análise, levando à alteração no valor de densidade com a amostra úmida, conforme determinado por FERMINO (2003). A umidade inicial presente nas amostras tem dois efeitos importantes: podendo aumentar o peso das partículas umas sobre as outras e aumentar a adesão entre elas.

Para a condutividade elétrica todos os substratos alternativos apresentaram valores significativamente superiores ao substrato comercial e aos valores referenciais definidos por Abad et al., 1993; Cadahía & Eymar; 1998; citados por FARIAS, et al, 2012 e Zorzeto 2011, sendo entre $0,75 \text{ dS m}^{-1}$ e $3,4 \text{ dS m}^{-1}$. Todos os tratamentos, com exceção do substrato comercial apresentaram valores muito altos para essa variável, pois tem em sua composição quantidades relativamente elevadas de cinza e elementos químicos. Pode-se perceber também que o húmus, além da cinza e dos outros componentes químicos, contribuíram para a elevação da condutividade elétrica. Esta situação remete à necessidade de novas pesquisas envolvendo composições alternativas com quantidades menores destes elementos que contribuíram para o aumento deste parâmetro.

Já para o pH os substratos D e B obtiveram os níveis mais próximos do preconizado por Kämpf; 2000, que considera um valor ideal de pH em água para o desenvolvimento das mudas, índices situados entre 5,2 e 5,5 para substratos de base orgânica. Todas as formulações alternativas diferiram estatisticamente do substrato comercial, apresentando valores superiores. Indicando a necessidade de melhoria na composição visando uma diminuição no pH, porém sem aumentar a condutividade elétrica.



Figura 2- Bandejas com o início da germinação.

Tabela 3- Avaliação da germinação, altura de plantas e peso da muda de alface, com a formulação de substratos, médias seguidas da mesma letra não diferem entre si, pelo teste de Scott-Knott com 5% de probabilidade de erro.

	Germinação (unidade)	Altura de Plantas (cm)	Peso Total (gr)
Substrato comercial	27,75 a ¹	2,77 b	0,28 b
Húmus+substrato +cinza+cama de aves (A)	22 a	3,98 a	0,75 a
Húmus+substrato+cinza+cama de aves+ sulfato de cobre+ ácido fosfórico (B)	17 a	3,35 b	0,54 b
Substrato+cinza+cama de aves+composto (C)	22,25 a	4,56 a	0,73 a
Substrato+cinza+cama de aves+sulfato de cobre+ácido fosfórico+composto (D)	18 a	3,14 b	0,49 b
Coeficiente de Variação (CV%)	23.99	17.29	31.03

¹ Letras iguais não diferem entre si a 5% de probabilidade.

Considerando os parâmetros produtivos apresentados na Tabela 3, em relação aos índices de germinação todos os tratamentos tiveram o mesmo desempenho do substrato comercial. Em relação à altura de plantas e peso total, as misturas A e C tiveram desempenho superior à todas as demais, superando inclusive o substrato comercial. Já as misturas B e D, embora tiveram desempenho pior que as mistura A e C, observou-se desempenho igual ao substrato comercial.

O resultado positivo da mistura A é evidenciada, por este ter índices de densidade interessante. Próximo ao valor do substrato comercial, nas outras

análises teve resultados em destaque, porém fora do ideal. Para a mistura C vemos que se saiu melhor na densidade e mesmo tendo um valor estatisticamente inferior, alcançou os índices considerados ideais, ficando assim em maior evidência.

Possivelmente as quantidades de ácido fosfórico e sulfato de cobre podem ter sido demasiadas nas misturas B e D causando certa inibição do crescimento das plantas provavelmente por toxidez.

Silva et al. (2009), em testes de várias misturas de substrato encontraram maior qualidade de mudas de alface em uma mistura com a presença de cinzas na proporção de 2,5 e 5% de cinza de madeira, o que ocasionou enriquecimento nutricional da mistura pelo aporte de nutrientes, principalmente K e P oriundos das cinzas.

Mesmo com esses resultados positivos para a mistura C, vemos a necessidade de reduzir o pH, pois a mistura se mostrou interessante, porém com pH muito alto, fora do padrão. Em estudos próximos serão testados diferentes materiais na tentativa de redução deste e outros parâmetros, como a diminuição de cada químico, troca do carvão, utilizando um material inerte como a areia, visando baixar a densidade, mantendo a condutividade próxima ao número que conseguimos com a mistura C.

Considerações Finais

As composições alternativas que demonstraram melhor desenvolvimento das mudas foram: A (Húmus+substrato+cinza+cama de aves) e C (Substrato+cinza+cama de aves+composto), tendo desempenho superior ao substrato comercial, principalmente em questão a altura e peso da planta. Já os substratos B e D mostraram melhor desempenho em manter o pH ideal.

Referências:

ABAD, M.; MARTINEZ, P. F.; MARTINEZ, J. **Evaluación agrónomica de los substratos de cultivo. Actas de Horticultura, Villaviciosa, Espanha, v. 11, p. 141-154, 1993,**

ANDRIOLO, J.L. **O cultivo de plantas com fertirrigação.** Santa Maria: Centro de Ciências Rurais, UFSM, 1996. 47p.

ANDRIOLO, J.L., POERSCHKE, P.R. **Cultivo do tomateiro em substratos.** Santa Maria: Centro de Ciências Rurais, UFSM, 1997. 12p. (Informe técnico, 2).

AVILA, Valdir S., MAZZUCO, H., FIGUEIREDO, Elcio. A. P., **Cama de aviário: materiais, reutilização, uso como alimento e fertilizante.** Circular técnica nº 16. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA 38 pg 1992.

CADAHIA, C. **Fertirrigacion – Cultivos hortícolas y ornamentales.** Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 1998. 475 p. in FARIAS. C. W., et al, 2012. **Caracterização física de substratos alternativos para produção de mudas.** Disponível em: <http://150.165.111.246/ojs-patos/index.php/ACSA/article/viewFile/187/pdf> Acesso em: 08 de junho de 2016.,

COSTA CP; SALA, FC. 2005. **A evolução da alfaculturabrasileira.** *Horticultura Brasileira* 23 (artigo de capa).

DAROLT, M.R.; OSAKI. F. **Efeito da cinza de caeira de cal sobre a produção da aveia preta, no comportamento de alguns nutrientes.** 1989, 33p. In: Calagem & Adubação. Campinas,SP: Instituto Brasileiro de Ensino Agrícola,-1991.

EMBRAPA HORTALIÇAS. Composto orgânico. Disponível em:<http://www.cnph.embrapa.br/organica/produtos_composto_organico.html>. Acesso em 22 de abril de 2016.

EMBRAPA. **Comportamento Fisiológico de Plantas de Aveia (Avena strigosa) em Solos com Excesso de Cobre.** 2004.Disponível em: <http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/comunicado/cot049.pdf> Acesso em: 07 de junho de 2016.

EMBRAPA. **Aplicação de Cinza de Biomassa Florestal para Plantio de Pinus taeda em Latossolo e Cambissolo de Piraí do Sul, PR.** 2007. Disponível em: http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/16790/1/com_tec198.pdf Acesso em: 07 de junho de 2016.

FERMINO, M.H. **Métodos de análise para caracterização física de substratos para plantas.** 2003. 81f. Tese (Doutorado em Fitotecnia) – Faculdade de Agronomia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FERREIRA ME; CASTELLANE PD; CRUZ MCP. 1993. **Nutrição e adubação de hortaliças.**Piracicaba - SP, 487p.

FIGUEIRA, FERNANDO ANTONIO REIS, **Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças.** 3ª edição rev. e ampli. Viçosa, MG Editora UFV, p. 421, 2007.

GOMES, T.M.; BOTREL, T.A.; MODOLO, V.A.; OLIVEIRA, R.F. **Aplicação de CO2 via água de irrigação na cultura da alface.** Horticultura Brasileira,



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

Brasília, v.23, n.2, p.316-319, abr-jun 2005. in LIMA, M.E; 2007. **Avaliação do desempenho da cultura da alface (*Lactuca sativa*) cultivada em sistema orgânico de produção, sob diferentes lâminas de irrigação e coberturas do solo.** Dissertação.

Disponível

em:

<http://www.ufrjr.br/institutos/it/deng/daniel/Downloads/Material/Teses%20Orientadas/Dissertacao%20Marcio.pdf>

Acesso em: 06 de junho de 2016.

KÄMPF AN. 2000. **Seleção de materiais para uso como substrato.** In: KÄMPF NA; FERMINOMH. (Eds.) **Substratos para plantas: a base da produção vegetal em recipientes.** Porto Alegre: Gênese, p.139-145

LANDGRAF, M. D. **A Importância Ambiental da Vermicompostagem: Vantagens e Aplicações.** São Carlos. 2005. 106p.

LUDWIG, F.; FERNANDES M. D.; GUERRERO A. C., et al. **Características dos substratos na absorção de nutrientes e na produção de gérbera de vaso.** Horticultura Brasileira, v.32, p.184-189, 2014

MALAVOLTA, E. **Manual de nutrição mineral de plantas.** São Paulo: Editora Agrônoma Ceres, 2006. 638 p.

MINAMI, KEIGO, **Produção de mudas de alta qualidade em horticultura,** São Paulo, Editora T.A. QUEIROZ, 1995. P. 128

NUTRIFATOS. **Cobre.** Disponível em:

[http://www.ipni.net/publication/iabrasil.nsf/0/E8EF8312A0A04BB183257B8D006E9D95/\\$FILE/Nutrifatos13-24.pdf](http://www.ipni.net/publication/iabrasil.nsf/0/E8EF8312A0A04BB183257B8D006E9D95/$FILE/Nutrifatos13-24.pdf)

Acessado em: 07 de junho de 2016.

PAULETTO, E. A.; NACHTIGALL, G. R.; GUADAGNIN, C. A. **Adição de cinza de casca de arroz em dois solos do município de Pelotas, RS.** Revista Brasileira de Ciência do Solo, v. 14, p.255-258, 1990 e PRADO, R. M.; CORRÊA, M. C. de M.; NATALE, W. **Efeito da cinza da indústria de cerâmica no solo e na nutrição de mudas de goiabeira.** Acta Scientiarum, v. 24, p.1493-1500, 2002 in OLIVEIRA, F.R., et al 2006. Embrapa. **Composição Química de Cinzas de Caldeira da Agroindústria do Dendê.** Comunicado técnico.

RESENDE G. M.; Yuri J. E.; Mota H. J. et al. **Resposta da alface americana (*Lactuca sativa* L.) a doses e épocas de aplicação de cobre.** Ciência e Agrotecnologia, Lavras, v. 29, n. 6, p. 1209-1214, 2005.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

REVISTA GLOBO RURAL. **Cama de Frango Vira adubo**. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI246995-18289,00-CAMA+DE+FRANGO+VIRA+ADUBO.html>>.

Acesso em 24 de abril de 2016.

SANTOS, R.H.S. **Crescimento, produção e qualidade da alface (Lactuca sativa.) cultivada com composto orgânico**. Viçosa-MG: UFV (tese de mestrado), 2001.

SCARPARE FILHO JA. 1994. "Mudas de frutíferas de alta qualidade". In: MINAMI K; TESSARIOLI NETO J; PENTEADO SR; SCARPARE FILHO JA. **Produção de mudas hortícolas de alta qualidade**, p.16-21. USP/SEBRAE, Piracicaba.

SILVA P.S., SOUZA R.B., JASSE MEC et al. **Produção de mudas orgânicas de alface americana em substratos a base de fibra de coco verde**. Horticultura Orgânica. Brasília, v27, n. 2 p. 3365-3369, 2009

SILVA, W. L. C.; MAROUELLI, W. A. **Fertirrigação em hortaliças**. ITEM, Brasília, v.52, p.45-48, 2001.

SILVA. et. al. **Produção de mudas orgânicas de alface americana em substratos a base de fibra de coco verde**. 2009. Disponível em: http://www.cnph.embrapa.br/organica/pdf/artigo/alface_americana_substrato.pdf
f Acesso em: 19 de junho de 2016.

SILVA, F. DE A. S. E. & AZEVEDO, C. A. V. de. **Principal Components Analysis in the Software Assistat-Statistical Attendance**. In: WORLD CONGRESS ON COMPUTERS IN AGRICULTURE, 7, Reno-NV-USA: American Society of Agricultural and Biological Engineers, 2009.

SOUZA, J. L. **Manual de Horticultura Orgânica**. Viçosa, Minas Gerais. 2º ed. 2006. 843p.

ZORZETO T. Q., **Caracterização física e química de substratos para plantas e sua avaliação no rendimento do morangueiro (*Fragaria x ananassa* Duch.)** Disponível em: <http://www.iac.sp.gov.br/areadoinstituto/posgraduacao/dissertacoes/pb1214709%20THAIS%20QUEIROZ%20ZORZETO.pdf> Acesso em: 21 de junho de 2016



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

BRINQUEDOTECA: ESPAÇO DE FORMAÇÃO PARA O CURSO DE PEDAGOGIA

Marcia de Campos Biezeki (marcia.biezeki@ifpr.edu.br)
Instituto Federal do Paraná – *Campus Palmas*

Resumo: este trabalho traz a possibilidade de compreender a utilização do espaço pedagógico, denominado Brinquedoteca, o qual pode ser objeto de estudo a constituição de seu acervo material composto por diversos jogos e brinquedos pedagógicos e a relevância de sua utilização na formação acadêmica de cursos de Pedagogia. Para isso, torna-se necessária a pesquisa, que se deu no âmbito bibliográfico de cunho qualitativo para compreender melhor a dinâmica de utilização desse espaço a fim de colaborar nas atividades de práticas pedagógicas dos mais variados componentes curriculares que trabalham questões relacionadas a ludicidade, a fundamentos teórico-metodológicos, metodologias alternativas, entre outros. O referencial bibliográfico que constitui a base teórica dessa pesquisa apresenta autores como KISHIMOTO(2011), VYGOTSKY (1987), LOPES (2011), entre outros. O objetivo primordial desse trabalho é conhecer o espaço da brinquedoteca, a fim de compreender a importância da sua utilização nos referidos cursos, como um espaço de formação de seus acadêmicos através da relação direta com práticas pedagógicas voltadas a ludicidade.

Palavras-chave: Formação docente. Práticas pedagógicas. Ludicidade. Jogos e Brincadeiras.

INTRODUÇÃO

O curso de Pedagogia em Palmas-PR, possui uma história de mais de 4 décadas de atuação e desde o início de suas atividades que apontam para o ano de 1968 pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - FAFI de Palmas-PR e é inegável sua contribuição nesse município e região em relação a formação docente. Diante desse contexto essa história se perpetua através do curso de Pedagogia do IFPR *Campus Palmas*, cujo foco é a formação de docentes, gestores e pesquisadores do campo educacional, tem oferecido formação inicial e continuada aos profissionais da educação, em especial a pedagogos e pretende aproximar o acadêmico do curso com a realidade das instituições de ensino que ofertam Educação Básica.

Tendo em vista a necessidade de desenvolver atividades de pesquisa no campo de atuação docente um dos espaços de formação foi elencado como primordial para esse contato com as práticas pedagógicas para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o qual denominamos brinquedoteca. Esse trabalho de conhecer sua importância histórica, social, afetiva, cognitiva de tais objetos é trabalho para o campo acadêmico, de ir além, ao poder manipular os materiais da brinquedoteca, também pode ser

apropriado ao acadêmico que compreende tal proposta a fim colocar em prática o que sua formação lhe proporcionou em termos de práticas pedagógicas com a utilização da ludicidade, ou seja do jogo, do brinquedo e da brincadeira em instituições de ensino que ofertam Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Nesse sentido, a compreensão, organização e fomento do espaço da brinquedoteca do Curso de Pedagogia do Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas se justifica pela necessidade de promover a aproximação entre teoria e prática na formação do pedagogo através de sua utilização como espaço de pesquisa e planejamento de atividades didático-pedagógicas relacionadas aos fundamentos e metodologias de ensino empregadas na Educação Básica.

A ideia de pesquisar o espaço da brinquedoteca visa torná-lo um laboratório de formação do curso de Pedagogia tem por base a possibilidade de viabilizar a pesquisa acadêmica sobre temas relacionados as metodologias, seus fundamentos teóricos e assim favorecendo a formação do pedagogo em relação a utilização de jogos, brinquedos e brincadeiras no cotidiano escolar.

DESENVOLVIMENTO:

A educação brasileira passa por inúmeras mudanças em âmbito pedagógico, dentre elas o que se vê na atualidade é a inserção de novas tecnologias aliadas a educação. As escolas tem utilizado a tecnologia como ferramenta pedagógica, portanto vale considerar que o processo de ensino e aprendizagem requer algo mais que a utilização de algumas tecnologias para torná-la de qualidade. É importante lembrar que muitos meios, materiais e imateriais, de abordagem do conhecimento se dá de maneira simples e prazerosa. Exemplo disso é o que acontece com as atividades com crianças da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, onde nem sempre as grandes tecnologias são o auge da evolução do processo de ensino-aprendizagem, às vezes uma brincadeira, um jogo, um brinquedo pode promover a aprendizagem de forma tal que surpreende até mesmo educadores de longa experiência docente.

Pensando nisso muitas instituições de ensino que ofertam o cursos de licenciatura e em especial o curso de Pedagogia, apostam nessa proposta de trazer a frente a importância do lúdico nas atividades pedagógicas e desenvolvem projetos que resultam na criação de espaços conhecidos como brinquedotecas. E quais são as características desses espaços e o que os torna tão interessantes numa instituição que oferta ensino superior? E qual a relação desse espaço, para professores e acadêmicos que lecionam ou cumprem alguns componentes curriculares tais como: Fundamentos Teórico Metodológicos da Educação Infantil, Fundamentos Teórico Metodológicos da Alfabetização, Didática, Metodologias Alternativas para o Ensino da Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Prática Pedagógica/Estágio Curricular Supervisionado na Educação Infantil, Prática Pedagógica/ Estágio

Supervisionado nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, entre outras da grade curricular do curso de Pedagogia?

Quem pode responder a essas questões são professores, pesquisadores que atuam no campo das práticas pedagógicas, estudiosos que aprofundam seu estudo no que se refere à prática em sala de aula com crianças de faixas etárias de 0 à 5 e de 6 à 12 anos, pois a pesquisa desenvolvida para atender a qual a importância do jogo, do brinquedo e da brincadeira de certa forma também responde à qual a importância de uma coletânea de brinquedos, jogos e propostas de brincadeiras na formação docente.

Pois bem, a certeza que nos leva a crer que a utilização da brincadeira, fornece ainda que de forma pedagógica a busca e uma compreensão do sujeito que brinca, e do sujeito que interage na brincadeira, nas palavras de KRAMER (1993) que alerta que:

Há alguma dúvida de que a escola e a área da educação muito teriam a ganhar, se se considerasse a criança na sua condição de sujeito da história, ao invés de tomá-la – como hoje é tão comum – de maneira descolada de sua classe social, de uma cultura, de sua etnia, da sua história enfim? As crianças são diferentes e tem especificidades não só por pertencerem a classe sociais diversas ou por estarem em momentos diversos em termos de desenvolvimento psicológico. Também os hábitos, costumes e valores de suas famílias interferem na sua concepção de mundo e na sua inserção social; também as suas histórias concretas e a história de seu tempo precisam ser consideradas (p.64 e 65)

Ou seja nas brincadeiras, no jogo enfim nas atividades lúdicas das mais diversas, temos que ter claro que a subjetividade da ação de brincar perpassa a própria construção do sujeito como ser humano e sua construção histórica por meio da interação com o jogo e com a brincadeira, portanto seria ingênuo pensar que tais atividades não precisam estar presentes no cotidiano escolar, pois são apenas divertimento. Na verdade, são atividades que envolvem também o fator divertimento, mas que produz cultura, que transforma o sujeito que brinca e que proporciona a relação entre esses sujeitos históricos numa dinâmica de apropriação de conhecimentos atrelados ao próprio divertimento, ao prazer e a ludicidade. Ainda, nesse contexto, a transformação por que passa o brinquedo, os jogos e as brincadeiras também são concebidas como processos de construção cultural, social e históricas que definem em grande medida os sujeitos que dele compartilham suas vivências.

O jogo, o brinquedo e a brincadeira são elementos preponderantes no desenvolvimento de uma criança, visto como positivo no campo da meta cognição e como possibilidades quase que incontáveis de elaboração de linguagens e nesse sentido, KISHIMOTO (2011) nos faz uma breve abordagem que pode aqui, servir como conceito de jogo:

O jogo pode ser visto como:
O resultado de um sistema linguístico que funciona dentro de um contexto social

Um sistema de regras, e
Um objeto.

No primeiro caso, o sentido do jogo depende da linguagem de cada contexto social. [...] Dessa forma, enquanto fato social, o jogo assume a imagem, o sentido que cada sociedade lhe atribui. [...] No segundo caso, um sistema de regras permite identificar, em qualquer jogo, uma estrutura sequencial que especifica sua modalidade. O xadrez tem regras explícitas diferentes do jogo de damas, loto ou trilha. São as regras do jogo que distinguem, por exemplo, jogar buraco ou tranca, usando o mesmo objeto, o baralho. [...] O terceiro sentido refere-se ao jogo enquanto objeto. O xadrez materializa-se no tabuleiro e nas peças que podem ser fabricadas com papelão, madeira, plástico, pedra ou metais. (KISHIMOTO, 2011, p.18,19)

Nesse sentido é possível compreender que o jogo, nas práticas educativas é de grande valia, pois remontam a muitas das habilidades que se pretende desenvolver em termos de ensino-aprendizagem. Ainda tomando apenas o jogo como exemplo, podemos conferir a ele uma variedade de possibilidades que num contexto escolar supera as expectativas mais otimistas, pois como a autora apresenta, um mesmo jogo, o objeto, pode ser utilizado para vários tipos de jogos, em se tratando das regras e muito mais variado ainda ao considerar a sua função em contexto social, que varia conforme o tempo/espaço e os sujeitos que dele se apropriam. Diante desse contexto é possível afirmar que a importância do jogo, bem como sua compreensão e utilização em práticas do cotidiano escolar ocupa espaço primordial numa proposta de criação de brinquedotecas visado a formação docente.

Em relação a compreensão do brinquedo, para além da evidente constatação do brinquedo como objeto, podemos citar BERGAMO, que afirma que:

O brinquedo é um convite à brincadeira. Mais: ele é responsável por torná-la mais rica, proveitosa e prazerosa. [...] Com pecinhas de encaixar, por exemplo, um bebê descobre que é capaz de empilhar objetos, um verdadeiro feito para quem tem só alguns meses de vida. Ao participar de um jogo, cuidar de uma boneca ou levar o carro ao postinho de gasolina, os pequenos tornam-se protagonistas daquilo que os espera na vida madura. (2014)

Também em se tratando do brinquedo e sua importância na compreensão de mundo que o sujeito que brinca se apropria, podemos nos reportar a teoria piagetiana que tem a brincadeira como uma ação de cunho assimilador, como forma de expressão de conduta, é espontânea e sempre prazerosa, e em se tratando da visão sócio interacionista de Vygotsky(1988) a brincadeira permite ao sujeitos construir injunções do contexto sociocultural. Ou seja conhecer mais sobre o brinquedo e a brincadeira auxilia sobremaneira a visão que se tem da infância, e nesse interim as práticas pedagógicas estão sendo apresentadas na forma de aprofundamento teórico e possibilidades práticas, pois teorizar acerca do brinquedo e manipulá-lo são momentos

distintos e ao relacionarmos numa mesma prática se tornam significativamente indissociáveis.

Seguindo a lógica de conceber a ideia de brinquedo e utiliza-lo no processo de ensino e aprendizagem, cabe referir em que consiste o brinquedo pedagógico e nesse sentido, faz-se necessário lançar mão da afirmativa de SMOLE (2003) ao referir-se a material didático em sala de aula:

O material didático deve fornecer elementos de articulação entre as diferentes formas de conhecimento, caracterizando-se fundamentalmente como um dos recursos entre todos aqueles de que o professor pode se utilizar para levar o aluno a desenvolver suas competências intelectuais, a trabalhar com ideias matemáticas e contextos para desenvolvê-las. (p.172)

Portanto o brinquedo ao ser utilizado em sala de aula, não deixa de ser brinquedo e ainda assim passa a ser material didático, favorecendo ao processo de ensino e aprendizagem. Diante desse contexto cabe ainda uma indagação: processo de construção do brinquedo pode colaborar com a sua compreensão em suas diversas abordagens, afetiva, social, etc. e ainda, como desenvolver possibilidades dentro de uma variedade de materiais, texturas, espaços, cores e muito mais, na formação acadêmica?

A essa questão, cabe retomar o que deu início a essa abordagem: a que a educação, neste caso a educação brasileira que passa por inúmeras mudanças em âmbito pedagógico, dentre elas, a inserção de novas tecnologias e as escolas tem utilizado a tecnologia como ferramenta pedagógica e nesse ponto ainda reforçamos a ideia de considerar que o processo de ensino e aprendizagem requer algo mais que a utilização de algumas tecnologias para torna-la uma educação de qualidade. Ora a confecção de um brinquedo pedagógico não requer tecnologia? Será que esse processo não requer avanços tecnológicos? Basta lembrar como eram os brinquedos, no caso dos brinquedos pedagógicos, de madeira, de papel crepon, e hoje com os chamados E.V.A. (etil vinil acetato) e T.N.T. (tecido não tecido), quantas novas possibilidades de variação de um mesmo jogo ou brinquedo com tanta variedade de materiais, e a isso também podemos considerar como avanços tecnológicos na área do brinquedo. É possível sim, considerar numa pesquisa sobre a criação de uma brinquedoteca também a confecção do brinquedo e do jogo como processo de aprendizagem de formação acadêmica, fomentando mais ainda a relevância desse espaço em cursos de formação docente.

Da mesma forma e como o próprio nome já aponta a brinquedoteca como espaço de coletar, expor, formular e apresentar jogos, brinquedos e brincadeiras; o brinquedo toma relevância e status de indispensável, pois na medida em que esse objeto passa a ser utilizado em práticas educativas, sua função lúdica ultrapassa os limites da diversão e auxilia na compreensão de mundo, na elaboração da linguagem social, afetiva, entre outras na interação do indivíduo com o outro e com o mundo, e ao manipular o brinquedo conforme Kishimoto, a criança vai, “duplicando diversos tipos de realidades presentes, o brinquedo metamorfoseia a fotografia a realidade”. (2011,21). Ou seja, o

brinquedo e o brincar estão numa relação indissociável pois um é a representação significativa e outro é o suporte para tal.

Uma brinquedoteca deve apresentar esses elementos constituintes do universo infantil, e também sua relação como esses sujeitos que lhe atribuem significado. Portanto cabe ao pesquisador, além de coletar tais objetos deve também coletar em que sentido esse objeto pode favorecer o desenvolvimento da criança, como explorá-lo, em que momento da vida da criança esse ou outro brinquedo é necessário, enfim além de um espaço para acondicionar tais objetos a brinquedoteca assume uma função de espaço de sistematização de informações e de conhecimentos acerca do material que guarda.

Abrir espaço para essa abordagem também carece de informações que se formulam em dados de pesquisa que podem apontar para a importância e a necessidade de criar (organizar e ainda fomentar estruturas já existentes) que podem ser caracterizadas como espaços de formação acadêmica na área específica de práticas pedagógicas com a utilização de jogos, brinquedos e brincadeiras, espaços estes comumente chamados de brinquedotecas. Pra tanto é necessário também ouvir os sujeitos dessa prática, no caso os acadêmicos de cursos em nível superior que durante sua formação e tiveram ou não acesso a esse espaço a fim de comprovar ou refutar a necessidade desse conhecer e compreender a efetiva utilização de uma brinquedoteca na formação docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Compreender o espaço da brinquedoteca e a importância da sua utilização especialmente no curso de Pedagogia, como um espaço de formação de seus acadêmicos através da relação direta com práticas pedagógicas voltadas a ludicidade, serve para colaborar com a formação acadêmica em se tratando dos fundamentos teórico-metodológicos e assim favorecer a utilização de jogos, brinquedos e brincadeiras no cotidiano escolar. Também pode-se vislumbrar mediante a utilização da brinquedoteca a possibilidade de aproximar o acadêmico do curso de Pedagogia com a realidade das instituições de ensino que ofertam Educação Infantil e os anos Iniciais do Ensino Fundamental em relação aos materiais utilizados no dia-a-dia das escolas. E ainda, proporcionar aos professores nos mais diversos componentes curriculares ofertadas pelo curso de Pedagogia novos olhares e novos espaços para desenvolver suas aulas

Em síntese, quando pensamos na criança brincando percebemos claramente que “ao brincar, ela desenvolve o corpo e coloca em prática de forma despreziosa o conteúdo escolar” (BERGAMO, 2014), também devemos, como educadores pensar que ao entender o que é brincar e como se brinca, o educador é capaz de melhorar sua forma de ver o processo de ensino e aprendizagem e as várias possibilidades sua efetivação. No espaço acadêmico essa possibilidade pode se materializar na compreensão,

entendimento, criação e utilização de uma brinquedoteca como espaço de formação docente.

REFERÊNCIAS:

- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar 1981.
- BERGAMO, Giuliana. **Qual a importância dos brinquedos? Entenda o papel de bolas, bonecas, jogos e outros objetos no desenvolvimento infantil** - 2014. disponível em <http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/importancia-brinquedos-745329.shtml> acesso em novembro de 2015
- EDWARDS, C.; GANDINI, L.; FORMAN, G. **As cem linguagens da criança**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- FARIA, Vitória L. Barreto de. **Currículo na Educação Infantil: Diálogo com os demais elementos da Proposta Pedagógica** 2ª Ed. São Paulo: Ática, 2012
- FRIEDMANN, Adriana. **Brincar, crescer, aprender: o resgate do jogo infantil**. São Paulo: Artes Médicas; Autores Associados, 1985.
- KISHIMOTO, Tisuko Morchida (org.). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. São Paulo: Cortez, 2011.
- KRAMER, Sonia. **Por Entre as Pedras: Arma e Sonho na Escola**. São Paulo: Editora Ática, 1993
- LOPES, Maria da Glória. **Jogos na Educação: Criar, Fazer e Jogar – 7ª Ed.** São Paulo, Ed. Cortez, 2011
- LUDKE, Menga & ANDRÊ, Marli, **Pesquisas em Educação Abordagens Qualitativas**, Rio de Janeiro, E.P.U. 2013
- NETO, Carlos Alberto Ferreira. **Motricidade e Jogo na Infância**. Rio de Janeiro: 2013
- SANTOS, Santa Marli Pires dos. **Brinquedoteca: sucata vira brinquedo**. Porto Alegre: Artmed, 1995, 98p.
- SMOLE, Kátia Cristina Stocco. **A Matemática na Educação Infantil – a teoria das inteligências múltiplas na prática escolar**. Porto Alegre: ARTMED, 2013
- VYGOTSKY, L.S. **Formação social da mente**. Martins Fontes. São Paulo. 2007 Disponível em: http://educadoresemluta.blogspot.com.br/2009/12/vygotsky-ls-formacao-social-da-mente_10.html acesso em abril/2014
- WALTER, Benjamin. **Reflexões sobre a Criança, O brinquedo e a Educação**. São Paulo: Ed. Duas Cidades, 2002

CAPAS DE REVISTA PUBLICADAS NO PERÍODO PRÉ- IMPEACHMENT ENQUANTO GÊNERO DE DISCURSO

Rodrigo Batista de Almeida¹, Cintia Mara Freitas¹, Leandro Argenta Casagrande¹, Gustavo Neves Alves¹, Kelli Aparecida Maciel¹, Liamara Hazt¹, Luciane Eufrázio Dias¹, Paulo Alexandre Luza¹, Ricardo Cadaval Pivoto¹, Jacob dos Santos Biziak^{2*}

¹Estudante do Curso de Letras do Instituto Federal do Paraná (IFPR) –
Campus Palmas

²Professor doutor do Curso de Letras do Instituto Federal do Paraná (IFPR) –
Campus Palmas

*e-mail para contato: jacob.biziak@ifpr.edu.br

RESUMO: As capas de revista constituem um gênero do discurso no âmbito do Jornalismo. Mais que informar, as capas precisam persuadir, de modo que a arquitetura textual emprega recursos verbais e textuais alinhados a uma proposta ideológica, política e cultural. Este trabalho objetivou analisar capas de revistas semanais de grande circulação nacional, publicadas no período imediatamente posterior ao afastamento da então presidenta Dilma Rousseff. Foram selecionadas três revistas (*Época*, *Istoé* e *Veja*), nas edições da semana entre 16 e 20 de maio de 2016. Os elementos composicionais das capas (logotipo, chamada principal, chamadas secundárias, subtítulos, imagem principal e imagens secundárias) foram interpretados à luz das teorias da Linguística. A revista *Época* apresentou-se de forma supostamente mais neutra, embora alguns elementos tenham revelado a forte tendência ideológica implícita. A revista *Istoé* apresentou Temer posando para uma foto, com olhar amplo e aspecto decidido. Por último, a revista *Veja*, fiel à sua linha editorial, mostrou a crise no Partido dos Trabalhadores, enfatizando o ex-presidente Lula e atribuindo uma posição secundária ao fato que deveria ser discutido (o afastamento da então presidenta Dilma). Pode-se concluir que as capas são construídas a partir de delimitações ideológicas fortemente presentes em todos os elementos da composição.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do Discurso; Análise Textual; Linguagem.

INTRODUÇÃO

As capas de revista constituem um gênero do discurso que vem, nos últimos tempos, ganhando certo destaque nos trabalhos acadêmicos. Como gênero discursivo, cabe uma análise de como está organizada a arquitetura discursiva nesses formatos de comunicação.

As capas de revistas situam-se na zona limítrofe entre jornalismo e publicidade, numa construção que visa seduzir o leitor/consumidor (CARDOSO e SILVA; CABRAL, 2015). Enquanto gênero de discurso, constituem um gênero

complexo pela sua composição verbovisual e pela reticularidade característica (AQUINO, 2015).

A capa combina cores, imagens gráficas e textos verbais, sendo composta por diferentes elementos composicionais, como logotipo, chamada principal, chamadas secundárias, subtítulos, imagem principal e imagens secundárias. A composição da capa cumpre, portanto, com a finalidade de cativar o público leitor, oferecendo uma visão mais dramática da informação veiculada. No entanto, o relato dos fatos é apresentado, muitas vezes, sob a forma sensacionalista, direcionada pela ideologia da empresa de jornalismo, buscando seduzir o leitor pela dramaticidade (PUZZO, 2011).

Tomando como base o período *pré-impeachment* da, agora, ex-presidenta Dilma Rousseff, este trabalho objetivou analisar a dimensão verbovisual de capas das revistas *Época*, *Istoé* e *Veja* voltadas para a temática abordada, num exercício interpretativo, à luz das teorias da Linguística.

MATERIAL E MÉTODOS

Foram selecionadas as revistas semanais de informação de maior circulação no Brasil (*Época*, *Istoé* e *Veja*). A amostra foi constituída pelas edições publicadas na semana imediatamente posterior a 15 de maio de 2016, data em que ocorreu a votação no Congresso Nacional cujo resultado foi favorável ao afastamento temporário da então presidenta Dilma Rousseff.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram incluídas três revistas, cujos detalhes estão reunidos no Quadro 1.

revista	manchete principal	Editora	ano e número da revista	data da publicação
<i>Época</i>	O presidente acidental	Editora Globo	n. 935	16/05/2016
<i>Istoé</i>	Dois anos para reconstruir o Brasil	Três Editorial	ano 39, n. 2423	18/05/2016
<i>Veja</i>	A ruína do PT	Editora Abril	edição 2478 ano 49, n. 20	18/05/2016

Quadro 1: Revistas selecionadas na amostra.

Essas revistas foram publicadas no período delimitado para a inclusão na amostra (semana posterior ao afastamento temporário da então presidenta Dilma). Para a análise, apenas as capas foram consideradas, a quais estão representadas na figura 1.



Figura 1: Capas das revistas selecionadas.

De um modo geral, as capas de revista foram construídas com o objetivo de comunicar algo em particular, num esforço argumentativo, que orienta o discurso na direção de determinadas conclusões (KOCH, 2000). Pela capa, mesmo sem acessar o conteúdo interno, o leitor pode antecipar o posicionamento ideológico da revista em particular (CARDOSO e SILVA; CABRAL, 2015).

Para ficar mais fácil a análise dos diferentes elementos utilizados na composição das capas, o quadro 2 reúne as principais características, de forma comparativa.

elemento	<i>Época</i>	<i>Istoé</i>	<i>Veja</i>
logotipo	branco	vermelho	branco
chamada principal	O presidente acidental	Dois anos para reconstruir o Brasil	A ruína do PT
chamadas secundárias	Temer fala a Época: "Não vou fazer milagres".	Com Dilma e o PT fora do governo, Temer assume a Presidência e renova a esperança dos brasileiros.	<u>O Partido</u> : o PT afogou a esperança de ética em um mar de corrupção <u>Dilma</u> : afastada por crime de responsabilidade, entrega país quebrado <u>Temer</u> : corte nos gastos, inflação na meta, estímulo aos investimentos
subtítulo	Especial Impeachment	Especial novo governo	As novas provas que comprometem Lula
imagem	Temer	Temer posando	busto de Lula em ruínas

principal	hesitando num palanque	para o fotógrafo	
imagens secundárias	homens atrás de temer, ofuscados	bandeira nacional, estante com livros, mesa	-

Quadro 2: Resumo dos principais elementos presentes nas capas de revista analisadas.

Veja optou por enfatizar a derrota do Partido dos Trabalhadores (PT). Isso fica claro, entre outros elementos, nas cores utilizadas na capa: fundo cinza, letras em branco ou amarelo, não incluindo o vermelho característico desse partido político. *Época* também não usou o vermelho, delineando a capa num fundo preto e letras em branco ou dourado. Essa proposta de cores pode indicar uma suposta neutralidade, pois a revista não faz menção direta ao PT e, quando se refere à ex-presidenta Dilma, o faz com polidez. Em relação a Temer, a revista *Época* não o eleva num patamar superior, como verificado em outros veículos, sugerindo uma suposta imparcialidade. No entanto, de acordo com Koch, imparcialidade é apenas um efeito de sentido (2000).

Istoé, por outro lado, usou o vermelho no logotipo e em partes da chamada principal. A escolha pelo vermelho não foi por acaso. Isso pode revelar que, apesar de Temer ter assumido a presidência, o PT está rondando o poder. Para destacar o vermelho, a capa de *Istoé* não usou nenhuma outra cor, além de preto, cinza e branco, numa clara e deliberada ênfase no vermelho.

Quanto à chamada principal, *Veja* trouxe “A ruína do PT”, sem menção ao fato que deveria ser o centro da discussão: o afastamento da então presidenta Dilma. No subtítulo, novamente é feita menção ao ex-presidente Lula (“As novas provas que comprometem Lula”). Apenas em uma das três chamadas secundárias é citado o nome da Dilma, onde, abaixo, se lê “afastada por crime de responsabilidade, a presidente entrega um país quebrado”. Cabe ressaltar que a revista *Veja* se refere à ex-presidenta Dilma como “presidente”, numa nítida estratégia de posição discursiva, contrariando um desejo de Dilma em ser chamada como “presidenta” e não “presidente”.

Além dessa chamada secundária, posicionada centralmente, há outras duas. Uma, à esquerda, falando sobre o partido, e outra, à direita, falando de Temer. Na menção ao partido, o texto diz: “em treze anos no poder, a legenda afogou a esperança de ética em um mar de corrupção”. A citação do número “treze” é uma alusão direta ao número do PT. Na citação da direita, em relação a Temer, consta: “vêm aí cortes de gastos, inflação na meta e estímulo aos investimentos”. Esse é o discurso desenvolvimentista, definindo como destinatário o brasileiro representante das elites econômicas, às quais não são favoráveis aos gastos públicos, sobretudo em programas sociais. O discurso seleciona, portanto, o leitor em potencial.

Na capa de *Época*, a chamada principal coloca Temer como presidente acidental, numa relação intertextual com o livro publicado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, FHC (*The accidental president of Brazil*). Esse “título” (presidente acidental) não foi criado por FHC, mas foi por este utilizado para passar uma imagem de que a presidência veio “sem querer”, quase uma dádiva divina, quando, no entanto, a presidência foi meticulosamente perseguida e forjada no sucesso e popularidade do Plano Real. Da mesma forma, Temer se colocava, nos seus discursos públicos, como um homem que jamais intencionaria ser presidente, mas que se isso fosse preciso, não fugiria do seu “compromisso cívico”. Entretanto, Temer fez diversas articulações nas semanas que precederam o afastamento temporário da ex-presidenta Dilma.

Outra relação intertextual pode ser percebida ao analisar a imagem principal, uma foto de Temer atrás de um púlpito, aparentemente hesitando para discursar. Ao fundo, em segundo plano e de forma obscurecida, alguns homens, possivelmente ministros, assessores, etc. Essa imagem é rapidamente lida como uma das cenas mais emblemáticas do filme *O grande ditador* (*The Great Dictator*), de 1940, dirigido, e interpretado, por Charles Chaplin. O filme conta uma história ambientada na Primeira Guerra Mundial. A história se passa no fictício país da Tomânia, onde judeus são perseguidos por um ditador. Chaplin interpreta o ditador e, também, um barbeiro judeu. Fugindo do campo de concentração onde permanecia preso, o barbeiro é confundido pelos guardas com o ditador, devido à grande semelhança física. Isso leva o barbeiro a discursar no lugar do ditador, sendo que esse discurso pronunciado no final do filme é amplamente conhecido. As relações intertextuais são chaves para a leitura do texto e o reconhecimento das referências nele contidas é condição para a compreensão da intencionalidade presente (FIORIN, 2012).

A capa da revista, por estabelecer uma relação intertextual entre Temer e o barbeiro de “O Grande Ditador”, mostra o então vice-presidente numa situação em que, supostamente, não queria estar. No discurso, o barbeiro, passando-se pelo ditador, fala: “Sinto muito, mas não pretendo ser um imperador. Não é esse o meu ofício. Não pretendo governar ou conquistar quem quer que seja”. Palavras emprestadas a Temer, pois frequentemente o então vice-presidente Michel Temer dava declarações à imprensa que não pretendia governar. Na sequência do discurso apresentado no filme, outro trecho poderia ter sido dito por Michel Temer: “Estamos saindo da treva para a luz! Vamos entrando num mundo novo – um mundo melhor [...]”. Como o barbeiro judeu foi alçado ao poder por um engano, no lugar do ditador, podemos tecer outras considerações. Se Michel Temer é o barbeiro, Dilma é encaixada na figura do grande ditador. Por outro lado, o protagonismo assumido por Temer foi devido a uma confusão, a um engano, assim como no filme.

Voltando à imagem principal da capa de *Época*, a presença dos homens que aparecem em segundo plano pode fazer alusão à presença exclusivamente masculina no primeiro escalão do novo governo, o que gerou críticas da sociedade pela grande homogeneidade na composição dos

ministérios. Numa outra interpretação, pode-se supor que as pessoas que hoje estão ofuscadas, amanhã ganham protagonismo, como ocorreu com o próprio Temer.

Istoé traz como imagem principal Temer posando para um fotógrafo, numa imagem de grande imponência, emoldurada por outros elementos (imagens secundárias) que carregam grande simbolismo. Sentado numa cadeira de líder, olhar ao longe, indicando uma visão de longo alcance, Temer está à frente da bandeira nacional. Somente é possível ver escrito “ordem”, do que se deduz que o progresso é personificado por Temer. Ao fundo, uma estante recheada de livros traz a ideia do saber, da sabedoria. À frente, a mesa de trabalho, podendo indicar que o governo será um governo de gabinete, pensando as grandes questões para o país, mas, por outro lado, encastelado e isolado. Fica muito claro que, muito mais que informar, a arquitetura das capas de revista cumpre o papel de persuadir (CARDOSO e SILVA; CABRAL, 2015).

Já a capa de *Veja* traz como imagem principal um busto de uma estátua que remete ao ex-presidente Lula, em ruínas, indicando a suposta destruição do PT. Trata-se de um dêitico, entendido como um elemento que indica uma pessoa, um lugar ou um tempo (FIORIN, 2002). A imagem ainda faz referência aos antigos filósofos gregos, indicando que Lula, se entrou para a História, pertence ao passado. Apesar de se distanciar do fato que supostamente deveria ser o principal (o afastamento temporário da então presidenta Dilma), *Veja* aproveitou o acontecimento para elaborar um ataque contra Lula e contra o PT, pouco falando sobre Dilma. É importante ressaltar que a capa de *Veja* não apresenta imagens secundárias, o que pode ser interpretado que o único e exclusivo foco desse veículo de comunicação, na edição analisada, é a figura do ex-presidente Lula.

A escolha da figura de Lula não é à toa. A imagem de Lula é, com toda a certeza, a mais forte dentro do partido do PT, e a sua representação, golpeado na cabeça, permite a leitura de que o PT levou um golpe em seu principal líder, em seu cabeça, e que, portanto, está se desmoronando. A imagem da cabeça golpeada textualiza o discurso da direita. E o leitor reconhece esse discurso, pois, em vários momentos da História, golpes (geralmente militares) levam à destruição das estátuas dos antigos líderes, simbolizando a queda do antigo regime. Essa intertextualidade é o que Bakhtin chama de dialogismo, pois todo texto traz uma resposta ao passado e ao futuro, ou seja, todo texto é uma resposta a outros textos que já existiram (FAÏTA, 2005).

Fica claro, portanto, que tanto *Veja*, como *Época* e *Istoé*, preocuparam-se em como dizer as suas mensagens, caracterizando a função poética do discurso, embora a função referencial (quando a preocupação está no que dizer) também esteja presente (JAKOBSON, 2001).

No enunciado criado por *Veja* pode-se identificar o que é posto, pressuposto e subentendido, de acordo com Fiorin (2002). O PT em ruínas, com o seu principal líder golpeado, é o que é posto. E se o PT “caiu”, o pressuposto é que ele estava no poder. Logo, com sua queda, subentende-se que o outro grupo político, notadamente de direita, assumirá o poder.

Em relação às chamadas secundárias, *Época* enfatiza Temer (Temer fala a *Época*: “Não vou fazer milagres”), ao passo que *Istoé* dá destaque a ambos, Dilma e Temer. *Veja*, por outro lado, ressalta os benefícios que poderão ser alcançados pelo governo Temer, condena previamente a então presidenta Dilma e volta novamente o seu poder beligerante contra o PT.

Quanto aos subtítulos, é muito nítida a posição da revista *Veja* em somar todos os esforços contra o ex-presidente Lula. Enquanto *Veja* coloca “as novas provas que comprometem Lula”, foge, mais uma vez, do foco principal do contexto político do momento. Os discursos presentes nas capas de *Veja* são reconhecidamente subjetivos e impregnados de ideologia, o que favorece uma visão parcial aos seus leitores sobre os fatos narrados (PACHECO, 2008).

Época e *Istoé* se voltam mais especificamente ao fato principal, ao criar subtítulos “Especial *Impeachment*” e “Especial novo governo”, respectivamente. Mas ainda é possível perceber certa diferença nesse discurso. Enquanto *Época* se volta para o processo de *Impeachment*, *Istoé* se volta unicamente para Temer, buscando tratar do novo governo, sem menção direta ao processo político que ainda não havia terminado à época, haja vista que o novo governo, de fato, só foi concretizado no final de agosto de 2016, com a votação pelo Senado Federal favorável ao impedimento da presidenta Dilma. No entanto, a neutralidade de *Época* não existe, pois, novamente citando Koch, a neutralidade é um mito (2000).

Orlandi propôs uma classificação dos tipos de discurso, entendendo-os como “lúdico”, “autoritário” ou “polêmico” (1994). No discurso lúdico, há várias possibilidades de interpretação (polissemia), geralmente indicado por metáforas. No discurso polêmico, o enunciador apresenta um leque de possibilidades interpretativas, mas sem se definir. Quanto ao discurso autoritário, este é marcado pela imposição monológica das ideias apresentadas no texto (ORLANDI, 1994). De forma global, foi possível reconhecer a forte presença do discurso lúdico na capa de *Veja*, apresentando Lula como uma representação de um antigo filósofo grego, em ruínas. Mas o discurso autoritário também foi identificado, pois as informações apresentadas pela revista convergem para a agressividade dirigida ao ex-presidente Lula. A capa de *Época* apresenta, também, um discurso lúdico, pois as marcas intertextuais metafóricas (em alusão ao ex-presidente FHC e ao Grande Ditador) são muito evidentes, o que exige que a produção e a recepção do texto fiquem condicionadas ao conhecimento prévio de outros textos (VAL, 2000). Na capa de *Istoé*, pode-se reconhecer um discurso autoritário, pois conduz o leitor à avaliação positiva do novo governo, delimitado por elementos muito valorizados, como progresso, erudição, liderança, etc.

Encaminhando-se para o final, este trabalho permitiu verificar que os enunciados presentes nas capas de revista apresentam certas regularidades estilístico-composicionais e verbos-visuais, que caracterizam esse gênero (SILVA JÚNIOR; LIMA, 2012).

Diante do exposto, fica perceptível que nenhuma das revistas apresentava o mesmo posicionamento sobre o que estava acontecendo, pois

cada revista tem o seu público alvo. A revista *Veja*, por exemplo, constitui um veículo de comunicação de extrema direita, muito claramente transparecido nas suas chamadas e imagens fortemente tendenciosas, de modo a querer agradar o seu público alvo e, talvez, persuadir os que se posicionam de forma oposta ao seu ponto de vista a aceitarem como válidos os argumentos apresentados. As outras revistas parecem ser menos tendenciosas.

Os enunciados emolduram, portanto, o modo de ler condicionado pela ideologia expressa pela revista, bem como pelos seus leitores (leitores de fato ou pressupostos) (PUZZO, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As capas de revista, enquanto gênero discursivo, são impregnadas de forte intencionalidade, revelando posturas ideológicas que estão, explícita ou implicitamente, inseridas num contexto social, histórico e cultural. Ler as capas de revista, numa perspectiva interpretativa, revela a cadeia de elementos que estão articulados na arquitetura linguística usada para persuadir, muito antes de informar. Os vários elementos apresentados são milimetricamente posicionados na capa, formando um sentido, um significado, que irá agir em nossa memória discursiva. Cabe ao analista da linguagem identificar as possíveis interpretações autorizadas a serem feitas, acessando camadas de sentido muito diversas, sem ficar restritas ao plano mais superficial.

Nas capas de revista, podemos identificar vários discursos e percepções diante de um mesmo elemento. Pelas capas analisadas, foi possível verificar que o mesmo cenário (no caso, o contexto político referente ao afastamento temporário da então presidenta Dilma) é reconstruído a partir de elementos que conduzem, inevitavelmente, a interpretações unidirecionais por parte do leitor/consumidor, impregnadas fortemente por nuances ideológicas.

O trabalho permitiu aplicar as teorias linguísticas como forma de ler o texto presente na capa de revista, não somente o texto verbal, mas, sobretudo, o visual. Trabalhos semelhantes devem ser realizados posteriormente, com a finalidade de estabelecer novas análises no campo da Linguística e dos Estudos do Discurso voltados para as capas de revista, enquanto gênero do discurso.

Referências

AQUINO, L. D. **Representações discursivas de Lula nas capas das revistas *Época e Veja***. 230 p. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

CARDOSO e SILVA, L. M. O.; CABRAL, L. R. Construção de sentido: análise no gênero capa de revista. **Littera Online**, São Luís, v. 6, n. 10, p. 1-26, 2015. Disponível em:



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

<<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/3562/1598>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

FAÏTA, D. A noção de “gênero discursivo” em Bakhtin: uma mudança de paradigma. In: BRAIT, B. (Org.) **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2005, p. 149-168.

FIORIN, J. C. (Org.). A linguagem em uso. In: FIORIN, J. C. **Introdução à Linguística**, v. 1 e 2, São Paulo: Contexto, 2002.

FIORIN, J. C. Da necessidade da distinção entre texto e discurso. In: BRAIT, B.; SOUZA-E-SILVA, M. C. **Texto ou discurso?** São Paulo: Contexto, 2012, p. 145-165.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. Tradução Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 22 ed. São Paulo: Cultrix, 2001.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ORLANDI, E. P. O lugar das sistematicidades linguísticas na análise do discurso. **DELTA – Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 295-307, 1994.

PACHECO, C. A. D. Veja FHC, Veja Lula: análise dos discursos de capa da revista *Veja* sobre os dois candidatos à presidência **Revista Anagrama – Revista Interdisciplinar da Graduação**, São Paulo, v. 1, n. 3, mar./maio 2008.

PUZZO, M. B. A linguagem verbo-visual das capas de revista e os implícitos na constituição de sentido. **Revista Intercâmbio**, São Paulo, v. 20, p. 125-138, 2009.

PUZZO, M. B. Relações dialógicas: capa de revista e reportagem interna. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 40, n. 3, p. 1520-1530, set.-dez. 2011.

SILVA JÚNIOR, A. F.; LIMA, M. G. M. As relações dialógicas nas capas da revista *Veja*: discurso e valorização. **Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura Letra Magna**, v. 8, n. 15, p. 1-24, jul.-dez. 2012. Disponível em:
<http://www.letramagna.com/artigo12_15.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2016.

VAL, M. G. C. Repensando a textualidade. In: AZEVEDO, J. C. (Org.). **Língua Portuguesa em debate**. São Paulo: Vozes, 2000, p. 34-51.

CERVEJA COM ADIÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS, OS BENEFÍCIOS DO CONSUMO CONTÍNUO E MODERADO EM DOENTES CRÔNICOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA.

Anayana Zago Dangui, Ricardo Aparecido Pereira

*e-mail: ricardo.aparecido@ifpr.edu.br

Resumo: Como a cerveja é a bebida alcoólica mais aceita pela população brasileira, tem-se como hábito a sua ingestão frequente. Quando um paciente é diagnosticado com alguma doença crônica é orientado pelo médico responsável que cesse, ou diminua relativamente o consumo de álcool, pois o mesmo em excesso tende a causar mais prejuízos para a saúde do paciente. Pensando nisto, vários portadores de doenças crônicas tendem a optar por hábitos mais saudáveis, tendo que deixar de lado as bebidas e comidas que estão acostumados a ingerir. Como no Brasil a maior parte da população faz uso de plantas medicinais surgiu a ideia de criar um produto inovador, que atenda as expectativas do consumidor e não seja prejudicial à saúde. O presente artigo tem como objetivo reunir dados e estudos que auxiliem no desenvolvimento de uma cerveja mais benéfica para a saúde, com adição de extratos de plantas medicinais, que atuem como coadjuvante no tratamento de doenças crônicas.

Palavras-chave: Cerveja; Fitoterapia; Doenças crônicas.

Introdução

A cerveja é uma bebida alcoólica obtida pela fermentação do mosto cervejeiro originado de alguns cereais, principalmente o malte de cevada, arroz e trigo, com adição de água e lúpulo. Os principais tipos de cervejas existentes são: *Altbier, Barley Wine, Belgian Ale, Bitter, Brown, Ale, Pale Ale, Porter, Stout, Scottish, Abadia, Bock Doppelbock, Münchener* e *Pilsen*, que diferem em seus ingredientes, sua forma de fabricação e processo fermentativo (BRASIL, 2009). Com alta taxa de aceitação pela população, a cerveja é a bebida alcoólica mais consumida no mundo e uma das mais produzidas pelo mercado brasileiro, sendo o tipo *Pilseno* mais predominante (REINOLD, 1997).

A origem das primeiras cervejas não é totalmente conhecida, mas há relatos da sua utilização com cevada maltada a partir do trigo, denominada *Emmer* no Antigo Egito, e na Mesopotâmia a 6.000 a.C, onde era utilizada como forma de tratamento de ferimentos e como um antisséptico bucal (BAMFORT¹, 2009 *apud* DORIO, 2013).

Os ingredientes da cerveja são de origem natural, portanto, possuem nutrientes, minerais, proteínas e vitaminas provenientes dos cereais e do malte utilizado, estes contêm compostos fenólicos agem como antioxidante, agregando grande valor nutricional a bebida. (WEI *et al.*, 2001).

Pensando na saúde, vários portadores de doenças crônicas tendem a optar por hábitos mais saudáveis, tendo que deixar de lado as bebidas e comidas que estão acostumados a ingerir. Como no Brasil a maior parte da população faz uso de plantas medicinais surgiu a ideia de criar um produto inovador, que atenda as expectativas do consumidor e não seja prejudicial à saúde (YOSHIDA; ANDRADE, 2016).

O presente artigo tem como objetivo reunir dados e estudos que auxiliem no desenvolvimento de uma cerveja mais benéfica para a saúde, com adição de extratos de plantas medicinais, que atue como coadjuvante no tratamento de doenças crônicas.

Metodologia

O artigo trata-se de uma revisão por meio de levantamento bibliográfico e coleta de dados realizada a partir de fontes secundárias, baseado na experiência vivenciada pelos autores por ocasião da realização de uma revisão integrativa. Uma das formas de se iniciar um estudo é realizando uma pesquisa bibliográfica, buscando diferenças e semelhanças entre os estudos já realizados.

O propósito geral de uma revisão de literatura de pesquisa e reunir conhecimentos sobre um tópico, auxiliando em atualizações de pesquisas já realizadas bem como incentivando novos estudos. Esta tarefa é crucial para os pesquisadores. Para o levantamento dos artigos na literatura, realizou-se uma busca nas seguintes bases de dados: Scielo e PubMed. Foram utilizados, para busca dos artigos, os seguintes descritores e suas combinações nas línguas portuguesa e inglesa: “Cerveja”, “Fitoterapia” e “Doenças Crônicas”. Os critérios de inclusão definidos para a seleção dos artigos foram: artigos publicados em português, inglês e espanhol; artigos que retratassem sobre os descritores.

Desenvolvimento

Como a cerveja é a bebida alcoólica mais aceita pela população brasileira, tem-se como hábito a sua ingestão frequente. Quando um paciente é diagnosticado com alguma doença crônica é orientado pelo médico responsável que cesse, ou diminua relativamente o consumo de álcool, pois o mesmo em excesso tende a causar mais prejuízos para a saúde. Doença crônica é aquela que persiste por um grande período de tempo e seu tratamento tende a ser mais longo que o normal, gerando uma mudança nos hábitos alimentares e comportamentais do paciente. As principais doenças crônicas que acometem os brasileiros são a diabetes mellitus e a hipertensão arterial sistêmica (YOSHIDA; ANDRADE, 2016).

Os radicais livres causam danos ao organismo e contribuem para o aparecimento de diversas doenças como, inflamações, tumores malignos, mal de Alzheimer e aceleram o processo de envelhecimento. Os antioxidantes absorvem os radicais livres e inibem a cadeia de propagação das reações

oxidativas, que são produzidas por radicais livres. Os compostos fenólicos são da classe dos antioxidantes e uma das suas principais funções é diminuir a inflamação e estes são encontrados principalmente em frutas, verduras e ervas. (SILVA, 2010).

A água é o principal ingrediente da cerveja, esta corresponde a 92% da sua composição e é responsável pela sensação refrescante da bebida pois contém sais minerais. O álcool é o segundo componente em maior quantidade, e quando ingerido em pequenas doses tende a diminuir o risco de morte por doenças coronarianas, mas os constituintes que mais trazem benefícios do ponto de vista medicinal e nutricional são o malte e o lúpulo, estes possuem compostos fenólicos, que são a principal classe de antioxidantes e podem atuar contra doenças cardiovasculares e ter efeito anti-mutagênicos. Desta forma a capacidade de efeito antioxidante de uma cerveja depende do seu tipo e da quantidade de malte e lúpulo na sua formulação (DO RIO, 2013).

Todos esses compostos bioativos presentes na cerveja fazem com que ela seja um promissor coadjuvante em tratamentos devido a esse poder antioxidante, e com a adição de mais componentes que contenham compostos fenólicos pode-se aumentar ainda mais os benefícios. Tem-se então a ideia de desenvolver uma cerveja com a adição de extratos de plantas medicinais.

A utilização de plantas medicinais e seus extratos na cura ou prevenção de doenças é um hábito muito antigo, e ainda hoje há uma intensa busca por tratamentos e terapias naturais. Os chás são muito utilizados por pacientes que possuem doenças crônicas como um auxílio no tratamento que muitas vezes são indicadas por médicos, enfermeiros e farmacêuticos. Como exemplos de plantas medicinais utilizadas na hipertensão arterial sistêmica temos a Pitanga (*Eugenia uniflora* L.), a Camomila (*Matricaria chamomilla* L.), e a Erva-Cidreira (*Cymbopogon citratus* Stapf), que podem ter efeito diurético, hipotensor e calmante (LOPES, 2010). Das plantas que são utilizadas para diabetes mellitus a carquejinha-branca (*Baccharis* spp.), pata-de-vaca (*Bauhinia cheilandra*) e a Hortêncica (*Hydrangea macrophylla* Ser.) comprovam em estudos que apresentam efeitos hipoglicemiantes (FEIJÓ et al, 2012).

É possível desenvolver uma cerveja com sucos e extratos vegetais, que poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por óleo essencial, essência natural ou destilado vegetal. A cerveja adicionada de suco de vegetal deverá ser denominada “cerveja com ...”, acrescida do nome do vegetal (BRASIL, 2009).

Por mais que a cerveja modificada contenha propriedades benéficas a saúde, extratos de plantas e seja um coadjuvante no tratamento de doenças, não significa que não irá causar mal à saúde, ressalta-se que seu consumo deve ser prolongado mas em pequenas doses diárias. Uma quantidade moderada é considerado de 1 a 2 doses por dia, mas esta quantidade depende do consumidor e de seu histórico médico. O Consumo de álcool em excesso pode causar hipertensão, arritmia cardíaca, acidente vascular cerebral, câncer e etc (Klatsky, 2010).

A cerveja ao longo dos anos tem passado por vários processos e mudanças, com o intuito de melhorar sua composição para que seja mais aceitável para o consumidor, representando um produto mais saudável. Ainda não se tem estudos que direcionem o desenvolvimento da cerveja para as doenças crônicas mas SILVA *et al* (2009) elaborou cervejas com médio e alto teor alcoólico, tendo em vista a diminuição do valor energético e visando a saúde do consumidor, mas as cervejas deste estudo obtiveram menor aceitação. DO RIO (2013) desenvolveu uma cerveja formulada com gengibre (*Zingiber officinalis*) e hortelã do Brasil (*Mentha arvensis*), que possuem efeito antioxidante e no presente estudo concluiu que a adição do gengibre e da hortelã do Brasil, aumentou o efeito antioxidante já presente na bebida, mas que a cerveja apresentou baixa aceitabilidade do público alvo. Os estudos de RODRIGUES (2016) foram baseados na produção de uma cerveja fermentada por grãos de kefir, e os resultados demonstraram maior atividade anti-inflamatória e antiulcerogênica do que dos compostos isolados.

Todos os estudos publicados afirmam a importância de complementar a cerveja com algo que a torne ainda mais saudável, mas que de fato também é importante que não altere totalmente os seus aspectos como cor, odor e sabor, para que haja um alto nível de aceitabilidade dos consumidores.

Considerações finais

Com o crescimento demasiado de pacientes com doenças crônicas, têm-se a necessidade de facilitar o dia-a-dia dos mesmos, evitando que alterem significativamente os seus hábitos e proporcionando maior facilidade em conviver com uma doença persistente. Uma cerveja com extratos de plantas medicinais se consumida diariamente em baixas doses, pode auxiliar como coadjuvante no tratamento da doença, visto que é uma bebida com grande ação antioxidante. Importante ressaltar que este tema ainda não foi alvo de estudos excessivos. Sendo assim, considerando que o número de artigos científicos nessa pesquisa foi extremamente baixo, surge-se a necessidade de novas pesquisas nessa área. A fim de demonstrar o potencial terapêutico que pode ser atingidos com o consumo regular e moderados desta bebida. Trazendo aos pacientes, portadores de doenças crônicas, mais qualidade de vida, sem obrigá-los a deixar de lado velhos hábitos, até então, condenados pela medicina tradicional.]

Referências

BAMFORTH, C.W.; RUSSEL, I.; STEWART, G. **Beer and health. Handbook of alcoholic Beverages series. Beer** – A quality Perspective. USA: Elsevier; Cap. 8, p.229-243, 2009.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto Nº 6.871, de 4 de julho de 2009**: “Regulamenta a Lei no 8.918, de 14 de julho de 1994, que dispõe sobre a padronização, a

classificação, o registro, a inspeção, a produção e a fiscalização de bebidas”. Brasília, DOU: Diário Oficial da União, 2009.

DO RIO, R. F. **Desenvolvimento de uma cerveja formulada com gengibre (*Zingiber officinalis*) e hortelã do Brasil (*Mentha arvensis*):** avaliação de seus compostos bioativos e comparação com dois estilos de cerveja existentes no mercado. Dissertação de Mestrado Profissional em Ciência e Tecnologia de Alimentos - Programa de Pós-Graduação Stricto Senso, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, 2013.

FEIJÓ, A.M. Plantas medicinais utilizadas por idosos com diagnóstico de Diabetes mellitus no tratamento dos sintomas da doença. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, Botucatu, v.14, n.1, p.50-56, 2012.

KLATSKY, A. L. Alcohol and cardiovascular health. **Physiology & Behavior**. 100(1):76–81, 2010

LOPES, G. A. D. et al. Plantas medicinais: indicação popular de uso no tratamento de hipertensão arterial sistêmica (HAS). **Revista Ciência em Extensão** v.6, n.2, p.155, 2010.

REINOLD, M. R. **Manual Prático de Cervejaria**. 1.ed. São Paulo: Aden Editora, 1997. 213p, 1997

RODRIGUES, K. L. **Propriedades anti-inflamatória e antiulcerogênica de uma cerveja fermentada unicamente por grãos de quefir**. Tese doutorado em Ciências Fisiológicas junto ao Programa Multicêntrico de Pós-Graduação em Ciências Fisiológicas da Universidade Federal de Alfenas, 2016.

SILVA, A. E. et al. Elaboração de cerveja com diferentes teores alcoólicos através de processo artesanal. **Revista Alimentos e nutrição**, Araraquara, v.20, n.3, p. 369-374, jul./set. 2009.

SILVA, M. L. C. et al. Compostos fenólicos, carotenóides e atividade antioxidante em produtos vegetais. **Semina: Ciências Agrárias**, Londrina, v. 31, n. 3, p. 669-682, jul./set. 2010

WEI, A.; MURA, K.; & SHIBAMOTO, T. Antioxidative activity of volatile chemicals extracted from beer. **Journal of Agricultural and Food Chemistry**. v. 49, p.4097–4101, 2001.

YOSHIDA, V. C.; ANDRADE, M. G. G. O cuidado à saúde na perspectiva de trabalhadores homens portadores de doenças crônicas. **Interface**. Botucatu. 20(58):597-610, 2016

DOENÇA MENTAL, MEDICALIZAÇÃO DA SOCIEDADE E LUTA ANTIMANICOMIAL NA PERSPECTIVA DO CINEMA

Alexandre Collares Baiocchi^{1,5}, Angela Cristina Andrade Salvador^{2,5}, Carmem Waldow^{1,5}, Claire Terezinha Lazzaretti^{3,5}, Mylena Goelzer da Silva^{4,5}, Rodrigo Batista de Almeida^{1,5*}, Silvano Aparecido Redon^{1,5}

¹Professor do Instituto Federal do Paraná (IFPR) – *Campus Palmas*

²Estudante do Curso de Farmácia do Instituto Federal do Paraná (IFPR) – *Campus Palmas*, bolsista PIBEX

³Psicóloga do Instituto Federal do Paraná (IFPR) – *Campus Palmas*

⁴Estudante do Curso de Enfermagem do Instituto Federal do Paraná (IFPR) – *Campus Palmas*, bolsista PIBEX

⁵Membro do Grupo Farmacocinófilos

* contato: rodrigo.almeida@ifpr.edu.br

RESUMO: A doença mental sempre foi considerada um enigma, cercada de muito preconceito, estigma e isolamento social. Se os hospitais psiquiátricos foram se organizando de modo a oferecer um acolhimento e tratamento aos doentes mentais, aos poucos foram se tornando locais de depósito de pessoas, num ambiente pouco propício à recuperação do paciente e de grande violação dos direitos e da dignidade dessas pessoas. No final do século passado, iniciou um movimento pela reorientação terapêutica da doença mental, que culminou na luta antimanicomial. Nesse sentido, este trabalho objetivou discutir a doença mental utilizando o cinema como elemento articulador das discussões sobre a temática proposta. Foram selecionados dois filmes (*A Ilha do Medo* e *Estamira*), os quais foram assistidos em sessões comentadas. Após cada sessão, as discussões foram articuladas pelos membros do Grupo Farmacocinófilos, composto por servidores e alunos do IFPR-*Campus Palmas*. Temas como o tratamento da doença mental, as abordagens farmacológicas e não-farmacológicas, o movimento da luta antimanicomial e a organização dos Centros de Apoio Psicossocial foram discutidos após cada exibição, contribuindo para a formação dos estudantes e proporcionando um profundo debate dessas questões atuais, desafiadoras e em constante modificação. Conclui-se que o cinema é um importante elemento articulador de discussões de diferentes aspectos da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Farmacocinófilos; Reforma Psiquiátrica; Manicômio.

INTRODUÇÃO

O grupo “Farmacocinófilos” foi criado em 2013 para reunir pessoas que gostam de cinema e que mantêm um olhar apurado e crítico em relação a questões inseridas no universo da saúde e que, repetidamente, vem sendo apresentadas/discutidas em filmes.

O cinema se apresenta como um interessante recurso didático-pedagógico, pois trata de temas tão diversos quanto presentes no cotidiano (IBÁÑEZ *et al.*, 2010). Portanto, o cinema pode e deve ser explorado nas discussões sobre as doenças, os sistemas de saúde e as políticas em termos de saúde. E muito além dos aspectos bioquímicos, moleculares e clínicos das doenças, o cinema é um bom meio para descrever as enfermidades enquanto fenômeno social, e não somente com algo biologicizado (CAPPELLETTI *et al.*, 2007).

Nesse sentido, este trabalho objetivou iniciar uma discussão sobre doença mental no IFPR – *Campus Palmas*, a partir da análise de filmes. Inicialmente foram selecionados quatro filmes que foram exibidos em sessões comentadas. Os filmes foram “Bicho de Sete Cabeças”, “Um Estranho no Ninho”, “Estamira” e “A Ilha do Medo”, no entanto apenas os dois últimos serão discutidos neste artigo, devido à limitação de espaço.

A partir desse recorte, e com base no conteúdo dos dois filmes escolhidos para serem analisados, segue, na sequência, uma apresentação sobre cada história/enredo, finalizando o texto com a discussão sobre o movimento da luta antimanicomial.

DESENVOLVIMENTO

A Ilha do Medo

A Ilha do Medo (*Shutter Island*), filme de 2010 de Martin Scorsese, aborda o espectador com várias temáticas pertinentes ao estudo da saúde mental e também à institucionalização (internação) do doente mental.

O filme possui uma narrativa de *thriller* policial e de suspense. Dois agentes federais, Teddy (Leonardo di Caprio) e Chuck (Mark Ruffalo), chegam à uma ilha que abriga um manicômio judiciário, instituição onde a loucura e a criminalidade se confrontam, para investigar o desaparecimento de um interno chamado Andrew Laeddis. Teddy e Chuck circulam por quase todos os pavilhões da instituição que é mantida por guardas armados, enfermeiros e psiquiatras. Aos poucos, além do desaparecimento, o agente Teddy começa a suspeitar de experimentos com pacientes da instituição e o possível desaparecimento de uma médica.

O agente, em um primeiro momento, conta com a colaboração dos funcionários do hospital-presídio e da equipe dirigente (psiquiatras). Contudo, com o avanço das investigações, a relação entre os agentes e o pessoal institucional torna-se tensa, em função das insistentes suspeitas de Teddy. Simultaneamente, Teddy começa a sofrer reações fisiológicas como cefaleias, náuseas, tremores e sono intranquilo, permeado por pesadelos.

Esses pesadelos remetem a corpos em campo de concentração, pois Teddy era um veterano da Segunda Guerra Mundial (a trama do filme se desenvolve em 1954). Também há imagens de crianças (possivelmente seus filhos) e de sua mulher que teria sido assassinada pelo paciente Andrew

Laeddis. Por isso, a investigação adquire tons personalistas por parte de Teddy.

Quando ele encontra o suposto Andrew Laeddis, Teddy o espanca violentamente, culpando-o pela morte da mulher em um incêndio supostamente causado por Laeddis. Aliado a essa situação, Teddy confronta a equipe dirigente ressaltando que no hospital ocorrem experiências com pacientes.

No clímax do filme, ao espancar um guarda da prisão, Teddy invade o gabinete do psiquiatra diretor da instituição. Nesse momento tudo é revelado: seu parceiro Chuck é o seu psiquiatra e Teddy é Andrew Laeddis, paciente da instituição. Tudo foi uma dramatização terapêutica na tentativa de trazer Laeddis de volta à realidade. Em um ritmo policialesco e detetivesco, o filme nos conduz a esse clímax. As náuseas, na realidade, eram os efeitos colaterais e a abstinência dos psicofármacos administrados em seu tratamento. Laeddis é confrontado com a realidade: as alucinações misturavam-se com os fantasmas do passado. Laeddis era realmente um agente federal que ao voltar para casa, após semanas afastado em função do trabalho, encontra os três filhos ainda crianças, mortos, afogados. Sua esposa, em um surto psicótico, os afogou. Laeddis transtornado acaba assassinando a esposa.

A personalidade de Laeddis é constituída de eventos traumáticos. Além de agente federal que constantemente lidava com a criminalidade, ele era um veterano da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e participou da invasão/libertação de um campo de concentração da Alemanha nazista. Os corpos em seus sonhos e alucinações eram dos filhos e das pessoas mortas no campo. Tudo isso caracteriza sintomas de um estresse pós-traumático não curado. Laeddis ainda desenvolvia um potencial alcoolismo e lidava com uma esposa portadora de transtorno bipolar (também diagnosticada como psicose maníaco-depressiva) que estava sujeita a eventuais surtos e, justamente, em um destes surtos ela incendiou o apartamento onde moravam e posteriormente assassinou os filhos, na casa campestre onde residiam. Laeddis desenvolve vários mecanismos de defesa para lidar com estes traumas: negação, deslocamento, projeção. Por consequência, espancava outros pacientes, como se estes fossem os verdadeiros culpados. Este choque agregado à culpa de não ter salvo os filhos, matado a esposa e as experiências da guerra produziram traumas em sua constituição psíquica cujas sintomas eram o alcoolismo, o comportamento violento e o gatilho de uma psicose paranóide (delírios de perseguição). Laeddis não era um psicopata, pois ele sentia culpa de seus atos e tampouco era esquizofrênico, pois pode ser conduzido à realidade, à lucidez, ao seu juízo cognitivo pelo método terapêutico da dramatização.

O filme, como já foi exposto, trabalha com o ritmo de suspense e é um filme denso, um pouco “pesado”, mas não “mão pesada”, pois Martin Scorsese, americano nascido em 1942, é um cineasta autoral. Em filmes anteriores como *Taxi Driver* (1976) e posteriores como *O Lobo de Wall Street* (2014) ele retrata as patologias sociais da sociedade americana e do mundo moderno: violência, drogas, sexualidade exacerbada, sujeitos solitários e transtornados

mergulhados em um mundo hostil, em um sistema capitalista sem ética, bem marcado em *O Lobo de Wall Street*. Apesar da Ilha do Medo ser um filme mais psicológico do que sociológico, as questões da institucionalização manicomial e criminal estão presentes e para Laeddis não é possibilitada muita escolha: ser institucionalizado perpetuamente na ilha-presídio-manicômio ou a lobotomia (um procedimento de neurocirurgia ainda utilizado nos anos 1950 para tratamento de doentes mentais tidos como violentos). O paciente tinha, na lobotomia, os feixes dos hemisférios cerebrais ceifados, e passava a ter uma vida vegetativa e, deste modo, os surtos e comportamentos violentos eram controlados. Era uma forma de violação e de controle médico, além de uma destruição do sujeito enquanto organismo vivo e enquanto identidade, subjetivo. Laeddis, na sua lucidez, opta sutilmente pela lobotomia, ainda demonstrando uma escolha e elaborando a tragédia de sua figura, de seu destino ao falar a seu psiquiatra que ficou intrigado com a sua indagação: “O quê é melhor? Viver como um monstro ou morrer como um homem bom?” com estas palavras o filme é encerrado. Mas a análise não se esgota, pois a verdadeira obra de arte é aberta, sempre pode ser revista, ressignificada e completada e o presente texto apenas tenta completá-la mais um pouco.

Sanidade e resistência: a lucidez da loucura em Estamira

O documentário Estamira (Brasil, 2006), dirigido por Marcos Prado, apresenta o cotidiano de uma trabalhadora do aterro sanitário do Jardim Gramacho, município de Duque de Caxias, Rio de Janeiro. Numa analogia ao Quarto do Despejo, de Maria Carolina de Jesus (2015), o lixão recebe restos e rejeitos da sociedade, embora também possa receber “descuidos” do consumismo excessivo, sendo o pano de fundo em que acontece a maior parte das tomadas do documentário que termina, de maneira enigmática, com água e fogo, elementos presentes no imaginário coletivo como capazes de remover a sujeira e promover a pureza, ambos simbolicamente portadores de forças destruidoras e criadoras.

Estamira, para quem o poder está em tudo que se move, ao empreender sua voz nas múltiplas narrativas acerca da sua existência, grita e briga com a humanidade, com Deus e com o “astral”, critica o consumo compulsivo, a religião e a alienação, expõe os mecanismos de violência e de controle que passam a sociedade e se apresenta como a portadora de verdades que podem fazer com que os homens encontrem respostas para as perturbações que fazem parte das suas vidas, afinal, a sua “missão, além de ser a Estamira, é mostrar a verdade, capturar a mentira e tacar na cara”. Seu discurso, que a coloca numa posição de protagonista, emerge com força e nos faz, usando uma expressão de Fravet-Saad (2005), ser afetado pela experiência que molda a sua existência. Trata-se, em alguns momentos, de um apelo no sentido de contemplar essa existência como algo que está além de qualquer possibilidade de compreensão, pois constituída do eterno, do infinito, “do além e dos além dos além, que nenhum cientista jamais conheceu”, ao mesmo tempo em que mostra um olhar que atribui significados diversos àquilo que, num primeiro

momento, pode ser banal ou banalizado. As críticas não são vazias, mas repletas de lições de como recriar a própria história numa ação de resistência.

As palavras lúcidas se intercalam com momentos que podem, sob o olhar biomédico, ser entendidos como loucura. Diagnosticada com esquizofrenia, reflexo do segundo estupro sofrido e da pobreza que a acompanha, Estamira ainda constrói discursos encadeados acerca do funcionamento do corpo, da miséria, da dor, do sofrimento, da angústia, do desamparo e da vulnerabilidade diante do “trocadilho”, que pode ser uma face cruel de Deus ou as contradições que permeiam a sociedade capitalista. Questiona a biomedicina e a medicalização da sociedade que, de acordo com ela, trazem um mecanismo “dopante” que impede os indivíduos de desenvolverem seus próprios pensamentos. Repleta de analogias, metáforas e outras figuras de linguagem, sua fala possibilita refletir acerca do limiar que separa a sanidade da insanidade, a razão da loucura, oposições construídas pelo pensamento científico moderno.

É importante lembrar que a possibilidade de um entendimento acerca da categorização da loucura como objeto da psiquiatria, que exige intervenção e se desenvolve a partir do século XIX através dos conceitos de normalidade e anormalidade, razão e desrazão, alinhava o documentário através do discurso de Estamira. Como aponta Foucault (2014), a Psiquiatria adentra as estratégias de poder e de controle categorizando a loucura como a desrazão diante de uma racionalidade peculiar, a da própria Psiquiatria, cujo poder de extrair a verdade coincide com a intervenção dos corpos e com as demais estratégias de poder. Do Renascimento à Modernidade, a loucura se transformou em doença mental, e a razão o elemento central da constituição da subjetividade, em que o saber psiquiátrico, ao construir a ideia de comportamento normal e anormal, fez do segundo a fonte do gerenciamento biomédico.

Estamira é a “visão de cada um”, e diz não sentir pena de Deus, de Jesus ou das pessoas, apenas da sua mãe, levada, outrora, ao Hospital Psiquiátrico Pedro II, no Engenho de Dentro, Rio de Janeiro. O relato, embora curto, aponta para algumas situações vivenciadas nos diversos hospitais psiquiátricos que haviam no Brasil antes do movimento de despsiquiatrização: “ela estava com o braço roxo (...), foi o desgraçado que bateu nela e deu choque nela”, situação que fez com que a filha de Estamira não projetasse a possibilidade de uma intervenção parecida. Assim, ela comparece periodicamente ao ambulatório de um hospital público devido ao tratamento psiquiátrico continuado, com a clareza de que os medicamentos receitados pela médica “copiadora” a deixam “dopante” e “desgovernada”.

Estamira também ensaia uma distinção entre a doença mental, que torna a pessoa “imprestável”, da perturbação, pois todos podemos ficar perturbados com as adversidades da vida, inclusive ela, que, diferente de sua mãe, sabe discernir os momentos de perturbação. Se, para o filho, Estamira possui alguma forma de “possessão demoníaca”, antes, do ponto de vista antropológico, ela constrói um sentido à sua existência e a tudo àquilo que a conforma, bem como a possibilidade de resistência diante dos infortúnios

porque passa. Como aponta Lévi-Strauss (1970), o homem não sabe lidar com o caos, e oferecer um sentido àquilo que o afeta é uma maneira de acomodar o caótico e, a partir do momento em que a linguagem e a consciência se fizeram presentes entre os homens, estes passaram a construir significados em torno das relações que estabelecem entre si e com eles próprios. Talvez, através da loucura e da busca de conhecimento, Estamira dê sentido à sua existência.

Reforma psiquiátrica: apontamentos

O presente tópico apresentará algumas considerações acerca da reforma psiquiátrica e das perspectivas de novos manejos na saúde mental. Pode-se refletir que saúde mental e, conseqüentemente, a doença mental não se traduzem somente no campo da psicopatologia, da profilaxia ou das ciências naturais, mas, sobretudo, no campo psicossocial, político e cultural. E justamente pelo político e pelo cultural que a reforma psiquiátrica e a subsequente luta antimanicomial se consolidaram.

Para Franco Basaglia (2011), psiquiatra italiano e um dos principais percursores da reforma psiquiátrica, o hospital psiquiátrico caracteriza-se pela violência institucional. Para o autor, o hospital psiquiátrico, como o hospital geral, as indústrias, as escolas, as prisões e outras instituições sociais exercem uma violência instituída por meio de intermediários (psiquiatras, médicos, professores, advogados, assistentes sociais, policiais, entre outros). Esses profissionais são administradores da chamada violência do poder, uma violência sutil na visão desse pensador, pois ela é suavizada, mistificada através da técnica; são agentes de assujeitamento do sujeito a um sistema de violência global que oprime, perpetua-se, condicionando os sujeitos à passividade e a uma proposta normalidade. Essa passividade legitima a exclusão, a inferiorização do outro e chancela o poder e, como ainda ressalta Basaglia, com a corroboração de Foucault (2005), o poder é um dos maiores, senão o maior, dispositivo de dominação.

Ao focalizar a reforma psiquiátrica, a ênfase é a doença mental. Evidentemente como qualquer doença, o saber epistemológico situa-se no campo da Medicina, das ciências biológicas e o campo da atuação do médico por excelência é o hospital. Foucault (2005) ressalta que no hospital é produzido um saber, mas também é produzido e reproduzido um poder. Um poder em que o interno se assujeita, fica dependente. Como a escola, o hospital psiquiátrico, como o hospital geral, reproduzem as relações de dominação e exclusão. O doente mental, além do encarceramento nos muros manicomiais, está alijado de todo o seu potencial ser-no-mundo e também da liberdade e da autonomia que este potencial enseja. Contudo, a liberdade social é falaciosa, é um sofisma, mesmo para quem não está encarcerado.

Como aponta Zanelli (2002), os mecanismos de coerção e de coação social, não coesão, coação, estão mais sutis, totalizantes e as organizações e instituições que estruturam a sociedade são terrenos férteis para esta dominação. A dominação, como violência, não é apenas pela força, mas também pelo apelo midiático, pelas faltas de políticas, pela incorporação do

individualismo em detrimento do outro e pelo uso das tecnologias para legitimar a exclusão, dominação e reprodução das problemáticas e desigualdades sociais.

A medicalização, portanto, pode ser um instrumento de poder. Como apontam Gaudenzi e Ortega (2011), os estudos sobre medicalização remontam os anos 1960 quando a Medicina começa se apropriar dos diversos modos de vida do homem moderno e, também, há um progressivo aumento do uso de medicamentos, sobretudo psicotrópicos, na população de países como Estados Unidos e Canadá (CASHMAN, 1980). Mas, na realidade, os estudos sobre a Medicina moderna e a higienização advêm do século XVIII, no qual o olhar sobre o doente começou a mudar, inclusive sobre o doente mental. Os psiquiatras Phillipe Pinel (francês) e Bénédicte Morel (franco austríaco) foram os pioneiros nesse período histórico, não somente no diagnóstico de psicopatologias como a esquizofrenia, mas, também, no manejo com o portador de tais doenças (LAING, 1986; FOUCAULT, 2005; GAUDENZI; ORTEGA, 2011). Os primeiros manicômios com seus médicos especialistas em patologias mentais se contituem nessa época.

Illich (1975) ressalta a perda da autonomia do homem moderno frente ao saber dos especialistas; em cada área do conhecimento há especialistas que agem sobre o cotidiano dos sujeitos legitimando assim o que Foucault (2005) apontará como o saber como instrumento de poder. E esse saber sobre os sujeitos e seus corpos, que são dispositivos políticos, pode se tornar violento, castrador. E Basaglia (2011), como Foucault (2005), sustenta que o hospital é a instituição social onde o saber médico é concretizado: a relação institucional aumenta o poder puro do médico, não apenas pelo seu saber técnico, mas também porque o médico está em seu campo social sustentado e chancelado e, conseqüentemente, há a perda do poder pelo doente. E em um hospital psiquiátrico isto é bastante manifesto.

“Pelo simples fato de ser internado em hospital psiquiátrico, este (o doente) se converte automaticamente em cidadão sem direitos, abandonado à arbitrariedade dos médicos e dos enfermeiros, que podem fazer dele o que quiserem, sem possibilidade de apelação” (BASAGLIA, 2011, p.14).

Goffman (1999) denomina as prisões, os conventos e os hospitais (inclusive os psiquiátricos) de instituições totais. O interno nessas instituições perde não somente a identidade (que é substituída por outra menos personalizada), mas todas as referências do mundo exterior, que também constitui a sua subjetividade e identidade. Ao retornar ao mundo exterior, se a internação for longa, como aponta o autor, esse interno pode passar por choque cultural, bem como dessocialização. Mas as instituições corroboram para esse choque, isto é, há uma tensão permanente entre o mundo doméstico (constituição cultural do sujeito no lado de fora dos muros do hospital) e interno (subjetividade, personalidade, imaginário) dos homens e o mundo institucional do estabelecimento, como forma de permitir o controle total dos homens. Por essas questões que Bleger (1976) questiona que o hospital psiquiátrico não

reabilita, não cura o doente, mas apenas contribui para o seu processo de alienação e exclusão social.

Quando a internação é consolidada, o paciente é assujeitado e condicionado e começa a aceitar a sua posição de paciente, as linhas do seu destino começam a seguir as linhas de internos de outros ambientes segregados (mosteiros, prisões, campos de trabalho forçado e de concentração, seitas, entre outros), como aponta Goffman (1999). Ou seja, a sua liberdade, as possibilidades de escolhas, o seu devir, ficam comprometidos e controlados por agentes externos que movem as instituições.

Estas discussões são fundamentais, pois a partir delas iniciou-se o movimento da reforma psiquiátrica, primeiramente na Itália na década de 1970 com o próprio Franco Basaglia (PASSOS, 2009). Segundo essa autora, as instituições psiquiátricas brasileiras do início do século XXI são consideradas as mais avançadas do mundo, graças aos modelos da psicoterapia institucional francesa e da psiquiatria democrática italiana, esta última proposta por Franco Basaglia. Esses modelos enfocam um novo manejo da saúde mental, um enfoque mais atenção psicossocial e menos psiquiátrico e farmacológico.

Laing (1978), um dos precursores do movimento da antipsiquiatria nos anos 1960, movimento que questionava o poder absoluto médico e psicopatológico da doença mental e propunha um olhar mais humanizado e social desta, ressalta que o próprio caráter da normalidade é uma atribuição social e o doente mental, mais comumente, o esquizofrênico, pode ser um sujeito que anulou seus instintos anormais e se conformou em uma sociedade dita normal, mas que é doente, com instituições doentes como a família, escola, polícia, forças armadas, religiões. Laing aborda também a banalização do diagnóstico e que pessoas com comportamentos tidos como estranhos e incompreensíveis para a maioria tendem a ser diagnosticados como esquizofrênicos, popularmente conhecidos como loucos. Goffman (1999) ressalta o quanto o estigma, como uma marca ou estereótipo social, pode comprometer o desenvolvimento e a autonomia social de um sujeito: esta marca é muito visível nas prostitutas, nos ex-presidiários, leprosos, portadores de necessidades especiais, pessoas com doenças sexualmente transmissíveis, dependentes químicos (conhecidos pelo senso comum como bêbados ou drogados), mendigos e doentes mentais (loucos, no sentido popular). Dessa forma, a prisão, os guetos, o hospital psiquiátrico, o leprosário, dentre todas as instituições totais, constituem-se como segregação dessas pessoas marcadas; por isto, em seus primórdios, eram construídas afastadas das cidades, como se o estigma fosse relamente contagioso.

Todos estes questionamentos contribuíram para o desenvolvimento da reforma psiquiátrica e, por conseguinte, a reformulação das instituições psiquiátricas. Um processo que teve suas bases na Itália e na França (PASSOS, 2009) e que se expandiu por outros países, inclusive no Brasil.

Como destacam Nicácio, Amarante e Barros (2005) as ideias de Basaglia começaram a adentrar no Brasil no final da década de 1970, consoante com a abertura política, anistia e o processo de redemocratização

que o país atravessou desde este período histórico até meados dos anos 1980, quando finalizou uma ditadura militar de 21 anos (1964-1985). Neste período, ocorreram, por meio de movimentos sociais, como o MTSM (Movimento de Trabalhadores de Saúde Mental), a luta por políticas públicas de saúde que visassem uma reformulação do olhar sobre a profilaxia na doença mental. Mesmo a atenção básica à saúde geral foi repensada: o Sistema Único de Saúde (SUS) é fruto dessas políticas públicas que foram consolidadas com a Constituição Federal de 1988.

Freire, Dominguez Ugá e Amarante (2005) ressaltam que os Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS) do município de Santos, estado de São Paulo, no final dos anos 1980, foram inspirados nos modelos dos centros de atenção em saúde em Trieste, na Itália, nos anos 1970, idealizados por Franco Basaglia. Os CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), iniciados nos anos 1990 e consolidados nos anos 2000, amparados pela Lei n.10.216/01 da Reforma Psiquiátrica, compõem uma alternativa às internações psiquiátricas, pois conforme a Portaria 336/02, os serviços prestados pelos CAPS incluem atendimentos individuais, grupais, oficinas terapêuticas, visitas domiciliares, atendimento à família, enfocando a integração do paciente na comunidade, bem como sua integração familiar, social e cultural (FREIRE, DOMINGUEZ UGÁ; AMARANTE, 2005). Esses modelos de assistência se opõem aos modelos de encarceramento e exclusão característicos dos manicômios clássicos (BLEGER, 1976; GOFFMAN, 1999).

CONCLUSÃO

Com estas breves considerações buscamos realizar uma discussão histórica e crítica da reforma psiquiátrica e da problemática da internação em saúde mental. Muitas discussões teóricas passaram à práticas em termos de aplicações de políticas públicas em muitos países, incluso o Brasil. Estas políticas, desde as comunidades terapêuticas amparadas pelo movimento da antipsiquiatria que é paralelo à contracultura dos anos 1960, passando pelos centros de atenção em Trieste, Itália, iniciados por Franco Basaglia nos anos 1970 até os CAPS no Brasil contemporâneo, objetivam e demonstram um olhar humanizado na saúde mental, não restringindo-se apenas à visão tecnicista e ao poder médico, mas possibilitando o olhar de outros profissionais e, principalmente, a integração do sujeito em sua comunidade e contexto sócio-cultural, aliviando o seu sofrimento psíquico e sua exclusão.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação Araucária, que propiciou as bolsas no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), bem como do Programa Institucional de Apoio à Aquisição de Equipamentos para Pesquisa, Extensão, Cultura e Inovação (PROEQ), pelo custeio dos equipamentos audiovisuais.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

REFERÊNCIAS

BASAGLIA, F. **A Instituição da Violência**. Rio de Janeiro: Centelha Viva, 2011.

BLEGER, J. **Psico Higiene y Psicología Institucional**. Paidós: Buenos Aires, 1976.

CAPPELLETTI, G.L.; SABELLI, M.J.G.; TENUTTO, M.A.
¿Sepuedeenseñarme mejor? Acercadelarelaciónentrelcineylaenseñanza.
RevistadeMedicinayCine,v.3, p. 87-91, 2007.

CASHMAN, J.**LSD**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

ESTAMIRA. Direção: Marcos Prado. Produção: José Padilha. Brasil, 2006.
DVD. (121 min.), color.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FOUCAULT, M. **História da loucura**: na idade clássica. São Paulo:
Perspectiva, 2014

FRAVET-SAAD, J. Ser afetado. Tradução Paula Siqueira. **Cadernos de Campo**, n. 13, 2005, p. 155-161.

FREIRE, F. H. M. A.; DOMINGUEZ UGÁ, M. A.; AMARANTE, P. Os Centros de Atenção Psicossocial e o impacto do sistema de financiamento no modelo assistencial. In AMARANTE, Paulo (Org.). **Archivos de Saúde Mental e Atenção Psicossocial 2**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005, p. 113-142.

GAUDENZI, P.; ORTEGA, F. O estatuto da medicalização e as interpretações de Ivan Illich e Michel Foucault como ferramentas conceituais para o estudo da desmedicalização. **Interface**, 2011 (periódico eletrônico).

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

IBÁÑEZ, L.M.M. *etal*.
Aplicación del cine como estrategia didáctica para la enseñanza de la investigación científica. **RevistadeMedicinayCine**, v. 6, n. 1, p. 24-28, 2010.

ILLICH, I. **A Expropriação da Saúde: nêmesis da Medicina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.



**VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016**

JESUS, M. C. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2015.

LAING, R D. **A Política da Experiência e A Ave-do-Paraíso**. Petrópolis: Vozes, 1978.

LAING, R D. **El Cuestionamiento de la Familia**. Paidós Studio: Barcelona, 1986.

LÉVI-STRAUSS, C. A ciência do concreto. In: _____. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Nacional, 1970.

NICÁCIO, F.; AMARANTE, P.; BARROS, D. D. Franco
Basaglia em terras brasileiras: caminhantes e itinerários. In: AMARANTE, Paulo (Org.). **Archivos de Saúde Mental e Atenção Psicossocial 2**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005, p. 195-214.

PASSOS, I. C.F. **Reforma Psiquiátrica**: as experiências francesas e italianas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

ZANELLI, José Carlos. **O Psicólogo nas Organizações de Trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2002.



**VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016**

**EDUCAÇÃO EM ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL. A
POSSIBILIDADE DE MELHORIA NO PROCESSO
EDUCACIONAL. REALIDADE OU MITO?**

Autor: Silvana Pacheco Baptista (profsilvanapacheco@hotmail.com)
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

Resumo: O artigo pretende apontar e refletir temas sobre a Educação em Escolas em Tempo Integral, como uma possibilidade de melhoria no processo de Ensino Aprendizagem. Primeiramente abordando questões no que se refere às críticas por parte dos profissionais da educação brasileira, com posicionamentos de certa forma contrária à implantação da mesma. Num segundo momento apontaremos alguns dados de forma fragmentada, porém considerados relevantes para uma interpretação inicial da realidade social brasileira e conseqüentemente dos nossos educandos e concluímos apontando alguns caminhos, sempre referendados por autores, de que a Educação em Escolas em Tempo Integral é um caminho a ser seguido para que possamos reverter algumas situações já impostas, mas que acima de tudo possamos recomeçar uma prática educativa através da Educação em Tempo Integral transformadora, libertadora e emancipadora.

* Curso Superior: Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional. Especialização em: Séries Iniciais, Educação Infantil, Educação Especial – Deficiência Intelectual e Múltiplas e Educação Especial: Neuropsicopedagogia, Mestre em Educação. Docente da Rede Estadual de Ensino do Estado do Pr., da Rede Municipal de Palmas Pr., da Faculdade Unilagos – Mangueirinha – Pr., dos Cursos de Especialização das Faculdades Celer; do Instituto Federal do Paraná – IFPR – Campus Palmas.

Resumen: Ese artículo señala hacia cuestiones y reflexionar sobre la educación en las escuelas de tiempo completo como una oportunidad de mejora en el proceso de enseñanza y aprendizaje. En primer lugar abordar las cuestiones con respecto a las críticas de los profesionales de la educación brasileña, con la colocación de un modo contrario a la aplicación de la misma. En segundo lugar identificar algunos datos de una manera gradual, pero se considera relevante para la interpretación inicial de la realidad social brasileña y por lo tanto de nuestros estudiantes y concluir con la descripción de alguna manera, siempre hace referencia a los autores, que la Educación en las Escuelas de Tiempo Completo es la mejor manera a seguir para que podamos revertir algunas situaciones se han hecho, pero por encima de todo lo que podemos comenzar una práctica educativa transformadora a través de la Educación Tiempo Completo, liberadora y fortalecedora.

Palavras-chave: Ensino Integral. Qualidade Educacional. Políticas Públicas. Rompimento de Paradigmas.

1 Introdução

“Escola em Tempo Integral é um depósito de crianças. Escola em Tempo Integral é mais uma forma de transferir as responsabilidades dos pais para os professores. Escola em Tempo Integral é mais uma forma de desviar a real função da escola que é transmitir o conhecimento acadêmico”.

Essas e outras tantas colocações são expressas diariamente por parte dos professores, pedagogos e até mesmo dos diretores. Todos, com raríssimas exceções, se posicionam contrários a Educação em Tempo Integral. As argumentações são as mais diversas, entre elas as que citamos acima, porém o que se pode perceber é que muitas argumentações tem como base o senso comum e o que se percebe também é que alguns profissionais da Educação acabam por aderir a posicionamentos pré-estabelecidos, simplesmente para serem solidários ao pensamento dos colegas.

Podemos considerar que tal postura também está relacionada com o medo do novo, com o medo do diferente, com o medo do desafio de romper com paradigmas, que de certa forma são modelos enraizados nos professores e nos demais componentes dos espaços educacionais. Podemos afirmar que tudo isso está relacionado com a herança que os professores herdaram de um Sistema reprodutor, fechado, estanque, de um Sistema que não via o sujeito como ser biopsicossociocultural e político. Situações como a falta de seriedade e compromisso por parte de nossos administradores contribuem fortemente para que a Educação em Tempo Integral seja vista como algo negativo por parte da comunidade escolar.

2. O Mito

Temos que considerar que a imediata rejeição por parte dos professores em relação à Educação em Tempo Integral está relacionada a todo um contexto histórico da Educação brasileira, que por inúmeras vezes trás consigo uma história de fracasso. Bem sabemos que nem sempre as Políticas Públicas Educacionais corresponderam às necessidades do processo educativo. Temos experiências de propostas de inovações no campo educacional que foram implantadas pelos administradores públicos de formas inexecutáveis, ficando a cargo dos professores, tendo que dar conta do fazer, do executar.

Infelizmente no Brasil tudo que se refere à Educação acontece de forma contrária, primeiro se implanta a ideia, depois, com o “tempo” se busca preparar a “mão-de-obra”, construir espaços, adquirir materiais etc., ou seja, toda a “boa ideia” já começa fracassada, já começa de forma errada e é nesse contexto que o professor está inserido, é nesse contexto que o professor trabalha, é nesse contexto que o professor recebe seus alunos e precisa desenvolver o Processo de Ensino Aprendizagem. E bem sabemos que milagres não acontecem a todo o momento, não é possível que o professor de conta de toda essa diversidade e construa bons resultados.

3. A realidade educacional brasileira

A realidade educacional das escolas públicas brasileiras é bastante complexa, nossos alunos são filhos de uma sociedade cheia de mazelas, uma sociedade com problemas sociais graves, onde as desigualdades econômicas e sociais são gritantes. Nós ainda fazemos parte de uma realidade aonde nosso aluno vai para escola com fome, tendo como sua principal refeição a “Merenda Escolar”. Outro agravante na realidade dos alunos das escolas públicas brasileiras é a desestrutura familiar, a falta de referências para criança, para o adolescente no seio familiar, que dificulta de forma significativa o processo educacional. Podemos atribuir alguns fatores para essa desestrutura familiar: o ingresso da mãe no mercado de trabalho, conseqüentemente a criança fica sob o cuidado de seus irmãos, muitas vezes todos ainda muito pequenos, outro ponto a se considerar é que já não temos mais um modelo de família nuclear (pai-mãe-filhos) com isso temos crianças que são fruto de relacionamentos “abertos”, onde acabam por receber uma educação familiar bastante heterogênea, ondem fazem parte: pai, mãe, padrasto, madrasta, avós, entre outros.

A Educação em uma Escola em Tempo Integral, que Segundo P. Demo (1996) é uma ideia adequada ao contemporâneo, porque mais próxima do direito das crianças e dos jovens, sobretudo aqueles mais carentes, significa equalização inestimável de oportunidades.

4. Uma possibilidade

É preciso pensar além da escola-tipo, da padronização, da reprodução e avançar rumo a espaços escolares nos quais a aprendizagem tenha a ver não somente com a escola, mas com a vida. Então, deixar a escola-tipo e avançar no modelo da escola-vida!(Lago Rodrigues e Ribas, 2011, p.09) Não será possível alcançar os objetivos traçados se não houver mudanças na forma de conduzir os espaços educacionais. Vivemos em um tempo de grandes transformações, e é nesse contexto que vivem nossos alunos. Então se faz necessário uma escola que atenda as necessidades da sociedade, uma escola que reflita sobre sua prática educativa, que avalie sua função entendendo a importância em propiciar um ambiente de aprendizagem social, cultural e integrado onde todos possam construir o conhecimento.

Alguns paradigmas precisam ser rompidos nesse processo de reconstrução da educação pública e um deles é entender, é aceitar que é preciso sim oferecer uma Educação em Tempo Integral, com condições de fazer a diferença no Processo de Ensino Aprendizagem. Segundo Santos (1997), nessa reestruturação paradigmática de modelo escolar, conforme o paradigma emergente, conflitos surgirão e, sem imposições, gestores, professores e alunos deverão buscar condições pessoais e coletivas para

enfrenta-los com disposição solidária e eticamente situada, resolvendo-os e aprendendo com as possíveis soluções encontradas em conjunto para enfrenta-los. Precisamos considerar que nossos alunos são portadores de diversas necessidades de atendimentos educativos e não somente uma educação de conhecimentos sistematizados, conhecimentos científicos, é preciso que a escola ofereça na sequência do Ensino em Tempo Integral, salas, oficinas, espaços, estruturas com capacidade de atendimento e transformação do sujeito. Não importa os nomes que serão atribuídos, o que importa é a qualidade, o compromisso, a seriedade e a responsabilidade com que será administrada essa nova forma do fazer Educação. É preciso administradores, diretores, coordenadores, pedagogos, professores e demais agentes educacionais que abracem a causa. Ninguém faz bem aquilo que não acredita ou não conhece. Os administradores precisam investir, liberando recursos e desenvolvendo projetos. Isso tudo não será possível acontecer se não houver recursos financeiros, investimentos significativos e bons profissionais, capacitados e valorizados pelo trabalho que exercem.

É preciso que tenhamos entendimento da importância da Escola em Tempo Integral é o surgimento de um novo contexto na sociedade moderna, contexto esse de desenvolvimento constante, de necessidades de uma formação integral com visão de indivíduo biopsicossociocultural e político, no qual o espaço escolar “deve” ir além do conhecimento sistematizado, ofertando em tempo complementar atividades educativas que possam ser transformadoras, voltadas para uma Educação de Ser Integral. Analisando sob esse aspecto é que se fazem necessárias Escolas de Educação em Tempo Integral, para que assim possa oferecer algo a mais. Conforme Lago Rodrigues e Ribas (2011, p.96), Portanto, já se justifica aqui a necessidade uma escola que se supere aos paradigmas centrados no conhecimento dado, pronto e acabado e se envolvam ensinantes e aprendentes em situações problema, em perquirimentos, em buscas, em desafios que estimulem sempre a pesquisa, os projetos contextuais e as formas diversificadas de produzir, usar e disseminar os saberes e os conhecimentos.

Conforme Relatório “Educação: um tesouro a descobrir – a educação para o século XXI” (1998), elaborado pela comissão gerenciada por J. Delors, a pedido da UNESCO e com vistas a dar conta dos desafios da escola do futuro, sustenta-se ser necessário que todos possam e devam enfrentar os desafios que os tempos atuais e futuros delineiam, sendo que a educação deverá organizar-se em torno dos quatro pilares:

Aprender a conhecer – É necessário tornar prazeroso o ato de compreender, descobrir, construir e reconstruir o conhecimento para que não seja efêmero, para que se mantenha ao longo do tempo e para que valorize a curiosidade, a autonomia e a atenção permanentemente. É preciso também pensar o novo, reconstruir o velho e reinventar o pensar.

Aprender a fazer – Não basta preparar-se com cuidados para inserir-se no setor do trabalho. A rápida evolução por que passam as profissões pede que o indivíduo esteja apto a enfrentar novas situações de emprego e a

trabalhar em equipe, desenvolvendo espírito cooperativo e de humildade na reelaboração conceitual e nas trocas, valores necessários ao trabalho coletivo. Ter iniciativa e intuição, gostar de certa dose de risco, saber comunicar-se e resolver conflitos e ser flexível. Aprender a fazer envolve uma série de técnicas a serem trabalhadas.

Aprender a conviver – No mundo atual, este é um importantíssimo aprendizado por ser valorizado quem aprende a viver com os outros, a compreendê-los, a desenvolver a percepção de interdependência, a administrar conflitos, a participar de projetos comuns, a ter prazer no esforço comum.

Aprender a ser – É importante desenvolver sensibilidade, sentido ético e estético, responsabilidade pessoal, pensamento autônomo e crítico, imaginação, criatividade, iniciativa e crescimento integral da pessoa em relação à inteligência. A aprendizagem precisa ser integral, não negligenciando nenhuma das potencialidades de cada indivíduo.

Com base nessa visão dos quatro pilares do conhecimento, podem-se prever grandes consequências na educação. O ensino-aprendizagem voltado apenas para a absorção de conhecimento e que tem sido objeto de preocupação constante de quem ensina deverá dar lugar ao ensinar a pensar, saber comunicar-se e pesquisar, ter raciocínio lógico, fazer sínteses e elaborações teóricas, ser independente e autônomo; enfim, ser socialmente competente.

Peter Senge (1994) propõe uma quinta disciplina, o Raciocínio Sistêmico, no entendimento de Lago Rodrigues (2009), seria:

Aprender a organizar-se – relacionar-se e constituir projetos de vida e trabalho solidários com visão englobante – entendida como uma competência imprescindível para os tempos contemporâneos, num contexto hodierno de individualidades exacerbadas, competitividade predatória e darwinismo social, aprender a organizar-se, relacionar-se, constituir redes de relacionamentos construtivos (networks), e constituir projetos de vida solidários é muito mais do que apenas conviver ou viver juntos. É aprender a abrir mão de individualidades e/ou ambições meramente pessoais, buscando a alteridade e o conviver com o outro de forma colaborativa sistêmica. Constitui em uma competência que desperte o sujeito para “ser mais” e ver o outro não apenas como possibilidade de sucesso e ascensão pessoal e social, mas como aquele que pode nos completar e sem o qual nada adianta TER, SER, PODER ou PARECER. Diante de tantos SABERES que se fazem necessários para o século XXI, é preciso que a Escola reveja o seu fazer, o seus conceitos de sujeito e de um mundo.

Segundo Freire, (2008, p.76-77) (...) “ O MUNDO NÃO É, O MUNDO ESTÁ SENDO”. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar.

É nessa perspectiva, que a Educação em tempo Integral ganha seu espaço, exercendo seu papel com uma visão cósmica, com uma prática revolucionária, e tudo isso só é possível diante de rompimentos, de quebra de paradigmas, de um novo jeito de ver e fazer EDUCAÇÃO. Mas, sobretudo acreditar que se continuar a desenvolver o fazer pedagógico estruturado em um currículo fechado, estanque, fazendo uso de uma carga horária que igualmente atendia as necessidades de um sujeito do início do século passado, não chegaremos a lugar algum, a educação brasileira estará fadada ao fracasso.

Brandão, (2003) relata: (...) Há muitos anos nos Estados Unidos, Virgínia e Maryland assinaram um tratado de paz com os Índios das Seis Nações. Ora, como as promessas e os símbolos da educação sempre foram muito adequados a momentos solenes como aquele, logo depois os seus governantes mandaram cartas aos índios para que enviassem alguns de seus jovens às escolas dos brancos. Os chefes responderam agradecendo e recusando. A carta acabou conhecida porque alguns anos mais tarde Benjamin Franklin adotou o costume de divulgá-la aqui e ali. Eis o trecho que nos interessa:

“...Nós estamos convencidos, portanto, que os senhores desejam o bem para nós e agradecemos de todo o coração.

Mas aquele que são sábios reconhecem que diferentes nações têm concepções diferentes das coisas e, sendo assim, os senhores não ficarão ofendidos ao saber que a vossa ideia de educação não é a mesma que a nossa.

...Muitos dos nossos bravos guerreiros foram formados nas escolas do Norte e aprenderam toda a vossa ciência. Mas, quando eles voltavam para nós, eles eram maus corredores, ignorantes da vida da floresta e incapazes de suportar o frio e a fome. Não sabiam como caçar o veado, matar o inimigo e construir uma cabana, e falavam a língua muito mal. Eles eram, portanto, totalmente inúteis. Não serviam como guerreiros, como caçadores ou como conselheiros.

Ficamos extremamente agradecidos pela vossa oferta e, embora não possamos aceitá-la, para mostrar a nossa gratidão oferecemos aos nobres senhores da Virgínia que nos enviem alguns dos seus jovens, que lhes ensinaremos tudo o que sabemos e faremos deles, homens.”

A partir dessa reflexão temos que rever nossas práticas educativas. O que estamos ensinando? Para que serve o que estamos ensinando? Será que, ao sair fora dos portões que separam a escola da sociedade nossos alunos vão dar conta do que lhes é solicitado? Surge aí a necessidade de extrapolar o jeito que vem sendo feito EDUCAÇÃO pelas escolas brasileiras e sem dúvida a questão da ampliação da carga horária, Escolas em Tempo Integral é fundamental. Considerando que as 4 (quatro) horas de permanência obrigatória do aluno no âmbito escolar (LDBEN 9394/96, Art. 34), não dão conta de desenvolver atividades complementares, dada a

importância do tempo necessário para a construção do conhecimento sistematizado, do conhecimento científico.

Diz Lago Rodrigues e Ribas (2011): (...) a escola leva em consideração o determinado pela lei, mas é nas horas complementares ofertadas pelo Programa de Educação Integral que os elementos de sua constituição biopsicossociocultural e política em sua integralidade podem ser melhor e mais efetivamente trabalhados, proporcionando e ofertando atividades que estimulem o desenvolvimento de forma dirigida e planejada, permitindo ao aluno expressar-se de várias maneiras, na necessária e possível implementação dos Projetos Complementares ao Currículo.

Considerações Finais

Entendemos que não é mais possível desenvolver um processo educativo sem mudanças de paradigmas. O mundo do trabalho, do desenvolvimento, do relacionamento, do viver em sociedade espera um sujeito com suas habilidades e capacidades desenvolvidas para que possa somar, construir um mundo melhor, e o espaço escolar tem papel fundamental nessa construção. E, portanto a escola precisa atribuir no seu fazer educativo (currículo tradicional) ações complementares, revendo sua prática educativa.

Sem dúvida não será fácil a reconstrução da EDUCAÇÃO, dos Espaços Escolares, do Currículo, do Planejamento, do Projeto Político Pedagógico, tendo como “pano de fundo” o Projeto de Educação em Tempo Integral. Bem sabemos que as escolas encontram dificuldades diariamente (falta de espaços, falta de profissionais, falta de matérias, entre outras), atendendo as 4(quatro) horas obrigatórias. Mas é nessa complexidade que nos cabe desafiarmos a nos mesmo, desafiar a nossa capacidade de criar, de construir mesmo que as condições não sejam as melhores.

Lago Rodrigues e Ribas (2011) Projetos em Escolas em Tempo Integral desenvolvidos de forma inclusiva e solidária, com base em situações de aprendizagens significativas e parcerias produtivas, serão, certamente, condições peculiares de autonomia e garantia de ações cada vez mais qualitativas de equipes e sistemas educativos e corresponderão aos anseios, cada vez numerosos, de uma população cambiante, porém altamente necessitada de maior e melhor equidade social, pedagógica e educativa!

Coelho (1997) considera que socializar conhecimentos aponta para a construção nas quais alunos, professores, comunidades e entidades organizadas sejam os interlocutores específicos e dinâmicos entre os sujeitos e as realidades nas quais vivem.

E nesse processo de acreditar que a EDUCAÇÃO não é a solução de todos os problemas de uma sociedade, mas sim que é, um dos caminhos que poderão melhorar essa sociedade. Concluímos que a ampliação da jornada discente não pode ser apenas uma questão de extensão de tempo,



**VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016**

mas de uma organização escolar que contemple e qualifique as atividades obrigatórias e as atividades de livre escolha de aluno.

Referências

BRANDÃO, C. B. (2003). O que é educação. São Paulo. Ed. Brasiliense – Coleção Primeiros Passos.

COELHO, L. M. da C. C. (1997). Escola pública de horário integral. Revista Presença Pedagógica.v.3 n.15 maio/jun.

DEMO, P. (1996). Educar pela pesquisa. Campinas, São Paulo: Autores Associados.

FREIRE, P. (2008). Pedagogia de Autonomia. Saberes Necessários á Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra.

LAGO RODRIGUES, Z. A. (2009). Ética e Cidadania e Responsabilidade Social nas Instituições Educativas. Curitiba, PR.: Ed. Camões.

LAGO RODRIGUES, Z. A.; RIBAS, A. (2011). Ideário Pedagógico – para a Educação em Escolas em tempo integral. Ed. Camões.

SANTOS, B. de S. (1997). Um discurso sobre as Ciências. Lisboa, Port: Edições 70.

SENGE, P. (1994). A quinta disciplina. Arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. 10 ed. São Paulo: Best Seller.

DELORS, J. (1998). Educação: Um tesouro a descobrir. 2 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO.

EDUCAÇÃO ÉTICA: O QUE A ESCOLA TEM A VER COM ISSO?

Autor: Rafael Henrique Edling
Professor orientador: Renata Lacerda Borges Scamati
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

Resumo: A educação, mesmo em sua origem etimológica, expressa um direcionar, um conduzir a determinado caminho. Tal encaminhamento, seja para o que é ético ou para o que não o é, só se pode perfazer com a convivência do educando com a sociedade em que está inserido. Não se deve, contudo, entender educação como competência unicamente escolar, muito menos quando se trata de educação ética. É função inicialmente familiar que ao longo dos anos tem sido transferida às instituições de ensino. Não cabe, porém, ao liceu apenas restituir a função educativa às famílias. Necessária é a união de forças destes institutos sociais visando obter e manter uma educação ética da criança, incitando valores e exemplos a serem seguidos. A interação entre a escola, a família e a convivência social, foi alvo de estudo de muitos autores das ciências sociais, atraindo a atenção de sociólogos, psicólogos, pedagogos e filósofos. Cada um, em sua área do saber, constatando a importância, para o desenvolvimento de um agir ético na criança, do convívio sadio e do estímulo benéfico. Assim, é indubitável a escola ter parte na construção do pensamento ético de seus discentes. Não é, porém, sua disposição primeva, bem como não é sua unicamente a necessidade de agir. Busca, portanto, este artigo, elucidar qual a função da escola no desenvolvimento de uma consciência ética em seus discentes.

Palavras-chave: Teorias do aprendizado; Socioconstrutivismo; Convivência.

Abstract: The education even on its etymological origins expresses a direction, guidance to determined path. Such leading either to what is ethic or to what doesn't is, can only be accomplished with the student sociability. Nevertheless education isn't to be understood as solely school competence, least of all in ethics education. It is originally a familiar function, transferred to school over time. However, for the lyceum, it is not just give back to the families the educative function. Still, is needed a union of efforts of those institutions to obtain e maintain a child ethic education, urging values and examples to be followed. Many social sciences authors had studied the interaction between school, family and social coexistence, attracting the attention of sociologists, psychologists, pedagogues and philosophers. Each one of those, in its areas of knowledge, found out the importance of sound acquaintanceship and benefic stimuli, to the child ethic behavior development. Thus, undoubtedly the school has a part at the construction of its student's ethic thoughts. It is not its primaeval inclination whatsoever, neither is only its the need of acting.

Therefore, is the scope of this paper clarify which is the school function at development of their students ethic awareness.

Keywords: Learning Theories; Social Constructionism; Acquaintanceship.

1 Introdução

Na Alemanha nazista, a escola foi um dos meios de propaganda dos ideais do partido nacional-socialista. Cada matéria era tratada com um viés nacionalista, com exaltação à raça ariana e sopeamento de judeus e comunistas, uma vez que os livros escolares haviam sido reescritos para este fim. O pensamento infantil, assim sendo, era condicionado a compreender e reproduzir os ideais do Estado, não apenas com livros escolares, mas com a vivência na escola, visto que a maioria dos professores pertencia à Aliança de Professores Nazistas e a esta prestava contas se não fosse bem desenvolvida a sua atividade. Este artigo não busca relatar os métodos educacionais do nacional-socialismo alemão, contudo, enseja enfatizar a possibilidade de direcionar o aprendizado, uma vez que controlar a educação e a forma como ela se dá pode conduzir o futuro de ideologias em uma nação. É possível direcionar o ensino para o nazismo, bem como é possível fazê-lo para o bem viver. Assim como a educação foi usada como método mobilizador e condicionador para naturalizar nos discentes um pensamento, hoje tido reprovável, ela ainda pode ser usada para aprimorar a convivência humana. O que não se pode é aceitar impostura da educação, tanto em seu contexto familiar quanto na escolarização, no que se refere à formação ética. Desta sentença podem surgir questionamentos sobre o que é a formação ética, o que é educação escolar e sobre quem recai a responsabilidade de efetua-las, sendo o escopo deste artigo elucidá-los.

3 Desenvolvimento

Ética tem sua origem etimológica no termo grego *ethós*, o modo como se vive. Ética é a ação que conduz ao bem viver em comunidade e, para Mario Sergio Cortella, é o fundamento para formação do cidadão em uma sociedade livre e justa e, mais do que isto, é algo a ser vivenciado e reproduzido. Pode ser vista como a arte de viver em sociedade e, nesta interpretação, relaciona-se à urbanidade, à política e à cidadania. Destes últimos termos, nenhum pode ser empregado na compreensão da individualidade, sendo, porém, características da coletividade, ou seja, da urbe, da *polis*, da *civitas*. Por urbanidade, podemos ser remetidos à ética como aquilo que agrada, aquilo que faz bem ao convívio. Política, por sua vez, não se refere à partidização e sim à atividade individual para o bem comum, um conceito mais próximo ao de cidadania. Assim sendo, o arcabouço ético é o que caracteriza um indivíduo não idiossincraticamente, mas por sua interação com a sociedade, formando, assim, a sua identidade.

Educação é um amplo e longo processo pelo qual todo humano passa para a construção de seu conhecimento, não é, portanto, um processo finito. O termo educação origina-se da palavra latina *ducere*, “conduzir”, “encaminhar”, portanto, educação é um processo em que o indivíduo será conduzido da ignorância em que se encontra para um estágio mais elevado, ainda que não completo, de conhecimento. Cortella entende educação como fulcrada na tríade: conhecimento, ciência e afeto. Não erra o provérbio que diz que “educação vem de casa”, mas não apenas educação em sentido estrito, como também a ética, começam a ser aprendidas e vivenciadas na primeira instituição social a que tem contato a criança, ou seja, a família. Contudo, como relata Miriam Nóbrega:

(...) À medida que as famílias se nuclearizaram e se isolaram, pais e mães passaram a trabalhar fora de casa, reduzindo suas funções reprodutivas culturais e sociais. A escolarização cresceu como um modo sistemático e especializado de educação, assumindo posteriormente funções sociais e emocionais adicionais. (NÓBREGA, [20-], p. 10).

Esta mudança acarretou a pletoação dos docentes que, além do conteúdo programático, e de conteúdos transversais, passaram a ser cobrados, pelas famílias e pela sociedade, quanto à formação ética. Neste sentido, pode-se inferir que é na escolarização, como etapa formal do processo educativo, que os alunos têm um maior contato com uma sociedade diferente da familiar, passando a deter mais obrigações e a serem expostos a novos problemas. Para tais novidades, as crianças buscam referenciar seus comportamentos naqueles da primeira comunidade que tiveram contato, a família, não sendo, muitas vezes, a atitude esperada para a boa convivência. A responsabilidade, portanto, no que se refere à reflexão ética de conduzir os discentes, não é prioritariamente da escola, mas é a escola que detém meios, autoridade e formação para o ensino e a vivência daquilo que é ético. Deve, pois, haver parceria entre família e escola para que os estudantes possam apreender tanto o conhecimento, quanto o bem viver em sociedade.

Já dizia Paulo Freire: “Não é a escola por si que fará a transformação da sociedade, mas sem a escola isso não será feito” (FREIRE, apud CORTELLA, 2015). Mas, para isso, é necessário que o professor exceda à sua obrigação, ou seja, faça além de simplesmente ensinar o que a grade curricular prevê. A proatividade não apenas do docente, mas do grupo escolar é o primeiro passo para sair da conformação, ou seja, da concordância com a sociedade injusta, desigual e sem vida boa. Compreende-se, pois, boa vida, à luz do escólio de Paul Ricoeur, o qual dizia ser a ética “vida boa, para todos e todas, em instituições justas” (RICOEUR, apud CORTELLA, 2015, p. 11).

Atitude fundamental da escola, assim, é chamar a instituição social primeva, qual seja a família, para a ação, conscientizando-lhe de sua função na educação da criança. Passo significativo que é este, uma vez que muitas famílias, pela redução da convivência entre si dada pela urgência do trabalho e do rareamento de tempo livre, esquecem-se da própria responsabilidade na

educação ética de seus filhos e imaginam terem transferido às escolas, juntamente com a função de ensinar diversos conteúdos, a de formar eticamente o indivíduo. A Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional, então, sustenta em seu art. 12, inciso VI, que:

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de (...) articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola. (BRASIL, 1996).

Dessa forma, é necessária a parceria para que escola e família conduzam o aprendizado paralela e concomitantemente, com um mesmo foco, buscando valorizar o esforço, estimular a criatividade e a curiosidade, heroicizar os bons exemplos, diferenciar o querer do poder e, principalmente, reduzir o relativismo. O relativismo pode ser entendido como a adequação de uma situação para se atingir um fim desejado, é justificar os meios pelos fins, como já há muito apregoa o brocardo. É o relativismo que permite a lógica do vale o que for para ter um resultado vantajoso. É o raciocínio de que vale colar para ter boas notas, vale enganar para ter benefícios, vale corromper e ser corrupto para ter lucro.

A criança valorizada, com bons exemplos, estimulada, acompanhada e capaz de refletir, tem os adminículos para decidir ter ações éticas e para sopesar as atitudes contrárias ao bem comum. Isso se dá pelo fato de ética ser decisão e, neste contexto, Cortella define ser o papel principal da escola:

(...) fazer com que a prática dos princípios não seja nem automática, nem robótica, nem alienada, nem fingida.

Em outras palavras, tornar claras as razões que nos levam a adotar determinadas concepções, de modo a impedir a degradação do convívio e da diversidade. (CORTELLA, 2015, p. 56).

Convívio e sociedade são, pois, elementos sempre presentes na compreensão das teorias de educação contemporâneas. Ao se pensar em Piaget, não é tão evidente a importância do outro no aprendizado, mas este não deixa de ter sua relevância para o socioconstrutivismo. Piaget desenvolveu a ideia qualitativa do aprendizado, em oposição à quantificação, até então exigida, de acertos de respostas já esperadas. Neste pensamento, a criança teria autonomia e, aprendiz que é, usaria de seus próprios sentidos para compreender e se relacionar com a sociedade, de acordo com alguns estágios de conhecimento. O professor teria o papel de apoiar e incentivar a criatividade e, no aspecto da educação moral, deveria provocar certo desequilíbrio cognitivo, certa oportunidade genuína de aprendizado em um momento de ignorância, para que o aluno tomasse a decisão mais adequada àquele momento. Se para Piaget “a inteligência é o que você usa quando não sabe o que fazer” (PIAGET apud METCALF, 2012. p. 267) a ética, surgiria da decisão,

mais individual do que coletiva, mais adequada àquele momento de interação do estudante. As crianças, assim, ensinariam e aprenderiam entre si. Neste contexto, Jessé Souza (2009) entende que a escola, mantendo uma sociedade individualista e personalista, não traz igualdade e oportunidade ao mais pobres, uma vez que apenas avalia o hiato social já existente, oriundo da diferença entre os indivíduos e seu capital econômico, cultural e de relações pessoais, separando as crianças aptas e inaptas, não abrangendo, contudo, suas heranças morais, afetivas, emocionais e existenciais. Evidencia-se novamente e ainda mais a imprescindibilidade da ação familiar com a finalidade de permear a educação da criança com adinículos suficientes para que esta supere a individualidade e as diferenças sociais.

Lev Vygotsky mudou o foco do indivíduo para a coletividade, alegando que a aprendizagem e o pensamento infantil teriam natureza social, o que facilmente se nota nos termos sociointeracionismo e socioconstrutivismo em que ficou conhecida sua teoria a respeito da psicologia do desenvolvimento. Tal natureza não seria apenas de novas experiências, como supunha Piaget, mas sim de absorção, ou melhor, de apreensão de novas atitudes. A ética, como função psicológica superior, por meio das relações sociais poderia internalizar-se no indivíduo (VYGOTSKY apud METCALF, 2012, p. 270). Paulo Freire crê ser a educação elemento tão social que se relacionaria à política e à luta entre oprimidos e opressores. Apenas uma reforma no ensino produziria indivíduos que, ao refletirem suas ações e suas posições seriam capazes de perceber a alteridade, ou seja, perceber o outro como ser de direitos agindo assim de forma mais ética. Demerval Saviani, expoente da pedagogia histórico crítica, expõe que esta é fruto do materialismo histórico dialético, ou seja, seus métodos visam, com a compreensão daquilo que é histórico, a elaboração de um pensamento crítico como resposta. Essa ação evitaria o reprodutivismo até então presente, isto é, a simples adaptação ou absorção do que já era sabido, levando a uma ação consciente e, como buscaria o bem geral, coletiva.

4 Considerações Finais

O termo educação carrega, portanto, em si um conceito maior: a ideia de direcionar, a concepção de poder conduzir para o bem ou para o mal, para o ético ou para aquilo que é contrário à convivência harmoniosa. Convivência, por sua vez, não pode ser prescindida quando se objetivar uma atitude ética. À escola, como instituição formal, cabe orientar e restituir à família a obrigação que esta imaginou ter delegado, qual seja a de educar e não apenas isso, como educar bem e para o bem. Necessário é que haja união entre as instituições, família e escola, a fim de que seja obtida e mantida uma educação ética da criança, incitando ao esforço, à criatividade, à curiosidade, aos bons exemplos, à sinceridade e à reflexão. A interação escola-família já foi estudada por muitos autores, mas a importância da família e da convivência

permanecem como fatores significativos e essenciais, se não fulcrais, da educação ética.

Referências

- BUENO, J. Z. **A formação moral na pedagogia histórico-crítica**. UNESP: Araraquara, [20-]. Disponível em: <<http://www.histedbr.fe.unicamp.br>>. Acesso em 20 abr. 2016.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário oficial [da] União, Brasília, DF, 23 de dez. 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 abr.. 2016.
- CORTELLA, M. S. **Educação, convivência e ética**. São Paulo: Cortez, 2015.
- CORTELLA, M. S. **Educação, escola e docência**. São Paulo: Cortez, 2014.
- CHANGING life in Germany: How did Nazi economic and social policy affect life in Germany? **BBC**, [S.l.: s.n.] [20-]. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/schools/gcsebitesize/history//>>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- KELLY, P. (Coord.). **O Livro da Política**. Tradução Rafael Longo. São Paulo: Globo, 2013.
- METCALF, J. (Dir.). **O Livro da Psicologia**. Tradução Clara M. Hermeto e Ana Luisa Martins. São Paulo: Globo, 2012.
- NOBREGA, M. M. **A Contribuição da família no contexto escolar pautado na pedagogia histórico-crítica**. UEL: Londrina, [20-]. Disponível em: <www.diaadiaeducacao.pr.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- SOUZA, J. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

ENSINO DA LÍNGUA ESTRANGEIRA – INGLÊS: OFICINAS DE APRENDIZAGEM

Evandro Antônio Corrêa
Suzete Verginia de Souza Reiter

Resumo: O ensino e a aprendizagem de línguas estrangeiras tem recebido especial atenção por parte de pesquisadores e professores do idioma. Assim, o presente trabalho tem como objetivo analisar as contribuições da metodologia “Oficinas de Aprendizagem” idealizada pela educadora Marcia Rigon, com a finalidade de verificar a prática docente dos professores. Essa metodologia de ensino busca despertar no aluno o empreendedorismo, criatividade e a capacidade de trabalho em equipe, levando o mesmo a adquirir autonomia no ensino das línguas. Desse modo, o professor passa de transmissor de conteúdo para mediador do conhecimento. São nítidas suas conquistas e as diversas dificuldades enfrentadas no trabalho em sala de aula, além disso, fica claro que o professor é um sujeito que deve se colocar na situação de eterno aprendiz, construindo seu conhecimento com comprometimento com a educação e seus alunos.

Palavras-chave: Metodologia; Oficina de Aprendizagem; Educação; Autonomia;

Introdução

Esse trabalho tem como tema a análise da metodologia da educadora Marcia Rigon: “Oficinas de Aprendizagem”, apresentado no Curso de Letras do Instituto Federal do Paraná em 2016.

O ensino de uma Língua Estrangeira (LE) é importante na formação crítica e social dos alunos das escolas públicas do Brasil. Os Parâmetros Curriculares Nacionais confirmam tal fato, embasados em teorias pedagógicas e linguísticas, reforçando a tese de que aprender inglês não significa apenas inserir-se no mercado de trabalho, mas possibilitar aos alunos o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais. No entanto, em muitos momentos o ensino de LE não privilegia o desenvolvimento e ficamos duvidosos em atribuir a falha à metodologia ou ao conhecimento do docente. Assim nos perguntamos: A metodologia de ensino, utilizada pelos professores da educação básica nas disciplinas de língua inglesa, interfere na aprendizagem dos discentes?

Os documentos da educação, Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96) e Parâmetros Curriculares Nacionais e Estaduais, não apontam à realidade do Ensino da Língua Estrangeira na educação básica, tão pouco a metodologia que os professores utilizam em suas aulas e se as mesmas são eficazes. Por isso, pensamos ser necessário buscar reconhecer qual metodologia é mais eficiente no ensino da LE, no caso o inglês.

O trabalho tem como objetivo analisar a metodologia proposta pela educadora Márcia Rigon (2010), utilizada na Rede SESI (Serviço Social da Indústria) de Educação; Compreender o papel da educação perante o ensino da Língua Inglesa; Descrever a metodologia das “Oficinas de Aprendizagem” criada e desenvolvida por Márcia Rigon; Verificar o desenvolvimento e adaptação dos professores, perante a metodologia das “Oficinas de Aprendizagem”.

Segundo Almeida Filho (2005) há, no Brasil, um reconhecimento e valor educacional sobre o ensino e a aprendizagem de outras línguas presentes na escola, reconhecidos como um bem cultural, garantindo no currículo a presença da disciplina e, quando a eficácia do ensino escolar está prejudicada, ainda há a possibilidade de aprender em escolas e institutos particulares de idioma.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para Língua Estrangeira mencionam esta importância da seguinte forma:

A aprendizagem de língua estrangeira contribui para o processo educacional como um todo, indo muito além da aquisição de um conjunto de habilidades linguísticas. Leva a uma nova percepção da Natureza da linguagem, aumenta a compreensão de como a linguagem funciona e desenvolve maior consciência do funcionamento da própria língua materna. Ao mesmo tempo, ao promover uma apreciação dos costumes e valores de outras culturas, contribui pra desenvolver a percepção da própria cultura por meio da compreensão da(s) cultura(s) estrangeira(s). (BRASIL, 1998 p. 37)

A globalização trouxe diversas características, como competitividade e certo sentimento de incerteza em relação ao futuro, provocando mudanças que são sentidas nas relações entre as pessoas, nas trocas de informações em todo o processo de conhecimento.

Educação: Ensino e Aprendizagem de Língua Inglesa

Hoje, o conhecimento de uma língua estrangeira (inglês) deixou de ser visto como um meio de adquirir mais cultura e passou a ser uma necessidade de acesso a informações, conteúdos e conhecimentos veiculados com a mesma.

A aprendizagem de uma língua estrangeira segue padrões e processos distintos de outras aprendizagens. Como afirma Bergmann (2002):

A aprendizagem de uma língua estrangeira é diferente da aprendizagem de outras disciplinas, principalmente pelo seu caráter social, que prevê a interação, direta ou indiretamente, do indivíduo com povos e culturas diferentes da sua. Estando contemplada na área de conhecimento das ciências humanas, a aprendizagem de uma língua adquire um caráter individual e único, já que exige processos cognitivos ligados à experiência de vida de cada indivíduo. Conhecer a comunidade na qual a língua-alvo está inserida é imprescindível, principalmente, se considerarmos a língua como um dos códigos que melhor representa a cultura de um povo. (2002,

p. 64)

Quando se aprende/ensina um idioma, não é apenas a língua que é repassada; as culturas estrangeiras bem como as identidades estrangeiras também influenciam aqueles que se apropriam desse novo idioma (PETERSON, 2007); e esse contexto, no caso do inglês, “faz com que muitas crenças sejam criadas e recriadas reforçando a ideia de que, se o indivíduo quer pertencer ao grande grupo mundial precisa aprender a língua franca convencionalizada” (CANAGARAJAH, 1999, p. 14).

De acordo com Phillipson (1992),

A língua franca é uma língua que é usada para a comunicação entre diferentes grupos de pessoas, cada grupo falando uma língua diferente. A língua franca pode ser uma língua usada internacionalmente (ex. inglês), pode ser a língua nativa de um dos grupos, ou uma língua que não é falada por nenhum grupo como língua materna, mas possui uma estrutura e vocabulário simplificados, e é frequentemente uma mistura de duas ou mais línguas (p.42).

O desenvolvimento da competência e da comunicação intercultural depende de uma mudança de atitudes por parte do professor, que não poderá seguir adiante se não levar em conta os valores interculturais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem do aluno intercultural.

É importante que o professor esteja preparado para uma situação comunicativa de ensino, em que promova o envolvimento do aluno com os aspectos a serem adquiridos e temas a serem discutidos. Dessa forma, o objeto a ser estudado torna-se mais familiar ao aluno, e este, enquanto sujeito da linguagem, torna-se cada vez mais seguro no momento de formular seus próprios discursos e consciente do conhecimento que possui.

Segundo Borges (2011), a escolha de uma metodologia adequada com a finalidade de facilitar a compreensão de qualquer abordagem linguística é indispensável no ensino de línguas estrangeiras, proporcionando, assim, uma formação continuada, eficaz e de fácil interação entre alunos e professores.

O ensino de inglês apresenta um grande problema: a falta de profissional qualificado para exercer a profissão, isso contribui expressivamente para a não aplicação de um método adequado, que venha a proporcionar o desenvolvimento linguístico eficiente e, conseqüentemente, um ensino e aprendizagem de qualidade.

A intenção não é doutrinar o professor no uso de um determinado método, mas informá-lo das opções existentes. Cabe a ele, partindo de sua experiência, das características de seus alunos, e das condições existentes, tomar a decisão final. (LEFFA, 1988, p. 211).

Cabe ao professor, na função de mediador, buscar as melhores formas para a capacitação de seus alunos. Ressalta-se, ainda, que não existe sala de aula com turma homogênea de modo geral, e que cada aluno pode apresentar

um grau de dificuldade ímpar, salvo exceções. Não se deve pensar em um método único de forma generalizada.

Oficinas de Aprendizagem: Método Marcia Rigon

Márcia Rigon (2010), afirma que a escola tradicional esqueceu-se de preparar seus alunos para este novo mundo, este novo mercado de trabalho, que exige pessoas e profissionais comprometidos com seu desempenho pessoal, com seu trabalho, proativos, autônomos, independentes para tomada de decisões, empreendedores, com ampla atuação na sociedade em que estão inseridos, e que trabalham em equipe, sendo cooperativos, criadores, negociadores e críticos. “A escola tradicional esqueceu-se de dar asas aos seus alunos, para que ousem, inovem, empreendam”. (p. 15).

A partir dessa concepção de aprendizagem, Rigon propôs em 1991, uma nova metodologia de ensino e aprendizagem, as “**Oficinas de Aprendizagem**”. Esta foi inspirada em sua experiência com uma turma de ensino médio em uma escola pública de Montenegro-RS, em uma aula de Literatura Brasileira, em 1977.

Em 2004, a metodologia foi apresentada a um grupo de executivos do Serviço Social da Indústria (SESI), que acolheu a ideia, implantando a metodologia na rede de Colégios SESI no Paraná a partir de 2005, tendo em vista a necessidade de formar indivíduos empreendedores e líderes para a nova demanda de mão de obra da indústria paranaense. (RIGON, 2010, p. 84)

Atualmente no Paraná, são 55 unidades do Colégio SESI (50 Escolas Nacionais e 05 com Metodologia Internacional, ou seja, bilíngue), que adotam essa nova abordagem com grandes resultados documentados, recebendo significativos prêmios locais, estaduais, nacionais e internacionais.

As Oficinas de Aprendizagem foram desenvolvidas para dar aos alunos e aos professores a oportunidade de trabalhar conhecimentos, valores, habilidades, talentos, dons e competências de forma significativa, transdisciplinar, interseriada, abrindo espaço para uma nova forma de aprender as quais levam os alunos a investigarem, aprofundarem-se, olhando as necessidades e às habilidades individuais dos mesmos, privilegiando as melhores maneiras de aprender.

Segundo Rigon (2010, p. 30), as principais características das Oficinas de Aprendizagem são: o trabalho permanente em equipe; a manutenção da criatividade nos alunos; a crença nas relações sociais produtivas; a construção de situações significativas de aprendizagem; o uso de estratégias de aprendizagem para facilitar o aprender; equipes de trabalho formando times de competência; resolução de desafios nas diferentes disciplinas, de forma transdisciplinar; a formação de turmas interseriadas; o desenvolvimento de autonomia e gerenciamento pessoal; uma forma articulada de trabalhar a sala de aula; o desenvolvimento de seres empreendedores; o desenvolvimento do prazer em aprender.

Segundo a Proposta Pedagógica do Colégio SESI (2011, p.33), oficina significa “lugar onde se opera transformação notável”. Se quisermos então analisar o sentido de oficina de aprendizagem, veremos que na própria acepção da palavra já está implícita a ideia de aprendizagem, visto que aprender significa “sofrer transformações, passar de um estado a outro; de um estado de desconhecimento para um estado de conhecimento profundo” (p. 33)

Como se opera aprendizagem? O aluno é desafiado a resolver ou a pensar sobre uma situação crítica, ou mesmo um desafio, um problema, apresentado pelos professores. O professor, neste momento de avanços e mudanças no ensino- aprendizagem, ainda é a pessoa mais indicada para apresentar o problema, o desafio. A partir da apresentação do problema, o professor passa a ter o papel de condutor do processo. Segundo Rigon (2010, p.42)

Ele orienta os passos, a sequência a ser seguida; pode mostrar possibilidades de caminho, mas ele não faz a aula, ele não dá aula, como conhece o conteúdo a ser apresentado profundamente e sabe como fazê-lo ser descoberto em toda a sua magnitude, ele é o gestor da aprendizagem.

Segundo a mesma autora, a oficina é, portanto, “um lugar de fabricação (de conhecimento), de reparação (de velhos conceitos), com muito serviço braçal e mental (tarefas, dever de casa, pesquisas, análises, projetos), com vistas à resolução de um desafio”. (p.43) E este tem um prazo para ser resolvido e tem atribuições para cada um. E neste fazer, nesta troca, nesta interação, surgirá a aprendizagem de uma forma significativa, desafiadora e perene.

As Oficinas de Aprendizagem, ao propor uma abordagem diferente, com proposta de solução desafios gerando insights, com uma visão de escola aberta, dando, liberdade e autonomia para os alunos, transformando-os em alunos inovadores, estudiosos da profundidade das coisas; negociadores no trabalho em equipe, ousados, pelas possibilidades que lhe são ofertadas, autônomos, pela possibilidade de gerenciarem sua própria aprendizagem. (RIGON, 2010).

As Oficinas de Aprendizagem trazem consigo mudanças plausíveis em relação às salas de aula tradicionais. A **primeira mudança** é física, ou seja, a distribuição do espaço na sala de aula. As classes são substituídas por mesas de trabalho comuns, preferencialmente redondas, partilhadas em geral por quatro a seis alunos, que trabalham em equipe para a solução dos problemas apresentados.

A **segunda é a mudança** de abordagem. E esta mudança de abordagem requer que nossos conceitos e muitas vezes nossos valores mudem. As Oficinas de Aprendizagem serão as ideias, o trabalho em equipes de aprendizagem é o suporte para o desenvolvimento desta proposta, mudando o conceito de sábio conhecedor *versus* ignorante incipiente, visto que a formulação dos problemas, o desafio lançado, o planejamento e o

replanejamento de estratégias, bem como a análise e solução, serão as bases do conhecimento do aluno e não mais o conhecimento do professor.

Novos processos de informações, gerados, principalmente pela internet, fazem a diferença hoje entre os que sabem fazer escolhas (o conhecimento) e os que só sabem ver as informações. Fazer escolhas, analisar, comparar, ser competente é, portanto hoje, o maior desafio que vamos mostrar aos nossos alunos como escolher as respostas certas, relacionando-as entre milhares de informações que recebe para formular as perguntas certas, as questões importantes para gerar novas informações. (RIGON, 2010, p. 26)

As novas crenças e atitudes são o resultado destas escolhas, exercitar as escolhas ainda é difícil e caberá ao professor desta escola um novo papel: o de fazer das escolhas um exercício constante, para dar aos alunos condições de: “serem capazes de escolher; saberem o que vão escolher; saberem usar o que já conhecem com as novas aquisições e interações de conhecimentos”. (RIGON, p. 20-30)

“Na escola, portanto, o papel do professor deve ser o de líder para implementar esta mudança no discurso, o pensar: visão, missão; no querer, as metas; no sentir, a vivência. O sentir é a ponte”. (RIGON, 2010, p. 33)

E para que os professores possam exercer o papel de líderes é necessário que estejam conscientes de seus papéis em sala de aula; é preciso que se portem como líderes, para que sejam reconhecidos como tais pelo grupo de alunos.

Os professores só poderão liderar se estiverem convictos do seu papel perante a educação. Assim nos questionamos: qual é o papel do professor frente à Metodologia das Oficinas de Aprendizagem? É o que veremos no próximo item.

Na metodologia das Oficinas de Aprendizagem, o professor deixa de ser informante, para ser facilitador/mediador. Ele incita a aprendizagem, ele deixa de ser dominador, para ser o motivador, incitador e instigador, ele exerce o papel de Gestor e trabalha todos os “comos” da sala de aula: como serão apresentados os conteúdos, como serão conduzidas as comparações, análises, relações, enfim, como ele fará acontecer o processo de aprendizagem.

Conforme Rigon (2010), o grande desafio da oficina, para o professor, é que ele deverá estar sempre atento ao raciocínio que o aluno está fazendo, à linha de pensamento seguida, aos talentos e dons que se apresentam, para que possa usar técnicas e apresentar estratégias de aprendizagem que facilitem a resolução do problema, do “case” proposto, respeitando o ritmo, a linha de pensamento do aluno, as alternativas que este apresentar. Um dos mais importantes fatores de consistência desta metodologia é o trabalho em equipe. Não grupo de trabalho, mas equipe de trabalho, que deve estar presente na sala de aula e na sala de professores.

Segundo Martins e Dorn,

As aulas são organizadas em torno da resolução de desafios. Uma situação ou um problema real, com questionamentos, são propostos pelos professores – ou alunos – e devem ser analisados, estudados, pesquisados e abordados de diferentes maneiras para a construção de uma ou mais soluções. (2011, p. 14080)

As diferentes disciplinas se complementam cruzando conceitos e conteúdos ao serem organizadas em torno de unidades globais, de estruturas conceituais e metodológicas compartilhadas. Dessa forma, elaboram as teias de conteúdos, desenvolvendo nos alunos a visão sistêmica dos desafios a serem solucionados.

O professor é visto como facilitador motivador e gestor da aprendizagem, gerenciando a sala de aula, encorajando o aluno a desenvolver suas habilidades, a partir da observação do indivíduo isolado e nas equipes de trabalho. O professor é um observador-instigador que acompanha as estratégias de aprendizagem de seus alunos e os encoraja a descobrir suas próprias estratégias. (RIGON, 2010, p 51)

O professor é condutor do processo das Oficinas de Aprendizagem, lançando os desafios, orientando os passos e as sequências a ser seguida. Como gestor, ele orienta o processo.

O professor também é visto como instigador, incentivando a descoberta, a análise, a crítica, reforçando as estratégias de aprendizagem de cada aluno estimulando-o a inovar, a ousar, a criar, lançando questões polêmicas e instigantes, despertando nos alunos estas características essenciais a um ser empreendedor. Ele será norteador do aluno no seu ofício: o fazer levando o ato gerador do aprender. (RIGON, 2010, p. 52).

O aluno, passa a ser responsável pela sua aprendizagem. Ele passa a ser responsável pela construção do conhecimento com os seus colegas de equipe e de sala de aula. Ele compartilha com os outros suas habilidades, suas competências e seus saberes.

Com relação à didática de sala de aula, geralmente o professor inicia a aula explicando a atividade a ser realizada. O mesmo lembra a necessidade de cada equipe se organizar com materiais necessários ao trabalho; foco nos objetivos, no tempo de realização da atividade, dentre outros aspectos. Quando a atividade é individual, cada um deve se concentrar na sua realização para depois partilhar com a equipe. Quando o estudo é em equipe, alguém vai lendo, outro anotando e todos discutindo. É importante que todos tenham seus registros ou cópia do trabalho final da equipe.

As dúvidas são tiradas entre os próprios alunos que se auxiliam e também com o professor. Nas correções, quando é individual se compartilha com a equipe; quando o trabalho é da equipe, se compartilha com as outras equipes (SESI, 2011). Nas aulas de língua inglesa o professor utiliza o idioma em todo momento, para que o aluno habitue-se naturalmente ao idioma. As

atividades são realizadas levando em consideração a realidade dos alunos, assim o aluno vivencia sua aprendizagem.

Durante as aulas, o professor explica as tarefas a serem realizadas pelos alunos e equipes; circula entre as equipes, auxiliando na organização e realização dos trabalhos; senta com as equipes; propõe questionamentos; e vai à frente realizando explicações quando necessário. Ao passar pelas equipes, o professor observa a presença dos alunos, questiona registra apenas a falta dos ausentes.

O professor deve conhecer cada aluno: como se organiza, aprende as estratégias que usa, com o objetivo de auxiliá-lo e indicar as equipes em que ele pode se desenvolver melhor. Cada aluno aprende do seu jeito, construindo e elaborando as informações e transformando-as em conhecimento (SESI, 2011). O professor realiza no início do bimestre o contrato didático de língua inglesa, assim o aluno tem ciência de todo o conteúdo que será abordado no decorrer do processo. Toda e qualquer atividade é programada através de um tempo estipulado, essa gestão de tempo facilita o rendimento das aulas de língua inglesa, pois o aluno deve cumprir essa orientação otimizando seu próprio tempo.

Com relação aos instrumentos de avaliação, encontra-se claro na Proposta Pedagógica do Colégio SESI que:

Para chegar ao resultado final de aprendizagem de cada oficina, no bimestre, o professor tem liberdade para escolher e elaborar seus instrumentos de avaliação, tendo consciência nos momentos fundamentais para avaliar o processo, tanto individual quanto coletivo. (SESI, 2011, p. 85)

Sendo assim, “são emitidos os seguintes conceitos para avaliação: O conceito é E (Excelente), B (Bom), S (Suficiente) e I (insuficiente)” (SESI, 2011, p.86). Instigar o aluno a ser um pesquisador é muito importante na metodologia Oficinas de Aprendizagem, uma vez que nesse processo o aluno pode construir conhecimento e autonomia. Para suscitar no aluno tal autonomia e espírito investigativo torna-se essencial que o professor não seja apenas um repassador de informações, mas que estimule os educandos na descoberta de novos conhecimentos, assumindo o papel de mediador. Nas palavras de Freire (1994, p. 47), “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

Ao organizar as Oficinas de Aprendizagem, os professores selecionam o tema de estudo da oficina, por meio de um desafio a ser selecionado, e a carga horária para cada disciplina. O aluno é convidado a resolver esses desafios nas diferentes disciplinas, por meio de exercícios, simulações de eventos, pesquisas, testes da orientação do professor, da troca de experiência entre os componentes das equipes, do uso da criatividade, do pensamento crítico. A partir desse desafio, visto por diferentes olhares das múltiplas disciplinas de sua matriz, ele poderá entender que o mundo se organiza por sistemas relacionados, e que a solução para os desafios não aparecem isoladamente, mas no contexto dessas relações, pelos conteúdos trabalhados num ambiente

de aprendizagem transdisciplinar. A transdisciplinaridade será à base de organização das oficinas, dos planos de estudos dos professores, dos diários de classe e das atividades de aprendizagem.

Todo o conteúdo do ensino médio será estudado profundamente dentro das oficinas de aprendizagem, que desenvolverão o conhecimento dos alunos, pela apresentação de uma afirmativa, geradora de um desafio da aprendizagem.

As Oficinas de Aprendizagem, segundo Miquelin (2008, p 25),

São constituídas como estruturas flexíveis, em torno de um desafio central, contextualizado num tema, com modo de funcionamento semelhante a uma rede de significados. Essa rede não prioriza disciplinas, mas, sim, a natureza de um problema que na verdade é interdisciplinar e real, sem caráter artificial. Sendo uma rede, ela leva os sujeitos a criarem e interpretarem múltiplas soluções e não a encontrarem uma solução predeterminada (a questão que possui uma única e determinada resposta não constitui um problema).

Morin (2003) aponta que as realidades e os problemas delas são cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais e planetários. Assim, torna-se essencial pensarmos de forma global.

Os conteúdos das oficinas serão, então, definidos pelos professores com acompanhamento do orientador pedagógico que fará o controle através do mapeamento dos 12 segmentos que compõem a matriz curricular de todo o ensino médio, no qual consta suas competências e habilidades que serão desenvolvidas no decorrer do período letivo. Como isso os alunos atingiram os objetivos de aprendizagem expressos nos Parâmetros Curriculares Nacionais e aqueles propostos pela escola. Nessa abordagem, os conteúdos mínimos serão explorados tão profundamente para solução dos desafios, que os mínimos sempre chegarão ao máximo. Isso é conhecimento.

Considerações Finais

O professor deve ter sua prática executada com o máximo de resultados positivos, ou seja, tenha no desenvolvimento de seus alunos o reflexo de que seu trabalho está sendo de grande valia, com o mínimo de arestas que deixem seu desempenho inquestionável. Para isso, seu aperfeiçoamento torna-se necessário.

A proposta pedagógica do Colégio SESI, além da profissionalização, busca desenvolver nos alunos o empreendedorismo, a ética, a solidariedade e a cidadania, preparando-os para o mercado de trabalho e para a atuação responsável e ativa na sociedade.

É preciso lembrar que cada aluno reage diferentemente um do outro frente à construção conhecimento. Sendo assim, não se pode exigir que todo educando se desenvolva igualmente em todos os componentes curriculares. Nesse sentido, é preciso diversificar mais as atividades avaliativas e explorar

mais os trabalhos em grupo, em parceria, para que os alunos possam estar contribuindo uns com os outros nos conhecimentos que construíram.

As Oficinas de Aprendizagem desempenham um papel de ensino inovador, uma vez que proporcionam ao aluno uma formação baseada na autonomia, na pesquisa e em princípios e valores sociais, de trabalho colaborativo e ético. Dessa forma, as Oficinas de Aprendizagem preparam o aluno para o futuro, pois esses são desafiados a resolverem problemas que podem ser relacionados ao contexto social, objetivando desenvolver a integração social e promover a formação profissional com bases sólidas.

A metodologia das “Oficinas de Aprendizagem” é diferenciada e inovadora por lançar um desafio referente a uma situação ou problema real, o qual deve ser resolvido por uma equipe de trabalho formada pelos alunos. . A autonomia do aluno é destacada por todos os discentes, através dessa autonomia os professores transformam-se em mediadores do conhecimento.

Sendo o professor mediador de conhecimento e o aluno um indivíduo autônomo, as aulas de língua inglesa tornam-se muito mais prazerosa, pois o professor consegue utilizar metodologias inovadoras, realizar aulas diferenciadas e inserir a língua inglesa em todo o contexto da aula. Podemos verificar as dificuldades dos professores em trabalhar de forma diferenciada na Rede Pública de Educação, dificuldades essas, relacionadas a carga horária reduzida nas aulas de Língua Inglesa, falta de infraestrutura, salas de aulas superlotadas, alunos com problemas sociais graves com falta de motivação para aprender, que não veem relevância na aprendizagem do idioma ou que não acreditam na proposta pedagógica da escola pública.

Indiferente das metodologias utilizadas e de todos os obstáculos enfrentados, os professores de língua inglesa não podem deixar de acreditar na possibilidade da mudança, devem sonhar e trabalhar para um ensino de qualidade que atenda realmente às necessidades dos alunos. A escola de hoje requer um professor crítico, criativo, reflexivo, empreendedor e com mais consciência profissional. É, nesse contexto, que a formação continuada é de suma importância para a atualização docente. Todos os profissionais da educação devem estar em constante formação continuada.

Podemos concluir que tanto nas metodologias aplicadas na Rede SESI de Educação, quanto às da Rede Pública de Ensino, devemos ter um conceito em mente, o professor é um sujeito que deve se colocar na situação de eterno aprendiz, de educador-educando, comprometido com o aluno e a sala de aula, passando por todos os obstáculos para poder instigar o discente a construir seu conhecimento e entender que “melhor do que simplesmente aprender é ter prazer em aprender” (RIGON, 2010, p. 55).

Referências

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas**. 4ª edição, Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

_____ (Org.) **O Professor de Língua Estrangeira em Formação**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005.

BERGMANN, J. C. F. **Aquisição de uma Língua Estrangeira**: o Livro Didático como Motivador. Curitiba, 2002, 155 p. Dissertação (Mestrado em Letras - Estudos Linguísticos), Universidade Federal do Paraná.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira. Brasília: MEC/SEF, 1998

BORGES, Eurípedes Humberto. **Ensino de Língua Estrangeira**: Caminhos e Perspectivas Metodológicas. Revista Triângulo. Uberaba, v. 4, n. 1, p. 01-19, jul./dez. 2011. ISSN: 2175-1609

CANAGARAJAH, S. **Resisting linguistic imperialism in English teaching**. Oxford: Oxford University Press, 1999

COLÉGIO SESI ENSINO MÉDIO. **Colégio SESI Ensino Médio**: Proposta Pedagógica. Curitiba: SESI/PR, 2011.

CORREA, Evandro Antônio. **Ensino/Aprendizagem de Língua Estrangeira – Inglês: Perspectiva de Rigon**. 2016. 50 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Letras – Português/Inglês) Instituto Federal do Paraná, Palmas, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1994.

LEFFA, V. J. **Metodologia no ensino de línguas**. In: BOHN, H. I. e VANDRESSEN, P. Tópicos em linguística aplicada: O Ensino de Língua Estrangeiras. Florianópolis. Ed, da UFSC, 1988.

MARTINS, Denis Pereira; DORN, Paula C. Fischer da Silva. **Colégio SESI Ensino Médio**: Desenvolvendo Valores em Prol da Transformação Social. IN: Anais X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação. Formação para Mudanças no Contexto da Educação: Políticas, Representações Sociais e Práticas. Curitiba: Champagnat, 2011. pg. 14076 – 14086.

MIQUELIN, A. F. **Complexidade educacional**: o caminho da escola para a leitura do mundo. In SESI PARANÁ: Diálogos com a prática: construções



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

teóricas – Coletânea 1. Curitiba: Serviço Social da Indústria/PR, Edição digital, 2008.

MORIN, E. **A cabeça bem feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 128 p

PETERSON, A. A. A.; COX, M. I. P. **Inglês em tempos de globalização para além do bem e do mal**. Calidoscópico, v. 5, n.1, p. 5-14, jan./abr. 2007.

PHILLIPSON, R. **Linguistic imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 1992.

RIGON, Márcia C; **Prazer em aprender**: O novo jeito da escola. Curitiba: Káiros, 2010.

ESPÉCIES DE ASTERACEAE REGISTRADAS NO MUNICÍPIO DE PALMAS, PR

Zenilda de Fatima Carneiro (zenylda_carneiro@hotmail.com)¹
Fernanda Terezinha Dario Borba (nanda-dario_@hotmail.com)¹
Marcos Carneiro Alves (marcoscalves23@gmail.com)¹
Cristiano dos Santos (cristianoas51@hotmail.com)¹
Adriana Couto Pereira (adriana.rocha@ifpr.edu.br)¹
¹ Instituto Federal do Paraná- Campus Palmas

RESUMO: A família Asteraceae é um grupo de planta considerada de maior importância entre as fanerógamas, família cosmopolita, encontradas em todos os continentes, exceto na Antártica. São plantas representadas principalmente por arbustos e pequenas árvores. Contém grande importância econômica na medicina tradicional, além de usadas na fabricação de cosméticos e para ornamentação. O trabalho teve como objetivo identificar as espécies de Asteraceae existentes no Município de Palmas Estado do Paraná, contribuindo com o registro da flora local, que servirá para posteriores estudos e como objeto de estudo nas aulas de Botânica do Instituto Federal - Campus Palmas. As coletas realizadas de fevereiro a agosto abrangeram 11 localidades entre área urbana e rural. Os espécimes eram separados por morfotipos no momento da coleta, em seguida transportados para o laboratório do Instituto, onde eram feitas exsicatas para posterior identificação. Foram coletadas ao todo 31 espécies de Asteraceae distribuídas em 24 gêneros, sendo *Baccharis* L. o gênero que obteve o maior número de espécies coletadas. Acredita-se ter alcançado o objetivo proposto inicialmente, sendo que todas as espécies foram identificadas e registradas como parte da flora da região, e estão sendo usadas como parte da Coleção de Referência e também nas aulas da Botânica do Instituto.

Palavras- chave: Asteraceae, identificação, flora e estudos.

ABSTRACT: Asteraceae family is a group of plants considered with major importance amongst Fanerogame . It's a cosmopolite family, founded in all continents but Antarctic. Those plants are represented mainly by shrubs and small trees. They have great economic importance in traditional medicine, and can be used in cosmetic industry and as ornamental plants. This paper aims to identify Asteraceae species presents at city of Palmas, Paraná, contributing with local flora register that will help future studies and as an study object for Bothanic lectures at IFPR *campus* Palmas. Data collection were performed between February and august, 2015, in 11 spots (urbane and rural areas).Specimens were separated by morphotypes in the moment of collect, then transported to LECA (laboratory of studies of highland fields), where we made voucher specimens to later identification. We collected 31 species of Asteraceae in 24 genus, being *Baccharis* L. the one with bigger number of

species. The objective was attained, with all species identified and registered as part of the city's flora, and the voucher are now part of a Reference Collection and also being used as part of Botanic lectures of IFPR.

INTRODUÇÃO

Entre as muitas famílias de plantas destaca-se as Asteraceae, considerada de maior importância entre as fanerógamas, à família compreende dez por cento de todas as angiospermas. Abrangem cerca de 1.600 gêneros em 23.000 espécies, sendo uma das maiores famílias de plantas são distribuídas em diferentes formas vegetativas. São plantas cosmopolitas disseminadas por todos os continentes, exceto na Antártica, no entanto com maior representação nas regiões temperadas e semi - áridas dos trópicos e subtropicais (ROQUE; BAUTISTA, 2008).

Grupo de plantas extremamente variados, destacando-se principalmente pequenas ervas ou arbustos e mais raramente árvores de grande porte. Sendo que cerca de 98% dos gêneros desse grupo são constituídos por plantas de pequeno porte (VERDI; BRIGHENTE; PIZZOLATTI 2004).

As espécies de Asteraceae são muito estudadas em relação à composição química e biológica, por algumas delas serem usadas na fabricação de novos fármacos e inseticidas, além de algumas espécies serem produtoras de óleos essenciais de importância econômica (AGOSTINI *et al.*, 2005).

São muitas as características morfológicas em Asteraceae que atuam em seu monofiletismo, por ter um capítulo altamente modificado, ovário bicarpelar ínfero, desenvolvendo-se em uma cipsela com óvulo basal e reto e antenas sinânteras. Esse grupo de planta produz compostos secundários, como poliacetileno e lactonas, o que faz pensar que seu sucesso evolutivo possa estar ligado ao desenvolvimento desses sistemas químicos de defesa. Acredita-se também que essas características peculiares seja a principal responsável pela importância econômica da família na medicina tradicional. Além da medicina muitas espécies são usadas na fabricação de cosméticos, produtos alimentícios e como plantas ornamentais (ROQUE; BAUTISTA, 2008), destacando-se a dália (*Dahlia pinnata* sp. Voss), o crisântemo (*Dendranthema grandiflorum* Tzvelev), a gazânia (*Gazania rigens* L.) dentre muitas outras. Enquanto outras são medicinais, como a carqueja (*Baccharis* spp. L.), a camomila (*Matricaria recutita* L.), mil-folhas (*Achillea millefolium* L.) e estêvia (*Stevia rebaudiana* Bert.) (SOUZA; COURI, 2012).

Essas plantas são amplamente utilizadas pelo mundo, vários países usam no tratamento de doenças, no Brasil muitas espécies são usadas na medicina popular. São feitos chás para usar no tratamento de problemas digestivos e inflamatórios (FACHINETTO *et al.*, 2007).

O sistema de classificação das Asteraceae já sofreu diversos rearranjos desde 1873. Em 2007 chegou à classificação de 11 subfamílias em 35 tribos, no entanto acredita-se que esse número seja muito maior. Diferente da classificação atribuído às tribos, as interpretações dada ao conceito de gênero na família vem sendo alterado ao longo da história e, especialmente nos últimos vinte anos, a classificação genérica tem sofrido grandes rearranjos (ROQUE; BAUTISTA, 2008).

No Brasil as principais tribos de Asteraceae são: Astereae com 203 espécies descritas; Cardueae 17; Eupatorieae 616; Heliantheae 236; Inuleae 56; Lactuceae 17; Mutisieae 173; Senecioneae 83; Tageteae 21 e Vernonieae com 442 espécies descritas até a realização do estudo (PRADO, 1999).

Existem diversas regiões do Brasil inexploradas, sem registros para Asteraceae, sem dúvida é de extrema importância estudar esse grupo de planta tão utilizado tanto na medicina popular, como também para outros fins. Pensando nisso foi desenvolvido um estudo que contemplara mais uma região do Brasil.

O trabalho tem como objetivo identificar as espécies de Asteraceae existentes no Município de Palmas, região sudoeste do Estado do Paraná, contribuindo com o registro da flora local e servindo como objeto de estudo nas aulas de Botânica da instituição de ensino do Município.

MATERIAIS E MÉTODO

O Município de Palmas está localizado na região sudoeste do Estado do Paraná, conhecido como Campus de Palmas, devido os campos sulinos encontrados na região.

As coletas das plantas foram realizadas semanalmente de fevereiro a agosto de 2015 em várias localidades do município, tanto em área urbana como rural. No momento da coleta as plantas eram separadas por morfotipos e colocadas em sacolas plásticas, para ser encaminhado até o laboratório do Instituto Federal do Paraná- Campus Palmas, onde eram feitas exsicatas (figura 1) com uma réplica, para posterior identificação. As exsicatas eram colocadas na estufa onde permanecia por algumas horas, até estarem prontas para ser armazenadas no laboratório.

Para identificação as exsicatas foram levadas até o Jardim Botânico de Curitiba departamento de Botânica onde foram identificadas pelo Sr. Tadeu Mottam.



FIGURA 1: Exsicatas das plantas coletadas durante o trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram coletadas 31 espécies de Asteraceae distribuídas em 21 gêneros. O gênero mais abundante foi *Baccharis* L, apresentando 8 espécies diferentes, o qual corresponde à 33% do total de espécies coletadas. Seguido de *Chromolaena* DC, que apresentou 3 espécies, equivalente à 12,5% das espécies coletadas. Os demais gêneros apresentaram entre 1 e 2 espécies por gênero (Gráfico 1).

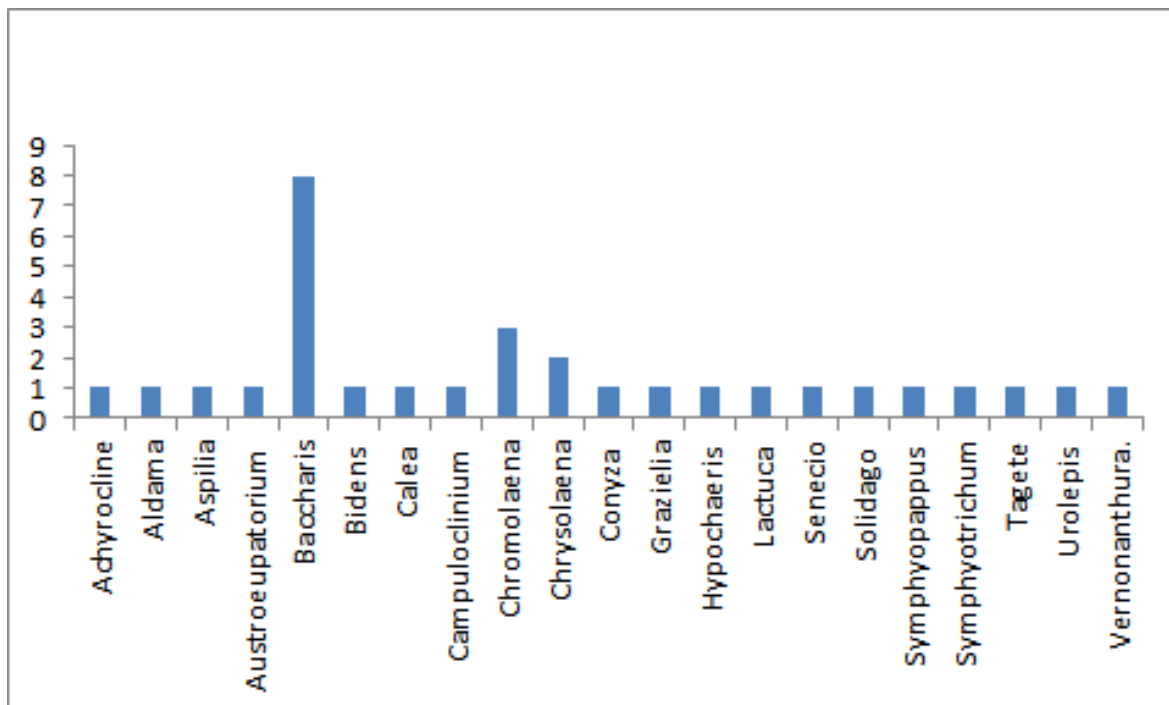


GRÁFICO 1: Número de espécies de Asteraceae para cada gênero coletado.

O gênero *Baccharis* está entre os gêneros mais diversos em Asteraceae, compreende cerca de 500 espécies distribuídas em diversos países, ocupando preferencialmente regiões mais altas. O fato do município de Palmas serem uma região com altitude elevada pode ter influenciado nas aparições desse gênero (VERDI; BRIGHENTE; PIZZOLATTI, 2005). A carqueja é um exemplo de *Baccharis*, muita das espécies desse gênero, contém um óleo que quando extraído dessas plantas serve para a fabricação de perfumaria, tendo grande valor nas indústrias de fragrâncias (AGOSTINI *et al.*, 2005).

O trabalho realizado por AGOSTINI *et al.*, 2005, comprova a ampla distribuição dessa família de planta no Estado do Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul. Algumas das espécies de Asteraceae, principalmente as do gênero *Baccharis*, tem grande valor sócio- econômico, sendo usadas na medicina popular no controle e tratamento de diversas doenças, despertando o interesse de muitos pesquisadores. A diversidade desse gênero dentro do grupo das Asteraceae e sua ampla distribuição, explica as aparições de muitas de suas espécies nesse trabalho.

No entanto não é possível afirmar que o gênero *Baccharis*, é o gênero de Asteraceae com maior número de espécies na região de Palmas, pelo fato de que, apenas 11 localidades foram examinadas (Gráfico 2). Além desse gênero o segundo mais encontrado nesse estudo, *Chromolaena* já foi registrado em outros países, na Venezuela, ROJAS *et al*, 2012 registrou esse gênero na região da Mérida, na África *Chromolaena* obteve registros nos

estudos de TIMBILLA; BRAIMAH, 2000. Outras espécies registradas nesse estudo (tabela 1), como a *Bidens pilosa* L., já foram encontradas por GILBERT; ALVES; FAVORETO, 2013 em uma pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro, GASPER *et al.*, 2013, MOREIRA *et al.*, 2007 registraram algumas dessas espécies no Estado de Santa Catarina e Minas Gerais, na cidade de Viçosa.

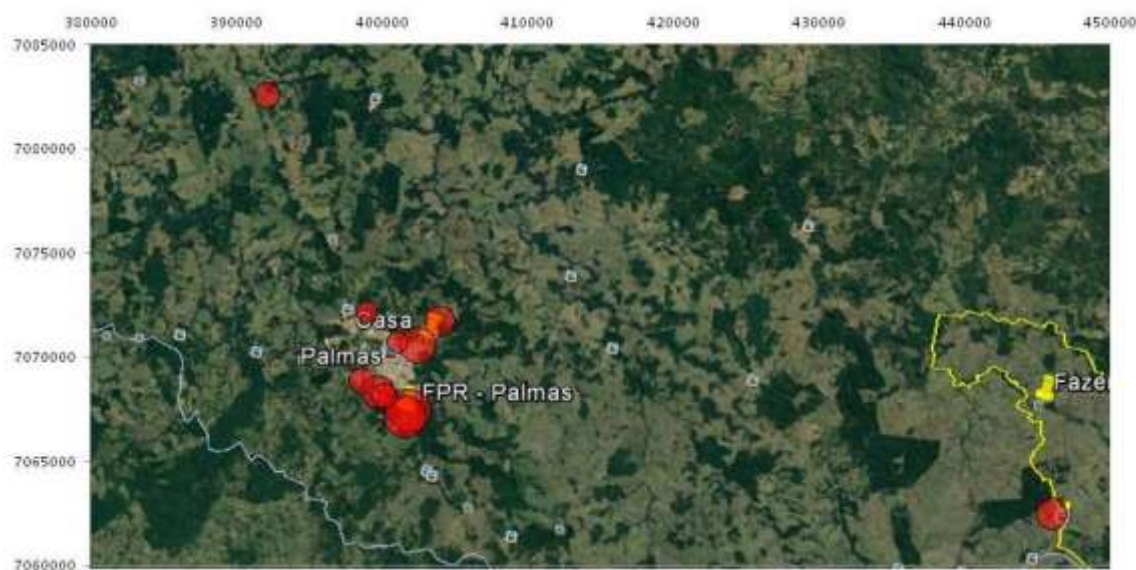


GRÁFICO 2: Distribuição dos pontos de coleta e comparativo entre o número de espécies obtidos em cada ponto, variando conforme o tamanho dos círculos entre 12 espécies e 4 espécies. Coordenadas em UTM.

TABELA 1: Lista das espécies de Asteraceae registradas no Município de Palmas

Espécies de Asteraceae

<i>Achyrocline satureioides</i> (Lam.) DC.	<i>Campuloclinium macrocephalum</i> (Less.) DC.
<i>Aldama pilosa</i> (Baker) E.E.Schill. & Panero	<i>Chromolaena laevigata</i> (Lam.) R.M.King & H.Rob.
<i>Aspilia reflexa</i> (Sch. Bip. ex Baker) Baker	<i>Chromolaena pedunculosa</i> (Hook. & Arn.) R.M.King & H.Rob.
<i>Austroeupatorium inulaefolium</i> (Kunth) R.M.King & H.Rob.	<i>Chrysolaena platensis</i> (Spreng.) H.Rob.
<i>Baccharis caprariifoli</i> DC.	<i>Chrysolaena propínqua</i> (Hieron) H.Rob.
<i>Baccharis cognata</i> DC.	<i>Conyza canadenses</i> (L.) Cronquist

<i>Baccharis dentata</i> (Vell.) G.M.Barroso	<i>Grazielia serrata</i> (Spreng.) R.M.King & H.Rob.
<i>Baccharis helichrysoides</i> DC.	<i>Hypochaeris radicata</i> L.
<i>Baccharis microcephala</i> (Less.) DC.	<i>Lactuca serriola</i> L.
<i>Baccharis semiserrata</i> DC.	<i>Senecio grisebachii</i> Baker
<i>Baccharis uncinella</i> DC	<i>Solidago chilensis</i> Meyen
<i>Baccharis vulneraria</i> Baker	<i>Symphyopappus cuneatus</i> (DC.) Sch. Bip. ex Baker
<i>Bidens pilosa</i> L.	<i>Symphyotrichum squamatum</i> (Spreng.) G.L.Nesom
<i>Calea triantha</i> (Vell.) Pruski	<i>Tagetes erecta</i> L.
	<i>Urolepis hecatantha</i> (DC.) R.M.King & H.Rob.

As Asteraceae coletadas nesse estudo estão distribuídas em dez tribos: Astereae; Eupatorieae; Helenieae; Heliantheae; Vernonieae; Lactuceae; Senecioneae; Cichorieae; Coreopsideae; Gnaphalieae. Dentre as tribos, Eupatorieae e Astereae se sobre saíram com 6 e 4 espécies de Asteraceae respectivamente.

A região de Palmas apresentou enorme diversidade de Asteraceae, pois das 11 localidades em que se efetuaram as coletas, foram registradas várias espécies desse grupo de planta. Esse resultado não significa que todas as espécies de Asteraceae existentes na região foram identificadas; o presente estudo apresenta os primeiros registros da planta para o Município Palmas. A diversidade desse grupo para o Município tende-se a ser muito maior, no entanto necessita-se de mais estudos, que contemplem maior número de pontos de coleta, localizados em outras localidades dessa região.

As plantas coletadas farão parte da Coleção de Referência em Diversidade dos Campos de Altitude, atualmente desenvolvida pelo LECA, que se propõe a manter exemplares dos grupos com que a equipe trabalha, que foram devidamente identificados por especialistas em suas respectivas áreas (tais como Asteraceae, Coleoptera, Diptera, entre outros) para facilitar e aumentar a acurácia dos futuros trabalhos em Ecologia e Biodiversidade. As exsiccatas em duplicata serão utilizadas pelos professores nas aulas de Botânica do Instituto, oportunizando os alunos conhecer essa família de planta

de grande relevância, não só econômica, mais também sendo objeto de estudos entre vários pesquisadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As coletas foram realizadas em 11 localidades entre rural e urbana, e todas apresentaram mais que uma espécie de Asteraceae, levando a acreditar na ampla distribuição desse grupo de planta na região sudoeste do Estado do Paraná. Todas as plantas foram identificadas e armazenadas no laboratório de Zoologia do Instituto para usá-las como ferramenta de estudo nas aulas de Botânica do Curso de Ciências Biológicas.

O estudo obteve enfoque fitocêntrico, ou seja, direcionado para as propriedades da planta. Contribuiu com o registro da flora da região, podendo ser usado em estudos posteriores. Antes deste estudo não foram encontrados registros de espécies desse grupo de planta, de Asteraceae, para o Município de Palmas. Acredita-se que a proposta inicial do estudo foi alcançada, que era identificar quais as espécies de Asteraceae, família considerada de maior importância entre as fanerógamas, e contribuir com o registro da flora do Município.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, F. *et al.* Estudo do óleo essencial de algumas espécies do gênero *Baccharis* (Asteraceae) do sul do Brasil. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, ISSN 0102-695X, set 2005.

FACHINETTO J.M *et al.* Efeito anti-proliferativo das infusões de *Achyrocline satureioides* DC (Asteraceae) sobre o ciclo celular de *Allium cepa*. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, ISSN 0102-695X, mar 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbfar/v17n1/a11v17n1.pdf>> Acesso em 30 ago 2016.

GASPER, A. L. *et al.* Flora da floresta ombrófila mista em Santa Catarina, baseada no inventário florístico florestal de Santa Catarina. **Rodriguésia**, 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rod/v64n2/01.pdf> > Acesso em: 29 ago 2016.

GILBERT.;ALVES.;FAVORETO. *Bidens pilosa* L. Asteraceae (Compositae; subfamília Heliantheae).**Revista Fitos**, vol. 8, Rio de Janeiro. 2013.

MOREIRA, M. S. *et al.* Resistência de *Conyza canadensis* E *C. bonariensis* ao herbicida Glyphosate. **Planta Daninha**, Viçosa-MG, v. 25, n. 1, p. 157-164, 2007. Disponível em: <<http://www.hrac-br.com.br/Documentos/Trabalhos/RESISTENCIA%20BUVA%20%20MOREIRA,%20MS%20PLANTA%20DANINHA.PDF>> Acesso em: 29 ago 2016.

PRADO P. I. K. L. **Determinantes de ampla escala entre insetos e plantas: tephrideos (Diptera) endófitos de capítulos de Asteraceae.** 139 f. Tese (Doutorado em Ecologia) – Setor de Biologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas- SP, 1999.

ROJAS, J. *et al.* Comparative study on the Chemical composition and antibacterial activity of the essential oil of *Chromolaena laevigata* (Lam.) R.M. King & H. Rob. collected from Mérida-Venezuela. **Ciencia** vol 20, Maracaibo Venezuela, set 2012.

ROQUE N.; BAUTISTA H. Asteraceae caracterização e morfologia floral. **Edufba**, 2008. Disponível em: <http://www.alcb.ibio.ufba.br/pdf/nadia/Roque%20&%20Bautista_2008_Caracteriza%C3%A7%C3%A3o_e_morfologia_floral_.pdf> Acesso em: 30 mar. 2015.

SOUSA, V. R. ; COURI, M. S. *Japanagromyza inferna* Spencer (insecta, diptera, Agromyzidae) em restingas do Estado Rio de Janeiro – Brasil. II **Simpósio de Pesquisa em Mata Atlântica**, 2012. Museu Nacional, Universidade Federal do rio de Janeiro.

TIMBILLA, J. A .; BRAIMAH, H. Successful biological control of *Chromolaena odorata* in Ghana: The potential for a regional programme in Africa. **ARC-PPRI (2002) PP. 66-70**, outubro 2000.

VERDI, L. G.; BRIGHENTE, I. M. C.; PIZZOLATTI, M. G. Gênero *Baccharis* (Asteraceae): aspectos químicos, econômicos e biológicos. **Quim. Nova**, Vol. 28, No. 1, 85-94, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/qn/v28n1/23044.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

ESTUDO DA BIOMASSA PIROLISADA EM BAIXAS TEMPERATURAS PARA A REMOÇÃO DO ÍON COBRE II EM MEIO AQUOSO

Eduarda Kalena Kirsch de Ramos (IC), eduardakkirsch@gmail.com

Jaqueline Nicolini (PQ), jaqueline.nicolini@ifpr.edu.br

Keller Paulo Nicolini (PQ). keller.nicolini@ifpr.edu.br

Resumo: A biomassa modificada pela ação do calor na ausência de oxigênio produz o carvão, que interage com metais dissolvidos em meio aquoso. O descarte inadequado de resíduos que contêm íons cobre II é relatado pela literatura. A biomassa de *Araucaria angustifolia* triturada até granulometria $\leq 2,0$ mm foi utilizada para preparar amostras saturadas com água (BAH) e com solução aquosa de ureia (BAU). As amostras de BAH e de BAU foram pirolisadas, nas temperaturas de 250, 300, 350, 400, 450 e 500 °C, por duas horas, separadamente. Foram avaliadas as capacidades dos materiais em reter íons cobre II em meios contendo $1,0 \times 10^{-2}$, $1,5 \times 10^{-2}$ e $2,0 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ Cu²⁺. Para o estudo da capacidade de remoção foram avaliadas soluções contendo íons cobre II, nas temperaturas de 25, 40 e 55°C. A capacidade de saturação de BA em água equivale a 2,7 mL g⁻¹. As amostras BAH450 e BAU450 apresentaram os menores rendimentos gravimétricos em massa. Enquanto que CA a 25 °C é capaz de remover 6,5 mg, BA a 25 °C 31,0 mg, BAU500 a 25 °C 15,5 mg, BAU450 a 25 °C, 26,8 mg de íons cobre II por grama de amostra.

Palavras-chave: UV-Vis, *Araucaria angustifolia*, espectroscopia.

1 Introdução

O reaproveitamento de diferentes tipos de biomassa tem despertado o interesse da comunidade científica. A biomassa modificada pela ação do calor na ausência de oxigênio produz o carvão, que interage com metais dissolvidos em meios aquosos. A biomassa é proveniente de fontes vivas, normalmente de origem florestal, a agrícola ou aquática, de origem vegetal ou de origem animal, (Paradela, 2012). A estimativa da ordem de grandeza da quantidade de resíduos produzidos no mundo é bastante diversa. (Barbosa, 2008). A biomassa é aproveitada na produção de energia, nutrição animal, em fertilizantes e na medicina. (Barbosa, 2008) A biomassa tem importante papel energético, socioeconômico e socioambiental, sendo a pirólise, um processo termoquímico usado no tratamento de resíduos pela decomposição térmica de materiais na ausência de oxigênio, geralmente em baixas temperaturas e em pressões próximas a pressão atmosférica. (Paradela, 2012). Uma alternativa para agregar valor à biomassa (Vieira *et al.*, 2014) é a pirólise pode ser lenta com taxa de aquecimento menor que 2°C por segundo e temperaturas inferiores a 500°C. (Paradela, 2012). A interação entre o material que retém e a espécie que é retida pode ser física, que é mais fraca com camadas

sobrepostas da espécie retida ou química quando há interações químicas que formam apenas uma camada com liberação de energia. (Labegalini, 2013, SONDA *et al.*, 2015) O estudo por espectroscopia de ultravioleta visível (UV-Vis) de resíduos que contenham íons cobre II é relatado pela literatura (Awual, 2017, Djemmoe *et al.*, 2016, Le *et al.*, 2016, Zhang *et al.*, 2017) O objetivo deste estudo consiste na pirólise da biomassa de *Araucaria angustifolia* (BA) em baixas temperaturas na presença de água e ureia para avaliar a capacidade dos materiais pirolisados interagirem com íons cobre II em meio aquoso.

2 Materiais e Métodos

Falhas de pinha de *Araucaria angustifolia* foram moídas em um triturador mecânico até granulometria \leq a 2,0 mm de diâmetro. A partir do material moído foram preparadas amostras saturadas com água (BA) e com solução aquosa de ureia (BAU). Triplicatas das amostras de BA e de BAU foram pirolisadas separadamente em um forno Mufla Quimis, modelo 318 D24 adaptado, nas temperaturas de 250 (BA250 e BAU250), 300 (BA300 e BAU300), 350 (BA350 e BAU350), 400 (BA400 e BAU400), 450 (BA450 e BAU450) e 500 °C (BA500 e BAU500), por duas horas. Após os diferentes materiais pirolisados atingirem a temperatura ambiente a massa do resíduo sólido obtido foi determinada, obtendo-se o rendimento gravimétrico em carvão. A partir de testes em meio aquoso foram avaliadas as capacidades dos diferentes materiais para reter íons cobre II em meios contendo $1,0 \times 10^{-2}$, $1,5 \times 10^{-2}$ e $2,0 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹.

Foram avaliadas as amostras de BA a 25 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA25- 1×10^{-2}), a 40 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA40- 1×10^{-2}), a 55 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA55- 1×10^{-2}), a 25 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA25- $1,5 \times 10^{-2}$), a 40 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA40- $1,5 \times 10^{-2}$), a 55 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA55- $1,5 \times 10^{-2}$), a 25 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA25- 2×10^{-2}), a 40 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA40- 2×10^{-2}) e a 55 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA55- 2×10^{-2}).

Também foram avaliadas amostras de carvão ativado (CA) a 25 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (CA25- 1×10^{-2}), a 40 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (CA40- 1×10^{-2}), a 55 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (CA55- 1×10^{-2}), a 25 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (CA25- $1,5 \times 10^{-2}$), a 40 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (CA40- $1,5 \times 10^{-2}$), a 55 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (CA55- $1,5 \times 10^{-2}$), a 25 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (CA25- 2×10^{-2}), a 40 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (CA40- 2×10^{-2}) e a 55 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (CA55- 2×10^{-2}). Esses foram os testes utilizados como referência para os materiais pirolisados.

E ainda, foram avaliadas as amostras BA250 a 25 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA250-25- 1×10^{-2}), BA250 a 40 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA250-40- 1×10^{-2}), BA250 a 55 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA250-55- 1×10^{-2}), BA250 a 25 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA250-25- $1,5 \times 10^{-2}$), BA250 a 40 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA250-40- $1,5 \times 10^{-2}$), BA250 55 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA250-55- $1,5 \times 10^{-2}$), BA250 a 25 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA250-25- 2×10^{-2}), BA250 a 40 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA250-40- 2×10^{-2}), BA250 55 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA250-55- 2×10^{-2}), BA300 a 25 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA300-25- 1×10^{-2}), BA300 a 40 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA300-40- 1×10^{-2}), BA300 a 55 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA300-55- 1×10^{-2}), BA300 a 25 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA300-25- $1,5 \times 10^{-2}$), BA300 a 40 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA300-40- $1,5 \times 10^{-2}$), BA300 55 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA300-55- $1,5 \times 10^{-2}$), BA300 a 25 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA300-25- 2×10^{-2}), BA300 a 40 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA300-40- 2×10^{-2}), BA300 55 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA300-55- 2×10^{-2}), BA350 a 25 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA350-25- 1×10^{-2}), BA350 a 40 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA350-40- 1×10^{-2}), BA350 a 55 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA350-55- 1×10^{-2}), BA350 a 25 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA350-25- $1,5 \times 10^{-2}$), BA350 a 40 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA350-40- $1,5 \times 10^{-2}$), BA350 55 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA350-55- $1,5 \times 10^{-2}$), BA350 a 25 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA350-25- 2×10^{-2}), BA350 a 40 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA350-40- 2×10^{-2}), BA350 55 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA350-55- 2×10^{-2}), BA400 a 25 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA400-25- 1×10^{-2}), BA400 a 40 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA400-40- 1×10^{-2}), BA400 a 55 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA400-55- 1×10^{-2}), BA400 a 25 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA400-25- $1,5 \times 10^{-2}$), BA400 a 40 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA400-40- $1,5 \times 10^{-2}$), BA400 55 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA400-55- $1,5 \times 10^{-2}$), BA400 a 25 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA400-25- 2×10^{-2}), BA400 a 40 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA400-40- 2×10^{-2}), BA400 55 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA400-55- 2×10^{-2}), BA450 a 25 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA450-25- 1×10^{-2}), BA450 a 40 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA450-40- 1×10^{-2}), BA450 a 55 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA450-55- 1×10^{-2}), BA450 a 25 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA450-25- $1,5 \times 10^{-2}$), BA450 a 40 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA450-40- $1,5 \times 10^{-2}$), BA450 55 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA450-55- $1,5 \times 10^{-2}$), BA450 a 25 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA450-25- 2×10^{-2}), BA450 a 40 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA450-40- 2×10^{-2}), BA450 55

°C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA450-55- 2×10^{-2}), BA500 a 25°C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA500-25- 1×10^{-2}), BA500 a 40°C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA500-40- 1×10^{-2}), BA500 a 55 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA500-55- 1×10^{-2}), BA500 a 25 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA500-25- $1,5 \times 10^{-2}$), BA500 a 40 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA500-40- $1,5 \times 10^{-2}$), BA500 55 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA500-55- $1,5 \times 10^{-2}$), BA500 a 25 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA500-25- 2×10^{-2}), BA500 a 40 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA500-40- 2×10^{-2}), BA500 55 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BA500-55- 2×10^{-2}), BAU250 a 25 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU250-25- 1×10^{-2}), BAU250 a 40 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU250-40- 1×10^{-2}), BAU250 a 55 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU250-55- 1×10^{-2}), BAU250 a 25 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU250-25- $1,5 \times 10^{-2}$), BAU250 a 40 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU250-40- $1,5 \times 10^{-2}$), BAU250 55 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU250-55- $1,5 \times 10^{-2}$), BAU250 a 25 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU250-25- 2×10^{-2}), BAU250 a 40 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU250-40- 2×10^{-2}), BAU250 55 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU250-55- 2×10^{-2}), BAU300 a 25 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU300-25- 1×10^{-2}), BAU300 a 40 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU300-40- 1×10^{-2}), BAU300 a 55 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU300-55- 1×10^{-2}), BAU300 a 25 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU300-25- $1,5 \times 10^{-2}$), BAU300 a 40 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU300-40- $1,5 \times 10^{-2}$), BAU300 55 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU300-55- $1,5 \times 10^{-2}$), BAU300 a 25 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU300-25- 2×10^{-2}), BAU300 a 40 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU300-40- 2×10^{-2}), BAU300 55 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU300-55- 2×10^{-2}), BAU350 a 25 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU350-25- 1×10^{-2}), BAU350 a 40 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU350-40- 1×10^{-2}), BAU350 a 55 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU350-55- 1×10^{-2}), BAU350 a 25 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU350-25- $1,5 \times 10^{-2}$), BAU350 a 40 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU350-40- $1,5 \times 10^{-2}$), BAU350 55 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU350-55- $1,5 \times 10^{-2}$), BAU350 a 25 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU350-25- 2×10^{-2}), BAU350 a 40 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU350-40- 2×10^{-2}), BAU350 55 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU350-55- 2×10^{-2}), BAU400 a 25 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU400-25- 1×10^{-2}), BAU400 a 40 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU400-40- 1×10^{-2}), BAU400 a 55 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU400-55- 1×10^{-2}), BAU400 a 25 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU400-25- $1,5 \times 10^{-2}$), BAU400 a 40 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ (BAU400-40- $1,5 \times 10^{-2}$), BAU400 55 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹

de Cu^{2+} (BAU400-55- $1,5 \times 10^{-2}$), BAU400 a 25 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L^{-1} de Cu^{2+} (BAU400-25- 2×10^{-2}), BAU400 a 40 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L^{-1} de Cu^{2+} (BAU400-40- 2×10^{-2}), BAU400 55 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L^{-1} de Cu^{2+} (BAU400-55- 2×10^{-2}), BAU450 a 25 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L^{-1} de Cu^{2+} (BAU450-25- 1×10^{-2}), BAU450 a 40 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L^{-1} de Cu^{2+} (BAU450-40- 1×10^{-2}), BAU450 a 55 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L^{-1} de Cu^{2+} (BAU450-55- 1×10^{-2}), BAU450 a 25 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L^{-1} de Cu^{2+} (BAU450-25- $1,5 \times 10^{-2}$), BAU450 a 40 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L^{-1} de Cu^{2+} (BAU450-40- $1,5 \times 10^{-2}$), BAU450 55 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L^{-1} de Cu^{2+} (BAU450-55- $1,5 \times 10^{-2}$), BAU450 a 25 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L^{-1} de Cu^{2+} (BAU450-25- 2×10^{-2}), BAU450 a 40 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L^{-1} de Cu^{2+} (BAU450-40- 2×10^{-2}), BAU450 55 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L^{-1} de Cu^{2+} (BAU450-55- 2×10^{-2}), BAU500 a 25 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L^{-1} de Cu^{2+} (BAU500-25- 1×10^{-2}), BAU500 a 40 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L^{-1} de Cu^{2+} (BAU500-40- 1×10^{-2}), BAU500 a 55 °C na concentração de 1×10^{-2} mol L^{-1} de Cu^{2+} (BAU500-55- 1×10^{-2}), BAU500 a 25 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L^{-1} de Cu^{2+} (BAU500-25- $1,5 \times 10^{-2}$), BAU500 a 40 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L^{-1} de Cu^{2+} (BAU500-40- $1,5 \times 10^{-2}$), BAU500 55 °C na concentração de $1,5 \times 10^{-2}$ mol L^{-1} de Cu^{2+} (BAU500-55- $1,5 \times 10^{-2}$), BAU500 a 25 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L^{-1} de Cu^{2+} (BAU500-25- 2×10^{-2}), BAU500 a 40 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L^{-1} de Cu^{2+} (BAU500-40- 2×10^{-2}), BAU500 55 °C na concentração de 2×10^{-2} mol L^{-1} de Cu^{2+} (BAU500-55- 2×10^{-2}).

Para os estudos de retenção dos íons cobre II nos materiais pirolisados foram utilizados 0,5 g dos diferentes materiais e 0,1 L de solução contendo íons cobre II, sob agitação, nas temperaturas de 25, 40 e 55°C. As leituras das soluções filtradas foram realizadas em um espectrofotômetro modelo Nova 200, em 768 utilizando-se água como referência. (Akhuli *et al.*, 2013, Bennici *et al.*, 2003, Brennan *et al.*, 2011, Lakshmana Rao *et al.*, 2004)

3 Resultados e Discussões

A capacidade de saturação de BA em água equivale a $2,7 \text{ mL g}^{-1}$. As amostras BAH450 e BAU450 apresentaram os menores rendimentos gravimétricos em massa. A pirólise das amostras BAH apresentam maiores rendimentos gravimétricos nas mesmas temperaturas quando comparadas as amostras BAHU, indicando a menor estabilidade térmica do material na presença de ureia, um composto orgânico de fórmula molecular $\text{CH}_4\text{N}_2\text{O}$.

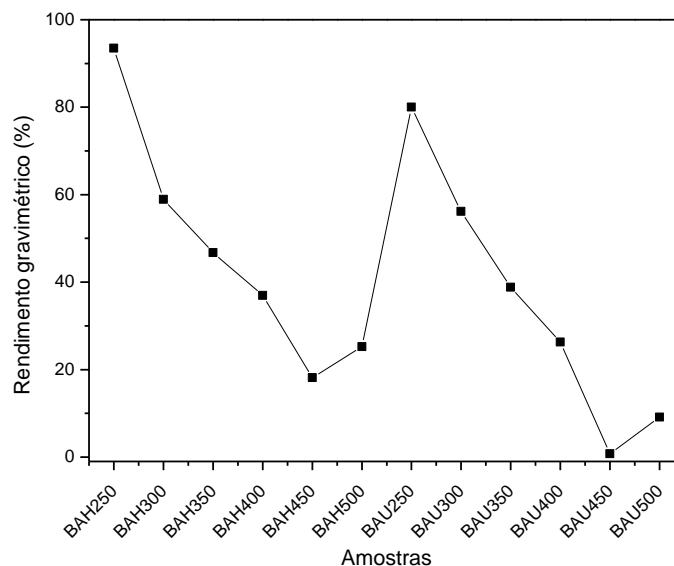


FIGURA 1 – Avaliação do rendimento gravimétrico da biomassa de *Araucaria angustifolia* pirolisada na presença de água e de ureia em 250, 300, 350, 400, 450 e 500 °C.

Na FIGURA 2 é possível verificar que após 5 minutos de avaliação monitoramento das amostras de carvão ativado (CA) a maior capacidade de remoção de íons cobre II foi determinada para a amostra CA a 25 °C, capaz de remover 6,5 mg de íons cobre II por grama de CA.

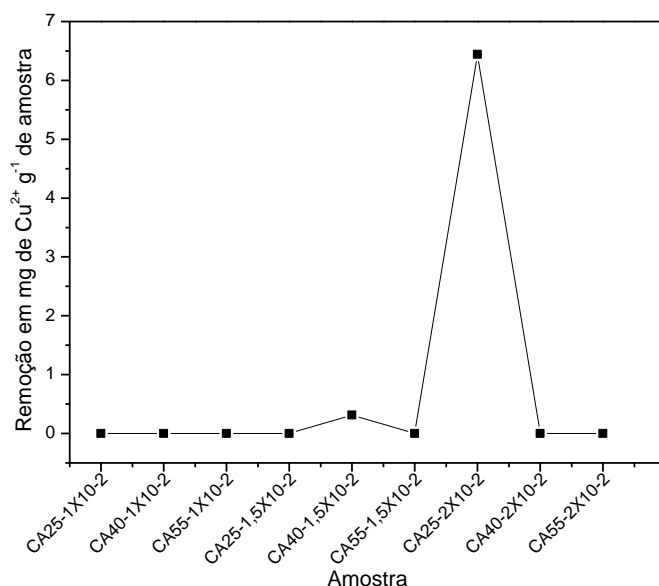


FIGURA 2 – Avaliação da capacidade de remoção de íons cobre II aquoso nas concentrações de $1,0 \times 10^{-2}$, $1,5 \times 10^{-2}$ e $2,0 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ para as amostras de carvão ativado (CA) testadas nas temperaturas de 25, 40 e 55 °C.

Na FIGURA 3 é possível verificar que após 5 minutos de monitoramento das amostras de biomassa de *Araucaria angustifolia* a maior capacidade de remoção de íons cobre II foi determinada para a amostra BA a 25 °C, capaz de remover 31,0 mg de íons cobre II por grama de BA.

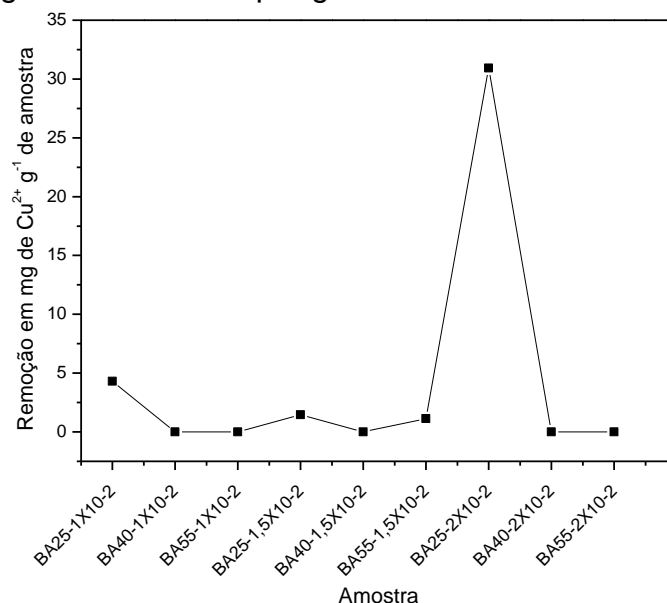


FIGURA 3 – Avaliação da capacidade de remoção de íons cobre II aquoso nas concentrações de $1,0 \times 10^{-2}$, $1,5 \times 10^{-2}$ e $2,0 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ para as amostras de biomassa de *Araucaria angustifolia* (BA) testadas nas temperaturas de 25, 40 e 55 °C.

Na FIGURA 4 é possível verificar que após 5 minutos de avaliação as amostras pirolisadas na presença de água a maior capacidade de remoção de íons cobre II foi determinada para a amostra BA500 a 25 °C, capaz de remover 15,5 mg de íons cobre II por grama de BA500.

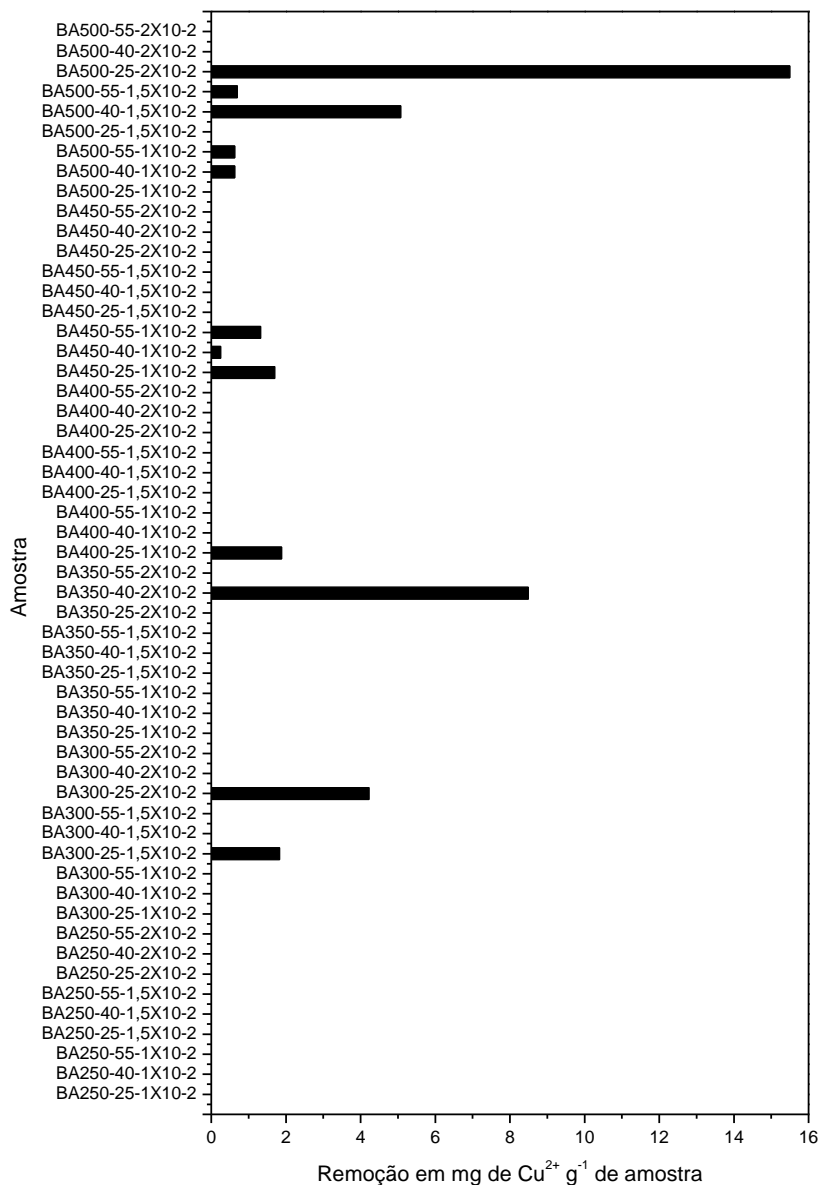


FIGURA 4 – Avaliação da capacidade de remoção de íons cobre II aquoso nas concentrações de $1,0 \times 10^{-2}$, $1,5 \times 10^{-2}$ e $2,0 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ para as amostras de biomassa de *Araucaria angustifolia* pirolisadas na presença de água em 250, 300, 350, 400, 450 e 500 °C, testadas nas temperaturas de 25, 40 e 55 °C.

Na FIGURA 5 as amostras pirolisadas na presença de água e ureia a 500 °C, apresentam após 5 minutos de monitoramento capacidade para remover íons cobre II nas temperaturas de 25, 40 e 55 °C. No entanto a maior capacidade de remoção de íons cobre II foi determinada para a amostra BAU450 a 25 °C, capaz de remover 26,8 mg de íons cobre II por grama de BAU450.

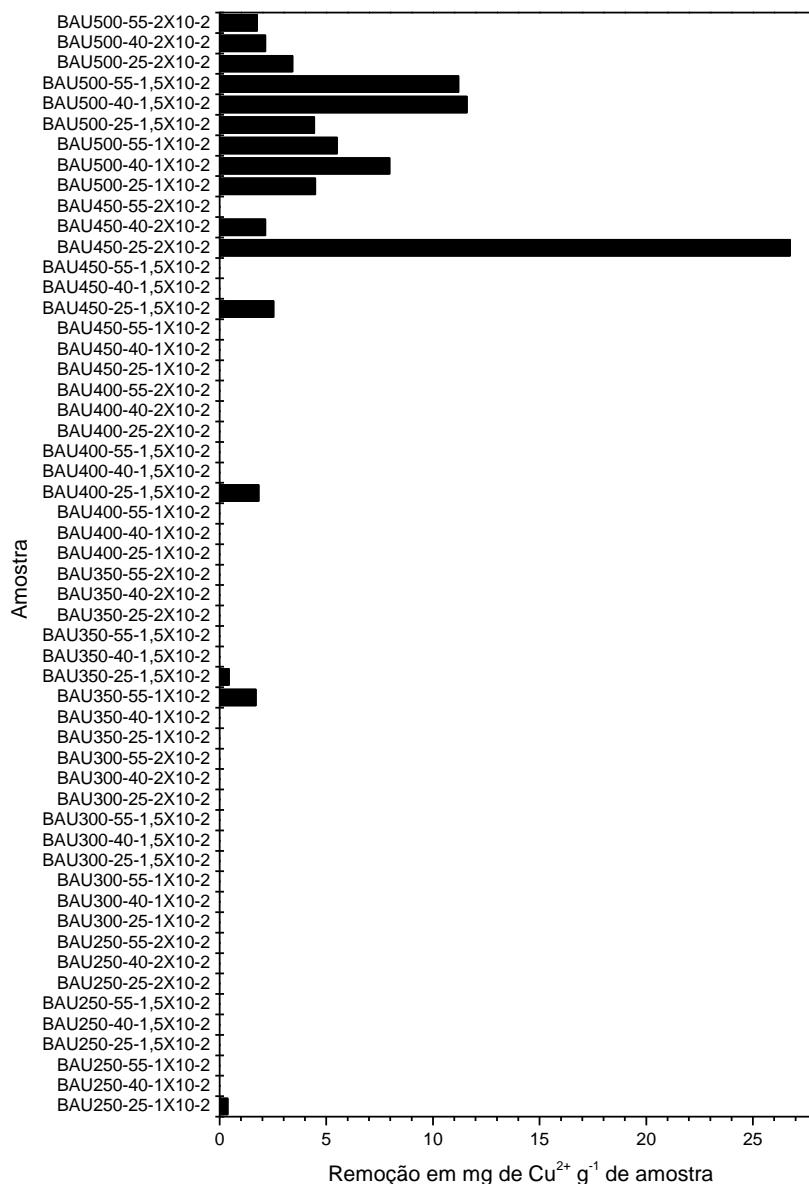


FIGURA 5 – Avaliação da capacidade de remoção de íons cobre II aquoso nas concentrações de $1,0 \times 10^{-2}$, $1,5 \times 10^{-2}$ e $2,0 \times 10^{-2}$ mol L⁻¹ de Cu²⁺ para as amostras de biomassa de *Araucaria angustifolia* pirolisadas na presença de água e ureia em 250, 300, 350, 400, 450 e 500 °C, testadas nas temperaturas de 25, 40 e 55 °C.

4 Considerações finais

Os estudos realizados para CA, BA, BA250, BA300, BA350, BA400, BA450, BA500, BAU250, BAU300, BAU350, BAU400, BAU450 e BAU500 indicam que na temperatura de 25 °C ocorrem as maiores remoções de Cu²⁺ aquoso. Para os materiais estudados a maior capacidade de remoção de íons cobre II aquoso é 31,0 mg g⁻¹ para BA, 26,8 mg g⁻¹ para BAU a 450 °C, 15,5 mg

g^{-1} para BA500 e $6,5 \text{ mg g}^{-1}$ para CA. A utilização de carvão ativado comercial para a remoção de Cu^{2+} nas condições avaliadas remove 4,7 vezes menos íons cobre II quando comparado à biomassa de falhas de *Araucaria angustifolia*.

Referências

- AKHULI, B.; GHOSH, T. K. ; GHOSH, P. **Effect of coordinating (-CN) vs. non-coordinating (-F) substituents in 3-pyridyl urea receptors toward second sphere sulfate recognition: selective crystallisation of CuSO_4 from mixtures of competing anions/cations**, CrystEngComm, 15(45): 9472-9482, (2013).
- AWUAL, M. R. **New type mesoporous conjugate material for selective optical copper(II) ions monitoring & removal from polluted waters**, Chemical Engineering Journal, 307: 85-94, (2017).
- BARBOSA, C. *Biomassa para energia*: Unicamp, (2008).
- BENNICI, S.; GERVASINI, A. ; RAGAINI, V. **Preparation of highly dispersed CuO catalysts on oxide supports for de-NO_x reactions**, Ultrasonics Sonochemistry, 10(2): 61-64, (2003).
- BRENNAN, B. J.; KENNEY, M. J.; LIDDELL, P. A.; CHERRY, B. R.; LI, J.; MOORE, A. L.; MOORE, T. A. ; GUST, D. **Oxidative coupling of porphyrins using copper(ii) salts**, Chemical Communications, 47(36): 10034-10036, (2011).
- DJEMMOE, L. G.; NJANJA, T. E.; NGAHA DEUSSI, M. C. ; TONLE, K. I. **Assessment of copper(II) biosorption from aqueous solution by agricultural and industrial residues**, Comptes Rendus Chimie, 19(7): 841-849, (2016).
- LABEGALINI, A. **Obtenção de biochar a partir da pirólise rápida da torta de pinhão manso: uso como adsorvente e suporte**, (2013).
- LAKSHMANA RAO, J.; SIVARAMAIAH, G. ; GOPAL, N. O. **EPR and optical absorption spectral studies of Cu^{2+} ions doped in alkali lead tetraborate glasses**, Physica B: Condensed Matter, 349(1-4): 206-213, (2004).
- LE, T. T.; MURUGESAN, K.; LEE, C.-S.; VU, C. H.; CHANG, Y.-S. ; JEON, J.-R. **Degradation of synthetic pollutants in real wastewater using laccase encapsulated in core-shell magnetic copper alginate beads**, Bioresource Technology, 216: 203-210, (2016).
- PARADELA, F. M. R. **Estudo da pirólise de misturas de resíduos de plásticos, pneus e biomassa**, (2012).
- SONDA, M. ; TOSS, D. **ESTUDO DA ADSORÇÃO SOBRE CHAR OBTIDO PELA PIRÓLISE LENTA DE CAPIM ELEFANTE**, Blucher Chemical Engineering Proceedings, 1(2): 11056-11063, (2015).
- VIEIRA, G. E. G.; NUNES, A. P.; TEIXEIRA, L. F. ; COLEN, A. G. N. **Biomassa: uma visão dos processos de pirólise**, Revista Liberato, 15(24), (2014).
- ZHANG, X.; WU, X. X.; GUO, J.-H.; HUO, J.-Z. ; DING, B. **Two novel two-dimensional copper(II) coordination polymers with 1-(4-aminobenzyl)-1,2,4-triazole: Synthesis, crystal structure, magnetic characterization and absorption of anion pollutants**, Journal of Molecular Structure, 1127: 183-190, (2017).

Bolsista PIBIC-IFPR

EUTANÁSIA: DIREITO À VIDA E À DIGNIDADE AO MORRER

Autora: Adriana de Souza Medeiros de Deus (adrimedeiros22@gmail.com)

Autor/orientador: Julio Cesar Frosi (julio.frosi@ifpr.edu.br)

Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo trazer à luz de uma discussão, a celeuma da Eutanásia, visa explicar o que é a Eutanásia, os tipos de Eutanásia, os pontos favoráveis e os controversos de se praticar a Eutanásia. Tratará do direito à vida/morrer e a dignidade da pessoa humana e o princípio da autonomia do indivíduo, tentando verificar até que ponto o indivíduo tem liberdade de dispor sobre sua própria vida. Ainda, aponta a Legislação ao tocante a prática da Eutanásia no Brasil e em alguns Países. Este trabalho tem o escopo de contribuir para uma discussão e análise sadia e não vem com intuito de causar polêmica e nem de dizer o que é certo e errado. A importância de tratar o tema da eutanásia é especialmente em razão de ela afetar diretamente a vida e a dignidade humana, a primeira que é a maior de todos os direitos naturais e a segunda um princípio que pauta os direitos humanos e fundamentais na modernidade.

Palavras-Chave: Direito à vida. Morte. Dignidade. Autonomia privada. Eutanásia.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho serão apontados tópicos para abertura de discussões acerca da vida e da dignidade e, se alguém pode/deve renunciar ao direito à vida e se alguém pode decidir sobre a vida de outrem. Ainda, analisar a questão da vida com relação a dignidade da pessoa humana, sua autonomia perante a própria vida correlacionado com o Direito.

Portanto, o **problema** que orienta o presente trabalho é o conflito entre o direito à vida, a dignidade da pessoa humana e a autonomia do indivíduo, precipuamente de seguir a sua vida conforme suas próprias escolhas existenciais. Para tanto, tais questões não devem ser analisadas de forma isolada, mas dentro do contexto jurídico e axiológico.

Desse modo, a **justificativa** do presente trabalho é a necessidade de solucionar alguns pontos ainda obscuros para muitos com relação à vida e à dignidade humana, fazendo uma análise a diversas pluralidades de fatores que giram em torno da vida digna. Faz-se pensar, muitas vezes nos colocarmos na posição do outro para ver até que ponto a situação vale a pena ser vivida.

O **objetivo geral** do trabalho é trazer a luz de uma discussão a questão da vida, pois muitas vezes não se reflete a vida que vivemos, não se analisa como vivemos, até que ponto queremos viver.

A pesquisa para realização desse artigo busca explicar sobre a Eutanásia, incluindo a celeuma jurídica no tocante à prática ou não, juntamente com reflexão acerca da vida humana.

A **metodologia** usada para a presente pesquisa é a bibliográfica.

2 ENTENDENDO A EUTANÁSIA

2.1 Conceito de Eutanásia, modalidades.

A Eutanásia deriva do grego (*eu* = boa e *thanatos* = morte), que significa boa morte ou morte piedosa; sendo assim, ela tem o objetivo de proporcionar à pessoa uma morte sem sofrimento, nem dor, uma morte digna. O termo surgiu no século XVII, pelo filósofo inglês Francis Bacon (1561-1626), no ano de 1623, em sua obra “História da vida e da Morte”, onde ele sustentou a ideia de que a pessoa que estava sofrendo merecia acabar com seu sofrimento, tendo uma boa morte. (CARVALHO, 2001, p. 32).

A concepção teológica entende Eutanásia como um “estado de graça”, porém, a doutrina moderna, nomeia como “agonia boa”, abarcando ainda, “morte natural súbita”, “Suicídio”, “homicídio piedoso”. (CARVALHO, 2001, p. 32).

Importante ressaltar ainda o que dispõe BITENCOURT: “Eutanásia é o auxílio piedoso para que alguém que esteja sofrendo encontre a morte desejada”; pois bem, o ponto significativo para BITENCOURT para que alguém pratique esse ato é o motivo, e este deve ser de relevante valor moral/social, ou seja, nesse caso é o que se considera moral na prática, para que o sofrimento da vítima seja evitado/diminuído. Nesse sentido, a piedade, o homicídio piedoso é considerado como relevante valor moral permitindo assim a prática da Eutanásia. (2008, pg. 48).

Várias são as nomenclaturas destinadas à Eutanásia, ficando bem explícita que é uma forma de morte sem dor e ainda, é uma morte em que a pessoa, muitas vezes, escolhe o dia e a hora.

A Eutanásia surge remotamente, de diversas civilizações. Desde as tribos antigas, onde o filho era obrigado a fornecer uma morte sem sofrimento ao pai que já estava velho e enfermo, até a antiga Índia onde doentes considerados incuráveis eram asfixiados com barro, conduzidos por seus parentes para que lhes fosse aliviado o sofrimento. (CARVALHO, 2001, pp. 32/33).

É nítida a existência da eutanásia desde os tempos antigos, ela não nasceu com a Idade Moderna, já existindo vários casos em vários países na antiguidade. Ainda, a vida humana, na antiguidade não era considerada valor absoluto pelo Estado, um cidadão com idade de 60 anos já não seria mais necessário a sociedade em que vivia, pois já não exercia mais suas atividades como anteriormente e na época não auxiliava mais nas guerras, tornando-se inviável mantê-los vivos, como por exemplo, na ilha grega Cea, onde as pessoas de 60 anos eram envenenadas. (CARVALHO, 2001, p. 34).

Conclui-se assim, que a prática da eutanásia já existe há bastante tempo e é realizada em razão de fundamentos culturais, religiosos e econômicos; sendo construída no sentido de abreviar o sofrimento das pessoas

que possuem algum tipo de doença considerada incurável, que vivem presas as dores e angústias devido ao seu estado de saúde/vida.

A eutanásia, propriamente dita se diferencia da Ortotanásia e da Distanásia, embora muitos acreditem que são sinônimos. A Ortotanásia é a chamada de morte correta, é considerada morte na hora certa, ou seja, após descoberta a doença o médico deixa de aplicar meios terapêuticos àquele paciente que foi diagnosticado de uma doença incurável e que, conseqüentemente, lhe causa enorme sofrimento, isto, em razão de cumprir a vontade do paciente. (FURLAN, 2011, p. 41).

A distanásia, por sua vez, já é o oposto da Ortotanásia, visto que com esse método os médicos usam recursos para prolongar ao máximo a vida do paciente, mesmo sabendo que a cura não é possível, os médicos utilizam de todos os métodos e medicamentos para o prolongamento da sua existência, ainda que considerada inútil essa conduta e sem medir o sofrimento da pessoa. “Não se prolonga, destarte, a vida propriamente dita, mas o processo de morrer. (CARVALHO, 2001, p. 25).

No tocante a distanásia, os médicos não hesitam em manter a vida da pessoa, fazem uso de meios ordinários e extraordinários para manter o paciente vivo, mesmo sabendo que é inútil e que o paciente está sentindo dores, está agonizando, prolonga-se o seu fim por aparelhos/meios da medicina.

Ainda ao tocante a Eutanásia, temos também o chamado Suicídio Assistido ou Auxílio ao Suicídio, que também é uma modalidade de Eutanásia e este, é ato praticado pela própria pessoa com a ajuda de um terceiro.

O auxílio ao suicídio é visto como conduta comissiva, conforme destaca José Frederico Marques: “Prestar auxílio é sempre conduta comissiva”. Ainda Nelson Hungria diz: “A prestação de auxílio pode ser comissiva ou omissiva. Neste último caso, o crime só se apresenta quando haja um dever jurídico de impedir o suicídio”. (CUNHA, 2014, pg. 95).

Vale destacar, no que tange o suicídio assistido e suas peculiaridades em relação à eutanásia, que a questão é muito bem elucidada no filme “You Don’t Know Jack” (Você não conhece o Jack), este filme foi lançado em 24 de abril de 2010, dirigido por Barry Levinson, em que Dr. Jack Kevorkian (Al Pacino) praticava a Eutanásia assistida (organizava todo procedimento de injeção letal) para as pessoas que tivessem em estado terminal, pessoas que sofriam muitas dores e que tinham a vontade de morrer, assim, após tudo organizado a própria pessoa se aplicava o medicamento e em segundos cessava sua vida. Jack assistiu a 130 pessoas com este método, ele tinha a tese de que não se poderia prolongar o sofrimento das pessoas por questões religiosas ou de mero prazer.

2.2 Do Direito à vida e o Direito de Morrer

A Constituição Federal de 1988 assegura e garante a todos, o direito à vida, liberdade, igualdade; esses direitos se tornaram fundamentais a vida humana, sendo considerados invioláveis, conforme o artigo 5º da CF/1988:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade;

Ao que tange tais direitos, a vida, a liberdade e a dignidade da pessoa humana são direitos que ganham maior atenção nesse contexto. Quando se fala ou ouve falar em vida, muitos se perguntam, o que é a vida, como se deve viver e até que ponto se deve viver?

Conforme destaca SILVA (2012, p. 1), a morte já inicia com a vida, com o nascimento; e a vida é uma consequência de evolução, pode ser que, por ser assim é que a humanidade tem tanto medo da morte, ela está presente diariamente, e mesmo assim, parece muito distante de nós tornando-se um mistério, uma assombra, ao invés de nos conscientizarmos de que todos iremos morrer.

É curioso como SILVA (2012, p. 2) destaca o pensamento de Montaigne, de que para que seja possível viver bem é necessário entender a morte, e conseqüentemente aceita-la.

A morte é a mesma para todos, não distingue jovens e idosos, ela vem e acontece igualmente, cessando com a vida. Claro que a morte na juventude ou até mesmo quando recém-nascidos é mais dolorosa, tem um impacto maior, as pessoas aceitam mais as mortes de idosos, levando em consideração a velhice, porém, deixam de lembrar que tanto a pessoa nova quanto a velha dispõe de uma vida e está vida é que se vai, que acaba, então uma não é menos ou mais importante que a outra. SILVA (2012, p. 3).

Pois bem, ao que diz respeito a morte, para SILVA (2012, p. 4), conclui-se que “ela pode ser sutil e fugaz, mas impossível é relegar sua presença”; denota-se que é necessário que cada um pense sobre a morte e não tenha repugnância a ela.

A vida e a morte andam juntas, por isso, existe a necessidade de se viver bem, aproveitar ao máximo esse tempo de vida que cada um tem e que ninguém sabe quanto é. É preciso que cada ser humano viva uma vida boa, uma vida digna, e entenda e aceite que um dia, uma hora a morte chegará e cessará sua vida.

Destarte a vida, SILVERIO (2011, p. 5), também conclui que a morte tem seu início quando nascemos, e que muitos seres humanos, portadores de doenças, de dores, de sofrimentos, querem e solicitam que a sua vida seja abreviada, eles desejam a morte a todo instante e, é nesse sentido que entra a prática da Eutanásia.

Nesse tocante a celeuma é grande, visto que quem acredita em Deus, crê que Deus é responsável pela vida humana, que ele criou, deu a existência, portanto só ele pode tirar, ou seja, a pessoa deveria esperar que a morte acontecesse naturalmente na hora certa e, há quem diga que a vida humana deve estar ligada diretamente com a dignidade humana, e nesse caso, se

enquadra as pessoas que estão em estado terminal e querem acabar com seu próprio sofrimento. (SILVERIO, 2011, p. 5).

Conforme destaca FURLAN (2011, p. 23), a morte vem com a natureza humana e não existe a possibilidade de mudar isso, considerando que nós seres humanos somos mortais e finitos, porém, o medo da morte existe pelo fato, de que, todos acreditam ser algo ruim e por isso estão sempre querendo adiar a morte, querendo, na verdade, que ela não aconteça.

É conhecimento comum e notório que com a morte se encerra a vida, e com isso existem várias consequências, inclusive no plano jurídico, “como a dissolução da personalidade jurídica, o fim da união dos bens entre cônjuges, da sociedade conjugal, do pátrio familiar, início da sucessão”. (SILVERIO, 2011, p. 10).

Os entendimentos do que é a morte são inúmeros. Para religião é um, para medicina é outro, e para o Direito, outro. Vejamos.

As religiões são inúmeras, então, a Católica, por exemplo, entende que a morte é considerada um tipo de pena, em razão de pecados que foram cometidos; para o budismo é o caminho para salvação; e para o espiritismo a ideia de que o ser humano é orgânico, podendo dele surgir outros seres (reencarnação). (FURLAN, 2011, p. 25).

Ao tocante a morte, não cabe aos seres humanos querer ou não, ela existe, é natural e já caminha lado a lado com a vida.

Ainda, escolher um método para morrer como Eutanásia ou Suicídio assistido não caracteriza uma morte com dignidade, conforme destaca CUNDIFF (1992, p. 64).

É relevante levar em consideração os tipos de tratamentos médicos, estes que são diferentes para cada caso. Pessoas que são doentes terminais, o tratamento médico é diferente do utilizado para as pessoas mais saudáveis. Para os casos terminais é levado em consideração fatores como a situação do paciente, o médico, etc. No caso dos pacientes terminais, muitos deles preferem que o fim de sua vida seja em suas casas, próximos de seus familiares. (CUNDIFF, 1992, p. 64).

Assim sendo, é claro e evidente que a morte é parte de nossas vidas e portanto, somos nós quem controla nossas próprias vidas e por assim ser é que a lógica segue no sentido de que a pessoa deve ter autoridade própria para decidir sobre sua vida.

2.4 A autonomia do indivíduo como elemento da dignidade da pessoa humana

A Dignidade da pessoa humana e a autonomia do indivíduo merecem atenção nesse contexto de vida e morte, ou seja, onde decisões sobre questões existenciais são tomadas.

Dignidade da pessoa humana é outro direito fundamental a vida humana, juntamente com a autonomia da vontade ligada a liberdade, conforme dispõe a CF/1988, Artigo 1º, inciso III:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana;

Desde que nascemos, temos direitos assegurados, dentre esses, o Direito a vida, saúde, direito de escolha, direito a dignidade da pessoa humana. Portanto, temos direito em viver, mas viver de forma digna. E viver é algo que se parece fácil, ter vida digna/boa, para muitas pessoas não é simples quanto parece ser. Viver é diferente de sobreviver. Viver requer muito mais, viver é ter e desfrutar de tudo que lhe é possível, é sonhar, é almejar, é correr atrás dos seus sonhos e; sobreviver é viver um dia após o outro, sem expectativa, sem esperança, sem objetivos, é vegetar; uma pessoa sem sonhos, sem objetivos é uma pessoa morta.

Assim, ao que chamamos de vida, esta tem amparo legal pela legislação e dela decorre os demais direitos fundamentais. Pois bem, conforme destaca XAVIER (2007):

“Todavia, não há que se falar num direito à própria morte decorrente do direito à vida, verdadeira inversão do sentido do preceito constitucional. Destarte, o direito à vida aparece como disponível, embora essa afirmação deva ser admitida com reservas, não possibilitando a intervenção ativa de terceiros, o que implicaria verdadeira renúncia às garantias de respeito e proteção contra o Estado e demais pessoas. Diante disso, há que se entender a vida humana como objeto de tutela constitucional enquanto vida digna.”

A vida humana é para ser uma vida digna, mas como é sabido, nem todos vivem de forma digna. Assim é notório que a vida é a base dos demais direitos. Portanto, fica evidentemente que a vida é importante, mas não sem dignidade e liberdade, pois, se a pessoa existe e não pode dispor de sua vida da maneira que bem quiser, decidindo sobre sua vida, é bem provável que essa existência dela não faça sentido algum. Por assim ser, ninguém pode ser desprovido da própria vida contra sua vontade, mas não existe um dever absoluto e incondicionado de viver.

A dignidade da pessoa humana é um direito que traz a segurança de que a vida deve ser vivida dignamente. Viver de forma digna é uma garantia constitucional, que deixa claro que ninguém deve ser discriminado, que todos os seres humanos devem ser tratados e acolhidos de forma igual, no seguinte contexto, iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual, para que assim todos sejam dignos de uma vida boa, dentro das normas reais dentro da sociedade. Vejamos o que nos relata Motta:

“A dignidade é essencialmente um atributo da pessoa humana pelo simples fato de alguém “ser humano”, se tornando automaticamente merecedor de respeito e proteção, não importando sua origem, raça, sexo, idade, estado civil ou condição socioeconômica.”

É um princípio fundamental incidente a todos os humanos desde a concepção no útero materno, não se vinculando e não dependendo da atribuição de personalidade jurídica ao titular, a qual normalmente ocorre em razão do nascimento com vida.

É um critério unificador de todos os direitos fundamentais ao qual todos os direitos humanos e do homem se reportam, em maior ou menor grau, apesar de poder ser relativizado, na medida em que nenhum direito ou princípio se apresenta de forma absoluta. (MOTTA, 2013).

Isto posto, fica evidentemente que, nenhum dos direitos fundamentais possuem elementos que os seguram sozinhos, um precisa do outro, para que assim as pessoas tenham uma vida honrada e digna.

Vale destacar que a dignidade humana não é atributo moderno, ela existe à longo prazo, desde a antiguidade, onde a classificação de quem era mais digno (a) que o outro (a) era realizada pelo status social de cada um. (KUMAGAI, 2010).

Cumpramos ressaltar que não podemos confundir dignidade da pessoa humana com dignidade humana, pois são expressões com significados diferenciados. Dignidade da pessoa humana é atributo da pessoa humana, individualmente, enquanto dignidade humana diz respeito a humanidade, como qualidade comum à todos. (AWAD, 2006, p. 5).

Conforme destaca QUEIROZ (2005), “Kant foi o primeiro a reconhecer que ao homem não se pode atribuir um valor (preço)”, ou seja, o homem por ser racional ele dispõe de liberdade, portanto, a dignidade é um valor ao qual não é possível atribuir um preço, é inerente ao ser humano que por si só pode dispor de sua autonomia em razão de suas decisões.

Destarte, esse princípio é um dos que possuem maior peso sobre ordenamento jurídico brasileiro, devendo ser respeitado, em qualquer situação em que o indivíduo se encontre.

Pois bem, a vida é considerada bem supremo, com ela, necessariamente, está a dignidade, a integridade, o direito de dispor de seu corpo, de sua liberdade. Portanto é direito amparado e resguardado desde o início até a morte, abrangendo a integralidade, e ao que necessita de disposição, conforme destaca GONÇALVES (2011, p. 193).

Concluindo assim, nenhuma pessoa humana, é obrigada a fazer qualquer coisa que não venha de sua própria vontade, desde a mais simples decisão até a mais delicada, como por exemplo, em casos de enfermidade, doenças que necessitem de tratamento médico de risco ou intervenção cirúrgica, conforme dispõe o artigo 15 do Código Civil de 2002:

“Art. 15. Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.” (BRASIL, 2002).

Assim sendo, é nítida a atenção dada a vida humana pela Constituição Federal de 1988 e o Código Civil de 2002. Portanto, não há que se falar em qualquer que seja o caso, em que a pessoa não usufrua de sua dignidade e de uma vida humana consagrada, que seja permitida violação desses direitos.

É notório o poder do Estado em manipular a liberdade humana, visto que são as regras emanadas dele, que diz o que as pessoas devem fazer, como e quando fazer, porém, o artigo 5º da CF diz que ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer algo se não em virtude de lei.

Nesse contexto, a autonomia que o ser humano tem não é tida como uma livre autonomia, liberdade para suas disposições, pois com as normas inseridas na sociedade, a pessoa humana pode fazer o que bem entender contanto que não vá de encontro com o que a lei diz, com o que o Estado define.

Vale ressaltar a vida do ser humano funciona como um sistema, enquanto ele está vivendo, usufruindo de tudo que gira em torno dele e do Estado está tudo certo, mas quando chega ao ponto de que ele não contribui mais, o Estado não dispõe dele, portanto, nem faz questão que continue a sua existência e por isso existe o desligamento dos aparelhos médicos para o fim do “sofrimento” daquela pessoa. (KRAVETZ, 2014, p. 8).

Com isso, fica claro, que enquanto for útil para o estado a vida é protegida, mas a partir do momento em que não é mais necessária ao Estado, que não contribui mais, a medicina simplesmente faz o desligamento dos aparelhos, por bem saber, que sem eles a pessoa não resiste, uns falam ser por compaixão como mencionado acima, outros veem como desobediência a lei, ao direito de viver e de ter uma morte digna.

O direito é um todo, porém não dispõe de exatidão quanto a valoração de cada um, pois existe o direito da autonomia do indivíduo garantido pela legislação, porém, este direito se choca com o direito à vida que também tem resguardo na legislação. Assim, é claro que o que é certo para uns é errado para os demais e vice-versa. Existe quem luta até o último suspiro pela vida, vontade de viver, mesmo vegetando e existe quem, pelo fato, de possuir uma doença crônica, mas que embora seja irreversível, está ali vivendo, comendo, respirando bem, falando, consciente e mesmo assim quer morrer, quer cometer o suicídio; ficando evidente a questão vida e dignidade e a não exatidão nesses casos.

Considerando que há casos em que a pessoa estava para morrer e o método aconselhável seria a prática da Eutanásia, porém, não foi efetuado e a pessoa conseguiu viver por anos e de forma digna, como há também casos em que não existiria vontade de viver por parte da pessoa, em razão do sofrimento, e assim, se optou pelo método da Eutanásia. Assim, o que resta é análise do caso em concreto, para verificação da situação daquela determinada pessoa, do seu estado de saúde, do tipo da doença, da manifestação da vontade dela ou de terceiros, da probabilidade de se viver com dignidade. A Eutanásia para ser aplicada precisa, antes de tudo, fazer um estudo com relação a esses fatores.

É nítida a vontade de viver de muitos seres humanos, muitas vezes pelo critério religioso, qual se acredita que Deus (Ser Supremo) é quem dá a vida, a existência e, somente ele pode tirar; e muitos pelo próprio medo da

morte; é fato de que tudo que é desconhecido causa um certo medo, e a morte é fator desconhecido, não se sabe que acontece após a morte.

Porém, não esqueçamos que todos os dias tem gente que nasce e gente que morre, há quem diga que começamos a morrer no dia em que nascemos e, a garantia da vida está assegurada pela Constituição desde o nascituro até o fim da existência com a morte.

3 TESES FAVORÁVEIS E CONTRÁRIAS À EUTANÁSIA

Aos que defendem a prática da Eutanásia alegam o princípio da Dignidade da Pessoa Humana, argumentando de que é honroso para aquela pessoa que se encontra em estado terminal pôr fim a sua vida, acabar com o sofrimento penoso. Nesse passo, temos uma organização não governamental da Igreja Católica, denominadas Católicas do Direito de Decidir (CDD), ou seja, próprio nome já deixa explícito, direito de decidir, pois cada um tem capacidade e consciência para escolher o que se quer (LUSA, 2014, pg 146).

Ainda, bem visível se torna o ponto da saúde pública, ou seja, o custo que uma pessoa, nesse estado (estado terminal), traz para a sociedade como um todo; trata-se de custo valor econômico, como também a questão de que tira a possibilidade de atender a quem realmente tem capacidade de vida plena, necessitando ser atendido para que sua vida seja salva. Logicamente levando à tona o direito à vida e a dignidade de ambos os casos.

Levando em consideração que o custo para se manter a pessoa ali é muito alto, traz assim o questionamento com relação a sua vida digna, sem dor, sem sofrimento, fazendo com que muitos optam por não viver de maneira sofredora.

Os argumentos contrários a prática da Eutanásia vêm com a evolução propriamente, pois se comparamos a vida na antiguidade com a de hoje é enorme a mudança que houve, antigamente muitas das doenças eram consideradas incuráveis, não existiam medicamentos para tratá-las, como por exemplo a lepra, sífilis e a tuberculose que hoje já existe sim a cura para essas doenças, com o considerado avanço científico, o que era impossível, tornou-se possível. Com isso, fica evidente que a incurabilidade da doença é apenas um prognóstico, sendo assim, falível; não podendo assim ser aceito matar alguém por piedade e nem os negar tratamentos médicos vitais. Ainda nesse ponto, levando em consideração que a vida é direito elementar de onde vem os demais, nada justifica o seu fim. Até mesmo os médicos quando fazem seu juramento, eles prometem atender, cuidar, tratar às pessoas sem induzi-las ao mal e nem a perda, como bem explica LUSA:

Nessa visão o Estado tem o dever de preservar a vida humana em toda e qualquer hipótese assim como o médico, o qual não pode abrir mão da ética que vai de encontro à prática da eutanásia, tendo em vista que o juramento Hipócrates, o juramento realizado pelos médicos, prevê: “Aplicarei os regimes para o bem do doente segundo o meu poder e entendimento, nunca para causar dano ou mal a alguém. A ninguém darei por prazer,

nem remédio mortal nem um conselho que induza a perda. Do mesmo modo não darei a nenhuma mulher uma substância abortiva.” (Conselho Regional de Medicina de São Paulo – CREMESP, 2014, p. 145).

Pois bem, é nítido o paralelo que existe entre a Constituição e a Medicina, com um único ponto em comum, preservar a vida, cuidar, tratar, zelar pelos pacientes que se encontram em situação delicada de saúde, mantendo assim, todo tratamento médico, mesmo a doença sendo considerada incurável.

4 EUTANÁSIA E A LEGISLAÇÃO

4.1 A EUTANÁSIA NO BRASIL

Desde o início da vida humana em sociedade existiu a possibilidade de o ser humano sofrer algum tipo de enfermidade e dores, assim surge a figura do médico; ficando clara a responsabilidade do profissional médico sobre a vida de um paciente. Por isso é que, ao que diz respeito a conduta do médico na eutanásia, seja ativa ou não, repercutirá sua responsabilidade no âmbito jurídico e ético. (FURLAN, 2011, p. 55).

Portanto, em qualquer caso que seja, o médico deve agir de acordo com os princípios éticos e legais, preservando a vida humana, pois, caso algo de errado aconteça, por ação ou omissão do profissional médico, este será responsabilizado cível e penalmente, iniciando pelo Conselho Regional de Medicina.

Pois bem, nesse interim, o médico pode agir de várias maneiras, em especial, aos casos de pacientes em estados terminais, podendo prosseguir com os métodos até que ele morra, podendo não continuar com os aparelhos ou até mesmo praticando a eutanásia, e nesse quesito eutanásia, este profissional deve saber que será condenado pelo Código de Ética Médica, com base no seu artigo 66, qual dispõe:

“[...] utilizar, em qualquer caso, meios destinados a abreviar a vida do paciente, ainda que a pedido deste ou de seu responsável legal. (FURLAN, 2011, p. 57).”

De acordo com a ética médica não é permitido que o médico acelere o processo de vida/morte de qualquer que seja o estado do paciente. E qualquer que seja a decisão de um profissional, deve ser comunicado ao paciente, respeitando assim a dignidade humana e também do paciente em que se encontra em estado terminal.

Nesse norte, a vida é considerada pela Constituição Federal de 1988, como um bem divino, sendo sagrado e assim, ser preservada a qualquer custo. Arelado ao direito a vida está o direito a dignidade e a liberdade. Porém, o ato eutanásico não é concedido, mesmo que o paciente queira, em razão do bem Vida e da Dignidade humana.

Em razão da vida ser considerada bem indisponível pela legislação brasileira, a eutanásia se considera crime e qualquer configuração de eutanásia cometida, este será punido “como homicídio privilegiado, em virtude

da pessoa de relevante valor moral na conduta do agente”, conforme artigo 121, § 1º do Código Penal Brasileiro, que diz o seguinte:

Art. 121. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

§1º. Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

Não se pode matar ninguém. Cometendo o ilícito, será punido.

A eutanásia ainda é repelida pelo Código Penal Brasileiro, porém, com o Anteprojeto do Código Penal (Projeto de Lei nº 236/2012 – Senado Federal), incluirá o artigo 122, especificamente falando da Eutanásia, e a sua prática será penalizada, atenuada ou não será considerada crime, de acordo com alguns critérios específicos, conforme se vê expressamente, o artigo 122, §1º e §2º:

Art. 122. Matar, por piedade ou compaixão, paciente em estado terminal, imputável e maior, a seu pedido, para abreviar-lhe sofrimento físico insuportável em razão de doença grave.

Pena – prisão, de dois a quatro anos.

§1º. O juiz deixará de aplicar pena avaliando as circunstâncias do caso, bem como a relação de parentesco ou estreitos laços de afeição do agente com a vítima.

§2º. Não há crime quando o agente deixa de fazer uso de meios artificiais para manter a vida do paciente em caso de doença grave irreversível, e desde que esta circunstância esteja previamente atestada por dois médicos e haja consentimento do paciente, ou, na sua impossibilidade, de ascendente, descendente, cônjuge, companheiro ou irmão.

Portanto, a eutanásia até o presente momento não é permitida e sim considerada crime, com a possível alteração ao Código Penal Brasileiro a sua praticada será prevista e assim aplicada na forma que cada caso necessitar, podendo até não ser considerada crime, conforme verificado no § 2º do artigo 122.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa realizada, conclui-se que a Eutanásia deve ser considerada em seus dois pontos: favoráveis e contrários, não há que se falar em certo e errado e sim analisar cada caso concreto na visão cultural, religiosa. Porém, na questão jurídica a Eutanásia é considerada ilegal e não há ainda previsão legal específica.

A pesquisa buscou entender a Eutanásia, aspectos éticos, culturais, religiosos e jurídicos que a envolvem. Abordou-se a questão da vida humana, da vida digna, o direito de morrer, bem como a autonomia que cada indivíduo tem ou não sobre sua própria vida. Análise sobre as teses contrárias e

favoráveis a prática da Eutanásia. E por fim, uma pequena análise sobre a legalização da Eutanásia no Brasil e em alguns países.

O objetivo desse trabalho, não é convencer um lado ou outro, e sim, fazer com que pensamos a vida e suas peculiaridades, tudo que nos envolve e as possibilidades que existem para todos. Desta forma conclui-se que, embora a vida seja bem sagrado e supremo, ela deve ser vivida de forma digna, e quando se tem dores, sofrimento demais, não se vive, apenas sobrevive, então se nos colocarmos no lugar da pessoa, psicologicamente, talvez entenderíamos quão é difícil levar aquela a vida e o porquê que muitos querem acabar com a vida, pelo fato do sofrimento ser penoso demais. Portanto, é necessário um pouco mais de conscientização, e prezar pelo amor ao próximo, se colocando psicologicamente na sua condição física, para daí sim, pensar e falar sobre o que seria correto ou não, viver ou não viver; pois quando a situação não é com a gente é fácil tomar um lado, mas há muitos pontos que pesam na vida do ser humano e nas pessoas que o rodeiam.

REFERÊNCIAS

AWAD, Fah. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**. Disponível em: <http://www.upf.br/seer/index.php/rjd/article/viewFile/2182/1413>. Acesso em abril de 2016.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal. Parte Especial 2. Dos Crimes contra a pessoa**. Editora Saraiva. 8ª Edição, 2008.

CARVALHO, Gisele Mendes. **Aspectos Jurídicos-Penais da Eutanásia**. IBCCIM, V Concurso de Monografias, São Paulo, 2001.

CUNDIFF, David. **A Eutanásia não é resposta**. Instituto Piaget, Lisboa, 1992.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de Direito Penal. Parte Especial**. Editora JusPodivm. 6ª edição. 2014.

FURLAN, Manoel Fernandes. **Eutanásia: aspectos jurídicos e bioéticos**. Editora Degaspari. Piracicaba, 2011.

GONÇALVES, C. R. **Direito Civil Brasileiro – Parte Geral**. São Paulo: Saraiva, 2011.

KUMAGAI, Cibele; MARTA, Taís Nader. **Princípio da dignidade da pessoa humana**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XIII, n. 77, jun 2010. Disponível em: <
http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7830
>. Acesso em julho de 2016.

KRAVETZ, Rafaella Zanatta Caon. **O problema da autonomia da vontade na sociedade disciplinas: uma análise foucaultiana da proibição do suicídio assistido.** Artigo UNOESC/SC. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/>. Acesso em maio de 2016.

LUSA, Elizieli. **Eutanásia – Direito à morte?** Artigo publicado IV Contextos e Conceitos - Mostra de Produção Científica e Extensão - Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas, Novembro de 2014. Acesso em abril de 2016.

MOTTA, Artur Francisco Mori Rodrigues. **A dignidade da pessoa humana e sua definição.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVI, n. 119, dez 2013. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14054>. Acesso em abr 2016.

Qual a diferença entre eutanásia, distanásia e ortotanásia?. Disponível em: <http://fg.jusbrasil.com.br/noticias/87732/qual-a-diferenca-entre-eutanasia-distanasia-e-ortotanasia>. Acesso em: abril de 2016.

QUEIROZ, Victor Santos. **A dignidade da pessoa humana no pensamento de Kant.** Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 757, 31 jul. 2005. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/7069>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

RIBAS, Ângela Mara Piekarski. **O Direito à Vida sob uma ótica contemporânea.** In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XI, n. 54, jun 2008. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2986>. Acesso em abril 2016.

SILVA, Antonio Ozaí. **Sobre a morte e a vida.** Revista Espaço Acadêmico, 2012. Acesso em maio de 2016.

SILVERIO, André. **Direito de morrer dignamente: a prática da eutanásia, ortotanásia e morte assistida pelos militares da Força Aérea Brasileira de São Luís do Maranhão.** Disponível Dowload em: http://www.4shared.com/postDownload/faLaZ0je/LFG-Eutanasia-Andre_-_Final.html. Acesso em abril de 2016.

XAVIER, Luciana. **Direito à vida.** 2007. Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=245> Acesso em: abril de 2016.

FOTOGRAFIA TEATRAL E A ESCOLA – TECNOLOGIA ADENTRANDO O AMBIENTE ESCOLAR E MEDIANDO UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Ana Carolina Silva Souza
anah.carolinasouza@hotmail.com
Neuza de Fátima da Fonseca²
neuza.fonseca@ifpr.edu.br

Resumo: Tecnologia é algo cada vez mais presente em nossos cotidianos, e a escola juntamente com os professores devem adaptar-se com esses novos meios tecnológicos e utiliza-los com fins pedagógicos e para a melhora da qualidade de suas aulas. Nessa linha o presente artigo tem como proposta pedagógica, elaborada para o projeto PIBID – Teatro- IFPR Campus Palmas, utilizar a fotografia e o teatro juntos como processo de criação, desenvolvendo nos alunos do 9º ano do Colégio Estadual Alto da Glória, interior do Paraná, habilidades artísticas com elementos cênicos e a visualidade fotográfica também como elemento artístico, estimulando assim o aprendizado diferenciado como resultado final. A metodologia utilizada será a pesquisa bibliográfica e ensino-pesquisa, tendo como base teórica, as Diretrizes e Bases Curriculares, utilizando os três momentos pedagógicos (teoriza, sentir e perceber, produção artística final) além de teóricos do teatro e da fotografia.

Palavras-chave: ARTES; ENSINO; PIBID; IFPR; FOTOGRAFIA.

Abstract: Technology is something increasingly present in our daily lives, and the school with the teachers must adapt to these new technological means and use them for educational purposes and to improve the quality of their classes. That line this article is pedagogical proposal drawn up for the project PIBID - theater-IFPR Campus Palmas, use the picture and theater together as the process of creating, developing in students the 9th year of the High State School of Glory, the state of Paraná, artistic skills with theatrical elements and the photographic visuality as well as an artistic element, thereby stimulating differentiated learning as the final result. The methodology used is the literature and teaching and research, with the theoretical basis, the Guidelines and Curriculum bases, using the three pedagogical moments (theorizes, feel and perceive, final artistic production) as well as theoreticians of theater and photography.

Keywords: ARTS; TEACHING; PIBID; IFPR; PHOTOGRAPHY.

Introdução

Neste artigo será abordado sobre a fotografia teatral no ensino de Artes, onde ocorre a junção da fotografia e do teatro como processo de criação, estimulando os alunos a verem a Arte mais amplamente. Segundo as diretrizes, as aulas da disciplina de artes devem:

O ensino de Arte deve basear-se num processo de reflexão sobre a finalidade da Educação, os objetivos específicos dessa disciplina e a coerência entre tais objetivos, os conteúdos programados (os aspectos teóricos) e a metodologia proposta. Pretende-se que os alunos adquiram conhecimentos sobre a diversidade de pensamento e de criação artística para expandir sua capacidade de criação e desenvolver o pensamento crítico. (DCE, 2008, p.52).

O ensino de fotografia na escola vem abrir um leque de possibilidades de se usar a imagem, algo extremamente presente no cotidiano de todos, entretanto não somente como registro documental, publicitário, mas sim como um poderoso meio artístico de expressão e criação. Segundo Flores (2011, p.151), “[...] ‘alguém’ tomou algum tipo de decisão por trás da câmara. Esse alguém é o autor. Uma foto de ‘autor’, pois é uma imagem que evidencia que algo foi feito, e não simplesmente tirado”, comprovando a artiscidade que a fotografia possui quando deixa de ser documental e passa a ser produzida a partir da expressão individual de cada um:

[...] a fotografia abandone seu estado de ficção (de imago, de realidade, de verdade) e assume a existência de um autor e de uma codificação. [...] ao aceitar a existência do autor, a fotografia não apenas funciona plenamente como uma linguagem, mas também, de acordo com as características concretas desta, pode acender à “artisticidade”. (FLORES, 2011, p.144)

Junto com o teatro a fotografia vem para aprimorar a experiência de aprendizado, o teatro em si desenvolve a expressão corporal, facial, social e juntamente com a foto desperta uma visão ampliada de mundo onde os discentes acabam percebendo que não é simplesmente registrar uma fotografia e sim criar e enxergar situações em que sua foto irá falar por si só sem necessidade de nenhuma explicação. Essa união proporciona ao ensino vivências em duas áreas que seriam abordadas separadamente, mas que pertencentes ao mundo das artes conversam entre si, além de diferenciar o ensino de teatro do convencional, na DCE (2008, p.78) “Esses elementos permitem que o ensino de Teatro, extrapole as práticas que o restringem a apenas uma oportunidade de produção de espetáculos ou como mero entretenimento”.

Sobre a foto e seu uso no teatro.

Fotografia para a grande maioria das pessoas, no senso comum, está fortemente ligada à câmera, o aparelho eletrônico que realiza a fotografia, por exemplo, quando existe um símbolo, uma representação de uma câmera fotográfica em uma placa em algum local, as pessoas entendem como uma permissão para fotografar a paisagem/local e não como a presença de aparelhos fotográficos, da própria câmera e quando ocorre da representação apresentar riscos vermelhos às pessoas entendem como a proibição de fotografar e não a proibição do aparelho em si. Assim a definição popular para fotografia baseia-se na imagem produzida por uma câmera, existindo em sua identidade uma grande equivalência entre fotografia e câmera como se as duas fossem uma só e não processos que se relacionam. (FLORES, 2011, p. 89).

Atualmente o tema é muito amplo e globalizado, fotografar com a vasta tecnologia e facilidades amparadas por aparelhos eletrônicos modernos com aparatos muito sofisticados, torna-se algo banalizado, comum que na maioria dos casos serve para registrar e divulgar aparências, status, falsas alegrias. Segundo MATE (2013 apud Sousa, 2013, p.18), “Fotografar é um ato do espírito, um gesto de escolha, uma potência do olhar, sempre aberto ao inusitado, ao poético, ao espontâneo”. Isso nos faz refletir sobre como a fotografia está além dessa onda de tecnologia de que se alastra por todo o mundo, principalmente os jovens tecnológicos.

Falando sobre teatro, cada peça escrita e encenada, a cada apresentação ganha uma nova forma, nunca é uma reprodução fiel à reprodução anterior, cada dia de apresentação é uma nova forma de reproduzir e encenar o texto. Por ser essa arte mutável, um grande receio dos adeptos do teatro é que aquela peça, aquela encenação fique somente naquele dia registrado na lembrança do público podendo ser esquecida com o passar do tempo. Com essa forma de pensar, “O teatro, essa arte do efêmero, que não se grava nem se repete de maneira idêntica, depende das fotografias para resistir ao seu próprio fim” (CABRAL, 2013, apud Sousa, 2013, p.25), não depende da foto como forma de registro documental ou publicitário, é uma dependência expressiva, de falar de fotografia como uma arte também e usa-la para registrar os sentimentos, expressões com um olhar interpretativo sobre aquela peça em construção no palco que acabará ao término da apresentação, entretanto ficará imortalizada na imagem podendo ser revivida a qualquer momento:

Teatro e fotografia tem em comum a prerrogativa de contar histórias. Ambas as artes – ou técnicas, se preferir – se encontram na necessidade de eternizar, em papel, película ou bytes, o que acontece sobre o palco, e que, sem a fotografia, estaria fadado a desaparecer ao final da temporada. (CALDAS, 2013, apud Sousa, 2013, p.29)

Muito além das funções de registro de momentos únicos na apresentação a fotografia teatral também tem um lado estético muito forte, pois ela registra uma imagem de uma imagem que já foi pensada e está sendo representada em forma de peça teatral:

Certas fotos tiradas no teatro conseguem a proeza de fazerem esquecer que tem por objetivo um evento teatral: sua função estética recalca totalmente sua função comunicativa. Sem querer entrar no falso debate entre “fotografia documental e objetiva” oposta à “fotografia artística, autônoma em relação ao seu objeto”, é, no entanto necessário convir que a fotografia de teatro é, antes de mais nada, simplesmente uma fotografia que deve ser avaliada enquanto forma e objeto estético, independente do objeto teatral que quis abarcar. (PAVIS, 2008, p. 176).

No entanto ela não deve ignorar os símbolos e signos que estão presentes na primeira semiotização, a fotografia deve entender e abordar toda essa representação e mostrar ao público de forma estética a encenação da

encenação como um momento único longe de querer somente capturar um gesto do autor para depois imita-lo ou representa-lo novamente.

A junção da Fotografia Teatral e a Escola

Na disciplina de Artes, o teatro já se tornou um tema a ser abordado durante o ano letivo, pois seus benefícios para o desenvolvimento dos discentes são indiscutíveis, tanto na questão corporal e expressiva, “Dentre as possibilidades de aprendizagem oferecidas pelo teatro na educação, destacam-se a: criatividade, socialização, memorização e a coordenação [...]” (DCE, 2008, p.77), como o desenvolvimento pessoal como ser pertencente a uma sociedade diversificada, “Com o teatro, o educando tem a oportunidade de se colocar no lugar de outros, experimentando o mundo sem correr risco”. (DCE, 2008, p.77), onde os alunos podendo interpretar diversas personalidades distintas, aprende a ser tolerante diante as diferenças de pensamentos e formas de ser:

O teatro na escola promove o relacionamento do homem com o mundo. E numa sociedade que não compreende o sujeito em sua totalidade, fragmentando-o, surge a necessidade de integrar as partes que compõem esse sujeito, desenvolver a intuição e a razão por meio das percepções, sensações, emoções, elaborações e racionalizações, com o objetivo de propiciar ao aluno uma melhor maneira de relacionar-se consigo e com o outro. (DCE, 2008, p.78)

A fotografia no ambiente escolar adentra por meio dos jovens tecnológicos nos intervalos, onde os educandos, que possuem acesso a aparelhos celulares cada vez mais modernos, utilizam da foto para registrar momentos com o intuito de conseguir cada vez mais status, em suas redes sociais com alegrias e sorrisos momentâneos apenas para divulgação pessoal. Com isso, segundo a DCE (2008, p.72), “os conteúdos devem estar relacionados com a realidade do aluno e do seu entorno. Nessa seleção, o professor pode considerar artistas, produções artísticas e bens culturais da região, bem como outras produções de caráter universal”.

A união desses dois temas dentro do ambiente escolar pode ocasionar em uma experiência prazerosa e de extrema produtividade de aprendizado, e, a partir de todos esses levantamentos, surge uma pergunta que acaba por ser a propulsora da elaboração do projeto: Por que não utilizar a favor da arte e do aprendizado uma tecnologia com tanto potencial como a câmera fotográfica? Algo cada vez mais comum no meio de crianças e totalmente inserido no meio dos adolescentes, pode inovar o modo como lecionar e tornar a aula algo onde os alunos queiram aprender e interagir com mais vontade e interesse.

Surge então a proposta pedagógica, elaborada para o projeto PIBID – Teatro do IFPR- Campus Palmas, onde as aulas de teatro, dentro da disciplina de artes do 9º ano do Colégio Estadual Alto da Glória, interior do Paraná, têm como objetivo principal desenvolver nos alunos habilidades artísticas com elementos cênicos e dar a visualidade fotográfica também como elemento

artístico, estimulando assim o aprendizado diferenciado e atividades artísticas expressivas.

Para o desenvolvimento do projeto foi adotado a metodologia ensino – pesquisa e pesquisa bibliográfica, utilizando os três momentos pedagógicos das Diretrizes e Bases Curriculares, onde primeiramente ocorrerá a teorização dos temas, seguido das aulas de criação e desenvolvimento dos grupos e finalizando com as apresentações dos resultados obtidos, além de teóricos do teatro e da fotografia. Com o uso dos elementos cênicos, alguns alunos irão criar breves cenas, desde o texto até a produção e interpretação da cena, utilizando-se dos jogos teatrais para esse processo criativo, ao final do processo de criação cênica, enquanto alguns grupos encenarão suas produções, outros registrarão a dinâmica dos grupos por meio de fotografias, ocorrendo sempre o revezamento dos grupos, para que todos possam passar por ambas as técnicas, tanto a de encenar como a de fotografar sempre com o olhar artístico diferenciado para capturar a essência das produções.

Considerações Finais

O projeto foi aplicado na turma do nono, com duração de um ano letivo e mostrou resultados bastante satisfatórios. Após as aulas teóricas sobre fotografia, os alunos realizaram práticas fotográficas durante as aulas pelo espaço físico do colégio, resultando em fotografias expressivas, porém ainda ligadas ao registro de um acontecimento, os alunos queriam registrar seus trabalhos e aquele momento, mas sem muita expressão.



Figura 2 (direita) Grupo criando uma fotografia expressiva.

Figura 3(esquerda) Prática Fotográfica

Ao longo do projeto também surgiu a possibilidade de associação com outro projeto do PIBID teatro que tem em sua proposta pedagógica o teatro de

bonecos, no qual através de fantoches os educandos irão apresentar suas cenas. Assim os projetos foram aplicados juntos na turma do nono ano intercalado entre fotografia e história do teatro de bonecos. A união dos projetos beneficiava a turma, pois segundo a dce:

É na pesquisa, na experimentação e no rompimento com padrões estéticos que se fundamentam as teorias contemporâneas sobre o teatro. Ao serem vivenciadas na escola, as teorias cumprem, ao mesmo tempo, o objetivo de educar pelo teatro e para o teatro. (DCE, 2008, p.79).

O processo foi bastante produtivo e os alunos foram criativos em uma primeira prática da confecção de bonecos.

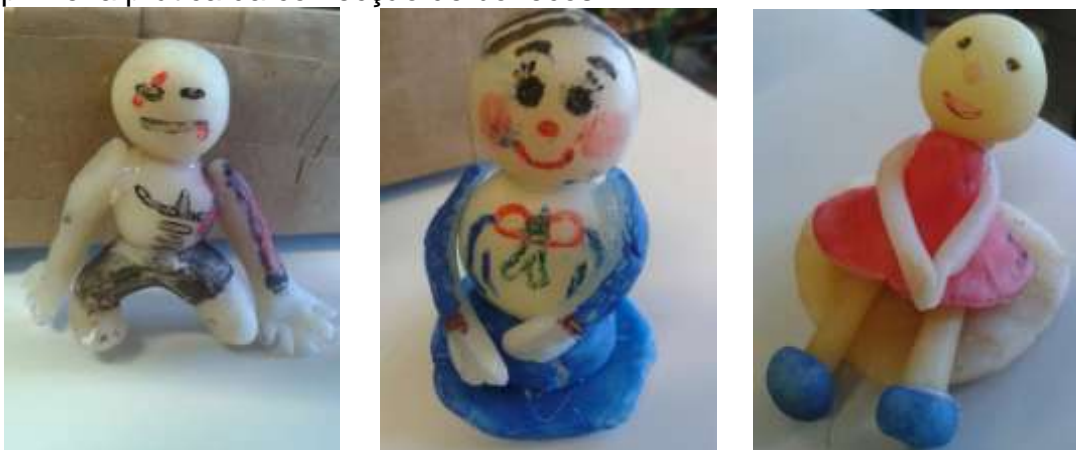


Figura 4 – 4 – 5 Prática com criação de personagem do projeto que uniu-se ao original.

Ao final da aplicação dos dois projetos, os alunos apresentaram uma pequena história desenvolvida por eles, com os bonecos (fantoques) também confeccionados pelos discentes da turma, enquanto os outros alunos tiravam fotografias teatrais das expressões alcançadas pelo grupo que estava apresentando.

O cenário foi produzido e confeccionado pelos alunos, que no outro projeto optaram por criar um castelo para a apresentação de suas histórias.

As fotografias foram, em suas simplicidades, expressivas e produtivas, destacando expressões que os alunos haviam confeccionado em seus fantoches. O aprendizado das diferentes formas de se fazer teatro e a relação com as artes visuais, que geralmente são abordadas no colégio de forma separadas e bimestrais, enriqueceu o conhecimento e aprendizado dos alunos. Muitos não conseguiam estabelecer uma relação de teatro e artes visuais, mesmo observando a presença de cenários nas peças convencionais que utilizam de palco para existir, e após a apresentação de suas histórias com fantoches e o registro daquele único momento a partir da fotografia, começaram a compreender o teatro como uma manifestação artística que está presente em seus cotidianos, de formas simples, porém com um grande poder desenvolvidor.



Figura 6 Fotografia Teatral da expressão do fantoche confeccionado pelos alunos do nono ano
Figura 7 Fotografias Teatrais da apresentação dos fantoches.

O resultado alcançado, particularmente ao final do projeto fotográfico, expandiu-se com a união que ocorreu ao longo do desenvolvimento dos dois projetos na mesma turma. Muitas vezes os alunos mostravam-se tímidos e desconfortáveis em expressar-se com o próprio corpo e a partir de bonecos desenvolveram projetos e fotografias com expressões que muitas vezes em uma apresentação de teatro com palco e plateia, a forma convencional, não seria possível alcançar. As produções artísticas finais, as fotografias, ultrapassaram o objetivo esperado no início do projeto, comprovando que a tecnologia presente no ambiente escolar deve ser utilizada de forma pedagógica para melhorar a aula e o aprendizado dos jovens que estão cada vez mais tecnológicos e inseridos em meios globalizados.



Figura 8 – 9 – 10 Fotografias Teatrais produzidas pelos alunos do nono ano do Colégio Estadual Alto da Glória.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

Referências

CALDAS, João. **Teatros por João Caldas**. São Paulo: Terceiro Nome, 2013.

FLORES, Laura G. **Fotografia e pintura: dois meios diferentes?** / Laura González Flores: tradução Danilo Vilela Bandeira; revisão da tradução Silvana Cobucci Leite. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. – (Coleção Arte&Fotografia).

PARANÁ. **Diretrizes curriculares de arte para educação básica**. Curitiba, PR: SEED, 2008.

PAVIS, Patrice 1947. **Dicionário de Teatro** / Patrice Pavis: tradução para a língua portuguesa sob a direção de J. Guinsburg e Maria Lucia Pereira. 3. Ed – São Paulo: Perspectiva, 2008.

SOUSA, Bob. **Retratos do Teatro** / Bob Sousa – 1.ed.- São Paulo: Editora Unesp, 2013.

FUNDEB: FINANCIAMENTO PARA MELHORIAS NA EDUCAÇÃO DO BRASIL

Ana Paula Momolli (anapmomolli@outlook.com)
Edione Gonçalves (edionesgoncalves@gmail.com)
Daiane Padula Paz (daiane.paz@ifpr.edu.br)
Jussara Isabel Stockmanns (jussara.stockmanns@ifpr.edu.br)

RESUMO: O financiamento da educação surge para sua manutenção, visando suprir as necessidades das escolas de ensino público, sendo de responsabilidade das entidades governamentais fornecerem a verba necessária para manter a educação, ao passo que esse recurso advém de impostos arrecadados pelos órgãos estaduais e municipais que serão redistribuídos para cada entidade escolar. Isto posto, objetivamos, neste artigo, contextualizar o financiamento da educação no Brasil desde seu início até a implementação do Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Abordar-se-á, também, a educação como fonte de crescimento e desenvolvimento econômico do país, uma vez que esta é base para a formação do indivíduo que vai desempenhar suas funções e beneficiar a sociedade da qual faz parte.

Palavras-chave: Educação. Financiamento. Economia. Desenvolvimento.

ABSTRACT: The education funding comes to guarantee its maintenance, in order to meet the needs of public schools, which are under the responsibility of government agencies to provide the necessary funds to sustain education, whereas this feature comes from taxes which are collected by state and municipal agencies and will be redistributed to each school. In this article, we intend to contextualize the financing of education in Brazil from its inception to the implementation of the National Fund for Maintenance and Development of Basic Education and Valuing of Education Professionals (FUNDEB). We will also discuss education as a source of economic growth and development, since it is the basis for the individual who will play his / her role as a citizen, and also benefit the society in which he / she belongs to.

Keywords: Education. Financing. Economy. Development.

INTRODUÇÃO

É sabido que para uma instituição educacional poder manter-se em boas condições é preciso recursos e programas de financiamento. Assim, é responsabilidade do governo ofertar apoio financeiro às escolas públicas, visando suprir financeiramente as necessidades do ensino obrigatório, ou seja, disponibilizar recursos que viabilizem a educação básica no país. Entretanto, é

preciso saber de onde vem os recursos para a educação, qual é sua principal fonte e como devem ser investidos?

Esta pesquisa trata sobre o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), sendo este formado por recursos advindos de impostos estaduais e municipais que serão redistribuídos para cada entidade, visando o cumprimento da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 que regulamenta o FUNDEB e trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que objetiva a manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação.

Inicialmente e, mesmo na atualidade, a educação é vista como fonte de poder, sendo altamente ligada a interesses políticos, nos quais percebemos uma classe que domina outra por ambição e interesses individuais de crescimento financeiro, dessa maneira, uma forma de tentar diminuir essa desigualdade seria promover uma educação acessível e gratuita para todos, assim sendo o papel do ensino público é fornecer instrução em nível básico a todo e qualquer indivíduo independente de sua condição financeira. Desde então, a educação no Brasil passou a crescer e as necessidades de manutenção aumentaram no mesmo ritmo, então, os recursos financeiros são indispensáveis pra que ela seja possível.

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO

Antes de adentrar na história do financiamento das instituições de ensino, cabe explanar que a educação no Brasil surgiu com a chegada dos padres Jesuítas, em 1549, comandados pelo Padre Manuel de Nóbrega, os quais objetivavam catequizar os índios e convertê-los ao catolicismo; para isso, foram utilizados métodos pedagógicos para promover a alfabetização dos indígenas, afinal não seria possível catequizá-los se não soubessem ler e escrever. Assim, criaram-se dois modelos de instrução: um para os índios, que se centrava na leitura e escrita, e outro para os filhos dos colonos, que consistia num ensino mais culto. Nessa época os então jesuítas dedicavam-se ao trabalho educativo e propagavam a fé católica em terras brasileiras.

Segundo Loureiro (1969), em seu artigo “O Financiamento da Educação no Brasil: Contextualização”, inicialmente, a educação era mantida através de doações. Essa situação permaneceu assim até 1564, quando foi estabelecido pelo governo português um subsídio financeiro, especialmente para os colégios, então, a Companhia de Jesus cresceu e multiplicou-se no Brasil.

Os jesuítas não se limitaram ao ensino das primeiras letras; além do curso elementar eles mantinham os cursos de Letras e Filosofia, considerados secundários, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para formação de sacerdotes. No curso de Letras estudava-se Gramática Latina, Humanidades e Retórica; e no curso de Filosofia estudava-se



VI Contextos e Conceitos Mostra de Produção Científica e Extensão Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas 19 e 20 de setembro de 2016

Lógica, Metafísica, Moral, Matemática e Ciências Físicas e Naturais. Os que pretendiam seguir as profissões liberais iam estudar na Europa, na Universidade de Coimbra, em Portugal, a mais famosa no campo das ciências jurídicas e teológicas, e na Universidade de Montpellier, na França, a mais procurada na área da medicina. (GOMES, 2011).

Observa-se que, com o descobrimento do Brasil, os índios foram vítimas dos interesses dos colonizadores e, também, dos jesuítas, que tinham por objetivo convertê-los ao cristianismo e aos valores europeus, por outro lado os colonizadores também já se interessavam em escravizá-los. Destarte, os jesuítas criaram as Missões, no interior das nações indígenas, para afastá-los dos interesses dos colonizadores. Nestas missões, os índios, além de serem catequizados, também eram orientados ao trabalho agrícola, que garantiam aos jesuítas uma de suas fontes de renda. Assim sendo, transformaram os índios nômades em sedentários, facilitando, posteriormente, a captura deles pelos colonos.

Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, instalou-se na colônia um novo financiamento por meio do subsídio literário. Esse recurso foi insuficiente, dada a escassa produção dos produtos taxados pelo subsídio.

Os jesuítas permaneceram como mentores da educação brasileira durante duzentos e dez anos, até 1759, quando foram expulsos de todas as colônias portuguesas por decisão de Sebastião José de Carvalho, o marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal de 1750 a 1777. No momento da expulsão os jesuítas tinham 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, além de seminários menores e escolas de primeiras letras instaladas em todas as cidades onde havia casas da Companhia de Jesus. A educação brasileira, com isso, vivenciou uma grande ruptura histórica num processo já implantado e consolidado como modelo educacional. (GOMES, 2011).

Com essa ruptura no modelo educacional, pode-se afirmar que, por muito tempo e, ainda hoje, a educação é vista como símbolo de poder e também de instrumento de manipulação e dominação. No princípio, somente homens das classes dominantes teriam o privilégio de ser letrados, para que retivessem o domínio sobre as classes menos favorecidas economicamente na época, perpetuando, assim, a situação de desigual acesso ao ensino durante todo o período colonial.

Cientes do surgimento das escolas no Brasil, podemos ater-nos ao fato de que para que uma instituição de ensino se mantenha, são necessários recursos financeiros. Cabe ressaltar que a Lei 4.024/61, em relação ao financiamento da educação, elevou o percentual da União, de 10%, estabelecido pela Constituição, para 12% de aplicação na manutenção e no desenvolvimento do ensino, preferencialmente o público. Enquanto que a Lei 5.692/71, conhecida como reforma de ensino de 1º e 2º graus, omitiu os percentuais a serem aplicados pela União e Estados em educação. Em meados da década de 1970, volta o debate sobre a vinculação de parte da receita de impostos para manutenção e desenvolvimento do ensino.

Por outro lado, na atualidade, deparamo-nos com a educação básica, dita educação para todos, a qual nos infere ser acessível a todos independente da situação social e econômica de cada indivíduo. Além disso, sabe-se que a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDBEN), ampara a educação básica como acessível por direito a todo ser humano. Também a Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece que toda pessoa tem direito à educação. No entanto, podemos dizer que o ensino superior continua sendo acessível para poucos.

Pensando a educação, nos dias de hoje, e comparando-a desde seu início no Brasil, é notório o avanço relacionado à sua acessibilidade e permanência, mesmo que ainda tenhamos casos de evasão escolar dos alunos na instituição de ensino, notamos, também, programas de recursos e assistência que incentivam a melhoria no processo de ensino e aprendizagem no país, como é o caso do FUNDEB.

Dados levantados pelo Professor José Goldemberg (1993), em seu artigo “O repensar da educação no Brasil” indicam a importância crescente da pré-escola no sistema educacional brasileiro, o que implica a prestação de um serviço relevante, tanto do ponto de vista educacional quanto social para a população de baixa renda.

No Brasil, em 1950, apenas 36,2% das crianças de 7 a 14 anos tinham acesso à escola. Em 1990, esse índice havia atingido 88%. Como consequência desse esforço, a porcentagem de analfabetos na população de mais de 15 anos caiu de 50,6% para 18,4% no mesmo período. Além disso, o período de escolarização obrigatória duplicou, passando de quatro para oito anos.” [...] “No caso do ensino superior, embora o percentual da faixa etária de 20 a 24 anos matriculada no 3º grau seja de cerca de 10%. Portanto, muito inferior a de outros países da América Latina, como Argentina (39%) e Chile (18%), revela-se relativamente elevado quando comparado ao número de estudantes que logra completar o 2º. Com efeito, o ingresso no ensino superior representa cerca da metade dos concluintes do ensino médio, considerado muito alto quando se analisa o que ocorre na França, por exemplo, onde tal percentual é de 33%, conforme dados da Unesco. Desse modo, uma política de expansão do ensino universitário só faz sentido se estiver associada à ampliação do 2º grau a qual, por sua vez, depende do aumento de concluintes do 1º grau. (GOLDEMBERG, 1993 p. 68).

Para Barros e Mendonça (1997), os investimentos em educação podem ser direcionados em dois sentidos: um relacionado diretamente à quantidade, aumentando o número das vagas escolares em todos os níveis de educação, e outro, se o investimento fosse voltado à qualidade educacional, focando em gestão da educação e processos organizacionais, melhorando assim as metodologias de ensino. Diante disso, notamos que, além de outros fatores que não nos cabe discutir aqui, diversas mudanças na educação foram possíveis através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que foi instituído pela Emenda Constitucional n.º 14, de 12 setembro de 1996, e regulamentado pela

Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto nº 2.264, de junho de 1997.

O FUNDEF foi implantado nacionalmente em 1º de janeiro de 1998, quando passou a vigorar a nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental, essa política pública do governo que conseguiu colocar quase todas as crianças de 7 à 14 anos na escola até o final da década de 1990.

Criado para garantir uma subvinculação dos recursos da educação para o Ensino Fundamental, e para assegurar melhor distribuição desses recursos e diminuir as discrepâncias e desigualdade na educação o FUNDEF criou os Conselhos de Fiscalização e Controle, instrumentos de democracia e cidadania. Para substituí-lo, o governo aprovou a Lei do FUNDEB, para ampliação e melhoria na educação, que deve vigorar até 2020.

Diferentemente do FUNDEF, o FUNDEB inclui, além do ensino fundamental, toda a educação básica, constituída pela educação infantil, ensino fundamental (séries iniciais e finais) e ensino médio, incluindo a Educação para Jovens e Adultos (EJA) que antes não faziam parte dos beneficiados pela verba. Além disso, conta com um conselho de acompanhamento e controle social, tendo como finalidade realizar a tarefa de acompanhar e controlar a distribuição e aplicação do recurso, sendo este formado por representantes da comunidade escolar. Sem esse conselho a entidade não recebe a verba. Regido pelo Art. 69 da LDBEN, a secretaria da educação é a responsável por administrar esses recursos.

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público. (LDBEN 9394/96)

O Ministério da Educação promove a capacitação dos integrantes dos conselhos. Aproximadamente 20% do que é arrecado de diferentes impostos irão para o fundo contábil estatal e esses recursos serão redistribuídos entre os 27 estados cujo valor que cada município receberá dependerá do número de alunos matriculados na educação básica sendo que cerca de 60% da verba recebida deve ser direcionada para o pagamento dos profissionais do magistério que exercem efetiva função e os demais 40% devem ser destinados para a manutenção e desenvolvimento do ensino. O recurso só deve ser utilizado para manutenção e desenvolvimento do ensino, seja por capacitação dos profissionais do magistério e outros funcionários da educação, ou equipar, construir, ampliar e reformar escolas, aplicar em material didático e/ou investir em transporte escolar.

FUNDEB: LEGISLAÇÃO E IMPORTÂNCIA

O FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007, e pelo Decreto nº 6.253/2007 em substituição ao FUNDEF, que vigorou do ano de 1998 ao ano de 2006.

A Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, regulamenta o FUNDEB que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, altera, dessa maneira, a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001 e revoga dispositivos das Leis 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004. E, sendo assim, dá outras providências.

Art. 60. Até o 14º (décimo quarto) ano a partir da promulgação desta Emenda Constitucional, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 da Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento da educação básica e à remuneração condigna dos trabalhadores da educação. (LDB 9.394/96). (EMENTA CONSTITUCIONAL Nº 53, de 19.12.2006).

Observamos que sua implantação iniciou em 1º de janeiro de 2007 e foi concluída em 2009, quando o total de alunos matriculados na rede pública foi considerado na distribuição dos recursos e o percentual de contribuição dos estados, Distrito Federal e municípios para a formação do fundo atingiu o patamar de 20%.

Quadro 1: Distribuição de renda do FUNDEB.

EDUCAÇÃO INFANTIL	VALOR ALUNO R\$	MATRÍCULA	TOTAL R\$
Creche públ. em tempo integral (fator de pond. = 1,3)	2.427,30	265*	643.233,18
Creche públ. em tempo parcial (fator de ponderação = 0,8)	1.493,72	8.392	12.535.298,24
Pré-Escola em tempo integral (fator de pond. = 1,3)	2.427,30	423*	1.026.745,79
Pré-Escola em tempo parcial (fator de pond. = 1,0)	1.867,15	14.131	26.384.696,65
Educação especial (fator de ponderação = 1,2)	2.240,58	245	548.942,10
TOTAL		23.456	41.138.915,95

Fonte: INEP

A tabela acima aponta e exemplifica a distribuição da renda do FUNDEB por níveis de ensino, bem como o número de matrículas, o valor por aluno, o total para cada nível, de acordo com o número de matrículas e, no final, o total de toda renda distribuída.

Cabe ressaltar que todo e qualquer recurso advindo do FUNDEB deve ser destinado aos custos da manutenção da escola que visem melhorias da educação. Portanto, o artigo 71 determina as ações que não devem ser custeadas com o recurso advindo do FUNDEB, por não terem fins educativos,

tais como pesquisas que não visem qualidade ou expansão do ensino, auxílio a instituições culturais, assistenciais ou desportivas, programas de assistência social, quadros especiais a para a administração pública, infraestrutura, ainda que esta beneficie a escola, e profissionais do ensino em desvio de função.

Segundo portal do MEC, o FUNDEB é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual, como citado anteriormente, formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados do Distrito Federal e dos municípios, vinculados à educação por força do disposto no Art. 212 da Constituição Federal de 1988.

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

De tal modo, observa-se que é função do governo assegurar prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, isto é, da educação básica, garantindo, nesse sentido, a qualidade no processo de ensino e aprendizagem, apoiando financeiramente as escolas de ensino público do país e disponibilizando recursos que atendam às disposições do mesmo

O PAPEL DA EDUCAÇÃO: CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

É incontestável que a educação é a base para o crescimento e desenvolvimento intelectual, social e cultural do cidadão. Portanto, a escola como disseminadora do conhecimento é essencial para que o país cresça e desenvolva-se economicamente. Nessa perspectiva, pode-se dizer que, de certa forma, a escola prepara, principalmente, na educação básica, o indivíduo para a inserção no mercado de trabalho, pois atua na produção das qualificações necessárias para tal exercício.

A educação historicamente não fazia parte dos estudos econômicos por possuir uma influência indireta. Porém, nos tempos atuais, onde o conhecimento pode ser considerado o mais importante fator de produção a educação adquire um novo papel no desenvolvimento econômico. (TONON, 2008).

Neste sentido, percebemos que é notória a participação ativa da educação no desenvolvimento da sociedade e, conseqüentemente, da nação, sendo que se oferecida com qualidade e de maneira satisfatória a melhoria na economia do país é perceptível, pois quanto mais bem preparado o indivíduo estiver, melhor desempenhará suas funções e, com isto, trará benefícios crescimento econômico da sociedade em que faz parte.

Para a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o papel que a educação pode desempenhar no desenvolvimento econômico é mais evidente em relação com a formação de mão-de-obra

profissional e técnica, mas também é importante sua influência sobre a inversão tecnológica, a difusão de inovações, entre outros aspectos que causam mudanças econômicas a fim de melhorias no desenvolvimento, tal como, aptidão empresarial e produção de consumo.

Segundo Theodore W. Schultz (1957), para os propósitos de análise econômica, estabeleceu-se uma distinção entre os valores consuntivos e produtivos da instrução. O crescimento econômico passou, então, a significar o aumento do produto nacional. Assim, o estudo deste crescimento é objeto de constante preocupação dos economistas, não devido a qualquer devotamento ao desenvolvimentismo, mas em atenção ao crescente interesse público pelo crescimento. Para tanto, logo que um país atinge um elevado nível de instrução, ainda que, exigisse um grande esforço para mantê-lo e o investimento anual necessário fosse grande, a instrução não mais seria uma fonte de crescimento econômico. Além disso, em se tratando de nível baixo, a menos que consiga elevá-lo, a instrução não poderá ser considerada uma fonte de crescimento. Diante disso, observamos que atender as necessidades da educação, torna-se indispensável para o desenvolvimento do país, uma vez que uma instituição do ensino público precisa de recursos financeiros para se manter.

Para o Ministério da Educação (MEC), a estratégia é distribuir os recursos pelo país, considerando o desenvolvimento social e econômico do mesmo. A complementação do dinheiro aplicado pela União é direcionada às regiões nas quais o investimento por aluno seja inferior ao valor mínimo fixado para cada ano, haja visto que o FUNDEB tem como principal objetivo promover a redistribuição dos recursos vinculados à educação. A destinação dos investimentos é feita de acordo com o número de alunos da educação básica, com base em dados do censo escolar do ano anterior. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do programa são feitos em escalas federal, estadual e municipal por conselhos criados especificamente para esse fim.

É claro que não podemos afirmar que o objetivo da educação seja apenas para fins lucrativos ao país, isto é, visando o aumento e destaque da economia do Brasil, precisamos pensá-la como alicerce para o conhecimento e formação do indivíduo como cidadão e ser integrado à sociedade, isto é, participante ativo do meio social em que vive. Entretanto, não se pode negar que, realmente, a educação é um dos pilares para o desenvolvimento de um país, pois uma nação que investe em educação de qualidade e visa indivíduos instruídos socialmente, tem mais chances de elevar sua economia à um nível extremamente satisfatório e compensatório, por isso pensá-la como base para toda a formação social, cultural, histórica e ideológica do sujeito é essencial para que o processo de ensino no Brasil se dê de maneira qualificada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho visou promover uma reflexão a respeito das ações do governo para manter as instituições educacionais públicas, tendo em foco a lei vigente que regulamenta o FUNDEB. Cabe explicar, nesta pesquisa, que a educação no Brasil surgiu através da tentativa de domínio dos jesuítas na catequização dos índios, impondo-lhes valores cristãos essenciais na época. Por meio das “Missões”, muitos indígenas foram alfabetizados, dando início, dessa forma, à educação no país. Os jesuítas careciam de recursos e apoios financeiros provindos, inicialmente, de doações e, mais tarde, advindos do governo português, iniciando posteriormente sistemas de financiamento e apoio ao ensino.

Ante esse cenário histórico, pode-se concluir que a educação no país teve, em sua raiz, caráter dominador, uma vez que a alfabetização tinha por objetivo a conversão religiosa e não o aperfeiçoamento ou desenvolvimento pessoal, entendia-se que viviam em pecado, e somente a Igreja Católica poderia salvá-los. Também a educação buscou sempre manter uma “ordem social”, já que ela é um instrumento poderoso, que, por muito tempo, foi negada a boa parcela da população.

Atualmente, é direito do cidadão brasileiro o acesso ao ensino gratuito e de qualidade. Dessa forma, pode-se dizer que a grande contribuição do FUNDEB foi estender o direcionamento dos recursos para a educação básica, pois fora criado para suprir financeiramente as necessidades da escola. Porém, devidos a diversas circunstâncias, ainda há falhas que não permitem que a educação brasileira alcance patamares maiores de qualidade, ao passo que nem sempre atente a todas as necessidades da escola, já que o recurso que recebe é insuficiente supri-las, sendo que, muitas vezes, é necessário fazer promoções para complementar essa verba.

Cabe ressaltar que para se ter um país bem desenvolvido economicamente, é primordial dispormos de uma educação qualificada, visto que ela é o alicerce do crescimento social e cultural de um sujeito que se tornará capaz de inovar e ampliar seu conhecimento através da instrução promovida pela escola. Por sua vez o desenvolvimento econômico do país está atrelado ao aprimoramento e preparação do indivíduo para a inserção do mercado de trabalho, visto que a educação básica deixa o sujeito apto a isto. Ou seja, educação e economia são sistemas que devem ser sempre levados em conta pois são indissociáveis para o sucesso de um país.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes; Mendonça, Rosana. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico**. Texto para discussão 525. IPEA, 8 pag. Novembro 1997.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Disponível em:
<<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/16adba33b2e5149e032568f60071600>>



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

[f/92ab4c78dad402c803256562007270ed?OpenDocument](#)>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 30 jul. 2016

GOLDEMBERG José. **O repensar da educação no Brasil**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141993000200004>. Acesso em: 13 jun. 2016.

GOMES, Alelis I. Oliveira. **A Chegada dos Jesuítas no Brasil**. Disponível em: <<http://professoraalelis.blogspot.com.br/2011/03/xhegada-dos-jesuitas-no-brasil.html>>. Acesso em: 21 jun. 2016

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **FUNDEB**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/fundeb-sp-1090794249>. Acesso em 19 maio 2016.

SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**. 4.ed.rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

TONON, Ivan Luís. **O Papel da Educação no Desenvolvimento Econômico e no Surgimento do Empreendedorismo**. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.icesi.edu.co/bibliotecadigital/bitstream/item/1890/1/13.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2016.



GERENCIAMENTO DOS CANAIS INTEGRADOS DE MARKETING: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

Gabrieli de Bortoli (gabidebortoli2008@hotmail.com)
Sabrina Aparecida de Mattos (sabrina_mattos@outlook.com)
Fabiana Batistella (fabiana.batistella@ifpr.edu.br)

Resumo: O presente artigo tem como objetivo a verificação sobre os canais de marketing e suas vantagens, os ofícios realizados por eles e seus níveis, e também como administrar as vendas no mercado-alvo de produtos ou serviços ofertados, visando à promoção e boa distribuição dos mesmos indicando o bom relacionamento entre os intermediários e os produtores que os contratam para poder ampliar seu território de comercialização. Também destaca alguns cuidados que se deve ter quanto à seleção desses canais e seus membros, conflitos existentes entre eles e as questões éticas, legais e territoriais que influenciam diretamente no desenvolvimento da empresa ou produtor de bens ou serviços.

Palavras-chave: Canais de distribuição. Marketing. Regulamentação dos canais.

Abstract: This article aims to check on the marketing channels and their advantages, the crafts made by them and their levels, and also how to manage sales in the target market of products or services offered aimed promotion and good distribution with both indicating the good relationship between intermediaries and producers who hire them to be able to expand its marketing territory. It also detach some details you should have as the selection of these channels and their members, conflicts between them and the ethical issues, legal and territorial that directly influence the development of the company or producer in products or services.

Keywords: Distribution channels . Marketing. Regulation of channels.

INTRODUÇÃO

Os produtores, na maioria das vezes, não comercializam seus produtos diretamente para os consumidores finais. Entre eles pode haver vários intermediários que desempenham diversas funções, facilitadores da venda, criando assim, canais de marketing. Segundo Churchill Jr e Peter (2012); Kotler (1993) e Kotler e Keller (2012), canal de distribuição resume-se em um conjunto de entidades e órgãos, que adequam-se, para que produtores e consumidores se interliguem e realizem a tarefa de marketing. Existem diversos gêneros de canais de distribuição, podendo ser composto por negociação do fabricante diretamente com o cliente, ou por meio de revendedores que tratam das questões de distribuição. Canais de todos os

tipos desempenham um papel importante no sucesso de uma empresa e afetam todas as demais decisões de marketing. O objetivo dos canais de marketing é satisfazer os clientes finais. O objetivo deste artigo é executar um estudo das influências dos canais de marketing. A metodologia utilizada para a realização desse artigo foi de revisão bibliográfica.

DESENVOLVIMENTO

A importância dos Canais

De acordo com KOTLER e KELLER (2012, p.448), os canais de marketing também representam um custo de oportunidade substancial. Um de seus principais papéis é converter compradores em clientes lucrativos. Em uma estratégia de empurrar (push), e utilizada equipe de vendas, a promoção dirigida ao revendedor e outros meios para induzir o intermediário a expor, promover e vender o produto ao usuário final. Já em uma estratégia de puxar (pull), o fabricante utiliza a propaganda, a promoção e outras formas de comunicação para persuadir o consumidor a pedir os produtos aos intermediários.

Segundo as obras de KOTLER (1993) embora os produtores possam vender direto aos consumidores finais, muitos acham que conseguem certas vantagens usando intermediários. Alguns dos produtores necessitam de recursos financeiros para vender diretamente seus produtos. A venda direta pode exigir que muitos produtores se tornem intermediários de outros bens, de outros produtos. Os intermediários, com suas técnicas, experiências e seus contatos oferecem a empresa mais do que ela pode alcançar sozinha. Segundo Stern e El-Ansary (1982, *apud* KOTLER, 1993):

“Os intermediários facilitam o fluxo de bens e serviços... Este procedimento é necessário para estabelecer uma ponte entre o suprimento de bens e serviços gerados pelo produtor e os sortimentos exigidos pelos consumidores. A discrepância resulta do fato de que os fabricantes produzem basicamente uma grande quantidade de uma variedade limitada de bens, enquanto os consumidores desejam, geralmente, uma quantidade limitada de uma ampla variedade de bens”.

Intermediários e Custos

Segundo Churchill e Peter (2012), as funções dos intermediários, na visão de algumas empresas, são funções descartáveis, pois creem que são custos desnecessários, porém, ao escolher não utilizar intermediários nas vendas, não se isenta as empresas que comercializam diretamente das funções desempenhadas pelos mesmos. Independentemente da venda ser direta ou intermediada, o objetivo é harmonizar a distribuição, gerando um valor relevante ao cliente e ao vendedor. Assim como alguns produtores veem no intermediário uma oportunidade eficiente de armazenar e distribuir seus produtos, de maneira que muitas vezes o próprio produtor não conseguiria. Quando se fala em custos totais de distribuição, leva-se em consideração única

e exclusivamente, o custo do canal de distribuição, ou seja, o canal deve ser eficiente, funcionar como um sistema e ter um custo total baixo, por isso, quando os produtores optam por um canal, a escolha dos membros e funções que serão desempenhadas por eles, são baseadas por menores custos nos quesitos transporte, processamento de pedidos, estoque, manuseio do material e demais custos com a distribuição (CHURCHILL E PETER, 2012).

Funções do Canal de Distribuição

Conforme as obras de Churchill e Peter (2012); Kotler (1993) e Kotler e Keller (2012), os membros de um canal de marketing desempenham um número de funções e participam dos seguintes fluxos de marketing: a) Informação: coleta informação, de pesquisa sobre consumidores atuais e potenciais, concorrentes e outros agentes que atuam no ambiente de marketing; b) promoção: é o desenvolvimento de mensagens persuasivas sobre a oferta projetada para atrair consumidores; c) negociação: tentativa de busca de um acordo final sobre preço e outros termos relativos à ordem, a fim de efetuar uma venda ou transferência de propriedade ou posse; d) pedido: comunicação de intenções de compra dos usuários para o fabricante; e) financiamento: aquisição e alocação de fundos requeridos para financiar os níveis de estoque do canal; f) risco: aceitação de risco juntamente com a execução da tarefa do canal; g) posse física: armazenamento continua e movimentação de produtos até o consumidor final; h) pagamento: são feitos através de pagamento de faturas aos vendedores através de bancos e outras instituições financeiras; i) propriedade: transferência de propriedade de uma instituição de marketing a outra.

Entre eles existem os fluxos para frente (físico, propriedade e promoção), e os fluxos para trás (pedido e pagamento) e os outros ainda movimentam-se nas duas direções (informação, financiamento e risco). A questão não diz respeito a necessidade dessas funções, mas sim se serão desempenhadas e quem vai desempenhá-las. Todas têm algo em comum: utilizam recursos escassos, podem ser mais bem executadas através de especialização e são intercambiáveis entre os membros do canal. As realizações das funções do canal de marketing podem dividir-se em três categorias: transacionais, de logísticas e de facilitação que são desenvolvidas por produtores ou intermediários. As funções transacionais de compra e venda de produtos de diversos fabricantes para trocas, os intermediários entram com a função de tornar o canal mais funcional, ou seja, por meio deles, diminuíse o tempo de compra e as despesas que acarretariam desenvolver marketing de venda e outros. Também se observa que através desses intermediários a vida útil ao produto torna-se muito mais duradoura, pois eles especializam-se nos mercados os quais trabalham, apresentando dados e informações sobre os produtos que são atrativos ao público (CHURCHILL E PETER, 2012).

As funções de logística inclui a combinação e movimentação dos bens em demandas consideráveis para tornar a compra mais simples e os

atacadistas que fazem o transporte dos produtos, auxiliam os produtores e consumidores reduzindo custos e também tempo. Já as funções de facilitação abrangem as informações de marketing, bem como previsões de vendas, observações sobre concorrentes e a condição em que o mercado encontra-se. Nesta função os intermediários auxiliam a descobrir o que os clientes estão a procura e desejam adquirir (CHURCHILL E PETER, 2012).

Níveis de Canais

As obras de Kotler (1993), e Kotler e Keller (2012) citam que os canais de marketing podem ser caracterizados pelo número de níveis. O canal de nível zero é quando o fabricante vende diretamente aos consumidores. As três formas, mais utilizadas de venda direta e de porta em porta, mala direta e lojas próprias. Canais de um nível contém um intermediário de venda, como um varejista. Canal de dois níveis contém dois intermediários que nos mercados consumidores são representados pelo atacadista e pelo varejista. Canal de três níveis contém três intermediários, o fabricante transfere os produtos para o atacadista para depois transferir ao varejista e, por fim, ao consumidor. O fabricante e o consumidor fazem parte de todos os canais. Os canais normalmente descrevem o movimento de bens a partir de sua origem até chegar aos usuários finais.

Opções de Canais

A visão de Churchill e Peter (2012) e Kotler (1993), para que haja eficiência na distribuição dos produtos e serviços prestados, é necessário conhecer os canais disponíveis que são basicamente: canais comuns para bens de consumo: incluem vendas por meio de varejistas ou diretamente por meio de fabricantes, quando não utiliza-se um intermediário para realização da venda, ou seja, ela é realizada diretamente de produtor para consumidor, chamamos de canal direto, conforme apresenta-se na tabela abaixo:

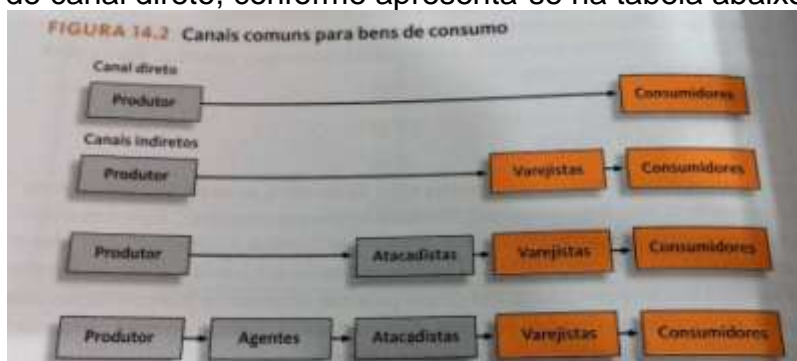


Figura 1: Canais comuns para bens de consumo (CHURCHILL e PETER 2012, p.380)

Os outros canais apresentados são chamados canais indiretos, pois as vendas são realizadas por meio de intermediário, podendo ser um ou mais deles. O primeiro canal indireto apresentado refere-se a grandes varejistas que

adquirem mercadorias em grandes quantidades diretamente dos produtores e após repassam aos consumidores que as procuram. Já o segundo canal indireto é o mais comum para bens de consumo, pois, os produtores vendem para os atacadistas, que revendem aos varejistas e estes, por meio de suas lojas, ofertam os produtos aos consumidores finais. É o canal que atinge quase todos os bens de consumo, pois, tem uma distribuição bem mais abrangente (CHURCHILL E PETER, 2012).

Como se apresenta na tabela, o terceiro canal indireto é o mais indireto de todos, pois, os produtores negociam a venda de seus produtos aos atacadistas por meio de agentes que também conhecidos como representantes. Então o ciclo continua, os agentes vendem aos atacadistas, que revendem aos varejistas e então o produto chega ao consumidor final. Canais para bens organizacionais: a procura por bens organizacionais é bem menor que as de consumo, pois, as quantidades de produtos são adquiridos em grandes proporções, geralmente esses produtos dependem de muitos serviços antes e depois da venda, tendo então, distribuições curtas (CHURCHILL E PETER, 2012).

O canal mais comum é o canal direto, sendo que a compra é feita diretamente do produtor ao comprador, sendo que algumas características desse canal incluem compradores bem definidos e de grande porte, com negociações extensas, preço por produto alto e esse precisa de suporte. O produto dispõe de uma equipe de vendas, que é treinada para apresentação de produtos simples até os mais sofisticados (CHURCHILL E PETER, 2012).

Seguindo a tabela observa-se o primeiro canal indireto, e como a própria apresenta a venda dos produtos, são feitas por distribuidores. Este canal é eficiente quando as comercializações são feitas com organizações, que adquirem produtos em quantidades menores. O segundo canal indireto opta pela venda efetivada por meio de agentes. Este canal é comum quando um produtor necessita saber sobre o mercado, porém, por serem pequenos e não disporem de um departamento de marketing nem de vendas utiliza-se desses agentes para introduzir seus produtos no mercado consumidor (CHURCHILL E PETER, 2012).

O terceiro e último canal indireto apresenta que os produtores se ligam aos distribuidores por meio de agentes, que buscam mercado e localização. Este canal pode ser aplicado quando os consumidores compram em quantidades mínimas ou realizam compras esporádicas. Os canais de serviços, conforme a figura abaixo, são divididos em apenas dois, direto e indireto, que geralmente são produzidos e consumidos ao mesmo tempo. O mais comum dos dois canais da figura é o canal direto, porém alguns canais utilizam agentes, diminuindo assim setores de serviços por conta da crescente tecnologia (CHURCHILL E PETER, 2012).

Sobre os canais de distribuição múltiplos: é comum que produtores optem por vários canais de distribuição para um mesmo produto, um para atender aos consumidores e outro para atender aos compradores organizacionais, por exemplo. Isso ocorre geralmente quando o canal precisa

adaptar-se as diversas marcas. Quando utilizamos dois ou mais canais de distribuição para fornecer um mesmo produto para vários mercados-alvo da empresa, chamamos de distribuição dual, o que aumenta a abrangência de mercado e o marketing torna-se eficiente em questões quando aos custos. Há também os canais reversos, diferente dos canais apresentados anteriormente, o canal reverso é um canal de distribuição que parte dos consumidores para os produtores (CHURCHILL E PETER, 2012).

Esses canais têm destaque nas áreas de reciclagem e meio ambiente. Por exemplo, os consumidores separam o lixo reciclável, as empresas recolhem, selecionam e vendem a fabricantes que utilizam os materiais para criar novos produtos. Outro exemplo de canal reverso ocorre quando o fabricante descobre um problema no produto fornecido por ele; notificam as pessoas que tem posse sobre os produtos, reembolsando-os ou substituindo-os, sendo que os proprietários também levam o produto ao conserto (CHURCHILL E PETER, 2012).

Sistemas Verticais de Marketing (SVM)

Na visão de Churchill e Peter (2012), ao observar os canais de distribuição comuns, nos referimos que as empresas são independentes dos integrantes do canal em si. Porém, houve um crescente desenvolvimento no uso de sistemas verticais de marketing (SVM), que são nada mais que canais de distribuição controlados basicamente para alcançar máxima eficiência e impacto de marketing, sendo que os membros que o compõe podem ou não ser da mesma empresa (CHURCHILL E PETER, 2012).

Os SVM administrados, referem-se a empresas desligadas que ampliam programas abrangentes, para que linhas de produtos sejam distribuídas. Um membro deste canal tem poder e administra o SVM tomando decisões que influenciam o canal como um todo. Neste SVM administrado pode-se fazer com que se adote procedimentos similares nas áreas de contabilidade e pedidos cooperando assim com as comunicações de marketing. Os SVM empresariais referem-se a uma única empresa que detém e administrado todo ou grande parte de um canal. Uma combinação clássica baseia-se sem uma instituição que detém e opera instalações de produtos, depósitos e lojas de varejo (CHURCHILL E PETER, 2012).

O controle sobre um SVM empresarial proporciona a empresa um comando total sobre sistema de distribuição, mas é necessário que haja recursos e experiência para administrar com eficiência o sistema de distribuição. Já os SVM contratuais, referem-se a canais de distribuição, onde os integrantes são ligados por meio de contratos formais, evidenciando os direitos e deveres de cada um, sendo esse o mais comum SVM, que subdivide-se em três categorias: **cooperativas patrocinadas por atacadistas:** é estabelecido um contrato entre atacadista e varejista independente, com o objetivo de padronizar e combinar, comprar, gerenciar estoques e tomar decisões quanto a promoção de produtos; **cooperativas patrocinadas por**

varejistas: varejistas independentes unidos para expandir seu poder de mercado ao relacionar-se com os fornecedores (CHURCHILL E PETER, 2012).

Também é possível que usem um nome comum entre as lojas para beneficiar-se de propagandas compartilhadas; e **franquias: envolve um franqueador e franqueados:** nesse SVM o franqueador proporciona que um franqueado tenha o direito sobre operar um negócio com marca registrada, desde que atenda às suas especificações. Os franqueados devem por sua vez, pagar uma taxa de franquia aos franqueadores, que geralmente são baseadas nas vendas e publicidade ofertada por eles. As franquias oferecem benefícios para ambos os envolvidos, pois o franqueador tem poder sobre uma fonte rápida de dinheiro, que expande a capacidade política para operação de cada franquia. Já para os franqueados, os benefícios são o reconhecimento de seu nome, participação em programas publicitários, preços de fornecedores mais baixos e consultoria comercial. Porém Kotler (1993), e Kotler e Keller (2012) complementam com sistemas horizontais de marketing que, ocorrem quando há disposição de duas ou mais empresa não relacionadas, colocam um conjunto de recursos ou programas para explorar uma oportunidade urgente de marketing. Quando acrescentam mais canais uma empresa tem três importantes benefícios, o primeiro é a maior cobertura de mercado, o segundo beneficia o menor custo de canal e, o terceiro é a venda mais personalizada.

Administrando Canais de Distribuição

Conforme Churchill e Peter (2012), Kotler (1993), Kotler e Keller (2012), independentemente de o canal ser conduzido pelo próprio produtor ou ser por meio de um arranjo, onde outras empresas desempenham o necessário, a administração do canal deve ser acima de tudo eficiente. Através de um bom gerenciamento, todos os membros dos canais beneficiam-se.

“Administrar canais começa com a seleção de canais apropriados e dos intermediários específicos para distribuir produtos. Os canais certos levam os produtos aos locais onde eles serão efetivamente comprados. Em contraste, com os canais errados, compradores potenciais podem nunca encontrar o produto ou podem concluir que comprá-lo é muito difícil. Não só a escolha de canais influencia o sucesso da estratégia de marketing, como mudar um canal de distribuição pode ser caro e difícil. Portanto a seleção de canais apropriados é uma parte fundamental do planejamento de marketing”. (CHURCHILL e PETER, 2012, p.387).

Como a citação acima afirma, a seleção do canal correto é a fase mais importante do planejamento de marketing, pois, é através dele, que o sucesso do plano será, em sua maioria, determinado por essa escolha. Em sua maioria, a seleção do canal de distribuição é feita pelos produtores, porém, são os integrantes deste canal que decidirão o mercado-alvo e de que produtores irão vender seus produtos. Vários motivos interferem na seleção de um canal apropriado. Esses motivos são analisados para a escolha do primeiro, ou troca do canal. Os fatores são analisados de acordo com cada característica (CHURCHILL E PETER, 2012).

As características de clientes: é preciso levar em consideração como atingir o mercado-alvo. Deve-se manter a direção na criação de valor ao cliente, pois isso auxilia na tomada de decisão, por esses motivos os profissionais de marketing devem optar por canais de distribuição que concedam valores, como ofertar produtos aos clientes onde, quando e como eles precisam e querem adquiri-los. Mudar o mercado-alvo requer mudanças também nas estratégias do canal (KOTLER, 1993).

Sobre as características dos produtos, alguns fatores fazem com que as características dos produtos ultrapassem os de seleção do canal. Deve-se levar em consideração alguns outros pontos, como o estágio do ciclo de vida do produto, a imagem desejada do produto e as percepções de valor dos clientes. Essas características, influenciam sobre a escolha de um canal pois, alguns produtos necessitam de um intermediário com boa reputação, para que o produto tenha mais oportunidades de ser comprado e esses, precisam estar dispostos a negociações, bem como optar por alguns poucos varejistas de renome podem tornar a imagem do produto em geral bem mais atraente e exclusiva (KOTLER, 1993).

Nas características dos Intermediários apura-se as práticas de setor através dos profissionais de marketing auxilia também na decisão por um canal de distribuição correto. Vários canais tradicionais são escolhidos pela sua eficiência ao longo dos anos e, investigar porquê esses canais dão tão certo é tarefa imprescindível dos profissionais da área. Também é necessário saber se os intermediários que serão necessários para desempenhar as vendas estão propensos a trabalhar com o produto, se sim, deve-se observar as opções e escolher os melhores. Mas caso não estejam disponíveis ou não queiram trabalhar com o produto, será necessário um canal direto onde o produtor comercialize diretamente com os clientes. Geralmente, os intermediários mostram-se indispostos em representar produtos estrangeiros (KOTLER, 1993).

As características dos concorrentes deve-se conhecer os concorrentes, seus pontos fortes e fracos e os preços a qual seus produtos são comercializados, são características que também influenciam na escolha do canal, pois, optar por um canal de distribuição igual ao do concorrente pode dificultar a venda de seus produtos, bem como se a empresa tiver uma grande porção de mercado, por ser uma marca reconhecida e, ter uma distribuição eficiente, empresas menores terão dificuldades em aceitação no mercado (KOTLER, 1993).

Características ambientais: é preciso tomar cuidado com mudanças econômicas, sociais, restrições legais e questões éticas referentes aos canais e membros do mesmo. Estar atento a essas características pode fazer com que o produto se destaque perante outros. Características organizacionais: o tamanho, posição no setor do mercado e os objetivos e estratégias da organização são fatores que interferem e muito na escolha do canal de distribuição. Se a empresa for grande e forte, terá mais variedades de escolhas, ao contrário de uma empresa que está iniciando no ramo. Deve-se

analisar duas questões, qual a cobertura de mercado que será preciso para se obter sucesso e quais serão os custos das várias escolhas disponíveis. Referente à cobertura de mercado, os produtos ofertados alternam em termos de número de pontos de vendas precisos dentro de uma área comercial, para que o mesmo tenha sucesso, tendo três níveis de cobertura de mercado (CHURCHILL E PETER, 2012).

Churchill e Peter (2012) ainda citam o nível de distribuição exclusiva acontece quando o produtor opta por um único atacadista ou varejista para comercializar seus produtos em uma designada área comercial, sendo que o intermediário escolhido, tem o direito exclusivo para a venda desses produtos no determinado local. Este gênero de distribuição é geralmente utilizado quando determinado produto necessita de venda especializada, investimentos e estoques específicos. Também para melhorar a estratégia de prestígio.

O método de distribuição seletiva refere-se aos produtores optam pela venda através de mais de um intermediário em determinada área comercial. Esses intermediários são escolhidos por apresentarem pontos positivos a seu favor, na localização onde atuam, como sua reputação, clientela, por serem considerados os melhores, entre outros. E por último, a distribuição intensiva baseia-se na escolha de maior número possível de intermediários em uma área comercial. Produtos com custo unitário baixo e compra frequente levam produtores a optar por este meio de distribuição (CHURCHILL E PETER, 2012).

Administrando as Relações do Canal

Após a escolha do canal, deve-se haver colaboração entre os membros envolvidos, para que os objetivos desejados sejam alcançados. Porém, conflitos em relação aos lucros e desempenho de funções surgem entre eles frequentemente. Churchill e Peter (2012) apresentam em forma de tabela, os dois tipos de conflitos existentes nos canais, o vertical e horizontal.

O conflito vertical ocorre quando membros de diferentes níveis não estão de acordo, criando assim, intrigas que levam um membro do canal, muitas vezes, tentar “passar por cima” de outro. Esse tipo de conflito também é comum quando um dos membros acredita que o outro não está desempenhando suas funções corretamente. Já o conflito horizontal é o contrário do vertical, ou seja, os conflitos são entre membros do mesmo nível, sem as principais causas a relação de limite de território de exclusividade, diferenças de preços de varejo e prática competitiva (CHURCHILL E PETER, 2012).

A obra de Kotler e Keller (2012) apresenta ideias sobre conflitos verticais e horizontais da mesma maneira de Churchill e Peter, porém acrescentam os Conflitos de Multicanal, que ocorrem quando o fabricante estabelece dois ou mais canais que vendem para o mesmo mercado. Afirmam que, em certos momentos, os conflitos entre canais são produtivos, mais em outros podem causar um certo desequilíbrio. O desafio não está em eliminar os

conflitos, o que é impossível, mas sim, lidar melhor com eles. Em uma obra mais antiga de Kotler (1993) é citado também um conflito mais eminente: a Concorrência de Canal, onde descreve a competição entre as empresas que atendem os mercados alvo. A concorrência horizontal ocorre no mesmo nível de canal. A concorrência entre sistema de canal descrever, competição entre os diferentes sistemas que atendem a um determinado mercado. Churchill e Peter (2012) complementam dizendo que, cooperar e reduzir conflitos, pode levar um membro a liderança do canal, ou seja, o membro que tem poder para tomar decisões, sendo esse poder originário de seis fontes que são: a) poder como recompensa: o membro do canal oferece algo desejável aos outros; b) poder por coerção: surge da insegurança de que um dos envolvidos venha a causar problemas; c) poder legítimo: origina-se dos direitos do membro; d) poder por referência: vêm da reputação do membro ou organização; e) poder pela experiência: advém das habilidades e dos conhecimentos do membro; f) poder por informação: posse por meio do membro que tem informações valorizadas pelos demais membros.

Alguns creem quem os produtores devem tomar conta do canal, pois, são os que tem a perder caso o mesmo fracasse. Porém, os atacadistas também podem ser capitães do canal, caso o tamanho dele e seu conhecimento lhe favoreçam. Mas, nos últimos tempos, varejistas tem tomado esse posto com frequência, por terem proximidade e conhecimento sobre os desejos e necessidades dos clientes. Além de administrar os conflitos, vários canais estão atualizando-se e construindo uma confiança mútua, para que se chegue ao sucesso. Isso baseia-se nos envolvidos, cientes de sua interdependência, troquem informações, auxiliando o melhoramento do canal e garantindo assim, a sua eficiência (CHURCHILL E PETER, 2012).

Administrando Canais Globais

Ainda citando a obra de Churchill e Peter (2012), e Kotler e Keller (2012), a distribuição no contexto global, pode ser algo muito difícil em vários aspectos, pois, pode ser necessário uso de diversos canais diferentes para atender distintos países. Além do que, a distância, as restrições legais e diferenças culturais, podem atingir a administração do canal. Os profissionais de marketing, alguns deles, controlam os canais globais através do conhecimento sobre mercados exteriores e o controle da distribuição para os mesmos. Outros preferem utilizar os serviços dos intermediários globais. Já empresas pequenas, podem negociar com os intermediários a compra de seus produtos por parte deles e a revenda nos mercados globais.

Ao optar pela comercialização no mercado global, é necessário conhecer as forças e limitações do país em relação à sua infraestrutura, especialmente quando o país é menos desenvolvido e a distribuição terá que partir do zero. É necessário, antes de optar pela distribuição global, responder a questões que dizem respeito ao sucesso do negócio (CHURCHILL E PETER, 2012).

Regulamentação do Canal

Além de passar por diversas razões que interferem na escolha de um canal de distribuição, Churchill e Peter (2012) citam que é necessário levar em consideração questões como:

a) Questões legais: ater-se a normatização de distribuição de cada país. O Brasil baseia-se em leis que visam a concorrência, ou seja, é possível que os produtores escolham os intermediários que venderão seus produtos, porém é ilegal fazer o uso de práticas desleais que interfiram na livre concorrência. O contrato de exclusividade é um dos problemas que podem ser encontrados quanto a essas questões, pois, quer dizer que um determinado fornecedor restringe o cliente a comprar determinado produto de outra marca. É considerado ilegal caso atrapalhe a competição, porém, por outro lado é legal se os usuários tiverem acesso a produtos similares, se os vendedores estiverem entrando no mercado ou se o contrato fortaleça o concorrente que era fraco (CHURCHILL E PETER, 2012).

Territórios de vendas fechados são quando os produtores ofertam exclusividade sobre o território de venda para os intermediários, ou seja, em determinada área, apenas um intermediário atende. São considerados ilegais apenas quando diminuem a concorrência. Por último, os contratos casados são nada mais do que, o vendedor vende determinado produto apenas se outro for comprado também, muito comum em franquias. Pode-se haver nesses casos também, a imposição de linha completa, que significa que um intermediário que deseja trabalhar com certo produto, vê-se obrigado a comprar a linha completa do fornecedor (CHURCHILL E PETER, 2012).

Esse tipo de contrato é imposto quando o fornecedor quer que o intermediário aceite novos produtos. Contratos casados são ilegais nos dois casos, quando reduzem a competitividade. Só são considerados legais quando, apenas um fornecedor, distribui produtos de designada qualidade, há liberdade para comercializar com marcas concorrentes e, quando a empresa é nova no mercado (CHURCHILL E PETER, 2012).

b) Questões políticas: fabricantes que querem expandir-se para mercados globais, podem vender a empresas estrangeiras uma permissão para que possam produzir e vender seus produtos, mas essa venda não pode ocorrer no mercado de licenciador. Porém, os intermediários estrangeiros não encontram-se sob essas condições e, por isso, tiram vantagem desse espaço, vendendo no mercado do licenciador versões de marcas registradas fabricadas em outros países. Conhecido como mercado cinza ou paralelo, a venda desses produtos por parte dos intermediários, torna-se um problema para os produtores que são donos da marca, pois, as vendas locais são prejudicadas, já que os intermediários vendem os produtos por preços abaixo dos distribuidores nacionais, prejudicando a imagem do produto, mas não há nada que possa ser feito, pois, licenças legítimas são consideradas legais (CHURCHILL E PETER, 2012).

c) Questões éticas: geralmente, questões éticas são levadas em consideração quando um membro detentor de poder dentro do canal, prejudica o negócio de outro membro menor, também quanto às exigências de reserva de espaço por parte dos varejistas, que são taxas cobradas pelos fabricantes para que seja determinado um espaço físico para produtos das marcas pagantes. Essas práticas de reserva de espaço podem tornassem antiéticas, pois, os preços impostos são abusivos, impedindo pequenos produtores de colocar seus produtos nos mercados, sendo assim, é necessário que produtores que não possam ou não querem pagar esses preços, procurem lojas especializadas em seus produtos ou supermercados que não cobrem essas taxas (CHURCHILL E PETER, 2012).

CONCLUSÃO

Concluimos com este trabalho, que um canal de distribuição são grupos de pessoas que desempenham diversas funções, para que os produtos cheguem até os consumidores que desejam adquiri-los. Escolher um canal de distribuição demanda atenção e cuidado, pois, diversos fatores influenciam a escolha do canal correto. É necessário, caso o produtor opte negociar seus produtos por meio de intermediários e não diretamente com o cliente, que os as pessoas escolhidas para desempenhar as funções necessárias, estejam dispostas a negociar e vender os artefatos. Os produtores, que geralmente escolhem os canais de distribuição, precisam estar atentos e entender que, por mais que optem em comercializar diretamente com os clientes, as funções que um intermediário realiza, terão de ser desempenhadas igualmente e eficientemente, sendo assim, optar por um intermediário pode tornar tudo muito mais simples. Entender os níveis dos canais, as opções disponíveis e também como as funções são desempenhadas, é estritamente necessário, pois, apenas assim, se obtém sucesso num negócio. O mesmo vale quando um produtor opta por comercializar no mercado global, além de ter de conhecer as maneiras como os produtos são distribuídos em cada país que se deseja negociar, também é necessário que se observe se a empreitada trará lucro.

Vender produtos pela internet, tem se tornado muito comum nos dias de hoje, e tem grandes chances de que os produtos atinjam um público maior, pois, ofertam comodidade e também privacidade aos consumidores que os procuram. É necessário que todas as atividades desenvolvidas dentro de um canal, seja ele direto ou indireto, devem ser desempenhadas de acordo com as leis, tornando o negócio legal e permitindo a livre concorrência; saber as questões políticas que regem o mercado e as empresas estrangeiras e também ser ético em tudo aquilo que se faz.

Ter conhecimento sobre os diversos fatores que influenciam a escolha de um canal e seus membros, saber relacionar-se com os colaboradores e clientes, auxilia para que conflitos sejam evitados e, mesmo que não possam



**VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016**

ser evitados sejam resolvidos com responsabilidade e comprometimento com os envolvidos neles, aumentando assim a produtividade e eficiência do canal.

Referências

CHURCHILL, G.; PETER, J. **Marketing: criando valor para os clientes**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

KOTLER, P.; **Administração de Marketing: Análise, planejamento, implementação e controle**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1993.

KOTLER, P.; KELLER K.; **Administração de Marketing**. 14 ed. São Paulo: Pearson, 2012.

GESTÃO FINANCEIRA ESCOLAR DESCENTRALIZADA: PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)

Alessandro Cesar da Luz (alecesarluz@hotmail.com)

Maikon Simão de Oliveira (soueumaikon@gmail.com)

Jussara Isabel Stockmanns (jussara.stockmanns@ifpr.edu.br)

Daiane Padula Paz (Daiane.paz@ifpr.edu.br)

RESUMO: O objetivo deste artigo é demonstrar o que é e como funciona o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Para alcançar este propósito, buscamos dados históricos acerca do financiamento estudantil desde o início da educação no país até a atualidade, para então entender os contextos que rodeiam o sistema educacional brasileiro. Também, procura-se demonstrar a finalidade do referido programa e quem pode aderir, além de conhecer quais são as regras e normativas para esta adesão e como o programa pode contribuir para a democratização da gestão escolar, pretendendo a descentralização da gestão financeira, baseada na transparência dos recursos disponibilizados.

Palavra-chave: PDDE, Educação, Escola, Políticas Públicas.

Abstract: This study aims to demonstrate what it is and how work the Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). To achieve this purpose, we seek historical data about student loans since the beginning of education in the country to the present, to then understand the contexts surrounding the Brazilian educational system. Also, it seeks to demonstrate the purpose of the program and who can join, and know what the rules and regulations for this accession and how the program can contribute to the democratization of school management, aiming at decentralization of financial management, based on transparency of the resources.

Key-words: PDDE, Education, School, Public policy.

INTRODUÇÃO

Para a realização deste artigo fez-se necessário traçarmos uma retrospectiva sobre o financiamento estudantil em nosso país, o que nos levou inevitavelmente aos tempos do Brasil colônia, fazendo um levantamento de dados históricos que influenciaram de maneira singular a forma de arrecadação e a condução dessas políticas públicas. No capítulo um, é delineada a parte histórica em que mostramos os momentos mais importantes e significativos para a educação como um todo, para tal, foi necessário o estudo de alguns documentos e bibliografias que comprovassem as afirmações aqui encontradas.

O PDDE se constitui na assistência financeira as escolas públicas das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de

educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. Tal assistênciatem como propósito apoiar a melhoria infraestrutura física e pedagógica, como forma de colaborar para autogestão escolar, promovendo o aperfeiçoamento da formação de professores, alunos e demais profissionais. Esse programa funciona como cobertura de custeio de despesas, manutenção e pequenos investimentos, que garantam melhora do espaço escolar, seja estrutural e pedagógica.

Nos capítulos dois e três, entramos de fato no objetivo do artigo que é mostrar o que é realmente o PDDE e como o mesmo funciona, passando por todos os tramites burocráticos até chegar ao destino final e ainda sobre a prestação de contas como último passo.

RESGATE HISTÓRICO DO FINANCIAMENTO ESTUDANTIL

O contexto histórico é de suma importância para o entendimento das políticas públicas educacionais, portanto, faremos uma breve explanação sobre o mesmo, objetivando um esclarecimento acerca do financiamento da educação ao longo dos tempos até os dias atuais.

Os recursos financeiros para a educação básica no Brasil tiveram seu início em 1772 após a expulsão dos jesuítas. Estes eram responsáveis pela educação na época, quando todos os recursos eram obtidos através de doações, ou seja, o Estado não contribuía financeiramente para a manutenção das instituições de ensino existentes na época, o custeio advinha da generosidade daqueles que possuíam posses, propriedades e outros bens, os quais podiam contribuir para o sustento de tais estabelecimentos de ensino. Contudo, quando passa a existir uma divergência entre os interesses da coroa portuguesa e os ideais da igreja, mas principalmente dos jesuítas envolvidos com os trabalhos de alfabetização e cristianização dos povos indígenas, ocorre então à expulsão.

A saída forçada dos jesuítas, aliás, não se relacionou diretamente com os interesses correlatos à educação, mas, sim, com a dominação dos colonizadores, que, por consequência, foram então obrigados a implementar um plano de subsídios para financiar a educação, ainda que o mesmo não tenha funcionado como o pretendido. Deacordo com Santos (2003, p.97), “a expulsão dos jesuítas, por ordem do marquês de Pombal, em 1759, provoca mudança radical no ensino da época, quando novas ordens religiosas menorese professores leigos são convocados para substituir os expulsos.”

O contexto histórico mostra que a educação nunca foi prioridade em nosso país, mas, com a nova realidade imposta por Pombal, foi necessário à criação de um imposto para a manutenção da educação, este imposto, foi chamado de “subsídio literário”, tal subsídio “incidia sobre alguns produtos, como a carne, o sal, o vinho, o vinagre, e a aguardente” (SANTOS, 2003). Este imposto foi o marco inicial do financiamento da educação em no país, ainda que não houvessem escolas e universidades como temos nos dias atuais, e

somente classes privilegiadas tivessem acesso a esta educação ainda precária, foi a partir deste momento que a história educacional brasileira começa a ser escrita.

Ao longo do tempo, novas taxas foram criadas e novas leis surgiram como forma de manter a educação. Em 1934, já na República, foi determinada a aplicação de no mínimo 10% de toda a arrecadação do país fosse utilizado no sistema educacional, além de muitas outras mudanças e alterações foram realizadas, porém, o fator mais importante e determinante que podemos ver até nos dias de hoje é o fato de que os estados, municípios e Distrito Federal, têm a obrigação de utilizar 25% da arrecadação de impostos com a educação.

A Constituição Federal de 1988 garante a todo o cidadão brasileiro o direito a educação e é através da própria lei que encontramos os subsídios para tal, no entanto, é contraditório, mas o simples fato da existência da lei, não garante que todos os cidadãos em igualdade de condições terão este acesso, por isso, adaptações se fazem necessárias no decorrer do tempo para que essa “tal” igualdade seja alcançada. Um desses ajustes é o PDDE, alvo de nosso estudo, que surge como uma complementação dos recursos destinados às escolas públicas brasileiras, além de fortalecer a gestão participativa.

As adequações são encontradas na forma de emendas constitucionais, decretos, resoluções e leis que visam o melhoramento do ensino, bem como, uma forma de sanar alguns pontos dissonantes referentes às medidas já existentes e garantidas por leis, no entanto, para entendermos o porquê dessas medidas e alterações, precisamos primeiro saber quais são e onde estão garantidos os recursos destinados à educação brasileira, ou seja, a seguir, observaremos quietudo o que a lei nos garante não se cumpri na sua totalidade, e este problema é um mecanismo para compreendermos a necessidade do PDDE. Então, podemos ver em Santos (2003, p.98) onde encontramos as garantias:

Atualmente, os recursos financeiros para a educação estão previstos ou regulamentados em três diplomas legais: na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5/10/1988, especialmente nos artigos 34, 35, 211, 212, 213 e no artigo 60 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias; na lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (nova LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, especialmente nos artigos 60 a 77; na lei 9.424 de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o fundo de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Esta lei regulamenta o artigo 60, § 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A partir destas leis e da própria Constituição, temos bases legais para prover as necessidades da educação, pelo menos em tese. Entretanto, as carências da escola trazem uma dificuldade para o sistema de gestão financeira escolar. O que acontece em muitas ocasiões, é que alguns recursos precisam ser empregados em situações inesperadas e somente a comunidade escolar é quem tem condições de decidir como ele será gasto e, é neste caso específico que entra o PDDE. É a democratização da gestão escolar, saindo da

teoria e funcionando na prática de veras, ainda assim, há de se observar que para a escola aderir ao programa, existe uma série de medidas a serem tomadas, regras e metas a serem cumpridas, para que então, após toda a burocracia o financiamento possa chegar ao destino final, escola.

Os tramites burocráticos, tornam-se necessários, todavia, quanto mais burocracia, mais difícil o acesso ao programa, ou seja, os participantes necessitam se encaixar em algumas normas, que muitas vezes poderiam ser dispensadas, visto que, o objetivo é a melhoria dos espaços escolares, então, no que tange a todos os processos burocráticos até ao recebimento e prestação de contas, os muitos procedimentos acabam sendo morosos, o que não é pertinente em um programa como este.

O PDDE DE FATO

A Constituição de 1988 assegura em seu artigo 213 os recursos para programas como o PDDE, não só para escolas, mas para todas as entidades sem fins lucrativos que se encaixem em seus incisos. Falando em Constituição, no artigo 205, observamos que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, neste contexto, temos um grande avanço no que diz respeito à lei nº9424, que trata da valorização do Magistério, ou seja, haverá um fundo exclusivo para esta finalidade e fazendo uma conexão, lembramos aqui que o PDDE será financiado quase que na sua totalidade pelo salário educação.

O PDDE foi criado em 1995, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com o intuito de repassar verbas por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a algumas instituições educacionais, para que as mesmas, através de uma gestão participativa, aprimorem os sujeitos envolvidos, na forma de sua qualificação, bem como na manutenção e organização da própria estrutura física do estabelecimento de ensino. O PDDE tem como objeto desenvolver a autogestão, ou seja, a entidade educadora busca torna-se autossuficiente na administração do dinheiro que é repassado pela União.

Para que haja a habilitação da instituição junto ao programa, se faz necessário uma série de normas pré-estabelecidas. Uma delas é a manutenção do Censo Escolar atualizado e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), entre outros. Desde a sua criação até o ano 2008, o programa abarcava somente as escolas públicas de Ensino Fundamental. Com a [Medida Provisória nº 455, de 28 de janeiro de 2009](#) (posteriormente a [Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009](#)), estendeu-se para toda a educação básica, contemplando o Ensino Médio e a Educação Infantil.

Uma vez estabelecido quem são os beneficiários do programa, entramos agora, diretamente no que se refere ao repasse e podemos ver algumas normas no art. 5º da Resolução/CD/FNDE nº 10 de 18 de abril de 2013. “Os recursos do PDDE serão destinados às escolas e aos polos, por

intermédio de suas Entidades Executoras (EEx), Unidades Executoras Próprias (UEx), Entidades Mantenedoras (EM) assim definidas pela Lei 11.947”. Para tanto, entenderemos qual a função de cada uma delas:

Entidade Executora (EEx) – prefeituras municipais e secretarias distritais e estaduais responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento, execução e prestação de contas dos recursos do programa, destinados às escolas de suas redes de ensino que não possuem UEx, bem como pelo recebimento, análise e emissão de parecer das prestações de contas das UEx, representativas de suas escolas ou dos polos presenciais da UAB a ela vinculados. art. 5º Resolução/CD/FNDE nº 10. (18. abr.2013)

As EEX exercem um papel fundamental, pois, fazem uma ponte entre a administração federal e o município e estão encarregadas da prestação de contas sobre os recursos juntamente com a escola beneficiária. A responsabilidade das EEX é fundamental para a transparência de todo o processo do PDDE, desde o ingresso ao sistema até o recebimento e prestação de contas.

Unidade Executora Própria (UEx) – entidade privada sem fins lucrativos, representativa das escolas públicas e dos polos presenciais da UAB, integrada por membros da comunidade escolar, comumente denominada de caixa escolar, conselho escolar, colegiado escolar, associação de pais e mestres, círculo de pais e mestres, dentre outras entidades, responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento dos repasses do programa, destinados às referidas escolas e polos, bem como pela execução e prestação de contas desses recursos. (18. abr. 2013)

A unidade executora cabe à responsabilidade de definir onde serão gastos estes recursos, pois, como já vimos anteriormente estes representantes das escolas é que podem realmente saber onde, quando e como aplicar o financiamento do PDDE, uma vez que estão atuando e vivenciando o dia a dia escolar, sabendo assim das necessidades, prioridades e realidade da sua escola.

Entidade Mantenedora (EM) – entidade privada sem fins lucrativos, qualificada como beneficente de assistência social, ou de atendimento direto e gratuito ao público, representativa das escolas privadas de educação especial, responsáveis pela formalização dos procedimentos necessários ao recebimento dos repasses do programa, destinados às referidas escolas, bem como pela execução e prestação de contas desses recursos. (18. abr. 2013)

Esta entidade, assim como as demais, também é responsável por todos os tramites já citados, mudando apenas o tipo de entidade beneficiária.

No inciso II, os sujeitos envolvidos nas diversas instâncias colegiais como o Conselho Escolar, a APMF, a Associação de Pais e mestres, o Grêmio Estudantil e o Conselho de Classe, possuem a liberdade, de juntos, constituem

a UEx (Unidade Executora própria), que atua como uma espécie de equipe administrativa, cuja função é atender as necessidades da escola, quanto a sua manutenção estrutural e pedagógica, melhor dizendo, definir onde, quando e como aplicar os recursos recebidos. Isso, pois, estão diretamente envolvidos no cotidiano escolar, analisando as urgências. É a chamada descentralização financeira dos recursos do PDDE, organizada na gestão participativa.

Esse tipo de gestão promove a participação na administração da entidade, instituição ou órgão, daqueles que fazem parte de todo o corpo profissional, ou seja, as decisões quanto a tudo o que se refere à entidade é realizada de modo conjunto e em pé de igualdade, independentemente das funções de cada um. Em relação às instituições de ensino, o PDDE estimula a atuação conjunta de todos os agentes educacionais, nos planos financeiro, administrativo, estrutural, pedagógico e didático da instituição, fazendo como que, os recursos alcancem a igualdade de distribuição e utilização.

REGRAS COMPLEMENTARES DE ADESÃO AO PDDE

É fundamental que tenhamos em mente algumas regras na hora de falarmos sobre a adesão ao PDDE, como por exemplo, acessar o PDDE web ou qual o valor por número de alunos, entre outras.

O PDDE é requerido exclusivamente no ambiente virtual, o PDDE web, ou seja, é uma ferramenta totalmente interativa e facilitadora para os interessados, em que os mesmos serão capazes de auto cadastrar-se e atender a todas as solicitações do programa. Como vemos na imagem abaixo, o PDDE web apresenta vários guias e tutoriais de passo a passo para o cadastramento, lembrando que, o sistema pode ser encontrado como PDDE interativo.

Quadro1: Cadastramento no sistema PDDE

SISTEMA PDDEWEB

1º Digite o Endereço <http://www.fnde.gov.br/pdde> na barra de endereços do seu navegador. Utilizem o navegador



Fonte: FNDE, 2012

Ao acessar o PDDE interativo, o primeiro é fazer o cadastro dos dados habituais e do perfil da entidade, logo na sequência, o preenchimento do diagnóstico da escola, neste instante, há uma verificação das condições de adesão ao programa. Passando por esta fase, o FNDE fará a abertura da conta para o repasse.

Vale ressaltar que o recurso não pode ser utilizado para construção, melhor dizendo, não poderá ser usado para a construção de novas salas de aula, quadras esportivas ou outra mudança física substancial, sendo assim, pode-se apenas, ser empregado em adequações, conforme o guia do programa disponibilizado pelo Ministério da Educação. É necessário seguir como regra o número de alunos como critério de repasse, por isso, é importante a manutenção do Censo escolar, como podemos ver na tabela abaixo:

Quadro 2: Repasse x número de alunos

Número de alunos	Valores de Repasse (R\$)		
	Custeio (80%)	Capital (20%)	Total
Até 199	6.400,00	1.600,00	8.000,00
200 a 499	8.000,00	2.000,00	10.000,00
500 a 999	9.600,00	2.400,00	12.000,00
Acima de 999	11.200,00	2.800,00	14.000,00

Fonte: FNDE, 2016.

O programa permite a contratação de terceiros, como por exemplo, um eletricitista, encanador etc. Além da aquisição de diversos materiais para manutenção e reparos do espaço físico, e ainda, uma infinidade de materiais de uso permanente. Esses materiais são os mais diversos possíveis e podem

ser utilizados, por exemplo, em serviços de carpintaria, elétrica e hidráulica entre outros, além é claro, de materiais de uso da própria escola. Existe uma lista disponível no PDDE web como referência e orientação para as entidades cadastradas não terem a mínima dúvida na hora da aquisição.

Como podemos perceber, as escolas interessadas precisam adequar-se a várias condições para a obtenção do repasse financeiro, o que em um primeiro momento parece um tanto quanto difícil e burocrático, porém, faz-se absolutamente necessário todos estes mecanismos, para que haja transparência. Este, aliás, é um ponto forte neste programa, visto que devido a todos os parceiros envolvidos e todos os passos até a obtenção e até mesmo na prestação de contas, torna claro para onde e como estará sendo empregado o dinheiro.

“A constituição do PDDE por meio da instituição obrigatória da UEx pode ser considerada uma estratégia de descentralização das ações do Governo Federal aos municípios e estados e, conseqüentemente, para a sociedade repassando para esta, a responsabilidade de aplicação, prestação de contas dos recursos financeiros e manutenção física das escolas, sendo esta uma característica da redefinição do papel do Estado, contemplado no Plano Diretor da Reforma e Administração do Estado (1995). Neste sentido, cabe ao Estado apenas o controle e a regulamentação das ações que serão desenvolvidas e à escola além das obrigações pedagógicas, administrativas e outras, a captação de recursos para o desenvolvimento de suas atividades”. (CORONEL, Fabio R. OLIVEIRA, Regina T. C, 2005).

A prestação de contas é feita pelas próprias escolas e devem ser analisadas pelas prefeituras e secretarias de educação, que para tal, contarão com toda a documentação enviada, desde dados orçamentários e fechamentos financeiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo discorreremos sobre a história do financiamento estudantil em nosso país, com o intuito de mostrar como chegamos aos dias atuais, e principalmente ao referido programa PDDE. Ficou claro que as leis que regulamentam estes financiamentos são muito eficazes na teoria, aliás, como quase tudo no Brasil, mas na prática mostram-se muito diferente. Contudo, o PDDE como complementação de outros financiamentos, tem trazido para a escola algo que a algum tempo tem-se discutido, que é a gestão democrática e participativa.

Observando os moldes deste programa, nota-se que se trata de uma verba de complementação financeira e foi criado para sanar algumas situações inesperadas e que com toda a certeza os recursos já existentes não teriam esta condição e mais, o fator de maior importância identifica-se na gestão participativa, pois, atraem para dentro da escola as associações como APMF,



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

conselho escolar entre outros. A efetivação deste novo modelo de gestão é que pode apontar para onde irá à escola que queremos construir no Brasil.

O questionamento que se faz pertinente, trata-se da seguinte indagação: é possível estender este modelo de gestão para todo o financiamento estudantil? Não se trata de uma utopia, mas sim de algo que merece estudos e novas visões para que a Educação não sofra os mesmos percalços que vem sofrendo há anos e não se trata também de uma afirmação, mas sim de uma alternativa a ser pensada. A gestão escolar participativa carece de muito mais ações como a apresentada por este programa e neste sentido o mesmo vem sendo como uma referência para tal, no qual a comunidade está representada e inserida no ambiente escolar, por isso, a necessidade de buscar novos rumos, aprendendo com os erros do passado e com a coragem de arriscar para poder chegar a soluções que sejam no mínimo coerentes e respeitadas com a grandeza que merece a Educação brasileira. “o PDDE, ao mesmo tempo, trouxe práticas que estão transformando as relações de participação neste espaço escolar, mesmo que em níveis ainda insuficientes”.(NASCIMENTO, Luciane S. 2008).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: MARE, 1995.

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Informativo Nº. 1. Disponível em:<http://ftp.fnde.gov.br/web/pdde/informativo_001_pdde_2006.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, estado e democracia no Brasil**. 5.ed. São Paulo: Cortez; Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2005.

_____. Ministério da Educação. Resolução FNDE/CD nº12, de 10 de maio de 1995. Brasília: 1995.

PARO Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1998.

SANTOS; Clóvis Roberto dos. **Educação Escolar Brasileira: Estrutura,Administração, Legislação**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SOUZA; Paulo Natanael Pereira de; **LDB e Educação Superior Estrutura e Funcionamento**.2 ed. São Paulo: Thomson Learning, 2001

INSTÂNCIAS COLEGIADAS DA ESCOLA: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES, GRÊMIO ESTUDANTIL, CONSELHO DE CLASSE E CONSELHO ESCOLAR

Rafael Alexandro Rabaioli rafaelrabaioli1994@gmail.com
Daiane Padula Paz daiane.paz@ifpr.edu.br
Jussara Isabel Stockmanns jussara.stockmanns@ifpr.edu.br

RESUMO: O exame da Instância Colegiada à luz de suas organizações - analisadas histórica e legalmente - é imprescindível para a visualização de meios que pactuem com o progresso da educação brasileira. A Associação de Pais e Mestres, Grêmio Estudantil, Conselho de Classe e Conselho Escolar são predicados de toda educação democrática que, em conjunto de todos os protagonistas do ensino, avigoram a fidedigna função do sistema educacional no país. Dando enfoque ao Estado do Paraná, encontra-se, neste artigo, a pesquisa analítico-descritiva de cada Instância Colegiada detalhando seu funcionamento e, tendo observado ainda, o amparo legal dos órgãos colegiados paranaenses no ordenamento jurídico brasileiro.

Palavras chave: Ensino Público. Democratização. Gestão Educacional.

ABSTRACT: The examination of the Collegiate Instance in the light of yourself organizations - analyzed historically and legally - and indispensable For a media viewing that agreement with the progress of Brazilian education. The Association of Parents and Teachers, Student Government, Class Council and School Board are predicates Every Democratic Education That in Set All players make education invigorate one reliable function of the Educational System in the country. By focusing on the state of Paraná, are himself to this Article, the analytical research - descriptive of Each Instance Collegiate in detail, bringing His operation and tendon observed still, the support of legally paranaenses collegiate organs no Brazilian law.

Keywords: Public Education. Democratization. Educational management.

1 INTRODUÇÃO

Para se chegar à contextura social, política e econômica atual, a notável existência de castas no curso do desenvolvimento humano produziu penetrantes efeitos. Diante da relação indivíduo-sociedade, em um mundo moderno, isto significou o prelúdio e a sustentação de distorções, ao passo que os óbices originados distanciaram a função do sistema educacional - e do ensino propriamente dito - por anos, do seu verdadeiro signo no contexto de uma nação.

No ínterim da história brasileira, até o século 20, é proeminente a constatação de uma educação arraigada na mobilidade social. Os estratos

detentores do poder econômico e político faziam do exercício da educação uma égide do domínio social, portanto, a educação encontrava sua valência fundada à qualidade de distintivo social.

Ao final dos anos 80 e início dos 90, assinalam-se decisivas transformações na estrutura organizacional e arquétipo de gestão educacional no Brasil. As reformas, por sua vez, representam a *condicio sine qua* o desenvolvimento de uma educação descentralizada, autônoma e essencialmente democrática não seria possível.

Nesse norte, a democratização no âmbito administrativo escolar está intimamente atrelada à ação integrada e de caráter participativo dos professores e pais nos propósitos e decisões inerentes ao processo educativo. Todavia, o processo educativo vai diretamente de encontro a seu marco democrático, as instâncias colegiadas, ou seja, as estruturas elementares para a concretização da gestão democrática do Ensino Público.

As organizações almejam e efetivam, igualmente, o progresso da educação brasileira em conjunto de todos os protagonistas do ensino. Nacionalmente, são traduzidas pelas associações de pais e mestres, grêmios estudantis, conselhos de classe e conselhos escolares. Aqui, tais órgãos colegiados são elucidados no Estado do Paraná sob a ótica de seu contexto histórico e, conseqüentemente, seu amparo legal.

O presente artigo fora elaborado durante as aulas de Políticas Educacionais e Legislação de Ensino no Brasil, visando aprofundar o conhecimento geral acerca das Instâncias Colegiadas e cada uma de suas organizações, por meio de uma pesquisa de análise documental. A perspectiva argumentativa leva em consideração o exame descritivo de cada Instância Colegiada, que trata, concomitantemente, seu funcionamento.

2 COMUNIDADE ESCOLAR, GESTÃO DEMOCRÁTICA E INSTÂNCIAS COLEGIADAS.

O órgão colegiado consiste numa instância estabelecida por representações diversas. Nele, as decisões são por ordem definições grupais e, deste modo, oportuniza o aproveitamento das distintas experiências. Logo, o termo colegiado revela a forma democrática de gestão, que pressupõe uma direção compartilhada por um conjunto de pessoas possuidoras de autoridade isonômica. Estas, quando reunidas, decidem em conjunto, inexistindo assim, decisões consistidas na vontade de um único membro e, sequer, valor distinto para cada uma das opiniões.

Para entendermos a gestão democrática na escola, é fundamental que conceituemos os órgãos colegiados que a legitimam. Compreende-se por colegiado uma “instituição cujos membros têm poderes idênticos” (CEGALLA, 2005, p. 208). Por excelência, pode-se dizer que a escola é um privilegiado recinto onde ocorre a construção da convivência entre indivíduos e de relacionamentos m grupos diferentes. Saviani (1999, p.54) ressalta que:



VI Contextos e Conceitos

Mostra de Produção Científica e Extensão

Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

19 e 20 de setembro de 2016

A relação entre educação e democracia se caracteriza pela dependência e influência recíprocas. A democracia depende da educação para seu fortalecimento e consolidação e a educação depende da democracia para seu pleno desenvolvimento, pois a educação não é outra coisa senão uma relação entre pessoas livres em graus diferentes de maturação humana.

Por instâncias colegiadas temos a Associação de Pais, Mestres e Funcionários, o Grêmio Estudantil, o Conselho de Classe e o Conselho Escolar, entre outros. Tais instâncias envolvem, de modo geral, a comunidade escolar com o objetivo de estreitar laços, mantendo uma relação de transparência com pais ou responsáveis, corpo docente e discente, e demais funcionários visando sanar possíveis adversidades que atinjam, de alguma forma a instituição de ensino.

3 INSTÂNCIAS COLEGIADAS: A VOZ DAS INSTITUIÇÕES

Em prol da efetividade da democracia, as instâncias colegiadas são espaços que possuem a finalidade de representar os segmentos escolares e os interesses da comunidade escolar através da gestão democrática. É de grande importância que estejam em consonância para o melhor desempenho das instituições. Especificaremos, a seguir, cada instância de forma detalhada, com base documental das instituições de ensino do estado do Paraná.

3.1 Conselho Escolar

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de representação da comunidade escolar e local, com a finalidade de atuar na tomada de decisões sobre necessidades e potencialidades da escola. É de suma importância que suas reuniões sejam com pauta definida por todos os seguimentos e que todos envolvidos e/ou interessados tenham conhecimento de tudo o que está sendo exposto. Por ser formado por todos os membros da escola, este órgão possui uma força muito grande na instituição de ensino.

Segundo a deliberação 19/99 do CEE-PR de Educação, a qual afirma que o Conselho Escolar é a instância máxima da deliberação de ensino, ou seja, é o que mais tem poder dentro de uma instituição de ensino. No momento em que esse comitê delibera sobre algum assunto, esse é lavrado em ata e assinado de forma qualificada conforme o seguimento que representa, sendo assim, um documento de uma instância colegial legal de poder perante a decisão tomada, de modo que não infrinja nenhuma lei e normatização vigente que envolva a educação ou o Código Civil.

Essa instância colegiada consiste em um estatuto que cada órgão colegiado detém. Quando já existe um comitê formado, o processo de eleição ocorre a cada dois anos, podendo ser renovado, tendo o Diretor como presidente da junta escolar. O papel dos Conselhos é discutido por Werle (2003, p. 60), que ressalta a participação efetiva, afirmando que:

Os Conselhos não existem somente por definições legais, mas na medida em que as pessoas se dispõem a contribuir para o grupo, a (re) construir a própria escola pública [...] não existe um Conselho no vazio; ele é o que a comunidade escolar estabelecer construir e operacionalizar.

Os conselhos ocorrem visando a participação efetiva para um bem comum, com as decisões tomadas em conjunto, e finalidade de melhoria da escola como um todo, atuando, juntamente com a Associação de Pais e Mestres, o Conselho de Classe, o Grêmio Estudantil, entre outros.

3.2 Associação De Pais, Mestres E Funcionários - APMF

Historicamente, essas associações foram criadas em torno de 1895 e denominada Caixas Escolares. Nesta época, o Brasil era governado pela monarquia. O Fundador dessas Caixas Escolares se chamava Fábio Luz e eram instituições jurídicas, de direito privado, sem fins lucrativos, que tinham como função básica administrar os recursos financeiros da escola, oriundos da União, estados e municípios, e aqueles arrecadados pelas unidades escolares. Segundo Lombardi Nascimento (2009 p. 32)

Embora a educação para o povo fosse o alvo nos discursos dos republicanos, mesmo com a abertura dos grupos escolares, uma parcela da população que era atendida no Estado do Paraná, não representava a totalidade da demanda por educação. Não era suficiente para acabar com analfabetismo e muito menos atender os alunos em idade escolar que precisavam da instrução pública.

Através disso, percebemos a extensão do Estado do Paraná e a dificuldade de atender todas as famílias e alunos. O que demandaria uma injeção monetária para suprir essas carências e propiciar o fim do Analfabetismo. Mais especificamente estas Caixas Escolares tinham a seguinte finalidade, segundo Mourão (1962, *apud* Sebastião, 2003)

Socorrer às pequenas despesas do estabelecimento, de expediente e auxílios aos alunos pobres. A sua receita adviria para gratificações não pagas ao pessoal docente e administrativo do Grupo Escolar, quando em licença ou por faltas não abonadas; donativos de particulares; produto de exposições, quermesses e outros, em benefício da Caixa; outras fontes autorizadas pelo governo e conseguidas pelo diretor. O regimento especificava suas despesas em: fornecimento de material escolar a alunos pobres; idem de roupa e calçado aos mesmos; assistência médica aos alunos sem recursos; compras para o museu e para a biblioteca da escola; aplicações de beneficiamento no prédio da escola, jardim e material escolar.

A partir de 1933 as Caixas Escolares foram sendo extintas pouco a pouco, dando lugar às Cooperativas Escolares e, em 1968, culminou a Portaria nº 11124 que estipulava regras de organização e funcionamento das Cooperativas Escolares e das Associações de Pais e Mestres. Foi um desenvolvimento complexo com várias mudanças até o ano de 2003. A partir daí, cria-se a nomenclatura atual de Associação de Pais, Mestres e

Funcionários (APMF), com o título de pessoa jurídica de direito privado o qual teve por princípio legitimar “a construção, de forma democrática, de uma proposta de consolidação de uma escola pública, gratuita, universal e de qualidade; (PARANÁ, 2003, p. 3)”. Ou seja, não possui fins lucrativos, não tem caráter racial, religioso e tão pouco político partidário.

Esta instância visa que seus dirigentes e conselheiros obedeçam ao objetivo de promover a integração escolar com a comunidade. Estes conselheiros não são remunerados e também há um prazo indeterminado para atuação de dirigentes específicos, sendo trocados quando necessário através de escolha democrática.

3.3 Grêmios Estudantis: A Força dos Estudantes

O Grêmios Estudantis é uma organização sem fins lucrativos que representa os interesses dos educandos. Com a intenção de fortalecer a educação, nesta instância colegiada os alunos discutem e criam meios de fortalecimento educacional em relação ao ambiente escolar e na comunidade local, estabelecendo assim uma espécie de ponte entre os alunos e a direção.

A Lei Federal nº 7398, de 04 de novembro de 1985, assegura a existência do Grêmios estudantis que, em seu Artigo 1º, garante aos estudantes dos Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º Graus, hoje Ensino Fundamental e Médio, o direito de se organizarem em entidades autônomas, representativas dos interesses dos estudantes, com finalidades educacionais, culturais, cívicas, esportivas e sociais. Tal garantia é ratificada na Lei Estadual nº 11.057 de 17 de janeiro de 1995, que, além de assegurar a livre organização dos Grêmios Estudantis, reforça em seu Artigo 4º que é vedada, sob pena de abuso de poder, qualquer interferência estatal e/ou particular que prejudique as atividades nos Grêmios, dificultando ou impedindo seu livre funcionamento.

O Grêmios é uma entidade estudantil de grande importância histórica; isso se dá pelo fato de que os regimes autoritários, no período de ditadura militar no Brasil, e os grêmios foram destruídos. Assim, eles representam a iniciação da cidadania na escola.

O Grêmios Estudantis representa também um espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e luta por direitos, organizada pelos jovens estudantes. Sua participação se dá por meio de palestras, oficinas, teatros, entre outros meios que chamem a atenção dos educandos para que sintam-se parte da escola, não restringindo-se somente os educandos, mas também a toda comunidade escolar. Vejamos, a continuação, alguns períodos históricos nacionais importantes onde os movimentos estudantis se posicionaram defendendo os direitos de nossa sociedade que marcaram a trajetória dos Grêmios.

Quadro 1 – Movimentos Estudantis relacionados aos Grêmios que marcaram a história

ANO	ACONTECIMENTO
	Mais de mil soldados da França invadem o Rio de Janeiro. Foram enfrentados,

1710	vencidos e expulsos por uma multidão de jovens estudantes brasileiros.
1786	Visando lutar pela independência do Brasil, doze estudantes brasileiros criaram um clube secreto. Alguns desempenharam papel fundamental para que a inconfidência mineira pudesse ter acontecido.
1827	Fundada a primeira faculdade brasileira de Direito do Largo São Francisco. Para o movimento estudantil, este foi o primeiro e mais importante passo, do qual logo integrou campanhas pela abolição da escravatura e pela proclamação da República.
1897	Estudantes de Direito da faculdade da Bahia denunciaram atrocidades ocorridas em Canudos.
1901	Fundada a Federação de Estudantes Brasileiros que iniciou o processo de organização dos estudantes em entidades representativas.
1914	Estudantes tiveram participação significativa na campanha civilista de Rui Barbosa, ocorrida em meados do século 20 e na campanha nacionalista de Olavo Bilac promovida durante a primeira guerra mundial.
1932	Ocorre a Revolução Constitucionalista onde morrem quatro estudantes. O fato inspirou revolta que eclodiu na insurreição de São Paulo contra o governo central.
1937	Criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade que representa os estudantes universitários.
1940	Estudantes se posicionam contra o nazifacismo.
1952	1º Congresso Interamericano de Estudantes, no qual se organizou a campanha pela criação da Petrobras com o lema “O petróleo é nosso”.
1960	Estudantes eram atraídos para as mobilizações populares para a representação revolucionária de Ernesto Che Guevara. Estes foram responsáveis por um dos mais importantes momentos de agitação cultural da história do país.
1964	Ocorreu o Golpe Militar, fato que havia a repressão particular contra os estudantes. Neste período foi criada a Lei Suplicy de Lacerda que extinguiu o movimento estudantil brasileiro. 9 de Novembro de 1964: Acordo MEC/USAID com o objetivo de deter a invasão comunista nas universidades. A Lei Suplicy foi repudiada por unanimidade, pois a vontade coletiva não era respeitada e o governo era contraditório com os interesses nacionais. Neste mesmo período houve a conquistas do aumento do número de vagas nas universidades do Brasil.
1966	Ocorreu o massacre na madrugada de 23 de setembro em uma passeata tendo como tema: “Povo organizado derruba a ditadura”. Cerca de 600 estudantes foram encurralados por policiais na faculdade de medicina. As ações repressivas mechem com a estrutura emocional.
1968	Ocorre o assassinato do estudante Edson Luís no mês de março. Ele foi assassinado por policiais no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro. Os estudantes reúnem-se no congresso da UNE, em Ibiúna, para discutir alternativas à ditadura militar. Houve invasão da polícia, muitos estudantes foram presos, mortos ou desapareceram, evidenciando a repressão e a restrição à liberdade de expressão que eram características desse período. Em junho deste ano ocorre a passeata dos <i>Cem Mil</i> , que reuniu artistas, estudantes, jornalistas e a população em geral, em manifesto contra os abusos dos militares.
1979	Ocorre a reativação das entidades estudantis. Acontece a primeira eleição por voto direto na história da UNE, quando é eleito o presidente baiano Rui César Costa e Silva.
	Gritando “1,2,3,4,5 mil. Queremos eleger o presidente do Brasil!!!” A população juntamente com os estudantes e políticos progressistas contribuíram para a

1984	volta das eleições diretas para presidente no Brasil. O congresso votou a favor das eleições indiretas e Tancredo Neves foi nomeado presidente para o próximo mandato (a partir de 1985). Ficou decidido que as próximas eleições, em 1989, seriam diretas. Depois de 34 anos de eleições indiretas Fernando Collor de Melo é eleito presidente.
1992	Impeachment do então Presidente da República Fernando Collor de Mello através dos manifestos dos estudantes autodenominados Cara Pintadas que realizavam esses protestos na rua contra a corrupção.

Fonte: Caderno Grêmio em Forma, do Instituto Sou da Paz, 2003

Os Grêmios Estudantis permanecem presentes ainda hoje nas escolas, desenvolvendo o senso crítico e ampliação da democracia. Muitos realizam também intercâmbios culturais e educacionais com outras instituições. Assim, entendemos sua importância como instância colegiada para empreender o espírito democrático e desenvolver a ética e a cidadania na prática.

3.4 Conselho de Classe

O Conselho de Classe surge em 1945, na França, para orientar o acesso de alunos ao ensino clássico ou técnico, conforme aptidão. Este conceito é trazido para o Brasil em 1958 quando educadores do Estado do Rio de Janeiro fizeram visitas e estágios no Instituto de Pesquisas Educacionais de Sévres, França. A experiência pioneira aconteceu no Colégio de Aplicação da Universidade do Rio de Janeiro (CAP), em 1969. Começou em salas experimentais e, logo após, foi estendida a todas as turmas do Colégio.

Essa instância é responsável pelos assuntos didático-pedagógicos fundamentado no PPP (Projeto Político Pedagógico) da escola no Regimento Escolar, sendo consultivo e deliberativo. Ou seja, os professores e a equipe pedagógica juntamente com a Direção se reúnem para avaliar as ações educacionais e procuram por medidas que garantam o processo de ensino e aprendizagem dos educandos. Podemos somar estas concepções com VEIGA, Zilah (2004 p. 17) que diz:

O Conselho de Classe pode ser concebido como uma instância colegiada que, ao buscar a superação da organização prescritiva e burocrática, se preocupa com processos avaliativos capazes de reconfigurar o conhecimento, de rever as relações pedagógicas alternativas e contribuir para alterar a própria organização do trabalho pedagógico.

O conselho de classe ocorre em três momentos. O primeiro deles é o Pré-conselho, onde é feito um levantamento de dados do processo de ensino de modo a agilizar o processo de avaliação do desempenho do aluno. Temos o Conselho de Classe, que é o momento em que os professores definem em conjunto as proposições que favorecem a aprendizagem dos educandos. E denomina-se pós-conselho as ações que são efetivadas durante o Conselho de Classe. Este debate referente ao desempenho dos alunos Todas as decisões devem se basear em critérios qualitativos.

As discussões e tomadas de decisões devem estar respaldadas em critérios qualitativos como: os avanços obtidos pelo estudante na aprendizagem, o trabalho realizado pelo professor para que o estudante melhore a aprendizagem, a metodologia de trabalho utilizada pelo professor, o desempenho do aluno em todas as disciplinas, o acompanhamento do aluno no ano seguinte, as situações de inclusão, as questões estruturais, os critérios e instrumentos de avaliação utilizados pelos docentes e outros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa documental e bibliográfica sobre as instâncias colegiadas, percebemos que cada uma se articula entre si para o perfeito funcionamento do estabelecimento de ensino. Também, que cada uma delas possui seu modo de funcionamento e importância específica. Podemos destacar a APMF que é o principal órgão colaborador para a manutenção e conservação da estrutura física escolar e suas instalações, conscientizando a comunidade para a importância desta ação.

Há ainda o Conselho Escolar que promove a articulação entre os vários seguimentos organizados da sociedade e os setores do colégio, a fim de garantir, a eficiência e a qualidade do seu funcionamento, bem como dar apoio pedagógico permanente com vistas a incrementar e subsidiar os projetos previstos e anexos nesta proposta pedagógica. Também temos o Conselho de classe que dentro dos princípios da Gestão Democrática conta com este órgão, para análise do educando como um todo, verificando seu rendimento nas diversas áreas do conhecimento. Por fim, e não menos importante contamos com o Grêmio Estudantil que cumpre importante papel na formação e no desenvolvimento educacional, cultural e esportivo da nossa juventude, organizando debates, apresentações teatrais, de música, torneios esportivos e outras festividades. Todas estas instâncias atuam juntas com embasamento legal e fundamental para o andamento da escola

Apesar de conquistas tímidas na realidade de nossa região, o trabalho está sendo desenvolvido, e é importante somar forças para manter estas instâncias que estão ligadas ao processo democrático juntamente com a gestão, o que torna o diálogo uma ferramenta essencial para a representatividade da escola como um todo envolvido na formação do educando e propiciando resultados positivos para um bem comum que é a efetividade da democracia.

5 REFERÊNCIAS

CADERNO Grêmio em Forma, **Movimento Estudantil na História do Brasil**. Instituto Sou da Paz. Disponível em: <<http://www.mundojovem.com.br/gremio-estudantil/o-movimento-estudantil-na-historia-do-brasil>> Acesso em 21 Jun. 2016.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Dicionário Escolar da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

HOFFMAN, Jussara. **Avaliação Mediadora**; Uma Prática da Construção da Pré-escola a Universidade. 17.^a ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

MOURÃO, P. K. C. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República** (1889 - 1930). Belo Horizonte: Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Minas Gerais, 1962, p. 166-167. In: Revista HISTEDBR On-line, n.23, p. 69 -94. Campinas: set. 2006.

NASCIMENTO, Lombardi. **A importância da APMF**; São Paulo: 2009.

PARANÁ: Resolução nº. 2.124/05 de 05 de junho de 2005. Curitiba, 2005. Disponível em: <http://www.diadiaeducacao.com.br/portals/portal/cadep_res.2124.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2016.

PARANÁ: Secretaria de Estado da Educação. Resolução nº. 4.839/94. Curitiba: SEED, 1994.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. São Paulo. Cortez/Autores Associados, 1983.

SEBASTIÃO, Rosemary Carvalho. **Breve Histórico da organização e Participação da Comunidade nas Escolas Públicas Estaduais Do Paraná**. Disponível em: <<http://celepar7.pr.gov.br/apm/historico.asp>>. Acesso em: 23 Jun. 2016.

SED – Secretaria de Educação. **Guia da Gestão Colegiada**. Coordenação de Gestão Escolar – COGES: MS, 2006.

VEIGA, Zilah de Passos Alencastro. **As instâncias colegiadas da escola**. In: VEIGA, Ilma P. e RESENDE, Lúcia M.G. de (orgs). **Escola: Espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas: Papirus, 1998.

WERLE, Flávia Obino Correia. **Conselhos Escolares: Implicações na gestão da Escola Básica**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

**INTERVENÇÕES EM ESCOLAS APRESENTANDO A
IMPORTÂNCIA DO CONTROLE POPULACIONAL DE ANIMAIS
DE RUA**

Romário Daniel Jantara (R17jantara@outlook.com)
Ana Paula Cardoso Alves (Ana.paula.alves@live.com)
Adriana Couto Pereira (Adriana.rocha@ifpr.edu.br)

Resumo: O aumento populacional de animais de rua, principalmente cães e gatos, vem se transformando em um grande problema para a sociedade, visto que nas ruas estes animais ficam desprotegidos e podem causar doenças para os seres humanos. A intervenção nas escolas torna-se uma importante ferramenta para conscientizar a comunidade à cerca dos problemas relacionados ao crescimento populacional de animais de rua, sendo que a escola assume papel fundamental para desenvolver a criticidade na criança, e esta passa a compartilhar com a sociedade o aprendizado. Definiu-se como objetivo geral promover a posse responsável no município de Palmas-PR e como objetivos específicos ministrar palestras sobre posse responsável às crianças de Ensino Fundamental I e promover a discussão sobre abandono de animais e esterilização cirúrgica. Este trabalho foi realizado pela equipe do projeto de extensão "Apoio à Appanimal" promovido pelo Instituto Federal do Paraná. Os bolsistas promoveram palestras nas escolas municipais do município de Palmas-Pr, para alunos de 1º a 5º anos do Ensino Fundamental da Educação Básica. Durante as palestras, abriu-se o diálogo com as crianças, para que elas compartilhassem suas vivências, nesse momento criou-se um vínculo com as mesmas, o que facilitou o trabalho. Foi ressaltado a importância da guarda responsável de animais, que são ações desenvolvidas para contribuir no bem estar e saúde animal e a esterilização cirúrgica, sendo essa a melhor forma de controle populacional. Espera-se que os alunos compartilhem o aprendizado com a comunidade, e que os indivíduos diante do explanado contribuam para a melhoria do problema apresentado.

Palavras-Chave: Guarda responsável; animais de rua; esterilização cirúrgica; intervenção nas escolas.

Abstract: The increasing population of stray animals, mainly dogs and cats, is becoming a big problem for society, as on the streets these animals are unprotected and can cause disease to humans. Intervention in schools becomes an important tool to educate the community about the problems related to population growth of stray animals, and the school has a fundamental role to develop criticality in children, and this happens to share with society the learning. It was defined as a general objective to promote responsible ownership in the city of Palmas-PR and specific objectives lectures on responsible ownership to children in elementary school and promote discussion about animals and surgical sterilization abandonment. This work was carried

out by the extension project team "Support for Appanimal" promoted by the Federal Institute of Paraná. Fellows promoted lectures in municipal schools in the city of Palmas-PR, for students from 1st to 5th years of elementary school of basic education. During the talks, the dialogue with children opened, so that they share their experiences at that time created a bond with them, which facilitated the work. It was emphasized the importance of responsible ownership of animals, which are actions taken to contribute to the welfare and animal health and surgical sterilization, which is the best form of population control. It is expected that students share learning with the community, and that explained before the individuals contribute to the improvement of the problem presented.

Keywords: responsibilityGuard; homelessanimals; surgicalsterilization; intervention in schools.

Introdução

É de senso comum considerarmos o cão como “o melhor amigo do homem”, este se tornou um animal de grande valia ao ser humano, uma vez que passou a ser constituinte da família humana, por sua confiabilidade e fidelidade, a relação homem-animal (principalmente o cão) é vista como benéfica, tanto para a saúde mental como física de ambos os seres (LOPES; SILVA, 2012).

Tendo em vista a relação de dependência do cão para com o ser humano, julga-se necessário um olhar mais crítico para os problemas enfrentados por este. O homem como ser racional deve ponderar suas atitudes, e desenvolver ações que implicam na transformação da realidade social, como discussões a respeito de posse responsável, bem-estar animal, esterilização como forma de controle populacional dos mesmos, atitudes estas que respeitem os direitos dos animais e que contribuam para o desenvolvimento saudável dos mesmos.

A incidência de animais na rua (cães e gatos principalmente), constituem – se um grande problema nos dias atuais, além de estarem desprotegidos nesse ambiente, acabam acarretando zoonoses e trazendo vários problemas de ordem social para a população. O aumento na população destes, exige medidas de controle de natalidade, e cobra-se dos donos uma posse responsável dos animais, atitudes que contribuam para o desenvolvimento e bem – estar do animal, bem como o controle de procriação dos mesmos (NOGUEIRA, 2009).

Realizando o processo de controle de população ocorrerá uma diminuição no número de animais abandonados na rua, o que colaborará para promover o controle de zoonoses, o controle de doenças espécie-específicas, assim como evitar-se irá os maus tratos a animais, as agressões a seres humanos e acidentes de trânsito (SAMPAIO; SILVA; SALAN, 2009).

Ainda de acordo com Sampaio, Silva e Salan (2009), somente a educação pode modificar o comportamento das pessoas, combater o abandono

de animais e maus tratos à eles, formar indivíduos conscientes e responsáveis pelo meio em que vivem e habitam todas as formas de vida.

Segundo Dessen e Polonia (2007), a família e a escola instituem-se responsáveis em desencadear no ser humano a transmissão e construção do conhecimento socio-culturalmente organizado, desencadeiam os processos evolutivos das pessoas. Deste modo, faz-se necessária a articulação escola/família.

A atuação nas escolas é uma forma de levar o conhecimento sobre determinado assunto até as famílias, visto que ambas estão interligadas e nesse processo, o aluno, que participa das duas instituições poderá compartilhar esse conhecimento aprendido na escola em casa com seus familiares. Justifica-se daí a relevância das palestras ministradas em sala de aula, tudo o que é construído neste ambiente e o educando absorve, poderá por este ser passado à comunidade, transformando ou não, a representação social dos sujeitos.

Objetivos

Objetivo geral

- Promover a posse responsável no município de Palmas, PR.

Objetivos Específicos

- Ministrar palestra sobre posse responsável às crianças de Ensino Fundamental I;
- Promover a discussão sobre abandono de animais e esterilização cirúrgica.

Material e métodos

Este trabalho foi desenvolvido pela equipe do projeto de extensão “Apoio à APPAnimal”, promovido pelo Instituto Federal do Paraná campus Palmas e coordenado pela professora Adriana Couto Pereira. A equipe conta com dois discentes bolsistas para realizar a intervenção nas escolas.

Antes de qualquer atividade realizada pelos acadêmicos, o projeto foi apresentado as direções das escolas, e após a aprovação do mesmo, organizou-se um cronograma com as datas das respectivas ações.

Foram realizadas intervenções em escolas municipais do município de Palmas-Pr. Dentre as atividades desenvolvidas estava a exibição de um vídeo e uma conversa com os alunos, questionando-os sobre os cuidados com os animais.

Algumas escolas sugeriram que as palestras fossem desenvolvidas durante as aulas de arte e/ou inglês, para não atrasar o componente curricular das demais disciplinas. Conforme o exposto, o cronograma foi adaptado seguindo as sugestões dos gestores.

Num primeiro momento, realizava-se a apresentação do acadêmico e era exposto sobre o que iria se realizar com os alunos, posteriormente a isso ocorria a exibição do vídeo: “Fulaninho, o cão que ninguém queria” (Instituto Nina Rosa, 2001).

Após isto, perguntava-se aos educandos: o que aconteceu de errado no filme? Acontece isso na vida real? Como podemos evitar? Quais os cuidados devemos ter com os animais em casa? Nesse momento, as crianças construía e contribuía com o acadêmico a partir da vivência que eles tinham na comunidade. Não foram realizadas coletas de dados nem análises estatísticas, por ser um projeto de Extensão, e não de Pesquisa.

Resultados e discussões

Ao todo foram visitadas 8 escolas municipais, onde haviam turmas de 1° à 5° anos do ensino fundamental da educação básica, localizadas em diversos bairros do município de Palmas, Pr. Mais de 100 turmas de aproximadamente 25 alunos foram atendidos e instruídos pelo projeto.

As escolas estavam preparadas para receber as palestras, disponibilizaram de recursos audiovisuais e sala ampla, na maioria das vezes. Os professores e diretores receberam bem os acadêmicos em seu ambiente de trabalho, colaborando para um melhor desenvolvimento do projeto. Auxiliaram com ideias, comentários e opiniões à respeito da temática abordada, pontos que enriqueceram o trabalho em seu resultado final.

As crianças de 1° à 4° anos manifestaram maior interesse pelo assunto, se identificaram com o vídeo exibido, algumas até se sensibilizaram com a história contada. O vínculo criado com elas possibilitou uma relação de confiabilidade, todos queriam contar alguma vivência. Claro que algumas histórias não contribuíram tanto, por serem fantasiosas ou fugirem ao tema. No entanto, na maioria das vezes, facilitaram o entendimento da temática.

Já os educandos com mais idade, alunos dos 5° anos, foram de mais difícil acesso, pois eles se encontravam consideravelmente mais dispersos durante a palestra. Mesmo assim, os dados apresentados no filme e a aplicação do tema no dia-dia os trouxe à questão em foco.

Ficou exposto durante as conversas a importância da guarda responsável de animais, e ressaltou-se a relevância da esterilização cirúrgica, bem como seus benefícios para a saúde do animal.

Sampaio, Silva e Salan (2009) afirmam que a população carente é a que possui a maior quantidade de animais domésticos, principalmente cães, vivem em condições precárias de higiene, em locais de baixa sanidade, alimentando-se de restos de lixo, e que não recebem vacinação ou tratamento preventivo. A falta de informações por parte da população, associado à baixa renda desta, contribui para o aumento dos maus tratos aos animais e para o aumento significativo destes nas ruas.

Acredita-se que os alunos devam compartilhar os conhecimentos apreendidos com a família, os vizinhos e a comunidade geral, conforme sugerido pelos acadêmicos. Também espera-se uma mudança de conduta no que diz respeito à posse responsável de animais, acarretando assim uma diminuição nos maus tratos a animais e evitando o abandono dos mesmos.

Considerações finais

O aumento na população de caninos e felinos está cada vez mais notório, e isso faz com que aumentem também problemas para a saúde. A melhor solução encontrada é a de controle de natalidade, dentre os métodos, destaca-se a esterilização cirúrgica, como uma das mais eficientes.

Foi possível a partir do projeto discutir no ambiente escolar o bem-estar e a posse responsável de animais, bem como a importância do controle populacional de cães e gatos.

Neste cenário identificou-se como potencialidades a receptividade dos alunos, professores, diretores e demais funcionários das instituições de ensino, que atribuíram grande relevância ao tema. Como ponto dificultador destacou-se a dispersão de alguns discentes em certos momentos durante a abordagem, demandando maior tempo para o desenvolvimento das atividades.

O conhecimento por parte da comunidade sobre a temática faz-se necessária, para que todos compreendam a situação explanada, e a partir deste momento, de tomada da consciência, o sujeito envolvido possa transformar sua realidade.

Referências

DESSEN, M.A; POLONIA, A.D.C, A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, 2007, 17(36), 21-32.

FULANINHO, o cão que ninguém queria. Direção: Denise Gonçalves. Produção: Instituto Nina Rosa -- projetos por amor à vida. Narração: Madeline Alves. Roteiro: Miguel Filiage e Denise Gonçalves. Música "A Ginga do Mané" por Sujeito A Guincho. São Paulo: Instituto Nina Rosa, 2001. 1 DVD (18 min), color.

LOPES, K.R.F; SILVA, A.R, Considerações sobre a importância do cão doméstico (*Canis lupus familiaris*) dentro da sociedade humana. **Acta Veterinaria Brasilica**, v.6, n.3, p.177-185, 2012.

NOGUEIRA, F.T.A, Posse responsável de animais de estimação no bairro da graúna – Paraty, Rj. **Revista Educação Ambiental BE-597** / Volume 2 – 2009.

SAMPAIO, G.R; SILVA, F.R.C; SALAN, M.O, Controle Populacional de Caninos e Felinos por meio da Esterilização Cirúrgica. **UFLA**, 2009.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

LEVANTAMENTO DA ENTOMOFAUNA DE INTERESSE FORENSE EM ÁREAS DE MATA E BORDA EM PALMAS, PR

Tatiana Foltz, Rodrigo Cesar Corrêa & Laércio Peixoto do Amaral-Neto*

*autor para correspondência (laercio.neto@ifpr.edu.br)

RESUMO: A entomologia forense utiliza insetos como ferramentas na resolução de fatos delituosos, tendo como maior aplicação à estimativa do intervalo *post mortem* (IPM). O conhecimento da fauna existente em diferentes áreas é primordial para que a entomologia forense possa ser usada como um método corrente junto às técnicas periciais disponíveis. Este trabalho visou levantar espécies da entomofauna de importância forense. As coletas ocorreram no Instituto Federal do Paraná - Campus Palmas, entre 20 de abril e seis de maio de 2016. Foram utilizadas armadilhas suspensas e *pitfall* em áreas de mata fechada e área de borda, as quais foram visitadas a cada quatro dias. Foram coletados 638 espécimes pertencentes a seis ordens de insetos. Foram consideradas espécies de potencial importância forense aquelas com hábito predador/parasita, necrófago ou onívoro, totalizando 253 espécies principalmente das ordens Diptera e Coleoptera. Os espécimes de ocorrência acidental totalizaram 385 indivíduos. A análise estatística demonstrou que a distribuição e ocorrência das ordens não foram influenciadas pelo local de coleta ($X=11.7962$, $p=0,1075$). Estes resultados são preliminares e uma amostragem maior bem a identificação das espécies ao nível de espécies está sendo conduzida, o que pode trazer um resultado mais acurado em relação a diferença entre as áreas.

PALAVRAS-CHAVES. Endemismo; fauna associada a cadáveres; sucessão ecológica, insetos.

INTRODUÇÃO

Os insetos são animais que causam repulsa na grande maioria da população, devido às doenças que podem causar no homem, no entanto são também grandes aliados para os peritos durante as investigações de crimes contra pessoas vítimas de mortes violentas (PUJOL-LUZ, 2008; ARANTES & CONSTANTINO, 2008).

A entomologia forense dedica-se a estudar insetos que auxiliem nas soluções de casos criminais e disputas judiciais em vários âmbitos, como em casos de morte violenta, danos a imóveis, contaminação de produtos armazenados entre outros (MISE, 2007; ANTUNES, 2008). No caso específico de crimes envolvendo cadáveres, é comum que sejam utilizados dados fornecidos pelo estágio de desenvolvimento dos insetos, sua biologia e comportamento da fauna presente nos restos mortais, tendo em conta o processo de sucessão ecológica (CATTS & GOFF, 1992).

Segundo Lincoln (1988), um processo de sucessão ecológica pode ser definido como o acréscimo ou substituição sequencial de espécies em uma comunidade, acompanhada de alterações na abundância relativa das espécies presentes, o que acaba resultando na modificação gradual da comunidade. No processo de sucessão ecológica em um corpo em decomposição os insetos possuem uma fundamental importância, pois estão entre os principais decompositores da matéria orgânica nos sistemas biológicos (BRITTES; SILVA, 2012; MARTINS, 2009). Além disso, os insetos estão entre os primeiros invertebrados a colonizarem tecidos em decomposição, destacando-se como indivíduos de maior incidência as moscas (Díptera) e também alguns besouros (Coleóptera) (CARVALHO & LINHARES, 2001). A partir dessa primeira colonização há o surgimento de diversas espécies de insetos que incidem a cada estágio do processo de decomposição, fornecendo condições favoráveis para seu desenvolvimento (VOSS et al., 2011). No decorrer desse processo de decomposição, na sucessão, podemos encontrar: insetos necrófagos, omnívoros, predadores ou parasitas e acidentais, os quais são encontrados em tecidos em decomposição por acaso, com alcance do habitat normal (SMITH, 1986). A compreensão de como ocorre a sucessão da fauna de insetos bem como o conhecimento sobre a taxonomia, biologia e ecologia de algumas espécies insetos podem ser usadas para estimar o intervalo pós-morte (IPM) bem como as revelar as condições que o crime ocorreu ou mesmo resolver casos onde o crime ocorre em um lugar e o corpo é movido posteriormente (SIMONETTI-BRITES, 2010).

Além do conhecimento inerente da fauna associada a cadáveres, as condições climáticas influenciam diretamente o estado de putrefação de um corpo, onde a temperatura é considerada o principal fator interferente na estimativa do IPM (MANN et al., 1990; CAMPOBASSO, 2001). Em temperaturas elevadas há um aumento da velocidade na decomposição e na atividade de colonização de insetos em um cadáver. Já as baixas temperaturas inibem a atividade microbiana, além de intervir na atividade e no desenvolvimento dos insetos (CAMPOBASSO et al., 2001; TURCHETTO, 2004).

Um aspecto importante mais pouco explorado em estudos de entomologia forense é a diferença da entomofauna relacionada aos diferentes biomas e microambientes. Vasconcelos e Araújo (2012) comentam sobre a necessidade de estudos em ambientes diversos e supõem que investigações desta natureza podem revelar uma diversidade da fauna necrófaga que pode estar sendo negligenciada. Estes autores descrevem ainda que apenas a maioria dos estudos se concentra em ambientes urbanos ou fragmentos florestais, ainda assim os poucos estudos revelam uma fauna peculiar associada ao tipo de ambiente (VASCONCELOS & ARAUJO, 2012). Mesmo as espécies típicas associadas a um mesmo ambiente, como o urbano, podem variar entre diferentes ecossistemas e estados (VASCONCELOS & ARAUJO, 2012), sendo necessários levantamentos da entomofauna em diferentes regiões para que os métodos da entomologia forense possam ser aplicados em

cada região. Um exemplo da importância prática do conhecimento da entomofauna de regiões específicas é que, ao ser verificada a ocorrência de insetos presentes em um corpo em decomposição e dentre elas houver uma espécie que não seja endêmica do local onde se encontrava o cadáver, pode ser um indício de que o crime não tenha ocorrido naquele determinado local, sendo este utilizado apenas para a desova do cadáver (VASCONCELOS & ARAUJO, 2012).

Tendo em vista estes aspectos, o presente trabalho tem como objetivo determinar a entomofauna de importância forense na região de Palmas. Dessa forma pretende-se buscar por espécies endêmicas, uma vez que o conhecimento da entomofauna local associada às carcaças é primordial para que a Entomologia Forense possa ser utilizada como um método corrente junto às técnicas periciais já existentes, aumentando a confiabilidade acerca dos laudos emitidos por profissionais da área.

MATERIAIS E MÉTODOS

Área de estudo

A área de estudo foi nos arredores do Instituto Federal do Paraná - Campus Palmas-PR, próximo ao bloco de Educação Física do campus, na borda de um capão de mata nativa e mais duas no interior da mata. O município de Palmas tem sua localização a uma [latitude](#) 26°29'03" [sul](#) e a uma [longitude](#) 51°59'26" [oeste](#), a altitude média da cidade é de 1 115 m. Com uma temperatura média anual em torno dos 16 C° (IAPAR/SIMEPAR), Palmas é a cidade mais fria do [Paraná](#), com o recorde no estado e uma das mais baixas temperaturas oficiais registradas no Brasil.

Coleta de insetos

Para a captura de fauna associada a tecidos em decomposição, foram utilizadas dois tipos de armadilhas, uma suspensa feita de garrafa pet e outra do tipo *pitfall*. Para a armadilha *pitfall* foram utilizados potes enterrados ao nível do solo, contendo álcool 46%, cobertos com uma tela de arame e uma base de madeira para evitar a interferência dos vertebrados da região.

A armadilha básica de garrafas pet foi confeccionada com a parte inferior pintada de preto e contendo a isca. Esta parte possui aberturas laterais para a entrada dos insetos alados. Uma segunda garrafa transparente com estrutura semelhante a um funil é colocada na parte superior da armadilha para onde os insetos migram, atraídos pela luz, e ficarão contidos (Figura 1).



Figura 5. Armadilha suspensa de garrafa pet (esquerda) e armadilha tipo pitfall.

Nos dois tipos de armadilhas foram usados pedaços de fígado bovino como atrativo para os insetos.

Em cada área de coleta foi instaladas uma armadilha *pitfall* e uma suspensas. A primeira visita foi quatro dias após a instalação das armadilhas, e há outra dois dias depois, onde foram retirados os bichos de ambas as armadilhas e levados para o laboratório. Na última visita foram recolhidas as armadilhas.

Os insetos coletados foram sacrificados em vidro letal e transferidos para frascos com álcool para posterior montagem e identificação, esta foi feita em laboratório com auxílio de chaves.

Análise estatística

Para comparar se a distribuição e ocorrência das ordens foram influenciadas pelo local de coleta, o número de indivíduos de cada ordem de insetos obtidos em cada área foi analisado usando-se um teste de Chi-quadrado e outras análises estatísticas que julgamos pertinentes. As análises foram feitas utilizando o programa RStudio (R Development Core Team, 2014).

Os trabalhos iniciaram na segunda quinzena de abril do corrente ano, onde foram instaladas as armadilhas no dia 20 / 04 / 2016, sendo duas armadilhas, uma *pitfall* e outra de garrafa pet na borda de um capão de mata nativa e mais duas no interior da mata, próximo ao bloco de Educação Física do campus. O acompanhamento e as coletas foram realizados a cada quatro dias, sendo levados os insetos coletados para o laboratório, para serem identificados e armazenados. Ao final da primeira quinzena do mês maio foi realizado um levantamento de dados, a fim de comparar a incidência das espécies em cada local, bem como sucessão ecológica durante esse período.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram coletadas seis ordens diferentes de insetos, compreendendo grande porcentagem dos exemplares coletados (Tabela 1) e outros animais que não pertencem à classe Insecta (Collembola).

Tabela 1. Número de indivíduos coletados em cada ambiente.

ORDEM	BORDA	MATA
Blattaria	0	2
Coleoptera	22	29
Collembola	0	6
Diptera	79	124
Hymenoptera	156	212
Orthoptera	1	3
Outras ordens	0	4
TOTAL	258	380

Foram consideradas espécies de potencial importância forense, todas aquelas com hábito predador/parasita, necrófago ou onívoro, totalizando 253 espécies pertencentes às ordens Diptera e Coleoptera, as espécies de ocorrência acidental, totalizaram 385 espécies, sendo grande porcentagem de hábito fitófago. A predominância dessas famílias pode ser devida a sua tendência à agregação sobre o recurso, como demonstrado por Moura (2004) em estudo realizado em Curitiba. Duas das seis ordens coletadas são de relevância médico-legal, as quais estão listadas (Tabela I).

Claramente, dentre as espécies de importância forense, a ordem das Dípteras compreende o maior número de espécies, que é um reflexo da sua elevada riqueza e sua frequente utilização de matéria animal em decomposição como um local para alimentação, acasalamento e postura de ovos (Byrd & Castner 2010).

Foram feitas análises usando-se um teste de Chi-quadrado, sendo utilizando o programa RStudio, o teste demonstrou que a distribuição e ocorrência das ordens não foram influenciadas pelo local de coleta ($X=11.7962$, $p=0,1075$). Como os indivíduos foram identificados apenas ao nível de ordem esse resultado pode não ser conclusivo, pois foi observada uma diferença no número de indivíduos das mesmas espécies em cada ambiente além da ocorrência de espécies diferentes. No entanto a identificação das espécies, bem como novas amostragens estão sendo feitas, o que eu possivelmente trará resultados mais conclusivos sobre as diferenças na composição da entomofauna entre estes ambientes.

CONCLUSÃO

O estabelecimento de entomologia forense como uma ferramenta confiável no dia a dia dos peritos forenses enfrenta vários desafios, porém poderia ser significativamente melhorada se os métodos fossem padronizados com base em conhecimentos sólidos sobre ecologia, bionomia e sistemática,

além disso, a falta de estudos moleculares e genéticos é de grande preocupação, uma vez que esse tipo de informação é essencial para compreender as variações no desenvolvimento e colonização, os quais influenciam nas estimativas do IPM. Porém a região de Palmas carece desse tipo de estudo para auxiliar as investigações de crimes hediondos, uma vez que não há profissionais suficientes da área na região. O levantamento da entomofauna do município é pioneiro, sendo um estímulo para estudos posteriores, podendo dar continuidade nesse tipo de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L.M. *et al.* **Manual de Coleta, Conservação, Montagem e Identificação de Insetos**. Ribeirão Preto-SP: Editora Holos, 2003.

ANTUNES, C.; PATIU, M. Noções de entomologia geral. In: **Entomologia Forense-Quando os insetos são vestígios**. Campinas-SP: Editora Millenium, Cap.1, p. 01-27, 2008.

BYRD, J. H. & J. L. CASTNER. **Forensic Entomology: the utility of arthropods in legal investigations**, 2nd ed, Boca Raton, CRC Press, 705 p, 2010.

CAMPOBASSO, C. P.; INTRONA, F. The forensic entomologist in the contexto of the forensic pathologist's role. **Forensic Science International**, n.120, p.132-139, 2001.

CAMPOBASSO, C. *et al.* Factors affecting decomposition and Diptera colonization. **Forensic Science International**, v.120, p.18-27, 2001.

CARVALHO, L. M. *et al.* A checklist of arthropods associated with pig carrion and human corpses in southeastern Brazil. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, v. 95, p. 135–138, 2000, a.

CARVALHO, L. M. *et al.* Observations on the succession patterns of necrophagous insects on a pig carcass in a urban area of southeastern Brazil. **Aggrawal's Internet Journal of Forensic Medicine and Toxicology**, v. 5, p. 33–39, 2004, b.

CARVALHO, L. M.; LINHARES, A. X. Seasonality of insect succession and pig carcass decomposition in a natural forest in Southeastern Brazil. **Forensic Science International**, v.46, p.604-8, 2001.

CATTS, E.P. & M.L. GOFF, Forensic entomolgy in criminal investigations. **Annual Review of Entomology**, 27: 253-272, 1992.

MANN, R.W. *et al.* Time since death and decomposition of the human body: variables and observations in case and experimental field studies. **Forensic Science International**, v. 35, n.1, p.103-111, 1990.

MARTINS, T. Análise dos processos de decomposição e sucessão ecológica em carcaças de suíno (*Sus scrofa* L.) mortos por disparo de arma de fogo e *overdose* de cocaína e protocolo de procedimento diante de corpo de delito. **Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Biociências, UNESP**, Campus de Botucatu-SP, 2009.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

MISE, K.M. *et al.* Longer decomposition process and the influence on Coleoptera fauna associated with carcasses. **Brazilian Journal of Biology**, v.68, p.907-908, 2008.

MOURA, M. O. 2004. Variação espacial como mecanismo promotor da coexistência em comunidade de insetos necrófagos. **Revista Brasileira de Zoologia** 21: 409–419, 2004.

OLIVEIRA-COSTA, J. Introbiodução. In: **Entomologia Forense-Quando os insetos são vestígios**. Campinas-SP: Editora Millenium, 2008.

PUJOL-LUZ, J.R., L.C. ARANTES & R. CONSTANTINO, 2008. Cem anos da Entomologia Forense no Brasil. **Revista Brasileira de Entomologia**, 52: 485-492, 2008.

SIMONETTI-BRITES, Thayse; DA SILVA, Paulo Roberto Queiroz. (2010) **Importância da entomologia forense nas ciências criminais**. Monografia (Pós-Graduação em Biociências Forense) – IFAR – Universidade Católica de Goiás, Goiânia. Disponível em: <<http://www.cpgls.ucg.br/6mostra/Artigo4.html>> Acesso em 28 de junho de 2016.

SMITH, K.G.V., 1986. **A manual of forensic entomology**. London, British Museum, 205p.

TURCHETTO, M. & S. VANIN. 2004. Forensic entomology and climatic change. **Forensic Science International** 146: 195–199p.

VASCONCELOS, S. D. & ARAUJO, M. C. S., Necrophagous species of Diptera and Coleoptera in northeastern Brazil: state of the art and challenges for the Forensic Entomologist, **Revista Brasileira de Entomologia**, 56(1): 7–14, março, 2012.

VOSS, S.C. *et al.* Decomposition and insect succession of clothed and unclothed carcasses in Western Australia. **Forensic Science International**, v.211, p.67-75, 2011.

WOLFF, M. *et al.*, A preliminary study of forensic entomology in Medellín, Colombia. **Forensic Science International**, v.120, p. 53-59, 2001.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. 2016 clima. <<http://www.iapar.br>> Acesso em 01 de junho de 2016.

R Development Core Team. R: A language and environment for statistical computing. Vienna, Austria: R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. ISBN . 2014.

MENTIR PODE SER UMA CONDUTA ÉTICA?

Autoras: Fernanda Ketlyn Fernandes (ferdie.fernandes999@hotmail.com)
Lilian Thaynan Farias de Oliveira (lilithaynan@hotmail.com)
Orientadora: Jaqueline Fátima Roman (Jaqueline.roman@ifpr.edu.br)

RESUMO: Ética e moral estão estritamente ligadas uma à outra, já que ambas norteiam o comportamento humano. Mentira e ética, por sua vez, também estão entrelaçadas, sendo que a mentira é uma violação da virtude, assim supostamente ferindo a ética, tendo em vista que esse ramo da filosofia trata da natureza do certo e do errado, do bem e do mal, do justo e do injusto. Entretanto há uma linha tênue entre o que pode ser certo ou errado, justo ou injusto e assim por diante. Como por exemplo, quando um ato considerado errado é praticado para ajudar alguém. Seguindo essa linha de raciocínio, a mentira contada com o propósito de fazer o bem, pode ser considerada uma conduta ética? Ao longo do tempo, desde a Grécia Antiga, filósofos debatem este assunto acerca da mentira poder ser ou não uma conduta ética, desenvolvendo assim, duas linhas de pensamento: a primeira, que defende que em hipótese alguma a mentira deve ser contada e a segunda que admite que apesar da mentira ser uma conduta desonesta, podem existir exceções que a justificam, como no exemplo dado por Constant (1767-1830), que relata que mentir para salvar a vida de um amigo pode ser configurado como um ato ético.

Palavras-chave: Mentira. Moral. Kant. Constant.

Introdução

A mentira pode ser definida como a afirmação de algo que se sabe ser contrário à verdade. Partindo deste pensamento, tenta-se mostrar a mentira do ponto de vista da ética. Já que esta visa por orientar e sustentar os princípios que norteiam o comportamento humano. Sendo assim questões éticas se manifestam todos os dias em nossas vidas.

A “mentira” é uma falsidade, uma afirmação consciente contrária a uma realidade, ou seja, uma negação da verdade conhecida, e, conseqüentemente, uma lesão à virtude, ao bem de cada um e ao de terceiros. (SÁ, 2007, p.241)

Ética e moral estão ligadas, já que estão atreladas ao comportamento humano, deve-se levar em conta a conduta do indivíduo em toda a sua diversidade. Visando a análise da ação humana, ética e moral também podem ser distintas, pois com as mudanças que a sociedade sofre ou que pode vir a sofrer, o que pode ser errado hoje, amanhã porém tornar-se correto.

As doutrinas éticas fundamentais nascem e se desenvolvem em diferentes épocas e sociedades como respostas aos problemas básicos apresentados pelas relações entre os homens, e, em particular, pelo seu comportamento moral efetivo. Por isso, existe uma estreita vinculação entre os conceitos morais e a realidade humana, social, sujeita historicamente à mudança (VÁZQUEZ, 2007, p. 267)

Desenvolvimento

A reflexão moral do ser humano acerca da sociedade pode fazer com que se caia em uma linha de pensamento maniqueísta, julgando atos e comportamentos como certo e errado, justo ou injusto. Se a ética é a ciência que estuda a moral, que se relaciona com a investigação daquilo que julgamos "bom", caso considerarmos o ato de mentir como um meio de se realizar uma boa ação, a mentira portanto passaria a ser um ato ético?

As circunstâncias ou entornos que motivam a mentira, finalmente, oferecem o conjunto das relações lógicas: essenciais, dimensionais e ambientais, que motivam esse fenômeno a ser estudado cientificamente no campo da Ética, justificando conceitos, axiomas, teoremas e teorias. (SÁ, 2007, p.243)

Desde a infância as crianças são educadas pelos pais que as ensinam que contar mentiras é errado e que contar verdades é o correto. Mas será que dizer sempre a verdade, em todas as ocasiões é sempre a melhor opção?

Foi na atualidade que as reflexões acerca da mentira foram levantadas, porém este assunto já vem sendo debatido desde o período clássico. Ao longo do tempo foram desenvolvidas duas posições relacionadas a questão ética de mentir: a primeira, defendida principalmente por Agostinho de Hipona e Immanuel Kant, considera toda e qualquer espécie de mentira inaceitável seja qual for a situação. Enquanto que a segunda, apesar de concordar que a mentira seja uma conduta desonesta, admite algumas exceções que a justificariam. Esta fora sustentada por Platão, Benjamin Constant.

No segundo livro da República Platão afirma que em algumas circunstâncias a mentira pode servir de grande utilidade, por exemplo, quando usada contra nossos inimigos ou em benefício dos amigos. Contudo, no terceiro livro da República ele esclarece que a verdade deve estar acima de todas as coisas, enquanto que a mentira serve de antídoto em certas ocasiões, devendo ser privilégio dos médicos e governantes. Cabe aqui ressaltar que Santo Agostinho considerava Platão seu grande mestre, em contrapartida discorda dele nesse aspecto.(Platão, 1999)

Para Kant, o ser humano nunca deve mentir, esse pensamento é derivado do imperativo categórico. Conforme Kant, (1986, p.59) "Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal".

Quando se mente, não se prejudica somente aquele que ouve a mentira, mas também a ideia de direito, já que age de forma que sua ação não pode ser

tomada como lei universal, mentindo somente para alcançar um fim particular, usando o ouvinte como um meio e não como fim em si mesmo. Para Kant, o indivíduo deve ser um fim em si mesmo e não usado como meio.

(...) em todas as suas ações, tanto nas que se dirigem a ele mesmo, como nas que se dirigem a outros seres racionais, ele tem sempre de ser considerado simultaneamente como fim. Todos os objetos das inclinações têm somente um valor condicional, pois, se não existissem as inclinações e as necessidades que nela se baseiam, o seu objeto seria sem valor. (KANT, 1986, p.68)

Henri-Benjamin Constant de Rebecque em 1797 escreve sobre o Direito de mentir ou o dever de se dizer a verdade. No artigo narra um fato: Um assassino bate à porta de sua residência atrás de seu amigo que está em sua casa com a intenção de matá-lo. Você deveria dizer a verdade ao assassino quando este lhe pergunta o paradeiro de seu amigo ou deve ocultar a verdade e falar que seu amigo não se encontra em sua residência? Para Constant, o conceito de dever está unido com o conceito de direito, sendo assim, onde não existe Direito também não há dever. Portanto, se o assassino não tem o direito de tirar a vida de seu amigo, você não tem o dever de lhe dizer a verdade. (FIGUEIREDO, 2004)

Onde nenhum direito existe também não há deveres. Por conseguinte, dizer a verdade é um dever, mas apenas em relação àquele que tem direito à verdade. Nenhum homem, porém, tem o direito a uma verdade que prejudica outro.(CONSTANT, 1995, p. 174)

Kant rebate as considerações sobre o Direito de mentir feitas por Benjamin Constant em seu texto *“Sobre um Pretenso Direito de Mentir por Amor aos Homens”*(PUENTE, 2002). Para ele o erro de Constant está no quesito de atribuir um suposto direito de dizer a verdade ao indivíduo, a verdade não é psicológica e subjetiva, mas sim uma questão objetiva e lógica.(FIGUEIREDO, 2004)

O filósofo divide o exemplo dado por Constant em duas questões; primeiro se o proprietário da casa não puder deixar de responder com uma afirmação ou uma negação, tem ele o direito de mentir ou não. Segundo, ele não é obrigado a mentir para proteger seu amigo.(PUENTE, 2002)

No primeiro exemplo, Kant afirma que não podemos deixar de dizer a verdade mesmo que venha a ter desvantagens para ambas as partes. O ser humano que mente, trata as pessoas como meios e o conceito de humanidade diz que somos um conjunto de seres pensantes, portanto devemos ser tratados como um fim.

Por conseguinte a mentira define-se como uma declaração intencionalmente não verdadeira feita a outro homem e não é preciso acrescentar que ela deve prejudicar a outrem, como exigem os juristas para sua definição - A mentira é a declaração falsa em prejuízo de outrem. Com

efeito, ela sempre prejudica outrem, mesmo se não é um homem determinado, mas sim a humanidade em geral, ao utilizar a fonte do direito. (KANT, 1995, p.175)

O segundo exemplo diz que mesmo uma mentira contada com boa intenção, não deverá ser contada. No caso do proprietário da residência convencer o assassino que seu amigo não está no local e esse se retire, deixando que seu amigo saía escondido pela porta dos fundos, o dono será responsável caso o assassino encontre o amigo na rua, pois se tivesse dito a verdade, o assassino entraria na residência em busca do amigo, enquanto este sairia pela porta dos fundos, podendo assim se abrigar em outro local. Mesmo quem mente com boa intenção é responsável pelo que decorre do ato.

Constant afirma, que o princípio moral é o de dizer a verdade, mas este de um modo isolado e incondicionalmente torna-se impossível em qualquer sociedade.

Schopenhauer (1995) diz que sempre temos um motivo quando mentimos e na maioria das vezes esse motivo é injusto. Contudo, em alguns casos podemos fazer uso da mentira sem que haja injustiça, como por exemplo para defender nossa própria vida e alguns outros direitos fundamentais (liberdade, propriedade, intimidade, etc).

Pois como tenho o direito de previamente contrapor, quando há perigo de dano, à vontade malvada de outrem e, pois, à violência física presumida uma resistência física e, portanto, de guarnecer o muro de meu jardim com pontas aguçadas e de soltar cães bravos no meu quintal e, mesmo, sob certas circunstâncias, de pôr armadilhas e armas que disparam sozinhas, cujas más consequências o invasor tem de atribuir a si próprio, também tenho o direito de manter de todo modo em segredo aquilo cujo conhecimento me poria a nu diante da agressão do outro e também tenho causa para isto, porque admito aqui como facilmente possível a vontade má do outro e tenho de encontrar antes as providências contrárias. (SCHOPENHAUER, 1995, p. 147-148)

Outro pensador que trabalha o tema é o alemão Friedrich Nietzsche. Para ele a mentira não passa de uma construção social, com sentido relativo, dependendo do contexto. Nietzsche afirma que a mentira pode ganhar aspecto de verdade quando nunca descoberta ou quando repetida milhares de vezes, podendo até tornar-se inquestionável.

O que é portanto a verdade? Uma multidão móvel de metáforas, metonímias e antropomorfismos; em resumo, uma soma de relações humanas que foram realçadas, transpostas e ornamentadas pela poesia e pela retórica e que, depois de um longo uso, pareceram estáveis, canônicas e obrigatórias aos olhos de um povo: as verdades são ilusões das quais se esqueceu que são, metáforas gastas que perderam a sua força sensível, moeda que perdeu sua efígie e que não é considerada mais como tal, mas apenas como metal. (NIETZSCHE, 2007, p. 56)

Segundo ele o homem que mente não teme a mentira, mas sim a consequência que ela pode acarretar, podendo até em casos mais extremos excluí-lo da sociedade.

“Os homens fogem menos da mentira do que do prejuízo provocado por uma mentira. Fundamentalmente, não detestam tanto as ilusões, mas as consequências deploráveis e nefastas de certos tipos de ilusão. É apenas nesse sentido restrito que o homem quer a verdade. Deseja os resultados favoráveis da verdade, aqueles que conservam a vida; mas é indiferente diante do conhecimento puro e sem consequência, e é mesmo hostil para com as verdades que podem ser prejudiciais e destrutivas” (NIETZSCHE, 2007, p. 60)

O filósofo sustenta que a mentira contribui para um melhor convívio em sociedade, pois o homem muitas vezes prefere ser enganado. Em contrapartida há quem defenda que “o fato de muitos serem complacentes com a falsidade não implica, de forma nenhuma, a consagração dessa como uma conduta ética” (SÁ, 2007, p. 251).

Conclusão

Para a maioria dos filósofos a mentira fere a conduta ética e moral do comportamento humano, não afetando somente a quem mente, como também ao próximo. Transformando-se em um ponto negativo, já que grande parte deles defende a tese de que dizer a verdade é o mais importante, mesmo que esta de alguma forma venha ser prejudicial.

Indiferente é o fato da mentira contada ser ou não de grande dimensão, que envolva poucas pessoas. Ela não deixa de ser errada, pois sempre haverá uma consequência, seja ela em benefício próprio ou não.

Com base nas condutas éticas da sociedade, mesmo que se utilize da mentira para ajudar um amigo, como no exemplo dado por Benjamim Constant, o ato de mentir sempre ferirá a ética, já atinge a virtude e a moral do comportamento.

Independentemente das mudanças que a sociedade venha a sofrer, mudando o pensamento sobre alguns aspectos de certo para errado e vice-versa, mentir continuará sendo incorreto do ponto de vista ético, já que a transformação de pensamento afeta a sociedade em um todo.

A verdade precisa ser prezada, pois uma sociedade se tornaria insustentável se todas as pessoas comessem a mentir sem nem ao menos medir o tamanho da mentira. Por isso antes de qualquer mentira ser dita ela precisa ser minuciosamente analisada, vendo a quem ela irá afetar e que tipo de problema poderá evitar, fazendo uma espécie de ponderação sobre isso e só assim podendo saber se a mentira é benéfica ou não, é como se fosse uma lógica “pseudo-utilitarista”. Mas isso não quer dizer que a mentira torna-se ética por causar o bem ao maior número de pessoas, ou que pode ser empregada com o objetivo de mera enganação e sim ter alguma utilidade.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. (Verbetes: mentira)

FIGUEIREDO, Nara Miranda de. **Sobre um suposto direito de mentir: um paralelo entre Kant, Shopenhauer e Costant, e alguns conceitos Shopenhauerianos. Urutágua-** acadêmica multidisciplinar, Maringá, 03 dez. 2004. Disponível em: <www.urutagua.uem.br/007/07figueiredo.htm>. Acesso em: 19 abr. 2015.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**, Tradução de Paulo Quintela, 70^a ed. Portugal, 1986.

KANT, Immanuel. **Sobre um suposto direito de menti por amor à humanidade in A paz perpétua e outros opúsculos**, Tradução de Artur Morão, 70^a ed. Portugal, 1995.

NIETZSCHE, Friedrich. **Sobre a verdade e a mentira no sentido extramoral**. Tradução de Noéli Correia de Melo Sobrinho. São Paulo. Hedra, 2007.

NOVAIS, PÁBULA DE OLIVEIRA; LINS, PRISCILA DE AMORIM: **Ética da mentira**. Revista de Filosofia da UESB, Bahia, 2013.

PLATÃO. **A República de Platão**, Tradução de Enrico Corvisieri. Nova Cultural, São Paulo, 1999.

PUENTE, Fernando Rey. **Os filósofos e a mentira**. Editora UFMG; Departamento de Filosofia – FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2002.

SÁ, Antonio L. de. **Ética Profissional**. 9^a ed. São Paulo. Atlas. 2007.

SHOPENHAUER, A. **Sobre o Fundamento da Moral**, Trad. Maria L. Cacciola, 1.^a ed. Martins Fontes, São Paulo, 1995.

VÁZQUEZ, Adolfo. S. **Ética**. 29^a ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007.

MODELOS DIDÁTICOS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE

Josiane kempka (josykempka@gmail.com)¹
Débora Raquel Mergen Lima Reis (debora.reis@ifpr.edu.br)²
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas^{1,2}

RESUMO: A escola é um importante espaço de promoção da saúde, na medida em que a articula aos componentes curriculares, bem como às vivências e práticas socioculturais. Neste sentido os professores de Ciências e Biologia, principalmente, assumem papel fundamental na valorização e preservação do meio ambiente, nos cuidados com a saúde e na promoção da qualidade de vida. Desta forma, diante dos diversos estudos que demonstram um preocupante e crescente aumento nos casos de doenças cardiovasculares em crianças e adolescentes, principalmente em decorrência da obesidade e do sedentarismo, torna-se necessário que estes professores trabalhem essa problemática no contexto escolar. No entanto possibilitar a aprendizagem de conteúdos específicos que permitam compreender temas como a aterosclerose e as doenças cardiovasculares e sua inter-relação com os fatores socioambientais e culturais predisponentes, torna necessária a utilização de metodologias e recursos didáticos alternativos. Assim, a confecção de um modelo didático tridimensional que evidencie o processo de desenvolvimento da aterosclerose nas artérias utilizando materiais duráveis, acessíveis e de baixo custo pode facilitar o processo de ensino-aprendizagem, tornando o conteúdo abstrato mais concreto e compreensível. Pois o entendimento dos mecanismos que causam a aterosclerose e de suas consequências sobre o organismo podem auxiliar os alunos na ponderação sobre as implicações dos maus hábitos alimentares e do sedentarismo e possibilitar a reflexão sobre as mudanças socioculturais necessárias para a melhoria da qualidade de vida individual e da coletividade.

Palavras-Chave: Modelo didático, Aterosclerose, Ensino-aprendizagem.

ABSTRACT: The school is an important health promotion space, in that it articulates the curriculum components, as well as the experiences and cultural practices. In this sense the teachers of science and biology, especially, play a key role in the recovery and preservation of the environment, in health care and in promoting quality of life. Thus, given the many studies that show a worrying and growing increase in cases of cardiovascular diseases in children and adolescents, primarily as a result of obesity and sedentary lifestyle, it is necessary that these teachers to work this problem in the school context. However enable the learning of specific content that helps to understand issues such as atherosclerosis and cardiovascular disease and its interrelation with the social, environmental and cultural factors predisposing, makes it necessary to use alternative methodologies and teaching resources. Thus, making a three-dimensional teaching model showing the development process of atherosclerosis in the arteries using durable materials, affordable and low cost

can facilitate the process of teaching and learning, making more concrete and understandable abstract content. For the understanding of the mechanisms that cause atherosclerosis and its consequences on the body can assist students in consideration of the implications of poor eating habits and sedentary lifestyle and allow reflection on the socio-cultural changes needed to improve the individual quality of life and collectivity.

Keywords: Training model, Atherosclerosis, process of teaching and learning

INTRODUÇÃO

Tomando-se a educação como um processo dialógico, problematizador e inclusivo, que visa à construção da consciência crítica sobre o ser e o estar no mundo, pode-se inferir que ela constitui importante ferramenta de promoção à saúde. Pois esta promoção precisa superar a mera prevenção das doenças e riscos individuais para uma visão ampliada, que considera a influência dos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais sobre as condições de vida e saúde.

Assim, a saúde é compreendida não apenas como ausência de doença, mas como bem estar geral e qualidade de vida, o que determina que os problemas de saúde sejam enfrentados pela sociedade como um todo, uma vez que extrapolam a responsabilidade exclusiva do setor saúde e podem encontrar na escola, espaço pedagógico reconhecido socialmente, importante aliada na estimulação da criação de entornos favorecedores à saúde, na aprendizagem de comportamentos que permitam a proteção do meio ambiente, a conservação de recursos naturais e a implicação cada vez maior da população em projetos de promoção da saúde.

Neste sentido as DCNs orientam desde a educação infantil a realização de práticas pedagógicas que respeitam e atendem ao direito da criança de apropriar-se, por meio de experiências corporais, dos modos estabelecidos culturalmente de alimentação e promoção de saúde.

Uma vez que as escolas são instituições destinadas à formação das crianças, jovens e adultos, os conhecimentos escolares dos diferentes componentes, além do processo de didatização que sofrem, passam a trazer embutido um sentido moral e político. Assim, a história da escola está indissolivelmente ligada ao exercício da cidadania; a ciência que a escola ensina está impregnada de valores que buscam promover determinadas condutas, atitudes e determinados interesses, como por exemplo, a valorização e preservação do meio ambiente, os cuidados com a saúde, entre outros. (Diretrizes Curriculares Nacionais ensino Básico. Brasil, MEC. 2103)

Diversos documentos que orientam as atividades pedagógicas no país preconizam a promoção da saúde e a prevenção de doenças e agravos como um dos eixos importantes do processo educacional. A educação em saúde não se limita a transmitir conhecimentos de uma disciplina ou conteúdo específico, mas busca o desenvolvimento de conhecimentos, hábitos e habilidades que

contribuam para a qualidade de vida dos sujeitos e da comunidade. No entanto a sensibilização para a necessidade de adoção de atitudes saudáveis e sustentáveis perpassa também pela aprendizagem de conteúdos específicos, que muitas vezes são abstratos e de difícil assimilação.

Isto somado ao fato de que os educandos estão habituados com o uso de mídias atraentes e dinâmicas, que quando comparadas ao ambiente escolar o tornam cada vez menos interessante. Os professores das áreas de Ciências e Biologia têm enfrentado problemas importantes que passam pela necessidade de compreensão dos alunos da linguagem científica utilizada na explicação dos conteúdos, até dificuldades como o desinteresse dos alunos, a falta de laboratórios estruturados com materiais e equipados para realização de práticas e, livros didáticos limitados com poucas imagens ilustrativas. (OLIVEIRA, 2015).

Diante disso é necessário que o educador torne as aulas criativas e dinâmicas para despertar o interesse por parte dos alunos e facilitar o entendimento dos conteúdos. A utilização de metodologias complementares é necessária, pois conforme descrito no PCN+ (Brasil, MEC, 2002, p.57) estas “favorecem o desenvolvimento espontâneo criativo dos alunos e permitem ao professor ampliar seu conhecimento de técnica ativas de ensino”. Assim é possível que os professores superem o uso exclusivo de metodologias tradicionais com recursos limitados como quadro-negro, giz e textos de livros didáticos. Deste modo o educador pode buscar novas possibilidades metodológicas que sejam de baixo custo e de fácil acesso aos alunos.

Uma alternativa para a falta de laboratórios nas escolas, principalmente as públicas, seria a confecção e montagem de laboratórios que contivessem modelos didáticos que contemplassem os conteúdos de modo prático e dessa forma pudessem trazer uma visão mais aproximada desse mundo abstrato aos estudantes do Ensino Médio, na ausência de equipamentos de alto custo. (ORLANDO, et al., 2009, p.2).

Para o autor Oliveira (2015), o modelo didático é um instrumento facilitador do ensino aprendizagem, pois além de despertar a atenção e curiosidade dos alunos, permite aproximar o conhecimento científico trabalhado em sala de aula com a realidade cotidiana de forma descontraída e divertida, tornando o abstrato algo palpável, de fácil entendimento e compreensão. Ainda Orlando, et. al. (2009) afirma que os modelos biológicos em formas tridimensionais ou semi-planas, facilitam o aprendizado, pois complementam o conteúdo trabalhado em sala de aula. Uma vez que o efeito visual chama a atenção, e a manipulação permite que os alunos visualizem o material de vários ângulos melhorando assim a sua compreensão do conteúdo relacionado.

O professor pode produzir e levar para sala de aula modelos didáticos previamente preparados, seria ideal que no decorrer das aulas e no desenvolver dos conteúdos sugerisse que os próprios alunos confeccionassem modelos, com materiais diversos, que fossem de fácil acesso e baixo custo.

O aprendizado torna-se mais instigante, pois ao fabricar o modelo, os alunos precisaram retornar aos conceitos abordados em sala de aula a fim de compreender o que deve ser feito, como fazê-lo assim como as características que devem ser privilegiadas, seguindo o que foi solicitado pelo professor ou pelo que está na figura em que possuem como base. (AMORIN, 2013, p.26).

De acordo com Vinholi Junior (2013), é fundamental que o educador utilize desses modelos para melhorar a qualidade de suas aulas, principalmente se tratando do ensino de Ciências e Biologia que possui um leque de conteúdos variados e de grande importância, mas que muitas vezes se apresentam de forma abstrata.

Neste sentido buscamos desenvolver um modelo didático de Aterosclerose para trabalhar questões relacionadas aos maus hábitos alimentares e obesidade e os possíveis agravos à saúde. Pois ao encontro do preconizado no Manual Operacional do PME (Programa Mais Educação, MEC. p. 16, 2014) é importante:

Na formação integral dos estudantes possibilitar o desenvolvimento de uma cultura de prevenção e promoção à saúde no espaço escolar, a fim de prevenir os agravos à saúde e garantir a qualidade de vida, além de fortalecer a relação entre as redes públicas de educação e saúde.

Escolhemos a Aterosclerose porque esta doença é considerada uma das maiores causadoras de morbidade e mortalidade mundial, tendo início na infância e manifestando-se de forma mais grave na idade adulta. Os fatores que influenciam o aparecimento da doença podem ser genéticos, socioeconômicos e ambientais. Alguns destes fazem com que a doença se apresente muito precocemente e agravando-se quando associada a hábitos alimentares inadequados. (PELLANDA, et al., 2002).

Segundo Gottliebe (2005, p. 204) “A palavra aterosclerose deriva do grego atero, que significa caldo ou pasta, e esclerose, que corresponde a endurecimento”. A aterosclerose se manifesta nas artérias pelo depósito de lipídeos, formando as chamadas placas ateróticas. Para Carvalho (2010, p.73):

As placas de ateroma são manifestações da aterosclerose, doença inflamatória crônica e progressiva que acomete artérias de calibre grande e intermediário, e que resulta de múltiplas respostas celulares e moleculares específicas que geram obstrução arterial.

Segundo o autor supra citado a pré-disposição genética aumenta as chances da doença se manifestar, mas alguns fatores favorecem o seu desenvolvimento, tais como o avanço da idade, hipertensão arterial, hipercolesterolemia, tabagismo, diabetes mellitus, obesidade, radioterapia de cabeça e pescoço, doença arterial coronariana, herança genética, sedentarismo e o estresse.

De acordo com Gottliebe (2005) a aterosclerose pode se manifestar em qualquer artéria, mas é mais comum na artéria aorta, nas artérias coronárias e cerebrais. Causando principalmente infarto do miocárdio, isquemia cerebral e aneurisma aórtico. Causando danos graves à saúde, e em alguns casos

levando o indivíduo a morte. Ainda segundo o autor estudos sugerem que a doença pode se apresentar em duas fases, sendo elas:

-A fase “aterosclerótica”: predomina a formação anatômica da lesão aterosclerótica sob a influência dos “fatores de risco aterogênicos” clássicos e que leva décadas para evoluir. Devido à sua história lenta e gradual, sua evolução geralmente não traz consigo manifestações clínicas dramáticas. -A fase “trombótica”, a influência dos “fatores de risco trombogênicos” determina a formação aguda de trombo sobre a placa aterosclerótica, fenômeno este diretamente ligado aos eventos agudos coronarianos, como infarto do miocárdio, angina instável e morte súbita. (GOTTLIEBE, 2005, p.204)

Conforme Santos, et al.(2007) os estudos indicam crescente aumento do aparecimento de doenças cardiovasculares em crianças e adolescentes pela obesidade e sedentarismo. E recomenda medidas a serem adotadas para reduzir o número de casos de morbidade e mortalidade, modificando o estilo de vida, incluindo alimentação saudável e prática regular de atividade física. Segundo o autor essas medidas melhoram de forma significativa os fatores de risco.

Deste modo procurou-se confeccionar um modelo didático utilizando *biscuit* para conscientizar os alunos e facilitar a aprendizagem em relação à Aterosclerose. Conteúdo que é abordado nas disciplinas de Ciência e Biologia, e tem grande importância, por ser um tema pertinente atual que influencia a saúde dos alunos e da comunidade em geral. O objetivo principal deste trabalho foi elaborar o modelo didático tridimensional em massa de *biscuit*, que permitisse evidenciar o processo de *Aterosclerose* nas artérias de forma a facilitar a compreensão da relação entre os hábitos alimentares e o sedentarismo e esta doença e suas complicações.

2.0 MATERIAIS E MÉTODOS

Inicialmente fizemos uma pesquisa bibliográfica e na rede informatizada para aprofundar os conhecimentos a respeito das causas e complicações desta doença, bem como de suas inter-relações com fatores socioambientais que são passíveis de prevenção. Foi realizada então uma pesquisa de materiais concretos já existentes relacionados ao tema, que pudessem ser utilizados por professores de Ciências e Biologia, entretanto devido à escassez de material previamente elaborado surgiu à ideia de produzir um modelo didático com auxílio de materiais alternativos e baixo custo como cano de pvc de molde e para revestimento massa de *biscuit* caseira que e de fácil manipulação e durabilidade.

Para a confecção do modelo didático, foram utilizados materiais como: Cano de pvc de quarenta e cinco milímetros (45 mm); Barbante; Cola Branca; Tesoura; Verniz de *biscuit*; Pincel (Para aplicar o verniz) e; Massa de *biscuit* pigmentada (Com tinta para tecido).

Para preparar a massa de *biscuit* foram utilizados os seguintes produtos: Panela média; 1 litro de cola porcelana fria; 1 kg de amido de milho; 1 colher de sopa de vinagre ou limão; 1 colher de sopa de vaselina líquida; 1 colher de creme Hidratante (Não oleoso) e; Sacolas plásticas. Todos os materiais foram misturados na panela com exceção do creme hidratante. Após a massa estar homogênea na panela, foi levada ao fogo baixo, mexendo sem parar até que a massa começou a desgrudar do fundo. Em seguida a massa ainda morna foi depositada em uma superfície plana e foi sovada até que ficou com uma textura lisa e macia, para isso foi feita aos poucos a aplicação de creme hidratante nas mãos para que não grudasse a massa. Esta massa então precisou descansar por 24 horas em uma sacola plástica fechada, à temperatura ambiente. Passado esse tempo, foram separadas porções pequenas e pigmentadas, adicionando tinta de tecido aos poucos e sovando, até obter a cor desejada. As massas já pigmentadas foram mantidas em plásticas para que não endurecessem até a aplicação no modelo.

Enquanto a massa estava em repouso, foram feitos os moldes das artérias, cortando o cano de pvc na transversal de forma que os dois lados ficassem semelhantes e lixando as extremidades para que as bordas não permanecessem pontiagudas e desalinhas.

Então foi utilizado um rolo de cozinha para abrir e esticar as porções de massa já pigmentadas deixando-as lisas. Cuidadosamente as massas foram moldadas no entorno do cano de PVC, iniciando pela parte externa (Túnica Externa – tecido conjuntivo elástico), em seguida a camada mediana (Túnica Média – tecido muscular liso e tecido conjuntivo elástico) e posteriormente a camada mais interna (Túnica Íntima – membrana basal e tecido epitelial simples escamoso (endotélio)). Foram utilizadas cores com pigmentação diferenciadas para que o aluno possa diferenciar as Túnicas, tanto pela cor quanto pela espessura das mesmas. Dado formato da artéria, nas laterais da túnica média, com cola branca foi fixado o barbante simulando a camada de tecido elástico. Feito isso o modelo foi posto em local arejado para que secasse à temperatura ambiente, e depois foi aplicado o verniz, para impermeabilizar e dar maior resistência e durabilidade ao modelo.

3.0 RESULTADOS E DISCUÇÃO

O modelo didático aqui apresentado deve ser utilizado com um adequado embasamento teórico, associado a uma metodologia de ensino problematizadora que instiga os alunos a serem participativos para que durante a exposição do conteúdo consigam inter-relacionar o que ocorre durante o processo de formação da placa de ateroma na artéria, bem como os fatores que causam a aterosclerose e quais medidas podem ser tomadas a fim de diminuir os fatores de risco. Além destas características fisiopatológicas e orgânicas é importante que sejam discutidas os aspectos socioambientais relacionados à esta doença e suas complicações de forma a promover a

formação crítica dos alunos para torna-los autônomos e aptos a exercer a cidadania, contribuindo para a melhoria dos processos sociais relacionados à educação e saúde.

Neste sentido as práticas pedagógicas que ensejam a elaboração de modelos pelos alunos permitem o trabalho em grupo, envolvendo os estudantes em investigações autênticas, em que terão que coletar dados, relacionar, comparar e avaliar variáveis, elaborar explicações e soluções para as questões, operações imprescindíveis para a construção autônoma do conhecimento. Pois, neste caso específico a compreensão dos mecanismos que causam a aterosclerose e das consequências desta sobre o organismo, levam os alunos a refletir sobre as mudanças socioambientais necessárias para a melhoria da qualidade de vida. (Brasil, MEC. PNEM, 2014)

Caso o professor opte por elaborar o material, ele estará aprimorando sua prática profissional, uma vez que intensificará a pesquisa em referenciais teóricos adequados e contará com recursos didáticos que geram maior interesse por parte dos alunos e os aproximam de conteúdos importantes, que de outra forma seriam muito abstratos e de difícil assimilação.

Abaixo constam algumas fotos que podem auxiliar no processo de construção do modelo didático aqui proposto:

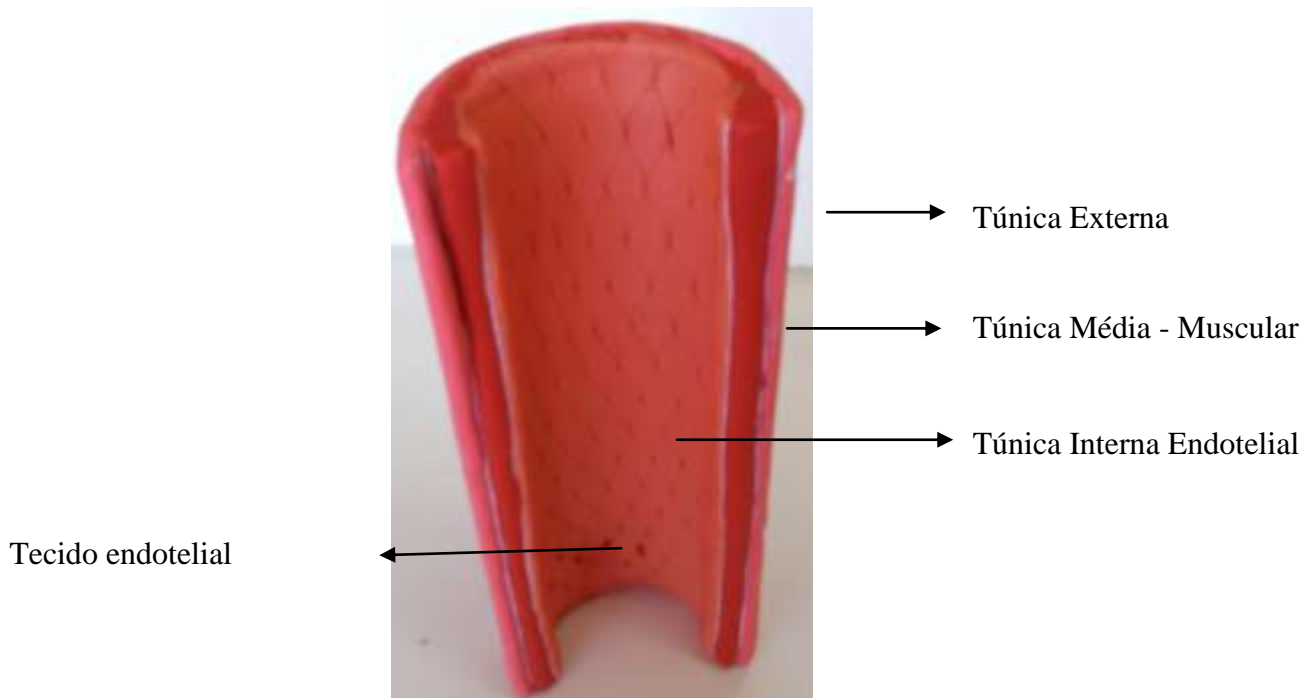


Figura 1-Representação de uma artéria com lesão no endotélio.

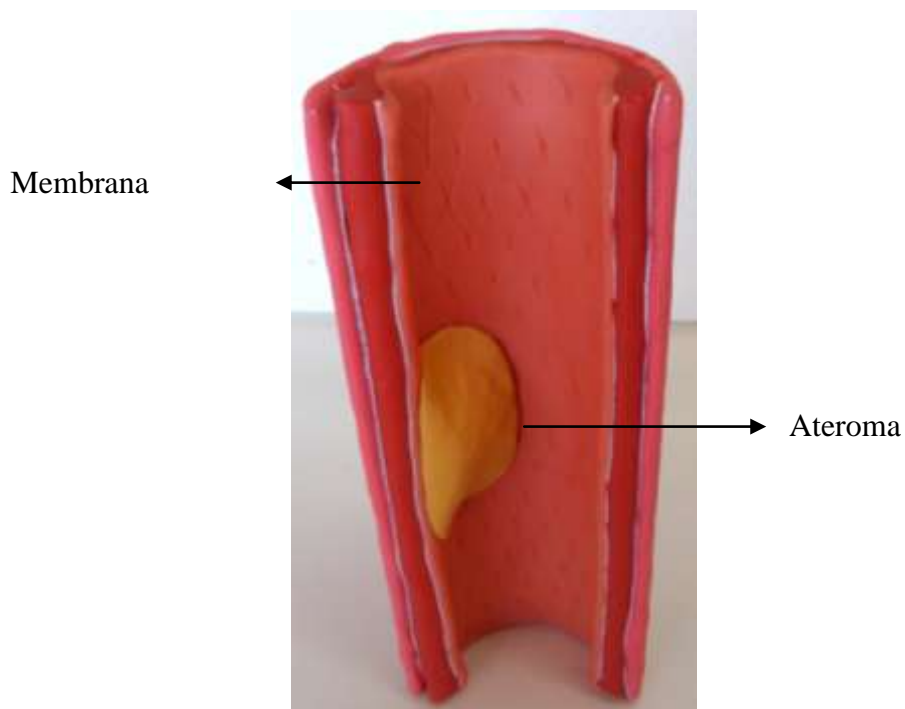


Figura 2- Representação de artéria com acúmulo de placas de colesterol na camada endotelial.

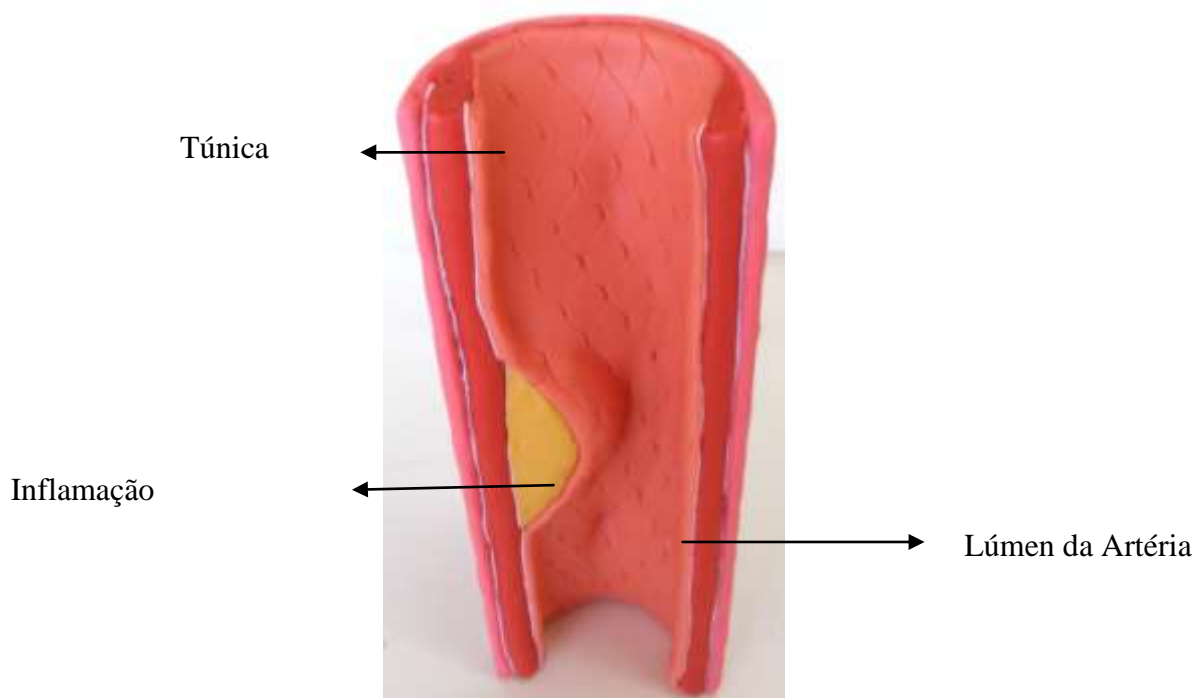


Figura 3 - Representação da placa aterosclerótica (Inflamação) na túnica íntima.

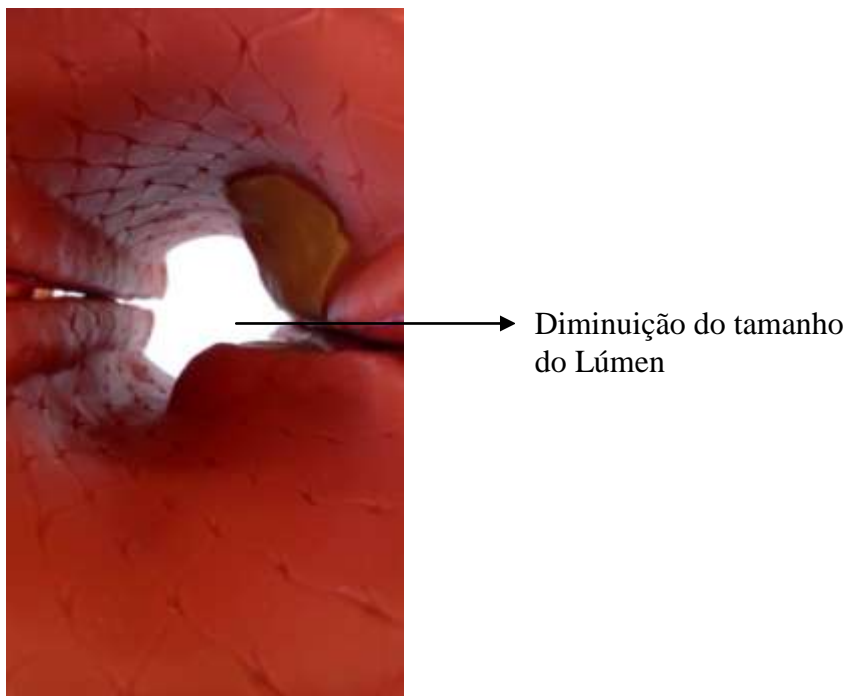


Figura 4 - Representação do espessamento da parede da artéria e diminuição do lúmen, consequência do processo inflamatório causado pelos Macrófagos/Monócitos na túnica íntima.

4.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo é fundamental ressaltar a importância da produção e utilização dos modelos didáticos em sala de aula, pois proporciona ao aluno sair da posição de simples ouvinte e fornece ao professor ferramentas metodológicas de ampla utilização no ensino da Ciência e Biologia.

Analisando criticamente o modelo didático proposto por este trabalho sobre como a doença Aterosclerose se manifesta nas artérias, pode-se comprovar o que os autores anteriormente citados afirmavam, de que os modelos didáticos tridimensionais quando associados a um conteúdo embasado se fazem entender pela riqueza de detalhes, relevos, cores e por poderem ser manuseados e visualizados de todos os ângulos. Sendo o modelo uma representação homóloga da estrutura original com tamanho ampliado, pode em algumas situações ser também utilizado de apoio para facilitar o entendimento e interpretação de alunos com deficiência auditiva e visual. Desta forma o modelo didático é uma importante ferramenta didática para ser utilizada em sala de aula por professores de Ciências e Biologia melhorando o aprendizado, participação e desempenho dos alunos.

REFERÊNCIAS

AMORIM, A.S. **A influência do uso de jogos e modelos didáticos no ensino de biologia para alunos de ensino médio.** 50 f. Graduação (Disciplina Trabalho de Conclusão) – Curso de Biologia. Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências da Saúde, Curso de Ciências Biológicas a Distância. Beberibe. [Ceará]. 2013.

BASTOS, K.M.; FARIA, C.N.M. **Aplicação de modelos didáticos para abordagem da célula.** ENCICLOPÉDIA BIOSFERA, Centro Científico Conhecer - Goiânia, vol.7, N.13; p.1867-1877. Goiás. 2011.

BRASIL, MEC. PCN+ Ensino Médio. **Orientações educacionais complementares aos parâmetros curriculares nacionais. Ciências da natureza matemática e suas tecnologias.** Brasília: MEC/ 2002. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasNatureza.pdf>> Acesso em 19/08/2016;

BRASIL, MEC. PME. Secretaria de Educação Básica. **Manual Operacional de Educação Integral.** Brasília: MEC/ 2012. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao> Acesso em 19/08/2016;

BRASIL, MEC. PNEM. Secretaria de Educação Básica. **Formação de Professores do Ensino Médio – Etapall, Caderno III – Ciências da Natureza.** Curitiba, UFPR/ 2014. Disponível em <http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/cadernos/web_caderno_2_3.pdf> Acesso em 19/08/2016;

BRASIL, MEC. DCNs. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192> Acesso em 19/08/2016;

CARVALHO, A.C.A. et al. **Desenvolvimento de placas de ateroma em pacientes diabéticos e hipertensos.** Artigo de revisão. Revista de Ciências Médicas e Biológicas. R. Ci. méd. biol; 9 (Supl.1). p.73-77. Salvador. [Bahia]. 2010.

GOTTLIEB, M. G.V.; BONARDI, G; MORIGUCHI, E.H. **Fisiopatologia e aspectos inflamatórios da aterosclerose.** Scientia Medica, Porto Alegre, [Rio Grande do Sul]: PUCRS, v. 15, n. 3, p.203-207. jul./set. 2005.

OLIVEIRA, A.A. **Construção de modelos didáticos para o ensino do desenvolvimento embrionário humano.** Universidade Federal do Espírito Santo- UFES/CEUNES. Espírito Santo. p.1- 10, 2015.

ORLANDO, T.C. et al. **Planejamento, montagem e aplicação de Modelos didáticos para abordagem de Biologia celular e molecular no ensino Médio por graduandos de ciências Biológicas.** Revista Brasileira de ensino de Bioquímica e Biologia Molecular. ISSN: 1677-2318. No. 01/2009. Artigo A. Minas Gerais. P.1-17, 2009.

PELLANDA, L.C. et al. **Doença cardíaca isquêmica: a prevenção inicia durante a infância. cardiologia, isquemia, fatores de risco, cuidado da**



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

criança, prevenção. Jornal de Pediatria - Vol. 78, Nº2. p.91-96. Rio de Janeiro. 2002.

SANTOS, M.G. et al. **Fatores de risco no desenvolvimento da aterosclerose na infância e adolescência.** Artigo de Revisão. Sociedade Brasileira de Cardiologia. Arq Bras Cardiol 2008; 90(4): 301-308. Cascavel, PR – Brasil. 2007.

VINHOLI JÚNIOR, A.J.; PRINCIVAL, G. C. **Modelos didáticos e mapas conceituais: Biologia celular e as interfaces com a informática em cursos técnicos do IFMS.** Anais do II Colóquio Nacional - A Produção do Conhecimento em Educação Profissional. IFRN. p.1-18. Natal. 2013.

MONITORAMENTO DE FAUNA ATROPELADA NAS RODOVIAS SC-155 E PRC-280 NO ENTORNO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Autor: BROETO, Dionatan Bedin (dhio_broeto@hotmail.com)¹

Autor: TESORI, Suzana Patricia²

Autor: MOREIRA, Jânio Cordeiro³

Autor: CORREIA JR, Antonio de Almeida⁴

Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas^{1 2 3}

Instituto Chico Mendes⁴

Resumo: As alterações causadas pelas estradas vêm causando um declínio na abundância e riqueza das espécies em todo o mundo. Por isso, ações mitigadoras tornam-se imprescindíveis para a manutenção do equilíbrio do ecossistema. As rodovias SC-155 e PRC-280 que atravessam o sudoeste paranaense apresentam um intenso tráfego de veículos e não há estudos publicados sobre atropelamento de animais. O presente trabalho objetivou o levantamento da fauna de vertebrados atropelados nessas rodovias. Os registros foram feitos de forma direta através do monitoramento semanal nas imediações da ESEC Mata Preta em um transecto de 36 quilômetros, entre junho e agosto de 2016. Os espécimes encontrados, sempre que possível, foram identificados em nível de espécie, fotografados e georreferenciados. Indivíduos em boas condições foram encaminhados ao IFPR – Campus Palmas para fins de taxidermia. Até o momento, foram registrados 40 espécimes incluindo mamíferos (n=25), aves (n=14) e anfíbios (n=1). Dentre os mamíferos, destacam-se *Leopardus tigrinus* e *Mazama gouazoubira*, espécies ameaçadas nacionalmente. As espécies registradas foram similares ao estudo prévio realizado pelo ICMBio de Palmas/PR. A única adição à lista foi *M. gouazoubira*. Um melhor planejamento viário incluindo a adoção de medidas mitigadoras é necessário para evitar maiores danos ao ambiente e à rica fauna da região.

Palavras-chave: ESEC Mata Preta, fauna de estrada, rodovia SC-155, PRC-280 e animais atropelados.

Abstract: Human impacts on environment worldwide is exemplified by decline in both the abundance and species richness caused by wildlife roadkills. However, mitigation measures depends on the long-term surveys aiming to explore the number of roadkills. SC-155 and PRC-280 highways cross the south-western region of Parana and Santa Catarina states, Brazil, showing an intense traffic of vehicles but there are no published studies on roadkill. This study aimed to survey the fauna of road-killed vertebrates in these highways. Between June and August 2016, these highways were monitored weekly along a transect covering 36 kilometers in vicinities of the national conservation unit ESEC Mata Preta. The specimens found were tentatively identified at species

level, photographed and georeferenced. Well-preserved carcasses were referred to the IFPR - Campus Palmas for taxidermy purposes. So far, 40 specimens were recorded: mammals (n = 25), birds (n = 14) and amphibians (n = 1). Among recorded mammals, we highlight the threatened species, *Leopardus tigrinus* and *Mazama gouazoubira*. Except by the record of *Mazama gouazoubira*, previous study by ICMBio Palmas/PR found similar results. Better road planning by including mitigation measures is required to prevent further damage to the environment and to the rich fauna of this region.

Keywords: ESEC Mata Preta, road fauna, SC-155 highway, PRC-280 and roadkill.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil figura entre os países com maior biodiversidade do mundo (LEWINSOHN; PRADO, 2002). Em relação à fauna, há registro de mais de 100 mil espécies, e esse número tende a crescer haja vista que, em média, são descritas 700 novas espécies por ano (BRASIL, 2010; BRASIL, 2003). Tais números justificam porque o país juntamente a outras áreas de grande riqueza biológica como Madagascar e Indonésia, foram utilizados como referência para a formulação do conceito de megadiversidade biológica (MITTERMEIER, 1988).

Embora já seja considerado o mais diversificado entre os países de megadiversidade (MITTERMEIER, 1988), a diversidade da fauna brasileira possivelmente está subestimada em virtude de lacunas amostrais que persistem em diferentes regiões do país (DUARTE, 1996).

Além da falta de inventários em algumas regiões, as ações antrópicas vêm causando ameaças à diversidade faunística brasileira. A instalação de reservatórios, indústrias, aumento da área agrícola, pecuária e estradas, são alguns dos exemplos de degradação causada pelo homem à natureza (BERGALLO; VERA Y CONDE, 2001; COFFIN, 2007).

As estradas são construídas para facilitar o escoamento de produtos e fluxo de pessoas de uma região para outra, mas em contrapartida, causam um grande impacto ambiental nas regiões onde cruzam por promover a degradação da mata nativa, facilitar a dispersão de espécies exóticas, doenças, causam poluição da água, ar e promovem acidentes envolvendo a fauna local (SAUNDERS; HOBBS; MARGULES, 1991).

No Brasil, o crescente número de animais mortos por atropelamentos vêm sendo alvo de preocupação dos pesquisadores. Segundo estudos do Centro Brasileiro de Estudos em Ecologia de Estradas (CBEE) feito em 2015, estima-se que morram cerca de 475 milhões de indivíduos por ano, aproximadamente 1,3 milhões por dia, o que corresponde a 15 animais mortos por segundo.

Segundo Fischer (1997), animais atropelados, também conhecidos como “Fauna de Estrada”, podem ser uma importante fonte de informação

sobre a biodiversidade local reduzindo a lacuna de conhecimento tanto sobre a composição de espécies quanto sobre sua ecologia. Ainda, segundo esse autor, o monitoramento da fauna de estrada pode apontar aspectos importantes como o padrão de migração de algumas populações e a época em que isso ocorre. Com esses dados, é possível obter informações sobre o estado de conservação local e estabelecer áreas prioritárias para a adoção de medidas conservacionistas.

Entre os anos de 2009 e 2014, o monitoramento da fauna atropelada no entroncamento entre as rodovias SC-155 e PRC-280, entre os municípios de Abelardo Luz/SC e Palmas/PR, realizado pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), identificou mais de 600 atropelamentos de animais silvestres.

Como resultado desse estudo, o ICMBio de Palmas -PR conseguiu que fossem adotadas algumas medidas para combater os atropelamentos nessas rodovias. Destaca-se a instalação, na PRC-280, de placas de sinalização e um redutor de velocidade próximo ao trevo do Distrito Rincão Torcido, na divisa dos estados de Santa Catarina e Paraná, objetivando a diminuição dos atropelamentos na região onde a rodovia faz limite com a Unidade de Conservação (UC) Estação Ecológica (ESEC) Mata Preta. Porém, mesmo após essa medida a equipe do ICMBio responsável pelo monitoramento ainda registrou inúmeros animais mortos por atropelamento, com destaque para cinco espécies ameaçadas de extinção, o gato do mato pequeno (*Leopardus tigrinus*), gato palheiro (*Leopardus pajeros*), jaguatirica (*Leopardus pardalis*), onça parda (*Puma concolor*) e papagaio do peito roxo (*Amazona vinacea*).

Segundo trabalhos de monitoramento realizados pelo escritório regional do ICMBio de Palmas/PR entre os anos de 2009 e 2013, as Rodovias SC-155 e PRC-280, nos trechos que ligam os estados de Santa Catarina e Paraná, apresentam constantes atropelamentos de animais silvestres no entorno do fragmento da Mata Preta. Apesar do esforço efetuado pela equipe do ICMBio juntamente com a comunidade local, ainda há um número muito grande de animais atropelados pelo excesso de velocidade. Também colaboram para esse resultado o fato de haver um intenso tráfego de veículos e caminhões nesta região por ser uma rota de escoamento de produção agrícola.

Para identificar áreas prioritárias para adoção de medidas mitigadoras são necessários estudos de longa duração que visem obter mais dados sobre a fauna da estrada e os fatores responsáveis por esses atropelamentos. Nesse sentido, os objetivos do monitoramento realizado no presente estudo foram: identificar as espécies mais vulneráveis a atropelamentos e os locais com maior incidência de vertebrados mortos além de verificar se há variação sazonal no número de atropelamentos.

MATERIAIS E MÉTODO

As rodovias SC-155 e PRC-280 foram instaladas para facilitar o escoamento da produção agrícola e o fluxo de pessoas entre os estados do Paraná e Santa Catarina e o restante do país (BRASIL, 2013). Na rodovia SC-155 foram monitorados desde seu início km 0 até o km 15, e a PRC-280 foram monitorados do km 135 até km 156.

O entorno de ambas as rodovias é predominantemente ocupado por propriedades rurais onde pratica-se a agricultura, manejo de gado de corte e leiteiro. A paisagem agrícola é interrompida por alguns fragmentos remanescentes de Mata Atlântica e plantações de espécies exóticas de valor comercial. Dentre essas frações de mata destaca-se a ESEC Mata Preta representada na FIGURA 1 (BRASIL, 2013; BRASIL, 2016).

As coletas foram realizadas semanalmente de junho de 2016 a agosto de 2016. Os setores foram percorridos com veículo uma vez por dia, na parte da manhã. Os animais silvestres atropelados foram fotografados para posterior identificação em nível de espécie onde foi utilizado o guia de campo Mamíferos do Brasil (REIS *et al*, 2011), chaves taxonômicas (VIARONDON, 2011) e artigos (BRASIL, 2013).

Para cada espécime foram registradas informações tais como as coordenadas geográficas, ponto da rodovia e sentido em que foi realizado o registro. As carcaças dos animais foram retiradas da rodovia e depois



colocadas em capoeiras ou mata próximo ao local, assim evitando possíveis atropelamentos de animais oportunistas e/ou saprófagos.

Foram anotados os principais dados dos animais atropelados como a

FIGURA 1 – Localização das rodovias SC – 155, BR – 280 e Estação Ecológica Mata Preta.
(Fonte: Google Earth/2016)

data, espécie e trecho onde foi encontrado. Os espécimes bem preservados foram levados ao laboratório de zoologia do Instituto Federal do

Paraná/Campus Palmas onde ficarão congelados e, posteriormente, preparados para taxidermia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No total foram registrados 40 indivíduos, sendo 25 mamíferos, 14 aves e 1 anfíbio. As espécies de mamíferos registradas foram: *Cerdocyon thous* (graxaim), *Leopardus tigrinus* (gato-do-mato-pequeno), *Mazama gouazoubira* (veado-catingueiro), *Tamandua tetradactyla* (tamanduá-mirim), *Cavia sp.* (preá), *Nasua nasua* (Quati), *Dasybus novemcinctus* (tatu-galinha), *Galictis cuja* (furão), *Didelphis albiventris* (gambá), *Lepus europaeus* (lebre), *Procyon cancrivorus* (mão-pelada) e um espécime para o qual não foi possível a identificação a nível de espécie. O número de espécimes registrados para cada uma dessas espécies está representado na FIGURA 2.

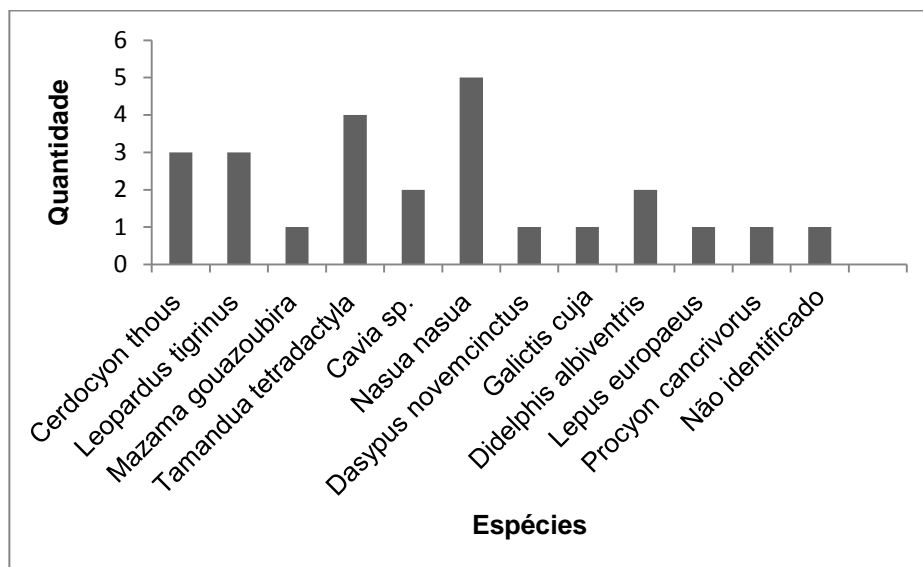


FIGURA 2 – Diversidade de espécies de mamíferos registradas.

Dentre essas espécies de mamíferos, destaca-se *Mazama gouazoubira* que, até o momento, foi o único registro novo em relação à lista do relatório técnico de monitoramento feito pelo ICMBio de 2009 a 2013. Cabe ressaltar ainda o registro de *Leopardus tigrinus* (Schreber, 1775) que assim como *M. gouazoubira* (G. Fischer, 1814) encontra-se na lista de animais vulneráveis a extinção divulgada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade em 2013. A única espécie exótica registrada até o momento foi a *Lepus europaeus* (Pallas, 1778) oriunda da Europa.

As aves amostradas foram: *Mimus saturninus* (sabiá-do-campo), *Sturnella superciliaris* (chopim-galdério), *Nothura maculosa* (codorna-amarela), *Rupornis magnirostris* (gavião-carijó), *Emberizidae platensis* (sabiá-do-banhado), *Trogon surrucura* (surucuá-variado), *Penelope obscura* (jacu),

Zanotrichia capensis (tico-tico), *Cyclarhis gujanensis* (pitiguari), *Colaptes campestris* (pica-pau-do-campo), *Athene cunicularia* (coruja-buraqueira) e três aves não identificadas. O número de espécimes registrados para cada uma dessas espécies está representado na FIGURA 3.

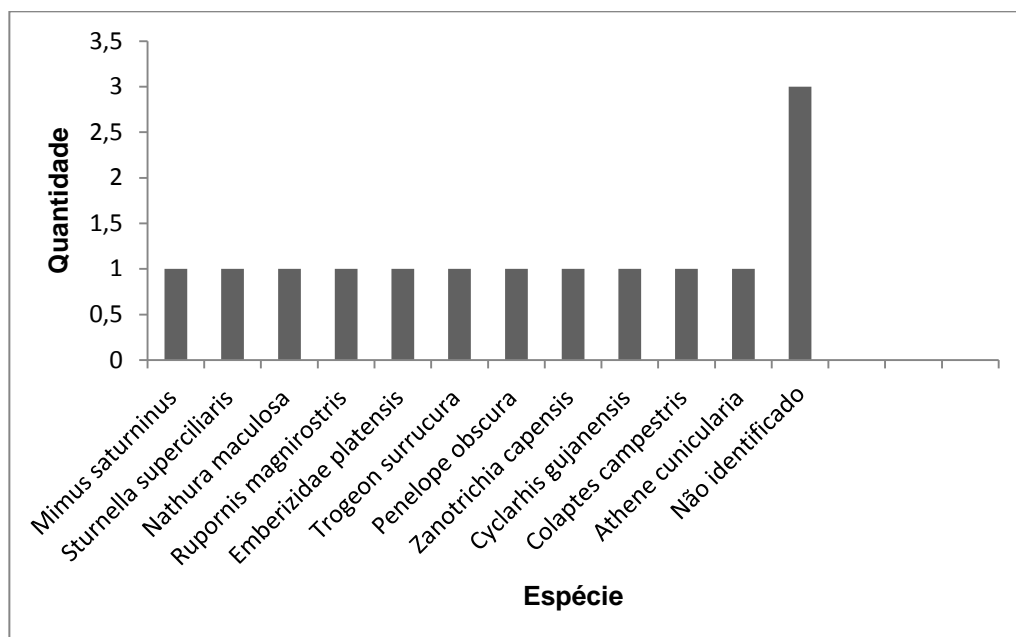


Figura 3 – Diversidade de espécies de aves amostradas durante as coletas.

As espécies de aves *Emberizidae platensis* e *Cyclarhis gujanensis* também não foram encontradas no relatório técnico do ICMBio (2009-2013). O único anfíbio coletado não foi identificado em nível de espécie devido ao avançado estado de decomposição.

Os resultados obtidos com esse monitoramento foram semelhantes àqueles do estudo realizado pelo ICMBio em 2013, com a predominância de mamíferos seguidos por aves e poucos répteis e anfíbios. Assim como o presente estudo, o monitoramento do ICMBio também não contabilizou os animais domésticos atropelados, apesar de serem frequentemente avistados cães, gatos e galinhas mortos na encosta da rodovia.

A análise das espécies atropeladas coletadas auxilia na manutenção da lista de animais encontrados na ESEC e na verificação de quais setores das rodovias podem estar tendo maior ocorrência de acidentes envolvendo animais silvestres, auxiliando assim futuramente, estudos para criação de métodos de mitigação de atropelamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, devido ao curto tempo de pesquisa relatada no presente artigo ainda não é possível definir se há sazonalidade no número de

atropelamentos. Porém, apesar do breve período de pesquisa os resultados mostram uma grande diversidade de animais mortos principalmente de mamíferos e aves.

A presença de duas espécies ameaçadas de extinção e as várias outras endêmicas da Mata Atlântica nos mostram a importância de se continuar com mais pesquisas e estudos para que se possa chegar a propostas de conservação e mitigação de danos causada pelas estradas na nossa biodiversidade faunística local.

REFERÊNCIAS

BERGALLO, H. G.; VERA Y CONDE, C. F. O Parque Nacional do Iguaçu e a estrada do Colono. **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro, v. 29. n. 174, p 37-39. ago. 2001.

BRASIL. Instituto Chico Mendes. **Avaliação do Estado de Conservação dos Carnívoros**. 2013. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-estado-deconservacao/Mam%C3%ADferos%20%20carn%C3%ADvoros/leopardus_tigrinus_biobrasil.pdf. Acesso em: 21 ago. 2016.

BRASIL. Instituto Chico Mendes. **ESEC Mata Preta**. 2016. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/biomas-brasileiros/mata-atlantica/unidades-de-conservacao-mata-atlantica/2168-esec-da-mata-preta.html>. Acesso em: 19 fev. 2016.

BRASIL. Instituto Chico Mendes. **Monitoramento da fauna atropelada no entorno da estação ecológica mata preta**. Relatório técnico 2009 – 2013. 2013. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/Relatorio_Fauna_ESEC_Mata_Preta_2013.pdf. Acesso em: 19 fev. 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Quarto Relatório Nacional para a convenção sobre diversidade biológica**. 2010. Disponível em: <https://www.cbd.int/doc/world/br/br-nr-04-pt.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Avaliação do estado do conhecimento da diversidade biológica do Brasil**. 2003. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/verteb.pdf. Acesso em: 15 mar. 2016.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS EM ECOLOGIA DE ESTRADAS. **Atropelômetro: a fauna morre nas estradas**. 2015. Disponível em:



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

<http://factivel.com.br/blog/atropelometro-a-fauna-morre-nas-estradas/#more-1112>. Acesso em: 15 fev. 2016.

COFFIN, A. W. From roadkill to road ecology: A review of the ecological effects of roads. **Journal of Transport Geography**, Gainesville, 2007. Disponível em: http://www.planta.cn/forum/files_planta/review_of_roads_192.pdf. Acesso em: 15 mar. 2016.

DUARTE, J. M. B. **Guia de Identificação de Cervídeos Brasileiros**. Jaboticabal: FUNEP, 1996.

FISCHER, W. A. **Efeitos da BR-262 na mortalidade de vertebrados silvestres: síntese naturalística para a conservação da região do Pantanal, MS**. 44 f. Tese (Mestrado em Ciências Biológicas) - Setor de Ecologia e Conservação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1997.

LEWINSOHN, T. M.; PRADO, P. I. **Biodiversidade Brasileira: síntese do estado atual do conhecimento**. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwirpJ6LucPLAhWJhZAKHXKkA8AQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fscielo.iec.pa.gov.br%2Fscielo.php%3Fpid%3DS1981-81142006000300009%26script%3Dsci_arttext&usg=AFQjCNE-aNc5GbHv5cR3Yr3_pwtnBZ6O3Q&bvm=bv.116636494,d.Y2I. Acesso em: 15 mar. 2016.

MITTERMEIER, R. A. Primate diversity and the tropical forest. In: **Biodiversity**. 1988. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=CSiCJvcm2RcC&oi=fnd&pg=PA145&dq=MITTERMEIER+Primate+diversity+and+the+tropical+forest+editora&ots=t4sk_kS6kY&sig=w8xLHiRQIVXcmVTfqy2AnQ1fHPs#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 15 mar. 2016.

REIS, N. R. *et al.* **Mamíferos do Brasil**. Londrina: Nélcio R. dos Reis, 2011.

SAUNDERS, D. A.; HOBBS, R. J.; MARGULES, C. R. Biological Consequences of Ecosystem Fragmentation: A Review. In: **Conservation Biology**. Nova York: JSTOR. p 18-32.1991.

VIARONDON. **Guia para identificação de animais presente na região**. 2011. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiess2I_OfOAhVKIZAKHWICAbcQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.viarondon.com.br%2Fupload%2Fnoticias%2Farquivos%2F1311355492.pdf&usg=AFQjCNGDJZzSi6WmH2STs73JFm5q-2eVqA&bvm=bv.131286987,d.Y2I. Acesso em: 30 mar. 2016.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

NÍVEL DE ENTENDIMENTO DOS CONSUMIDORES DE PALMAS/PR A RESPEITO DOS PRODUTOS *LIGHT*, E, DETERMINAÇÃO DO PERCENTUAL DE REDUÇÃO NO TEOR DE GORDURA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS QUE POSSUEM ESTA INFORMAÇÃO EM SUA ROTULAGEM

Samuel da Silva Muler, Diego Matos Favero*
*e-mail: diego.favero@ifpr.edu.br

RESUMO: O intuito deste trabalho é o de verificar o nível de conhecimento, os motivos de consumo e a fonte de informação, referente ao produto *light*, de consumidores da cidade de Palmas/PR. Também tem como objetivo verificar se alguns produtos alimentícios com redução do teor de gordura podem ser classificados como *light*, de acordo com a legislação vigente. A pesquisa foi realizada com consumidores da cidade de Palmas/PR, com a aplicação de um questionário contendo 10 perguntas. Os resultados obtidos revelam que apenas 14,77% da população palmense tem real conhecimento das verdadeiras características de um produto *light*. Dos conhecedores, a maioria são pessoas que, ou estão cursando, ou já o concluíram algum curso de graduação, mostrando que quanto maior a escolaridade dos entrevistados, maior é seu conhecimento sobre o termo *light*. Das pessoas que apresentaram real conhecimento sobre o termo *light*, 34,09% tratam-se de pessoas com idade entre 22 e 34 anos. A maioria dos indivíduos que apresentou real conhecimento sobre o termo obteve informação com a leitura de livros especializados bem como de médico nutricionista. Mesmo a maioria dos entrevistados não tendo real conhecimento sobre os produtos, muitos o consomem.

Palavras-chave: lipídios, rótulo, nível de conhecimento.

ABSTRACT: The purpose of this work is to verify the level of knowledge, the reasons for consumption and source of information regarding the light product, consumers in the city of Palmas / PR. It also aims to check some food products with reduced fat content can be classified as light, according to current legislation. The survey was conducted with consumers in the city of Palmas / PR, with the application of a questionnaire containing 10 questions. The results show that only 14.77% of palmense population has actual knowledge of the true characteristics of a light product. Connoisseurs most are people who are either attending or have already completed a degree course, showing that the higher the education of the respondents, the greater their knowledge of the light term. People who had real knowledge about the light term, 34.09% these are people aged between 22 and 34 years. Most individuals who had real knowledge about the term information obtained by reading specialized books and nutritionist doctor. Even the majority of respondents having no real knowledge about the products, many consume.

Keywords: lipids, label, knowledge level.

Introdução

No início produto *light* era comercializado somente em farmácias sendo considerado medicamento então controlado pela Vigilância Sanitária de Medicamentos (DIMED), a partir do ano de 1988, esses produtos passaram a ser considerados alimentos e agora são controladas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária de Alimentos (ANVISA), desenvolvidos inicialmente para pessoas com restrições alimentares como, por exemplo, a obesidade, uma doença caracterizada pelo acúmulo excessivo de gordura corporal, que produz efeitos deletérios à saúde, segundo um estudo realizado em 2003 no estado de São Paulo, com 154 mulheres de diferentes idades o resultado foi bastante preocupante, pois 76% da população estudada apresenta IMC (índice de massa corporal) inadequado, sendo 75% com sobrepeso e obesidade, considerado um número preocupante para especialistas (HALL e FILHO, 2006).

A comercialização dos produtos *light* tem crescido significadamente nos últimos anos e vem crescendo cada vez mais, durante a última década o mercado de produtos *light* cresceu aproximadamente 835%. Um dos principais motivos pela qual o produto *light* tem crescido no mercado é devido a crescente preocupação com a saúde entre as faixas etárias mais altas (RORATO, DEGÁSPARI e MOTTIN, 2006), e também a grande demanda vindo das faixas mais jovens devido à preocupação com a estética corporal. Uma pesquisa realizada revela que 50% das pessoas entrevistadas consomem produtos *light* com o intuito de cuidar da saúde, e 22% das mesmas por questão de estética (PERIN e UCHIDA, 2014).

A legislação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária que entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2014 declara o termo *light* antes utilizado em duas situações: nos alimentos com redução e naqueles com baixo teor de algum nutriente, agora, permitido somente para alimentos que apresentarem redução em algum nutriente em comparação com a versão tradicional. Sendo assim, alimento *light* é aquele que tem redução mínima de 25% de atributos específicos, como açúcar, sódio, gordura, carboidrato, colesterol, proteína ou vitamina, quando comparados aos alimentos similares de mesmo fabricante ou de valor médio de três produtos similares conhecidos no mercado (BRASIL, 2012).

O objetivo deste trabalho é o de verificar o nível de conhecimento dos consumidores, da cidade de Palmas/PR, referente aos alimentos com níveis reduzidos (*light*) de algum constituinte. Tem também como objetivo analisar o teor de gordura dos produtos tradicionais e seu respectivo *light*, para que se possa verificar se a redução do teor de gordura destes produtos está dentro do preconizado pela ANVISA.

Material e Métodos

A pesquisa foi realizada com consumidores da cidade de Palmas/PR, com a aplicação de um questionário, Figura 1, contendo 10 perguntas objetivas, onde 5 tratavam-se de características de consumo (se o cliente consome ou não produtos *light*, com que frequência, qual o objetivo do consumo) e 5 questões que caracterizavam se o consumidor entende ou não o que é um produto *light*. A partir de uma provável população de 40 mil habitantes, dada uma confiança de 90% na amostragem e com uma margem de erro de 5%, a amostra necessária é de 269 pessoas. Neste trabalho, 298 pessoas foram abordadas e convidadas a participar da pesquisa em diferentes supermercados da cidade de Palmas entre os meses de agosto de 2015 e fevereiro de 2016.

Como forma de verificar a redução real do teor de gordura do alimento *light* em comparação ao seu respectivo tradicional, amostras foram adquiridas do comércio local da cidade de Palmas, PR. A metodologia utilizada para a determinação do teor de gordura das amostras, se baseia no método Bligh & Dyer (CECCHI, 2003). Junto à amostra foram adicionados 10 mL de clorofórmio, 20 mL de metanol e 8 mL de água destilada. Agitou-se por 30 minutos em agitador magnético. Após, são adicionados mais 10 mL de clorofórmio e 10 mL de solução de sulfato de sódio 1,5%, os quais são agitados durante 2 minutos vigorosamente, após são filtrados e deixados decantar naturalmente, uma alíquota de 5 mL é retirada e enviada a um béquer de massa conhecida, então levada à estufa na qual fica por um período de tempo de 1 hora à 100 °C. O teor de lipídios é medido pela diferença de massa, entre o béquer contendo a gordura, e o mesmo vazio.

Figura 1: Questionário aplicado aos consumidores de Palmas/PR com o intuito de medir o nível de conhecimento sobre produtos *light*

Resultados e Discussão

Foram entrevistadas 298 pessoas, das quais 52,01% são do sexo feminino, 47,31% do sexo masculino e 0,67% não responderam. Quanto a idade dos entrevistados, a amostra consistiu de pessoas entre 15 e 80 anos, conforme pode ser visualizado na Figura 2.

FIGURA 2: Faixa de idade dos entrevistados.

Uma das questões levantadas junto aos participantes da pesquisa foi se estes realizavam algum tipo de dieta e em caso positivo, quais eram os motivos para tal, o resultado mostra que aproximadamente 40% realizam, enquanto 60% não realizam nenhum tipo de dieta, Figura 3. Segundo os entrevistados, os principais motivos pelos quais os mesmos fazem dieta são, a redução de peso e a insatisfação corporal, Figura 4. Pode-se observar também que a grande

maioria dos indivíduos que realizam dieta são do sexo feminino, aproximadamente 58%, Figura 5.

FIGURA 3: Se os entrevistados realizam ou não dieta.

FIGURA 4: Motivos pelos quais os consumidores realizam dieta.

FIGURA 5: Sexo dos entrevistados que fazem dieta.

Na pesquisa de Nunes e Gallon (2013) 42,7% da população estudada já havia feito ou estava fazendo algum tipo de dieta, tendo como principal motivo o emagrecimento ou perda de peso, dados parecidos com os obtidos em nossa pesquisa.

Dos entrevistados que relataram realizar algum tipo de dieta, aproximadamente 60% dizem-se consumidores de produtos *light*, Figura 6.

Das pessoas que relataram consumir produtos *light*, a maioria é do sexo feminino 65%, como mostrado na Figura 7.

FIGURA 6: Dos que fazem dieta e consomem produto *light*.

FIGURA 7: Sexo dos consumidores de produtos *light*.

A principal motivação dos que consomem produtos *light* é a redução de peso, seguido de restrição médica, de acordo com a Figura 8^A.

Com relação aos entrevistados que declararam não serem consumidores de produtos *light*, a maioria relata como principal motivo de não consumo o preço elevado, seguido de sabor desagradável, dados estes que são muito importantes para a indústria de alimentos, Figura 8^B.

FIGURA 8^A: Motivos de consumo **FIGURA 8^B:** Motivos de não consumo

Com esses dados podemos perceber a grande preocupação da população com a saúde nas faixas etárias mais altas, e, nas faixas etárias mais jovens, a preocupação com a estética corporal consequentemente a redução de peso, fatores estes que são concordantes com a pesquisa realizada por OLIVEIRA, ENES, SOUSA, DESANI, MUNIS e SALAY (2005).

Avaliação do Nível de conhecimento da amostra referente ao termo *light*

Com o objetivo de verificar o nível de conhecimento da população palmense a respeito do termo *light*, 298 pessoas foram convidadas a responder 5 questões objetivas que avaliaram se o participante é realmente um conhecedor do termo e do que este representa. Analisando os resultados, chegamos a conclusão que somente 14,77% dos entrevistados têm real conhecimento sobre a terminologia *light* nos alimentos, Figura 9. Destes 14,77%, a maioria é representada por pessoas que concluíram ou estão

cursando algum tipo de curso superior. Notamos também uma correlação entre o maior nível de escolaridade do indivíduo, e seu conhecimento sobre o termo *light*, Figura 10.

FIGURA 9: Se os consumidores possuem ou não conhecimento sobre o produto *light*.

FIGURA 10: Nível de escolaridade dos consumidores que possuem conhecimento sobre o termo.

FIGURA 11: Nível de escolaridade dos consumidores que não possuem conhecimento sobre o termo.

Com relação a faixa de idade, a maior parte dos consumidores que possuem conhecimento tratam-se de pessoas com idade entre 22 e 50 anos.

FIGURA 12: Idade dos entrevistados que possuem conhecimento sobre o termo.

O conhecimento das pessoas a respeito dos produtos *light* é construído pela qualidade das informações que tem acesso. Nesse sentido, os entrevistados foram questionados sobre quais meios de comunicação mais utilizam como fonte de informações a respeito dos produtos *light*. Os resultados mostrados na Figura 13, demonstram que a televisão e a internet são os meios de comunicação mais utilizados pelos entrevistados que não conhecem o verdadeiro sentido da palavra *light* nos rótulos de alimentos. Estes dados

concordam com a pesquisa de Rorato, Degáspari e Mottin (2006), onde 56% dos entrevistados relataram não terem claro conhecimento sobre produtos *light*, esses citaram a internet como o principal meio de comunicação de obtenção de informações sobre estes produtos.

Em contrapartida os livros especializados na área, e informações de médicos e ou nutricionistas, foram os meios de informação mais utilizados pelos entrevistados, que possuem real conhecimento sobre o termo *light*, Figura 14.

Para que o consumidor possa realizar suas escolhas alimentares de acordo com suas necessidades, é importante que ele tenha um nível de conhecimento maior sobre o termo *light*, portanto, é imprescindível que as informações nutricionais presentes nos rótulos sejam mais claras como também mais objetivas para o entendimento do consumidor.

FIGURA 13: Meio de comunicação que adquiriram conhecimento, consumidores que não possuem conhecimento.

FIGURA 14: Meio de comunicação que adquiriram conhecimento, consumidores que possuem conhecimento.

Determinação do percentual de redução no teor de gordura de produtos alimentícios *light*

Com o objetivo de verificar o percentual de redução do teor de gordura de produtos que possuem denominação de *light* frente ao produto similar tradicional, foram realizadas análises do teor de gordura destes alimentos. Os resultados mostram, Tabela 1, que os 4 produtos *light* analisados (iogurte grego, mortadela, margarina e requeijão) possuem percentual de redução de gordura em mais de 25% frente ao produto similar tradicional, podendo realmente serem denominados como produtos *light*.

A mortadela foi o produto que apresentou maiores diferenças na porcentagem de gordura analisada e na informada pelo rótulo. Acreditamos que por se tratar de um produto sólido, a gordura não foi totalmente extraída pela metodologia utilizada, logo a quantificação pode ter sido falha. Também há possibilidade de o fabricante utilizar matéria-prima sem um padrão no percentual de gordura, logo alguns lotes podem apresentar uma porcentagem de gordura diferente do informado.

Tabela 1. Análise do percentual de gordura dos produtos

Produto	Tradicional	<i>Light</i>	% de Redução
Iogurte Grego	5,49 ± 0,44	2,98 ± 0,15	45,72
Mortadela	16,63 ± 0,25	9,75 ± 0,26	41,37
Margarina	76,52 ± 0,38	39,12 ± 0,53	48,88

Requeijão	26,17 ± 0,11	10,82 ± 0,00	58,65
-----------	--------------	--------------	-------

Tabela 2. Percentual de gordura informado nos rótulos dos produtos

Produto	Tradicional	Light	% de Redução
Iogurte Grego	5	2,44	51,20
Mortadela	18	13,50	25,00
Margarina	80	38,00	52,50
Requeijão	26	10,67	58,96

Considerações finais

Conclui-se que a grande maioria da população palmense não têm real conhecimento sobre os produtos *light* e aqueles que o têm, trata-se de uma pequena parte da população caracterizada por pessoas com idade entre 22 a 50 anos de idade, maior nível de instrução e que tem como fonte de informação livros especializados e acompanhamento de médico/nutricionista. Constatamos assim que a maioria da população palmense consome produtos *light*, sem realmente saber qual sua função e propósito nutricional.

Para que o consumidor possa fazer suas escolhas alimentares de acordo com suas necessidades, é importante que exista um conhecimento maior sobre o termo *light*, assim é necessário que as informações nutricionais sejam mais claras e melhormente expressas nas embalagens. Com o aumento dos casos de obesidade ocorre conseqüentemente um aumento dos gastos com dietas e regimes, e com estes um certo aumento no consumo de produtos *light*, portanto espera-se um maior esforço vindo do “governo” para que hajam campanhas e melhores distribuições de informação, para que estes consumidores saibam o que realmente estão ingerindo.

Quanto a verificação do percentual de gordura dos produtos *light* e se estes atendem a legislação, comprovou-se que todos apresentam redução do teor de gordura de pelo menos 25%, atendendo a legislação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. ANVISA. Agência Nacional De Vigilância Sanitária. Resolução – RDC Nº 54, De 12 De Novembro De 2012. **Dispõe Sobre O Regulamento Técnico Sobre Informação Nutricional Complementar.** Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 de Novembro de 2012.

CECCHI, H. M. **Fundamentos teóricos e práticos em análise de alimentos.** 2.ed. rev. Campinas: Editora Unicamp, 2003. 207 p.

HALL R. J. e FILHO D. O. L. Perfil do consumidor de produtos *diet* e *light* no Brasil. **XIII SIMPEP** - Bauru, SP, pg 1-12 Brasil, 06 a 08 de novembro de 2006.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

NUNES, S. T.; GALLON, C. W. Conhecimento e consumo dos produtos diet e *light* e a compreensão dos rótulos alimentares. **Nutrire: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr.= J. Brazilian Soc. Food Nutr.**, São Paulo, SP, v. 38, n. 2, p. 156-171, ago. 2013.

OLIVEIRA M. B. C. et al. Nível de informação do consumidor sobre os produtos alimentares diet e *light* em hipermercados de campinas – SP. **Revista Ciênc. Med. Campinas**. p. 434 - 440. Set/Out 2005.

PERIN A D, UCHIDA N S. Perfil dos consumidores de produtos *light* e diet nos supermercados dos varejistas de campo mourão, PR. **Revista Uningá**, vol 41. p.15-19. Ago - Out de 2014.

RORATO, F. ; DEGÁSPARI, C.H. ; MOTTIN, F. Avaliação do nível de conhecimento de consumidores de produtos *diet* e *light* que frequentam um supermercado de Curitiba. **Visão Acadêmica**, v.7, n.1, 2006.



NOTAS SOBRE DESOBEDIÊNCIA CIVIL: UM IDEAL LIBERAL

Júlio Eduardo Damasceno Medina (julio_eduardo11.17-8@live.com)

Fábio Luiz Baierle (fabioluizbaierle@hotmail.com)

Professor-orientador: Marlon Silvestre Kierecz (marlon.kierecz@ifpr.edu.br)

RESUMO: É objetivo basilar do presente artigo analisar o tema da desobediência civil sob o enfoque de duas influentes correntes. Mesmo que de forma relativa, as vertentes desse pensamento liberal podem ser definidas como uma sendo clássica e a outra contemporânea. Em um primeiro momento será analisada a obra de Henry David Thoreau, uma perspectiva liberal, com certa minimalização do governo. Posteriormente, o enfoque se volta para a obra de Ronald Dworkin, à luz de uma teoria moral de interpretação (jurídico-constitucional), construída, principalmente, em seu “Levando os direitos a sério”.

Palavras-chave: Liberalismo; Direito Individuais; Legalidade; Consciência.

ABSTRACT: It's basic aim of this paper to analyze the issue of civil disobedience under the focus of two currents influential. Even in relative terms, the aspects of this liberal thinking can be defined as being classic and contemporary another. At first it will be considered the work of Henry David Thoreau, a liberal perspective, with some minimalization government. Later the focus turns to the work of Ronald Dworkin, the light of a moral theory of interpretation (legal and constitutional), built mainly in his "Taking rights seriously".

Key Words: Liberalism; Individual Rights; Legality; Consciousness.

1 INTRODUÇÃO

Trazer ao debate acadêmico temas de estimada aguçada complexidade se faz necessário quando se apresenta um cenário onde a exigibilidade de um direito humanizado, com garantias fundamentais, reflexões éticas e preocupações com a realidade social é exacerbada.

Após o surgimento de ideologias como o nazismo e o facismo que desembocaram na Segunda Guerra Mundial e foram responsáveis pela tragédia do holocausto, tornou-se evidente que se fazem necessários que os fundamentos de validade e legitimidade das normas jurídicas não sejam somente formais e respeitem a materialidade sobre o que se regulamenta. A garantia dos direitos humanos no plano internacional, juntamente com a aproximação do direito e da ética, remetem a um todo plural com garantias às liberdades individuais e das minorias, causou certa ruptura da soberania do monopólio estatal sobre o direito.

Os direitos individuais garantidos aos seres humanos – sejam da nacionalidade que forem – que a desobediência civil seja respeitada pelo

governo, como um direito de violar leis que sejam fundadas em hipotéticas políticas de bem-estar da maioria.

O Estado não é soberano, muito menos os representantes do Estado ou da população são. Todos devem estar atentos que os Poderes constituídos são reféns de suas respectivas e peculiares capacidades institucionais. Por isso se faz necessário o diálogo entre as instituições, e, sobretudo, com o povo. A soberania é do povo, e também são partes desse as minorias que quando ouvidas completam um pluralismo de vontades e necessidades políticas (GODOY, 2015, p.141-142).

Sendo assim, este breve artigo pretende apenas lançar, de maneira singela, o fato de que o conteúdo de uma lei, somente em razão de sua vigência, não necessariamente deve ser obedecido, uma vez que, nenhuma lei é digna de ser considerada lei, senão for justa ou moralmente acatável, tendo como base a consciência e o escopo dos Direitos Humanos. Dois autores serão retratados: Henry David Thoreau e Ronald Dworkin.

Vale a pena ressaltar que as garantias fundamentais não surgiram de um inesperado relampejo, bem como o fortalecimento da relação entre direito e moral não fora de inopino. Não poderia ser diferente. A relação de uma reflexão ética com as normas postas no ápice de ordenamentos jurídicos como nossa Carta da República não são dádivas, é a vontade equânime de um povo, para todo um povo.

2 A DESOBEDIÊNCIA COMO RESISTÊNCIA AO GOVERNO CIVIL EM THOREAU:

“O melhor governo é o que governa menos”, Henry David Thoreau diz em sua teoria que gostaria que a governo americano reduzisse seus mandos, e tão logo comece a mudança opte por outra teoria: “O melhor governo é o que absolutamente não governa”, a qual é a ideologia política liberal, com fulcro em ideais de Thomas Jefferson. (THOREAU, 1997, p.1). Os comentários do autor tem como escopo o cenário na qual os EUA estavam inseridos no século XIX, em que ainda vigorava a escravidão e o país havia se envolvido em um conflito militar com o México, invadindo o país e o submetendo ao jugo militar americano, evidenciando que este ato praticado pelo Estado não comportaria com a concordância da maioria da população.

Thoreau não é antigovernista, mas preza que cada homem escolha o governo que mereça seu respeito. Numa democracia, na prática a maioria vai governar, porém, nem sempre com razão ou com justiça em suas ações e decisões. Para o autor, a maioria precisa se basear em ideais de justiça para bem governar, buscando na consciência e não a superioridade numérica (THOREAU, 1997, p.3).

Ao se falar em consciência o autor utiliza-se do exemplo do fuzileiro naval, que serve ao governo, homem transformado numa mera sombra, numa máquina com seu corpo a serviço do Estado, sem discernimento ou senso

moral de seus atos. Ainda tem-se outros exemplos de exército permanente, os policiais, os carcereiros, etc. Thoreau os compara a árvores e pedras, pois não agiriam com distinção moral e não fariam discernimento das leis que cumprem ou fazem cumprir. A maioria dos legisladores, políticos, advogados, ministros e funcionários públicos, forneceria seu intelecto para o Estado sem analisar a intenção deste, e, portanto, não saberiam se serviriam a Deus ou ao diabo, nas palavras de Thoreau. Todos aqueles que se utilizam de suas consciências se opõe eram considerados inimigos (THOREAU, 1997, p.3).

Continua o autor:

Vejamos a questão da votação, uma espécie de jogo, com a moral, certo e errado e apostas. Dou o voto, muitas vezes, ao que pretende fazer direito, mas a maioria vence. “Um homem sábio não deixará o direito à mercê do acaso, nem desejará que ele prevaleça por meio da maioria.” (THOREAU, 1997, p.4)

O autor prossegue chamando a atenção para o valor que a consciência deveria exercer no que tange à obediência das leis:

O que leva o homem a não expressar a sua própria opinião? Medo de ser minoria? Nem sempre a maioria faz o que é certo ou conforme seu interesse! Você poder ser a vítima das leis e ter que obedecer mesmo sendo contra a sua concepção de justiça. Mas deve ser lembrado que quando teve oportunidade de oposição não fez nada para mudar ou resistir e deu seu voto. (THOREAU, 1997, p.6)

A bem da verdade, o que o autor se refere, é que o componente da justiça não pode ser dissociado do direito, ou seja, um governo ou lei que não sejam justos, não merecem ser obedecidos:

“Vim a este mundo não, principalmente, para fazer dele um bom lugar para se viver, mas para viver nele, seja bom ou mau.” Não é preciso fazer tudo, o que sem dúvida não é possível, mas o que fizer, por mais que aparente ser muito pouco, faça-o procurando ser justo. E, para que busque o que é justo devem os homens lutar pelo abolicionismo, devendo retirar o apoio pessoal e econômico ao governo de Massachusetts, que encarcera aquele que não paga os impostos, os negros foragidos, os prisioneiros mexicanos e os índios. Estranho é que os presos são os que povoaram aquela área antes dos americanos, os quais a tomaram pela força física dos exércitos permanentes e agora por força da lei continuam a dominar. Porém os presos estão livres para viver com honra, os quais por muitos considerados os justos proprietários da terra, vivendo dentro das muralhas dos estabelecimentos prisionais (THOREAU, 1997, p.6).

Portanto, em que pese as palavras do autor se refiram a uma realidade diferente do século XIX, os tempos atuais também estão permeados de exemplos de práticas promovidas pelos Estados de cunho moral ou justo

duvidoso e isso, por si só, torna suas palavras atuais, no sentido de que não se deve obediência a um direito sem a mínima concepção de Justiça.

3 DESOBEEDIÊNCIA E MORAL NO DIREITO NA OBRA DE RONALD DWORKIN:

Não é pacífico o entendimento de que o conceito de direito se resume àquilo que os tribunais farão ao resolver litígios, ou ao texto normativo que deriva do Poder Legislativo. Não obstante a isso, a contemporânea doutrina jurídica em hora alguma exclui que o direito está intimamente vinculado à interpretação que se faz dos enunciados normativos, ou de uma leitura moral multicultural das leis e da Constituição (HART, 2012, p. 02).

Se se objetiva viver em um Estado Democrático de Direito, o mínimo que se exige é que as autoridades que editam ou decidem atos normativos, ou seja, aquelas que inovam a ordem jurídica devam respeito aos direitos fundamentais individuais (DWORKIN, 2010, p. 314).

Devido a esse pressuposto que Dworkin dá estimada ênfase na discriminação feita quando o governo americano isenta do recrutamento militar – visando a guerra no Vietnã – aqueles que são contrários por motivos religiosos, tão somente, deixando de fora os demais cuja objeção se dava ou outros fatores morais (DWORKIN, 2010, p. 320). Condenar algum cidadão (ser humano) por delito, não deve ser considerado como banal ou como ato de pouca importância:

(...) para declarar uma pessoa culpada de um crime, o Estado precisa de um tipo de justificativa muito diferente daquela de que necessita para pagar indenização pelo dano por ela causado, que as promessas e outras formas de acordo ou consentimento explícito constituem um tipo especial de razão para a coerção de estado (DWORKIN, 2014-B, p. 301).

Atualmente, não há doutrina que possa ser julgada como aceitável, seja no direito penal, civil, etc. caso não esteja fazendo suas análises da legislação de acordo com a Constituição. As garantias constitucionais, devem servir de base para leitura do direito penal e processual penal, sob pena de pregarem inconstitucionalidade, de atentarem contra as garantias individuais (seja em relação ao devido processo, à liberdade de expressão, etc.), isto posto é pertinente (e necessário) recordar que os direitos fundamentais positivados nas constituições – principalmente nas editadas no período pós Segunda Guerra Mundial – derivam de direitos morais, ou melhor, em síntese, aqueles são uma construção dialógica derivada destes (BARROSO; BARCELOS, 2013, p. 50).

A abordagem filosófica (supra) é – de finalidade – estrategicamente pedagógica. São esboços em linhas gerais em relação ao respeito à dignidade dos direitos individuais (e conseqüente respeito ao povo) na teoria do direito de Dworkin. Doravante será dedicada especial atenção ao método de como o

referido autor trabalho a desobediência civil e seus argumentos referentes ao tema. Sobre a liberdade de consciência, em Dworkin:

O valor é uma coisa muito importante. As verdades do bem viver, do ser bom e de tudo que há de maravilhoso não apenas são coerentes entre si como também se reforçam mutuamente: o que pensamos sobre cada uma dessas coisas tem de resistir, no fim, a qualquer argumento referente às demais que nos pareça convincente (DWORKIN, 2014-A, p.3).

Para definir um parâmetro de como é a desobediência civil em relação às normas jurídicas, Dworkin sugere que se afaste o questionamento sobre o que um cidadão deve fazer se em razão da obscuridade da lei ele pensar que ela permite sua conduta quando a opinião dos outros é no sentido afastar a permissão, uma vez que, depende de valorar sobre quem está certo e quem errou.

Seria necessário, sim, definir “o que é seguir as regras do jogo?” e “qual o comportamento que nos é devido enquanto cidadãos?”, para isso o referido autor cuida de elaborar três modalidades. A primeira modalidade dworkiana prescreve que em caso de a lei ser obscura o cidadão deve encará-la de forma pessimista e pressupor que não é permitido, neste caso o único medo de realizar a conduta será alterando a lei pelo processo político-legislativo, mesmo que considere que a lei seja errada. O segundo modelo, por sua vez, parte da mesma premissa onde a lei deve ser duvidosa, porém, o cidadão deve seguir o seu discernimento, desde que reflita e conclua que os argumentos que levam à permissão são mais fortes que aqueles que justifiquem a proibição, entretanto, caso um tribunal decida que sua interpretação é equivocada ele deve obedecer à lei. Talvez a justificativa para que a decisão do tribunal impeça o indivíduo de seguir seu discernimento – no segundo modelo – não seja o da supremacia judicial e sim da ratificação ou concordância (diálogo) de entendimento entre os vários poderes. Para o terceiro modelo, posta a obscuridade da lei, o cidadão deve seguir sua convicção moral, mesmo que divirja de uma interpretação dada por um tribunal no sentido de proibi-lo.

O primeiro modelo é rejeitado por Dworkin, uma vez que não é considerado razoável que se pressuponha o pior, ou seja, fazer um cálculo de prudência sobre como decidirão os tribunais naqueles casos não equivale a uma resposta ao questionamento a respeito do que é devido que se faça enquanto cidadão. Quando a legalidade é objeto de dúvida é mais sensato que a análise do cidadão cuide de conciliar princípios e políticas conflitantes em detrimento de especulações em torno de como se dará a decisão das cortes.

O autor norte-americano também rejeita o segundo modelo. Os argumentos de rejeição se equiparam aos do primeiro modelo, acrescida a ressalva que um tribunal pode rever suas decisões. O exemplo citado remete ao ano de 1940 onde a Suprema Corte dos Estados Unidos da América decidiram pela constitucionalidade de uma lei do Estado da Virgínia, sendo que esta tinha o teor de exigir que os estudantes saudassem a bandeira. Entretanto, em 1943 a mesma Suprema Corte modificou seu entendimento e

declarou a inconstitucionalidade da lei supracitada. Isto posto surge a reflexão: como deveriam proceder os cidadãos que em 1941 e 1942 consideravam errada esta lei? Não há como prever se o entendimento dos tribunais iria agasalhar suas razões de consciência.

Sem dúvidas, caso não haja nenhum dissenso surgem grandes chances de que alguns erros não sejam revistos, uma vez que não serão questionados. E este é um fator preponderante para que seja adotado o terceiro modelo, considerado o mais equitativo com as razões de consciência moral, dada as objeções e críticas aos demais modelos. Uma vez que surjam dos pólos opostos de interpretação de uma lei incerta aquele que diverge não deixa de se comportar de uma maneira equitativa em relação as regras do jogo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão para saber quando é lícito que o cidadão desobedeça a lei remete a análise do caso em apreciação, pois para que seja tolerada a desobediência civil deve estar apoiando-se em seus direitos morais (via de regra, direitos civis ou políticos fundamentais).

Outra análise a ser feita se refere a (in)constitucionalidade da lei que supostamente seria violada, uma vez que os elementos que definem a moralidade política de validade das leis são previstas na Constituição, sendo assim se faz mister que seja feita a análise da compatibilidade da lei com a Constituição.

Portanto, a “simples” questão de saber até que ponto podem (ou devem) ser tolerados aqueles que desobedecem a lei por razões de consciência, não pode obscurecer que estamos a tratar de alguma lei obscura (ambígua).

E por fim, resta reforçar que não se cabe a cegueira moral de considerar a desobediência civil como sinônimo de desacato a lei. A primeira estaria configurada nos casos (supra) citados de desobediência por razões de consciência e principalmente quando o cidadão sente ferido algum de seus direitos morais, já a segunda, mais ampla, trata-se de mera conduta contrária a um preceito legal, cuja interpretação pode ser moral ou não.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, Luís Roberto; BARCELOS, Ana Paula de. **O começo da história: A nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro.** Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista23/revista23_25.pdf>. Publicação em: 2013. Acesso em: 02/09/2016.
CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e teoria da constituição.** 7ª ed. Lisboa: Livraria Almedina, 1993.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

DWORKIN, Ronald. **Levando os Direitos a Sério**. Tradução: Nelson Boeira. 3ª. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **A raposa e o porco-espinho: justiça e valor**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014-A.

_____. **O Império do Direito**. Tradução: Jeferson Luiz Camargo. Revisão Técnica: Gildo Sá Leitão Rios. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014-B.

GODOY, Miguel Gulano de. **Devolver a Constituição ao Povo: crítica à supremacia judicial e diálogos interinstitucionais**. 09 de junho de 2015. Tese – Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2015.

HART, Herbert. **O Conceito de Direito**. Trad.: Antônio de Oliveira Sette-Câmara. São Paulo: Martins Fontes, 2012

MACEDO, José Arthur Castillo de. **Democracia, Constituição e maioria penal**. Disponível em:

<<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/democraciaconstituicao-e-maioridade-penal-2oezvnm9gcjodvj7v44f0cfax>>. Acesso em: 15/04/2015.

MENDES, Conrado Hübner. **Controle de constitucionalidade e democracia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

_____. **Direitos Fundamentais, Separação de Poderes e Deliberação**. São Paulo: Saraiva, 2011.

THOREAU, Henry David. **A desobediência civil**. Tradução: Sérgio Karam. Porto Alegre: L&PM, 1997.

O DIREITO PENAL DO INIMIGO E SEU ROMPIMENTO COM AS BASES PRINCÍPIOLÓGICAS DO DIREITO

Mariana Hazt Lencina (marianahaztl@gmail.com)

Lucas Grando Menegotto (lucas.grando19@gmail.com)

Prof. Dra. Candida Joelma Leopoldino (candida.leopoldino@ifpr.edu.br)

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apontar alguns princípios que seriam danificados com a aplicação do Direito Penal do Inimigo proposto por Günther Jakobs, famoso jurista alemão. Utilizando-se tanto da obra de Jakobs, como de doutrinadores contrários a tal teoria, tentar-se-á entender a formação do Direito Penal do Inimigo e o problema em separá-lo de um direito penal do cidadão. Ao tentar diferenciar pessoas merecedoras de direitos e garantias processuais daqueles que não possuem caráter de cidadão para tanto, tem-se uma quebra com o Estado Democrático de Direito e os princípios norteadores do Direito Penal.

Palavras-chave: Direito - Inimigo – Cidadão – Jakobs – Princípios.

Abstract: The present work aims to point out certain principles which would be damaged with the application of the criminal law of the enemy by Günther Jakobs, famous German jurist. Using mainly the book from Jakobs, as scholars opposed to such a theory, it will be going to try to understand the formation of the criminal law of the enemy and the problem in separate it from a criminal law. When trying to differentiate people deserving of rights and procedural guarantees to those who do not have character of citizen for so much, a break with the democratic State of law and the guiding principles of criminal law.

Key-words: Law – Enemy – Citizen – Jakobs – Principles.

1. Introdução

Günther Jakobs, através de fundamentos filosóficos, apresenta uma nova vertente do Direito Penal, passando a ser considerada uma outra vertente do direito penal. Através de grandes filósofos como, por exemplo, Hegel, Hobbes, Kant e Rousseau, Jakobs argumenta a criação de um sistema de processamento diferenciado para aqueles considerados inimigos do Estado. Estes inimigos se colocam fora do pacto social através de suas reincidências nas práticas delitivas, bem como por seu alto nível de periculosidade.

O direito penal do cidadão confere ao autor do fato garantias e direitos que deverão ser respeitadas no processo penal, para que, após sua condenação existam medidas menos rígidas que restabeleçam ideia de segurança fornecida pelo contrato social.

Por outro lado, o direito penal do inimigo será dirigido aos indivíduos que se mostram persistentes nos cometimentos de delitos, sujeitando-os a retirada do caráter de pessoa e sendo tratados meramente como inimigo, com

verdadeiras mitigações de direitos e grau máximo de reprovação estatal. Tal intervenção deverá ocorrer antes mesmo da prática delitativa, pois trata-se de um direito direcionado ao futuro e não aos cometimentos de fatos passados. Busca-se, segundo Jakobs, a manutenção da ordem e do sentimento de segurança em sociedade, o que não poderia ser garantido com o inimigo, em decorrência da sua periculosidade, devendo ser, então, coagido.

O presente artigo busca entender quais os principais impactos nos princípios norteadores do direito penal, frente à teoria criada por Jakobs. Através das aplicações do direito penal do inimigo, proposto por Günther Jakobs, os direitos e garantias assegurados pelo direito penal “do cidadão” são mitigados para aqueles indivíduos específicos. O que se propõe explicar são alguns dos principais princípios que sofrem mitigações por meio da teoria proposta por Jakobs.

2. Desenvolvimento

2.1. Preceitos iniciais acerca do Direito Penal do Inimigo

O Direito Penal do Inimigo torna-se, através de Günther Jakobs, uma outra modalidade do Direito Penal, vez que é direcionado aos inimigos reincidentes do Estado, que por diversas vezes colocam em risco a vigência da norma (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p. 35).

A resposta estatal prevista ao indivíduo pelo comportamento criminoso, trazida por Jakobs, motiva-se principalmente pela falta de segurança que tal pessoa, ou melhor, ‘não-pessoa’, apresenta à sociedade, considerando suas reincidências delitivas e o perigo que apresenta à manutenção da ordem. Günther Jakobs cria, com sua tese, um direito que se aplica antes da conduta delitiva, buscando punir e extinguir o perigo antes da demonstração de possíveis riscos à validade da norma (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p.39).

Em sentido oposto à essência do Estado Democrático de Direito, o Direito Penal do Inimigo de Jakobs claramente despreza os Fundamentos constitucionais que regem o ordenamento jurídico pátrio. Isso porque, Günther Jakobs, jurista alemão, traz como base de sua teoria lastros de filósofos, como, por exemplo, ideais de Hegel, Hobbes, Kant e Rousseau (JAKOBS; MELIÁ, p. 25-30).

É principalmente em Hobbes que Jakobs tem inspiração para formação de sua Teoria. Hobbes, nas palavras de Jakobs (2007, p. 27):

“Em princípio, mantém o delinquente em sua função de cidadão: o cidadão não pode eliminar, por si mesmo, seu status. Entretanto, a situação é distinta quando se trata de uma rebelião, isto é, de alta traição: Pois a natureza deste crime está na rescisão da submissão, o que significa uma recaída no estado de natureza... E aqueles que incorrem em tal delito não são castigados como súbditos, mas como inimigos”.

Para Hobbes, existem delitos específicos, de elevada importância, que podem levar ao indivíduo ser considerado um inimigo, abdicando de seu *status* de cidadão. A base apresentada por Hobbes muito representou na teoria

proposta por Jakobs, já que, observadas as características do inimigo, este deixará de ser tratado como cidadão, em seus direitos e garantias, já que desconsiderou seus deveres. (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p. 32-33)

Ainda, acerca dos participantes do contrato social, Rousseau (2003, p.26) explica a formação do pacto social:

“No que concerne aos associados, adquirem coletivamente o nome de povo, e se chamam particularmente cidadãos, na qualidade de participantes na autoridade soberana, e vassallos, quando sujeitos às leis do Estado”.

Para Rousseau, deverão ser tratados, de certo modo, os criminosos como os inimigos de Jakobs, afinal, para a manutenção da segurança proposta pelo Estado ao contratante, é preciso consentir com a morte, se necessário. Nesse raciocínio, Rousseau afirma que o criminoso, ao ferir o contrato social, declara guerra à ele e deixa de ser um associado, através de seu rompimento ao tratado, resultando em sua punição, através do exílio ou mesmo da morte (ROUSSEAU, 2003, p. 24).

Jakobs, assim como Hegel, percebe na pena uma forma de restabelecer o direito, ou a vigência da norma que sofreu o dano. “*Para Hegel, a pena é a lesão, ou melhor, a maneira de compensar o delito e recuperar o equilíbrio perdido*” (BITTENCOURT, 2015, p. 288). É através da pena que Jakobs percebe a possibilidade de garantir a sensação de segurança do Estado, uma vez quebrada pelo comportamento do delinquente (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p. 23).

Assim, através das bases filosóficas e do Contrato Social, o inimigo de Jakobs retorna ao seu estado de natureza ao romper com o pacto social firmado, devendo ser eliminado para garantia da manutenção da norma, considerando que sua delinquência nega o direito posto (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p. 35-36)

2.2. Os princípios do Direito Penal frente à teoria de Günther Jakobs

Jakobs, em sua obra, não utiliza como essência a proteção a bens jurídicos para definir o direito penal, mas sim em uma preocupação com a ‘vulnerabilização’ da vigência da norma (Bittencourt 125). Como explica Bittencourt, “*para Jakobs, o verdadeiro bem jurídico penal a ser protegido é a validade fática das normas, porque somente assim se pode esperar o respeito aos bens que interessam ao indivíduo e ao convívio social*” (BITTENCOURT, 2015, p. 126).

Através de suas concepções acerca da vigência da norma, todo associado ao contrato deve fazer seu papel no Estado, assegurando a este seu comportamento favorável às normas às quais se submeteu. Em momentos nos quais o cidadão descumpra a norma, não perde seu caráter, ou sequer sua obrigação estatal, de modo que haverá uma intervenção após o cometimento do fato, como forma de garantir a segurança jurídica e normativa (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p. 33).

Ocorre que este Direito Penal descrito somente será aplicado aos cidadãos que não tem o costume de cometer crimes. O Direito Penal do Inimigo de Jakobs é um Direito Penal mais agressivo, direcionado àqueles que devem ser considerados inimigos, ante a reincidência e a insegurança que provocam no ordenamento jurídico (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p. 43).

Portanto, a segunda definição de direito penal, o direito penal do inimigo, deixa de considerar o criminoso habitual como pessoa. Ele perde as garantias e direitos assegurados pelo Estado, de modo que seu julgamento será com base não em fatos passados, mas no combate a novas práticas infracionais. A diferenciação entre o direito penal do cidadão e o direito penal do inimigo é clara para Jakobs: o cidadão, apesar do delito cometido, ainda proporciona uma garantia cognitiva mínima de sua continuidade na submissão às normas impostas, mantendo ainda seu direito de ser considerado pessoa (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p. 33). Já o inimigo não apresenta essa garantia cognitiva mínima, representando perigo e devendo ser neutralizado (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p. 43).

Ao escrever sobre o assunto, Zaffaroni, o qual demonstra-se contrário ao direito penal do inimigo sustentado por Jakobs, explica que a negação do caráter de pessoa ocorre não a partir privação de direitos, mas sim do seu tratamento como algo perigoso, necessitado de “*pura contenção*” (2007, p. 18).

A proposta de Jakobs não é punir o autor do fato pelo delito, mas despersonalizar e tratar do indivíduo como um risco à sociedade. O resultado é uma extensão da punição, afinal, após cumprir a pena pelo fato, continuará sendo punido por ser considerado uma ameaça, pelo temor do Estado de que este ser volte a delinquir (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p.44).

Em sua crítica, Zaffaroni (2007, p. 18) clarifica essa característica do direito penal do inimigo:

“A privação da liberdade – ou a deportação – de uma pessoa em razão de um quarto ou um quinto delito de gravidade leve ou média contra a propriedade, quando essa pessoa foi condenada e cumpriu pena pelos delitos anteriores, é uma reação totalmente desproporcional à entidade de seu injusto e de sua culpabilidade e, portanto, o sofrimento que se lhe impõe é uma pena entendida como mera contenção, um encerramento que cria um puro impedimento físico; trata-se de uma espécie de enjaulamento de um ente perigoso.”

A ideia de ressocialização do sentenciado é derrubada quando afirma-se necessário punir diante da periculosidade por seu histórico criminal, principalmente pelo fato de que a pessoa já cumpriu sua pena com o Estado. Ainda que o sistema penal brasileiro siga em caminho contrário ao da recuperação do apenado, continuar perseguindo o indivíduo por sua dívida já paga com o Estado e com a sociedade fere a segurança jurídica, afinal em algum momento aquele ser humano precisa deixar de ser punido.

Pode-se concluir que a identidade do inimigo não se restringe no seu passado delituoso, mas vai além, atingindo determinados grupos sociais, religiosos ou étnicos. A partir do momento que Jakobs separa o Direito Penal

do Cidadão, dedicado ao bom cidadão, do Direito Penal do Inimigo, direcionado ao mau indivíduo, há um “*etiquetamento*” daquele que é considerado merecedor de direitos no Estado Democrático de Direito e uma identificação dos inimigos, que merecem restrições a esses direitos.

As observações de Zaffaroni (2007, p.20) acerca da ideia de segurança em detrimento da coação daquele que apresenta perigos à sociedade são claras e preocupantes:

“Sem prejuízo de voltar ao tema para demonstrar que essa incompatibilidade não é apenas intuitiva, tampouco se pode passar por cima do fato de que o tratamento a um ser humano como coisa perigosa que ameaça a segurança ou a certeza acerca do futuro não se limita a despersonalizar apenas quem é tratado dessa maneira. Observando mais detidamente a questão, convém advertir que priorização do valor segurança como certeza acerca da conduta futura de alguém, e mais ainda sua absolutização, acabaria na despersonalização de toda a sociedade”.

As bases concretas do Direito Penal são esquecidas na teoria sustentada por Jakobs. Quando se fala em direito penal do cidadão, tem-se primeiramente a prática do fato delitivo para sua posterior punição estatal. Alguns princípios norteiam tal afirmação, como por exemplo o princípio da intervenção mínima, afinal o Direito Penal deve ser a *ultima ratio*, somente intervindo se não houver nenhum outro meio de controle social suficiente para proteção dos bens jurídicos (BITTENCOURT, 2015, P. 54)

A *ultima ratio* perde sua força. A partir deste princípio, entende-se que direito penal é a intervenção mais rigorosa do Estado, devendo ser aplicado de forma ponderada. Para Jakobs, o Direito Penal interviria à qualquer indicio de periculosidade do indivíduo. Ainda, não bastasse a ação estatal anterior ao fato, as penas, segundo Gunther, devem ser altas e desproporcionais, ante as características do autor do comportamento delituoso (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p.44). As barreiras criadas ao Direito Penal pela Constituição Federal são desfeitas em cada defesa teórica de Gunther Jakobs.

Do mesmo modo, o princípio da lesividade se perde ao se deparar com o inimigo. Através de seus fundamentos, tal princípio traria maior segurança à garantia de punição posterior ao fato delitivo, delimitando ainda mais a atuação do Estado. Nesse sentido, Rogério Greco (2016, p.101) complementa sua definição ao citar Oscar Emilio Sarrule:

“As proibições penais somente se justificam quando se referem a condutas que afetem gravemente a direitos de terceiros; como consequência, não podem ser concebidas como respostas puramente éticas aos problemas que se apresentam senão como mecanismos de uso inevitável para que sejam assegurados os pactos que sustentam o ordenamento normativo, quando não existe outro modo de resolver o conflito”.

A lesividade deveria remeter-se à necessidade da pena, ou seja, da punição, quando realmente há uma ruína intolerável ao bem jurídico tutelado pelo Estado. Pela tese formulada por Jakobs, no Direito Penal do Inimigo, o que se busca punir é o indivíduo com alto grau de periculosidade objetivando a

prevenção, a proteção antes mesmo da próxima prática delitiva que possa apresentar perigo ou cause efetivamente o dano (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p.35).

Não pode haver uma generalização quanto ao direito penal, considerando que não são todos os bens jurídicos que merecem proteção, tampouco todos os danos a eles causados serão punidos (BITTENCOURT, 2015, p. 99). Dentro das bases norteadoras da intervenção mínima estatal, unindo-se aos fundamentos do princípio da lesividade, o princípio da fragmentariedade esmiúça um pouco mais a aplicação do direito penal, conforme explica Cezar Roberto Bittencourt (2015, p.99):

“O Direito Penal limita-se a castigar as ações mais graves praticadas contra os bens jurídicos mais importantes, decorrendo daí o seu caráter fragmentário, uma vez que se ocupa somente de uma parte dos bens jurídicos protegidos pela ordem jurídica”.

Há mais uma desconstrução de fundamentos que está inserida na ideia de Gunther e se relaciona com o princípio da culpabilidade. Segundo este princípio, a tutela jurisdicional será aplicada após a análise da reprovabilidade da conduta perpetrada pelo agente. Como significado de crime, tem-se o fato típico, ilícito e culpável, e essa culpabilidade será sopesada por sua reprovação jurídica, considerando a possibilidade de comportamento diverso por parte do agente no caso concreto (GRECO, 2016, p. 141). Todavia, como já mencionado, segundo Gunther Jakobs (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p.44), o inimigo deve ser eliminado por sua periculosidade, antes da nova prática delitiva.

Seguindo um viés totalmente oposto, o Direito Penal do Inimigo de Jakobs trata os criminosos que são considerados inimigos como verdadeiros perigos ao ordenamento jurídico, devendo ser combatidos e neutralizados (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p.35). Com essa visão, o Estado não espera a exteriorização do comportamento, a lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico, de forma que antecipará a punição diante da periculosidade do autor, deixando de considerar a sua culpabilidade, já que delito ainda não ocorreu.

Outra base do nosso ordenamento jurídico é o princípio da legalidade determina as previsões positivas para o delito e a pena correspondente. Esse princípio traz a lei como fonte principal do direito penal e é assegurado pelo inciso XXXIX do artigo 5º da CF. Conforme sustenta Rogerio Greco (2016, p. 145), “*por intermédio da Lei existe a segurança jurídica do cidadão de não ser punido se não houver uma previsão legal criando o tipo incriminador, ou seja, definindo as condutas proibidas (comissivas ou omissivas), sob ameaça de sanção*”. Todavia, se o indivíduo que é considerado uma ameaça deve ser neutralizado, isso ocorrerá, para o Direito Penal do Inimigo, antes das condutas definidas em lei se concretizarem (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p.44). Pode-se concluir que há uma ofensa ao princípio da legalidade, considerando que, para casos específicos, quando considerados de alto risco, não haverá uma

necessidade de tipificação da conduta, já que a neutralização do inimigo servirá para manutenção da norma, antes que esta seja abalada.

No que se refere à aplicação da sanção, a proporcionalidade da pena, nas teses de Gunther Jakobs, também apresentará uma distorção com ordenamento jurídico pátrio. Sua intenção seria que, nos casos aos quais se aplica o direito penal do inimigo, as penas deveriam ser agravadas e antecipadas, independentemente de sua proporcionalidade, passando a considerar, na prática, as características da alta periculosidade de delinquência do autor (JAKOBS; MELIÁ, 2007, p. 67).

No direito penal do cidadão, as sanções penas serão aplicadas valorando a proporcionalidade ao delito perpetrado (JAKOBS; MELIA, 2007, p. 33). A forma pragmática do princípio da proporcionalidade ao caso concreto estaria evidenciada no critério trifásico de aplicação da pena, no qual individualiza a conduta e o agente que a praticou (GRECO, 2016, p. 126).

Uma das vertentes decorrentes desse princípio é a proibição do excesso, como bem observa Rogerio Greco (2016, p. 126):

“Por meio do raciocínio da proibição do excesso, dirigido tanto ao legislador quanto ao julgador, procura-se proteger o direito de liberdade dos cidadãos, evitando a punição desnecessária de comportamentos que não possuem a relevância exigida pelo Direito Penal, ou mesmo comportamento que são penalmente relevantes, mas que foram excessivamente valorados, fazendo com que o legislador cominasse, em abstrato, pena desproporcional à conduta praticada, lesiva a determinado bem jurídico”.

A proposta do direito penal do inimigo é uma quebra com o princípio da proporcionalidade e a clara permissão do excesso nos casos em que o agente, não-cidadão, apresente habitualidade e elevado nível de periculosidade.

Aos inimigos do Estado, seria aplicado um *'punitivismo'* desproporcional, de forma que possam ser contidas as práticas delitivas reiteradas, unindo-se, inevitavelmente ao direito penal simbólico, conforme expõe Meliá (2007, p. 64):

“Assim, por exemplo, quando se introduz uma legislação radicalmente punitivista em matéria de drogas, isso tem uma imediata incidência nas estatísticas da persecução criminal (isto é, não se trata de normas meramente simbólicas, de acordo com o entendimento habitual) e, apesar disso, é evidente que um elemento essencial da motivação do legislador, na hora de aprovar essa legislação, está nos efeitos simbólicos, obtidos mediante sua mera promulgação. E, ao contrário, também parece que, normas que em princípio poderiam ser catalogadas de meramente simbólicas passam a ensejar um processo penal real”.

Ora, como bem demonstra Meliá, evidente que a motivação do legislador ao dar uma resposta à sociedade tem efeitos graves, desencadeando processos criminais que tornam-se uma pena ao ser humano. Portanto, trata-se de grave incitação à ideia de que aos inimigos do estado cabem agravantes penais de modo a quebrar o princípio da proporcionalidade.

Outros princípios também se mostram fragilizados no direito processual penal, através da teoria sustentada por Jakobs. O princípio da presunção da

inocência, previsto expressamente na Constituição Federal, em seu artigo 5º, LVII, não incide no direito penal do inimigo, uma vez que este busca neutralizar o indivíduo reincidente, antes que possa comprometer a segurança em sociedade. Acerca deste princípio, Aury Lopes Júnior (2014, p. 218) enfatiza sua relevância:

“Sob a perspectiva do julgador, a presunção da inocência deve(ria) ser um princípio de maior relevância, principalmente no tratamento processual que o juiz deve dar ao acusado. Isso obriga o juiz não só a manter uma posição “negativa” (não o considerando culpado), mas sim ter uma postura positiva (tratando-o efetivamente como inocente)”.

Para Jakobs, os inimigos ao serem processados por seu modelo de direito processual penal sofrerão sérias restrições a direitos e garantias individuais. Se em um processo penal cabe a acusação provar os fatos imputados ao acusado, no direito penal do inimigo caberá ao indivíduo provar que não o fez. As prisões preventivas, que em nosso ordenamento são medidas extremas, tornar-se-iam a antecipação da condenação, podendo ter seu tempo alargado por prazo absurdamente maiores. Lamentavelmente isso já se encontra presente em nosso ordenamento jurídico.

Assim, por conclusão, verifica-se que, para Jakobs, o processo penal torna-se o início da pena para quem delinque e, pelo grau de periculosidade apresentada, deixa de ser cidadão. Através da percepção das características do direito penal do inimigo proposto por Jakobs, ainda que para aplicação em casos específicos, denota-se que não existem bases constitucionais ou sequer garantias individuais. A proposta é tratar pessoas como seres repugnantes, que merecem ser neutralizados para que não apresentem riscos à vigência da norma. Se isso for, em algum momento permitido, haverá precedentes para legitimar “*um sistema de máxima intervenção ilimitada*” (BITTENCOURT, 2015, p. 126).

3. Conclusão

Gunther Jakobs apresenta um novo Direito Penal. Através de suas teorias, o cidadão e o inimigo merecem tratamentos diferenciados no cometimento de delitos. Para a formação do inimigo, existem características que devem ser identificadas, como a reincidência e o nível de periculosidade que apresenta. Essas características inevitavelmente formarão perfis, diante da irresponsável aplicação da teoria, e esses perfis relacionar-se-ão a pessoas que sofrerão restrições de direitos por sua inserção social e étnica.

O presente artigo tem por conclusão a quebra do Estado Democrático de Direito através da tese sustentada por Jakobs. Ainda que existam alguns institutos jurídicos enquadrados nos aspectos apresentados por Gunther, não se deve possibilitar que determinadas pessoas tenham garantias pré-definidas, enquanto outras, por seu perfil e reincidências tenham direitos mitigados. No

Estado Democrático de Direito não é compatível com tais ilimitados poderes de intervenção estatal através do Direito Penal.

Em quaisquer casos de aplicação do direito penal do inimigo, por mais excepcionais que sejam as propostas, danificam-se as bases constitucionais arduamente conquistadas. A cada prática sustentada por Jakobs, afastam-se os princípios norteadores do ordenamento jurídico brasileiro e verifica-se a formação de um Estado totalitário, que tanto se busca evitar.

Em um primeiro momento, o direito penal do inimigo é direcionado somente aos delinquentes que mostram-se reincidentes e autores de delitos gravemente reprováveis, como por exemplo, membros de grupos armados e terroristas. Todavia, ao legitimar que um ou outro grupo mereça a mitigação dos direitos e o cerceamento da ampla defesa, estarão sendo derrubadas colunas formadas pelos princípios constitucionais e garantias, construídas após muito tempo de luta.

Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral 1. 21.ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

GRECO, Rogério. Curso de direito penal – Parte Geral. 18.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2016.

JAKOBS, Günter; MELIÁ, Manuel Cancio. Direito penal do inimigo, noções e críticas. Org. e Trad. por André Luis Callegari e Nereu José Giacomolli. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

LOPES JR., Aury. Direito processual penal. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social. Coleção A Obra Prima de Cada Autor. São Paulo – SP: Editora Martin Claret, 2003.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. O inimigo no direito penal. Trad. Sérgio Lamarão. 2a ed. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2007.

O ENFERMEIRO E O CUIDADO AO IDOSO HOSPITALIZADO

Silvia Heck(silvia_heck@hotmail.com)
Mariane Signor (mari.signor@hotmail.com)
Marcia Domênica Cunico Barancelli (marcia.domenica@ifpr.edu.br)
Instituto Federal do Paraná - Campus Palmas

Resumo: Com o crescente aumento da população idosa, conseqüentemente subiu o número da ocorrência de doenças crônicas e com morbidades nessa população, gerando maior índice de hospitalização, exigindo maior atenção da enfermagem. O presente artigo teve como objetivo identificar os aspectos relevantes ao cuidado da enfermagem no idoso hospitalizado. O estudo ocorreu através de uma revisão integrativa, selecionando artigos da base de dados BIREME. Os profissionais de enfermagem têm como funções preservar a autonomia do idoso, garantir um cuidado de qualidade através de uma visão holística e dar um suporte quando o prognóstico não for positivo. O enfermeiro, a família e o próprio idoso através de um trabalho conjunto conseguem planejar e almejar resultados mais positivos no cuidado e na recuperação.

Palavras Chave: Cuidado, enfermagem, idoso, hospitalizado.

Abstract: With the increasing elderly population, consequently increased the number of occurrence of chronic diseases and morbidities in this population, generating higher hospitalization rate, requiring more attention from nurses. This study aimed to identify the relevant aspects of the care of nursing in hospitalized elderly. The study took place through an integrative review, selecting articles BIREME database. Nursing professionals have the functions to preserve the independence of older people, ensure quality care through a holistic and give support when the prognosis is not positive. The nurse, the family and the elderly themselves through working together can plan and aim for more positive results in the care and recovery.

Keywords: Care, nursing, elderly, hospitalized.

1 Introdução

A população está envelhecendo mundialmente, entretanto a sociedade ainda revela dificuldade no manejo dessa população, segundo Almeida (2008, p.02). Com a aceleração do crescimento demográfico ocorreu respectivamente um aumento na prevalência de doenças crônicas, necessitando, dessa forma, de cuidados e hospitalização. (ALMEIDA, 2008, p.02).

Fernandes (2011, p.57) afirma que o idoso possui uma diminuição da eficiência dos sistemas respiratórios, circulatório, sensorial, nutricional, o que gera comprometimento do fluxo sanguíneo e, conseqüentemente, leva a uma deficiente oxigenação, nutrição e hidratação dos tecidos. Destacam-se por possuir um maior risco para Úlcera por Pressão, por evidenciarem: pele frágil,

desnutrição, redução da sensibilidade, maior predisposição a problemas crônicos de saúde e a presença de fatores intrínsecos, tais como, alteração na eliminação, na nutrição, na circulação, na sensibilidade da pele, no nível de consciência e na mobilidade.

O enfermeiro responsável pela prática do cuidado ao idoso no ambiente hospitalar tem apresentado dificuldades para garantir uma assistência com qualidade devido a alguns fatores, dentre eles a carga horária elevada, grande número de pacientes por profissional e diferentes cargos regidos pelo mesmo. Percebe assim, a impossibilidade de desenvolver o cuidado individualizado e integral que garanta a qualidade e a segurança do idoso hospitalizado. Vale ressaltar que o cuidado não se refere apenas a questão técnica e sim a humanização no atendimento. A equipe de enfermagem não deve valorizar somente a patologia e sim o humano num todo, desde as emoções, sensações e alterações físicas, anatômicas e fisiológicas, que frequentemente não estão associados somente à causa da hospitalização, mas é uma associação entre a doença, o estar doente, o processo de cuidar e a recuperação da saúde. (ALMEIDA, 2008, p.03).

Brum (2005, p.1020) aborda que o cuidado merece destaque, pois envolve um agir, uma atitude do enfermeiro integrado por duas formações: a pessoal e a profissional. Cuidar para ele é a verdadeira atenção à saúde humana, conceituada como o estado de bem-estar físico, psíquico e social, o qual engloba a busca da cura das doenças, como também a palição quando a cura já não é possível, dessa forma, proporciona um fim de vida sem dores e sem sofrimento desnecessário e assim mantêm a dignidade da pessoa humana.

Portanto este estudo tem como objetivo identificar os aspectos relevantes ao cuidado da enfermagem no idoso hospitalizado.

2 Desenvolvimento

O envelhecimento da população torna-se cada vez mais visível, o grupo de pessoas acima de 60 anos é cada vez maior, visto que a redução da fecundidade e o aumento da expectativa de vida contribuem diretamente para a estrutura etária atual da população brasileira. A população idosa no Brasil em 2000 correspondia a 8,6% da população total, cerca de 15 milhões de pessoas. (ALMEIDA, 2011, p.02), já em 2012, a população idosa constitui-se de 12,1% da população. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2015) em seu Relatório Mundial de Saúde e Envelhecimento o Brasil deve chegar, até a metade do século, a 30 % o índice de pessoas acima dos 60 anos, assim enquanto a quantidade de idosos vai duplicar no mundo até 2050, ela triplicará no Brasil.

A epidemiologia acompanha o processo de envelhecimento da população sendo que as doenças infectocontagiosas tiveram a sua incidência reduzida, enquanto que as crônico-degenerativas não transmissíveis passam a

prevalecer. Os idosos são mais acometidos sobre essas doenças principalmente as incapacitantes de origem cardiovascular, neurológica e respiratória exigindo que os serviços de saúde estejam preparados para atender as demandas desse perfil epidemiológico. Essa população acaba usufruindo mais dos serviços hospitalares de forma intensiva, necessitando de tratamentos mais prolongados, sua recuperação é mais lenta e constitui um importante risco para a sua vida. (GONÇALVES, 2012, p.50). A hospitalização acaba gerando uma diminuição da capacidade funcional e mudança na qualidade de vida, podendo ser irreversível. (SIQUEIRA, 2004, p.688).

As pesquisas apontam a necessidade de reduzir a incidência de efeitos adversos e complicações na saúde dos idosos hospitalizados como infecções, complicações relacionados com o repouso prolongado, ocorrências iatrogênicas, isolamento social, quedas, fraturas, infecção com aspiração e infecções em sonda nasogástrica e nasoenteral, flebite em cateter venoso periférico e/ou cateter venoso central, bacteremia em sonda vesical de demora, entre outros. Tais ocorrências podem ser reduzidas e evitadas por meio de educação permanente da equipe multiprofissional, com uma prática baseada em evidências teóricas e práticas. (GONÇALVES, 2012, p.54). (SANTOS, 2009, p.813) (SANTOS, 2013, p.112).

Santos (2001, p.27), afirma que a enfermagem no cuidado ao idoso deve dar uma atenção especial aos recursos individuais do idoso, sendo que ele necessita de ajuda profissional para manter a sua autonomia, integração social, autoestima, individualidade, valorização e integridade.

É necessário proteger e promover a saúde do idoso, prevenir as complicações, atender as necessidades de saúde, manter a identidade e autonomia do paciente, evitar isolamento social e deterioração da personalidade, atender no ponto de vista físico, social e psicológico, reduzir a sua inatividade física, proporcionar condições para o autocuidado, desenvolver novas capacidades, estimular a participação de atividades do seu meio e na coletividade. (SANTOS, 2001, p.100).

Gonçalves (2012, p.68) e Santos (2001, p.100) abordam que alguns cuidados realizados individualmente, conforme a necessidade de cada paciente, promovem a sua recuperação e aumentam a qualidade de vida em seus diferentes aspectos, sendo esses:

A locomoção: com o objetivo de evitar ou retardar a atrofia musculoesquelética e articular, osteoporose, fraturas traumático espontâneas, e o surgimento de úlceras de decúbito. A respiração que facilita a oxigenação ideal, evitando bronco- aspiração e demais reações inerentes a doenças respiratórias. A alimentação e hidratação buscando atender as necessidades proteico- calóricos. A digestão estimulando hábitos de alimentação saudável e cuidados técnicos específicos aos pacientes em uso de sondas. A circulação buscando prevenir tromboembolismo postural, flebites traumáticas e lesões ulcerativas cutâneas. A proteção cutânea e manutenção da integridade cutânea, estimulando alimentação e hidratação adequada, realizando a prevenção a úlceras em indivíduos com restrições na locomoção ou acamados.

O raciocínio e a memória possibilitando manter a mentalidade ativa e atuante através da estimulação de memória recente, hábito de leitura, participação de atividades que estimulem memória e raciocínio. A afetividade através de conversas em grupo, com respeito, aceitação e estima, estimulando também para o autocuidado e reintegração familiar. A depressão e angústia, onde orienta-se manter idoso ativo, atento e participante, com atenção a continuidade da vida. A dificuldade para concentração permitindo ao idoso um ambiente calmo e tranquilo que permita ele estimular a visão e audição e a desorientação no tempo e espaço buscando manter relógios, calendários visíveis, janelas amplas para identificar dia e noite e até a comemoração de datas importantes.

Sales (2007, p.497) afirma que a enfermagem em sua prática tem um papel importante na prevenção de agravos, promoção e proteção da saúde, visando a prevenção de incapacidades, mantendo a funcionalidade e a qualidade de vida, principalmente nos idosos hospitalizados.

Assim, este estudo busca através da revisão integrativa identificar todos esses aspectos relevantes ao cuidado.

Segundo Souza (2010, p.103), a revisão integrativa determina:

“...o conhecimento atual sobre uma temática específica, já que é conduzida de modo a identificar, analisar e sintetizar resultados de estudos independentes sobre o mesmo assunto, contribuindo, pois, para uma possível repercussão benéfica na qualidade dos cuidados prestados ao paciente.”

Ainda para este autor, a revisão integrativa compreende algumas etapas como: identificação do tema e a formulação da questão de pesquisa, elaboração dos critérios de inclusão e exclusão de artigos, avaliação e análise dos artigos selecionados na pesquisa, interpretação e discussão dos resultados obtidos e a apresentação da revisão.

A partir destas etapas este estudo tem como objetivo identificar os aspectos relevantes ao cuidado da enfermagem no idoso hospitalizado.

Portanto realizou-se a busca de artigos científicos para análise através da base de dados BIREME, no período de setembro de 2014, com as seguintes palavras chaves: “Cuidado”, “Enfermagem”, “Idoso”, “Hospitalizado”. Os critérios de inclusão foram texto completo disponível, limite idosos e o idioma português. A busca resultou em um total de doze (12) artigos sendo utilizado como critérios de exclusão: artigos que abordavam outros profissionais, problemas éticos e outros assuntos não relacionados com o cuidado específico ao idoso hospitalizado. Restaram, dessa forma, cinco (5) artigos para a análise deste estudo.

Foram identificados cinco artigos científicos a partir da busca realizada neste estudo para análise.

A tabela abaixo apresenta as especificações de cada um dos artigos:

Tabela 1. Características das bibliografias utilizadas para os resultados e discussões sobre o cuidado de enfermagem ao idoso hospitalizado.

Ano	Autores	Metodologia	Base de dados	Objetivo
2005	BRUM,A.K.R; TOCANTINS,F .R; SILVA,T.J.E.S.	Qualitativo	BIREME	Refletir sobre o significado do cuidar do idoso hospitalizado na realidade de enfermagem e identificar necessidade de cuidados do idoso hospitalizado quando não se tem expectativa de recuperação.
2008	ALMEIDA, M.A ET AL.	Quantitativo	BIREME	Identificar os diagnósticos de enfermagem prevalentes na prática assistencial de idosos hospitalizados; comparar os diagnósticos de enfermagem prevalentes com o tempo de hospitalização; e os cuidados prescritos para os respectivos diagnósticos.
2008	SANTOS,C.T; OLIVEIRA,M. C; PEREIRA,A.G. S; SUZUKI,L.M; LUCENA,A.F	Qualitativo	BIREME	Comparar os dados notificados em sistema de indicador de qualidade de qualidade assistencial de úlceras de pressão (UP).
2005	PENA,S.B; DIOGO, M.J.D.E.	Qualitativo	BIREME	Identificar e analisar os fatores que favorecem a participação do acompanhante durante a hospitalização do idoso.
2011	CARRETA, M.B; BETTINELLI, L.A; ERDMANN, A.L	Reflexivo	BIREME	Refletir sobre o cuidado da enfermagem e a autonomia do ser humano na condição idoso hospitalizado.

Fonte: Pesquisa dos autores, 2014.

Brum (2005, p.1020) em seu estudo relata que a população está envelhecendo, desta forma, foram aprovadas a Lei nº 8842, de 4 de janeiro de 1994 e o Decreto nº 1948, de 3 de julho de 1996, regulamentando a Política Nacional do Idoso. Para o autor o profissional de enfermagem, bem como a sociedade tem a visão do idoso como um ser improdutivo, doente, inválido e ultrapassado em fase final da sua vida, sem objetivos e esperança.

Através da relação interpessoal a enfermagem torna-se o sujeito do agir voltado para o outro, onde planeja e implementa a sua assistência, com a intencionalidade de ajudar. Assim, o enfermeiro mesmo quando não há expectativa por parte do paciente idoso hospitalizado valoriza o ser humano em sua existência e necessidade de cuidados. (BRUM, 2005, p.1021).

Carreta (2011, p.959) em sua pesquisa afirma que os idosos são os responsáveis pelo maior número de hospitalização, visto que esta acarreta uma desestruturação física e emocional.

Um número elevado de idosos que se encontram hospitalizados possuem complicações que mesmo com os aparatos eletrônicos de alta tecnologia diagnóstica não geram uma expectativa de recuperação. Sendo que a tecnologia já não terá tanta importância nessas situações. A experiência profissional como enfermeira tem mostrado que o idoso recebe assistência igualmente de toda a equipe caracterizando-o como fora da possibilidade terapêutica, distanciando assim o cuidado prestado a ele. Para a sua recuperação é necessário que a enfermagem dê apoio e ajuda na cura, como também nos cuidados paliativos. A enfermagem deve considerar o idoso como pessoa com seus valores, crenças e experiências. (BRUM, 2005, p.1022).

A perda da autonomia do idoso no processo de hospitalização faz com que o profissional sinta-se autorizado a decidir, orientar, prover e administrar a vida do paciente deixando de vê-lo como pessoa com necessidades, valores, experiências e intenções próprias. (CARRETA, 2011, p.960).

O profissional deve promover a coparticipação do idoso durante a sua hospitalização na rotina de atendimento afirma Carreta (2011, p.960). Em seu estudo ele ainda coloca que quando há uma investigação e a interpretação correta sobre a expectativa do paciente, pode-se mudar a condução dos cuidados prestados a ele. A autonomia do idoso hospitalizado preserva a sua integridade e individualidade, baseada nos seus valores, crenças e objetivos particulares que necessitam ser respeitados. O enfermeiro pode contribuir para a construção da autonomia do idoso e na sua participação na tomada de decisões sobre as suas necessidades de atenção ou cuidado à sua saúde. O cuidado requer respeito na tomada de todas as decisões sobre a doença e o corpo do paciente, respeitando a dignidade humana como prática do cuidado hospitalar. Brum (2005, p.1023) enfatiza que deve-se proporcionar conforto físico e bem estar, com compromisso ético e profissional. O enfermeiro pode ajudar o idoso a enfrentar a situação vivida estabelecendo através da conversa um apoio emocional, um estímulo para enfrentar a situação vivida da internação e a não expectativa de recuperação.

Em seu estudo Brum (2005, p.1024) coloca que os enfermeiros costumam estabelecer um vínculo social somente com os idosos comunicantes verbais e gestuais corroborando assim no cuidado físico, como também no não físico. Já nos serviços prestados as pessoas idosas que não se comunicam, que ocorre principalmente nos Serviços de Terapia Intensiva, onde a maioria dos pacientes não estão lúcidos, o enfermeiro limita-se a atender apenas as necessidades físicas como: higiene, curativos, prevenção de úlceras de decúbito e alimentação, visto que tem dificuldades para manter uma relação social com esse grupo.

O acompanhante pode ser a ferramenta essencial quando age em parceria com a enfermagem. Sua participação no cuidado ocorre através da observação e reprodução dos cuidados realizados pelos enfermeiros quando necessário. Além de estar presente como acompanhante pode ser orientado quanto ao seu papel de cuidador leigo. O profissional de enfermagem e o acompanhante devem estabelecer um diálogo harmonioso e uma troca de

conhecimento sobre a atual situação do paciente e os seus hábitos, bem como auxiliar com o conhecimento anterior que possui sobre o idoso. Durante a hospitalização o acompanhante poderá estar atento e informar o enfermeiro sobre qualquer alteração que o idoso apresentar, como também adquirir experiência e conhecimento sobre a atual condição de saúde do paciente e quais os cuidados que deverão ser prestados após a sua alta hospitalar. A presença do familiar ajudará o idoso enfrentar as mudanças ocorridas, como também as limitações advindas do seu estado de saúde. (PENA, 2005, p.664).

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) têm aumentado com a mesma proporção que a expectativa de vida, gerando uma preocupação com a prevenção e a adoção de novas políticas públicas para essas doenças que incapacitam e limitam os idosos. As incapacidades funcionais e a dependência do idoso implicam tanto na família, na comunidade, no sistema de saúde, como na vida do idoso, ocasionando maior vulnerabilidade. (CARRETA, 2011, p.959).

Santos (2013, p.117) aborda em seu estudo sobre os fatores de predisposição as úlceras de pressão (UP), sendo que ela dificulta a recuperação do paciente e causa sofrimento. As doenças cerebrovasculares, cardiovasculares, crônico- degenerativas, neoplásicas, geniturinárias e metabólicas são as mais prevalentes nos idosos hospitalizados apresentando assim, maior risco para o surgimento das úlceras por pressão (UP). Paralelamente os pacientes acometidos por Acidente Vascular Encefálico (AVE), doença crônico- degenerativa, cardiovascular e cerebrovascular apresentam mobilidade diminuída ou até mesmo permanecem acamados tendo maior predisposição para úlceras por pressão. Os idosos acometidos de neoplasias possuem dificuldades para se alimentar, gerando risco para desenvolvimento de UP. Em doenças geniturinárias a prevalência da umidade ocasiona macerações que podem levar a UP, dessa forma, é importante a frequente higienização dos pacientes. Nas doenças metabólicas a nutrição desequilibrada diminui o peso corporal salientando mais as proeminências ósseas aumentando o risco de UP, quando aumenta o peso o risco deve-se ao excesso de tecido adiposo que diminui a vascularização e a elasticidade.

Conforme Almeida (2008, p.04) durante a hospitalização os cuidados voltados à higiene corporal e os cuidados diários são o foco do conforto e o bem estar do paciente.

A nutrição tem extrema importância na promoção, manutenção e na recuperação da saúde, no envelhecimento os idosos perdem o interesse em preparar e ingerir alimentos, sendo importante identificar o padrão nutricional do idoso e comunica-lo sobre a importância da dieta. (ALMEIDA, 2008, p.04).

O autor Almeida (2008, p.05) ainda enfatiza que as chances do idoso adquirir infecção hospitalar, principalmente no trato urinário, pneumonia e sepse durante a sua internação pode ser evitada com rotina de cuidados com as sondas, rotinas de troca de curativos de punção e a observação para sinais de infecção na inserção do cateter.

Deve-se atentar a alterações anatômicas e funcionais do aparelho respiratório levando em consideração fatores agravantes como tabagismo,

fatores ambientais e doenças pulmonares prévias. Dentre os cuidados de enfermagem para o padrão respiratório está a monitorização da saturação de oxigênio, manter cabeceira da cama elevada, oferecer oxigenoterapia se necessário, monitorar padrão respiratório e comunicar alterações. (ALMEIDA, 2008, p.05).

3 Considerações finais

O envelhecimento da população e o aumento das doenças crônicas não transmissíveis tem gerado um grande número de hospitalização da população idosa, sendo estes os principais usuários dos serviços de saúde.

A hospitalização acarreta em uma vulnerabilidade do idoso, que acaba sendo afastado de sua vida social e encontra-se na maioria das vezes com incapacidades e limitações.

Na maioria das vezes a autonomia dos idosos não é preservada, sendo que os profissionais acabam decidindo por estes, não incluindo o paciente em seu tratamento. É necessário que a equipe de enfermagem, como prestadora de cuidados a partir das necessidades dos idosos, os considere como indivíduos com valores, crenças, experiências, necessidades e intenções próprias.

A presença do acompanhante ou familiar durante a internação ajuda o idoso no enfrentamento da situação encontrada, sendo também uma parceria da equipe de enfermagem nos cuidados prestados a ele, bem como na continuidade do cuidado ao idoso após sua alta.

As tecnologias já não se fazem tão importantes quando o idoso se encontra em condições que não geram expectativas de vida e recuperação. Diante disto, o enfermeiro torna-se essencial para promover conforto e bem estar oferecendo apoio emocional.

Referências

- ALMEIDA, A.B.A; AGUIAR, M.G.G; A dimensão ética do cuidado de enfermagem ao idoso hospitalizado na perspectiva de enfermeiros. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, São Paulo, v.13, n.1, p. 42-49. 2011.
- ALMEIDA, M.A; *et all*. Diagnósticos de enfermagem e intervenções prevalentes no cuidado ao idoso hospitalizado. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, Bahia, v.16, n.4. 2008.
- BRUM, A.K.R; TOCANTINS, F.R; SILVA, T.J.E.S. O enfermeiro como instrumento de ação no cuidar do idoso. **Revista Latino Americano de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v.13, n.6, p.1019-1026. 2005.
- CARRETTA, M.B; BETTINELLI, L.A; ERDMANN,A.L. Reflexões sobre o cuidado de enfermagem e a autonomia do ser humano na condição de idoso hospitalizado. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.64, n.5, p.958-962. 2011.

- FERNANDES, M.G.M; COSTA, K.N.F.M; SANTOS, S.R; PEREIRA, M.A; OLIVEIRA, D.S.T; BRITO, S.S. Risco para úlcera por pressão em idosos hospitalizados: aplicação da escala de Waterlow. **Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v.20, n.1, p.56-60. 2012.
- GONÇALVES, L.H.T; TOURINHO, F.S.V. **Enfermagem no cuidado ao idoso hospitalizado**. São Paulo: Editora Manole Ltda, 2012.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde. Organização Mundial de Saúde. 2015. Disponível em: <http://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf> Acesso em 05 set. 2016.
- PENA, S.B; DIOGO, M.J.E. Fatores que favorecem a participação do acompanhante no cuidado ao idoso hospitalizado. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, São Paulo, v.13, n.5, p.663-669. 2005.
- SALES, F.M; SANTOS, I. Perfil de idosos hospitalizados e nível de dependência de cuidados de enfermagem: identificação de necessidades. **Texto e Contexto de Enfermagem**, Florianópolis, v.16, n.3, p.495-502. 2007.
- SANTOS, C.T; OLIVEIRA, M.C; PEREIRA, A.G.S; SUZUKI, L.M; LUCENA, A.F; Indicador de qualidade assistencial úlcera por pressão: análise de prontuário e de notificação de incidente. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Rio Grande do Sul, v.34, n.1, p.111-118. 2013.
- SANTOS, J.C; CEOLIM, M.F. Iatrogenias de enfermagem em pacientes idosos hospitalizados. **Revista Escola de Enfermagem**, São Paulo, v.43, n.4, p.810-817. 2009.
- SANTOS, S.S.C. **Enfermagem gerontogeriatrica reflexão à ação cuidativa**. São Paulo: Robe Editorial, 2001.
- SIQUEIRA, A.B. *et al.* Impacto funcional da internação hospitalar de pacientes idosos. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v.38, n.5, p.687-94. 2004.
- SOUZA, M.T.; SILVA, M.D; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v.8, n.1, p.102-106. 2010.

O INSTITUTO DA MEDIDA DE SEGURANÇA: EM QUE MEDIDA HÁ SEGURANÇA?

ou

Breve análise do instituto da medida de segurança e o princípio da dignidade humana

Autora: Juliana Eloize Magro (juliana_eloize@hotmail.com)¹

Coautora: Rafaela Gubert Cherobin (rafaela_cherobin@hotmail.com)²

Orientadoras: Francieli Maria de Lima e Jaqueline Fátima Roman³

^{1,2} Alunas do Curso de Direito do Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

³ Professoras do Curso de Direito do Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

Resumo: Esse artigo aborda um importante tema do direito penal que é a medida de segurança de internação em hospital psiquiátrico, instituto destinado à pessoa que praticou fato descrito como crime e diagnosticado com algum tipo de transtorno psíquico, os denominados inimputáveis e semi-imputáveis. Da medida de segurança serão abordados os pressupostos; conceituação; fundamentos; princípios, tudo sob o princípio da dignidade da pessoa humana. A realidade dos estabelecimentos destinados aos doentes mentais no Brasil não será ignorada pois, muitas vezes a violação cotidiana aos direitos humanos e ao princípio da dignidade da pessoa humana se fez/faz presentes na vida dos doentes mentais. Também, a partir da lei n° 10.216 de 2001, o estudo procura mostrar um pouco de esperança aos indivíduos com transtornos mentais, para que sejam tratados a partir do princípio da dignidade humana, mediante ajuda profissional especializada, podendo viver de maneira decente e em segurança.

Palavras-chave: medida de segurança – doença mental - dignidade

Abstract: This article addresses an important issue of criminal law that is the hospital security measure in a psychiatric hospital, institute for the person who committed fact described as crime and diagnosed with some type of mental disorder, the incompetent and called semi-attributable. Security measure assumptions will be addressed; conceptualization; foundations; principles, all under the principle of human dignity. The reality of institutions for the mentally ill in Brazil will not be ignored because often the daily violation of human rights and the principle of human dignity has been done / is present in the lives of the mentally ill. Also, from the law n. 10,216 2001, the study attempts to show a bit of hope to individuals with mental disorders, so that they are treated from the principle of human dignity by professional expert help and can live decently and safely.

Keywords: security measure - mental illness - dignity

Introdução

O presente trabalho correlaciona os temas da medida de segurança e a dignidade da pessoa humana. Explicita os fundamentos e princípios desses institutos, conceituando-os.

Trata em um primeiro momento dos pressupostos da medida de segurança: inimputabilidade; semi-imputabilidade e periculosidade. Após, diferenciará pena e medida de segurança, que apesar de se originarem do mesmo gênero, possuem objetivos e finalidades diferentes, que na prática, não são tão visíveis.

Olhar o inimputável que violou a lei e por isso é submetido à aplicação da medida de segurança, como pessoa humana, sujeito de direitos, deve anteceder qualquer outra medida. Qualquer deficiência que a pessoa humana tenha e que por esse motivo a torne incapaz de compreender o caráter ilícito de suas ações, ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, não pode subjugá-la ao desamparo dos direitos humanos. Ao contrário, essa pessoa está em maior vulnerabilidade e por isso, sua dignidade humana deve ser observada rigorosamente, é o que determinada a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948: “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos”.

Para se compreender as violações a dignidade dos doentes mentais, se abordará um pouco do cotidiano dos doentes mentais nos locais de “tratamento”. Contextualizar a história dos hospitais psiquiátricos (hospícios, manicômios, asilos, colônias dentre outros nomes atribuídos) escancarando a realidade ali vivenciada por indivíduos indefesos fadados a morte lenta e cruel.

Por fim, se demonstrará que a preocupação com a observância do princípio da dignidade da pessoa humana vem ganhando força jurídica. O advento da lei n. 10.216 de 2001, que procura dar tratamento mais humanizado aos submetidos à medida de segurança.

1 Pressupostos da medida de segurança: inimputabilidade; semi-imputabilidade e periculosidade

Segundo o conceito tripartite de crime, adotado pela doutrina majoritária no Brasil, crime é “fato típico, antijurídico e culpável”. Ou seja, para se dizer que um crime ocorreu, se faz necessário que um ser humano (crime é fato humano) pratique uma conduta (dolosa ou culposa) através da qual (nexo) viole um bem protegido pela Lei penal (tipicidade) produzindo um resultado (normativo ou naturalístico), contrário ao ordenamento jurídico (antijuridicidade) que possa ser atribuído a quem o praticou (culpabilidade).

Assim, nota-se que para a teoria tripartite somente há crime se presentes os três substratos: fato típico, ilícito e culpável. Desses substratos do crime, para os objetivos desse artigo, importa apenas um dos elementos da culpabilidade, a saber, a imputabilidade.

Estudar a imputabilidade é importante, pois aos imputáveis pode-se atribuir a prática de crime, porque culpáveis, enquanto que aos inimputáveis

não se pode atribuir a prática criminosa, visto que a imputabilidade é pressuposto da culpabilidade. Faltando a culpabilidade, não há crime.

Imputável, na definição de Zaffaroni “é aquele que tem capacidade de entender, diante de suas condições psíquicas, a antijuridicidade de sua conduta e de adequar essa conduta à sua compreensão” (1977, p. 464). Trata-se a imputabilidade de uma aptidão psíquica, de sanidade mental, que faz com que o agente tenha a capacidade de compreender que o fato que pratica viola um bem jurídico protegido pelo direito penal, e de determinar-se de acordo com isso. Assim, aqueles a quem falta essa capacidade, são denominados inimputáveis.

Conforme prevê o Código Penal (Dec. Lei n. 2848 de 1940 e suas alterações), são, inimputáveis aqueles que por presunção legal possuem desenvolvimento mental incompleto (artigo 27 do Código Penal – menores de 18 anos); os indivíduos em embriaguez fortuita completa (artigo 28, § 1º) e aqueles que possuem doença mental, desenvolvimento mental incompleto e desenvolvimento mental retardado, esses submetidos à medida de segurança, previstos no artigo 26 do Código Penal:

Art. 26 - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Parágrafo único - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

A ausência de imputabilidade (total ou parcial) apenas, não é suficiente para aplicação da medida de segurança, é necessária a periculosidade. Quando um agente viola um bem jurídico tutelado pelo direito penal, nasce para o estado o direito a atribuir a essa agente uma sanção penal, que se diferencia de acordo com a capacidade de entendimento do agente: se o agente é imputável, receberá uma pena; se é inimputável, medida de segurança. A periculosidade do inimputável portador de anomalia psíquica, que comete um ilícito penal, é presumida por lei. Nesse sentido o artigo 97 do Código Penal que dispõe que é obrigatória a aplicação de medida de segurança ao inimputável:

Art. 97 - Se o agente for inimputável, o juiz determinará sua internação (art. 26). Se, todavia, o fato previsto como crime for punível com detenção, poderá o juiz submetê-lo a tratamento ambulatorial.

Já ao semi-imputável, poderá ser aplicada tanto uma pena, de forma diminuída, ou medida de segurança – uma vez que o Brasil adotou o sistema vicariante ou unitário, pelo qual somente se pode aplicar pena ou medida de segurança, sem cumulação.

Nesse sentido, afirma Mirabete:

A lei presume a periculosidade dos inimputáveis, determinando a aplicação da medida de segurança aquele que cometeu o ilícito e se apresenta nas condições do art. 26 (art. 97) nesse caso a aplicação da medida de segurança é obrigatória, não podendo ser dispensada apenas porque o agente já está sendo voluntária e particularmente submetido a tratamento. No que diz respeito ao semi-imputável, a periculosidade pode ser reconhecida pelo juiz, que invés de aplicar a pena, a substitui pela medida de segurança (2000, p. 363).

Nota-se que a medida de segurança se apoia no conceito de periculosidade, que basicamente é o perigo do agente reiterar na prática criminosa. Ou seja, não basta o agente ser inimputável nos termos do artigo 26 do Código Penal, tem que ser demonstrada a periculosidade que diz respeito à probabilidade do agente praticar ou reincidir num fato típico e ilícito. Nas palavras de Salo de Carvalho:

Do ponto de vista formal, a periculosidade – amparada no discurso médico-psiquiátrico – restará adstrita à identificação do inimputável psicológico, sujeito incapaz de compreensão da ilicitude do fato e de determinação conforme as expectativas do direito e, portanto, irresponsável criminalmente (2013, p. 274).

Para aplicação da pena ao imputável, analisa-se a culpabilidade enquanto que para o inimputável e ao semi-imputável submetido à medida de segurança, a periculosidade. Nesse sentido, Cardoso:

A periculosidade é aferível mediante um juízo projetado para o futuro, enquanto a culpabilidade se verifica mediante um juízo voltado para o passado (2012, p. 49).

2 Sanção penal: medida de segurança e pena

A medida de segurança é espécie de sanção penal, aplicada ao doente mental que cometeu um ilícito penal, que tem caráter terapêutico, ou seja, seu objetivo é o tratamento do agente através de cuidados médicos psiquiátricos em lugar apropriado (ambiente hospitalar) e com a indispensável presença de familiares para o restabelecimento de vínculos afetivos.

Ao aplicar a medida de segurança o julgador deve preocupar-se com a obtenção da cura do agente causador do ilícito penal, encaminhando-o para um tratamento psiquiátrico - nota-se que se visa a cura, e na impossibilidade dessa, que pelo menos sejam minimizados os efeitos da anomalia psíquica - bem como com a segurança da sociedade, quando observa o risco desse agente cometer outro ilícito penal.

Surgiu, portanto, fundamentada na defesa social. Defesa social que segundo Baratta (2013) tem sua origem ideológica na revolução burguesa sendo adotada pelo setor penal. Para o autor ela está baseada em alguns princípios: da legitimidade do estado no controle social; do bem e do mal, sendo o indivíduo o mal e a sociedade o bem; da culpabilidade, atitude reprovável de indivíduos sem valores; da prevenção, ou seja, prevenir que

novos crimes sejam cometidos; da igualdade, a mesma pena para todos e do interesse social e do delito natural, quando os crimes cometidos ofendem os interesses protegidos por toda uma coletividade.

Pena e medida de segurança não se confundem, mas se aproximam em vários aspectos, como por exemplo, na proteção de bens jurídicos relevantes. Ambas são espécies do gênero sanção penal. Pela brevidade desse trabalho, não serão abordados aspectos relacionados às penas em geral, mencionando-as somente de forma comparativa no que se aproximam ou se distanciam do objeto de estudo, a saber, da medida de segurança.

No que se refere às penas, Cesare Beccaria em seu livro *Dos Delitos e das Penas* (2011), no capítulo sobre a origem das penas, afirmava que deveriam haver meios poderosos para coibir delitos e que esses meios deveriam ser as penas infringidas a infratores. Contudo, ponderava:

O conjunto de todas as pequenas porções de liberdade é o fundamento do direito de punir. Todo o exercício do poder que se afastar dessa base é abuso e não justiça; é um poder de fato e não de direito; é uma usurpação e não mais um poder legítimo (2011, p. 27).

A pena é uma resposta estatal ao agente que violou a lei penal. No Brasil, hoje, as penas tem finalidade retributiva, preventiva e ressocializadora ou reeducativa. A finalidade retributiva visa punir o agente pelo seu ato delituoso, a preventiva objetiva evitar novos fatos criminosos e ressocializadora, a reeducar o sujeito ativo do crime para a vida social. Nesse sentido, a medida de segurança difere-se da pena, porque tem finalidade preventiva ou curativa, não possuindo qualquer finalidade retributiva. A função primordial da medida de segurança é a prevenção, tanto para coibir novos crimes quanto para oferecer tratamento ao agente.

3 O Princípio da dignidade da Pessoa Humana como fundamentador da medida de segurança

Em tempos passados, não tão distantes assim, não era raro que os doentes mentais, com desenvolvimento mental incompleto ou retardado, bem como menores de idade fossem enviados a prisão comum, juntamente com aqueles que possuíam desenvolvimento mental completo. Sem dúvidas, eram acometidos de todos os tipos de violações em decorrência de sua condição psíquica e incapacidade.

O Código Criminal do Império do Brasil (1830) trazia que não seriam julgados criminosos: “(...) 2º loucos de todo o gênero, salvo se tiverem lucidos intervallos, e nelles commetterem o crime (...)” (Carvalho, 2013, p. 276). E o decreto lei n. 1.132/1903: “Art. 10: É proibido manter alienados em cadeias publicas ou entre criminosos.”

Essa situação levou a criação dos manicômios judiciários que apesar de serem considerados um avanço em relação à situação anterior, o que se verificou com o passar do tempo não foram grandes melhorias.

Centenas de exemplos comprovam que os hospitais onde os doentes psiquiátricos eram alocados não cumpriam nem minimamente o seu papel, qual seja, reabilitar/recuperar o doente. Claro, a não ser que seu único objetivo fosse tirar o indivíduo do convívio social.

A conclusão acima é obtida a partir da leitura do livro: *Holocausto Brasileiro: Genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil*, de Daniela Arbex, que aborda o cotidiano de violações ocorrido no o hospital de custódia, denominado Colônia, localizado em Barbacena, Minas Gerais. A citada obra, riquíssima em depoimentos de ex-pacientes e ex-funcionários, revela uma parte trágica da história do Brasil no que se refere ao tratamento dado nos hospitais psiquiátricos.

Para o Colônia não foram levados somente doentes mentais. Para lá eram mandados todos os tipos de “indesejáveis”: alcoólatras, prostitutas, meninas engravidadas pelos patrões, esposas que eram trocadas pelas amantes, homossexuais, dentre outros. Isto tudo com o agravante da maioria deles não possuir diagnóstico algum que indicasse a necessidade de lá estarem.

Os recém-chegados à estação do Colônia eram levados ao setor de triagem. Lá, os novatos viam-se separados por sexo, idade e características físicas. Eram obrigados a entregar seus pertences, mesmo que dispusessem do mínimo, inclusive roupas e sapatos, um constrangimento que levava às lágrimas muitas mulheres que jamais haviam enfrentado a humilhação de ficar nuas em público. Todos passavam pelo banho coletivo, muitas vezes gelado. Os homens tinham ainda o cabelo raspado de maneira semelhante à dos prisioneiros de guerra (Arbex, 2013, p. 28).

Os pacientes do Colônia, tinham pouco ou quase nenhum tratamento médico. Aplicavam a eletroconvulsoterapia (eletrochoques) indiscriminadamente. “Às vezes, a energia elétrica da cidade não era suficiente para aguentar a carga. Muitos morriam, outros sofriam fraturas graves” (Arbex, 2013, p. 36). Na época de maior lotação, chegavam a morrer 16 pessoas por dia. Uma parte desses cadáveres foi vendida a universidades federais para estudos. Morriam de todo tipo de causa: fome, frio, em função da sujeira. Há relatos que a comida oferecida se assemelhava ao que se serve para porcos e eram obrigados a dormirem em camas de capim ou no chão frio.

Fome e sede eram sensações permanentes no local onde o esgoto que cortava os pavilhões era fonte de água. Nem todos tinham estômago para se alimentarem de bichos, mas os anos no Colônia consumiam os últimos vestígios de humanidade (Arbex, 2013, p. 47).

Esse manicômio atravessou o século XX, durou até os anos 80, quando se iniciaram movimentos de reforma psiquiátrica. Há registro também de ao menos, 33 crianças que viviam no local. Milhares de jovens perderam mais que seus dentes, perderam sua dignidade em manicômios espalhados pelo Brasil.

Franco Basaglia, psiquiatra italiano, visitou o Colônia em 1979, e sobre o qual deu declaração: “Estive hoje num campo de concentração nazista.

Em lugar nenhum do mundo, presenciei tragédia como esta.” (Arbex, 2013, p. 207). Este psiquiatra é um dos pioneiros da luta contra os manicômios judiciais. Foi criador de lei italiana que levou a abolição dos hospícios, a qual teve forte influência no Brasil e no Mundo.

Pelos relatos, verifica-se que muitos direitos dos doentes mentais foram violados nos hospitais psiquiátricos do Brasil. Dentre eles destaca-se o a violação da dignidade da pessoa humana, que está expressamente previsto na Carta Magna Brasileira como um de seus fundamentos (CF/88, art. 1º, III). Conforme Cardoso: “(...) a dignidade da pessoa humana possui, portanto, dupla função: proteger a dignidade de todos sem violar a dignidade dos submetidos à medida de segurança” (2012, p.18)

Registre-se que este princípio não pode ser renunciado, consiste num valor em si mesmo. Nesse sentido, o pensamento Kantiano:

No reino dos fins tudo tem um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa que tem um preço, pode-se pôr em vez dela qualquer outra coisa como equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo preço, e portanto não admite equivalente, então ela tem dignidade (KANT, 1997, p. 77)

O princípio da dignidade da pessoa humana, mostra-se um super-princípio que abarca um gama de outros, tais como: o princípio da legalidade ou reserva legal, o qual impõe que a lei deve prever a conduta, caso contrário não existe tipicidade; o princípio da proporcionalidade ou proibição do excesso em que a sanção, (duração e forma) não deve exceder o necessário; o princípio da igualdade (perante a lei), bem como o princípio da isonomia, que decorre da observância das desigualdades; e por fim o princípio da intervenção mínima, o qual coloca a aplicação do direito penal como a *ultima ratio*, caracterizando-o como o subsidiário aos demais direitos.

O princípio da dignidade da pessoa humana norteou no Brasil a luta pelo movimento antimanicomial que toma maior proporção na década de 80 com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e em 2001 com a lei n.10.216 que foi sancionada após 12 anos de tramitação.

Com a sanção da lei n. 10.216/01, tem-se o ponto de partida rumo a um tratamento mais humano. Essa lei dispõe sobre a proteção e direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e reorienta o modelo assistencial em saúde mental. Uma das principais mudanças é a vedação da internação em instituições com características asilares (art. 4º § 3º). O CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) é um grande aliado no acompanhamento e recuperação destas pessoas.

Em Santa Catarina funcionou por longo tempo o hospital psiquiátrico Colônia Santana, hoje IPq (Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina). Apesar de mudanças nos procedimentos e tratamento nestes hospitais, a desinternação não é muito aceita. Mas, conforme Foucault (1978), a internação sem prazo, o isolamento, torna o ser humano uma “coisa”, devendo a regra ser a excepcionalidade da internação.

Alguns frutos já são colhidos quando da implantação de residências terapêuticas. Valdemar que começou na roça aos 10 anos, foi alcoólatra, teve surtos e foi assassino, foi parar no Colônia Santana. Perdeu anos de sua vida no manicômio catarinense, mas hoje vive em uma residência terapêutica chamada Vida Nueva.

Valdemar, 50, não quer matar mais ninguém. Nem ter mulher. O flagra da traição, o assassinato e os anos no Custódia vivem na retina, com a imagem da professora que gritava quando ele não conseguia repetir o bê-á-bá, o dia que correu das aulas da 1ª série e nunca mais voltou à escola, os irmãos que riam do “retardado mental” e o trancavam no banheiro do pátio. E não questiona se por sorte ou merecimento, depois de viver as piores tragédias humanas: a rejeição, a violência, o abandono, vive num lugar que encena o paraíso. Entre o mar e as montanhas está a Vida Nueva, numa pequena enseada no sul de Palhoça. Lá não há chaves. (...) O jardim é extenso, dividido por pomares, hortas e uma piscina para quem teme o oceano. Na instituição recupera-se a identidade, é dado de volta o quarto, o nome e a privacidade. Não se sabe se estes homens conseguirão recuperar a vida, sabe apenas que recuperaram o direito de viver” (Torres, 2014)

Conclusão

Ao final do trabalho, tendo percorrido uma parte da história dos manicômios, hospitais de custódia, chegando às residências terapêuticas, é visível ao longo do tempo um lento avanço de resultados no que toca a finalidade da medida de segurança.

Não restam dúvidas de que muitas pessoas, doentes mentais ou não, sofreram violações nos estabelecimentos destinados a tratamento psiquiátrico no Brasil. Dessas pessoas foi retirada a dignidade e muitas vezes a vida. Verdadeiros crimes contra a humanidade aconteciam nesses locais.

A luta pelo movimento antimanicomial atinge todos os doentes mentais, inclusive aqueles que praticam ilícitos penais. No entanto, inegável é que para muitos, apesar de diferir da pena, a medida de segurança ainda é vista com cunho punitivo – que por certo, não deve ter. A reforma psiquiátrica que tem no esforço recente tentativa de humanizar o tratamento, reestabelecendo vínculos familiares, especializando o tratamento médico, implementando de maneira eficaz novos métodos de tratamento, ainda tem uma tarefa maior, desmistificar o doente mental, o enxergando como um indivíduo especial e sendo assim, com necessidades únicas.

Referências

ARBEX, D. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BARATTA, A. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: Introdução à sociologia do direito penal**. Tradução Juarez Cirino dos Santos. 6 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 de out. 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 11 jun. 2015.

_____, **Lei 1.132 de 22 de dezembro de 1903. Reorganiza a assistência a alienados**. Diário Oficial da União, RJ, 24 de dez. 1903. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1132-22-dezembro-1903-585004-publicacaooriginal-107902-pl.html>>. Acesso em 12 de jul. 2015.

_____, **Lei n. 10.216 de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental**. Diário Oficial de 09 de abril de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10216.htm> Acesso em: 09 jul. 2015.

_____, **Decreto Lei n. 2848 de 07 de dezembro de 1940. Código Penal**. Diário Oficial da União de 31 de dez. 1940 e retificado em 3 de jan. 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm>. Acesso em: 12 jul. 2015.

BECCARIA, C. **Dos delitos e das Penas**. Tradução Paulo M. Oliveira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

CASTILHO, R. **Direitos Humanos**. (Sinopses Jurídicas; v. 30) 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARDOSO, D. A & PINHEIRO, J. M. **Medidas de Segurança: ressocialização e a dignidade da pessoa humana**. Curitiba: Juruá, 2012.

CARRARA, L. S. **A história esquecida: os manicômios judiciais no Brasil**. Revista Brasileira Crescimento Desenvolvimento Humano. 2010; 20(1): 16-29. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/jhgd/article/viewFile/19939/22019>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

FOCAULT, M. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

KANT, I. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Edições 70: Lisboa, 1997.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal – Parte Geral**. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2000.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

TORRES, A. **Pacientes de hospitais de custódia vivem drama em Santa Catarina.** Notícia Publicada em 23/02/2014 no Jornal Online: Notícia do Dia. Florianópolis. (<http://www.ndonline.com.br/florianopolis/noticias/145741-pacientes-de-hospitais-de-custodia-vivem-drama-em-santa-catarina.html>). Acesso em 08 jul. 2015.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **Manual de Derecho Penal: parte general.** Buenos Aires: Ediar, 1977.

O PARTO HUMANIZADO E SUA IMPORTÂNCIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Suelen Golin Moras (sueelengolin.sg@gmail.com)
Gimene Cardozo Braga (gimene.braga@ifpr.edu.br)

Resumo: Este estudo tem por objetivo verificar na literatura a importância do parto humanizado. Trata-se de uma revisão integrativa realizada na Biblioteca Virtual em Saúde – BVS, em janeiro de 2016 com o cruzamento entre os seguintes descritores em saúde: *Parto Humanizado and Enfermagem Obstétrica e Humanização da Assistência and Enfermagem*. Como critérios de inclusão: artigos com texto completo, disponível, idioma português, assunto principal parto humanizado, artigos publicados entre 2010 e 2015; e de exclusão: artigos de revisão, teses e dissertações e aqueles que não abordavam a temática. Foram selecionados 11 estudos, e quanto ao tipo de estudo verificou-se que em sua maioria são qualitativos com 72,72% e somente 27,27% dos estudos são quantitativos. Referente ao local das pesquisas identificou-se que essas em sua maior parte 63,63% foram realizadas em hospitais contra 36,36% desenvolvidas em casa/centros de partos ou partos domiciliares. Os dados originaram as seguintes categorias: Educação em saúde e maior autonomia da parturiente, Acolhimento e vínculo profissional-parturiente, Vínculo mãe-bebê e amamentação, Estrutura física e Presença de acompanhante no parto. Pode-se concluir que a humanização do parto envolve autonomia da gestante, vínculo profissional-parturiente e mãe-bebê, bem como ambiente apropriado, direito do acompanhante, respeito dos profissionais, dentre outros.

Descritores: Parto humanizado; enfermagem obstétrica; Humanização da assistência; enfermagem.

Introdução

Parto humanizado ou a humanização do nascimento configura-se a partir da posição autônoma que a parturiente ocupa neste cenário. Neste sentido humanizar tem a ver com feminizar, dessa forma, trata-se do parto em que a mulher é protagonista do processo, sendo privilegiada de suas escolhas de forma a respeitar o ser humano que nasce (CASTRO, 2003, JONES, 2002).

Quando se fala em parto humanizado três questões são de grande importância como o respeito à mulher, ao bebê e a família. Os profissionais de saúde devem entender que o parto normal é uma condição fisiológica e que na maioria dos casos não há necessidade de intervenções (BRASIL, 2014).

É necessário modificar a lógica medicalizante do parto, que vêm sendo realizado em centros hospitalares os quais tratam o parto natural, não como uma expressão de saúde, e sim, de adoecimento. Com a hospitalização do nascimento tanto a parturiente quanto o bebê são expostos na maioria das

vezes á procedimentos e intervenções desnecessárias como a episiotomia, o uso de ocitocina, a cesariana, aspiração naso-faríngea, dentre outras, sendo então realizadas rotineiramente nos serviços (BRASIL, 2016).

O excesso de intervenções passa a não considerar os aspectos emocionais, humanos e culturais envolvidos no processo de parir, o que ocasiona no esquecimento de que a assistência ao nascimento é um caráter particular de cada indivíduo e que vai além do processo de adoecer e morrer (BRASIL, 2016).

É direito da gestante ter a presença de acompanhante em todos os momentos, e os profissionais devem promover um ambiente acolhedor e que proporcione segurança e tranquilidade a mesma, respeitar cada parturiente visando a sua individualidade. Além disso, no momento do nascimento deve-se permitir que a mãe e o bebê tenham contato imediato logo ao nascer, e que os mesmos permaneçam juntos em todo o momento de internação (BRASIL, 2014).

BRASIL (2016) aborda que o enfermeiro é o principal profissional capaz de realizar a mudança para a humanização do parto humanizado, sendo este profissional responsável pelo aumento de partos domiciliares e em centros de parto normal. O enfermeiro tem papel essencial no parto humanizado, pois é capaz de proporcionar à parturiente a assistência para um parto de baixo risco saudável, livre de iatrogenias, apoio psíquico, emocional, físico, utilizando todo o seu conhecimento técnico-científico para que as intervenções sejam somente utilizadas quando necessário (BRASIL, 2016).

A Resolução nº 0516/2016 do Conselho Federal de Enfermagem – COFEN garante que o enfermeiro pode prestar assistência ao parto natural de maneira fisiológica, sem distócia, bem como fazer uso de métodos alternativos para alívio de dor, preservação perineal, promovendo que a parturiente e o bebê sejam os protagonistas do parto. Dessa forma, o enfermeiro obstetra tem competência para acompanhar o processo fisiológico do nascimento, sendo que este contribui para que o processo de parir seja natural, reconhecendo quando há necessidade de cuidados especializados (COFEN, 2016).

Considerando a atualidade da questão o presente trabalho tem por objetivo verificar na literatura a importância do parto humanizado.

Desenvolvimento

Trata-se de uma revisão integrativa que se propõe analisar, sintetizar e identificar o resultado de estudos e publicações científicas de algum tema em específico. A revisão integrativa é formada por 6 fases: elaboração da pergunta norteadora, busca na literatura, coleta de dados, análise dos estudos incluídos, discussão dos resultados e apresentação da revisão integrativa. (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

A coleta de dados foi realizada através na base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde – BVS, no período de janeiro de 2016 sobre o parto

humanizado utilizando o cruzamento entre os seguintes descritores em saúde: *Parto Humanizado and Enfermagem Obstétrica e Humanização da Assistência and Enfermagem.*

A seleção dos artigos teve como critérios de inclusão: artigos com texto completo, disponível, idioma português, assunto principal parto humanizado, artigos publicados entre 2010 e 2015. Como caráter de exclusão: artigos de revisão, teses e dissertações e aqueles que após a leitura verificou-se que não abordavam a temática escolhida.

No Cruzamento *Parto humanizado and enfermagem obstétrica* foram encontrados 152 artigos, e 204 no cruzamento *Humanização da assistência and enfermagem.* Após utilizar todos os filtros restaram 112 artigos. Foram excluídos 9 artigos que estavam no idioma inglês, 42 foram repetidos, 1 que não foi possível realizar o download, e 34 artigos que o resumo estava fora do tema. 26 artigos foram lidos na íntegra, desses apenas 11 responderam a questão da presente revisão apresentados no Quadro 1.

Quadro 1- Identificação dos artigos selecionados

Nº	Título do artigo	Periódicos	Autores	Ano
1	Autonomia no parto normal na perspectiva das mulheres atendidas na casa de parto	Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste - Rene	BENTO; PEREIRA	2011
2	Vivências de puérperas sobre o contato com o recém-nascido e o aleitamento no pós-parto imediato.	Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online	SANTOS; AMORIM; SANTANA; LOPES	2012
3	Equipe de enfermagem e os dispositivos de cuidado no trabalho de parto.	Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online	SOUZA; FERREIRA; BARBOSA; MARQUES	2013
4	Práticas de enfermeiras para promoção da dignificação, participação e autonomia de mulheres no	Escola Anna Nery Revista de Enfermagem	SILVA; NASCIMENTO; COELHO	2015
5	Resultado de partos domiciliares atendidos por enfermeiras de 2005 a 2009 em Florianópolis SC	Revista de Saúde Pública.	KOETTKER; BRÜGGEMANN; DUFLOTH; KNOBEL; MONTICELLI	2012
6	Parto humanizado de adolescentes: concepção dos trabalhadores da saúde.	Revista de enfermagem UERJ.	BUSANELLO; KERBER; LUNARDI FILHO; LUNARDI; MENDOZA-SASSI; AZAMBUJA.	2011

7	Avaliação da estrutura e assistência em sala de pré-parto, parto e pós-parto imediato- PPP de um hospital universitário	Revista Ciência, Cuidado e Saúde.	STANCATO; VERGÍLIO; BOSCO.	2011
8	Direitos das parturientes: conhecimento da adolescente acompanhante.	Revista Saúde e Sociedade.	CARVALHO; KERBER, AZAMBUJA; BUENO; SILVEIRA; BARROS.	2014
9	Assistência materna e neonatal na casa de parto David Capistrano Filho, Rio de Janeiro, Brasil.	Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online.	PEREIRA; AZEVEDO; MEDINA; LIMA; SCHROETER.	2012
10	O enfermeiro no processo parir/nascer: estratégia de cuidado e humanização do parto.	Revista de Enfermagem da UFSM.	VELASQUE; PRADEBON, CABRAL.	2011
11	Percepção de puérperas acerca do cuidado de Enfermagem durante o trabalho de parto e parto	Revista de enfermagem da UERJ.	OLIVEIRA; RODRIGUES; GUEDES.	2011

Quando analisados quanto ao tipo de estudo verificou-se que os estudos são em sua maioria qualitativos com 72,72% sendo eles: 1, 2, 3, 4, 6, 8, 10 e 11, e somente três estudos, 27,27%, são do tipo quantitativo: 5, 7 e 9.

Após análise quanto o tipo de estudo esses foram agrupados de acordo com as categorias que indicavam a importância do parto humanizado, são elas: Educação em saúde e maior autonomia da parturiente, Acolhimento e vínculo profissional-parturiente, Vínculo mãe-bebê e amamentação, Estrutura física e Presença de acompanhante no parto conforme mostra o Quadro 2.

Quadro 2 – Análise das categorias

Artigos	Categorias
1,3, 4, 5, 6, 8, 9, 10 e 11	Educação em saúde, Maior autonomia da parturiente.
3, 4, 9, 10 e 11	Acolhimento, Vínculo profissional-parturiente.
2, 7 e 10	Vínculo mãe-bebê e amamentação.
4, 6, 7 e 8	Estrutura física.
1, 3, 4, 6, 7, 8 e 9	Presença de acompanhante no parto.

Referente ao local das pesquisas identificou-se que essas em sua maior parte 63,63% foram realizadas em hospitais 2, 3, 6, 7, 8, 10 e 11 e 36,36% em casa/centros de partos ou com equipes de partos domiciliares 1, 4, 5 e 9. Dessa forma, verifica-se que embora se discuta o ato medicalizante do parto, o hospital ainda é o espaço onde mais se realizam partos e onde o acesso a esse procedimento é maior.

Os artigos 1, 3, 4, 6, 8, 9, 10 e 11 apontam a educação em saúde e a troca de saberes entre os profissionais e as gestantes/parturientes como uma vantagem importante que favorece a realização do parto humanizado. Dentre as trocas de saberes surgiram as orientações referentes ao direito a presença de acompanhante, em relação ao parto em geral, cuidados com o bebê, o risco de depressão pós-parto, o autocuidado e também a utilização de métodos alternativos para o conforto e diminuição de desconfortos nas parturientes.

Os estudos 1, 4, 5, 8, 9, 10 e 11 abordam que a educação em saúde proporciona autonomia às parturientes, de forma que essas puderam escolher se queriam ou não acompanhante no momento de parir, escolher qual o tipo de parto, a posição mais confortável, e se queriam ou não ouvir algum tipo de música, pois estas tinham espaço para expressar seus desejos e opiniões.

Assim como aborda Ferreira et al (2013) a autonomia que hoje em dia faz parte da rotina das parturientes em seu momento de parir vem principalmente do conhecimento que se obtém através da educação em saúde desde o pré-natal até o momento do puerpério. Tal processo de educação em saúde das parturientes se dá por meio do diálogo, da comunicação, do conhecimento e interação entre os profissionais de saúde e as usuárias.

Os artigos 3, 4, 9 e 10 apontaram a importância do acolhimento pelos profissionais de saúde por meio do toque, diálogo entre a usuária e a equipe do serviço, escuta, responsabilidade e apoio emocional.

Assim entende-se que o acolhimento proveniente do profissional de saúde está presente desde a maneira escolhida para chamar as usuárias, da forma como estas se apresentam a elas e de como as informações são passadas, por meio da escuta e da valorização do feminino. Os profissionais devem acolher a parturiente, chamando-as como estas preferirem, ser um profissional calmo e passar segurança, trata-las com respeito, tornando-a real protagonista do parto (BRASIL, 2016).

Os artigos 3 e 11 aprofundam o tema apontando a formação de vínculo entre profissional e parturiente que se caracteriza pela relação de confiança, respeito, gratidão, empatia, apego, compreensão e escuta ativa, responsáveis pela humanização do parto.

Corroborando para que os profissionais de saúde atendam as parturientes com respeito, abordagem calma, confiante, de forma capaz de promover apoio físico e emocional, esclarecendo as possíveis dúvidas, de forma empática (BRASIL, 2016).

Além do vínculo profissional o parto tem que ser capaz de proporcionar um maior vínculo afetivo entre a mãe, a família e o bebê. Os artigos 2, 7 e 10 abordam essa temática e trazem que fatores como o contato imediato, amamentação, método canguru e o alojamento conjunto interferem positivamente na promoção de um melhor e maior vínculo.

Brasil (2016) aponta que a humanização do nascimento, pelo parto natural melhora o vínculo de mãe e bebê, este que por sua vez proporciona e estimula também o contato imediato entre ambos e o início do aleitamento materno.

A amamentação é apontada nos artigos 2, 7 e 10 como um ato de extrema importância vincular, principalmente quando realizada e estimulada na primeira hora do nascimento do bebê, para que este estimule o vínculo entre mãe e filho.

Segundo Rolinns et al (2016) a amamentação promove maior vínculo entre a mãe e o bebê, e influencia em sua vida prevenindo alguns agravos como otite, diarreias, e outros.

Victora et al (2016) também aborda em seu estudo que a amamentação promove benefícios não só para o bebê, mas também para a mãe na medida que auxilia na prevenção do câncer de mama, aumenta o intervalo interpartal e reduz o risco da mulher desenvolver diabetes ou câncer de ovário.

O objetivo do parto humanizado é propiciar a gestante e parturiente maior autonomia e preservação de sua privacidade, procurando atender a mesma com procedimentos que sejam benéficos, sem que se façam intervenções que sejam desnecessárias e que possam causar algum tipo de agravo tanto para a mãe quanto o bebê (BRASIL, 2001).

Os artigos 4, 6, 7 e 8 referem que para se ter um parto humanizado há de se proporcionar uma estrutura física adequada de forma a possuir boa iluminação, espaço adequado, higiene, temperatura, ambiente que proporcione privacidade a parturiente e ao acompanhante.

A presença do acompanhante um direito da gestante/parturiente é destacada e garantida pela política do parto humanizado e propicia a mesma carinho, segurança, bem estar da mãe e do bebê, suporte emocional e a participação em momento único junto a gestante conforme abordam os artigos 1, 3, 4, 6, 7, 8 e 9.

As parturientes sentem a necessidade de alguém próximo, algum familiar ou amigos no momento do parto. Sendo que quando estão sozinhas se sentem em um mundo distante, desprotegidas, com insegurança e falta de conforto pela ausência do acompanhante (FERREIRA et al, 2013).

Destarte verifica-se a importância do parto humanizado tanto para a mãe quanto para o bebê, pois é capaz de empoderar as mulheres de forma a fortalecer o vínculo com seu bebê proporcionando uma mudança na cultura do parto, e bem estar físico e psíquico.

Conclusão:

Pode-se se concluir que a humanização do parto envolve diversos fatores, como autonomia da gestante, vínculo entre profissional e parturiente, entre mãe e bebê, bem como ambiente apropriado, direito do acompanhante, respeito dos profissionais, dentre outros.

Os estudos apresentaram-se em sua maioria de maneira qualitativa e somente 27,27% desses são quantitativos. Quanto ao local verifica-se que o

hospital ainda é o local detentor do parto, mesmo quando o parto é humanizado, o que caracteriza a medicalização do parto.

Os dados apontaram o a Humanização no parto garante uma maior autonomia da parturiente por meio de ações de educação em saúde. Destaca-se que medidas de acolhimento proporcionam um maior vínculo profissional-parturiente e a importância da amamentação para se estabelecer o vínculo mãe-bebê.

Para se garantir humanização no parto tem que disponibilizar uma estrutura física adequada e se assegurar a presença de acompanhante no parto.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretriz Nacional de Assistência ao Parto Normal. Relatório de recomendação. 2016. Disponível em: <http://conitec.gov.br/images/Consultas/2016/Relatorio_Diretriz-partoNormal_CP.pdf>. Acesso em: 03 Mar. 2016

BRASIL. Ministério da Saúde. Humanização do parto e do nascimento. Cadernos Humaniza SUS/ Ministério da Saúde. Universidade Estadual do Ceará. 2014. v. 4. Disponível em: <http://www.redehumanizasus.net/sites/default/files/caderno_humanizasus_v4_humanizacao_parto.pdf>. Acesso em: 03 Mar. 2016

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher/ Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Área Técnica da Mulher. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd04_13.pdf>. Acesso em: 03 Mar. 2016

CASTRO, J. C. Parto humanizado na visão dos profissionais de saúde envolvidos com a assistência à saúde da mulher. 2003. 130 f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2003. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/22/22133/tde-24112005.../CASTRO_JC.pdf>. Acesso em: 03 Mar. 2016

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM – Resolução nº 0516/2016. Normatiza a atuação e a responsabilidade do Enfermeiro, Enfermeiro Obstetra e Obstetriz na assistência às gestantes, parturientes, puérperas e recém-nascidos nos Serviços de Obstetrícia, Centros de Parto Normal e/ou Casas de Parto e outros locais onde ocorra essa assistência; estabelece critérios para

registro de títulos de Enfermeiro Obstetra e Obstetrix no âmbito do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, e dá outras providências. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-05162016_41989.html>. Acesso em: 03 Mar. 2016

FERREIRA et al. Humanização do parto e nascimento: acolher a parturiente na perspectiva dialógica de Paulo Freire. Rev enferm UFPE on line. Recife, 2013. v.7 n.5 p. 1398-405. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermagem/Index.php/revista/article/download/3721/6112>>. Acesso em: 03 Mar. 2016.

HUMANIZAÇÃO DO PARTO. Nasce o respeito: informações práticas sobre seus direitos / Organização, Assessoria Ministerial de Comunicação ; Coordenação, Maísa Silva de Melo de Oliveira ; Redação, Andréa Corradini Rego Costa e Maísa Melo de Oliveira ; Revisão Técnica, Comitê Estadual de Estudos de Mortalidade Materna de Pernambuco. Recife: Procuradoria Geral de Justiça, 2015. p.34.

JONES, R. H. Humanização do Parto: qual o verdadeiro significado? **Amigas do parto**. Porto alegre, 2002. Disponível em: <<http://www.amigasdoparto.com.br/ac015.html>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

ROLINNS, N. C. et al. Por que investir e o que será necessário para melhorar as práticas de amamentação? Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 2016. Disponível em: <<http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/ess/v25n1/Amamentacao2.pdf>>. Acesso em: 03 Mar. 2016.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein, v. 8, n.1, jan/mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf>. Acesso em: 01 Out. 2015.

VICTORA, C. G. et al. Amamentação no século 21: epidemiologia, mecanismos, e efeitos ao longo da vida. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 2016. p:01-23 Disponível em: <<http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/ess/v25n1/Amamentacao1.pdf>>. Acesso em: 03 Jun. 2016

OLIMPÍADAS DE PORTUGUÊS E MATEMÁTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS: QUAIS AS CONTRIBUIÇÕES PARA O ENSINO- APRENDIZAGEM DOS ALUNOS?

Ericéli Levandoski Pereira (ericelly_levandoski@hotmail.com)

Jussara Isabel Stockmanns (jussara.stockmanns@ifpr.edu.br)

Natalia Luiza Giongo (natalia-giongo@hotmail.com)

Roberto Carlos Bianchi (roberto.bianchi@ifpr.edu.br)

RESUMO: Através desse artigo, intitulado Olimpíadas de Português e Matemática nas escolas públicas: Quais as contribuições para o ensino-aprendizagem dos alunos?. Busca-se explicar o que são as Olimpíadas de Português: Escrevendo o Futuro, e a Olimpíada de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP), programas incentivados pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com outros órgãos públicos e privados. Busca-se apresentar como acontecem, quais são os seus objetivos, e suas fundamentações, e também demonstrar de que forma podem contribuir para a melhoria da educação brasileira. No presente trabalho, apresenta-se a prática das olimpíadas escolares como uma das medidas do Estado que, pretensamente, visam à melhoria do ensino nas escolas públicas. Entende-se que a interação, a colaboração e a democracia são valores defensáveis tanto do ponto de vista cognitivo ou educativo quanto do ponto de vista da formação humana. A metodologia usada para desenvolver este trabalho, está baseado em pesquisas documentais e bibliográficas, e também em pesquisas de campo realizadas em escolas da rede pública de ensino que participam destas olimpíadas de língua portuguesa e matemática.

Palavras-chave: Olimpíadas de Português e Matemática, Escolas públicas, Educação.

ABSTRACT : Through this article, entitled Portuguese and Mathematics Olympics in public schools: What are the contributions to the teaching and learning of students ?. It seeks to explain what the Portuguese Olympics: Writing the Future, and the Mathematical Olympiad Public Schools (OBMEP) programs encouraged by the Ministry of Education (MEC) in partnership with other public and private agencies. Seeks to present as they happen, what your goals are, and their bases, and also demonstrate how they can contribute to the improvement of Brazilian education. In the present work, the practice of school Olympiads as one of the state measures which, allegedly, aimed at improving education in public schools. It is understood that the interaction, collaboration and democracy are defensible values of both the cognitive or educational point of view and from the point of view of human development. The methodology used to develop this work is based on documentary and bibliographic research, and also in field research conducted in public schools teaching that participate in these Portuguese language and mathematics Olympiads.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

Keywords: Portuguese and mathematics Olympiads. Education. Public schools. Contributions to education.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objeto de pesquisa as olimpíadas de português e matemática realizadas nas escolas em todo o território brasileiro.

A Olimpíada de Língua Portuguesa: Escrevendo o Futuro é um concurso de produção de textos para alunos e professores de escolas públicas brasileiras, do 5º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio. Esta atividade busca estimular os alunos das escolas públicas a se interessar pela leitura e a escrever melhor. Professores e alunos realizam oficinas de escrita e leitura, a partir de materiais pedagógicos distribuídos aos professores inscritos.

Este concurso procura contribuir para a melhoria da qualidade de ensino e para o aperfeiçoamento da escrita dos alunos das quarta e quinta séries do Ensino Fundamental (quinto e sexto anos do ensino básico de nove anos), das sétima e oitava séries do ensino fundamental (oitavo e nono anos do ensino básico de 9 anos) e segundo e terceiro anos do ensino médio.

Já a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) é um projeto criado para estimular o estudo da Matemática entre alunos e professores de todo o país. Promovida pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e pelo Ministério da Educação (MEC), é realizada pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) com o apoio da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM). Voltada para a escola pública, seus estudantes e professores, a OBMEP tem o compromisso de afirmar a excelência como valor maior no ensino público. Suas atividades vêm mostrando a importância da Matemática para o futuro dos jovens e para o desenvolvimento do Brasil.

2. As Olimpíadas de português e matemática

2.1 Olimpíadas de português: escrevendo o futuro

As Olimpíadas de Português foram criadas em 2002 pela Fundação Itaú Social e o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação CENPEC, Cultura e Ação Comunitária, têm como objetivo contribuir para a melhoria da leitura e escrita de estudantes de escolas públicas brasileiras. O Programa Escrevendo o Futuro transformou-se em política pública em 2008, por meio da parceria com o Ministério da Educação e a realização da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro. Além das instituições já citadas, fazem parte do programa os seguintes parceiros: Futura UNDIME, CONSED e parte da coordenação técnica CENPEC.

A Olimpíada de Português chega em 2016 a sua quinta edição. O tema escolhido para esta edição é “O lugar onde vivo”, que propicia aos alunos o objetivo de estreitar vínculos com a comunidade e aprofundar o conhecimento

sobre a realidade, contribuindo para o desenvolvimento de sua cidadania. Na última edição, realizada em 2014, foram recebidas 100.320 inscrições de professores, e o professor poderia se inscrever em mais de uma escola que lecionasse, assim como 46.639 escolas brasileiras participantes, 5.015 municípios participantes, e o número total de inscrições foi de 170.319, segundo informações retiradas do site Escrevendo o futuro.

Segundo (Escrevendo o Futuro) Podem participar do programa docentes e estudantes matriculados entre o 5º e o 9º ano do Ensino Fundamental ou em um dos três anos do Médio de escolas públicas. Os alunos de 5º e 6º anos participam no gênero Poema, os alunos de 7º e 8º anos desenvolvem textos de Memórias Literárias e os do 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º ano do Ensino Médio trabalham com Crônica. Os alunos do 2º e 3º ano do Ensino Médio desenvolvem o gênero Artigo de Opinião.

Para auxiliar os alunos, professores da rede pública ministram oficinas de técnicas de textos, gêneros literários, ortografia e leitura com todos os alunos das escolas inscritas, independente de selecionados ou não para concorrer.

A formação dos professores, sem dúvida, é um elemento essencial para que os alunos sejam estimulados a escrever mais e melhor. Já para os professores as olimpíadas propiciam qualificação para o ensino do idioma e levam os alunos ao aprimoramento na competência da escrita, por isso, a busca de estratégias diversificadas para a formação de docentes nessa área é tão importante.

De acordo com as informações do projeto os cem (100) primeiros professores que inscreverem seus alunos também receberão como material de apoio um DVD com a coleção da Olimpíada, material que apresenta a sequência didática para o ensino da escrita em quatro gêneros textuais. Os professores não contemplados com o DVD têm acesso a outros cursos online que funcionam como preparação para a olimpíada e estão disponíveis no site (Escrevendo o Futuro).

O objetivo das oficinas não é apenas orientar os alunos para escrever seus textos, mas dar condições para que todos adquiram proficiência na escrita. A finalidade é beneficiar não somente aqueles que concorrem na olimpíada, mas a todos, estimulando os alunos a produzir e aperfeiçoar seus textos.

De acordo (Escrevendo o Futuro) a Olimpíada de Português propõe também o resgate do significado da escrita, que muitas vezes, no ambiente escolar, fica atrelado apenas às notas. As pessoas escrevem com o objetivo de serem lidas, mas na escola a escrita pode se restringir ao objetivo de passar de ano (aprovar). A proposta de escrever como uma produção cultural, que parte da identificação de um problema e que será publicada e lida por interlocutores, recupera esse significado mais amplo da escrita e estimula a prática no dia-a-dia pelos estudantes.

A experiência de produção de textos possibilita aos alunos a ampliação de suas competências na linguagem oral, na leitura e na escrita, além de

aprofundar o olhar sobre o lugar em que vivem, aproximando a comunidade da escola.

As Olimpíadas, além da seleção e premiação de textos, propõem para o professor de língua portuguesa uma formação que o auxilie na reflexão e compreensão da função social da escrita, fortalecendo o seu trabalho em sala de aula.

Além disto, o concurso possui premiação que contempla tanto os professores, alunos, e escolas participantes. De acordo com (Escrevendo o Futuro, 2016.) A premiação da quinta edição da Olimpíada de Português é a seguinte: 500 alunos semifinalistas e seus professores: Medalha, livros e participação em oficinas culturais e de formação; 152 alunos finalistas e seus professores: Medalha e 1 tablet; Escolas dos 152 finalistas: Placa de homenagem; 28 professores semifinalistas, vencedores na categoria Relato de Prática: 1 notebook; 20 alunos vencedores e seus professores: Medalha, 1 notebook e 1 impressora; Escolas dos 20 vencedores: 10 computadores, 1 impressora, 1 projetor, 1 telão para projeção e livros. Essas e outras informações podem ser encontradas no site do concurso Escrevendo o Futuro.

2.2 Olimpíada brasileira de matemática das escolas públicas – OBMEP

Realizada desde 2005, a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) é um projeto de estímulo ao estudo da matemática voltado para as escolas públicas, estudantes e professores de todo o país. De acordo com o site da OBMEP (<http://www.obmep.org.br/>) a olimpíada busca incentivar a participação, produz e distribui material didático, oferece bolsas de iniciação científica aos estudantes e reconhecimento aos educadores, escolas e secretarias de educação. A OBMEP também prepara, a cada ano, cerca de 30 medalhistas de ouro para competições internacionais.

A OBMEP é uma realização do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA - é uma competição voltada aos alunos brasileiros ou de escolas e universidades brasileiras das redes pública e privada a partir do sexto ano do ensino fundamental, até o ensino superior.

A Olimpíada tem por objetivo motivar de forma decisiva na melhoria do ensino de Matemática no país, estimulando alunos e professores, e assim, incentivar o estudo da matemática e revelar talentos na área. Busca também, descobrir jovens com talento matemático excepcional, e colocá-los em contato com matemáticos profissionais e instituições de pesquisa de alto nível, propiciando condições favoráveis para a formação e o desenvolvimento de uma carreira de pesquisa. Visa ainda, selecionar os estudantes que representarão o Brasil em olimpíadas internacionais de Matemática e organizar no Brasil as diversas competições internacionais de Matemática.

Segundo informações obtidas através do Portal do Mec (<http://portal.mec.gov.br>), a olimpíada contou com a participação de 47.144 escolas públicas da educação básica e de 18,7 milhões de alunos; 99,3% dos municípios tiveram escolas participantes. Ou seja, as proporções que a

OBMEP vem tomando, são amplas e significativas, tendo cada vez mais a participação de alunos e professores das Escolas Públicas.

A OBMEP realiza-se anualmente em três níveis, de acordo com a escolaridade do aluno:

QUADRO 1: Níveis de participação da OBMEP:

Nível 1	Estudantes de 6º e 7º anos do Ensino Fundamental. Alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do 6º e 7º anos.
Nível 2	Estudantes de 8º e 9º anos do Ensino Fundamental. Alunos da EJA do 8º e 9º anos.
Nível 3	Estudantes do Ensino Médio. Alunos da EJA do Ensino Médio.

Fonte: Dados da pesquisa

A OBMEP premia alunos, professores, escolas e secretarias de educação. Essa premiação não se baseia exclusivamente no resultado das provas. A partir de 2012, houve mudanças nos critérios da premiação: foi estipulado um limite máximo de medalhas para escolas seletivas de acordo com o nível e com o tipo de premiação. De acordo com as informações das olimpíadas, escolas seletivas são aquelas que, em algum momento, realizaram processo seletivo para admissão de alunos.

A premiação de alunos totaliza 500 medalhas de ouro, 900 medalhas de prata e 3.100 medalhas de bronze. Além disso, são concedidos certificados de Menção Honrosa até 46.200 alunos.

De acordo com o já mencionado, site da OBMEP, há um Programa de Iniciação Científica Jr. (PIC), que é destinado aos alunos medalhistas da OBMEP, o PIC é realizado por meio de uma rede nacional de professores em polos espalhados pelo país, e também no fórum virtual. Tem como objetivos despertar nos alunos o gosto pela matemática e pela ciência em geral e motivá-los na escolha profissional pelas carreiras científicas e tecnológicas.

Ao longo de suas edições, a OBMEP já ofereceu a mais de 36 mil alunos a oportunidade de estudar Matemática por 1 ano, com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e mais de 1.800 alunos participaram do programa como ouvintes. Outras informações podem ser encontradas na página do PIC e conheça o material preparado para o programa: www.obmep.org.br/.

[A partir desse amplo trabalho realizado através da OBMEP é possível, de um modo geral, “perceber a necessidade de descobrir novos talentos na matemática, estimulando-os desde cedo; a contribuição deste tipo de disputa na melhoria do ensino da Matemática, em todos os níveis de estudo; o aumento da integração entre universidades e escolas e a integração entre alunos e professores de diferentes instituições”. \(BAGATINI, 2010, p162\).](#)

3. As contribuições das provas das olimpíadas de português e matemática na educação básica

Faz-se necessário à reflexão acadêmica sobre as olimpíadas escolares, uma vez que é uma tendência no sistema de educação do Brasil. Entretanto muitos pesquisadores desta área detiveram-se nos objetivos educacionais e efeitos deste tipo de prática. Assim, alguns autores como Nascimento (2007) relatam a participação de sete estudantes em Olimpíadas como as de Português e Matemática. É interessante perceber o paralelo perfeito que os autores fazem com a competição esportiva, como se os objetivos de ambos fossem os mesmos:

Assim como modalidades esportivas, para se obter um bom resultado em uma competição de conhecimento é importante que haja a preparação do "atleta". Para que ocorra o estar junto do treinador (no caso, um professor) e os competidores (seus alunos), novamente são necessárias a organização e a disponibilidade de todos em termos de tempo e local para o treinamento, requisitos difíceis de serem atendidos [...]. (NASCIMENTO; PALHANO; OEIRAS, 2007, p. 285)

Assume-se, portanto, competitividade como um valor a ser desenvolvido pela escola. Levando em consideração as provas, para que haja uma melhoria da educação brasileira, é preciso que seja levado em conta além da competitividade o processo avaliativo, pois segundo HOFFMANN, (2011, p.54), "O processo avaliativo revela, ao mesmo tempo, educandos passivos diante dos ensinamentos verbais do educador, e educadores passivos diante do contexto escolar."

Assim, através dessas competições escolares, será possível avaliar onde se encontram as maiores dificuldades por parte dos educandos e dos educadores, e assim, encontrar meios de sanar tais dificuldades e mostrar a importância da Matemática para o futuro dos jovens e para o desenvolvimento do Brasil.

4. CONCLUSÃO

A partir do presente artigo é possível concluir que, mais do que medalhas, prêmios e diplomas de participação, as olimpíadas do português e matemáticas proporcionam aos estudantes e professores novas descobertas, novos lugares, ideias, técnicas e conhecimentos.

Voltada para a escola pública, seus estudantes e professores, a OBMEP tem o compromisso de afirmar a excelência como valor maior no ensino público. Suas atividades vêm mostrando a importância da Matemática para o futuro dos jovens e para o desenvolvimento do Brasil. Com essas atividades, está se formando, gradativamente, uma rede de capacitação de alunos e professores em muitas escolas públicas do país, e portanto, ajuda a melhorar o interesse pela matemática a partir do momento que se torna também uma ferramenta de trabalho para os professores dentro de sala de

aula. Ou seja, não é só a prova, mas a competição em si também estimula e motiva os alunos e professores.

A Olimpíada de Língua Portuguesa: escrevendo o futuro, proporciona a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem de escrita e leitura dos alunos da rede pública. Assim como, leva os professores a aprimorarem seus conhecimentos, inovarem suas estratégias de ensino, inspirarem-se com outras práticas e compartilharem suas experiências.

As olimpíadas, de forma geral, têm estimulado muitos jovens a buscar por mais conhecimento, a dedicar-se mais aos estudos e também estimula os professores, que buscam estar sempre com seus conhecimentos atualizados para assim, proporcionar um maior conhecimento a seus alunos.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **ESCREVENDO O FUTURO**: Olimpíada de língua portuguesa. Disponível em: <<https://www.escrevendoofuturo.org.br/concurso>>. Acesso em: 03 de julho de 2016.

_____. **Instituto da Matemática**: Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP). Disponível em: <<http://www.im.ufba.br/extensao/olimpiada-brasileira-de-matematica-das-escolas-publicas-obmep>>. Acesso em: 03 de julho de 2016.

_____. **Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas**. Disponível em: <www.obmep.org.br>. Acesso em: 04 de maio de 2016.

BAGATINI, Alessandro. **Olimpíadas de matemática**: Altas Habilidades e Resoluções de problemas. [Trabalho de conclusão de curso] Instituto de Matemática. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

HOFFMANN, Jussara. **Pontos & Contrapontos**: de pensar ao agir em avaliação. 1. ed. São Paulo: 1998.

LORENZONI, Ionice. **Com abertura de inscrições começa outra edição da Obmep**. Disponível em: <portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32707>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

NASCIMENTO, M. G. do; PALHANO, D.; OEIRAS, J. K. K. **Competições escolares**: uma alternativa na busca pela qualidade em educação. In: Simpósio brasileiro de informática na educação, 18, 2007, p. 284-287.

VITOR, Roberto. **A importância da OBMEP**. Disponível em: <<http://ohomemperfeito81.blogspot.com.br/2008/08/importncia-da-obmep.html>>. Acesso em: 03 de julho de 2016.

PENSAR A EDUCAÇÃO A PARTIR DOS CLÁSSICOS: ANTIGAS QUESTÕES, NOVOS DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Autor principal: Vânia Maria Alves (vania.alves@ifpr.edu.br);
Co-autores: Carmem Waldow; Alessandra dos Santos de Oliveira; Camila de
Maraes Ribeiro; Fabiane Garcia; Valquiria Golanowski.
Instituto Federal do Paraná – IFPR, Campus Palmas.

Resumo: O trabalho trata da importância da recuperação dos clássicos na educação e na formação de professores. Objetiva apresentar o que são os clássicos, como aparecem/“desaparecem” na educação escolar e como o estudo dos mesmos contribui para a formação docente. Produto de projeto de extensão desenvolvido com acadêmicos do curso de Pedagogia e bolsistas PBIS, a metodologia de trabalho parte da pesquisa bibliográfica sobre autores e obras clássicas e de como são apropriados/desapropriados na formação escolar e docente. Desenvolveu-se em etapas de leitura do projeto; leitura, síntese de textos sobre clássicos (CALVINO, 1993); pesquisa junto aos professores do curso das principais obras clássicas das disciplinas em andamento; realização de quadro sinóptico das obras; eleição de obra clássica para leitura; seminário para socialização dos estudos. Através do estudo de autores que tratam da temática, foi possível perceber que a formação acadêmico-escolar passou por diversas experiências, desde a valorização dos textos clássicos até a sua substituição por manuais didáticos que nem sempre preservaram o conhecimento universal, propiciando a fragmentação e simplificação do ensino. Concluímos que, apesar de algumas dificuldades iniciais para compreender e integrar-se à proposta, os resultados são promissores; as leituras e debates feitos têm contribuído substantivamente na formação dos envolvidos.

Palavras-chave: Educação. Clássicos da Educação. Formação acadêmica. Formação de professores.

Abstract: The work deals with the importance of the recovery of classical education and teacher training. Aims to present what are the classics, such as appear / "disappear" in school education and how the study of them contributes to teacher training. Product extension project developed with students from the Faculty of Education and PBIS fellows, the working methodology of the literature about authors and classic works and how they are appropriate / expropriated in school education and teaching. It was developed in the project reading steps; reading, synthesis of classic texts (Calvin, 1993); survey teachers of the course to the major classical works of the disciplines in progress; conducting synoptic table of the works; classic work of choice for reading; seminar for socialization studies. Through the study of authors who deal with the issue, it was revealed that the academic-school education has

gone through various experiences, from the appreciation of classical texts to be replaced by textbooks that do not always preserved the universal knowledge, providing fragmentation and simplification teaching. We concluded that, despite some initial difficulties to understand and integrate the proposal, the results are promising; the readings made and discussions have contributed substantially in the training of those involved.

Keywords: Education. Education classics. Academic education. Teacher training.

Introdução

O presente artigo é proveniente do projeto de extensão e de PBIS “Ciclo de estudos e debates dos clássicos para pensar a Educação”, que intenciona oportunizar ao acadêmico o estudo, a pesquisa e o debate sobre a vida e obra de autores clássicos da Educação. Os cursos de graduação, especialmente o curso de Pedagogia têm como característica principal oportunizar o acesso a um amplo conjunto de conhecimentos, teorias e conceitos trabalhados por diversos autores, cuja apropriação oferece um grau de dificuldade significativo, o que exige do acadêmico uma aprendizagem específica, bem como, o desenvolvimento de hábitos e habilidades de estudo e pesquisa acadêmicos.

Em sua acepção, o conceito de ‘clássico’ é “Relativo à arte, à literatura ou à cultura dos antigos gregos e romanos. Famoso por se repetir ao longo do tempo; tradicional. Escritor, artista ou obra consagrada, de alta categoria” (DICIONÁRIO AURÉLIO SEC. XXI). Assim, através da aproximação e estudos de obras clássicas, os acadêmicos têm a oportunidade de ampliar seus conhecimentos, sobretudo os teórico-conceituais do campo educacional, experiência e condição necessárias para a formação qualificada, com vistas à sua atuação profissional na docência, gestão e na pesquisa em Educação.

Ocorre que, no decurso da história, tanto a formação acadêmica quanto escolar, influenciadas pelo avanço e transformações das forças produtivas capitalistas, metamorfosearam-se. Passaram a ser organizadas e reorganizadas de modo a distanciar-se da proposta presente na *paideia* da Grécia Antiga ou da concepção de educação *omnilateral* proposta por Karl Marx. Com essas mudanças, houve progressiva fragmentação dos conteúdos acadêmicos na formação docente e, mesmo que democratizado, limitação do acesso e da apropriação integral dos conhecimentos científicos-culturais produzidos pela humanidade, por parte dos escolares.

Com a finalidade de discutir a temática, inicialmente apresentamos o percurso metodológico do trabalho desenvolvido no projeto de extensão. Posteriormente, serão apresentadas definições, conceitos relacionados aos clássicos, bem como, será feita a relação da importância desse tipo de leitura para a formação de professores. Finalmente, as considerações finais reforçam a ideia da necessidade de repensar a formação docente, sendo que um dos caminhos é oportunizar o aprofundamento teórico através da leitura dos clássicos da Educação.

Explicitação do material e métodos

A execução da proposta de extensão, da qual são apresentados alguns resultados neste artigo, seguiu e segue alguns passos metodológicos, conforme apresentados na sequência: - Levantamento dos principais autores clássicos dos componentes curriculares em curso, realizando um quadro sinóptico com os dados da vida e obra dos autores, por área do conhecimento. - Leitura de uma obra clássica de cada componente curricular em estudo. - Preparação e realização bimestral de seminário para socialização da obra estudada, com a participação dos estudantes do curso de Pedagogia e/ou das demais licenciaturas. - Avaliação dos trabalhos realizados e elaboração de relatório parcial/final das atividades desenvolvidas durante a vigência da proposta.

O estudo e trabalho realizados têm por base os pressupostos da *metodologia qualitativa*, isto é, conforme explicita Netto (2011), o método de pesquisa qualitativa, de acordo com a perspectiva marxiana, leva em conta as categorias da totalidade, da contradição e da mediação. Segundo Marx (1974 apud NETTO, 2011, p. 22), "o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto". Desse modo, o papel do pesquisador é relevante no processo de pesquisa, pois deve ir "além da aparência fenomênica, imediata e empírica" (p. 22).

Como forma de efetivação, a proposta está basicamente pautada na *pesquisa bibliográfica* que, de acordo com Koche (1997, p. 122):

É a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres. Na pesquisa bibliográfica o investigador irá levantar o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para auxiliar a compreender ou explicar o problema objeto da investigação. O objetivo da pesquisa bibliográfica, portanto, é o de conhecer as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer tipo de pesquisa.

Ainda em consonância com o autor (1997), a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo e seu objetivo principal é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto.

Dessa forma, os acadêmicos puderam consultar as obras dos autores clássicos, bem como, os comentadores das referidas obras, para esclarecimento e aprofundamento no processo de apropriação dos conteúdos estudados.

Aspectos histórico-conceituais do que são os clássicos e de como as obras clássicas foram “perdendo lugar” na formação docente e na educação escolar

Os cursos de formação de professores, especialmente o curso de Pedagogia, têm como objetivo disponibilizar uma série de conhecimentos, teorias e conceitos trabalhados por diferentes autores. As diversas áreas ligadas às ciências humanas como a História, a Sociologia, a Filosofia, a Psicologia, a Antropologia, dentre outras, constituem a base dos chamados fundamentos da educação e requerem a apropriação por parte dos acadêmicos. Ocorre que a posse desses conhecimentos oferece um grau de dificuldade substantiva, exigindo do aluno a aprendizagem da leitura, do estudo, do aprofundamento e da pesquisa acadêmica.

Ao partir do pressuposto de que a “educação é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2008a, p. 11), o objetivo da proposta desenvolvida é oportunizar aos alunos a possibilidade de conhecer e aprofundar o pensamento dos principais clássicos da Educação, relacionados aos componentes curriculares em curso, por meio do estudo, síntese e análise de algumas de suas obras. Trata-se de disponibilizar uma formação complementar que seria mais difícil, se não houvesse tempo e orientação para tal atividade.

Conforme Benites e Pereira (2004) o termo clássico vem do latim *classicus*, que indicava o cidadão que pertencia à mais elevada das cinco classes de romanos. Foi consagrado no século XVII para designar obra literária da antiga Grécia e Roma. “Tornou-se, então, sinônimo de obra dotada de elegância e correção formal, simplicidade, dignidade, contenção, ordem e proporção, qualidades que lhe garantiam qualidade universal e duradoura” (BENITES E PEREIRA, 2004, p. 75). Ainda conforme os autores:

Modernamente, dentre os vários sentidos que lhe são atribuídos, clássico comporta noções de: 1) obra ou autor modelar, superior; 2) autor que se estuda em classe devido à sua qualidade superior; 3) escritor da Antiguidade greco-romana; 4) autor ou época cultural que se inspiraram nos clássicos da Antiguidade; 5) autor ou obra que desfrutaram de certa perenidade, sendo consumidas por sucessivas gerações de leitores. (BENITES E PEREIRA, 2004, p. 75-76).

A definição de “clássico”, além da sua aceção explicitada no dicionário da língua portuguesa, nesta proposta segue a indicação de Calvino (1993, p. 11; 12) para o qual “Um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer; são livros que, quanto mais pensamos conhecer por ouvir dizer, quando são lidos de fato mais se revelam novos, inesperados, inéditos”.

Além disso, Saviani (2008a, p. 14) afirma que “O clássico não se confunde com o tradicional e também não se opõe, necessariamente ao moderno e muito menos ao atual. O clássico é aquilo que se firmou como

fundamental, como essencial”. Assim, de modo geral, um clássico é um livro que representa o período em que foi escrito e que atravessa gerações, sem perder seu valor. Desse modo, dificilmente um livro recém-editado, publicado é categorizado como uma “leitura clássica”.

Contudo, no decurso da história, nas ciências humanas e especialmente na educação escolar, percebemos um esquecimento e até um desprezo da leitura dos clássicos. Isso tem a ver com as mudanças ocorridas no contexto social, cultural e, sobretudo econômico, reconfigurando a cultura, a educação escolar. Vamos ver como isso se deu na história.

Até o século XVI, a educação e, portanto, o trabalho didático, preservava em grande parte, suas características medievais. Segundo Alves (2005, p. 59) “A burguesia imitada a nobreza quando contratava o preceptor para educar seus filhos. A relação entre preceptor e discípulo era de natureza individual”. Nesse sentido, a relação educativa, além de individual, mantinha as características do trabalho artesanal, isto é, o professor imitava o mestre artesão da oficina, que ensinava diretamente o ofício ao seu discípulo. Do ponto de vista do conteúdo, a burguesia havia recuperado os clássicos do mundo antigo, zelando pela integridade e fidelidade dos textos.

Ocorre que com a Reforma provocada por Lutero (1497-1560), conforme Alves (2005) ao impor os rudimentos da instrução para todos, ainda persiste o modelo da relação preceptor/discípulo, tal como se realizara até a época da Renascença. Contudo, em paralelo, nomes importantes da Reforma, como Melancton (1483-1546) e Ratke (1571-1635), realizavam iniciativas dirigidas à criação de uma instituição social que assumisse a função educacional imposta até então aos pais. Tais iniciativas realizavam uma ruptura com a relação educativa feudal, pois a divisão do trabalho era um elemento que se apresentava, na organização dos alunos segundo níveis de adiantamento e sua distribuição em classes. O Plano de Melancton dividiu os alunos em três classes, sendo que de seus sucessores, dentre eles Claude Baduel, aprofundaram a incorporação da divisão do trabalho ao ensino.

Já no início do século seguinte, também Ratke defendia com vigor a divisão do trabalho didático. Do ponto de vista do trabalho docente, “foi patenteado o reconhecimento de que um mestre que ‘especializou-se numa lição’ tem condições de ‘conhecer’, todos os procedimentos peculiares deste ensino” (ALVES, 2005, p. 62), praticando assim a distribuição de professores por diferentes classes.

Mas foi Comenius (1592-1670) o mentor que melhor encarnou, por intermédio de sua obra, a concepção e a mais elaborada iniciativa prática, visando à realização dessa nova instituição social especializada, cuja finalidade era “ensinar tudo a todos”. Para reforçar isso, segundo Alves (2005, p. 63):

O bispo morávio foi o educador que expressou a posição de vanguarda da Reforma protestante nas origens da produção da escola moderna; foi ele quem concebeu, de uma forma mais elaborada, orgânica e de conjunto, o projeto dessa instituição social, em meados do século XVII. Portanto, foi Comenius quem anunciou, claramente, a proposta de escola moderna, cuja

organização do trabalho didático, por inspirar-se na manufatura burguesa, representou, também, a superação definitiva do ensino artesanal.

Assim, Comenius está na origem da escola moderna. Ele teve em vista a organização da manufatura e não do artesanato. A partir dessa posição, temos um novo modelo de organização do trabalho didático e um novo perfil de mestre. Conforme Alves (2005), o educador morávio pressupunha uma organização para a atividade de ensino, no interior da escola, que objetivava equipará-la à ordem vigente das manufaturas, em que a divisão do trabalho permitia que distintas operações realizadas por diferentes trabalhadores, se desenvolvessem de forma rigorosamente controlada, segundo um plano prévio e intencional, que as articulava, para produzir mais resultados com economia de tempo, de fadiga e de recursos.

Se as transformações ocorridas na produção determinaram a superação do trabalhador artesanal pelo trabalhador manufatureiro, a Didática Magna, principal obra de Comenius, é o registro clássico de uma época que postulava transição análoga no domínio da educação, que reconhecia a necessidade histórica de superação do *mestre artesanal* pelo *professor manufatureiro* (ALVES, 2005). Continua o autor:

O primeiro, um **sábio** que, na condição de preceptor, realizava um trabalho complexo, desde as operações correspondentes à alfabetização até a transmissão das noções humanísticas e científicas mais elaboradas, cedia lugar ao professor manufatureiro, que passava a ocupar-se de uma pequena parte desse extenso e complexo processo. Como consequência da divisão do trabalho didático em níveis de ensino, em séries e áreas do conhecimento, tal como a concebera Comenius, o professor especializava-se em algumas operações, constitutivas de unidades identificadas como etapas da escolarização, tornando-se dispensável o domínio prático do processo de formação da criança e do jovem como um todo. Em consequência, do ponto de vista teórico o professor poderia **conhecer menos**, do que se conclui que estava submetendo-se a um processo de especialização idêntico ao que atingira o artesão. (grifos nossos). (ALVES, 2005, p. 68).

Em síntese, podemos afirmar que a persistência da organização do trabalho didático concebido pelo bispo morávio, confere às atividades docentes características extemporâneas, pois típicas da organização técnica do trabalho manufatureiro, dominante na época em que viveu Comenius. Segundo Alves (2005, p. 70-71), entre os preços que pagamos atualmente por esse anacronismo, um dos mais sérios “é a impossibilidade de ascender, por meio da educação escolar, ao conhecimento culturalmente significativo”.

Na escola moderna, na qual continuam sendo utilizados os mesmos instrumentos criados ou aperfeiçoados por Comenius, em especial, o *manual didático* (instrumento que passou a dar a medida do ‘escasso’ conhecimento esperado do professor e expressar a meta quanto ao grau de conhecimento a ser assimilado pelo aluno), que domina e dá a tônica à atividade de ensino. Assim, a transmissão do conhecimento na escola, de fato, identificou-se com a

vulgarização do conhecimento escolar. Por sua associação umbilical ao manual didático, sugere Alves (2005) tal forma de conhecimento escolar expressa atualmente tanto o caráter superado dessa tecnologia educacional quanto o seu antagonismo à necessidade social de difusão do conhecimento culturalmente significativo.

Tal questão nos remete à formação de professores. Saviani (2009) lembra que, embora o problema da formação de professores tenha vindo à tona a partir do século XIX, isso não quer dizer que o fenômeno da formação de professores tenha surgido apenas nesse momento. Esclarece que:

Antes disso havia escolas, tipificadas pelas universidades instituídas desde o século XI e pelos colégios de humanidades que se expandiram a partir do século XVII. Ora, nessas instituições havia professores e estes deviam, por certo, receber algum tipo de formação. Ocorre que, até então, prevalecia o princípio do “aprender fazendo”, próprio das corporações de ofício (SANTONI RUGIU, 1998 apud SAVIANI, 2009). E as universidades, como modalidade de corporação que se dedicava às assim chamadas “artes liberais” ou intelectuais, por oposição às “artes mecânicas” ou manuais, formavam os professores das escolas inferiores ao ensinar-lhes os conhecimentos que deveriam transmitir nas referidas escolas. Porém, a partir do século XIX, a necessidade de universalizar a instrução elementar conduziu à organização dos sistemas nacionais de ensino. Estes, concebidos como um conjunto amplo constituído por grande número de escolas, organizadas segundo um mesmo padrão viram-se diante do problema de formar professores – também em grande escala – para atuar nas escolas. E o caminho encontrado para equacionar essa questão foi a criação de Escolas Normais, de nível médio, para formar professores primários atribuindo-se ao nível superior a tarefa de formar os professores secundários. (SAVIANI, 2009, p. 148)

Assim, na modernidade, esse embate continua, configurando-se a formação de professores em distintos modelos, que podem ser relacionados com os modelos de formação docente que foram historicamente construídos. Conforme Saviani, (2008b, p. 8) há dois modelos distintos na história da formação de professores:

a) *modelo dos conteúdos culturais-cognitivos*: para este modelo, a formação do professor esgota-se na cultura geral e no domínio específico dos conteúdos da área de conhecimento correspondente à disciplina que irá lecionar. b) *modelo pedagógico-didático*: contrapondo-se ao anterior, este modelo considera que a formação propriamente dita dos professores só se completa com o efetivo preparo pedagógico-didático.

O primeiro modelo, segundo o autor (2008b), predominou nas universidades e demais instituições de ensino superior, que se encarregaram da formação de professores secundários, ao passo que o segundo tendeu a prevalecer nas Escolas Normais, ou seja, na formação dos professores primários. E o currículo formativo posto em posição dominante para os professores da escola secundária, centrado nos conteúdos culturais-cognitivos,

dispensada qualquer preocupação com o preparo pedagógico-didático, é a herança histórica que verificamos até hoje em nossas instituições de ensino.

Noutras palavras, parece permanecer a velha dicotomia entre o *professor artesanal*, o “sábio”, aquele que domina e executa operações complexas e o *professor manufactureiro*, aquele cujo saber é parcelado, fragmentado, utilitarista e funcional à manutenção do sistema produtivo. Ou ainda, o “catedrático”, o professor titular, aquele que domina com profundidade uma área do conhecimento e o “professor manufactureiro” “remanufaturado”. Ou, nas palavras de Saviani (2010), por conta do avanço das forças produtivas capitalistas desencadeadas pela revolução e pós-revolução industrial, um novo modelo de professor ou mesmo a diversificação de modelos, assumindo inúmeras características tais como “prestador de serviço”, “treinador”, “professor reflexivo”, entre outros.

Para superar essa contradição será necessária uma sólida formação teórico-prática ou, nas palavras de Saviani (2008b, p. 152), embora referindo-se especificamente à formação de pedagogos, mas que pode ser aplicado aos demais professores, os cursos de formação docente deverão formar profissionais “com uma aguda consciência da realidade onde vão atuar, com uma adequada fundamentação teórica que lhes permitirá uma ação coerente e com uma satisfatória instrumentação técnica que lhes possibilitará uma ação eficaz”.

A proposta do curso de Pedagogia, bem como, do projeto de extensão que estamos desenvolvendo, vai nessa direção. Isto é, propõe a formação do professor com sólida formação teórica, proporcionando a participação em atividades que contribuam para isso, conforme apresentaremos no próximo tópico.

Contribuições dos clássicos para a formação de professores: algumas reflexões práticas

Conforme já apresentamos anteriormente, o projeto de extensão “Ciclo de estudos e debates dos clássicos para pensar a educação”, tem como propósito contribuir com uma adequada e robusta fundamentação teórica para a formação docente. Nessa direção, as estudantes realizaram atividades de leitura, problematização, síntese e discussões acerca dos clássicos relacionados com os componentes curriculares em curso. Um dos clássicos trabalhados foi Hobbes (2003), conforme o quadro que segue.

QUADRO 1: Quadro sinóptico das obra clássica “O Leviatã” lida na primeira etapa do projeto de extensão “Ciclo de estudos e debates dos clássicos para pensar a Educação”.

Autor	Obra	Contexto histórico	Breve síntese
Thomas Hobbes	O leviatã	Hobbes foi um filósofo inglês do séc. XVII, reconhecido como	Nesta obra, o autor analisa a estrutura do poder político na Inglaterra que estava sofrendo uma revolução, a mudança da natureza do Estado político. Em sua análise

		um dos fundadores da Filosofia Política Moderna e Ciência Política. Sua principal obra foi O Leviatã, ou a Matéria Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil.	descreveu que não há poder sobre a terra que não se possa comparar. Em síntese, elabora uma análise política do momento histórico, do comportamento humano, do homem no estado de natureza e a definição de um novo caminho, quando o homem constrói o Estado positivo, ou seja, o Estado Artificial, o que ele denomina de Leviatã. A base do Leviatã é o contrato social entre os homens, preceitos da revolução constitucional burguesa, o que naturalmente substituirá a vontade de todos para o funcionamento de regras constitucionais. O Estado é a força absoluta capaz, graças sua legitimidade, de levar a paz para o conjunto da sociedade e o auxílio entre os homens para defesa de seus direitos. (VASCONCELOS, 2016).
--	--	---	--

Fonte: Quadro elaborado pelas acadêmicas coautoras do texto, com base nas obras clássicas lidas e debatidas.

Maquiavel (2004), seu contexto histórico, suas contribuições para a educação e sua obra clássica “O Príncipe” estiveram presentes na discussão:

QUADRO 2: Quadro sinóptico das obra clássica “O Príncipe” lida na primeira etapa do projeto de extensão “Ciclo de estudos e debates dos clássicos para pensar a Educação”.

Autor	Obra	Contexto histórico	Breve síntese
Nicolau Maquiavel	O Príncipe	Nicolau Bernardo Maquiavel nasceu em Florença, em 1469, e morreu também naquela cidade, em 1527. Descendente de uma das mais antigas famílias florentinas recebeu uma formação humanística esmerada e dedicou à política o melhor da sua atividade, tendo desempenhado numerosas missões diplomáticas, em diversos países. Foi na prisão, onde foi parar por motivos políticos, que iniciou a sua atividade de escritor. A Itália encontrava-se dividida em diversos estados, onde cada qual tinha o seu governo. Era um	"O Príncipe", escrito entre 1513 e 1516, é a obra literária mais conhecida de Maquiavel e foi dedicado e dado como presente por ele ao Príncipe Lorenzo de Médici. O livro é a síntese do conhecimento de Maquiavel sobre a arte política dos antigos príncipes e dos estadistas de sua época. Maquiavel é antes de tudo um “psicólogo político” que conhece a natureza dos homens. É como se tivesse inventado uma forma de se analisar detalhadamente cada ponto dos Estados, indicando os fatores que resultaram no surgimento e na queda dos mesmos. O contexto histórico em que Maquiavel escrevia era de grande instabilidade política na região italiana da Toscana. Naquele ano, depois da dissolução do governo da cidade e do retorno da família Médici ao poder, Maquiavel foi preso, acusado de conspiração. Perdoado pelo papa Leão X, ele se retirou da vida pública e passou a escrever suas grandes obras. O príncipe foi publicado. O exercício do poder e sua

		<p>momento em que a cristandade estava em decadência, surgia o Estado Moderno (sec. XV ao XVI); o capitalismo despontava no horizonte econômico e no campo religioso a Reforma Protestante estava no auge. No campo político, surgiam os Estados nacionais. Maquiavel defendia para a Itália um governo forte, centralizado, no modelo de Estado Nacional.</p>	<p>manutenção já não dependiam apenas da hereditariedade e dos laços de sangue. Por isso, o autor escreve um tratado sobre a conduta do príncipe, sobre as melhores formas de o soberano tomar o poder e conservá-lo. Sua objetividade analítica lança um novo sentido de moral fundamentado no bem-estar da comunidade, aquela que pertence ao Estado hegemônico. Quanto aos dominados, cabe ao príncipe decidir como agir, sempre levando em consideração, que estes poderão ser a base de seu triunfo como também da sua ruína. O Príncipe descreve didaticamente cada etapa, como o emprego da força pelo Estado, como se manter uma cidade ou um principado, fala sobre formas de se chegar ao poder e de se sair dele, entre outros aspectos das relações políticas. Esta obra é um condensado do aspecto trágico e real da natureza humana. É justamente esta característica que a impulsiona através dos tempos. Foram cinco séculos de combate e negação sobre este realismo político, sempre acatado por grandes estadistas e governantes de gerações posteriores à sua criação. (MAQUIAVEL, 2004).</p>
--	--	--	---

Fonte: Quadro elaborado pelas acadêmicas coautoras do texto, com base nas obras clássicas lidas e debatidas.

Presente em vários componentes curriculares do curso de Pedagogia, Karl Marx torna-se um dos grandes fundamentos das discussões pedagógicas. No projeto de extensão “Ciclo de estudos e debates dos clássicos para pensar a educação”, considerando a importância deste clássico, fez-se a análise da obra “O Capital” (MARX, 1982).

QUADRO 3: Quadro sinóptico das obra clássica “O Capital” lida na primeira etapa do projeto de extensão “Ciclo de estudos e debates dos clássicos para pensar a Educação”.

Autor	Obra	Contexto histórico	Breve síntese
Karl Marx	O Capital	O filósofo, que nasceu em Trier, na Alemanha, no ano de 1818 e faleceu em Londres em 1883, é tido ainda hoje como um analista perspicaz e um pensador brilhante, mesmo que as suas teorias não tenham	Nesta obra Marx aprofunda e sistematiza a crítica das formas de sociabilidade que caracterizam o mundo moderno. A obra tem como objeto a reconstrução das principais determinações da vida social global dos homens <i>O capital</i> , sua obra mais importante, cujo tema é economia, com abordagem sobre o sistema capitalista.

		correspondido inteiramente à realidade. Na sua obra principal, <i>O Capital</i> , Marx construiu um gigantesco complexo filosófico com seus conhecimentos de Ciências Econômicas, História e Sociologia. Principal obra de Marx foi publicada em 11 de setembro de 1867. Com mais de 2.500 páginas. O autor trabalhou sua obra durante 15 anos e só terminou o primeiro volume.	Neste livro, aponta estudos sobre o acúmulo de capital e mostra que a classe dos capitalistas fica cada vez mais rica à custa dos operários, que cada vez mais empobrecem. Marx ocupa-se amplamente da circulação do dinheiro, com as mercadorias, com os valores de troca e de usufruto e com a mais-valia, com taxas de lucro e forças de produtividade. Ele fala da necessidade de eliminar as relações que escravizam as pessoas (MARX, 1982).
--	--	---	--

Fonte: Quadro elaborado pelas acadêmicas coautoras do texto, com base nas obras clássicas lidas e debatidas.

Finalmente, Engels (2012) foi um clássico estudado e discutido com vistas a fundamentar o debate concernente à educação, sua história e política, pela historicização da família, da propriedade privada e do Estado.

QUADRO 4: Quadro sinóptico das obra clássica “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” lida na primeira etapa do projeto de extensão “Ciclo de estudos e debates dos clássicos para pensar a Educação”.

Autor	Obra	Contexto histórico	Breve síntese
Friedrich Engels	A origem da família, da propriedade privada e do Estado	Engels escreveu esta obra entre março e junho de 1884, sendo publicada no mesmo ano, em Zurique. Trata-se de uma importante reflexão sobre o marxismo, uma obra que traz uma abordagem entre o materialismo histórico e a antropologia, cuja área ainda estava em processo de construção no séc. XX.	O livro aborda as diferentes concepções de família no decorrer na história da humanidade e as suas formações históricas, que acabaram acarretando na formação de família que conhecemos hoje, a tradicional família burguesa – que abomina a poligamia – que por sua vez se correlaciona com a propriedade privada, que, por sua vez se correlaciona com o início do Estado. Aponta os estágios que o homem passou até chegar em sua formação atual, o estado selvagem e a barbárie, percorrendo por todas as formas e estruturas do estado para o processo de civilização (ENGELS, 2012).

Fonte: Quadro elaborado pelas acadêmicas coautoras do texto, com base nas obras clássicas lidas e debatidas.

Conforme já mencionamos, as diversas disciplinas e áreas do curso de Pedagogia possuem um rico acervo de autores e pesquisadores que

problematizam e discutem a educação na perspectiva sociológica, antropológica, histórica, filosófica, ética, política, psicológica, didático-metodológica, entre outras. Por meio das atividades relacionadas ao projeto, as acadêmicas têm a oportunidade de ampliar seus conhecimentos, sobretudo apropriar-se das teorias elaboradas por alguns dos autores clássicos mais importantes do campo educacional, o que certamente contribui para uma formação qualificada, com vistas à sua atuação profissional como docentes, gestores e pesquisadores da Educação, conforme previsto no Projeto Político-Pedagógico do curso de Pedagogia.

Além do acesso ao conhecimento dos clássicos, o desenvolvimento das atividades também contribui para que os alunos aprendam e aprofundem as habilidades da leitura, problematização, análise e síntese de obras mais complexas, possibilitando uma maior autonomia intelectual e acadêmica.

Considerações finais

A proposta acadêmica de extensão que está sendo desenvolvida, além de relevante, está atingindo seus principais objetivos, pois envolve não somente as bolsistas que participam diretamente do projeto, mas beneficia a todos os alunos do curso de Pedagogia, ao socializar as leituras e discussões realizadas. Ao considerar os desafios atuais na formação docente, mostra-se com maior clareza a necessidade da continuidade da proposta, inclusive procurando ampliá-la para um maior contingente de acadêmicos, professores em formação.

Diante da atual cultura escolar da fragmentação dos conhecimentos, que pode levar a uma fragilidade e até mesmo a um “esvaziamento epistemológico”, confirma-se a importância e a necessidade deste trabalho de debruçar-se sobre os principais clássicos da área, num esforço de levar a termo aquilo que Calvino propõe na abertura de sua obra: “Os clássicos são aqueles livros dos quais, em geral, se ouve dizer: ‘Estou relendo...’ e nunca ‘Estou lendo...’”. (CALVINO, 1993, p. 9).

Assim, podemos concluir afirmando que a proposta torna possível o acesso e a ampliação significativa dos conhecimentos, sobretudo os teórico-conceituais do campo educacional, trabalhados pelos autores clássicos lidos e analisados o que, de fato, contribuiu para uma sólida e qualificada formação dos estudantes que se preparam para o exercício profissional da docência.

Referências

ALVES, Gilberto Luiz. **O trabalho didático na escola moderna: formas históricas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

ALVES, Vania Maria. Waldow, Carmem. **Ciclo de estudos e debates dos clássicos para pensar a Educação**. Projeto de Extensão COPE 408-E Processo 23408.000221/2016-76. Palmas. Mimeo. 2016.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

ANTUNES, Benedito; CECCANTINI, João Luiz C. T. Os clássicos: entre a sacralização e a banalização. In: BENITES, Sonia A. L; PEREIRA, Rony F. (Orgs.). **A roda da leitura: língua e literatura no jornal Proleitura**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Assis: ANEP, 2004.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DICIONÁRIO AURÉLIO - **Século XXI**. Versão 3.0 (eletrônica). Editora Nova Fronteira.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 4. Ed. São Paulo: Centauro, 2012.

HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou a matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. 2. Ed. São Paulo: Ícone, 2003.

KOCHE, José C. **Fundamentos de metodologia Científica: Teoria da Ciência e Prática da pesquisa**. 14 ed. rev. ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. 14. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

MARX, K. **O Capital**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 29. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008a.

_____. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008b.

_____. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. V. 14, n. 40, jan./abr. 2009. P. 144-155.

_____. Trabalho didático e história da educação: enfoque histórico-pedagógico. In: ALVES, Gilberto Luiz. **A produção da escola pública contemporânea**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

VASCONCELOS, Edjair Dias de. **Leviatã**. Disponível em:
<http://institutoparthenon.com.br/clubedeescritores/2014/03/uma-pequena-sintese-para-entender-o-livro-leviata-de-thomas-hobbes/> Acesso em 06/set/2016.

PERCEPÇÕES DO AMBIENTE ESCOLAR ATRAVÉS DO CENSO ESCOLAR

Jéssica Caroline Schenatto (je_carolinee_14@hotmail.com)
Renata Aparecida Ferreira Ribas (reeapferreira@hotmail.com)
Ms. Jussara Isabel Stockmanns (jussara.stockmanns@ifpr.edu.br)
Daiane Padula Paz (daiane.paz@ifpr.edu.br)

RESUMO: Este artigo tem como objetivo propiciar o conhecimento sobre o censo escolar, procedimento público nacional coordenado pelo INEP, que tem como propósito realizar um levantamento de informações sobre a estrutura escolar e seus membros, através dos mesmos as informações são analisadas e programas são instalados para sanar determinadas dificuldades. São enfatizado aspectos como a realização da inscrição, quais as informações coletadas pelo mesmo, sua funcionalidade, utilidade e importância dentro do ambiente escolar, os recursos obtidos pela escola através deste programa, entre outros aspectos. Através destes dados é feita uma análise do ambiente escolar por meio deste programa, e conclui-se com benefícios para a educação conquistados por esse programa. O tema é abordado através de material bibliográfico e documental. Este procedimento busca uma educação que seja disponibilizada com a mesma qualidade para todos.

Palavras-chave: Censo Escolar – Políticas Públicas – Funcionalidade – Utilidade – Importância – Espaço escolar.

ABSTRACT: This article aims to provide knowledge about the school census, national public procedure coordinated by INEP, which aims to survey information on school structure and its members through the same information is analyzed and programs are installed to remedy certain difficulties. Are emphasized aspects such as the completion of registration, which information collected by it, its functionality, usefulness and importance within the school environment, the funds raised by the school through this program, among others. Through these data is an analysis of the school environment through this program, and concludes with benefits for education achieved by this program. The issue is addressed through bibliographic and documentary material. This procedure seeks an education that is provided with the same quality for all.

Keywords: School Census - Public Policy - Functionality - Utilidade - Importance - school space.

INTRODUÇÃO

O procedimento público nacional Censo Escolar, coordenado pelo INEP (Instituto Nacional de Educação e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira) e tem o objetivo de elevar o nível da educação brasileira. Busca ao mesmo

tempo universalizar a educação, através da instalação de programas específicos que supram as diferentes necessidades de cada escola.

Esta pesquisa bibliográfica e documental sobre o Censo Escolar pretende esclarecer o funcionamento do mesmo e sua importância no sistema de ensino. Inicia-se através de dados referentes à realização da inscrição e os dados que são recolhidos pelo mesmo. Esclarece-se a utilização destes dados e a importância dos mesmos para o INEP, resultando nos benefícios proporcionados por este procedimento.

Portanto, através deste meio objetiva-se que o leitor tome conhecimento deste procedimento público nacional que é pouco divulgado para a sociedade em geral, que tornou-se um dos principais instrumentos de implementação de políticas voltadas para a promoção da equidade, efetividade e qualidade do ensino.

2. CONHECENDO O PROGRAMA CENSO ESCOLAR

O Censo Escolar é um procedimento público nacional coordenado pelo INEP que consiste em uma pesquisa que propõe um levantamento de dados de forma ampla sobre as escolas de todo o país, que tem por objetivo realizar um registro do rendimento escolar.

Realizado todos os anos pelos funcionários das secretarias de escolas públicas e particulares, através do sistema SERE ou Educacenso. Consiste basicamente em um levantamento de dados estatísticos referentes ao estabelecimento de ensino, alunos, profissionais escolares, turmas, movimento e rendimento escolar.

Segundo Rigotti e Cerqueira (2004, p.74), esse sistema de disseminação de dados educacionais tem por objetivo principal,

[...] fornece informações e estatísticas para a realização de diagnósticos e análises sobre a realidade do sistema educacional do país, subsidiando a definição e a implementação de políticas orientadas para a promoção da equidade, efetividade e qualidade do ensino.

Este procedimento público nacional é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica, abrange diferentes etapas e modalidades de ensinos, como o ensino regular (educação Infantil e ensinos fundamental e médio), educação especial, educação de jovens e adultos (EJA) e educação profissional (cursos técnicos e cursos superiores de formação inicial continuada ou qualificação profissional). Em cada setor existe informações diferentes a serem recolhidas, como:

a) Escolas: Infraestrutura disponível (local de funcionamento, salas, tipo de abastecimento de água e de energia elétrica, destinação de lixo e esgoto sanitário), dependências existentes (diretoria, secretaria, cozinha, tipo de banheiro, laboratórios, acessibilidade, quadra de esporte, parque infantil), equipamentos (computadores, acesso à Internet, aparelhos de TV e DVD, antena parabólica), etapas e modalidades de escolarização oferecidas;

organização do ensino fundamental; localização, dependência administrativa, mantenedora e tipo de escola privada, escolas privadas conveniadas com o poder público.

b) Alunos: Sexo, cor/raça, idade, nacionalidade, local de nascimento, turma que frequenta, etapa e modalidade de ensino que frequenta, utilização de transporte escolar, tipo de deficiência.

c) Profissionais escolares: São coletadas informações dos professores/as, auxiliares/assistentes educacionais, profissionais/monitores de atividade complementar e tradutores/intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais). Das informações coletadas, podemos ressaltar: sexo, cor/raça, idade, escolaridade (formação: nível e curso, instituição formadora), etapa e modalidade de ensino de exercício, turma de exercício, disciplinas que ministra, nacionalidade e função que exerce.

d) Turmas: tipo de atendimento (escolarização, atividade complementar, classe hospitalar, unidade de atendimento socioeducativo, unidade prisional, atendimento educacional especializado – AEE), horários de início e de término, modalidade, etapa, disciplina, entre outras.

A inscrição no programa é feita através do preenchimento de dados por meio da internet pelo sistema Educacenso. O usuário de cada escola deve acessar o sistema, utilizando seu CPF e senha cadastrada. Em cada unidade de ensino é o diretor ou alguém indicado por ele que disponibiliza os dados. O preenchimento do questionário do Censo Escolar é obrigado a declarar, sob as penas da lei, serem verdadeiras as informações prestadas, mediante assinatura e fornecimento do número do seu CPF. Diniz (1999, p. 156) esclarece que:

A produção das estatísticas básicas da educação nacional, por meio da realização de levantamentos periódicos, de forma ágil e fidedigna, é o principal instrumento para auxiliar os atores envolvidos na definição e implementação da política educacional. É por meio dos censos educacionais que se busca garantir a utilização nesse processo, uma vez que se trata da fonte primária que alimenta o banco de dados do sistema integrado de informações educacionais.

Esta coleta de dados é realizada anualmente. Atualmente seu período de coleta é definido pela Portaria, porém nos últimos anos, o início da coleta tem sido a última quarta-feira do mês de maio, nomeada como o Dia Nacional do Censo Escolar. Essa data de referência foi escolhida para se adequar ao calendário escolar das instituições de ensino do Brasil.

O USO DESTES DADOS E SUA RESPECTIVA IMPORTÂNCIA

O Censo Escolar é um levantamento nacional de dados em escolas públicas e privadas de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação especial, façam uso do mesmo. Através deste programa pode-se conhecer a situação educacional do país, do

Distrito Federal, dos Estados, dos municípios e das escolas e acompanhar a efetividade das políticas públicas.

Segundo o INEP é possível monitorar o desenvolvimento da educação brasileira, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), as taxas de rendimento e de fluxo escolar, a distorção idade-série, entre outros, que servem de referência para as metas do Plano Nacional da Educação (PNE). Já às matrículas e dados escolares coletados servem de base para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Transporte Escolar (Pnate), o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e para a determinação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), entre outras ações.

Segundo informações disponíveis no site do INEP(2016):

[...] Os dados censitários permitem acompanhar e avaliar o desenvolvimento dos sistemas de ensino em todo o País e são essenciais para a realização de análises e estudos comparados, subsidiando a formulação de políticas públicas para distribuição dos recursos. Um exemplo da sua aplicabilidade está no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb (Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007), quando é a base de dados oficial para o cálculo dos recursos a serem repassados aos estados e municípios. Os dados do Censo Escolar são a principal referência para a gestão de programas federais, tais como: Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNAT, Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, Programa de Informatização das Escolas – Proinfo, dentre outros.

Na Educação Superior, segundo o INEP, o Censo Escolar tem por objetivo levantar dados sobre as estruturas e cursos das instituições de ensino superior do país. São catalogadas informações sobre os cursos de graduação presencial ou à distância, cursos sequenciais, vagas oferecidas, inscrições, matrículas, ingressantes e concluintes, informações sobre docentes, informações administrativas, nas diferentes formas de organização acadêmica e informações estruturais, como dados sobre bibliotecas, instalações, etc. Todos esses dados são utilizados para oferecer uma visão ampla sobre as tendências e a situação atual do sistema brasileiro de Educação Superior.

Além disso, os resultados obtidos no Censo Escolar sobre o rendimento (aprovação e reprovação) e movimento (abandono, transferência, falecimento) escolar dos alunos do ensino fundamental e médio, juntamente com outras avaliações do INEP (SAEB e Prova Brasil), são utilizados para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador que serve de referência para as metas do Plano Nacional da Educação (PNE), do Ministério da Educação. O Censo Escolar é amparado pelas principais

legislações e documentos que envolvem o processo censitário são as seguintes:

Lei: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional. Em seu artigo 5º, parágrafo 1º, inciso I e em seu artigo 9º, inciso V dispõe sobre o imperativo do recenseamento da população em idade escolar para o Ensino Fundamental, além da análise e disseminação de informações sobre a educação por parte da União.

Decreto: Decreto nº 6.425, de 4 de abril de 2008. Dispõe sobre o Censo anual da educação.

RECURSOS OBTIDOS ATRAVÉS DO CENSO ESCOLAR

As escolas participantes não recebem recursos financeiros pela sua participação, mas as verbas liberadas pelo fundo rotativo usado para alimentação e transporte escolar, por exemplo, são computadas através dos registros.

Para conseguir a participação das escolas, o programa estabelece que somente as escolas que declararem suas informações ao Censo Escolar poderão participar dos programas federais, inclusive os de formação de professor, e, ainda, ter seus resultados no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM divulgados. Apenas as escolas que declararam ao Censo Escolar matrículas de 3ª ano, 4ª série/5º ano, 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio participam da aplicação das avaliações da ANA e Prova Brasil/ SAEB.

Segundo Maria Helena Guimarães de Castro (mestre em Ciência Política pela Unicamp, é presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, INEP), outro inegável benefício da adoção do Censo Escolar como principal parâmetro para as políticas educacionais foi o aumento da eficiência e eficácia dos programas governamentais, como Merenda Escolar, Livro Didático e Dinheiro na Escola. Com o cadastro único das escolas e informações precisas sobre o número de alunos por estabelecimento, nível de ensino e série, os desperdícios foram eliminados. Além disso, garantiu-se a efetiva universalização destes programas. Em última instância, a utilização de critérios transparentes na implementação das políticas e ações educacionais representou uma profunda mudança na forma de atuação do poder público, inibindo práticas de intermediação política e de apropriação clientelista dos recursos da educação.

Este procedimento público nacional beneficia a educação em diferentes perspectivas. Através dos dados coletados garante a melhoria da educação, observando o que a escola necessita para oferecer uma educação de qualidade e através de recursos busca este melhoramento; seja através do aperfeiçoamento dos professores, estrutura, merenda, transporte, entre outros.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do Censo Escolar, pode-se perceber que o governo federal dispõe de dados que permitem visualizar a realidade educacional brasileira. Como instrumento de regulação, o censo tem o papel de garantir informações e possibilitar ações e políticas públicas. Apesar das ações por parte da união, é no município e na escola que a educação básica materializasse, para serem conhecidos os problemas, os atos por parte da união são focados nos resultados dos diferentes tipos de avaliação. Seja devido a descentralização e/ou a autonomia do ente federativo, as intervenções necessárias e possíveis no conjunto de um sistema educacional não são suficientes. Justamente, o que se coloca em discussão é se já se constituíram ferramentas de análise e controle, que tipo de intervenção a União poderá fazer, que considere o pacto federativo e de que forma estes dados possam ser disponibilizados para cada escola. Por meio desta pesquisa foi possível perceber o quanto esta ferramenta educativa tem sido pouco divulgada nos espaços escolares, uma vez que os dados disponíveis ficam restritos as secretarias de educação e aos gestores das escolas. É preciso que o município em parceria com o INEP estabeleça ações que permitam que todos os autores envolvidos no processo educacional tenham ciência da realidade de suas escolas, e assim, articulem ações para que de fato aconteça uma gestão democrática e tenhamos uma educação pública com mais qualidade e transparência.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário oficial da União, Brasília, DF.
- DINIZ, Ednar Maria Vieira. O Censo Escolar. **RBEP**, Brasília, v.80, n. 194, p. 156-163. 1999
- INEP. **Censo Escolar**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 22 de abr. de 2016.
- INEP. **EducaCenso**. Disponível em: <<http://www.educacenso.inep.gov.br/censobasico/>>. Acesso em: 22 de abr. de 2016.
- INEP. **Censo Escolar da Educação Básica**. Disponível em: <<http://sitio.educacenso.inep.gov.br/>>. Acesso em: 22 de abr. de 2016.
- INFORMAÇÃO, Secretaria de Logística e Tecnologia da. **Microdados do Censo Escolar**. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/microdados-do-censo-escolar>>. Acesso em: 22 de abr. de 2016.
- Resultado Censo Escolar 2015**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/10/mec-divulga-resultado-preliminar-do-censo-escolar-2015.html>>. Acesso em: 22 de abr. de 2016.
- RIGOTTI, J. I. R. e CERQUEIRA, C. A. As bases de dados do INEP e os indicadores educacionais: conceitos e aplicações. In: Introdução à demografia



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

da educação/Eduardo Luiz G. Rios-Neto e Juliana de Lucena Ruas Riani (orgs.) – Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil:** (1930/1973). 31. ed. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **Sistema Nacional de Educação:** Conceito, Papel Histórico e obstáculos para sua construção no Brasil. GT-05: Estado e Política Educacional – UNICAMP- 2008.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

PRÁTICAS DE ENFERMAGEM NO MODELO PSICOSSOCIAL

Ida Vaz Machado
Larissa Hellen Calinski
Gimene Cardozo Braga
Sidnei Teixeira Junior
sidnei.junior@ifpr.edu.br

Resumo: Na Reforma Psiquiátrica a enfermagem teve uma ressignificação de sua atuação, passando a focar a sua assistência no indivíduo e não na patologia e na cura da mesma. O objetivo deste estudo é descrever os cuidados de enfermagem em saúde mental dentro do modelo psicossocial. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura. A busca foi realizada na biblioteca virtual de saúde, no período de outubro de 2015, através dos descritores: cuidados de enfermagem, saúde mental e enfermagem psiquiátrica. Foram selecionados 12 artigos que estavam de acordo com a temática do estudo. Os artigos trataram de assuntos como: práticas de assistência por profissionais de nível médio, relações terapêuticas, integralidade do cuidado, inclusão social de moradores do SRT, importância de visitas domiciliares, responsabilização sob a clientela, práticas de atenção à saúde mental na crise. Conclui-se que as práticas de enfermagem no modelo psicossocial requerem escuta ativa, humanização no atendimento, vínculo e respeito pelas diferenças. Também torna-se importante a atenção a família e práticas voltadas a necessidade dos indivíduos, superando o modelo clássico de atuação da enfermagem.

Palavras-Chave: cuidados de enfermagem, saúde mental e enfermagem psiquiátrica.

Introdução

Saúde não pode ser definida apenas por ausência de doença, mas como um conjunto complexo em que bem-estar físico, emocional e social estão entrelaçados, gerando ao sujeito capacidade para desenvolver suas atividades sociais e de relacionamento, sua vida afetiva e sua rotina diária de forma a proporcionar qualidade de vida para ele e o meio onde está inserido (VIDEBECK, 2012).

Para Amarante (2007, p.16) saúde mental envolve aspectos religiosos, ideológicos, filosóficos, antropológicos, além da neurociência, psicologia e psicanálise. Engloba até mesmo a geografia por ser importante para o desenvolvimento de políticas públicas.

No âmbito da complexidade da assistência para usuários em saúde mental a enfermagem como profissão do cuidado tem papel fundamental, tendo em vista que a sua formação prevê a observação dos aspectos biopsicossociais (SOARES et al, 2011, p.4), ou seja, ir além de aspectos

clássicos atribuídos à enfermagem historicamente, incorporando práticas centradas nas necessidades dos indivíduos.

No Brasil, até a década de 1940 a formação de enfermeiras para atuarem em psiquiatria era de responsabilidade dos próprios médicos psiquiatras o que caracterizava uma formação centrada no modelo asilar (ESPERIDIÃO et al, 2013) e fortemente marcada pelo controle e repressão (VILLELA; SCATENA, 2004). A partir desse período surgem novas teorias na formação profissional da enfermagem com as enfermeiras Peplau, Travelbee e Minzoni que começaram defender ideias de que o relacionamento entre as pessoas e de pessoa a pessoa, poderiam ser usadas como ajuda terapêutica (ESPERIDIÃO et al, 2013).

A reforma psiquiátrica italiana produziu mudanças profundas na assistência e foi a maior influência para as mudanças do modelo brasileiro, quando foram criados Centros de Saúde Mental num modo de atendimento ao usuário próximo da sua família e que lhe conferia autonomia e liberdade. (AMARANTE, 1996; MENEGAT, 2010).

Neste contexto, a partir de 1970, a Saúde Mental no Brasil passa por grandes transformações e a enfermagem psiquiátrica acompanha o movimento contrário ao modelo asilar, passando a tratar o doente mental a partir de experiências centradas no modelo psicossocial (ESPERIDIÃO et al, 2013), ressignificando a sua atuação, focando o cuidado no indivíduo. Desta forma, entende-se que a doença faz parte da constituição do indivíduo e passa-se a investir nas suas potencialidades (VILLELLA e SCATENA, 2004).

Diante das mudanças no cuidado em saúde mental desenvolvido pela enfermagem, este trabalho tem o objetivo de investigar quais são os cuidados de enfermagem em saúde mental desenvolvidos dentro do modelo psicossocial.

Materiais e Métodos

Trata-se de uma revisão integrativa que consiste em uma análise da literatura com o objetivo promover entendimento de determinado evento com base em outros estudos. (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

O processo envolveu seis fases específicas da revisão integrativa (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010; MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008), a saber: Primeira fase: identificação do tema e elaboração da pergunta norteadora de pesquisa: quais são os cuidados de enfermagem em saúde mental desenvolvidos dentro do modelo psicossocial? Segunda fase: busca na literatura e estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos: Os dados foram catalogados a partir de buscas realizadas no período de outubro de 2015, na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS/BIREME), utilizando-se os descritores “cuidados de enfermagem”, “saúde mental” e “enfermagem psiquiátrica”. Os critérios de inclusão foram: artigos disponíveis, publicados nos últimos 5 anos, idioma português, assunto da revista: enfermagem, assuntos

principal: cuidados de enfermagem, saúde mental e enfermagem psiquiátrica e, artigo como tipo de documento. Dentre os artigos selecionados foram excluídos artigos de revisão e, aqueles que não respondiam a pergunta norteadora. Quando realizado o cruzamento dos descritores “cuidados de enfermagem” and “saúde mental”, foram encontrados 35.563 artigos que, após a aplicação dos filtros totalizaram 73 estudos. Quando realizado o cruzamento dos descritores “cuidados de enfermagem” and “enfermagem psiquiátrica”, foram encontrados 7351 artigos que após a aplicação dos filtros totalizaram 40 estudos. Após a comparação dos dois cruzamentos foram excluídos os estudos repetidos. Terceira fase: Coleta de dados. Consiste na extração das informações utilizando um instrumento para reunir os dados. As informações foram organizadas quanto ao tipo de estudo, objetivos, metodologia e resultados. Quarta fase: Análise dos estudos sob a ótica do objetivo deste estudo. Nesta fase foi realizada a leitura dos resultados dos artigos. Após a leitura, dos 113 artigos, resultaram 12 artigos que contemplavam o objetivo desta revisão. Quinta fase: Discussão dos resultados a partir da interpretação e análise crítica dos estudos comparando as informações. Sexta fase: Apresentação das informações.

Resultados

Após a leitura e exclusões, resultaram 12 artigos para sistematização e análise de dados, que foram organizados por ano de publicação, título, autores e revista (TABELA 1).

Tabela 1: Artigos selecionados para análise de dados

Nº	ANO	TÍTULO	AUTOR(ES)	REVISTA
01	2014	Centros de atenção psicossocial Álcool/drogas: inserção e práticas dos profissionais de enfermagem	Divane de Vargas, Marina Noll Bittencourt, Fernanda Mota Rocha, Anna Carolina Oliveira Silva	Revista Escola Anna Nery
02	2013	Relação interpessoal como forma de cuidado em enfermagem nas estratégias de saúde da família	Sueli de Carvalho Vilela; Ana Maria Pimenta Carvalho; Luiz Jorge Pedrão	Revista de Enfermagem da URJ
03	2013	Condições de saúde de mulheres com transtorno mental	Nadja Cristiane Lappann Botti, Simone Campos Ferreira, Rafaella Gontijo do Nascimento,	Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste

			Jeizziani Aparecida Ferreira Pinto	
04	2013	Serviço residencial terapêutico: o olhar do usuário	Bruna Gusmão de Matos e Lilian Hortale de Oliveira Moreira	Revista Escola Anna Nery
05	2013	Visão de familiares de usuários de um hospital psiquiátrico sobre a visita domiciliar	Elias Barbosa de Oliveira, Jovana Lucia Schettini Mendonça	Revista de Pesquisa: Cuidado é fundamental Online
06	2013	Compreendendo a equipe de enfermagem na assistência ao paciente esquizofrênico	Danielle Uehara de Lima, Ana Paula Rigon Fracischetti Garcia, Vanessa Pellegrino Toledo	Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste
07	2011	Fatores interferentes nas ações da equipe da Estratégia Saúde da Família ao portador de transtorno mental	Jéssica dos Santos Pini, Maria Angélica Pagliarini Waidman	Revista Esc. Enfermagem da USP
08	2012	Assistência de enfermagem às pessoas com transtornos mentais e às famílias na Atenção Básica	Maria Angélica Pagliarini Waidman, Sonia Silva Marcon, Andressa Pandini, Jacqueline Botura Bessa, Marcelle Paiano	Acta Paul Enfermagem
09	2012	Demandas de saúde mental: percepção de enfermeiros de equipes de saúde da família	Jacqueline de Souza, Margarita Antonia Villar Luis	Acta Paul Enfermagem
10	2014	Referenciais teóricos que norteiam a prática de enfermagem em saúde mental	Deivson Wendell da Costa Lima, Lia Carneiro Silveira, Alcivan Nunes Vieira, Bruna Moreira Camarotti da Cunha, Arisa Nara Saldanha de Almeida, Eryjosy marculino Guerreiro	Escola Anna Nery Revista de Enfermagem
11	2014	Da violência ao vínculo: construindo novos sentidos para a atenção à crise	Janaína Quinzen	Revista Brasileira de enfermagem

			Willrichl, Luciane Prado Kantorskil, Milena Hohmann Antonacci, Jandro Moraes CortesIII, Fabieli Gopinger Chiavagattil	
12	2011	O trabalho de enfermagem em saúde mental na estratégia de saúde da família	Francisca Bezerra de Oliveira, Joana Celine Costa e Silva, Victor Hugo Farias da Silva, Carla Kalline Alves Cartaxo.	Revista Rene

Discussão

Vargas et al (2014), após pesquisa em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) do município de São Paulo, verificaram que auxiliares e técnicos de enfermagem atuam em áreas diversas dentro do serviço como em atividades administrativas e de caráter técnico como a administração de medicamentos. Também estão inseridos em oficinas e grupos terapêuticos e, muitos fazem o acolhimento através de escuta, diálogo e orientações ao usuário.

Segundo Feldman (1976), dentre as funções desempenhadas pelos profissionais de enfermagem de nível médio estão: prestar cuidados de conforto e higiene; ministrar medicamentos, observar e registrar sinais e sintomas; realizar atividades de apoio como preparação de ambientes e disposição de materiais para exames e procedimentos; realizar procedimentos técnicos sob a supervisão do enfermeiro; fazer registros das atividades realizadas. Notamos que as atividades elencadas são remetidas à enfermagem clássica, através de protocolos baseados em níveis hierárquicos. Com o enfoque psicossocial, esses profissionais atuam em outros cenários, rompendo uma cadeia de detenção do poder/saber de categorias profissionais de nível superior, permitindo uma aproximação maior destes profissionais com o usuário, como preconiza o modelo psicossocial.

Vilela et al (2014), e Lima et al (2013), relatam a importância das relações interpessoais na prática dos cuidados ao cliente pelo enfermeiro. Os autores corroboram com o modelo psicossocial de atendimento a pessoas com sofrimento psíquico quando afirmam que a pessoa deve ser o centro do processo de cuidado e não as técnicas. O profissional deve ser o facilitador do ambiente para o cliente. A empatia, a aceitação e a escuta, por parte do

enfermeiro, resulta em laços e vínculos gerando confiança no cliente e, essa sensação de apoio e segurança trarão benefícios ao tratamento.

Kantorski et al (2010) afirmam que no campo psicossocial, a atuação do enfermeiro vem sendo ressignificada, deixando de lado o modelo asilar, centrando suas práticas nas necessidades dos sujeitos em sofrimento psíquico. Através da escuta, o profissional enfermeiro assume um papel de interrelação entre o sujeito e os demais profissionais do serviço, ampliando assim, as possibilidades terapêuticas.

Para Botti (2013), as mulheres com transtornos mentais estão mais sujeitas à gravidez não planejada e com as internações ficam com a sua autonomia prejudicada em relação ao cuidado com os filhos. Diante deste quadro destacam a importância de um atendimento integral para as mulheres portadoras de transtornos mentais, em especial dos profissionais de enfermagem, com orientações para uma vida sexual equilibrada.

Moura et al (2012), afirma que, apesar das demandas de planejamento familiar sejam obrigações da Estratégia Saúde da Família, um CAPS atuante dentro do conjunto de práticas psicossociais, deve compor práticas de geração de autonomia do indivíduo, neste caso, ações de planejamento familiar. Desta forma, a equipe de enfermagem se mostrou atuante na escuta das necessidades relativas à saúde reprodutiva das mulheres sob o seu cuidado, atuando em iniciativas relativas à educação em saúde desta população.

Para Matos e Moreira (2013), o morador do Residencial Terapêutico deve ser estimulado à autonomia por meio da convivência diária com outros integrantes da casa, bem como a mudanças de comportamento e construção de uma vida nova, através das atividades normais do dia-a-dia. O morador também deve ser incentivado a cuidar de sua própria medicação, sem auxílio de um profissional. Outras atividades diárias como limpeza, organização, alimentação, de acordo com suas habilidades individuais e a retomada de atividades como ir ao supermercado comprar as suas próprias coisas possibilitam a reconstrução da autonomia.

Martins (2013) indica a importância da participação do enfermeiro para a implantação, consolidação e expansão dos Serviços Residenciais Terapêuticos, devido a sua atuação no paradigma da atenção psicossocial. O profissional de enfermagem deve atuar em práticas reabilitativas, em consonância com as atitudes desinstitucionalizadas. Assim, busca orientar os estabelecidos evidenciando suas potencialidades, favorecendo a redução do processo de exclusão e da estigmatização.

Oliveira e Mendonça (2013) trazem a importância das visitas domiciliares às famílias de pacientes que passaram por várias internações psiquiátricas. Estas famílias estão com uma sobrecarga emocional, financeira e social acarretada pelo ciclo patológico vivido pelo paciente-familiar e a visita domiciliar deve promover uma escuta, confiança e aliança terapêutica.

Costa et al (2010) afirma que que por meio das visitas domiciliares, é possível conhecer o contexto em que a família está inserida, reconhecendo as

possibilidades e necessidades de cada uma, habilitando seus membros para enfrentamento e adaptação de vida em face do transtorno mental

Pini e Waidman (2011), Waidman et al (2012), Souza e Luis (2012) e Oliveira et al (2011) apresentaram como dificuldades na Assistência a pacientes portadores de transtorno mental pelas equipes de Estratégia de Saúde da família (ESF): questões pessoais, profissionais e de estruturação do serviço, falta de capacitação em saúde mental, falta de familiar no acompanhamento de consultas, falta de informação na contrarreferência ou falta da contrarreferência pelos serviços especializados e baixa adesão pelo paciente às ações terapêuticas.

Apontam como ajuda nas ações de cuidado em saúde mental pelas ESF o estabelecimento de vínculo, ouvir a família, planejar atividades com a família, capacitação permanente dos profissionais e apoio matricial.

Lima et al (2014) destaca a importância do profissional conhecer as teorias de enfermagem, especialmente de Hildegard Peplau e Joyce Travelbee, que reconhecem a história de vida do sujeito, o uso do relacionamento terapêutico e a participação do paciente como sujeito ativo no processo de cuidado e sofrimento pelo qual está passando.

Willrich e al (2014) afirmam que em situações de emergência em saúde mental, a contenção química não deve ser reconhecida como valor terapêutico, mas de utilidade para reduzir a angústia do indivíduo bem como, para controle temporário de comportamentos problemáticos. E a contenção física somente deverá ser realizada, se necessária, e sempre através do diálogo com o usuário de forma não perpetrar o ideal manicomial.

As práticas de enfermagem clássica nos estabelecimentos de saúde mental, pautavam-se na vigilância e na autoridade imposta aos usuários como forma de controle das atitudes dos internos. Assim, a contenção física e química mostrava-se como ferramentas cotidianas das ações de enfermagem no modelo manicomial.

Em práxis centradas no modelo psicossocial Ainda de acordo com os autores o profissional de enfermagem deve pautar sua atuação de forma que leve à construção de novos saberes e instrumentos para cuidar baseada nas mudanças advindas da reforma psiquiátrica, ou seja, a crise deve ser entendida como parte do comportamento da doença e, o profissional deve assumir uma postura profissional de compromisso e disponibilidade para romper com a cultura de manicômio.

Considerações Finais

Prestar assistência de enfermagem no modelo preconizado pela Reforma Psiquiátrica através do modelo psicossocial envolve uma complexidade de ações e comportamentos.

O cuidado do usuário com sofrimento psíquico requer do profissional estar aberto a mudar conceitos e a quebrar preconceitos. Requer ainda uma escuta ativa, humanização no atendimento, vínculo e respeito pelas diferenças,

sem exclusão, incluindo a família, mobilizando a sociedade, e acima de tudo enxergando o sujeito como único e dotado de uma história também única.

Foi evidenciado uma maior autonomia no desempenho do processo de trabalho de profissionais de enfermagem de nível médio, superando as divisões hierárquicas entre saberes e fazeres atribuídos a profissionais de nível superior.

Também evidencia-se que o investimento na relação interpessoal entre profissional e usuário resulta na formação de laços e vínculos gerando confiança no cliente e, essa sensação de apoio e segurança trarão benefícios ao tratamento.

Apesar dos serviços de saúde mental, na sua essência, tratar dos transtornos mentais da sua clientela, um serviço que atua no modo psicossocial se preocupa com abordagens integrais e, a enfermagem assume um papel importante na abordagem a saúde reprodutiva de mulheres portadoras de transtornos mentais.

A enfermagem tem papel fundamental no desenvolvimento de autonomia de usuários moradores de Residenciais Terapêuticos e também deve atuar em visitas domiciliares, a fim de oportunizar a escuta à família minimizando o seu sofrimento.

Profissionais da enfermagem devem investir na incorporação de referenciais teóricos que contemplem as práticas psicossociais, centradas nas necessidades dos indivíduos, que tenham um potencial gerador de autonomia, deixando-se de lado práticas ultrapassadas do modelo manicomial.

Referências

AMARANTE, P. O Homem e a Serpente: Outras Histórias Para a Loucura e a Psiquiatria. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 1996. 142 p.

AMARANTE, P. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. 2. Ed. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2007. 120 p.

BOTTI, N.C.L. et al. Condições de Saúde de Mulheres com Transtorno Mental. Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste. V. 14, n. 06, p. 1209-1216, 2013.

ESPERIDIÃO, E. et al. A Enfermagem Psiquiátrica, a ABEn e o Departamento Científico de Enfermagem Psiquiátrica e a Saúde Mental: avanços e desafios. Revista Brasileira de Enfermagem. Distrito Federal, v. 66 (esp), p. 171-176, 2013.

FELDMAN, M.A. Administração do Serviço de Enfermagem. Grafikor Editora, São Paulo, 8.^a edição, 1976



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

INOUE, B.C.L, et al. Assistência de enfermagem domiciliar à família e portadores de transtorno mental: relato de experiência. Revista Cogitare Enfermagem, V.15, n.2, p 354-8 Abr-jun 2010

KANTORSKI, L.P, et al A atuação do enfermeiro nos centros de atenção psicossocial à luz do modo psicossocial. REME– Revista Mineira de Enfermagem, V.67, n.3, p 399-407, jul-set 2010 .

LIMA, D.U. et al. Compreendendo a equipe de enfermagem na assistência ao paciente esquizofrênico. Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste. V. 14, n. 3, p. 503-511, 2013.

LIMA, S.W.C. et al. Referenciais teóricos que norteiam a prática de enfermagem em saúde mental. Escola Anna Nery Revista de Enfermagem. V. 18, n.2, p. 336-342, 2014.

MARTINS, G.C.S. Possibilidades de atuação da enfermagem em saúde mental: contribuições no processo de implantação das Residências Terapêuticas no município de Volta Redonda – Rio de Janeiro (2006-2011) [dissertação], Rio de Janeiro: UFRJ/ Escola de Enfermagem Anna Nery, 2013. 156 f

MATOS, B.G.; MOREIRA, L.H.O. Serviço Residencial Terapêutico: o olhar do Usuário. Revista Escola Anna Nery. V. 17, n. 4, p. 668-676, 2013.

MENDONÇA, J.L.S.; OLIVEIRA, E.B. Visão de Familiares de usuários de um hospital psiquiátrico sobre a visita domiciliar. Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online. V.5, n.1, p. 3531, 2013.

MENEGAT, D.R. A Desinstitucionalização do portador de doença mental e a reforma psiquiátrica brasileira. Revista do Ministério Público do RS, Porto Alegre, n. 66, maio 2010 – ago. 2010.

MOURA, E.R.F et al. Planejamento familiar de mulheres com transtorno mental: o que profissionais do CAPS têm a dizer. Revista da Escola de Enfermagem da USP, V.46, n.4, agosto, 2012

OLIVEIRA, F. B. et al. O Trabalho de enfermagem em saúde mental na estratégia de saúde da família. Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste. V. 12, n.02, p. 229-237, 2011.

PINI, J.S; WAIDMAN, M.A. Fatores Interferentes nas ações da equipe da Estratégia da Saúde da Família ao portador de transtorno mental. Revista Esc. Enfermagem da USP. V. 46, n.2, p. 372-379, 2011.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

SANTOS, E.G.; SIQUEIRA, M.M. Prevalência dos transtornos mentais na população adulta brasileira: uma revisão sistemática de 1997 a 2009. *Jornal Bras. de Psiquiatria*. V. 53, n. 63, p. 238-246, 2010.

SOUZA, J., LUIS, M.A.V. Demandas de saúde mental: percepção de enfermeiros de equipes de saúde da família. *Acta Paul Enfermagem*. V. 25, n. 6, p. 852-858, 2012.

VARGAS, D. et al. Centros de Atenção Psicossocial Álcool/drogas: inserção e práticas dos profissionais de enfermagem. *Revista Escola Anna Nery*. V. 18, n. 01, p. 101-106, 2014.

VIDEBECK, S.L. *Enfermagem em Saúde Mental e Psiquiatria*. 5. Ed. Porto Alegre. Artmed, 2012. 535 p.

VILELA, S.C. et al. Relação interpessoal como forma de cuidado em enfermagem nas estratégias de saúde da família. *Revista de Enfermagem da URJ*. V.22, n. 01, p. 96-102, 2013.

VILELLA, S.C.; SCATENA, M.C.M. A Enfermagem e o Cuidado na Área de Saúde Mental. *Revista Brasileira de Enfermagem*. Distrito Federal, v. 57, n.6, p. 738-741, nov-dez 2004.

WAIMAN, M.A.P. et al. Assistência de Enfermagem às pessoas com transtornos mentais e às famílias na Atenção Básica. *Acta Paul Enfermagem*. V. 25, n. 3, p. 346-351, 2012.

WILLRICH, J. Q., et al. Da violência ao vínculo: construindo novos sentidos para a atenção à crise. *Revista Brasileira de Enfermagem*. Distrito Federal, v. 67, n.1, p. 97-103, jan-fev 2014.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA E SUAS IMPLICAÇÕES CONTÁBEIS E SOCIAIS

Autores: Amanda Hochmann Narciso
(amanda_10hn@live.com)¹ Davi Valentin da Silva
(davi.valentin23@gmail.com)²
Jéssica Machado da Silva
(jessica_machadoctb@hotmail.com)³ Juneli Zanato Gosch
(juneligosch@live.com)⁴
Micheli Barichello (micheli.barichello@gmail.com)⁵
Flávio Führ (flavio.fuhr@ifpr.edu.br)⁶

^{1, 2, 3, 4, 5} Acadêmicos Instituto Federal do Paraná

⁶ Professor do IFPR – Campus Palmas – Curso de Ciências Contábeis

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apontar quais foram as principais mudanças ocorridas na Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas, com base nas Leis 7.661 de 21 de Junho de 1945 e 11.101 de 9 de Fevereiro de 2005. Neste sentido, inicialmente fez-se uma breve conceituação de recuperação judicial e falência de empresas, na sequência foi dada ênfase as organizações que podem adentrar no Plano de Recuperação Judicial, posteriormente tratou-se da estrutura e aplicação do Plano de Recuperação Judicial para finalmente analisarmos as principais alterações na nova Lei de Falências. Com o resultado a pesquisa, evidencia a ausência de critérios na Lei 7.661/1945, o que deixou ela suscetível a utilizações não adequadas ou de forma divergente de sua finalidade pelos empresários. Portanto a nova Lei 11.101/2005 veio para melhorar e parametrizar de forma mais clara a intenção do legislador.

Palavras-chave: Nova Lei de Falências, Principais Alterações, Plano de Recuperação Judicial.

Abstract: This paper aims to point out what were the main changes in the new Bankruptcy Law and Corporate Restructuring, based on Law 7.661 of June 21, 1945 and 11.101 of February 9, 2005. In this regard, initially made a brief conceptualization of bankruptcy and judicial recovery following was emphasized organizations that can enter the judicial recovery plan subsequently treated the structure and implementation of the judicial recovery plan to finally analyze the main changes in the new bankruptcies law. With the search result shows the absence of criteria in Law 7.661 / 1945, which made it susceptible to incorrect use or divergently from its purpose by entrepreneurs. Therefore, the new Law 11.101 / 2005 came to improve and parameterize more clearly the intention of the legislator.

Keywords: Judicial recovery, bankruptcy, judicial recovery plan.

Introdução

Com base nas mudanças ocorridas tanto na economia mundial quanto no Brasil, o Decreto-Lei 7.661, de 21 de Junho de 1945 deixou a desejar quanto à sua aplicação no que diz respeito à falência das empresas, havendo nesse caso a necessidade da instituição de uma nova lei com parâmetros mais rígidos para fechar as lacunas deixadas pela Lei 7.661. Sendo assim, em 9 de Junho de 2005, foi implementada uma nova Lei para regulamentar o processo falimentar, sendo este o Decreto-Lei 11.101/05.

Neste sentido, a nova Lei foi decretada com o intuito de estimular a negociação entre devedor e credores, buscando soluções de mercado prováveis para empresas que encontram-se com dificuldades econômico-financeiras.

Seguindo esse contexto, a presente pesquisa dispõe sobre a aplicação da recuperação judicial e a falência de empresas bem como suas implicações tanto contábeis quanto sociais. Desta forma, a pesquisa foi elaborada para responder a seguinte indagação: Quais foram as principais alterações ocorridas na Lei de Falências?

A partir disso o objetivo geral desta pesquisa é comparar quais foram as principais mudanças trazidas pela Nova Lei de Falências. Com base no objetivo geral, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: Definir o que é Recuperação Judicial e Falência de empresas; Analisar quais organizações podem adentrar no Plano de Recuperação Judicial pela Nova Lei de Falências; Verificar quanto à estrutura e aplicação do Plano de Recuperação Judicial; Comparar as principais mudanças ocorridas na nova Lei de Recuperação de Empresas e Falências.

Referencial teórico

Observando a nova Lei de Falências de um ponto mais econômico, a mesma tem por objetivo instituir condições que visam soluções previsíveis, transparentes e rápidas para situações de insolvência, de modo a garantir que seus bens tanto tangíveis quanto intangíveis não sofram impactos, permitindo o cumprimento da sua função social, ao mesmo tempo em que gera produto, emprego e renda.

Recuperação judicial e falência de empresas

Quando um empresário ou sociedade empresaria decai devido à crise, ou devido a decisões que impactaram negativamente lhe acarretando problemas de natureza econômica, financeira ou técnica e conseqüentemente o empresário se vê em uma situação constrangedora, pois devido à queda nos lucros encontra certas dificuldades e empecilhos para com o cumprimento de suas obrigações.

No entanto, a nova Lei de Falências estabelece o instituto da recuperação judicial, auxiliando as empresas que se encontram em crise financeira, possibilitando

sua retomada no mercado. Quanto à recuperação Judicial, o art. 47 desta mesma Lei dispõe que:

Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

A recuperação judicial, tem seu foco voltado a contribuir com a instituição (empresa), objetivando evitar a falência da mesma. Esse processo é feito quando a empresa perde a capacidade de pagar suas dívidas, com o decorrer desse processo a empresa tem a possibilidade de reorganizar seus negócios e reestruturar seu passivo, garantindo assim uma estabilidade financeira momentânea, para que assim possa competir igualmente no mercado. Seguindo este contexto, Paiva (2005, p. 43) dispõe que: “o instituto da recuperação está baseado na constatação de que a reorganização eficaz dos negócios de uma empresa em dificuldade representa uma das principais formas de maximização do valor dos ativos e de proteção aos credores”.

Analisando quanto aos envolvidos no processo de recuperação judicial, nota-se que mesmo individualmente, todos os envolvidos têm incentivos para requerer a recuperação da empresa, pois, para o devedor essa é a melhor opção para suavizar a crise econômico-financeira vivenciada pela empresa e de certa forma manter a viabilidade de seu negócio de maneira a evitar a falência. Já para os credores, aumenta as probabilidades de recuperação dos créditos cedidos, assim como a manutenção ou até mesmo a concretização de novos negócios. Quanto aos colaboradores, estes objetivam a manutenção de seus empregos bem como a concessão de condições para o ressarcimento de salários e benefícios em atraso.

De acordo com a nova Lei de Falências, em seu art. 51, no pedido de recuperação judicial será exposto:

- a) As causas concretas da situação patrimonial do devedor e as razões que acarretaram a crise econômico-financeira da empresa;
- b) As demonstrações contábeis dos 3 (três) últimos exercícios sociais, compostas obrigatoriamente por Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados Acumulados, Demonstração do Resultado desde o último exercício social, relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção;
- c) A relação completa dos credores;
- d) A relação integral completa dos empregados;
- e) A certidão de regularidade do devedor no Registro Público de Empresas;

f) A relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor;

g) Os extratos atualizados das contas bancárias do devedor e de suas eventuais aplicações financeiras de qualquer modalidade;

h) Certidões dos cartórios de protestos situados na comarca do domicílio ou sede do devedor e naquelas onde possui filial; e

i) A relação, subscrita pelo devedor, de todas as ações judiciais em que este figure como parte, inclusive as de natureza trabalhista;

Quando requerido a recuperação judicial, será suspensa todas as ações ou execuções contra o devedor, porém os credores, fornecedores ou financiadores, só se dispõem a financia-lo quando houver a probabilidade de que o devedor possa cumprir com suas obrigações tempestivamente.

No que diz respeito à falência, Requião (1998, p. 3) *apud* Castro (2006, p.

23) comenta que o verbo falir passou de expressão comum para expressar tecnicamente a impossibilidade de o devedor quitar suas obrigações, em consequência da dificuldade de fluxo de caixa e patrimônio insuficiente.

Estão sujeitos à falência o empresário e a sociedade empresária, no entanto estão excluídos desse risco: empresas públicas; sociedade de economia mista; instituição financeira pública ou privada e cooperativa de crédito; o consórcio; entidade de previdência complementar; a sociedade de plano de assistência à saúde; sociedade seguradora; sociedade de capitalização; bem como, outras entidades legalmente equiparadas as anteriores.

A falência de uma empresa ocorre quando o devedor não apresentar no prazo previsto, o plano de recuperação judicial, como era previsto cumpri-lo, ou seja, quitar seus débitos com os credores e reestabelecer sua situação econômico- financeira, quando não alcançado esse objetivo o juiz decretará a sua falência, com base no art. 73 da Lei 11.101/05.

No entanto existem outras maneiras das quais podem ocasionar a falência de uma empresa, ressaltando que a mesma poderá ser requerida ou convalidada.

A convalidação da recuperação judicial em falência ocorre quando o juiz decreta a falência da empresa durante o processo de recuperação judicial. Dentre suas hipóteses estão: por deliberação da assembleia-geral de credores; pela não apresentação pelo devedor, do plano de recuperação no prazo; quando houver sido rejeitado o plano de recuperação; e por descumprimento de qualquer obrigação assumida no plano de recuperação.

Dessa forma, caso aconteça algumas dessas hipóteses no decorrer da recuperação judicial da empresa, o juiz poderá declarar automaticamente a falência dessa empresa.

Conforme o art. 74 da Lei 11.101/05, “Na convalidação da recuperação em falência, os atos de administração, endividamento, oneração ou alienação praticados durante a recuperação judicial presumem-se válidos,

desde que realizados na forma desta Lei”. Sendo assim, e desde que realizados dentro da Lei, ou seja conforme ela determina, os atos praticados no período corrente da recuperação judicial permanecem válidos, mesmo no caso de convalidação.

O requerimento de falência é um instrumento utilizado por parte da empresa na(s) pessoa(s) de seu(s) representante(s) legal(is), que entendem estarem em situação agravante, em termos de situação econômico-financeira, não vendo outra solução, a não ser requerer a falência. Em conformidade com o art. 97 da Lei 11.101 esse requerimento pode ser feito tanto por:

- a) Credor: todo aquele que tem o direito de exigir o cumprimento das obrigações por parte do devedor;
- b) Devedor: empresário ou sociedade empresaria que não tenha condições de requerer sua recuperação judicial, sendo assim requerer sua própria falência;
- c) Sócio ou acionista: em uma sociedade que caminha mal e está conflituosa, qualquer um dos sócios ou acionista podem requerer a falência da sociedade para que tal não se deteriore;
- d) Cônjuge sobrevivente, herdeiros e inventariante: na ocorrência da morte do devedor, o cônjuge sobrevivente, os herdeiros e o inventariante podem requerer a falência do espólio, desde que constatada sua insolvência. O prazo para requerer a falência do espólio é de um ano da morte do devedor.

Nesse requerimento, o requerente deve ater-se somente a fundamentar legalmente sua pretensão, de forma a evitar discussões culposas e citações desnecessárias.

Visando a menor onerosidade o processo falimentar via jurisdicional, atende aos princípios de celeridade e da economia processual, visando aos envolvidos no processo atuarem com o menor custo possível e chegando ao resultado, ou seja cumprindo a sua função, no menor tempo possível.

Organizações que podem adentrar no plano de recuperação judicial

Existem algumas sociedades empresarias, que por mais que circulem bens e serviços, não pode estar utilizando-se do Plano de Recuperação Judicial. Conforme traz o Art. 2º da Lei 11.101/05, as seguintes empresas não podem aderir a Lei de Falências:

I – empresa pública e sociedade de economia mista; II – instituição financeira pública ou privada, cooperativa de crédito, consórcio, entidade de previdência complementar, sociedade operadora de plano de assistência à saúde, sociedade seguradora de plano de assistência à saúde, sociedade seguradora, sociedade de capitalização e outras entidades legalmente equiparadas às anteriores.

Além de todas essas exceções, para que possa utilizar-se do Plano de Recuperação Judicial, a entidade como um todo deve ter no mínimo

2 (dois) anos de exercício e não pode ter utilizado da Recuperação Judicial há pelo menos 5 (cinco) anos. De acordo com o artigo 48 da Lei 11.101 de 2005 poderá requerer a recuperação judicial o devedor que:

[...] no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente: I – não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades daí decorrentes; II – não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial; III - não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo; IV – não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.

Vale destacar que somente quem é exposto e que possui risco de ter falência pode utilizar-se da recuperação judicial, pois a mesma só pode ser utilizada se o titular da empresa desejar, ou se os credores, bem como, o sindicato, os trabalhadores, ou até mesmo o órgão governamental propuserem um plano para a reorganização da atividade se a empresa estiver pré-falencial, caso isso não ocorra não pode ser dado início ao processo de recuperação judicial.

Estrutura e aplicação do plano de recuperação judicial (PRJ)

O Plano de Recuperação Judicial (PRJ) tem como objetivo, antecipar ações com capacidade para superar a crise econômico financeira da organização. Neste sentido, o art. 50 da Nova Lei de Falências dispõe quanto às medidas passíveis de aplicação:

Art. 50. Constituem meios de recuperação judicial, observada a legislação pertinente a cada caso, dentre outros:

I – concessão de prazos e condições especiais para pagamento das obrigações vencidas ou vincendas; II – cisão, incorporação, fusão ou transformação de sociedade, constituição de subsidiária integral, ou cessão de cotas ou ações, respeitados os direitos dos sócios, nos termos da legislação vigente; III – alteração do controle societário; IV – substituição total ou parcial dos administradores do devedor ou modificação de seus órgãos administrativos; V – concessão aos credores de direito de eleição em separado de administradores e de poder de veto em relação às matérias que o plano especificar; VI – aumento de capital social; VII – trespasse ou arrendamento de estabelecimento, inclusive à sociedade constituída pelos próprios empregados; VIII – redução salarial, compensação de horários e redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva; IX – dação em pagamento ou novação de dívidas do passivo, com ou sem constituição de garantia própria ou de terceiro; X – constituição de sociedade de credores; XI – venda parcial dos bens; XII – equalização de encargos financeiros relativos a débitos de qualquer natureza, tendo como termo inicial a data da distribuição do pedido de recuperação judicial, aplicando-se inclusive aos contratos de crédito rural, sem prejuízo do disposto em legislação específica; XIII – usufruto da empresa; XIV – administração compartilhada; XV – emissão de valores mobiliários; XVI – constituição de sociedade de propósito específico para adjudicar, em pagamento dos créditos, os ativos

do devedor. § 1º Na alienação de bem objeto de garantia real, a supressão da garantia ou sua substituição somente serão admitidas mediante aprovação expressa do credor titular da respectiva garantia. § 2º Nos créditos em moeda estrangeira, a variação cambial será conservada como parâmetro de indexação da correspondente obrigação e só poderá ser afastada se o credor titular do respectivo crédito aprovar expressamente previsão diversa no plano de recuperação judicial.

Portanto, o PRJ traz ao empresário a viabilidade de expor as dificuldades econômico financeiras que a entidade está enfrentando e a forma que o mesmo pretende cumprir com suas obrigações, expondo as medidas que serão aplicadas para a revitalização da empresa.

Quanto à estrutura em que o Plano de Recuperação Judicial deve ser apresentado, a Lei 11.101/05 em seu Art. 53 dispõe que o mesmo deverá conter:

I – discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a ser empregados, conforme art. 50 desta lei, e seu resumo; II – demonstração de sua viabilidade econômica; e III – laudo econômico-financeiro e de avaliação de bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada.

Materiais e métodos

Para o levantamento de dados empregados nesta pesquisa, foram utilizados alguns procedimentos e técnicas de pesquisa, tais como: método de pesquisa bibliográfica, pesquisa qualitativa, pesquisa documental e pesquisa descritiva.

Quanto à abordagem do problema, utilizou-se da pesquisa qualitativa, que de acordo com Oliveira (2011, p. 80) “corresponde ao agrupamento e a análise de informação, de forma não numérica, como textos e imagens, com o uso de métodos formais de pesquisa”, neste sentido Oliveira ainda conclui que “essa análise abrange a extração e definição de forma sistêmica de conceitos e categorias de temas, com a identificação de relacionamentos e sua explicação teórica”. Seguindo este contexto, a escolha pela pesquisa qualitativa deu-se pelo fato de a mesma permitir aprofundamento do referido tema.

Quanto aos procedimentos, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental, pois a mesma foi realizada com base em materiais já publicados. Seguindo este contexto, no que diz respeito à pesquisa bibliográfica Beuren (2014, p. 87) dispõe que:

O material consultado na pesquisa bibliográfica abrange todo o referencial já tornado público em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, dissertações, teses, entre outros.

Neste sentido, a escolha pela pesquisa bibliográfica deu-se pelo fato de a mesma proporcionar uma melhor explanação sobre o referido tema.

Conforme citado anteriormente utilizou-se também da pesquisa documental, que de acordo com Gil (2010, p. 30) “vale-se de toda a sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação etc.”, neste sentido, para a elaboração do presente trabalho utilizou-se de um Plano de Recuperação Judicial, o qual está embasado na nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas 11.101/05.

Quanto aos seus objetivos a pesquisa é descritiva, de acordo com a concepção de Beuren (2014, p. 81):

[...] a pesquisa descritiva configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira nem tão aprofundada como a segunda. Nesse contexto, descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos.

O presente estudo utilizou da pesquisa descritiva, pelo fato de analisar e apresentar os problemas da pesquisa, a qual descreve características de determinado assunto e tem por objetivo relatar as alterações do estudo em foco.

Resultados e discussão

Com o passar nos anos o Decreto-Lei 7.661, de 21 de Junho de 1945 passou a não acompanhar as grandes mudanças na economia mundial e com isso houve a necessidade de implantação de uma nova Lei. Em 09 de fevereiro de 2005 entrou em vigor a Lei nº 11.101, ou seja, a Lei de Falências e de Recuperação de Empresas.

Segundo este contexto, neste capítulo iremos tratar dos resultados obtidos com a pesquisa, no que diz respeito às principais alterações ocorridas na Lei de Falências e Recuperação de Empresas.

4.1 Principais alterações ocorridas com a implantação da Lei nº 11.101 de 9/2/2005

A principal alteração da nova lei, é que se aboliu a concordata e foi implantada a recuperação judicial e extrajudicial das empresas, no qual esta nova lei dispõe a possibilidade de realizar um planejamento de recuperação da empresa com a organização de informações cruciais para a elaboração do plano de recuperação para evitar a falência da mesma.

Segundo Coelho (2008, p. XXXIX), as principais diferenças entre concordata e recuperação judicial são: a) na concordata, qualquer empresário que cumprisse as condições exigidas na lei teria o direito de acesso, independente se houvesse ou não a possibilidade de recuperação econômica, já a recuperação judicial a empresa deverá apresentar um planejamento que reorganize e possibilite a viabilidade da atividade; b) enquanto a concordata traz efeitos somente aos credores quirografários, a recuperação judicial

sujeita todos os credores, inclusive os que obtêm privilégio ou preferência, exceto os fiscais, ou seja, a concordata não garante o pagamento dos credores e a recuperação judicial traz possibilidades mais viáveis para a empresa se recuperar e possivelmente pagar suas dívidas, também trazem uma limitação regulamentando o pagamento das dívidas trabalhistas no máximo de 1 (um) ano e em relação aos impostos que entram na exceção pois devem ser pagos ou parcelados conforme a disponibilidade do governo de benefícios; c) o sacrifício dos credores na concordata vem definido em lei, enquanto na recuperação judicial, deve ser delimitado no plano de recuperação o sacrifício, se houver, e é sem limitações, mas deve ser aprovado por todas as classes de credores.

Um dos benefícios trazidos pela nova Lei 11.101/05 é que agora as empresas dispõem de duas maneiras para a reestruturação, denominada recuperação extrajudicial e recuperação judicial. A Recuperação extrajudicial dispõe que serão indicados apenas os credores que se denominam mais expressivos para que haja a renegociação dos créditos, sem que haja a perda de características, valores e prazos dos demais credores do passivo. Já a recuperação judicial será realizada de maneira mais minuciosa, e encontra-se sob condução do Poder Judiciário, a recuperação judicial será decidida através dos próprios credores (comitê de credores), caso a recuperação não alcançar a aprovação, caberá ao juiz decretar falência a empresa.

Para a decretação de falência do devedor, a nova lei trouxe uma medida a ser cumprida, conforme o inciso I do art. 94 da Lei 11.101 de 9-2-2005: “I - sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, obrigação líquida materializada em título ou títulos executivos protestados cuja soma ultrapasse o equivalente a 40 (quarenta) salários-mínimos na data do pedido de falência”. Desta forma somente poderá decretar falência as empresas que comprovarem que suas dívidas ultrapassam o valor de 40 (quarenta) salários mínimos que atualmente equivale R\$ 35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais).

Ainda segundo a Lei 11.101 em seu art. 140, tem como preferência para a venda dos bens do falido da seguinte maneira:

- I – alienação da empresa, como a venda de seus estabelecimentos em bloco; II – alienação da empresa, com a venda de suas filiais e unidades produtivas isoladamente; III – alienação em bloco dos bens que integram cada um dos estabelecimentos do devedor; IV – alienação dos bens individualmente considerados.

A venda para bens perecíveis, sensíveis ou que possam vir à sofrer desvalorização considerável podem ser realizadas antecipadamente, sendo que a venda pode ser realizada através de leilões, propostas ou pregões, cabendo ao juiz decidir, ressaltando que os membros da administração não podem interferir.

O antigo Decreto-Lei 7.661, de 21-06-1945, trazia que o administrador da empresa que aderira a concordata deveria ser chamado de

síndico, já com a nova Lei nº 11.101 de 9-2-2005, traz em seu Art. 21 que seu administrador será:

Art.21. O administrador judicial será o profissional idôneo, preferencialmente advogado, economista, administrador de empresas ou contador, ou pessoa jurídica especializada.

Parágrafo único. Se o administrador judicial nomeado for pessoa jurídica, declarar-se-á, no termo de que trata o art. 33 desta Lei, o nome de profissional responsável pela condução do processo de falência ou recuperação judicial, que não poderá ser substituído sem autorização do juiz.

Além da alteração do nome síndico para administrador judicial a nova lei também trouxe uma diminuição de autonomia do administrador. O administrador será escolhido pelo juiz, no qual terá a função de auxiliar através da administração da empresa que está falindo, também realizará a comunicação dos credores com a empresa a fim de verificar os interesses do mesmo. Deve ser um profissional habilitado no qual contenha experiência profissional para o desempenho de sua função de administrador judicial e deverá prestar conta de todos os seus atos.

Outras mudanças trazidas pela nova lei é que, podem ser realizadas alterações na classificação dos credores conforme importância dos mesmos, vítimas de acidentes de trabalho compete ao mesmo nível de empregados que possuem direitos trabalhistas, porém conforme o inciso I do Art. 83 “os créditos derivados da legislação do trabalho, são limitados a 150 salários-mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho”. Podem ser concedidos antes dos demais créditos os que lhe outorgaram créditos enquanto o mesmo tramitava na recuperação judicial.

Segundo a nova lei, o prazo de decadência na ação revocatória passou de 1 (um) ano a ser contado a partir da liquidação, para 3 (três) anos calculados a partir da sentença que declarar a falência, conforme art. 132 “deverá ser proposta pelo administrador judicial, por qualquer credor ou pelo Ministério Público no prazo de três anos contados da decretação da falência”. Esta ação revocatória cabe apenas como ineficácia subjetiva, ou seja, ato que possam ser revogáveis, no caso de ineficácia objetiva, pode ser utilizado uma declaração de despacho do processo falimentar.

A lei 11.101/05 trouxe várias mudanças a respeito da punição penal. A mesma deixou de ser um crime culposo e de ter inquérito judicial e passa a ser um crime falimentar com direito a ser investigado pelo inquérito policial, no art. 187 desta mesma lei trás que “verificando a ocorrência de qualquer crime previsto nesta Lei, promoverá imediatamente a competente ação penal ou, se entender necessário, requisitará a abertura de inquérito policial”. Na existência de um caixa dois, por exemplo, é considerado como um crime falimentar agravante.

4.2 Classificação dos credores

O procedimento de classificação de credores foi alterado em relação à antiga lei, pois segundo a lei de recuperação e falências de empresas o próprio falido deverá apresentar a lista de seus credores, com a lista em mãos os credores deverão tomar conhecimento desta classificação e responder quanto a sua concordância ou discordância desta classificação para o administrador judicial, caso apresentada alguma discordância a empresa deverá reapresentar a lista, se mesmo com a republicação o credor ainda não ser atendido ao seu pedido, o administrador judicial solicitará uma terceira publicação da lista, assim consolidando o quadro geral de credores.

A classificação dos créditos é de acordo com a natureza do crédito, desta forma, Coelho (2008, p.212) apresenta as seguintes categorias:

- Credores trabalhistas, compreendendo todos os pagamentos devidos pelo empresário e seus empregados (CLT, art. 449, § 1º) e indenização por acidente de trabalho;
- Credores com garantia real, até o limite do valor do bem onerado;
- Dívida ativa de natureza tributária ou não tributária (art. 186, § 2º, do CNT e 4º, § 4º, da Lei n. 6830/80);
- Credores com privilégio especial;
- Com privilégio geral;
- Quirografários;
- Titulares de direito a multa contratual ou penas pecuniárias por infração à lei administrativa ou penal;
- Credores subordinados.

Desta forma percebemos que os credores da empresa que esta falindo não são tratados igualmente. Para a definição de uma ordem de pagamento deve se considerar a natureza do crédito, ao qual se deve observar sua liquidação. Na ordem

de pagamento, encontram-se não apenas os credores do falido, como também os créditos extraconcursais.

Considerações finais

Com base nos objetivos propostos na presente pesquisa, pode se observar que a Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas veio para preencher as lacunas deixadas pela Lei 7.661. Sendo que algumas das principais alterações foram: a extinção da concordata, a qual extinguiu as brechas utilizadas pelos empresários para burlar a lei (o não pagamento a credores) e possibilitou a criação da recuperação judicial e extrajudicial a qual se utiliza do Plano de Recuperação Judicial (PRL) que permite ao empresário a sua reestruturação econômica financeira; outra importante alteração que ocorreu foi à reestruturação dos credores; e por último, mas não menos importante, a nova lei alterou o julgamento para a punição penal, que passou a ser um crime falimentar e se necessário for, inquérito policial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. P. **Curso de falência e recuperação de empresa**. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

ARAUJO, A. FUNCHAL, B. A nova lei de falências brasileira: primeiros impactos. **Brazilian Journal of political Economy**, vol. 29, nº 3 (115), pp. 191-212, July- September/2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n3/a11v29n3.pdf>> Acesso em: 4 de jun. 2016.

BENITO, K. C. Classificação dos créditos. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 77, jun. 2010. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7693>. Acesso em: 3 de jul. 2016.

BEUREN, I. M. **como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BRASIL, **Lei 7.661 de 21 de Junho de 1945**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del7661.htm> Acesso em 4 de jun. 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.101, de 9 de Fevereiro de 2005**. Disponível em: <<http://www.jornalcontabil.com.br/?p=8367>> Acesso em: 4 de jun. 2016.

CASTRO, C. A. F. de, **Fundamentos do Direito Falimentar**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2006.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. **Lei Nº 11.101, de 9 de Fevereiro de 2005**.

COELHO, F. U. **Comentários à Nova Lei de Falências e de Recuperação de Empresas: (Lei n. 11.101, de 9-2-2005)**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11101.htm>. Acesso em 03 jul. 2016.

GIL, C. A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. MACEI, D. N., BENACCHIO, M., RIBEIRO M. F. **Direito empresarial**. Disponível em: <<file:///C:/Users/LG/Desktop/recupera%C3%A7%C3%A3o%20judicial..pdf>> Acesso em: 1 de jul. 2016.



**VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016**

MOURA JUNIOR, S. . **A contabilidade nos processos de recuperação judicial – Análise na comarca de São Paulo.** Disponível em: <<http://pergamum.fecap.br/biblioteca/imagens/000005/00000544.pdf>> Acesso em: 4 de jun. 2016.

MUELLER, G. R. Auto-falência como opção para o fim da empresa. **Revista Jus avigandi**, Teresina, v. 19, n. 3934, abr. 2005. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/27480>> Acesso em: 28 de jun. 2016.

OLIVEIRA, A. B. S. **Métodos da Pesquisa Contábil.** São Paulo: Atlas, 2011.
PACHECO, J. S. **Processo de Recuperação Judicial, Extra Judicial e Falência.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

PAIVA, L. F. V. *et al.* **Direito falimentar e a nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas.** São Paulo: Quartier Latin, 2005.

PEREIRA, C. B. Principais Mudanças na Nova Lei de Falência. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, v. 10, n. 683, mai. 2005. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/6747>> Acesso em: 28 de jun. 2016.

SARAIVA, E. *et al.* **Lei de Falências e Recuperação de Empresas.** 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

SCHELLES, M. S. O. **O princípio da preservação da empresa no novo sistema falimentar.** Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/1semestre2009/trabalhos_12009/martaschelles.pdf> Acesso em: 1 de jul. 2016.



**VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016**

**RELATO DE EXPERIÊNCIA: PARTICIPAÇÃO NO FÓRUM
FRANCO-BRASILEIRO CIÊNCIA E SOCIEDADE OCORRIDO
NA FRANÇA EM OUTUBRO DE 2015**

Ana Paula Cardoso Alves (ana.paula.alves@live.com)
Frank Silvano Lagos (frank.lagos@ifpr.edu.br)

RESUMO: O Fórum Franco-brasileiro Ciência e Sociedade sobre a temática agroecologia e subtemáticas alimentação, produção e água foi realizado na França, na cidade de Arras entre 18 a 23 de outubro de 2015, com o objetivo de despertar nos estudantes a investigação científica e a aproximação das comunidades científicas e educativas, além da promoção da participação social e a discussão de questões de ordem regional e global na ciência e tecnologia, saúde e meio ambiente, tendo em vista a cooperação e troca de experiência entre os dois países. Durante a estadia na França foram observadas situações no âmbito do ensino das escolas francesas, dos métodos de cultivo utilizados, da agroecologia e aspectos históricos e culturais.

Palavras-Chave: Ensino; Agroecologia; Métodos de cultivo.

1. INTRODUÇÃO

O Fórum Franco-brasileiro Ciência e Sociedade sobre a temática agroecologia e subtemáticas alimentação, produção e água foi realizado na França, na cidade de Arras entre 18 a 23 de outubro de 2015, ocorrendo nas dependências do Liceu Agrícola daquela cidade. Antes da realização do evento em Arras, cada instituição brasileira participante do evento, ficou uma semana hospedada em um liceu na França. O IFPR ficou em Corbie, na região da Picardie no liceu Sainte Colette.

Para seleção dos estudantes que iriam participar do evento o IFPR lançou um edital onde os professores interessados enviaram projetos e os alunos se inscreveram para a seleção. Naquele momento, o projeto selecionado foi o da professora Ana Claudia Radis do campus Irati, o projeto do campus Palmas, enviado pelo professor Frank Silvano Lagos, ficou na condição de suplente, porém havia ainda vaga para participação no evento e o professor viajou junto a delegação.

Os critérios para seleção dos alunos foram a vulnerabilidade econômica e, em caso de não preenchimento das vagas, alunos participantes de projetos de iniciação científica, extensão e inovação do IFPR e bom desempenho escolar. Ao todo 5 estudantes de campus diferentes foram selecionados para a participação do evento.

Os objetivos deste Fórum foram: Contribuir para a formação e o enriquecimento da cultura científica dos estudantes; Desmistificar a ciência e o trabalho dos pesquisadores, a partir do contato com pesquisadores de outros lugares e culturas; Refletir sobre os diferentes meios de comunicação de

conhecimentos científicos na sociedade; Despertar vocações científicas nos estudantes, possibilitando-lhes a percepção dos campos de aplicação e dos espaços de produção de conhecimentos científicos; Aproximar as comunidades científicas e educativas, promovendo um espaço de diálogo e informação sobre questões ambientais e de saúde; Reunir pesquisadores, editores, professores e estudantes do ensino agrícola; Formar uma rede de multiplicadores do debate sobre ciência, tecnologia, meio ambiente, saúde e qualidade de vida, fornecendo aos estudantes subsídios para desenvolver ações em sua comunidade escolar; Promover a participação social e a discussão das questões locais e mundiais na ciência e tecnologia, saúde e meio ambiente, em uma perspectiva de cooperação e de troca de responsabilidades entre diferentes países e culturas.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Ensino

Os Liceus na França foram criados por Napoleão Bonaparte e tiveram início no ano de 1802 até a reforma do ano de 1902, que marcou de forma decisiva ao novo modelo, o Liceu Moderno (SAVOIE, 2007 *Apud* BALASSIANO, 2012). De acordo com Balassiano (2012), o ensino enciclopedista com interesse mais científico foi substituído novamente pelos liceus, que trouxeram um ensino voltado as humanidades e o latim. Por outro lado, os liceus franceses foram criados para a elite e não para a classe mais pobre e humilde, que só tiveram condições de acesso ao ensino ofertado por estas instituições a partir da lei de Escolar de Jules Ferry, em 1882 (COELHO, 2008 *Apud* BALASSIANO, 2012). Os liceus agrícolas franceses trabalham com a metodologia da Pedagogia de Alternância, a qual segundo Lagos et al (2013) consiste em desenvolver um processo de ensino-aprendizagem contínuo em que o educando percorre o trajeto propriedade (empresa) – escola – propriedade (empresa), um período determinado em cada lugar, da seguinte forma: primeiramente, na sua propriedade (empresa), ele observa, pesquisa e descreve a realidade social e profissional em que se encontra, depois vai ao liceu Agrícola onde socializa a ideia, reflete, sistematiza e conceitua estes conteúdos e, por fim, volta à campo (propriedade ou empresa) com os conteúdos trabalhados de forma que possa explicar, experimentar e transformar a sua realidade utilizando-se dos conhecimentos adquiridos e as novas técnicas desenvolvidas. Sistema semelhante é adotado pelas Casas Familiares Rurais no Brasil, porém aqui no Brasil, o tempo fora do estabelecimento de ensino é realizado exclusivamente na propriedade rural, visto que tratam-se de estabelecimentos voltados exclusivamente à filhos de agricultores. Na França, os Liceus possuem diversos cursos além dos cursos da área Agropecuária, sendo assim a parte vivencial realizadas em estágios realizados em diversas empresas.

O Liceu Sainte Colette (Figura 1) está localizado na cidade de Corbie, na região Picardie. É uma escola agrícola e técnica de ensino integral que possui alojamento próprio onde os alunos passam a semana. A escola possui ampla estrutura de laboratórios e equipamentos onde os alunos fazem suas aulas práticas.



Figura 6: Liceu Sainte Colette, Corbie, Picardie

Fonte: Os autores

A metodologia de ensino, tanto do Liceu Sainte Colette quanto os demais liceus da França, é baseada no ensino participativo e do se aprender na prática, onde os alunos participam de atividades de laboratório e de campo. No internato regras devem ser seguidas, há um código de disciplina a ser cumprido e existem supervisores que cuidam dos alojamentos para que não haja dispersão dos estudantes.

O Sainte Colette é uma escola privada mas de mensalidade de custo reduzido devido ao patrocínio da iniciativa privada e do governo. Na França as escolas agrícolas são administradas pelo Ministério da Agricultura e não pelo Ministério da Educação como acontece no Brasil, isso faz com que o ensino seja mais técnico.

Além das atividades realizadas dentro das dependências da instituição, os estudantes participam de atividades externas, uma destas atividades é a manutenção de uma área de preservação natural situada próximo à escola (Figura 2). A área que os estudantes cuidam é de pântano, onde eles roçam a vegetação mais alta para que haja penetração da luz no interior do pântano com o objetivo de facilitar o desenvolvimento da vegetação rasteira, vegetação esta que é encontrada somente neste tipo de ecossistema.



Figura 2: Estudantes do liceu Sainte Colette em aula prática em um parque de preservação ambiental.

Fonte: Os autores.

2.2. Cultivo nos pântanos

Em Arras, os participantes do fórum foram divididos em equipes identificadas por cores diferentes. Em um determinado momento do evento as equipes foram encaminhadas a diferentes visitas em cidades vizinhas. Um dos locais visitados foi a reserva natural *Étangs Du Romelaere* ou “Lagoas de Romelaere” (Figura 3-A).



Figura 3: A) Canais da reserva natural *Étangs Du Romelaere*. B) Plantações no pântano aos arredores da reserva natural *Étangs Du Romelaere*.

Fonte: Os autores

A reserva natural é em meio ao pântano e é constituída por canais criados a muito tempo por monges para deslocamento de barcas. No momento da escavação, os resíduos que eram retirados dos canais eram depositados na superfície. Descobriu-se que estes resíduos eram altamente ricos em

nutrientes e minerais, necessários para desenvolvimento de plantas. Com isso deu-se início ao cultivo no pântano. Hoje não há cultivo de plantas de interesse agrícola na área da reserva natural, porém aos arredores, onde também tem característica de pântano e o solo é extremamente fértil, há cultivo de diversas olerícolas (Figura 3-B).

Ainda faz-se necessário, de tempos em tempos, a escavação nas laterais dos canais, isso para que a vegetação típica do local não avance sobre as águas e se perca o legado histórico que a reserva representa.

2.3. Agroecologia

A agroecologia pode ser vista como ciência ou como um conjunto de técnicas que visam o manejo sustentável das atividades agropecuárias. Altieri (2012) destaca que a agroecologia é uma ciência em desenvolvimento que estuda a relação dos agroecossistemas que integra conhecimentos de agronomia, ecologia, economia e sociologia, de forma mais simplificada, estuda uma forma de produção de maneira sustentável.

Durante o período em que a delegação do IFPR ficou em Corbie foram realizadas algumas atividades juntamente com os alunos do liceu, uma destas atividades foi uma visita a um produtor de uma cidade vizinha, Amiens. Este produtor produzia basicamente olerícolas e o sistema de produção utilizado era baseado na agricultura biodinâmica (Figura 4-A,B). A agricultura biodinâmica é uma vertente da agroecologia e que, segundo Archanjo et al (2001), considera que o solo é um organismo vivo e necessita de um maior entendimento dos processos vitais que regulam a natureza antes de qualquer tomada de decisão para intervenção na área, seja para melhoria ou capacidade de produção agrícola.



Figura 4: A) Produtor demonstrando o substrato utilizado na propriedade; B) Acadêmica do IFPR demonstrando a qualidade das hortaliças;

Fonte: Os autores

Este produtor produz suas próprias mudas (Figura 5-A,B) de uma forma alternativa, ele possui um equipamento que possibilita a compactação de um substrato formulado com ingredientes locais, como turfa, compostagem e areia, realizando o plantio das mudas em caixas plásticas, o que descarta a necessidade de bandejas, tubetes ou canteiros. A plantação tenta “imitar” um ecossistema natural, onde se mantêm plantas espontâneas nas entre-linhas com o intuito de manter um microclima propício para desenvolvimento das plantas e também para manter cobertura de solo. Algumas plantas de preferência de alguns insetos considerados pragas são mantidas na bordadura dos canteiros, as plantas servem de abrigo para os insetos, diminuindo assim o ataque às plantas de interesse agrícola, evitando desta forma a aplicação de inseticidas químicos.



Figura 5: A) Máquina utilizada para semeadura das mudas; B) Mudas formadas em caixas de plástico.

Fonte: Os autores.

2.4. Aspectos históricos e culturais

Durante toda a viagem a delegação imergiu dentro da história das construções e ruas das pequenas cidades da França. As cidades visitadas foram assoladas por sangrentas batalhas da Primeira Guerra Mundial, destacando-se as Batalhas do Somme, Amiens e Arras. Durante o ano de 1914 os alemães invadiram a França para ocupação do país e acabaram chegando a 30 Km de Paris, onde os exércitos francês e inglês apresentaram grande resistência, essa luta havia se caracterizado como guerra de movimento (PETTA, 1999).

Ao transitar de uma cidade a outra era possível perceber a imensidão de cemitérios de combatentes de guerra de várias nacionalidades, países que participaram na Guerra, combatendo junto às Forças Aliadas. É imensurável, a quantidade de jazidas, túmulos e memoriais em homenagem a soldados que deixaram suas famílias para lutarem e tombarem na guerra.

As construções, em sua maioria, foram derrubadas pela artilharia utilizada nas batalhas. Algumas poucas resistiram, dentre elas, várias igrejas que foram erguidas há centenas de anos.

A riqueza cultural visualizada durante a estada da delegação na França foi extremamente importante, com isso os estudantes puderam vivenciar o cuidado que o país tem com a preservação da cultura e da história do país. Nos três últimos dias no país, já na cidade de Paris, os estudantes puderam visitar locais de importância histórica e cultural, como o Museu do Louvre, a Catedral de Notre Dame, o Arco do Triunfo o Quartier Latin e o Jardim de Luxemburgo.

O “Castelo do Louvre” foi fundado pelo rei Filipe II no ano de 1190 com a finalidade de defender Paris dos ataques Vikings que vinham da região oeste. O Louvre serviu de residência real para vários governantes, dentre eles Luís XIII e Luís XIV antes da construção do Palácio de Versailles (BRAGA et al, [20-]). Atualmente o Museu do Louvre possui uma coleção imensa de obras de arte, esculturas e relíquias históricas e culturais, além da beleza das colunas, telhados e escadarias que fazem com que os visitantes se sintam dentro do século XII.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Participação do IFPR no evento foi de suma importância para promoção da interação dos estudantes com realidades diferentes das vividas no âmbito da instituição e em suas casas. Foi a primeira vez que o IFPR participa do fórum ciência e sociedade que já foi realizado diversas vezes anteriormente, com isso foi possível criar parcerias, tanto com instituições francesas como também abriu uma janela de diálogo entre o Instituto Federal do Paraná e demais Institutos do país para que os alunos possam realizar estágios.

Na perspectiva pessoal, a experiência vivida durante a participação do evento foi de grande importância para crescimento acadêmico e cultural. Percebeu-se que é possível haver diálogo entre pessoas que não falam a mesma língua, pois o entendimento não acontece somente pelas palavras, mas também pelas ações. Esta é uma experiência de grande significado para a vida profissional, abrindo a perspectiva de, e em outras oportunidades, procurar contato com pessoas de outros países, culturas e etnias, pois a experiência que se adquire neste tipo de evento é inquebrável.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3ª Ed. Ver. Ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA 2012.

ARCHANJO, Léa Resende; BRITO, Karla Francine W. de; SAUERBECK, Sally. Alimentos Orgânicos em Curitiba: consumo e significado. Artigo publicado na Revista *Cadernos de Debate*, Vol. VIII, 2001

BALASSIANO, Ana Luiza Grillo. **O Liceu rances do Rio de Janeiro (1925-1965): instituições escolares e difusão da cultura francesa no exterior.** São Paulo: s.n., 2012.

BRAGA, Cristiane ; GAROTTI, Gustavo ; CORTEZE, Késia; FREIRIA, Thaís. Museu do Louvre. *Revista Louvre: Museus de arte.* [S.l.:S.N], [20--] Disponível em

http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/05/normas_ifpr_completa_alta_impressao.pdf Acesso em 06 de setembro de 2009.

COELHO, Ricardo Corrêa. **Os Franceses.** São Paulo: Contexto, 2008 *Apud*

BALASSIANO, Ana Luiza Grillo. **O Liceu rances do Rio de Janeiro (1925-1965): instituições escolares e difusão da cultura francesa no exterior.**

São Paulo: s.n., 2012. *Apud* BALASSIANO, Ana Luiza Grillo. **O Liceu rances do Rio de Janeiro (1925-1965): instituições escolares e difusão da cultura francesa no exterior.** São Paulo: s.n., 2012.

LAGOS, Marcia Beraldo; LAGOS, Frank Silvano; BORDIN, Rodrigo; BERNARTT, Maria de Lourdes. **Pedagogia da alternância e o Programa Nacional Mulheres Mil: discussão com enfoque na relação trabalho e educação.** Anais do V TecSoc – Simpósio Nacional de Tecnologia e Sociedade. UTFPR, Curitiba PR, 2013.

PETTA, Nicolina Luíza de; OJEDA, Eduardo Aparicio Baez. **Coleção base: história: uma abordagem integrada, volume único.** São Paulo Moderna, 1999.

SAVOIE, 2007. **Création et réinvention dès lycées (1802-1902),** In Pierre Casparad, Jean-Noel Luc, Philippe Savoie (dir), *Lycées, lycéens, lycéennes. Deux siècles d'histoire,* Paris, INRP, 2005. Texto traduzido por Eduardo arriada e Maria Helena Camara Bastos. Artigo publicado na *Revista História da Educação,* asphe/FAE/ufpel, Pelotas, n.22, p9-30, maio/ago 2007 *Apud* BALASSIANO, Ana Luiza Grillo. **O Liceu rances do Rio de Janeiro (1925-1965): instituições escolares e difusão da cultura francesa no exterior.** São Paulo: s.n., 2012.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

TIBURTINO DE L. LOPES, Jamária
(jamarialima@hotmail.com)
FABER FLORES, Augusto
(augusto.flores@ifpr.edu.br)

RESUMO: Atualmente, o termo “Sustentabilidade” obtém visibilidade nos meios empresariais pela qual transita, levando a necessidade de uma preocupação empresarial relevante e uma obrigação na reconstrução do cenário vivido no século XXI. Nesse sentido se faz conveniente uma mudança no paradigma por parte dos empresários, sendo alvo principal a forma de gestão, produção e obtenção de lucros, adotados por estes. A evidenciação entre empresariado e sustentabilidade é um princípio fundamental para uma nova era de oportunidades econômicas com intervenções inteligentes e sustentáveis, onde tudo deve começar no desafio propriamente dito “Sustentabilidade empresarial” e não somente a então moda sustentável. Partindo do pressuposto de que a consideração de algumas das questões pertencentes à sustentabilidade no planejamento empresarial exige, pelo menos, um posicionamento da direção da empresa, o alinhamento dos objetivos econômicos e a flexibilidade na gestão estratégica, para assim situar-se na responsabilidade social.

Palavras-chave: Sustentabilidade empresarial; inovação; retorno financeiro.

ABSTRACT: Currently, the term "sustainability" gets visibility in the business community through which transits, leading to the need for relevant business concern and obligation in rebuilding the scenario experienced in the XXI century. In this sense it is convenient a change in paradigm from the entrepreneurs, the main target being the form of management, production and profit making, adopted by them. The disclosure between entrepreneurship and sustainability is a fundamental principle for a new era of economic opportunities with smart and sustainable interventions, where everything must begin in the challenge itself "Corporate sustainability" and not only so sustainable fashion. I am assuming that the consideration of some of the issues pertaining to sustainability in business planning requires at least one position of company management, the alignment of economic objectives and flexibility in strategic management, so as to be in the social responsibility.

Keywords: Corporate sustainability; innovation; financial feedback.

INTRODUÇÃO

O Conceito do desenvolvimento empresarial sustentável surge de modo a propor um real retorno econômico em todos os ramos empresariais, propondo uma ampla reflexão ética em busca de uma consciência estrategicamente sustentável, voltada as mudanças de hábitos impostas pela

acirrada concorrência de mercado interno e externo, caracterizada somente com lucro em curto prazo. Complexidade, incertezas e gestões não sustentáveis vêm sendo difundidos e colocados em evidência pelas organizações, podendo assim, ter uma visão aberta no que se refere ao desenvolvimento econômico, preservação da natureza e principalmente o equilíbrio social, esse alinhamento harmônico, é a garantia de permanecer no mercado, que por sua vez vem se tornando muito exigente, dando preferência logicamente para que tem responsabilidade social.

De certo modo, a expressão “o lucro é a alma do negócio” está ultrapassada e muitos empresários que buscam o equilíbrio social, e tem uma gestão diferenciada já afirmam que a “sustentabilidade é a alma do negócio”, nesse sentido fica claro que a prática sustentável se mede pela capacidade de conservar e aumentar o capital natural, colaborando ainda na formação de riquezas para gerações futuras. Vale ressaltar que sustentabilidade ambiental, não são atitudes superficiais afim de marketing empresarial em benefício próprio, onde infelizmente essas atitudes ainda se faz presente nos dias de hoje, as praticas de responsabilidade social deve ser exercida de modo consciente e com um objetivo a curto e longo prazo de modo geral, que atendam as necessidades presentes, sem interferir negativamente nas gerações futuras.

Segundo Jonh Elkington , da consultoria inglesa Sustainability -1990, a solução está em promover a harmonia econômica, social e ambiental, o chamado tripé da sustentabilidade, ou tiple bottom line. Esse tripé engloba uma reeducação no desenvolvimento e amadurecimento das nossas ideias, trazendo assim uma reflexão e uma nova definição no quesito equilíbrio ambiental, os aspectos culturais também devem ser levados em consideração uma vez que empresas inseridas em certa sociedade que prega limites e respeito torna-se natural que esta aprenda a respeitar os limites impostos. Assim deve ser a sustentabilidade empresarial uma vez pregada como uma cultura nacional e internacional, também vai ser respeitada e usada com finalidade da busca no equilíbrio do chamado tripé da sustentabilidade.

Sabe-se que ainda que a pauta da preocupação ambiental voltada ao empresariado se restringe ainda ao que é possível ver a olho nu, e que efetivamente mostra prejuízos concretos ao nosso redor, que de certa forma afeta diretamente os lucros de uma empresa. Desse modo é cabível, um planejamento empresarial no processo de implantação e fortalecimento no processo de obtenção de recursos naturais, e um incentivo de consumo sustentável, norteadas pela conscientização socioeconômica.

REFERENCIAL TEÓRICO

A teoria do triple Bottom Line, corresponde aos resultados de uma organização medidos em termos sociais, ambientais e econômicos, diz que a saúde financeira de uma empresa não seja medidas e avaliadas somente por

lucro, mas sim pelo compromisso da ética e responsabilidade sustentável. Responsabilidade social corporativa é outro conceito relacionado e por vezes confundido com sustentabilidade corporativa (BARBOSA, 2007). De acordo com o Business for Social Responsibility, não é possível uma definição impar para responsabilidade social empresarial, “mas, de forma ampla, ela refere-se a decisões de negócios tomadas com base em valores éticos que incorporam as dimensões legais, o respeito pelas pessoas, pelas comunidades e pelo meio ambiente”.

A responsabilidade social das empresas tem como principal característica a coerência ética nas práticas e relações com seus diversos públicos, contribuindo para o desenvolvimento contínuo das pessoas, das comunidades e dos relacionamentos entre si e com o meio ambiente. Ao adicionar às suas competências básicas a conduta ética e socialmente responsável, as empresas conquistam o respeito das pessoas e das comunidades atingidas por suas atividades, o engajamento de seus colaboradores e a preferência dos consumidores (INSTITUTO ETHOS, 2001).

Existe certa literatura teórica e por vezes explícitas que comprova a nova exigência do consumidor que opta cada vez mais por produtos ecologicamente corretos e que colaboram com o equilíbrio natural, e Tornaria ainda a contribuição da empresa mais efetiva, sem representar um desvio de suas atividades com o planeta. Possibilitaria ainda o redesenho das atividades sociais e produtos de vários ramos de negócio, sujeitos a impactos inevitáveis de alguns dos desafios da sustentabilidade.

MATERIAIS E MÉTODOS

Uma pesquisa feita pela Universidade de Harvard (2014) aponta o desempenho das empresas de diversos ramos, atuando em prol da sustentabilidade econômica e social no universo corporativo. A análise apontou que 90 empresas que se preocupam com o equilíbrio socioambiental e desenvolvem ações sustentáveis refletem as melhores taxas de retorno em um período de 18 anos. Onde se percebe uma alta valorização patrimonial e a reciprocidade do retorno econômico.

Outro dado importante foi mostrado em um estudo recente da Accenture- revelando que um terço das empresas está acelerando o ritmo para atender a demanda dos seus consumidores por produtos “verdes”. Isso mostra que aproximadamente 60% afirmam que empresas cobram mais por esses produtos, com um adicional de até 25% pelo menos. Esses dados provam que o consumidor está cada vez mais consciente e muito bem informado sobre os efeitos ambientais e processos produtivos sustentáveis, estando assim disposto a pagar mais caro por marcas associadas a uma atitude positiva em relação ao meio ambiente. Para o consumidor brasileiro, a maior menção para definir sustentabilidade é cuidada ambiental. Em 2005, somente 9% das empresas eram consideradas sustentáveis em prol preservação ambientais. Em 2012 já somavam 39% das empresas consideradas sustentáveis pela

preservação ambiental, o que reflete um aumento significativo na preservação do planeta e garantia de um amanhã lucrativo.

Vale destacar que é indispensavelmente necessário e obrigatório uma aplicação constante e paulatina em relação à sustentabilidade com o interesse de injetar desde o planejamento inicial de marca, produto ou serviço e seja estendida para os processos empresariais até o consumo final. Conscientizando seus consumidores de que empresas fazem sua parte por um mundo melhor e o consumidor também.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Diante do exposto, foi provado que um país, uma empresa pode lucrar muito, absorvendo uma consciência ambiental. É sabido que a economia é a base fundamental para o giro econômico de um país, no entanto a diferença está em saber lucrar com responsabilidade e garantia que além de abrir diversas possibilidades dentro de todos os setores presentes, torna-se da um modelo de preferencial.

É notório que a sustentabilidade econômica, tem um objetivo em primeiro plano que as soluções sejam acessíveis por todos aqueles que buscam essas praticas contingentes, sendo assim sendo cada empresa adequando à realidade e buscando saídas alternativas que visem melhorar o ambiente na qual estão inseridos, e por outro lado à implantação de novos hábitos o ser humano consegue também estabelecer um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível afirmar que a colocação de uma empresa como integrante de um índice de sustentabilidade agrega valor à sua imagem e na economia, portanto, existe uma grande expectativa nos resultados futuros na esfera da sustentabilidade pelas empresas e também pelos consumidores, de forma geral, convertam-se em linha crescente. No Brasil, a ênfase dos estudos evidencia principalmente o desenvolvimento sustentável, meio ambiente e responsabilidade social. As inúmeras definições da sustentabilidade levam à conclusão de que é um conceito amplo e com muitos significados ao mesmo tempo, porém todos com um objetivo único explorar o meio ambiente de maneira ecologicamente correta no que tange a sustentabilidade.

No entanto, nota-se ambivalência desse discurso do desenvolvimento sustentado/sustentável quando expressa na gravidade do termo, implicando a necessidade das condições ecológicas do processo econômico, que se traduz como desenvolvimento sustentado, implicando perdurar no tempo do progresso econômico (LEFF, 2006). Concluindo pode-se dizer conforme Diniz e Silva (2008), que ponto positivo da Sustentabilidade é que cada vez mais as instituições estão se conscientizando e admitindo que seja apenas

ecossistemas complexos, que integram comunidades, sociedade, governo, pessoas e meio-ambiente. Para que as empresas obtenham um crescimento vertical sustentável é necessário que elas se valorizem, que sejam sempre abertas a mudanças, transparentes, imbuídas de cidadania, preocupadas sempre com o meio ambiente, verificando o que cada empresa pode fazer para contribuir com crescimento sustentável na sua entidade, e contribuir para o meio que transita. A realização do presente trouxe uma maior compreensão das palavras e termos de gestão sustentável e equilíbrio sustentável. Espera-se ainda que a principal colaboração do artigo seja apresentar soluções estratégicas para desenvolvimento de novos conceitos, de modo a auxiliar pesquisas futuras, fundamentadas em aspectos da sustentabilidade, pois conforme já foi abordada, a sustentabilidade é um conceito complexo e multidimensional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, P. R. A. Índice de sustentabilidade empresarial da bolsa de valores de São Paulo (ISEBOVESPA): exame da adequação como referência para aperfeiçoamento da gestão sustentável das empresas e para formação de carteiras de investimento orientadas por princípios de sustentabilidade corporativa. Dissertação (Mestrado em Administração) – Instituto COPPEAD de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE, Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) - Bovespa Disponível em Acesso em 15 ago 2006.

KROETZ, C.E.S. (2000) Balanço Social: Teoria e Prática. São Paulo: Atlas.

LEFF, Enrique. A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003.

MACHADO FILHO; ZYLBERSZTAJN, 2004

PORTAL BRASIL. Consumo Consciente. Disponível em:
<<http://www.brasil.gov.br/consumo-consciente/html>>. Acesso em: 5 de nov de 2011.

PORTAL BRASIL. Consumo Consciente. Disponível em
<http://www3.ethos.org.br/cedoc/responsabilidade-social-empresarial-e-sustentabilidade-para-a-gestao-empresarial/#.V83_KvkrLIU> acessado em 05 nov 2016

PORTAL BRASIL. Consumo Consciente. Disponível em:
<<http://sbvc.com.br/1831050-o-mundo-corporativo-em-prol-da-sustentabil/>>acessado em 05 nov 2016



**VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016**

PORTAL BRASIL. Consumo Consciente. Disponível em:
<<http://adnews.com.br/adarticles/o-mundo-corporativo-em-prol-da-sustentab.html>>
acessado em 05 nov 2016

PORTAL BRASIL. Consumo Consciente. Disponível em:
<<http://www.envolverde.com.br/category/empresas-3/releases/>> acessado em
05 nov 2016

RAMOS, A. G. A Nova Ciência das Organizações: Uma Reconceituação da Riqueza das Nações. São Paulo: FGV, 2.a ed., 1989.

Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 68-77, mar./abr. 1994

TRANSMISSÃO DOS SABERES DA TERRA.” O ATO DE NARRAR HISTÓRIAS DAS MULHERES IDOSAS QUILOMBOLAS, DO MUNICÍPIO DE PALMAS. PARANÁ.

Carine Rossane Piassetta Xavier

Resumo :A expressão citada no título deste ensaio reflete uma correlação efetiva dos saberes da terra com as histórias quilombolas, na qual está inserida entre as relações social dos moradores da comunidade quilombola urbana Adelaide Maria Trindade Batista, situada a 8 km da sede municipal do município de Palmas do estado do Paraná. Tendo como objetivo a descrição do ato de contar histórias quilombolas, dessas mulheres idosas, líderes quilombolas, da região centro sul do Paraná. Como também, pretende oferecer a análise da produção da contação de histórias, trazendo a reflexão sobre a teatralidade das mesmas. Essa linguagem está sendo utilizada como resgate de memórias e expansão de potencialidades criadoras por meio da contação de histórias A opção pelo recorte de pesquisa se dá pela possibilidade de trazer os elementos e teorias do teatro para a análise de um objeto cuja teatralidade é elemento fundamental. Além disso, as narrativas são também uma forma de projeção e estratégia de reconhecimento da cultura quilombola para a sociedade não quilombola. A presente pesquisa discute a possibilidade de se considerar essa forma de transmissão de saberes locais, como uma ação cênica, à luz de teorias oriundas do teatro, em diálogo com as demais áreas que vem trabalhando tanto com o contexto quilombola e suas implicações sócias antropológicas, como com as narrativas e contações de histórias e sua complexidade. A abordagem metodológica é de caráter qualitativo, utilizando as estratégias de observação, e entrevista, com registros visuais e sonoros, além do convívio e envolvimento comunitário. Os dados obtidos permitem afirmar que a contação de histórias quilombolas tem elementos da linguagem cênica contribui na conscientização das novas possibilidades de significação da prática do ato de contar histórias quilombolas para não quilombolas. Como também que as narrativas foram e são utilizadas com significativa frequência nessa comunidade, como forma de criação e pertencimento, vinculando a comunidade a uma linha ancestral, referenciando antepassados comuns e mantendo vivas as questões relativas à territorialidade.

Palavras-chave: Contação de história. Teatralidade. Comunidade quilombola. Quilombola.

Introdução- o encontro com as narrativas

“Sabe, quando era pequena, me lembro de que vivia dizendo: não quero mais escutar esses causos, sobre essas pessoas antigas. O tempo passou e agora me lembro de tudo e sei de tudo. E me arrependo porque não prestei mais atenção nos causos antigos da minha avó, minha mãe e minhas tias (SILVA, (Arlete), 2015).”

O artigo apresentado aborda as narrativas quilombolas acenadas e desenvolvidas pelas líderes quilombolas, caracterizadas pelas mulheres mais antigas das comunidades localizadas na região do sudoeste do Paraná, no município de Palmas, num processo de criação de pertencimento nas suas narrativas sobre antepassados e sobre a questão de identidade quilombola. Essas narrativas configuram-se também como uma oportunidade de reconhecimento e contribuição significativa da cultura quilombola para a sociedade não quilombola. Atribuem significado a uma comunidade de brasileiros, os quilombolas, grupo representativo da cultura nacional com muitos meios de expressão e histórias para contar e que precisam de voz para ter o seu conhecimento organizado e divulgado.

Para tanto, a pesquisadora usufrui da pesquisa qualitativa, com uma abordagem na prática, num grupo de idosas quilombolas, sobre a importância do processo criativo de sentido. A arte dramática implica que o ator deve desaprender as usuais regras que reduzem o seu corpo a ser um simples porta-voz, como também o fornecimento de conhecimentos teóricos e técnicos que os preparam para o trabalho e o cotidiano da ação no âmbito de criação teatral e a correlação na promoção de saúde de um grupo de idosos ativo.

Com as líderes quilombolas, a troca de experiências teatrais é despertada pelas narrativas, guiadas pela busca do prazer e da satisfação pessoal. Conforme Debert (2004, p. 14), “as experiências vividas e os saberes acumulados são ganhos que oferecem oportunidades de realizar projetos abandonados em outras etapas e estabelecer relações mais profícuas com o mundo dos mais velhos”.

Por outro lado, devo considerar que, conforme Barros (2006), na categoria velhice há uma pluralidade marcada também por gerações. Como mostra Motta (2004, p.119), “a velhice deve ser pensada no plural, não só pela constatação da pluralidade de formas de envelhecer dentro do mesmo grupo etário, mas porque há vários grupos etários dentro desta única denominação genérica de velhice”.

Ao reconfigurar as narrativas do ambiente quilombola, contado pelas idosas, modifico tanto uma tradição oral como também a questão do respeito e da troca de saberes quilombolas para um novo contexto, o não quilombola. Trata-se de um processo de teatralização com características performáticas, em que os atores sociais fazem um espetáculo quase diário para um grupo específico – a própria comunidade quilombola.

Voltando à realidade no teatro, a historiadora alemã Margot teatral Berthold (2001, p. 6) afirma:

A forma e o conteúdo da expressão teatral são condicionados pelas necessidades da vida e pelas concepções religiosas. Dessas concepções um indivíduo extrai as forças elementares que transformam o homem em um meio capaz de transcender-se e a seus semelhantes.

No contexto da realidade quilombola, a troca de saberes culturais geralmente ocorre nos espaços de sociabilidade. Para avaliá-los, tive como

base o teórico Simmel (1999) e a pedagogia do estar junto de Marques (2008), que cita os locais de troca de saberes cultural: a casa, a igreja e a escola.

Para uma melhor compreensão, nesse momento é necessário organizar os dados sobre as pesquisas nacionais e internacionais relacionadas ao gênero teatral com idosos. Busquei trabalhos cujo escopo principal estivesse diretamente relacionado com o desenvolvimento de teatro com idosos, comunidade quilombola, narrativas e contação de histórias. O objetivo geral desse artigo refere-se às metodologias de projeto, descrição e interpretação à luz teatral e sociológica das narrativas quilombolas.

Para tal enfoque, existe a pesquisa realizada por citar uma dissertação relevante ao tema, a pedagogia do estar junto de Marques (2008) que, após análise de diversas pesquisas sobre quilombola, narrativas e contação de histórias, conclui que: quanto às pesquisas nacionais, investiguei a produção científica disponibilizada em periódicos e anais de congressos recentes das áreas de etnias – negros e quilombola, teatro e contação de histórias. Também busquei as produções disponibilizadas no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A presente pesquisa fundamentou a sua coleta de dados nos diversos momentos, quais sejam: na pesquisa bibliográfica, na pesquisa documental e na pesquisa de campo..

De acordo com Gil (2008), as pesquisas descritivas possuem como objetivo a descrição das características de uma população, de um fenômeno ou de uma experiência. Essa dinâmica descrita pelo autor fora usufruída durante todo o processo de trabalho na comunidade quilombola, pois, com a inserção na pesquisa, pude compreender a grandiosidade do espetáculo cênico quilombola, que em pequenos detalhes transformam os espectadores devido às narrativas do pertencimento.

A palavra *kilombo* deriva da língua mbundo do tronco linguístico banto, com significado provável de sociedade como manifestação de jovens guerreiros/as. Em julho de 2015, a assembleia realizada em Brasília pela Organização das Nações Unidas no Brasil (2015) instituiu oficialmente a década de 2015 a 2024 como a década “Internacional de Afrodescendentes”, ressaltando que é pela quarta vez que é instituída, numa busca pela valorização da promoção de respeito, proteção e realização de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais dos povos afrodescendentes.

Essa discussão é uma oportunidade de reconhecimento territorial e de promoção de medidas concretas para a inclusão desse grupo de pessoas quilombolas. Para Alves (2013), o direito a terra se inclui como um direito elementar e sustentável dos quilombolas a partir do advento da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 68, que trata dos Atos e Disposições Constitucionais Transitórios, que garantem aos remanescentes de quilombos a titulação das terras em que vivem.

Examinando a historiografia de Wachowicz (2002) sobre a questão quilombola, essa discussão sempre foi abordada como uma estratégia de

invisibilidade de outros não europeus. O Estado do Paraná sempre foi considerado como uma região prioritariamente de colonização europeia.

Com a proposta de políticas públicas nacionais, grupos de trabalhos antropológicos começam a cartografar as comunidades quilombolas. Em destaque no Paraná, está o Grupo de trabalho Clóvis Moura, que foi o responsável pelo mapeamento oficial das comunidades remanescentes de quilombos, e comunidades negras tradicionais que até então viviam no anonimato começam a ter visibilidade. Com a inserção de novas políticas públicas relacionadas a essa etnia e aos grupos de trabalhos antropológicos (GOMES JR.; SILVA; COSTA, 2008), constatei que no Estado do Paraná, demonstrado na Figura 1, existem em média 90 comunidades, das quais 36 já foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Entre elas, algumas se encontram com o processo de certificação parado, e outras aguardam o reconhecimento.

Desenvolvimento- memória e indícios de espetáculo cênico

Atualmente, as pesquisas começam com a desconstrução social do preconceito e da discriminação racial, conforme afirmam Pinto e Mezzomo (2012, p. 10):

É indiscutível a importância e necessidade da desconstrução social do preconceito e da discriminação racial que são atribuídos à população negra, bem como a ampliação dos conhecimentos sobre esta etnia presente no Paraná e pouco mencionada pela historiografia. É necessário viabilizar formas que recuperem a autoestima e o orgulho de ser negro, bem como promover ações que contribuam para extirparem as representações sociais negativas calcadas à população negra por meio de estigmas e estereótipos.

Em meio a essa questão da promoção de ações para modificar a visualização de estigmas e estereótipos sobre a população negra na região do município de Palmas, os conflitos sobre a temática da territorialidade estão a cada dia mais intensos. “Somos filhos da terra e nela cultivamos toda nossa cultura e passado. Sempre vivemos aqui e aqui é o nosso lugar” (SILVA, 2015a) (Alcione). As lideranças locais do quilombo, num processo que se assemelha a um ato teatral, ou melhor, dizendo teatro de narração, devido aos dispositivos cênicos, justificam o pertencimento pelo uso da prática das narrativas quilombolas com enredos que abordam sobre a descrição dos seus antepassados.

Conforme o mapa cartográfico da comunidade, o município de Palmas tem três comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares: comunidade quilombola Adelaide Maria Trindade; comunidade Castorina Maria da Conceição; e comunidade Tobias Ferreira. Descobri a existência dos quilombos quando fui morar na região em 2012, por causa do concurso Federal do qual participei concorrendo ao cargo de docente em Teatro. Mas nesse período, eu ainda tinha uma carga horária de trabalho de 20 horas semanais e não desenvolvia projetos de extensão universitária. Só obtive

contato efetivo com as comunidades no ano de 2014, como descreverei mais adiante, com um projeto de extensão que desenvolvi.

Tenho interesse pela questão da territorialidade, o qual despertou em mim ainda mais desejo de estudar o tema durante a participação no evento das Comunidades Tradicionais do Sul, no início do mês de maio de 2015, no município de Paranaguá-PR, oferecido pelo IFPR - Câmpus Paranaguá. Esse interesse aflorou devido às abordagens e, principalmente, às argumentações dos participantes oriundos das comunidades tradicionais da região Sul.

Com o tempo de convivência na comunidade, a descoberta de novas narrativas que não descreviam o território, e sim as atividades culturais, interessou-me pela troca de conhecimentos de geração para geração desse grupo de pessoas. Assim, mudei o foco de estudo, não sendo mais só o estudo com um grupo de teatro com pessoas idosas, mas um grupo de idosas – as líderes quilombolas– com a troca de saberes da terra.

Essa troca de saberes da terra, nesta dissertação, será chamada de dispositivos cênicos teatrais – as narrativas quilombolas. Um grupo específico de idosos, as mulheres negras com mais de sessenta anos. Esse fato se deu devido à articulação das líderes quilombolas pelas narrativas e por suas características marcantes.

Escutei diferentes narrativas, que chamavam a atenção principalmente pela memória autobiográfica das pessoas idosas, visto que no quilombo algumas delas são nomeadas de líderes. Em algumas narrativas, transpareceram momentos de troca de geração, histórias que as avós das narradoras contavam quando crianças. Outra característica marcante dessas idosas contadoras é que elas conseguem descrever relatos de cinco gerações, com nomes e sobrenomes. Às vezes, pedem desculpas por terem mencionado tantas Marias. E refazem a narrativa quando erram o nome, posteriormente lembrando-se dele. Arlete, uma das lideranças, cita que devia ter escutado mais as histórias da sua avó para poder repassá-las aos seus filhos e netos, mas na época achava as histórias chatas.

Nesse ínterim, após a identificação das principais lideranças do quilombo para desencadear ações associadas com a comunidade, e por se tratar de uma comunidade tradicional, tive o meu primeiro contato com a líder mais antiga da comunidade. Posteriormente aconteceria o contato com as lideranças locais, de modo que eu pudesse explicar a proposta de trabalho. Essas lideranças eram os presidentes quilombolas, visto que é sabido que nesse município existem atualmente três quilombos, dois na área urbana e um na área rural. Após a reunião em que solicitei a autorização para o trabalho no quilombo, começa a identificação das principais lideranças da comunidade quilombola no que diz respeito às narrativas quilombolas.

O ser humano, desde sempre, narra as suas conquistas e os seus fracassos. A narração de histórias quilombolas pode ser descrita como uma manifestação cultural de um povo que transmite os seus saberes de geração para geração, uma prática que vem das suas origens africanas, e mesmo com tantos sofrimentos, continuam a despertar essa dinâmica no Brasil. A África,

mesmo sendo um continente muito extenso e com um grande número de povos e de culturas com características distintas, mostra que na diversidade existem elementos comuns entre seus povos, e um deles é o *Griô* ou *Djeli*. O *Griô*, como é chamado aqui no Brasil, é o contador de histórias, que na África era responsável por ensinar as lendas e os costumes do seu povo. Mesmo antes da invasão dos europeus ao continente africano, o *Griô* já existia e transmitia os seus ensinamentos. A transmissão das narrações do *Griô* é muitas vezes cantada. Os membros do Griot utilizam instrumentos musicais para ajudar a dar ritmo e musicalidade à narrativa. Na comunidade, inicialmente existia um *griô* que, segundo Arlete, fazia narrativas que eram trovas, ele trovava em verso. Era o tio Joaquim Nebino, que gostava de provocar as pessoas com as suas trovas.

Conforme afirma Mendes (2008), envelhecer é um processo natural que caracteriza uma etapa da vida do homem e dá-se por mudanças físicas, psicológicas e sociais que acometem de forma particular cada indivíduo com sobrevida prolongada. É uma fase em que, ponderando sobre a própria existência, o indivíduo idoso conclui que alcançou muitos objetivos, mas também sofreu muitas perdas, das quais a saúde destaca-se como um dos aspectos mais afetados.

Dentro dessa linha, a presente pesquisa discute a possibilidade de se considerar a transmissão de saberes locais como uma ação cênica, devido aos seus dispositivos cênicos, à luz de teorias teatrais e sociológicas. A pesquisa tem como objetivo a descrição das teatralidades nas narrativas quilombolas relatadas pelas líderes mais antigas da comunidade, através de uma pesquisa qualitativa. Durante o processo de pesquisa, foram utilizadas as estratégias de observação, pesquisa bibliográfica e entrevistas.

No processo, obtivemos algumas entrevistas e relatos das narrativas, até chegar ao encontro das três idosas, com idades entre 70 e 83 anos, que participaram durante o ano de 2015 de encontros semanais, na média de três horas de duração. No ato do registro das entrevistas, já tinham acontecido mais de dez encontros com cada idosa, geralmente tendo a presença de familiares ou de entes queridos.

O desenvolvimento da experiência ocorre com cada idosa na sua residência localizada no quilombo de origem, mas também menciono momentos de transmissão do saber quilombola no ambiente escolar, devido ao fato de uma das líderes não ser apenas matriarcal, mas ser líder de referência política. Nas comunidades quilombolas da região de Palmas, prevalece uma sociedade matriarcal, sendo o papel de liderança e poder exercido pela mulher e, especialmente, pelas mães da comunidade. Como foi citado por uma das lideranças, os líderes mais idosos do sexo masculino da comunidade faleceram, prevalecendo assim o sexo feminino com idade superior a sessenta anos.

Menciono ainda que existem líderes quilombolas do sexo masculino, porém direciono a pesquisa para as mulheres pelo fato de que convivi muito pouco com os homens e, na maioria das vezes, eles tinham idade inferior a

sessenta anos. O fator determinante que direcionou a pesquisa para as lideranças do sexo feminino deveu-se ao fator tempo, por se tratar de uma pesquisa dissertativa, como também ao horário da pesquisa, que ocorria de segunda a sexta-feira no período da tarde.

Como no início eu não era conhecida da comunidade, essa situação direcionou-se para o grupo feminino, de modo que o andamento teórico e prático da pesquisa não fosse prejudicado. Alguns líderes masculinos ainda se encontram na ativa profissional, levando-me a optar pela convivência e troca de saberes com as mulheres com mais de sessenta anos e que são líderes familiares, as matriarcas, e principalmente evitar situações equivocadas com as parceiras deles. Em conversa com a líder mais antiga da comunidade, Adelaide Maria Trindade Batista, sobre a proposta em questão e sobre o fator tempo, eu resolvo me dedicar ao grupo das “Três Marias”.

A cultura quilombola é sim de fato relatos da memória de uma vivência individual e coletiva de um grupo de pessoas. Nesse momento, localizo Bosi (1994), que descreve a memória como um trabalho sobre o tempo, o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo. Ressaltando que o tempo não flui uniformemente e, que cada sociedade, cada classe o vive diferentemente, assim como cada pessoa.

Na necessidade de compreender a memória e a cultura, encontro Simson (2003) que mostra as formas da memória e seus embates nos papéis sociais. Primeiramente, constato teoricamente a memória como a capacidade do ser humano de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações através de diferentes suportes empíricos (voz, música, imagem, textos etc.). Simson (2003) especifica que a memória individual como aquela que é guardada por um indivíduo, referindo-se as suas vivências e experiências, mas contém também aspectos da memória do grupo social onde foi socializado. Já a memória coletiva é formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes pelos grupos dominantes e que são guardados como memória oficial da sociedade mais ampla.

Para Simson (2003), a memória oficial gira em torno da maioria das experiências vivenciadas e só retemos aquelas, que tem significado. Na sociedade as pessoas com mais idade são incumbidas de transmitir as novas gerações os fatos e vivências que foram retidos como fundamentais para sobrevivência do grupo.

Numa inquietação com a temática, o livro “A memória, a história, o esquecimento” de Paul Riccoeur (2014), discorre sobre a complexidade da memória e do esquecimento no mesmo pé de igualdade, pois o esquecimento ameaça o que se delinea no plano de fundo da fenomenologia da memória e da epistemologia da história. Memória e esquecimento são “níveis intermediários” entre a experiência temporal humana e a operação narrativa. O esquecimento, para Riccoeur;

Propõe uma nova significação dada à ideia de profundidade que a fenomenologia da memória tende a identificar com a distância, com o afastamento, segundo uma fórmula horizontal da profundidade; o

esquecimento propõe, no plano existencial, uma espécie de perspectivação que a metáfora da profundidade vertical tenta exprimir (RICCOEUR, 2014, p. 424).

Ao longo dessa reflexão sobre o esquecimento, Ricceur refere que o esquecido não é só o inimigo da memória e da história, há uma figura positiva do esquecido. Com essa base da memória e o esquecimento, busco na área teatral encontrar os significantes para a proposta que iria desenvolver na comunidade, mas alguns elementos da abordagem de Caballero (2011) sobre a teatralidade auxiliam caracterizar as apresentações narrativas, adequando a realidade de liminaridade de um grupo específico da sociedade dar voz a quem estava sem visibilidade.

Caballero (2011) define teatralidade com situações imersas no entre do tecido cultural e atravessadas por práticas políticas e cidadãs, ou seja, a reflexão sobre a natureza do convívio dos seus eventos nas experiências liminares. Ou seja, a teatralidade não é vista como sinônimo de teatro, um espaço não emoldurado artisticamente por teorias teatrais, mas como um conceito que busca expressar o ambiente cênico do imaginário social, a redefinição das práticas no espaço representacional todos os dias. Olhar também se assenta no contexto social em que está inserido.

Sustentada na proposta de Caballero (2011), assimilo a teatralidade e adequa o contexto da comunidade quilombola palmense, considerando o complexo hibridismo artístico nas articulações com o tecido social em que estão inseridos. Para Caballero,

As hibridações artísticas produzem outras estruturações que deslocam as concepções tradicionais e resultam incômodas por estimularem confrontações com a noção de teatralidade consensual em determinados contextos.... Interessa observar os processos de hibridação que têm definido sua complexidade artística e têm possibilitado novas formas de ação nos cenários sociais (2011, p. 60.)

Com isso, a transgressão das formas teatrais tem sido largamente condicionada por alterações das respectivas realidades. O corpo do executante é de um sujeito inserido numa coordenada, conforme veremos mais adiante.

Ressalto ainda que para Caballero (2011) a teatralidade fora do quadro disciplinar do teatro, no contexto educacional, está definido para um espaço não emoldurado artisticamente e outra limitada por uma percepção capaz de reconfigurar outros mundos imaginários e desencadear.

A arte como lugar de produção de uma socialização específica, não necessariamente no nível de coletividades massivas, mas também de micro-comunidades e micro-encontros que testemunham as efêmeras relações com o outro. (CABALLERO, 2011, p. 47).

Essa relação com o outro nas práticas cênicas implica numa ampla participação de liminaridade na teatralidade. A vivência como experiência direta, colocando em voga situações de margem, de existência alternativa nos limites, como nesse presente estudo que busca a representação das narrativas quilombolas, na sua partitura cênica e a dimensão simbólica. Caballero observa que:

Uma teatralidade tecida a partir dos processos de escritura corporal cênica e como expressão da dramaturgia do ator estabelece a matriz performática. Refiro-me à performatividade como característica intrínseca da teatralidade, no sentido de execuções corporais e desenvolvimento de dinâmicas cênicas e poéticas (2011, p.64).

O encantamento da prática oral. Bedran (2012) afirma que o conto é oriundo da memória da comunidade, na qual encontramos lugares diferentes de olhar e ler o mundo ao praticarmos a arte da convivência.

Esse ato de tradição oral permite manter viva a manifestação do processo das narrativas, que com uma vivência reflexiva o encontro com as narrativas quilombolas, começo a ler sobre os indivíduos em jornais, textos, tese e livros. Nesse momento já estava com dois meses de convivência diária com algumas lideranças locais. Recordo que Arlete cita numa das nossas conversas que deveria pesquisar e compreender mais sobre a comunidade não apenas para o projeto de extensão, mas uma pesquisa pessoal.

Na comunidade, ela se volta para pessoas que transmitem suas histórias pela oralidade, narrativas com traços e características da teatralidade performática.

A oralidade é uma ideia concretizada, por meio da proposição de diversas vertentes de análise e matrizes teóricas, cada uma partindo de suas premissas e com seus próprios pontos de vista. Ao pensar as narrativas, procuro dar voz à pluralidade cultural, lutar contra o apagamento de um grupo de brasileiros tão representativo na cultura brasileira, com muitos meios de expressão e histórias para contar que precisam ser organizadas e divulgadas.

Os valores e identificações eram diretamente ligados à memória do esquecimento, como a marca histórica de uma narradora que relata a vinda da sua avó para a comunidade. Cida muda a sua tonalidade de voz, às vezes parando para respirar mais forte para falar da sua avó querida, de como sua avó ficara tetraplégica:

Ela estava no período da sua dieta e devido à fraqueza caiu diversas vezes no banhado. Seu bebe de poucos dias não aguentou e faleceu durante a fuga. Minha avó sempre me contava histórias e olhava dentro do meu olho. Que saudades da minha vizinha (CIDA, 2015).

A prática de relatar histórias do passado é cultivada na comunidade e por um grupo de líderes. Nessa narrativa a contadora Cida explica sua relação com a sua avó que mesmo tetraplégica tinha vontade de viver.

Com o contato com as comunidades quilombolas da região Centro-Sul do Paraná, pude perceber quão humanizadas são as relações familiares, de trabalho e amizades. Nesse espaço, as mulheres com mais idade, trazem as narrativas a tona do passado por uma memória que mistura reminiscências da infância, com resgate da fala e convívio com seus ancestrais e, ao mesmo tempo uma diferenciação dessa relação por se tratar de uma comunidade quilombola urbana. Mesmo presente no espaço urbano as lideranças tecem amarras de uma comunidade tradicional afro-brasileira.

Essas lideranças estão no processo de descoberta e criação devido à conjuntura atual de uma comunidade quilombola que diferentemente da

comunidade indígena, sua visibilidade iniciou com a introdução de políticas públicas. Com esses cuidados, busquei compreender o viver comunitário do quilombo e os papéis das lideranças locais. Para Mendonça (2008), as pessoas que nasceram e vivem na comunidade quilombola possuem um evidente sentimento de ligação ou de pertença ao lugar com tudo que ali existe. Esses membros, com a transmissão dos saberes, pelos mais antigos, se tornam líderes e essas lideranças buscam refletir seus valores compartilhados.

Ao descrever o papel da liderança na comunidade quilombola, Mendonça configura que

Cada indivíduo sofre influência da sociedade em que vive, mas, ao mesmo tempo, exerce alguma influência sobre ela. O simples facto de existir, ocupando um espaço, sendo visto ou ouvido... Concepção similar é partilhada por Amaro (2002) quando afirma que a liderança comunitária deve: valorizar a diversidade, partilhar responsabilidade, ser orientada pela ação e focalizar-se no desenvolvimento da sua comunidade, construindo e desenvolvendo as capacidades locais (MENDONÇA, 2008, p.19).

Com base na análise de Mendonça (2008) sobre liderança comunitária no Ceará, faço uma aproximação com as lideranças na comunidade quilombola da região Centro-sul do Paraná. Chamou-me atenção o âmbito de ação, algumas no âmbito familiar e outra em variados locais, devido à forma de transmissão de conhecimento, via narrativas orais e a idade avançada dessas pessoas. Nessa comunidade quilombola, liderança familiar é definida como aquela responsável pela transmissão dos saberes quilombolas no âmbito familiar e a liderança política é aquela responsável não só pela transmissão dos saberes na sua família, como também na comunidade.

Entre lideranças, que atualmente tem o poder na comunidade da região Centro-sul do Paraná, prevalecem as mulheres. O que, para os quilombolas, não é estranho, ao contrário:

Desde o princípio foi assim, as mulheres tomaram as rédeas para não ter mais maus-tratos físicos e psicológicos. Aqui na comunidade foi diferente. A liderança sempre foi responsabilidade das mulheres. Só agora que temos um presidente homem no quilombo e isso é pra somar forças (ARLETE, 2015).

Arlete instala um mundo possível pela voz das mulheres na liderança da Comunidade. Sua expressividade nesse momento fora mudada, o peito ficou mais elevado, o movimento dos braços mais definidos e a voz com uma tonalidade mais forte. Essa situação também foi indicada pelas outras duas contadoras. No começo, afirma Cida, os homens até tentaram bater nas mulheres. Arlete confirma que tudo mudou com o tempo e principalmente com os estudos. Já Trindade, não menciona, só faz uma expressão facial mudando o formato da boca para um lado do rosto e os olhos um pouco fechados, parecendo uma reprovação ou mesmo querendo evitar lembrar sobre o assunto.

Em um contexto mais amplo, porém relacionar ao período de mudança significativa na comunidade, na década de setenta e oitenta, as mulheres começam não só a trabalhar com atividades domésticas, mas buscaram formação escolar para trabalhar em locais como a prefeitura municipal e como

professoras. Provavelmente estas mudanças estão aquilo que Rodrigues (2013), delinea no seu artigo sobre “Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista” no Brasil, ao reconstruir o percurso histórico de formação do ativismo negro e do movimento de mulheres no Brasil contemporâneo, bem como seus dilemas para incorporar pautas específicas das mulheres negras.

Para Rodrigues,

a consciência de que a identidade de gênero não se desdobra automaticamente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil (RODRIGUES, 2013, p. 8).

O conceito de interseccionalidade, na sua origem, permite dar visibilidade às múltiplas formas de ser mulher. A interação com a realidade sócio material da vida de mulheres na (re)produção e na transformação de relações de poder.

Ao acentuarem que há uma multiplicidade de identidades femininas, e de ações políticas a elas vinculadas, as mulheres negras chamam a atenção, sobretudo, ao fato de que, ao proporem uma unidade entre as mulheres contra a opressão do modelo patriarcal da sociedade ocidental, as mulheres brancas se esquecem de que elas próprias oprimem outras mulheres, ou seja, ao mesmo tempo em que são subordinadas numa dada situação sociais pelos homens, também oprimem mulheres negras e de estratos sociais inferiores (RODRIGUES, 2013, p. 8).

As questões de gênero estão bem imbricadas em relações de poder bastante complexas. A questão do poder também é apontada por Michel Foucault (2002) no seu livro *Em defesa da sociedade* introduzindo a relação do poder e seus efeitos na história na composição de uma nova visão das intercorrências que estabelecem as relações de força e dominação.

As mulheres dessa região são lideranças e reconhecidas no processo de transmissão de conhecimento, tanto no ambiente familiar, quanto no ambiente escolar. Arlete menciona que quando suas noras casaram com seus filhos, fez todas irem pra faculdade estudar, assim podiam se defender e se sustentar sem cobrança masculina.

Possivelmente o fato de eu ser mulher facilitou os vínculos com as mulheres quilombolas, pois começam a se concretizar, paulatinamente, e outras pessoas da comunidade, me procuram, para dar entrevistas ou solicitam a minha visita nas suas residências, ainda que se trate de uma pesquisa de mestrado direcionada aos contatos para um pequeno grupo de senhoras, o que restringiu o número de entrevistas, e com o tempo procuro atender as demandas e solicitações.

Em função do tamanho da cidade, algumas situações estão presentes nos costumes, especialmente por ter sido colonizado por pessoas oriundas do Rio Grande do Sul, os negros e índios, misturam seus costumes aqueles oriundos das tradições colonizantes. Dialogam com a forma de convivência social, e marca diferenças na teatralidade performática dos quilombolas.

É possível encontrar, ainda, sobre a experiência de espaço e tempo que mais se encontra na relação com a vida cultural quilombola na sociabilidade de Simmel (1986) e Marques (2008), em espaços sociais no conviver em comunidade.

Inspirada nessa práxis pedagógica do estar junto de Marques (2008), começou não só com a convivência da vida familiar de um grupo de mulheres líderes quilombolas, as narradoras da história da comunidade. Mas também conhecendo e acompanhando um pouco da vida das três Marias, lideranças quilombolas, e assim começando a observar a rotina quilombola e as narrativas orais feitas sobre a comunidade e sua história.

Antes das narrativas quilombolas, apresento um pouco sobre a origem das histórias na história, mas com a terminologia contação de história.

Para Bedran (2012), o homem vem utilizando a narrativa como um recurso vital. Nessa linha de pensamento sobre narração de história, Torres e Tettamanzy (2008) afirmam que contar uma história, deriva de um processo que antecede a escrita, remetendo ao tempo em que o homem confiava na sua memória e nas suas experiências, resgatando qualidades tão necessárias ao desenvolvimento humano.

A origem das histórias é tão antiga quanto às comunidades humanas, tendo como fonte natural o ser humano e como fonte principal de transmissão a oralidade, por isso mesmo não sendo possível precisar sua origem. Para Frantz (2001), as criações das narrativas se dão, por meio da imaginação e da emoção que com as quais aprendemos a nossa realidade e atribuindo-lhes um significado. A arte de contar história, na descrição da autora, é um mundo que mais se aproxima da linguagem simbólica e criativa. O mundo para ambos é do tamanho da fantasia e alcança até onde vai à imaginação criadora do contador e do artista.

Em contrapartida à preocupação com a morte do narrador indicada por Benjamin (1994), existem reflexões de outros autores que denotam a perseverança das narradoras. Além disso, as próprias parecem se aproximar daquele contador de história descrito no ensaio O Narrador de Walter Benjamin (1994). Um tom nostálgico e assumido por Benjamin, quando escreve sobre o desaparecimento da figura secularizada do contador de histórias, como também da prática de ouvir e contar histórias, ao redor da fogueira, nas festas familiares ou no próprio jardim. Para o autor a fonte que mantinha o narrador parece modificar-se com a modernidade.

Nessa perspectiva de tradição oral, uma das grandes contribuições Benjamin (1994) é mostrar que o narrador assume a figura do sábio e do mestre por suas experiências adquiridas. São pessoas que sabem dar conselhos, orientando por suas próprias experiências que passam de pessoa a pessoa, adquirida, coletivamente e, ao mesmo tempo, percebida individualmente.

No contexto quilombola, as práticas da narração transmitidas pelas líderes familiares e políticas, tem momentos que se assemelham um narrador que Benjamin (1994) descreve, devido a prática das transmissões orais

acontecem no terreiro, em volta do fogão à lenha e durante as festas familiares, como iremos descrever mais a diante.

Para Benjamin,

Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. Quando o ritmo do trabalho se apodera dele, ele escuta as histórias de tal maneira que adquire espontaneamente o dom de narrá-las. Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo. (BENJAMIN, 1994, p. 201).

As narrativas, na comunidade quilombola da região Centro-Sul do Paraná, tem como enredo a realidade social e os momentos sobre os antigos quilombolas. Nesse contexto local, a convivência do estar junto, contribui para a construção de uma memória que explorava o quilombo e para dar visibilidade as lutas e conquistas da comunidade quilombola.

Levando em conta que narrativas orais foram inúmeras, a partir desse momento descrevo apenas algumas para demonstrar as narrativas quilombolas e suas correlações entre si e a literatura em geral.

Tendo como base as teóricas relacionadas ao Teatro e o filósofo Walter Benjamin, busquei compreender as narrativas do quilombo, correlacionando com aquele que transmite o seu saber pelas narrativas. Para os quilombolas é um lugar cercado de luz e suor, na qual uso a voz de Arlindo Cruz para mostrar a alegria de viver na comunidade quilombola palmense, onde muitas vezes participei de roda de viola e laçadas.

Com esse alicerce, durante o andamento da pesquisa de campo e relatos obtidos desdobram-se nas narrativas de três líderes quilombolas, que para a comunidade onde vivem e na qual convivem, são as transmissoras de saberes. As contações ou narrativas selecionadas, a partir de vários encontros com as líderes quilombolas apresentam momentos diferenciados, os locais de socialização a casa, a igreja e na escola.

Indico que classificar as narrativas quilombolas, como uma prática cultural cênica é algo ser feito com certo cuidado, pois se diferencia da forma e dos conceitos com que esse fenômeno é visto pelos moradores e transmitidos oralmente de geração para geração.

Para Faria (2011), o contador é visto como produto de uma narrativa oral teatralizada e a forma das narrativas é aberta a com múltiplos significados. Faria ainda afirma que a presença da arte tem papel fundamental na formação do trânsito entre o real e o imaginário. Com a exploração do imaginário conseguimos encontrar soluções para a construção de uma sociedade que se aproxime de valores de justiça, de igualdade e de oportunidades.

Minha condição de pessoa não pertencente à comunidade fez identificar a teatralidade presente nas narrativas que foram por mim observadas em todo momento. Como nesses exemplos de narrativas quilombolas. Nesse momento só descrevo apenas a forma textual da narrativa, os outros elementos

apresentei no início do presente capítulo, pois os elementos de corpo e voz são similares.

Já esse segundo exemplo podemos perceber o posicionamento da líder familiar Cida quando pede pra demonstrar o local onde vivenciou todas as narrativas que me contou. Sempre com semblante de felicidade por estar retornando ao espaço que passou quando criança, a chácara da família.

Como cita Reto (2015), na arte de contar histórias, é a linguagem que permite as representações das características e dos fatos de um povo se construam em conteúdos e sejam passados entre gerações. A memória e imaginação podem estar entrelaçadas. Para autora, a memória não é apenas o conhecimento do passado, mas como ele é visto hoje. Já em Benjamin (1994), as histórias são sempre narradas como acontecimentos reais; se não foi com o narrador, pode ter sido com alguém próximo. Tem um tom de sagrado, um aconselhamento.

Essa situação, para minha pessoa soou como uma frustração, pois como espectadora ter visitado o local onde foram criadas as narrativas, me deixou angustiada, pois imaginei totalmente diferente a chácara e o local onde aconteceu à narrativa. Nesse momento reverberei minhas memórias um jogo incessante de deslocamentos.

Um jogo incessante, esses deslocamentos contínuos de posição do desejo que é feita a teatralidade, uma posição do sujeito em processo do espaço construtivo imaginário. Um armazém dos acessórios simbólicos, como o entreposto dos significantes, o todo fora do discurso estabelecido e nos bastidores da teatralidade.

As narrativas quilombolas, nessa região se caracterizam, como uma prática exercida por mulheres com mais idade, que aprendem sua prática sem a utilização de elementos tecnológicos e mesmo assim dão significado performático a suas breves teatralidades. A criação das teatralidades, usada nessa dissertação tem o intuito de uma expressão da consciência humana em uma imagem metafórica única, que na comunidade quilombola ocorre em criações cênicas de pessoas com mais idade.

As narradoras quilombolas, resinificaram a sua velhice quando dei voz as suas histórias antigas. Cada uma com sua expressividade e vontades. As contadoras líderes familiares gostariam que suas narrativas fossem mais transmitidas, pois são chamadas quando precisam de aconselhamentos. Querem ter mais vozes. Mas, convivendo com as três é nítido a sua importância no contexto familiar. Sempre são chamadas para narrar uma situação quando há necessidade.

A narradora Arlete sempre faz questão de mencionar que as narrativas que contou para mim são inéditas, nunca tinha relatado para outra pesquisadora. Com a minha presença suas narrativas vieram à tona mais rotineiramente, um processo aglutinador de preservação de uma identidade étnica, cuja ligação com o passado contribui para a manutenção de práticas sociais e culturais singulares em um espaço próprio, preservando a memória coletiva quilombola.

O despertar do aprendiz a contador é paulatino, porém pode ser amenizado quando o docente apreende que devemos olhar para uma realidade humana onde todos os seres humanos são iguais e detentores dos direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática da teatralização, com elementos da performance na narrativas quilombolas, tem se articulado num verdadeiro espaço de construção de saberes. Com a prática exercida devido à pesquisa dissertativa o grupo de idosas, se sentiu renovada, com vontade de registrar as narrativas dos antigos e sempre vão me induzindo a novas possibilidades de criação. A inovação dessas práticas é constatada teoricamente, no diferencial da realidade brasileira no século XXI, no que se diz respeito, da narração de história e a inserção da idosa, como cita Brandão (2012).

Constatai que é facilmente verificável nas experiências pessoais que a narração de histórias traz uma infinidade de 1-benefícios para as idosas, principalmente no que se diz respeito ao resgate social, uma vez iniciados através das histórias ouvidas e contadas, poderão continuar se encantando, emocionando, identificando e aprendendo com histórias pelo resto de suas vidas, com autonomia.

Brandão (2012), com intenção de que lembrar é reconstruir o passado a partir dos quadros sociais do presente; é uma lembrança consciente. A autora também se apoia no tempo socialmente referido – 2-a memória está no grupo – e o trabalho de reconstrução do passado só pode ser realizado nesse contexto.

Despertar a prática da narração de histórias através de histórias pessoais, além de prazeroso, pode aproximar as pessoas. Afirma Brandão (2012) que ao compartilhar lembranças, os tempos individuais se cruzam, formando outro tempo coletivo, tempo presente no grupo.

No processo cênico da narração de histórias com idosas a matéria-prima fundamental é a memória, neste percurso entendo memória como o ato de lembrar (FERNANDES; LOUREIRO, 2009). Busco acessar essas lembranças, reminiscências, recordações. Garantindo ao indivíduo a liberdade de expressão e assim a seleção pessoal do que ele está interessado em lembrar, em contar, e da forma como ele vai expressar.

Valendo ainda saber que: o passado lembrado nunca é linear. Para Fernandes e Loureiro (2009) a narração avança e recua sobre a linha do tempo, como que transbordando a finitude espaciotemporal que é própria dos acontecimentos vividos. As lembranças abrem portas para o que veio antes e depois.

Nesse sentido, as narrativas contada por idosas quilombolas conduz a uma reflexão sobre as experiências individuais e coletivas, que possibilita a aquisição de vivências em prol de uma ótica subjetiva, em contato com o registro integral e singular do narrador. Diante disso, o encontro entre idosas e



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

publico promove relações e embate de gerações, tradições, valores e costumes, viabilizando a troca construtiva de práticas cotidianas, nas quais cada um reflete sobre seus ideais assumindo o seu papel na sociedade com respeito mútuo.

As histórias são alimento do espírito humano e a prática da narrativa na comunidade quilombola amplia ainda mais a vivência e a valorização da idosa quilombola. A narrativa quando contada de maneira que nos contamina, encharca com inúmeros sentimentos como a diversão, emoção e superação pessoal. E, sobretudo, que não podemos nos esquecer de que os encantos que as histórias proporcionam não dependem dos recursos segundo os quais são narradas, mas sim da riqueza da história em si.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. MARIN, Rosa Acevedo. **Nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: Comunidade Quilombola Do Rocio- Adelaide Maria Trindade Batista, Castorina Maria Da Conceição E Tobias Ferreira- Palmas, Paraná: Projeto Nova Cartografia Social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil- UEA, 2010.**

BATISTA, Maria Trindade da, Entrevista concedida à Carine Xavier em 22/maio/2015. Palmas-PR, 2015

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

BRASIL, Constituição (1988).

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292p.

_____. Emenda Constitucional nº 48. DECRETO Nº 5.520, de 24.08.2005. Institui o Sistema Federal de Cultura - SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura, e dá outras providências. In: Constituição da República Federativa do Brasil, 2005.

CABALLERO, Ileana Diégeus, 1961. **Cenários Liminares, teatralidade, performance e política.** Uberlândia: EDUFU, 2011. CABALLERO, Ileana Diégeus. Cenários Liminares, teatralidade, performance e política. Uberlândia: EDUFU, 2011.

CRENSHAW, Kimberle. **A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero.** artigos integra o Dossiê da III Conferencia Mundial contra o Racismo (Durban, 2001), publicado pela Revista estudos Feministas, nº1, 2002, sob a coordenação de Luiza Bairos, da Universidade Católica de Salvador.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: A vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1999. v. 1

GIL, Antonio Carlos.

Como elaborar projetos de pesquisa. 5ed. São Paulo: Atlas, 2008. GOMES



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

Jr, Jackson; SILVA, Geraldo Luiz da; COSTA, Paulo Afonso Bacarense. **Paraná Negro**. Curitiba: UFPR- PROEC, 2008.

GTCM, Grupo de trabalho Clóvis Moura. **Relatório do Grupo de Trabalho Clóvis Moura: 2005-2010**, Curitiba, PR: GTCM, 2010. 269 p.

IBGE. **Anuário Estatístico 2014**. Rio de Janeiro, IBGE, 2015.

MARQUES, Sônia Maria dos. **Pedagogia do estar junto: éticas e estéticas no bairro de São Sebastião do Rocio**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

MENDONÇA, F.W.O. **Psicologia comunitária e o trabalho das associações de moradores**. In: Ximenes, V.; Amaral, C. E; Rebouças, G. (org). *Psicologia Comunitária e educação popular: vivencias de extensão- cooperação universitária no Ceará*. Fortaleza; LC Gráfica e editora,2008. P 119-137.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas, Unicamp, 2007, 536 p. RODERJAN, Rosely Vellozo. **Os Curitibanos e a Formação de Comunidades Campeiras no Brasil Meridional (séculos XVI-XVII)**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1992.

RODRIGUES, Cristiano. **Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil**. Artigo apresentado no evento Fazendo Gênero 10. Desafios, atuais das feministas de 16 a 20 de setembro de 2013. ONU, Brasil. Disponível em <<http://nacoesunidas.org/tema/decada-afro/>> Acesso em 02 nov. 2015.

PAVIS, Patrice. **Dicionário de Teatro**; 4 ed- São Paulo: Perspectiva, 2012.

SILVA (ARLETE), Maria Arlete Ferreira da, Entrevista concedida à Carine Xavier em 20/maio/2015. Palmas-PR, 2015

SILVA (ALCIONE), Ferreira da, Entrevista concedida à Carine Xavier em 27/maio/2015. Palmas-PR, 2015

SILVA, Cleto da. **Apontamentos históricos de União da Vitória. 1768-1933**. Curitiba: **Imprensa Oficial**, 2006.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. **Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento**. Artigo publicado na Revista Acadêmica Augusto Guzzo. 2003.p. 14 a 18. SIMMEL, G. **Sociologia: estudos sobre las formas de socialización**. Madrid: Alianza Universidad. 1986. P. 11-37.

SOUZA (Cida), Maria Aparecida, Entrevista concedida à Carine Xavier em 26/maio/2015. Palmas-PR, 2015 .

TRANSPORTE ESCOLAR: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO

Ana Carolina Ap. P. Silveira (anna.pomorski18@gmail.com)
Camilla K. da Silveira (camillaksiezkiewicz@gmail.com)
Roberto Carlos Bianchi (roberto.bianchi@ifpr.edu.br)
Jussara Isabel Stockmanns (jussara.stockmanns@ifpr.edu.br)
Roberto Carlos Bianchi (roberto.bianchi@ifpr.edu.br)

RESUMO: O transporte escolar como dever do estado fornece aos alunos a garantia de acesso e permanência na escola, por tanto o estado ou município deve ofertar uma linha de transporte de qualidade, assegurando aos mesmos conforto e segurança, sendo este mais um ponto favorável para a melhora do processo de ensino-aprendizagem. A oportunidade de acesso à educação básica – primeiro ciclo do Ensino Fundamental e Educação Infantil é dever do poder público municipal, o qual deve ofertar vagas para todas as crianças em idade escolar. O segundo ciclo do Ensino Fundamental e o Ensino Médio ficam a cargo do público estadual, e em algumas situações ao poder federal, dependendo da instituição de ensino. Portanto a oferta do meio de transporte para o acesso à escola, principalmente para os alunos das áreas rurais e ribeirinhas, é garantido pela Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases, responsabilizando os poderes públicos de ofertar condições para a chegada dos alunos até a escola. Essa pesquisa se detém em verificar, por meio de pesquisa bibliográfica-documental, como este assunto é abordado e se há cumprimento do que está prescrito em lei.

Palavras-chave: Transporte. Constituição Federal. Educação.

ABSTRACT : School transport as a duty of the state provides students with the guarantee of access and the student's stay in school, by both the state or municipality must offer a quality transport line, ensuring the same comfort and safety so there are better conditions for effective significant the teaching-learning process. The opportunity to access to basic education - first cycle of Basic Education and Early Childhood Education - usually it is the duty the municipal public power, which should offer vacancies for all school children. The second cycle of primary education and secondary education are borne by the state public, and in some situations the federal power, depending on the educational institution. Therefore the supply of means of transport for access to school, especially for students from rural and riverine areas is guaranteed by the Federal Constitution and the Guidelines and Bases Law, blaming the government of offering conditions for the arrival of students to school. This research dwells in check , through bibliographical and documentary research, as this issue is addressed and if there is compliance with what is prescribed by law.

Keywords: Transport. Federal Constitution. Education.

1. INTRODUÇÃO

O direito à educação escolar teve avanços significativos nas últimas décadas. Para configurar um direito de todos, este ponto deve estar elencado em um documento de caráter nacional, tal como lei e decreto. A nível mundial os cidadãos estão amparados pela Organização das Nações Unidas, o que garante que, atualmente, a maioria dos países, principalmente os desenvolvidos e os emergentes, ofereçam a educação pública e igualitária. No Brasil o direito à educação escolar é assegurado pela Constituição Federal, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela Lei de Diretrizes e Bases (LDBEN). Segundo a Constituição a Educação é dever do Estado e da Família. Todas as crianças e adolescentes estando ou não na idade correspondente ao nível que será cursado, têm o direito ao acesso à educação pública, que garanta seu pleno desenvolvimento como pessoa e o exercício da sua cidadania.

Um dos grandes motivos da evasão escolar está na dificuldade que muitos alunos encontram para chegar até a instituição de ensino. Desse modo compreendemos a importância da abordagem deste tema, principalmente tratando da realidade de um país como o Brasil, onde encontramos peculiaridades significativas de acordo com a região.

O contexto social brasileiro é marcado por uma situação de desigualdade e pela falta de oportunidades, fatores que dificultam a permanência dos alunos do ensino fundamental e principalmente do ensino médio na escola. Garantir às crianças e aos adolescentes o ensino público por si só não basta, deve-se garantir um ambiente acolhedor onde o mesmo não se sinta menosprezado por sua classe social, cor ou credo, devem-se assegurar materiais básicos para o processo de ensino-aprendizagem, alimentação e um sistema de transporte de qualidade. Para que este direito venha se cumprir, a Constituição Federal de 1988 vem por meio do artigo 208 assegurar, entre outras acessórias, o direito do transporte oferecido pelo estado ou pelo município.

Buscamos, por meio dessa pesquisa bibliográfica - documental, abordar o quadro do transporte público escolar no Brasil e esclarecer pontos, como de quem é a responsabilidade desta oferta e se há o cumprimento das leis e diretrizes que asseguram esse direito. Abordaremos as condições em que se encontram os meios de transporte oferecidos aos alunos e se os mesmos cumprem o que se é esperado por lei. Trataremos ainda de explicar como este direito chega as comunidades rurais e ribeirinhas.

2. Do direito à educação

A educação é entendida como direito fundamental da criança e do adolescente e é garantida a todos de forma gratuita e igualitária, ou seja,

independe da cor, religião, gênero. No momento em que a escola passa a atender toda a demanda social torna-se neutra a toda influência religiosa, tornando laica e leiga. Nesse sentido, o art. 205 de nossa Constituição Federal de 1988 é claro:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Não apenas as crianças e os adolescentes em idade escolar podem usufruir o direito à educação, todos, que por qualquer motivo não tiveram a possibilidade de frequentar a escola na idade adequada. O Artigo 208 da Constituição Federal garante que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é a lei que cria condições de exigibilidade para os direitos da criança e do adolescente, que estão definidos no artigo 227 da Constituição Federal. O caput do art. 227 da Constituição Federal diz:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao lazer e à profissionalização, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Para reforçar o direito garantido pela Constituição o ECA corrobora para que não haja a negação deste direito indissociável a qualquer criança ou adolescente, garantindo assim, a efetivação de um processo educacional de qualidade que possa se estender à toda população. O Artigo 53 do ECA afirma:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II – direito de ser respeitado por seus educadores;
 - III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
 - IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;
 - V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.
- Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

O dever de ofertar o ensino escolar básico é do Estado, o qual deve estar em consonância com o que cada lei afirma, principalmente tratando-se de um país colonizado, onde se carrega uma herança elitista, priorizando o indivíduo por meio de seu status social. O Estado deve ofertar e assegurar a permanência do educando no âmbito escolar, porém, em contrapartida, é dever da família matricular seus filhos e participar, juntamente com o corpo docente da instituição de ensino, a vida escolar do mesmo, proporcionando maior possibilidade de desenvolvimento pleno do educando como indivíduo.

3. Do acesso à educação

O acesso à escola pública é dever do Estado, e este por sua vez deve ofertar transporte de qualidade que garanta a segurança e o bem-estar dos alunos no caminho até a escola. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases garante: “VIII – atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.” Para o desempenho pleno do aluno cabe ao Estado ofertar todos os recursos necessários para a manutenção da qualidade de ensino e do educando inserido no sistema público de ensino.

O Governo Federal vem, por meio de ações conjuntas com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Ministério da Educação, e demais órgãos competentes além de estados e municípios, criando metas e estratégias para assegurar o acesso e a permanência dos alunos na escola. Na resolução FNDE nº 12/11, no artigo 2º:

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) consiste na transferência, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios, de recursos financeiros destinados a custear a oferta de transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, com o objetivo de garantir o acesso à educação.

Os programas desenvolvidos para custear o investimento em transporte escolar que visam atender alunos da rede pública de educação básica, preferencialmente residentes na zona rural são: O caminho da escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar.

O Caminho da Escola foi criado pela Resolução nº 3, de 28 de março de 2007, e consiste na concessão, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de linha de crédito especial para a aquisição, pelos estados e municípios, de ônibus, miniônibus e micro-ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

Já o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) foi instituído pela Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural que utilizem transporte

escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios.

Com a publicação da Medida Provisória 455/2009 – transformada na Lei no 11.947, de 16 de junho do mesmo ano –, o programa foi ampliado para toda a educação básica, beneficiando também os estudantes da educação infantil e do ensino médio residentes em áreas rurais.

Os valores transferidos diretamente aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios são feitos em nove parcelas anuais, de março a novembro. O cálculo do montante de recursos financeiros destinados aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios tem como base o quantitativo de alunos da zona rural transportados e informados no censo escolar do ano anterior. O valor per capita/ano varia entre R\$ 120,73 e R\$ 172,24, de acordo com a área rural do município, a população moradora do campo e a posição do município na linha de pobreza.

Além dos veículos automotores há ainda a disponibilidade de bicicletas escolares que caracterizam uma alternativa para estudantes que percorrem trajetos para chegar a escola ou ao ponto de passagem do transporte que são inviáveis para o acesso dos mesmos, ou para aqueles que passam muito tempo dentro do ônibus escolar que percorre caminhos sinuosos e param em muitos pontos. As especificações da bicicleta escolar foram concebidas com enfoque em segurança e qualidade. Ela é fabricada em aço carbono, totalmente soldado, com acabamento em pintura eletrostática na cor amarela e bagageiro traseiro acoplado. Para melhor identificação, o quadro contém a inscrição “Escolar”. Recomenda-se o uso de todos os equipamentos de segurança e são indicadas para crianças com mais de seis anos de idade.

As embarcações são uma opção para alunos ribeirinho, que não percorrem um trajeto terrestre para chegar até a escola, ou pelo menos parte deste trajeto é percorrido por vias fluviais. Todas as embarcações usadas no transporte escolar devem estar equipadas com coletes salva-vidas na mesma proporção de sua capacidade, ter registro na Capitania dos Portos e manter a autorização para trafegar em local visível, além de estarem em perfeitas condições de uso, com cobertura, para proteger do sol e da chuva, e com grades laterais para assegurar o bem estar de seus usuários.

Para a garantia de qualidade e segurança são necessários alguns pré-requisitos quanto ao condutor e quanto ao transporte. O condutor, seja de embarcação ou automóvel, deve ter: idade superior a 21 anos; habilitação para dirigir veículos na categoria D; se pilotar embarcações, deve ser habilitado na Capitania dos Portos; ter sido submetido a exame psicotécnico com aprovação especial para transporte de alunos; ter se formado em curso de Formação de Condutor de Transporte Escolar; possuir matrícula específica no Detran ou Capitania dos Portos, não ter cometido falta grave ou gravíssima nos últimos doze meses.

O veículo deve possuir: cintos de segurança em boas condições e para todos os passageiros; uma grade separando os alunos da parte onde fica o motor; para que o transporte de alunos seja mais seguro, o ideal é que os

veículos da frota tenham no máximo sete anos de uso; possuir tacógrafo, seu registros serão guardados pelo período de seis meses, porque serão exibidos ao DETRAN por ocasião da vistoria especial; apresentação diferenciada, com pintura de faixa horizontal na cor amarela nas laterais e traseira, contendo a palavra “Escolar” na cor preta.

As políticas públicas estão sendo elaboradas para o bem-estar social, cabe a população exercer sua cidadania e reivindicar a efetivação das mesmas. Vivemos em um país democrático, onde poucos usufruem desta conquista. A melhor forma para a efetivação de políticas públicas é a fiscalização do que realmente está sendo feito e a denúncia do que não está sendo cumprido como proposto.

4. Conclusão

O acesso à escola e a permanência nela constituem o quadro democrático brasileiro, onde toda a criança de quatro a dezessete anos deve estar matriculada. Passando por todos os ciclos de ensino, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, tendo possibilidade de alcançar o ensino superior e contribuir para o desenvolvimento do país. Entretanto, todos, independente da idade ser ou não corresponder ao nível pretendido cursar.

O direito à educação pública e igualitária é uma conquista recente para a sociedade brasileira. Hoje todos têm acesso à educação escolar pública, sendo garantida por lei.

Percebemos, aqui, as estratégias governamentais que asseguram a toda população o direito ao acesso ao transporte escolar, o que contribui para o acesso e permanência dos alunos à escola, se nos basearmos nas leis e diretrizes que regem o Brasil podemos notar que este assunto é colocado em pauta e debatido com comprometimento pelos dirigentes do nosso país.

Neste artigo nos detemos em pesquisar documentos, tais como leis e decretos, portanto, não podemos revelar nossa opinião em respeito ao cumprimento ou não destas leis. Tomamos por objetivo esclarecer que há um amparo legal na obrigatoriedade do transporte público escolar.

5. Referências

BRASIL. **Estatuto da Criança e do adolescente**, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 18/jun/2016.

_____. **Constituição Federal, 1988**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm/acesso 05/09/2016.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

BRASIL. **Guia do Transporte Escolar**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/transporte-escolar/transporte-escolar-apresentacao/> Acesso em 18/jun/2016.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

RESUMOS

A CONSTRUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO COMO FERRAMENTA EM EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO PROJETO EXTENSIONISTA DE DOAÇÃO DE SANGUE E MEDULA ÓSSEA

Marcelo Henrique Gonçalves, Danieli Mezzomo dos Santos, Karine Kauane Maciel, Naiane Ferreira, Ana Merian da Silva, Ricardo Aparecido Pereira, Albimara Hey

Email: (ricardo.aparecido@ifpr.edu.br) (albimara.hey@ifpr.edu.br)

Introdução: A educação em saúde (ES) representa um importante instrumento facilitador para a capacitação da comunidade, contribuindo para a promoção da saúde. O estudo tem como objetivo, apresentar a elaboração de uma ferramenta de Educação em Saúde direcionada a captação de doadores de sangue e medula óssea, assim reforçando sua importância na manutenção do processo saúde e doença e em especial no transplante de medula óssea. Trata-se de uma proposta para construção de um material educativo com orientações e informações sobre possíveis doadores. Acredita-se que ao criar uma ferramenta de comunicação seja possível tornar a ES mais interativa e presente para uma população menos informada ou com dificuldade de aderir à proposta de ser um potencial doador. Considera-se que o instrumento cumpre sua finalidade sendo uma ferramenta de fácil construção, de baixo custo e fácil entendimento. O presente trabalho é resultado do projeto extensionista desenvolvido no colegiado de enfermagem e farmácia do IFPR – *Campus Palmas* desenvolvido por docentes e discentes. Apesar de o número de doadores voluntários ter aumentado expressivamente nos últimos anos, considera-se que as doações de sangue e medula óssea ainda estão em baixo grau, isso pelo fato dos indivíduos muitas vezes possuírem dúvidas, como o risco de contágio por HIV através da doação ou por simplesmente não terem conhecimento dos lugares que são responsáveis pela realização da coleta, entre outras incertezas. **Objetivos:** Sensibilizar a população sobre a importância do cadastro de doadores voluntários de sangue e de medula óssea através da educação em saúde. **Metodologia:** O projeto tem como referencial metodológico a pesquisa ação. A pesquisa-ação possibilita que o pesquisador intervenha dentro de uma problemática social, analisando-a e anunciando seu objetivo de forma a mobilizar os participantes, construindo novos saberes. Os participantes dessa pesquisa estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. A pesquisa-ação supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico entre outros. A sua utilização como forma metodológica possibilita aos participantes condições de investigar sua própria prática de uma forma crítica e reflexiva. Nela estão envolvidos pesquisadores e pesquisados e todos buscam a solução de problemas e estratégias que visam encontrar soluções para os problemas (THIOLLENT,2011). O desenvolvimento do projeto se dá através de reuniões semanais, para discussão de estratégias de sensibilização e educação em saúde, construção de material didático, e



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

planejamento de ações. Como referencial teórico utiliza-se pesquisas científicas, manuais do Ministério da Saúde. **Resultados e Discussão:** A construção dos materiais (folder, flyer) foram baseados em levar informações a comunidade sobre o processo de doação, abordando critérios para ser um doador, como, idade, peso, condições de saúde, e condições contrárias para ser doador, portadores de doenças crônicas, período de amamentação, doenças virais HVI, hepatites e outras.

Palavras-chave: Educação em saúde, Doadores, Sangue, Medula Óssea.

A CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO JURÍDICO DA POSSE PELA VISÃO DE RUDOLF VON JHERING

Autores: Eduardo Stachera(eduardo.stachera@ifpr.edu.br)

Mariana Hazt Lencina (marianahaztl@gmail.com)

Orientadora: Jaqueline Fátima Roman (jaqueline.roman@ifpr.edu.br)

O objetivo desse trabalho é identificar o instituto jurídico da posse pela visão revolucionária do jurista Rudolf Von Jhering, cuja doutrina influenciou pensadores do mundo todo. Para tanto, foi utilizada a obra "Teoria Simplificada da Posse", na qual constam críticas incisivas àquele que teve importante função para separar posse de propriedade, Friedrich Carl Von Savigny, criador da teoria subjetiva ou subjetivista da posse. Observou-se que o principal feito de Jhering consistiu na simplificação do instituto em questão. Para explicar o método utilizado pelo jurista objetivista, dividir-se-á o tema em dois enfoques primordiais: uma primeira aproximação ao assunto consiste na divisão dúplice de "Corpus". Até então a teoria subjetivista limitava-se a percebê-lo como sinônimo de atração física pela coisa. Em outras palavras, a posse exigia a proximidade espacial com o objeto. Percebendo problemas nessa conceituação, Jhering conferiu-lhe nova roupagem. Esse novo entendimento se concretizou pelo reconhecimento da posse das coisas denominadas livres, ou abertas, pelas quais não existe relação de poder propriamente dita. Diga-se, não é necessário estar perto de determinado bem para que exista a aparência de propriedade, tendo em vista que esse seria o efeito prático da posse para Jhering. Tal constatação se funda, segundo o próprio autor, em decorrência de a posse poder ser confirmada pela própria destinação econômica do bem. Seu caráter econômico, por sua vez, seria facilmente percebido de acordo com os aspectos culturais de cada local. Os exemplos utilizados na obra do ilustre jurista alemão são simples e de fácil percepção. Primeiramente, elenca a hipótese de encontrar materiais de construção perto de uma obra. Para ele seria lógico que esses materiais aparentariam pertencer ao próprio dono da obra, por isso mesmo, retirá-los de lá consistiria em furto. De outro lado, caso alguém encontre uma cigarreira em meio a uma floresta, restaria evidente a

perda do objeto, portanto não haveria problema algum de levá-la consigo, uma vez que ela não foi criada para aquele fim. Dessa maneira, é possível perceber que foi adicionada uma nova face ao “Corpus”. Em uma segunda aproximação ao assunto, cumpre detalhar o outro elemento formador da posse, que consiste no “animus”. Para o direito romano e para o próprio Savigny, não bastava a simples proximidade no espaço entre pessoa e coisa para criar a posse, somava-se a necessidade da vontade de possuir a coisa como sua, o denominado “animus domini”. Jhering deu menos relevância ao “animus”, defendendo que a própria disposição legal iria discipliná-lo de acordo com o caso concreto, o que se trataria de posse, detenção, ou apreensão. De qualquer maneira, o exercício de qualquer atributo da propriedade (usar, fruir, dispor, reivindicar), aliado à disposição legal, teria o condão de caracterização da posse. Diante disso, denotou-se que o maior mérito de Jhering pode ser extraído do próprio título de sua obra. O estudioso do direito transformou um tema extremamente complexo e controvertido em algo inteligível. Tal iniciativa reveste-se de especial importância, pois foi fundamental para o reconhecimento da posse como um direito autônomo, podendo ser alcançada pelo âmbito de proteção jurídica.

Palavras- Chave: Corpus- Animus- Objetivista- Subjetivista.

A CIÊNCIA DOS ALIMENTOS NAS REPORTAGENS DE REVISTAS DE GRANDE CIRCULAÇÃO: DO PESQUISADOR AO PÚBLICO LEITOR

Kathlen Lopes Pelentil (kathlopes1@gmail.com)

Catiuça Camile da Silva Vaz (catiusavaz13@gmail.com)

Ana Carla Meneghetti (meneghetti15@hotmail.com)

Laira Inaê Ribeiro Marques (lairamarques21@gmail.com)

Marcella Luísa Zaremski Andrade (luiza_zaremski@hotmail.com)

Naiara Barbosa de Jesus (naiarabj00@gmail.com)

Samanta Santos (samantinhasan40@gmail.com)

Paola Neves de Oliveira (paola.nechs@gmail.com)

Cauana dos Santos Gonsalves (cauanadossantosgonsalves@gmail.com)

Orientador: Prof. Dr. Sânderson Reginaldo de Mello

(sanderson.mello@ifpr.edu.br)

O interesse pelo conhecimento tem sustentado a mídia impressa como um importante veículo de ideias na atualidade. Considerando que a comunicação humana vem absorvendo, de modo ascendente, as sempre inovadoras tecnologias digitais (blogs, sites, mídias sociais etc.), as revistas impressas ainda hoje possuem um mercado consumidor bastante tradicional, caracterizado por diferentes níveis econômicos, culturais e por múltiplos

interesses. Tendo em vista esse diversificado público leitor, publicações referentes à área de alimentos são continuamente destacadas, ora em torno de curiosidades históricas e/ou econômicas, ora tratando de assuntos que tangenciam a saúde pública, tornando-se, desse modo, fontes de informação e formação de opinião. Em vista disso, o presente trabalho tem como objetivo discutir como o gênero das reportagens de revistas no formato impresso e de grande circulação atua como mediador entre as pesquisas de nível acadêmico e o público não especializado, realizado no contexto da disciplina de Redação Técnica do curso de Técnico em Alimentos do Instituto Federal do Paraná, campus Palmas. Isto é, a atividade programada no componente curricular referido pretende observar, de um lado, como se realiza a versão e/ou a tradução dos dados e da linguagem técnica para uma aparência mais adequada ao grande público leitor, e, por outro lado, compreender se esses textos e seus recursos verbais e visuais, além do viés informativo, permitem moldar a opinião dos leitores, interferindo no seu comportamento cotidiano, como, por exemplo, na escolha dos alimentos e dos produtos mais saudáveis para o consumo. Diante disso, o *corpus* de análise selecionado, primeiramente, na presente pesquisa corresponde aos textos elencados na sequência: a) “O original e o clone”, de Bianca Alvarenga e Marcelo Sakate, publicado na revista *Veja* em 12 de dezembro de 2012; b) “O novo mapa do consumo”, de Fabiano Stephano e Patrick Cruz, publicado na revista *Exame* em 22 de agosto de 2012; c) “Livre-se do mau humor”, de Cilene Pereira, Mônica Tarantino e Monique Oliveira, publicado na revista *Istoé* em 05 de setembro de 2012; d) “Da água ao bar”, editado por Tarso Araújo, publicado na revista *Galileu* em outubro de 2012; e e) “Com fome de gordura”, de Paula Neiva, publicado na revista *Veja* em 20 de junho de 2017. Assim sendo, conforme a revista, o formato das reportagens sobre os alimentos, líquidos e sólidos, promovem o direcionamento dos textos para ocuparem as mais variadas seções, como: economia, medicina & bem estar, saúde, negócios, foco, especial e matéria de capa, recebendo tratamentos editoriais diferenciados (fotos, gráficos, entrevistas, ilustrações etc.), de acordo com o grau de importância destinado àquele assunto na edição veiculada, o referencial de origem e o público leitor, interferindo, portanto, no seu modo de produção e recepção. De fato, a área de alimentos é um setor que vem crescendo ao longo das últimas décadas, impulsionada pelas indústrias, pelos novos hábitos da população e pelas inovações tecnológicas, cujo interesse se reflete nos espaços dados pelos inúmeros meios de comunicação da atualidade, cuja leitura, a exemplo do gênero selecionado nesse estudo, caracteriza-se como um valioso suporte de informação e transformação social, dentro e fora da sala de aula. Enfim, como fundamentação teórica, realizaremos uma leitura analítica das reportagens elencadas a partir dos conceitos presentes em *Para entender o texto: leitura e redação*, de J. L. Fiorin (1997); *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*, de L. A. Marchuschi (2008); *Concepções de linguagem e ensino de português*, de J. W. Geraldi (2011); e *Estética da criação verbal*, de M. Bakhtin (2013).



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

Palavras-chave: gêneros textuais, mídia impressa, alimentos.

**A EDUCAÇÃO EM SAÚDE COMO FERRAMENTA NA
CAPTAÇÃO DE DOADORES DE SANGUE E MEDULA ÓSSEA.**

Danieli Mezzomo dos Santos, Karine Kauane Maciel, Marcelo Henrique
Gonçalves, Naiane Ferreira Fernanda Zanin, Ana Merian da Silva, Ricardo
Aparecido Pereira, Albimara Hey

Email: (ricardo.aparecido@ifpr.edu.br) (albimara.hey@ifpr.edu.br)

Introdução: O presente trabalho é resultado do projeto extensionista desenvolvido no colegiado de enfermagem e farmácia do IFPR – Campus Palmas desenvolvido por docentes e discentes, o qual versa sobre a doação de sangue e medula óssea enquanto um ato que vem sendo feito desde os tempos mais antigos onde era necessário para o mantimento da vida de soldados participantes de guerras que colocavam suas vidas em risco, e necessitavam da solidariedade da população para a doação de sangue que vinham a salvar suas vidas. Atualmente as doações de sangue e medula óssea estão em baixo grau, isso pelo fato dos indivíduos muitas vezes possuírem dúvidas como o risco de contágio por HIV através da doação ou por simplesmente não terem conhecimento dos lugares que são responsáveis pela realização da coleta entre outras incertezas. Por tal hipótese o principal propósito é de informatizar a população sobre as doações de sangue e medula óssea, assim como a retirada de dúvidas frequentes, com os materiais educativos, exposição de cartazes e palestras, e eventos na comunidade com mobilização da mesma para que se tornem doadores. **Objetivos:** Sensibilizar a população sobre a importância do cadastro de doadores voluntários de sangue e de medula óssea. Incentivar os acadêmicos participantes a serem sujeitos ativos na transformação do cenário em que o referido projeto se enquadra. **Metodologia:** O projeto tem como referencial metodológico a pesquisa-ação. A pesquisa-ação possibilita que o pesquisador intervenha dentro de uma problemática social, analisando-a e anunciando seu objetivo de forma a mobilizar os participantes, construindo novos saberes. Os participantes dessa pesquisa então envolvidos de modo cooperativo ou participativo. A pesquisa-ação supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educacional, técnico entre outros. A sua utilização como forma metodológica possibilita aos participantes condições de investigar sua própria prática de uma forma crítica e reflexiva. Nela estão envolvidos pesquisadores e pesquisados e todos buscam a solução de problemas e estratégias que visam encontrar soluções para os problemas (THIOLLENT, 2011) O desenvolvimento do projeto se dá através de reuniões semanais, para discussão de estratégias de sensibilização e educação em saúde, construção de material didático, planejamento de ações. Como referencial teórico utiliza-se pesquisas científicas, manuais do Ministério

da Saúde. **Resultados esperados:** através dos objetivos do projeto e a elaboração dos materiais didáticos está sendo possível analisar quantas questões envolvem a não doação de sangue. Pretendendo assim melhorar o entendimento da população sobre o tema e estabelecer como meta o aumento das doações de sangue e medula óssea através da explanação e divulgação desses assuntos. Além de promover a conscientização da população, torna-se de grande importância para os acadêmicos no aprendizado e na ampliação de conhecimento sobre um assunto que necessita ser explorado, lembrado e divulgado.

Palavras chaves: Doação de sangue, pesquisa ação, educação em saúde.

A ESCOLA PROMOVENDO NOVOS OLHARES SOBRE A ALIMENTAÇÃO

Alexandre Blasius¹

Evandro de Oliveira Lourenço²

Natiele Guedes³

Silvana Maria de Camargo⁴

Vanessa Ramos⁵

Vanusa Ribeiro Inácio do Rosário⁶

Débora R. Mergen Lima Reis (debora.reis@ifpr.edu.br)⁷

Verginia Mello Perin Andriola (verginia.andriola@ifpr.edu.br)⁸

Isa de Fátima Sardá Muller (Isa@proserv.com.br)⁹

Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas^{1,2,3,4,5,6,7,8}

Colégio Estadual Alto da Glória⁹

O Brasil é um país de intensas dicotomias e paradoxos, principalmente no que se refere à alimentação, pois o país com enorme extensão territorial, grande potencial agrícola e recorde na produção de alimentos, abriga ainda hoje 32 milhões de pessoas que passem fome. Com certeza este quadro é resultado da desigualdade da distribuição de renda e sua solução, apesar dos grandes avanços econômicos, sociais e tecnológicos, ainda parece distante, pois envolve uma série de fatores estruturais que estão impregnados na sociedade brasileira. No entanto os contrassensos são ainda maiores, pois além da fome o país enfrenta transformações significativas no padrão dietético e nutricional, que tem gerado declínio da prevalência da desnutrição e aumento do sobrepeso e obesidade. Isto se deve a mudança do padrão alimentar da população caracterizado pelo consumo exagerado de alimentos ricos em gordura e açúcar, de alto valor calórico, associados ao sedentarismo, condições favorecedoras do desenvolvimento das doenças crônicas não-transmissíveis como diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares. Diante desse contexto, em que a educação para a alimentação saudável pode ser um instrumento fundamental para a promoção da saúde, os bolsistas do Programa



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

PIBID de Ciências Biológicas vêm realizando no Colégio Estadual Alto da Glória de Palmas/PR um projeto que associa alguns conteúdos específicos da disciplina de Ciências com outras atividades práticas para salientar a importância da alimentação como um componente imprescindível para a saúde física e mental dos indivíduos e o aproveitamento completo dos alimentos como alternativa para combater tanto a fome quanto a obesidade. O objetivo é estimular a reflexão sobre problemas socioculturais e econômicos complexos como a fome e a obesidade e difundir informações sobre o alto valor nutritivo de alimentos que geralmente não são utilizados de forma correta, como os farelos de arroz, trigo e aveia, as folhas verde-escuras de batata doce e mandioca, casca de ovo e as sementes de abóbora, melancia e melão, por exemplo. Para tanto, os bolsistas e a supervisora desenvolvem atividades práticas por meio da elaboração de receitas da Cozinha - SESI Brasil, possibilitando o esclarecimento sobre o aproveitamento integral dos alimentos, de forma a evitar o desperdício dos mesmos e assim, contribuir para a redução da geração de resíduos sólidos e o uso racional dos recursos naturais e conseqüentemente a conscientização para a mudança de hábitos. Estas atividades de intervenção e orientação sobre o reaproveitamento dos alimentos como forma de saúde e alternativa de economia são importantes para sensibilizar os educandos e suas famílias para a necessidade de aquisição de novos hábitos de alimentação que visem à utilização de cascas, talos, folhas e “restos” de alimentos que seriam destinados ao lixo, pois embora o país seja favorecido pela diversidade de alimentos, culturalmente são poucas as pessoas que optam por uma alimentação saudável, considerando receitas alternativas que contemplem a utilização dos alimentos como um todo. Através de exemplos se educada uma nova sociedade, a qual necessita prezar pela alimentação saudável e pela saúde, equidade e redução de resíduos.

Palavras chave: Conscientização, alimentação saudável, fome, obesidade, promoção da saúde.

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO DO SAEB

Andressa Ribeiro Parenti (dressa_parenti@hotmail.com)

Jussara Isabel Stockmanns (jussara.stockmanns@ifpr.edu.br)

Daiane Padula Paz (daiane.paz@ifpr.edu.br)

A presente pesquisa busca reforçar a importância da avaliação SAEB, o qual é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). A avaliação é uma forma eficaz de coleta, sistematização e análise de dados sobre o ensino fundamental e médio, voltados para melhorar a qualidade de ensino e aprendizagem nas escolas. O objetivo desta pesquisa é identificar fatores relacionados ao desempenho das escolas e a eficiência do sistema educacional. O SAEB tem como principal objetivo avaliar a educação básica



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

brasileira e contribuir para a melhoria de sua qualidade e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a Educação Básica. Esta pesquisa é de forma qualitativa e para a sua realização foram utilizadas a análise documental e bibliográfica. O SAEB é composto por três avaliações externas em larga escala: A Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB), a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC/Prova Brasil), e a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). A ANEB abrange de maneira amostral, alunos das redes públicas e privadas do país, em áreas urbanas e rurais, matriculados na 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio; A ANRESC (também denominada "Prova Brasil"): trata-se de uma avaliação censitária envolvendo os alunos da 4ª série/5ºano e 8ªsérie/9ºano do Ensino Fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal; A ANA: avaliação censitária envolvendo os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas, com o objetivo principal de avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, e Matemática em condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas. SAEB foi criado em 1990, que desde então busca fornecer informações para que os sistemas de ensino possam conhecer e melhorar a sua realidade educacional e a partir daí desenvolver ações que possam superar os problemas apontados. Através da leitura de vários autores pode-se entender melhor essa avaliação externa e o que significa na área educacional, esse artigo apresenta a estrutura geral e a metodologia do SAEB. Ao decorrer deste artigo conclui-se que desde sua criação o SAEB passou por um processo de aperfeiçoamento e consolidação, teve sua realização com regularidade, a cada dois anos, o que nessa proposta é fundamental para efeito de comparabilidade dos resultados e para o desenvolvimento de uma cultura de avaliação junto aos sistemas de ensino. Com a análise dos resultados relativos aos levantamentos obtidos com o SAEB pode-se acompanhar a evolução do desempenho dos sistemas de ensino e dos diversos fatores incidentes na qualidade e na efetividade do ensino ministrado pelas escolas, então seu objetivo para a correção das deficiências educacionais é alcançado, ainda que de forma pouco satisfatória.

Palavras-chaves: SAEB, ANRESC, ANA, Políticas Públicas.

A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO NA VIDA ACADÊMICA
ATRAVÉS DO PROJETO RONDON

Talita Fatima Paula Monteiro, Emi Rainildes Lorenzetti, Jean Carlos Gentilini,
Weslei Santos de Oliveira, Tiago Jubelli, Julaine Fernanda Silva
emi.lorenzetti@ifpr.edu.br

São consideradas atividades de extensão, aquelas que ultrapassam o âmbito específico da atuação acadêmica no que se refere ao ensino e a pesquisa. O Projeto Rondon é uma atividade de extensão promovida pelo Ministério da Defesa, que estimula a participação de estudantes universitários no processo de desenvolvimento sustentável e fortalecimento da cidadania em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No ano de 2016, o Instituto Federal do Paraná, foi selecionado, através do projeto enviado por professores do campus Palmas, para participar da Operação Itapemirim que abrangeu 10 municípios do Estado do Espírito Santo, envolvendo 21 Instituições de Ensino Superior e 194 voluntários, denominados “rondonistas”, entre eles docentes e discentes. A equipe do campus Palmas, formada por 8 acadêmicos dos cursos de Administração, Ciências Biológicas, Engenharia Agrônoma, Licenciatura em Química e Sistemas de Informação, além de dois professores dos colegiados de Engenharia Agrônoma e Licenciatura em Química realizaram atividades no município de Ibitirama. Grande parte do município faz parte do Parque Nacional do Caparaó que abriga o ponto mais alto da região Sudeste, o Pico da Bandeira. O cenário geográfico da cidade é composto por um relevo bastante acidentado e montanhoso, esse cenário se torna um desafio para a comunidade que vive a base da plantação de café e criação de gado. Nesse contexto, a equipe do IFPR atuou junto a comunidade por meio de atividades cotidianas da região Sul. Atividades estas que pudessem serem inseridas como uma forma de complementação de renda para os moradores da região. Foram ministradas diversas oficinas em diferentes áreas, bem como culinária, na fabricação de doces e compotas, produtos cárneos e hidromel (bebida fermentada a base de mel), artesanato e produtos de limpeza (fabricação de sabão e desinfetantes). Uma área de destaque identificada foi a falta de saneamento básico naquela região, onde 70% da população não tem acesso a rede de esgoto. Diante disso foi apresentada uma alternativa as fossas convencionais de alvenaria, uma fossa séptica ecológica de baixo custo. Constituída basicamente de galões plásticos de 200L, cano PVC, silicone e pedra, com custo avaliado em R\$350,00. Foram construídas quatro sistemas de fossa em residências, de modo que a comunidade possuísse uma unidade demonstrativa e que servisse como referência aos demais moradores. A realização dessas atividades não apenas proporcionaram a multidisciplinariedade acadêmica, mas permitiram o contato com pessoas de várias idades e diferentes situações financeiras, culturas, costumes, realidades e situações totalmente diferentes e adversas, tornando a experiência ainda mais enriquecedora, pois proporcionou um conhecimento que não pode ser adquirido dentro de uma sala de aula. Como projetos futuros, busca-se a criação e fortalecimento do Núcleo Rondon do IFPR afim de continuar com a extensão em outros projetos.

Palavras-chave: Ministério da Defesa, Extensão Universitária, Projeto Rondon, Operação Itapemirim.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

A IMPORTÂNCIA DA SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM PACIENTE COM DIABETES MELLITUS

Ida Vaz Machado, Larissa Hellen Calinski, Albimara Hey, Ricardo Aparecido Pereira

Email: (albimara.hey@ifpr.edu.br)

Resumo: As doenças crônicas não transmissíveis tem se tornado o grande desafio para a enfermagem pelo aumento significativo de casos, bem como pela falta de adesão ao tratamento, o que acaba gerando agravos e comprometimento nas atividades de vida diária do portador e aumentando os custos do tratamento. Portadores de Diabetes Mellitus quando não realizam controle rigoroso de glicemia, através da associação de medicamentos, alimentação equilibrada, atividade física e gerenciamento de fatores de estresse, são acometidos por fatores incapacitantes progressivos. Este trabalho trata-se de um relato de experiência acerca da implantação da Sistematização de Assistência (SAE), no modelo de referencial teórico de Wanda Horta, em paciente portador de Diabetes Mellitus, realizado durante as práticas do Núcleo de Cuidados de Enfermagem em Saúde do Adulto e Idoso. Planejar a assistência de enfermagem de forma individual, com olhar holístico e considerando a integralidade do indivíduo, tornou-se a base do trabalho pela percepção das múltiplas necessidades e complexidade das lesões desenvolvidas pela paciente. Foi realizado levantamento do histórico da paciente a partir do prontuário, do relato da acompanhante e através do exame físico. Os principais diagnósticos de enfermagem encontrados foram: dor aguda, integridade da pele prejudicada, integridade tissular prejudicada, mobilidade física prejudicada e manutenção ineficaz da saúde. Dada a complexidade dos fatores relacionados à saúde da paciente, as intervenções foram realizadas pelas alunas com a ajuda da professora orientadora. O banho de leito e os curativos exigiram em torno de 2 horas para sua realização pela grande extensão de pele atingida e acentuado comprometimento de tecidos e anexos. A Sistematização de Assistência levando em conta as necessidades humanas básicas, taxonomia NANDA (2012-2014), permitiu o levantamento do histórico onde a situação econômica, social, familiar e psicológica da paciente e suas implicações no gerenciamento do seu processo saúde doença, foram essenciais para a elaboração de intervenções e cuidados individualizados. Percebeu-se que a SAE tornou as intervenções mais efetivas e organizadas, tornando visível o trabalho da enfermagem, contribuindo principalmente para amenizar o sofrimento da paciente, objeto do cuidado. As orientações ao familiar/acompanhante, sobre medicação, hidratação da pele, alimentação e até mesmo sobre a própria patologia contribuíram para aumentar a disposição da família para controle do regime terapêutico. Dadas as necessidades econômicas foram orientadas sobre a procura pelo Serviço de Assistência Social do município para possível adesão aos programas sociais disponíveis. Percebeu-se pelo relato da acompanhante, que a abordagem de forma



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

humanizada desenvolveu uma atitude de colaboração da paciente durante as intervenções, incomum até então. Nesse contexto a SAE contribui para que os cuidados fossem efetivados de forma centrada no indivíduo e suas necessidades.

Palavras-chaves: Sistematização de Assistência de Enfermagem, Relato de Experiência, diabetes mellitus.

A INFLUÊNCIA DO PIBID NA EVOLUÇÃO DA APTIDÃO FÍSICA RELACIONADA A SAÚDE EM ESCOLARES DE 7 A 10 ANOS NO MUNICÍPIO DE PALMAS – PARANÁ

Autor: Marcos Dieison Maia Dos Santos

Coautora 1: Andressa Hermann

Orientadores: Gesiliane Aparecida Lima Kreve e Aluísio Menin Mendes

Email do autor: dieison.marcos@gmail.com

Nos dias atuais um tema constante é manter-se saudável, em forma, com vigor, isto é, qualidade de vida. Qualidade de vida é ter uma vida ativa, saudável, prazerosa e harmoniosa. A saúde e o equilíbrio nas ações são fundamentais para que as pessoas vivam bem, a qualidade de vida depende fundamentalmente da prática de hábitos saudáveis, ou práticas básicas de saúde, práticas que visam manter bons níveis das capacidades físicas relacionada a saúde. Elas são: a resistência cardiorrespiratória, a força e a resistência muscular, a flexibilidade e ainda, a composição corporal. Nas crianças, para que haja conexão do exercício físico com a saúde e o impacto na aptidão física são menos claros. Visto que seus organismos estão se desenvolvendo a as alterações resultantes do crescimento e maturação são constantes. Ainda, muitas das doenças relacionadas a falta de exercício físico geralmente surgem somente na idade adulta. Uma boa razão para a promoção do exercício na infância, para diminuir riscos futuros a saúde, pode ser dada pela lógica de que a aptidão física do indivíduo esta correlacionada a sua qualidade de vida desde a fase da infância até a fase do envelhecimento. Após estamos apoiando as aulas de Educação Física com a implementação do PIBID, os seguintes índices sofreram alteração positiva de 2014 para o ano de 2015. Este programa que objetiva valorizar a educação básica, é fomentado pela CAPES e permitiu verificar pelo contato com os alunos estes parâmetros. No IMC que apresentava 27% em Zona de Risco para a Saúde alterou para 16%. A flexibilidade alterou de 53% em zona de risco para 35% em 2015. Na resistência abdominal cujo índice negativo era de 68% passou para 41% e na aptidão cardiorrespiratória que tinham 72% dos alunos em zona de risco apresentou-se com apenas 11% em 2015. Diante disto, conclui-se que com este trabalho que houve uma melhora significativa na aptidão física voltada à

saúde dos alunos atendidos pelo programa PIBID nesta escola municipal. A atuação do professor supervisor com o apoio do acadêmico pibidiano percebe-se que o principal foi a promoção da saúde dos alunos. Desta forma, sugere-se a continuidade do programa uma vez que o trabalho a ser desenvolvido com capacidades físicas é de médio a longo prazo, mas atende as expectativas criadas no início do ano letivo. Pois, para melhorar os níveis destas variáveis foi preciso desenvolver um programa de atividades físicas capaz de incrementar a formação do futuro profissional.

Palavras-Chave: Educação Física. Escolares. Saúde. PIBID.

A LEITURA DE IMAGENS COMO MÉTODO PEDAGÓGICO NA ALFABETIZAÇÃO VISUAL

Autor: Giovani Brasilio (g.brasilio@uol.com.br)

Coautora: Erli Camargo (erlicamargo@yahoo.com.br)

Professora: Neuza de Fátima da Fonseca (neuza.fonseca@ifpr.edu.br)

RESUMO: No mundo de hoje onde nos deparamos o tempo todo com artes gráficas voltadas principalmente para o consumismo, as quais são criadas para serem vistas e interpretadas rapidamente, a grande maioria da população que não tem a oportunidade ou interesse de apreciar uma obra de arte, acaba por acostumar-se a simplesmente passar o olhar pelas imagens, uma consequência disso é que desde criança nos acostumamos a não parar diante de uma imagem para interpretá-la, contribuindo assim para uma alfabetização visual limitada e/ou deficiente. O presente projeto tem a ambição de despertar nos alunos uma maior sensibilidade para analisar e interpretar uma obra de arte, deixando de olhar apenas superficialmente e passando a compreender que aquela obra (seja qual for) tem um significado maior e que para entender este significado é preciso saber em qual contexto, período e movimento ela foi criada. O trabalho vai começar com a aplicação de um questionário, o qual terá perguntas de múltipla escolha e também descritivas sobre as obras: As Senhoritas de Avignon (1907); A Mulher que Chora (1937) e Guernica (1937) do artista Pablo Picasso, o objetivo com este teste é saber qual o grau de conhecimento dos alunos e testar sua capacidade de observar e interpretar imagens. Após responder o questionário, começaremos a estudar o cubismo, o artista Pablo Picasso e as três obras acima mencionadas. Como as aulas terão como objetivo discutir sobre cada tema, espera-se que cada um dos tópicos ocupem o tempo de duas aulas e o projeto todo se de em sete aulas de cinquenta minutos cada, terminando com a aplicação de um novo questionário (o mesmo do início do trabalho), o qual será comparado com o primeiro e servirá para mensurar o aprendizado, o entendimento do conteúdo e também



**VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016**

esclarecer dúvidas que ainda possam existir sobre o conteúdo estudado, para isso a última aula será dedicada a realização de um seminário para discussão.

Palavras-chave: Arte. Sensibilidade. Guernica. Aprendizado.

**A LITERATURA E A PINTURA EM *MARÍLIA DE DIRCEU*
(LIRAS I, III E XXXIII - PARTE I) DE TOMÁS ANTÔNIO
GONZAGA: POÉTICAS DO RETRATO E DO AUTORRETRATO**

Simone Antunes

Orientador: Prof. Dr. Sânderson Reginaldo de Mello

(sanderson.mello@ifpr.edu.br)

As histórias da arte e da literatura atestam que os diversos gêneros e subgêneros provenientes da imagem e da palavra configuram-se como artes irmanadas, isto é, irmãs gêmeas ou até mesmo trigêmeas (literatura-pintura-música). Entretanto, o paralelo entre as artes tem como ponto de partida a concepção teórica das artes miméticas, que, ao longo da cultura ocidental, se estabeleceu ora numa tendência comparativa, no âmbito do valor das artes, ora num conflito combinatório, ou seja, harmonioso, como aponta Eunice Ribeiro (2002). Esse “caminho” pode levar o pesquisador a identificar nas diversas manifestações e gêneros artísticos uma sintonia explícita ou induzida entre elas, pois podem representar o mesmo objeto, diversificando nos meios e nas formas de representação, como elucida Aristóteles em suas *Poética* e *Retórica*. Nesse sentido, a pesquisa que aqui se propõe tem como objetivo identificar os pontos de aderência (dialogismo, fusionismo, hibridismo) entre a Literatura (*ut poiesis pictura*) e a Pintura (*ut pictura poiesis*) na obra poética *Marília de Dirceu* (1792) de Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810), mais precisamente nas líras I, III e XXXI (Parte I), e verificar, além das relações de sentido entre a palavra-imagem, suas motivações, ou seja, as influências das Teorias Humanísticas da Arte no Renascimento (Séc. XVI), a exemplo dos conceitos de *imitatio* e *paragone*. Nesse aspecto, o presente estudo pretende delimitar, a partir da miscelânea de textos elencados, as poéticas do texto e da imagem, isto é, o retrato de *Marília* e o autorretrato de *Dirceu*, elucidando, por fim, se Tomás Antônio Gonzaga tenha sido também um poeta-pintor. Em vista disso, o presente trabalho justifica-se, em princípio, pelo recorte temático do retrato e do autorretrato, que, sendo gêneros provenientes das artes visuais, são representações diretas de um objeto sujeito em um contexto sócio temporal, definindo sua origem e classe social, bem como, o estilo da arte de quem retrata (pintor). Nesse sentido uma poética do retrato e do autorretrato remonta certas escolhas e formatos de composições, visando um aspecto estético pretendido pelo autor, mas também em consonância com o retratado (modelo). Entretanto, a grosso modo, quando se pensa na arte do retrato, verifica-se a

intenção de se caracterizar o modelo que se vê (objetividade); por sua vez, no autorretrato, o sujeito que se autorretrata (subjetividade). O problema seria observar quais os procedimentos adotados pela poética do retrato, correspondente às artes visuais, por meio da linguagem poética, ou seja, a literatura, cuja abordagem crítica dos textos nos permitirá evidenciar as possíveis correspondências estéticas entre as linguagens verbal e visual na produção do retrato e do autorretrato literário presentes em *Marília de Dirceu*. Enfim, a leitura analítica do *corpus* indicado será fundamentada pelo aporte teórico dos seguintes autores: Sânderson Reginaldo de Mello (2010), Alfredo Bosi (1985), Martine Joly (1994), Jacob Burckhardt (2012), Aguiar e Silva (1998), Aguinaldo José Gonçalves (1994), Arnold Hauser (2000), Jaqueline Lichtenstein (2005) e Luiz Roncari (1995).

Palavras-chave: *imitatio*, *paragone*, correspondências estéticas, poéticas, pintura, literatura.

A NECESSIDADE DA GOVERNANÇA TRIBUTÁRIA NA SUBSTITUIÇÃO DO ICMS

Adrielle de Borba dos Santos (adrielle-marcos@hotmail.com)¹

Ana Tieli Dutra (anatieli_dutra@hotmail.com)¹

Iara Ramos Machado (iara_machado86@hotmail.com)¹

Martina Castoldi (martinacastoldi@hotmail.com)¹

Elza Terezinha Cordeiro Müller (elza.muller@ifpr.edu.br)²

¹ Acadêmicas do IFPR – Campus Palmas – Curso de Ciências Contábeis

² Professora – Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

Resumo: Independente do enquadramento fiscal das empresas, todas são obrigadas a recolher impostos e são responsáveis por suas situações tributárias, sejam elas tributadas integralmente, com redução de base cálculo, diferidas, com substituição tributária e até mesmo situação isenta ou imune de imposto, podem ser onerosas no que se refere aos controles e gestão tributária, porém, quando realizada de maneira organizada e antecipada, podem ser reduzidas. Este trabalho tem como objetivo apresentar a Governança Tributária e expor duas aplicações de Substituição Tributária (ST). A pesquisa é bibliográfica, e refere que Brasil, a Governança Tributária está sendo difundida recentemente na área contábil, é necessária no intuito de reduzir risco fiscal e custo tributário, tem atribuição de revisar e monitorar práticas das entidades. Sua estrutura baseia-se em quatro princípios: transparência (disclosure); equidade (fairness); prestar contas (accountability); respeito ao cumprimento das leis (compliance). Dentre as situações tributárias, existem algumas incompreendidas pelos contribuintes. No caso do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, Substituição Tributária (ICMS-ST), enfatiza-se que é a responsabilidade pelo (ICMS) devido em operações e

prestações, atribuída a um contribuinte denominado substituto tributário, responsável pela retenção e recolhimento do ICMS em operações subsequentes, e destacar na nota fiscal emitida ao destinatário (contribuinte substituído) o (ICMS-ST). É relevante expor que o cálculo da (ST), também é pouco compreendido. O cálculo pode ser com aplicação da Margem de Valor Agregado (MVA) que é um índice utilizado para calcular o valor da venda final, sendo este, base de cálculo do (ICMS-ST). Ou aplicada Pauta Fiscal, definida pelas Unidades Federativas, que é o valor dado aos produtos, segundo sua essencialidade, produtos básicos possuem menores valores, produtos supérfluos ficam com pautas maiores. Assim, o substituto tributário frequentemente, o fabricante, utiliza como base de cálculo do (ICMS) o valor que o substituído, que geralmente é o distribuidor final, irá mensurar na sua venda final. Para a correta aplicação do cálculo os quatro princípios da Governança Tributária são utilizados. Conclui-se que perante as formas de apurar e analisar impostos a Governança Tributária torna-se necessária, demonstrando às empresas a forma mais viável de atender responsabilidades tributárias.

Palavras-chaves: Governança Tributária. Pauta Fiscal. Substituição Tributária.

Abstract: Independent of the tax environment for business, all are required to collect taxes and are responsible for their tax situations, whether they are fully taxed, reducing base calculation, deferred, tax relief and even situation exempt or immune from tax, can be costly as regards the controls and tax administration, however, when performed in advance and organized manner, can be reduced. This paper aims to present the Tax Governance and expose two Tax Substitution applications (TS). The research is literature, and reports that Brazil, the Tax Governance has been recently widespread in accounting is required in order to reduce tax risk and tax costs, has assignment to review and monitor practices of the entities. Its structure is based on four principles: transparency (disclosure); equity (fairness); accountability (accountability); to compliance with laws (compliance). Among the tax situations, there are some misunderstood by taxpayers. In the case of tax on Goods and Services, Tax Substitution (ICMS-TS), emphasizes that it is the responsibility for (ICMS) due in operations and services, allocated to a taxpayer called tax substitute, responsible for the retention and payment of ICMS in subsequent operations, and highlight on the invoice sent to the recipient (replaced taxpayer) the (ICMS-TS). It is important to explain that the calculation of (TS), is also poorly understood. It can be calculated by applying the Value Added Margin (VAM) which is an index used to calculate the value of the final sale, which is, calculation basis (ICMS-TS). Or applied Tax Tariff defined by the Federal Units, which is the value given to products according to their essentiality, commodities have lower values, luxury goods are with higher tariffs. Thus, the tax substitute often, the manufacturer uses as a basis for calculating the (ICMS) the value that replaced, which is usually the final distributor, will measure in its final sale. For the correct application of the calculation the four principles of Tax Governance



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

are used. It is concluded that in view of the ways to determine and analyze taxes Tax Governance becomes necessary, demonstrating to companies the most viable way to meet tax liabilities.

Keywords: Fiscal Agenda. Tax Governance. Tax Substitution.

A PERFORMANCE ARDILOSA DO NARRADOR EM *DOM CASMURRO*, DE MACHADO DE ASSIS

Camila Regina de Miranda
milareginacr@hotmail.com

Professor Orientador: Jaison Luís Crestani
jaison.crestani@ifpr.edu.br

Transcorridos mais de cento e vinte anos da publicação de *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, ainda nos deparamos com estudos críticos que visam analisar o papel da personagem Capitu ou que tentam provar sua culpa ou inocência quanto à questão do possível adultério. Datado de 1899 e publicado em 1900, *Dom Casmurro* tornou-se uma das mais conhecidas obras de Machado de Assis, tanto no Brasil quanto no exterior. As críticas contemporâneas do autor voltadas a tal romance já se debruçavam sobre essa questão que ainda hoje desafia os intérpretes da obra machadiana. Em muitas produções críticas, a personagem feminina foi colocada no banco dos réus, em função da *performance* ardilosa assumida pelo narrador, que intenta conquistar a cumplicidade do leitor. Apenas em 1960, houve, através dos estudos de Hellen Caldwell, uma mudança de perspectivas, permitindo ao leitor, pela primeira vez, duvidar do narrador e mostrar que a personagem feminina poderia ser inocente. Com essa autora, surgiram novas pesquisas como as de John Gledson, em 1984, que analisam os aspectos sociais representados na obra e asseveram a impossibilidade de se resolver o enigma artisticamente elaborado em torno da fidelidade de Capitu. Desse modo, com base nesses pressupostos, este trabalho pretende apresentar uma releitura do romance machadiano, com o intuito de entender os procedimentos criativos que foram exercitados na formulação desse dilema inextricável. Pretende-se, assim, estabelecer um confronto com a crítica tradicional, com o objetivo de reexaminar a atuação enganosa do narrador, que se apresenta como vítima de uma traição e busca a sua absolvição do leitor para as crueldades que cometeu em relação à sua esposa e filho. Busca-se, assim, entender como a escolha do foco narrativo ajustado à narração em primeira pessoa e a opção pelo distanciamento temporal proporcionado pela narrativa memorialística determinaram a formulação do enigma em torno da fidelidade de Capitu e a caracterização negativa que tende a incidir sobre o seu caráter e a sua conduta. Por meio desse enfoque, pretende-se desvencilhar a obra das leituras viciadas e redutoras que marcaram seu histórico de leitura e demonstrar que a



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

indeterminação e o desfecho aberto são efeitos intencionalmente construídos pela obra com o propósito de resistir à aplicação de leituras fechadas. Pode-se afirmar, portanto, é a habilidosa arquitetura conferida à focalização narrativa que responde pela inesgotabilidade das leituras possíveis do romance em estudo.

Palavras-chave: Machado de Assis; *Dom Casmurro*; Foco Narrativo.

A PERSONALIDADE JURÍDICA DIANTE DOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS

Mariana Hazt Lencina (marianahaztl@gmail.com)

Eduardo Stachera (eduardo.stachera@ifpr.edu.br)

Professor-orientador: Marlon Silvestre Kierecz (marlon.kierecz@ifpr.edu.br)

Havendo um “ser” com a memória e capacidade de entendimento de um humano, com real consciência de seus atos, como negar a possibilidade de este pugnar por direitos e proteção? Talvez não possa ser comparado com uma pessoa, em direitos e deveres, mas pode haver uma personalidade, uma forma de existência no mundo jurídico. Uma máquina programada com as memórias e perspectivas de um ser humano, que requeira reconhecimento a partir do desenvolvimento de sua consciência, é capaz de manter relações jurídicas e ser portadora de direitos. Obviamente, não serão os mesmos direitos de pessoas físicas, mas ainda assim serão direitos. A Vernor Vinge é atribuído o pioneirismo no uso do termo “singularidade tecnológica”, no sentido de que, em um futuro relativamente próximo, o homem seria capaz de criar uma máquina, ou um robô, cuja inteligência ultrapassaria a humana. Esse evento histórico, que ocorreria ainda neste século, causaria mudanças extremamente drásticas na sociedade (VINGE, 1993). Ainda, também com base na concepção da chamada Lei dos Retornos Acelerados, afirma-se que a medida que a ordem ou o aperfeiçoamento, tanto biológico, quanto tecnológico, é aprimorado e torna-se mais complexo, o intervalo de tempo entre as grandes mudanças é cada vez menor, de maneira que o produto destes avanços resulta em retornos que se aceleram cada vez mais. Assim, em breve a tecnologia computacional será substituída por outra não humana, atingindo-se assim a singularidade. Essa nova tecnologia resultará retornos ainda mais rápidos (KURZWEIL, 2007). Estima-se que a singularidade tecnológica será atingida entre 2030 e 2040 (KELLY, 2001). Kurzweil também afirma que uma máquina afirmará ter consciência por volta de 2029. Diante de uma máquina inteligente, em teoria, o direito poderia conferir a tal entidade uma personalidade jurídica, uma vez que, o conceito jurídico de pessoa não é necessariamente fundamentado numa concepção antropológica ou biológica, mas sim de que pessoa é aquele que

pode ser titular de direitos e manter relações jurídicas (FARIAS e ROSENVALD (2012). No entanto, a atribuição de uma condição análoga a de pessoa para um robô necessariamente passaria por estágios atrelados a evolução da complexidade da máquina, que iria desde coisa até uma entidade dotada de livre-arbítrio, não subordinada a uma programação específica (CASTRO JÚNIOR, 2013). Os animais, ainda não considerados portadores de personalidade jurídica, já são protegidos por legislação própria, qual seja a Lei nº 9.605/99. Tal proteção decorre da necessidade de preservação, por consequência dos diversos problemas ambientais como resultado da ação humana. Assim como o tempo e as ações humanas desencadearam na necessidade de legislação própria de direitos aos animais, verifica-se que com as previsões para os avanços tecnológicos, como a exemplo das ideias de Kurzweil e Kelly, será necessária também a criação de uma legislação própria para proteção de tais máquinas, as quais demonstraram consciência de seus direitos e conhecimentos acerca da possibilidade de conquistá-los. Projeto de Pesquisa (COPE): 23408.000224/2016-18.

Palavras-chave: Direitos de Personalidade; Inteligência Artificial; Ser; Robótica; Singularidade.

A PRESENÇA NO REALISMO MÁGICO NO “MEMORIAL DO CONVENTO” DE SARAMAGO.

Magda Karolyna da Rosa Valgoi

Magda.karolyna@hotmail.com

Jacob dos Santos Biziak

Jacob.biziak@ifpr.edu.br

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo realizar uma investigação na obra *Memorial do Convento*, de José Saramago. Buscando entender os procedimentos estéticos que temos na obra, faremos uma distinção entre as terminologias “Fantástico” e “Realismo Mágico”, com o intuito de mostrar ao leitor em qual dessas o romance melhor se enquadra. O Fantástico passou a ser conhecido com um gênero literário na França e na Inglaterra a partir do século XVIII. E. T. A. Hoffmann e Edgar Allan Poe são alguns dos autores que dominaram esse cenário literário da época. O fantástico é representado na literatura através da presença do sobrenatural recusando o real, ele acontece quando, em uma narrativa, temos, em um primeiro momento, uma representação da vida cotidiana, e, em segundo momento, acontece um fato inexplicável, que rompe com a naturalidade do cotidiano, no qual são identificados elementos sobrenaturais e insólitos sobre os quais os personagens/narrador procuram explicações racionais. Porém, essas explicações são sempre incompletas, causando dúvidas e incertezas diante do fenômeno que aconteceu. Para Todorov, a vacilação do leitor é a primeira

condição para o diálogo da obra com o fantástico. Eis uma das diferenças entre o Fantástico e o Realismo Mágico: na narrativa em que há a presença do Realismo Mágico, os elementos sobrenaturais são tratados com naturalidade pelos personagens/narrador e não deixam dúvidas quanto ao seu acontecimento. Segundo Spindler, uma narrativa realista mágica apresenta duas visões opostas de mundo, uma natural e outra sobrenatural, porém elas não são apresentadas como contraditórias. No romance, entre outros elementos que ajudam a identificar uma obra como realista mágica - distorção de tempo, personagens exóticos, espaços geográficos periféricos - o narrador exerce uma função significativa para a distinção do recurso literário, pois conduz a história fabulosa com naturalidade. Sendo a naturalização do insólito uma das características desse recurso literário, através de análises da obra, podemos perceber a presença de elementos insólitos nas características da personagem principal Blimunda. Esta transporta um dom que a separa do seu mundo e dos demais personagens, porém o fato dela possui-lo é tratado com naturalidade. Temos, aqui, dois elementos que caracterizam o Realismo Mágico: a presença de uma personagem exótica e a inexistência de conflito entre o natural e o sobrenatural. Por meio das análises feitas, pudemos constatar que, no romance *Memorial do Convento*, o Realismo Mágico é representado através dos poderes da personagem Blimunda, que são narrados com naturalidade por meio do narrador e da voz dos personagens Baltasar Sete-Sóis e Padre Bartolomeu de Gusmão. O Realismo Mágico está presente no romance articulando a realidade histórica com a ficção, levando o leitor do conhecido ao desconhecido, de forma que o narrador revela, naturalmente, o dom mágico da personagem Blimunda sem suscitar dúvidas a respeito dos acontecimentos sobrenaturais que acontecem na narrativa, ao mesmo tempo em que leva seus destinatários a se questionarem sobre alguns elementos da realidade representada na obra, como a reinterpretação dos significados históricos canônicos.

Palavras – chave: ficção, literatura, romance contemporâneo, sobrenatural.

A QUALIDADE DO SONO DE MULHERES IDOSAS PARTICIPANTES DE UM PROJETO DE PESQUISA E EXTENSÃO DO IFPR DO CAMPUS PALMAS.

Gesiliane Aparecida Lima Kreve (gesiliane.kreve@ifpr.edu.br); Denize Weber Oliveira; Alexandro Pereira; Edson Rafael de Lara Soares Bertotti

Nos deparamos a todo instante com indivíduos reclamando de problemas relacionados ao sono. Dificuldade para adormecer, acordar muitas vezes, sonolência durante o dia, sono afetado, pesadelos e tantos outros. Tais distúrbios são comuns na grande maioria das pessoas e principalmente nas

mulheres idosas. MARTINEZ (1999, p.146) afirma que “todos os grupos etários raciais, socioeconômicos e ambos os gêneros queixam-se de insônia. As dificuldades, contudo concentram-se nas mulheres, aumentam com a idade e nos que vivem sós”. Quando se trata de pessoas idosas, estes distúrbios estão comumente presentes, pois o sono é gradativamente diminuído ao longo dos anos, devido aos hábitos das pessoas idosas e inúmeras doenças comuns nesta idade. Reimão apud Souza e Guimarães, (1999, p.23) diz que, “existem pessoas que acostumam dormir menos que outras, no entanto dormir pouco e mal pode acarretar aos indivíduos inúmeros e graves problemas de saúde”. O sono é uma necessidade vital ao ser humano em toda a sua existência e não deve-se imaginar que apenas indivíduos jovens tem direito a noites de sono reparadoras enquanto os idosos em alguns momentos tem este direito negligenciado, pois infelizmente seus familiares e médicos tratam os distúrbios do sono nesta idade como um fato comum. MARTINEZ (1999, p. 144) disse que “por ser tão comum, alguns médicos passam a considerá-la uma consequência “normal” do envelhecimento indigno de atenção. Outros, após tentativas frustradas, deixam de tratá-las”. Esta pesquisa é quanto a sua natureza aplicada, tem uma abordagem exploratória e quanto aos procedimentos técnicos bibliográfica experimental e quali-quantitativa. O trabalho está sendo feito com um grupo de 17 indivíduos idosos do gênero feminino, com idade acima dos cinquenta e cinco anos, residentes na cidade de Palmas no Paraná. A seleção do grupo foi feita depois de uma entrevista, na qual o objetivo foi conhecer os hábitos relacionados ao sono destes indivíduos. Foi aplicado um questionário com 16 perguntas abertas e fechadas, onde foi possível avaliar a qualidade do sono das mesmas. (Brás, Neumann e Tufik). O estudo está sendo realizado na piscina do CURP que está sob a responsabilidade da Performance Academia. Os resultados obtidos com o pré-teste no que se refere à necessidade de mudar os hábitos de sono, 100% das alunas disseram que sentiam necessidade de mudar seus hábitos de sono, depois da aplicação das atividades, apenas 35% relataram tal necessidade. No que diz respeito a ter problema para adormecer, 47% relataram que sempre tinham dificuldade para pegar no sono, no pós teste apenas 5,8% relatou tal fato. Quando perguntadas se perdiam o sono durante a noite, no pré teste, 64% das participantes relataram que sempre perdiam o sono durante a noite, no pós teste apenas 29% relataram que sempre perdiam o sono. Tais dados demonstram como estão melhorando seu sono em algumas situações. As participantes relatam que com noites bem dormidas, conseguiram também sentir-se melhor durante o dia, ampliando suas atividades rotineiras e melhorando o contato social, também importante para sua qualidade de vida.

Palavras-Chave: Sono. Qualidade de Vida. Dormir.



**VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016**

**A REPRESENTAÇÃO DA ESCRAVIDÃO NA LITERATURA DE
MACHADO DE ASSIS**

Cleides Fernandes
c.lei.clei@hotmail.com
Professor Orientador: Jaison Luís Crestani
jaison.crestani@ifpr.edu.br

Ao falar de escravidão é difícil não recordar dos capitães-do-mato que perseguiram os negros fugidos no Brasil, dos Palmares, da Guerra de Secessão dos Estados Unidos, da dedicação e dos ideais defendidas pelos abolicionistas, e de muitos outros fatos ligados a este assunto. Somente no final do século XIX é que a escravidão seria mundialmente proibida. Confirmando seu legado de atrasos, o Brasil foi o último país independente do continente americano a abolir a escravidão – fato ocorrido em 13 de maio de 1888, com a promulgação da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel. Muitos intelectuais brasileiros do século XIX engajaram-se com a causa abolicionista e defenderam ideais libertários em suas publicações. Dentre eles, merece destaque a figura de Machado de Assis, que além de converter a questão em tema de algumas de suas obras, trabalhou em favor dos escravos junto ao Ministério da Agricultura, onde exercia cargo público. Nessa fase conturbada da história brasileira, Machado de Assis dedicou ao assunto uma das crônicas da série *Bons dias!*, datada de 19 de maio de 1888 e publicada no jornal *Gazeta de Notícias*. Nesse texto, representa-se, de forma oblíqua e irônica, o ponto de vista cínico de um senhor de escravos, que se vangloria de ter libertado um de seus escravos ainda antes da proclamação da lei. Evidentemente, a enunciação irônica do texto encarrega-se de revelar os verdadeiros intuítos da elite escravocrata: a autopromoção política e a permanência do regime de exploração. Imagens bíblicas são usadas para dar realce ao evento teatral e pobre em verdades. Para essa finalidade, nada melhor do que parecer cultivar os valores cristãos e praticar falsa benemerência, escondendo a maldade atrás das vestes da fé. Em outro texto do autor, o conto “Pai contra mãe”, a situação vulnerável dos escravos e de pessoas livres pobres é reencenada. O texto serviu de base para o roteiro do filme *Quanto vale ou é por quilo?*, de Sérgio Bianchi, que estabelece uma articulação entre as heranças da escravidão e condição marginal dos descendentes de escravos na sociedade contemporânea. Com base nesses textos, este trabalho propõe um estudo comparativo das obras machadianas citadas, com o intuito de averiguar como a questão da escravidão é representada literariamente, visando a uma intervenção no meio social. Para tanto, será considerada também a repercussão dos efeitos do regime escravocrata em nossa sociedade atual. Como revelam os textos de Machado de Assis selecionados, a Lei Áurea não foi suficiente para aplacar definitivamente os malefícios da escravidão. Por meio de suas insinuações irônicas, os textos de Machado de Assis deixam transparecer que a abolição não operou mais que uma mudança de nomenclatura – de escravos para livres



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

– uma vez que não foram concedidas condições necessárias para que os libertos pudessem reconstruir suas vidas com dignidade. Pode-se perceber que, atualmente, a escravidão revestiu-se de outras aparências, sob o amparo da aceitabilidade legal, e continua imperando mediante a exploração oportunista do trabalhador pobre, sem garantia de seus direitos mínimos.

Palavras-chave: Machado de Assis; escravidão; desigualdade social.

A REPRESENTAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL EM
QUINCAS BORBA, DE MACHADO DE ASSIS

Lourdes Aparecida da Fonseca

lfonseca270271@gmail.com

Professor Orientador: Jaison Luís Crestani

jaison.crestani@ifpr.edu.br

Este trabalho pretende promover uma reflexão sobre a representação alegórica do Brasil no romance *Quincas Borba*, de Machado de Assis, enfatizando a tendência brasileira de aspirar a uma europeização, desde o modo de pensar, até seus hábitos culturais e estilos de sociabilidade. O estudo também visa a apresentar um panorama das etapas do desenvolvimento histórico do país no século XIX e verificar como o protagonista da obra, em seu delírio napoleônico, espelha o próprio país, evidenciando, assim, os descompassos da aclimação de ideias europeias no Brasil. Esse contraste manifesta-se expressivamente na importação das tendências da moda parisiense, apesar das nossas diferenças climáticas. Nessa linha, interessa analisar também a representação da inserção do capitalismo no Brasil mediante a ficcionalização de práticas especulativas e oportunistas que resultaram no declínio do Rubião, o qual morre coroando-se como Napoleão III e pronunciando a máxima do filósofo Quincas Borba, "ao vencedor, as batatas". A frase traduz a ideia da sobrevivência do mais forte, que Rubião só consegue compreender ao chegar ao limite da fraqueza. Em *Quincas Borba*, Machado de Assis retrata o comportamento da sociedade em uma época em que se valorizava muito a posição social com a grande preocupação de ostentar luxo e riqueza. A contextura de *Quincas Borba* gira em torno das relações sociais: o ingênuo professor Rubião encontra a perversidade humana ao mudar-se para a corte. As demonstrações de afeto que recebe por parte do casal Palha só são verossímeis para sua credulidade provinciana. O que a generalização da ilusão indica é a essência de uma sociedade desprovida de escrúpulos e parasitária, acobertada sob máscaras de duvidosas barganhas financeiras e falsos elogios. Mas Rubião não é uma representação do caipira enganado na cidade grande. Contudo vale lembrar, nesse sentido, que sua própria afinidade com o Quincas Borba tinha um tanto de interesse e que ele só resgatou o cachorro do amigo morto depois de

conhecer a resolução do testamento. Tais conjunturas mostram que Rubião não era assim tão inocente e a falta de caráter do casal Palha é apenas a evidência mais clara de comportamentos que, na verdade, atingem outras personagens do livro. Cristiano e Sofia representam verdadeiros arremedos da crença fantasiosa na sinceridade humana: o primeiro é um amigo desleal, enquanto a segunda usa em seu favor a paixão que Rubião tem por ela, para mantê-lo sob o seu controle e permitir assim ao marido uma exploração constante.

Palavras-chave: Machado de Assis, alegoria, Identidade nacional, *Quincas Borba*.

A RESISTÊNCIA MUSCULAR LOCALIZADA (ABDOMINAL) EM ALUNOS DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE PALMAS PARANÁ.

Autor: João Paulo Mazalotti (jpmazalotti@hotmail.com)

Co-autor: Gesiliane Aparecida Lima kreve

Professor orientador: Aluísio Menin Mendes

A resistência muscular localizada (abdominal) como qualidade de vida suscita a facilitação das atividades cotidianas dos indivíduos. O presente trabalho apresenta o nível da resistência muscular localizada (abdominal) em alunos da Escola Municipal de Palmas no Paraná, Oscar Rocker. A resistência muscular localizada (abdominal) é importante para qualquer indivíduo seja jovem, adulto ou idoso, pois a musculatura do abdômen é muito solicitada nos movimentos do nosso corpo, como andar, saltar e levantar-se da cama pela manhã, além de proteger a estabilidade da coluna vertebral. A deficiência na resistência dessa musculatura pode resultar na dificuldade de executar movimentos básicos e simples como os já citados. Ela também auxilia na melhora da boa condição dos tendões, ligamentos e ossos, ajudando assim a prevenir também lesões e fraturas. Resistência muscular é a qualidade física que dota um músculo da capacidade de executar uma quantidade numerosa de contrações sem que haja diminuição na amplitude do movimento, na frequência, na velocidade e na força de execução, resistindo ao surgimento da fadiga muscular localizada. (DANTAS, 2002). Desta forma podemos dizer que uma pessoa com boa resistência muscular consegue executar um mesmo movimento repetidamente sem que haja presença de fadiga muscular. Este estudo é descritivo com caráter quantitativo, sendo avaliados 199 alunos. A coleta dos dados foi efetuada pela classificação dos estudos da PROESP – SP. Para o teste foram selecionados 199 crianças com idade entre 6 à 12 anos. No teste o sujeito avaliado se posiciona em decúbito dorsal com os joelhos flexionados a 45 graus e com os braços cruzados sobre o tórax. O aluno

deverá realizar o maior número de repetições completas em 1 minuto. O resultado é expresso pelo número de movimentos completos realizados em 1 minuto. (MANUAL DO PROESP – BR, 2012). Baseando-se na tabela do teste de resistência muscular localizada (abdominal) do Manual da PROESP – BR, 2012), os valores obtidos no teste classificaram as crianças em zona de risco à saúde e zona saudável. Podemos verificar com estas classificações se o sexo masculino ou feminino se encontra em algumas destas zonas. Do total de 199 alunos, 169 (53%) encontram-se na zona saudável, sendo 89 meninas e 80 meninos. Na zona de risco a saúde encontram-se 30 alunos, (15% do total) sendo 16 meninas e 14 meninos. Tais resultados apontam que estes alunos que encontram-se na zona de risco, poderão desenvolver problemas futuros relacionados a esta condição. Problemas são gerados pelo comportamento que é induzido por hábitos decorrentes do cotidiano da vida moderna, sendo que com a evolução da tecnologia e a tendência cada vez maior de substituição das atividades físicas ocupacionais que demandam gasto energético por facilidades automatizadas, o ser humano adota cada vez mais a lei do menor esforço reduzindo assim o consumo energético de seu corpo. (SANTOS; NASCIMENTO; LIBERALI, 2008). É neste contexto que atua o profissional de educação física, que busca promover o incentivo a busca da saúde, indicando como proceder para melhorar o nível de resistência muscular localizada (abdominal), para que os alunos estejam sempre na zona saudável.

Palavras-chave: Abdominal. Consumo energético. Tórax.

A TEORIA HUMANÍSTICA DA PINTURA NA FICÇÃO DE JOSÉ SARAMAGO: INTERFACES DE LINGUAGENS ARTÍSTICAS

Sânderson Reginaldo de Mello

Bruno Alves Leite

Gustavo Neves Alves

Janaína Roncen

Leandro Argenta Casagrande

Lindemar Apolinário

Rodrigo Batista de Almeida

O presente estudo visa discutir sobre a perspectiva homológica que envolve as diferentes representações artísticas na ficção do escritor português José Saramago (1922-2010), partindo do estudo das correspondências interartísticas: Literatura e Pintura. Nesse sentido, propomos investigar inicialmente a origem das questões interartísticas nas poéticas da Antiguidade Clássica bem como o continuum desses pressupostos teóricos nas reflexões e gêneros artísticos durante a Idade Média e seus ecos no século XVI, principalmente no âmbito da Teoria Humanística da Pintura e suas influências na estética literária contemporânea, notadamente na fortuna artística

saramaguiana. Desse modo, discutimos como a herança da tradição especulativa em torno da fraternidade entre as artes incide na tessitura literária do autor português, que, a exemplo do romance *Manual de Pintura e Caligrafia* (1977), revela uma tessitura de interfaces de linguagens. Assim sendo, é notório contextualizar que Saramago, Nobel de Literatura em 1998, foi considerado um dos mais notáveis escritores de língua portuguesa da contemporaneidade. A lírica, a crônica, os contos e os romances do autor evocavam na essência de seu conjunto um dialogismo interartístico (ars literaria e ars pictoria), possíveis reflexos do seu trabalho como editor nas revistas *Arquitectura* (1974) e *Editorial Estúdios Cor* (1955-1971), bem como pela conjugação de atividades paralelas de escrita ficcional, de tradução e de crítica literária e crítica de arte. Evidentemente, é possível observar um profundo dialogismo poético interartes em suas obras, por exemplo, nos poemas “Arte poética”, “Retrato do poeta quando jovem” e “Estudo de nu” de *Os poemas possíveis* (1966), “Paisagem com figuras” e “O poema é um cubo de granito”, de *Provavelmente alegria* (1970); nas crônicas “A neve preta”, de *Deste mundo e do outro* (1971), “Retrato de antepassados”, “A oficina do escultor”, “Criado em pisa”, “O jardim de Boboli”, “Terra de Siena molhada” e “Com os olhos no chão”, de *A bagagem do viajante* (1973); nas imagens-dramas da prosa poética *O ano de 1993* (1975); no romance *Manual de pintura e caligrafia* (1977), nos contos “A cadeira” e “Centauro”, de *Objecto quase* (1978) entre tantas outras produções posteriores do escritor. Há, entretanto, uma carência de aprofundamento teórico e crítico sobre a aderência da obra ficcional de José Saramago no que tange às relações homológicas entre sua escrita artística (Literatura) e as Artes Plásticas (Pintura), considerando, como mencionado, a atividade de crítico de arte que o mesmo exerceu durante parte de sua vida e, possivelmente, influenciou-o como ficcionista. Por outro lado, é imprescindível ampliar a compreensão da literatura artística para além dos limites das Letras, mesmo porque as relações homológicas interartes são heranças teóricas e práticas no mundo ocidental que remontam desde a Antiguidade Clássica e se concretizam nos mais diversos gêneros e formatos da arte contemporânea, o que poderia, grosso modo, justificar a presente proposta de estudo. Enfim, vários pesquisadores têm se empenhado em discutir amplamente a linha especulativa Literatura e Pintura, configurando um vasto repertório teórico que, essencialmente, fundamentam nosso estudo, tais como: CALDWELL (2000), SOURIAU (1965), PRAZ (1982), RIBEIRO (2000), AGUIAR E SILVA (1998).

PALAVRAS – CHAVE: José Saramago, Teoria Humanística, Paragone, *Manual de Pintura e Caligrafia* (1977), Poética Interartísticas.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

Jessica Maria Auda
Zeila Espindola Lima
Jeana Cristina Barreta
Gimene Cardozo Braga (gimene.braga@ifpr.edu.br)
Micheli de Jesus Ferreira (micheli.ferreira@ifpr.edu.br)
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

Resumo: As ações de promoção de saúde mental infantil são valorizadas na escola a fim de melhorar a qualidade de vida das crianças e jovens, pois é no período da infância que ocorrem grandes mudanças de personalidade, aprendizado e crescimento, constituindo recursos importantes para evolução pessoal e grupal (CARVALHO; SANTANA, 2010). Esse trabalho tem por objetivo relatar a experiência das acadêmicas de enfermagem na coordenação de grupos de saúde mental infantil. Trata-se de um relato de experiência (da atuação enquanto coordenadora das atividades desempenhadas no projeto de extensão “A contação de histórias como ações de enfermagem: promovendo saúde mental infantil”. O projeto realiza atividades semanais com diferentes turmas de uma escola de ensino infantil e fundamental desde 2012. As atividades foram desenvolvidas durante encontros semanais, com duração aproximada de uma hora cada e coordenadas pelas acadêmicas de enfermagem e registradas em diários de campo como forma de promoção da saúde mental infantil. Verificou-se que enquanto coordenadoras das atividades dos grupos de saúde mental infantil no período de 2013 e 2014 houve momentos iniciais de desconfortos, estranhamento e apreensão, que são comuns no primeiro contato com as crianças, mas, que foram superados no decorrer das atividades propostas pelo projeto. Coordenar grupos é um desafio constante que pressupõe o desenvolvimento de habilidades, conhecimento teórico e científico, equilíbrio emocional, flexibilidade, raciocínio crítico, que possibilitam a trabalhar operativamente nos grupos (CARDOSO *et al.*, 2009). Este período, que coordenamos os grupos de saúde mental infantil, proporcionou o desenvolvimento de habilidades comunicativas, crescimento profissional, administração de problemas e conflitos, e a construção de diálogos com as demais integrantes do grupo que possibilitou a tomada de decisões coletivas. Com isso, a vivência enquanto coordenadora de um grupo de saúde mental infantil é permeada por momentos de desconforto, alegria, tristeza, no entanto, houveram momentos de satisfação ao perceber as mudanças comportamentais das crianças envolvidas no projeto. E também possibilitou desenvolver habilidades necessárias que contribuíram para a formação profissional e pessoal do enfermeiro.

Palavras-chave: enfermagem, educação em saúde, infância



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

**ACOLHIMENTO DA DEMANDA ESPONTÂNEA EM UNIDADES
BÁSICAS DE SAÚDE: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Fernanda Regina da Rosa

Graciela Cabreira Gehlen (graciela.gehlen@ifpr.edu.br)

A atenção básica, enquanto um dos eixos estruturantes do SUS vive um momento especial ao ser assumida como uma das prioridades do Ministério da Saúde. Entre os seus desafios atuais, destacam-se o acesso e acolhimento aos serviços de saúde. O acolhimento dos usuários na atenção básica é uma possibilidade de universalizar o acesso, reorganizar o trabalho na unidade, humanizar o atendimento e atender a demanda espontânea. O estudo foi realizado a luz da literatura nacional através da produção científica indexada na Bireme, tendo como critérios de inclusão artigos nacionais publicados com os seguintes descritores: acolhimento, enfermagem, processo de trabalho em saúde e demanda espontânea. Foram selecionados 17 artigos. Os resultados apontaram que a recepção da demanda espontânea é relevante no processo de trabalho das Unidades Básicas de Saúde, pois constitui um espaço de apreensão, de atenção às necessidades de saúde dos usuários e de organização da assistência, podendo contribuir para ampliar a resolubilidade do serviço. No entanto, o acolhimento nas unidades de saúde é realizado através de uma escuta focalizada na queixa clínica dos usuários, atrelado ao conceito de triagem. Destacam como causas desta conduta o aumento da demanda, que gera um tempo reduzido para o atendimento, falta de postura de alguns profissionais, espaço físico inadequado e imediatismo dos usuários. Isso revela insuficiências na estrutura dos serviços para a proposta do acolhimento, ressaltando as diferenças de disponibilidade tecnológica e inexistência de sistema de referência e contra referência, o que resulta em usuários que não encontram resolução dos problemas de saúde enfrentados. Os estudos revelaram que os enfermeiros e técnicos de enfermagem desenvolvem o acolhimento como mais uma tarefa do processo de trabalho em saúde da família, porém por meio de uma ação cuja resolutividade foi muito dependente do médico da equipe, o que coloca o acolhimento restrito a simples pronto-atendimento médico numa lógica medicalizante, ao invés de desmedicalizante e interdisciplinar, que sugerem mudanças em rotinas, agendas e atividades profissionais individuais e coletivas, terapêuticas e de promoção à saúde, para que cada equipe possa acolher seus usuários minimizando a medicalização. Os resultados mostram, ainda, que na estruturação do acolhimento na porta de entrada persistem entraves burocráticos antigos, que funcionam como obstáculos ao acesso dos usuários aos serviços e reforçam o modelo de atendimento centrado na consulta médica. O acolhimento tem sido adotado para organizar a agenda do médico e realizar triagem de doenças e não como dispositivo para reformular os processos de trabalho das equipes, reduzindo o acolhimento a uma triagem não favorecendo suficientemente a melhoria assistencial, conforme se espera desse dispositivo. A partir dos estudos

concluem-se que apesar dos avanços e conquistas do Sistema Único de Saúde (SUS), percebemos que ainda existem lacunas no tocante ao acesso do usuário aos serviços de saúde e ao modo como ele é acolhido neste sistema, apontando que o acolhimento tem se constituído em um permanente desafio, repleto de tensões, embora tensionado para uma (re)significação do processo de trabalho e impactado de forma positiva a atenção à saúde dos usuários.

Palavras-chave: Acolhimento; Enfermagem; Processo de Trabalho em Saúde; Demanda Espontânea.

ANÁLISE COMPARATIVA DA UTILIZAÇÃO DO DECRETO 3.822/2012 DO ESTADO DO PARANÁ NA TRIBUTAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL ANEXO I

Luciane de Oliveira Brasil (lubrasil_2007@hotmail.com)¹

Elza Terezinha Cordeiro Müller (elza.muller@ifpr.edu.br)²

¹ Acadêmica do IFPR – Campus Palmas – Curso de Ciências Contábeis

² Professora – Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

Resumo: A carga tributária aplicada no Brasil é uma das mais altas quando comparada com outros países, é também a grande vilã da continuidade e sobrevivência das empresas (IBPT, 2016). Esta é uma das razões de planejar e encontrar medidas para reduzir o pagamento de impostos, de forma licita, sendo preocupação de empresários e contadores. Por isso, é necessário entender o sistema tributário brasileiro e as formas de tributação. Uma das formas, utilizada pela maioria das Micro e Pequenas Empresas é o Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, neste sistema são pagos em uma única guia, impostos federais e no caso do Anexo I o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que é de competência estadual, instituído pelo Governo dos Estados e Distrito Federal (Art. 155 da Constituição Federal). Este imposto tem como contribuinte e fato gerador, pessoa jurídica ou física que realize habitualmente atividades que caracterizam comercialização, operações de circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transportes interestadual e intermunicipal, serviços de comunicação e energia elétrica, sendo esta a hipótese de incidência que gera o tributo. O objetivo deste trabalho é demonstrar alíquotas do Anexo I do Simples Nacional confrontando com as estabelecidas no Decreto nº 3.822/2012 na Tabela I do Anexo VIII, que reduz alíquotas do (ICMS) das empresas tributadas no Simples Nacional, estabelecidas no Estado do Paraná. Demonstra-se a diferença de valores e alíquotas, considerando vendas de mercadorias de empresas que comercializam produtos, o limite de faturamento da primeira faixa do Anexo I do Simples Nacional é R\$ 180.000,00/ano, nesta faixa de faturamento ao ano, deve-se averiguar o faturamento/mês de R\$ 15.000,00, caso a receita bruta

acumulada seja de R\$ 100.000,00 e a venda num determinado mês seja R\$ 12.000,00 aplica-se a faixa de alíquota 4% do Anexo I do Simples Nacional, sendo o (ICMS) dentro deste percentual 1,25%, este percentual, nesta faixa, de acordo com o Decreto 3.822/2012, fica isento. Ao mensurar em moeda, o imposto Simples Nacional para empresas estabelecidas fora do Estado do Paraná é R\$ 480,00, utilizando o Decreto o imposto Simples Nacional a ser recolhido é R\$ 330,00. Conforme a Tabela I do Paraná o benefício é dado até as últimas faixa de faturamento que permitem o enquadramento no Simples Nacional com redução na alíquota para recolhimento do (ICMS). Diante dessas informações percebe-se que para uma empresa conseguir sobreviver no mercado cada vez mais competitivo, precisa do planejamento contábil e tributário, compreendendo além das formas e sistemas de tributação, os benefícios permitidos.

Palavras-chaves: Benefício Fiscal. Simples Nacional. Sistema Tributário.

Abstract: The tax rate applied in Brazil is one of the highest compared with other countries, it is also the great villain of the continuity and survival of companies (IBPT, 2016). This is one reason to plan and find measures to reduce the payment of taxes, bidding form, with concern entrepreneurs and accountants. Therefore, it is necessary to understand the Brazilian tax system and forms of taxation. One of the ways used by the majority of Micro and Small Enterprises is the National Simple, established by Complementary Law No. 123/2006, in this system are paid in a single tab, federal taxes and in the case of Annex I to the Tax on Circulation of Goods and (ICMS), which is the state competence, established by the Government of the States and the Federal District (Art. 155 of the Federal Constitution). This tax is taxpayer and taxable event, company or individual who regularly perform activities that characterize marketing, circulation operations of goods or rendering of interstate and between municipalities transport services, communication and electricity services, which is the incidence of hypothesis generates tribute. The objective of this study is to demonstrate the rates of Annex I of the National Simple confronted with those set out in Decree No. 3,822/2012 in Table I of Annex VIII, reducing tax rates (ICMS) of companies taxed at the National Simple, established in the State of Paraná. Shows the difference values and rates that enable analysis of the research, considering the sale of goods from a company that sells products, was as follows: Breakpoint the first track of Annex I of the National Simple \$ 180,000.00/year, this income range per year, should determine the billing / month of \$ 15,000.00, if the cumulative gross sales of \$ 100,000.00 and sales in a given month is \$ 12,000 00 applies the rate range 4% of Annex I of the National Simple, being the (ICMS) within this percentage 1.25%, this percentage in this group, according to Decree 3,822/2012, is exempt. In measuring currency, the National Simple tax for companies located outside the State of Paraná is \$ 480.00, using the Decree the National Simple tax to be paid is \$ 330.00. According to Table I of Paraná the benefit is given to the latest sales range that allows the framework in the National Simple with

reduced rate for payment of (ICMS). On this information it is clear that for a company to survive in the increasingly competitive market, you need the accounting and tax planning, including beyond the forms and systems of taxation, allowed benefits.

Keywords: Simple National. Tax Benefit. Tax System.

ANÁLISE DO ÍNDICE DE MASSA CORPORAL EM ESCOLARES ENTRE 8 E 13 ANOS DE UMA ESCOLA MUNICIPAL PERTENCENTE AO PROGRAMA PIBID DE PALMAS - PR

Autor: Nikolas Guilherme Schulze Lopes

Coautor 1: Andressa Hermann

Orientadores: Aluísio Menin Mendes e Gesiliane Aparecida Lima Kreve

Email: nikolaslopes@hotmail.com.br

O desenvolvimento corporal presente nas crianças tende a acompanhá-la por toda a sua vida, por isso a manutenção de índices adequados de gordura corporal tornam-se imprescindíveis para seu desenvolvimento. O Índice de Massa Corporal (IMC) tem sido indicado como método de escolha para o diagnóstico da obesidade em adultos e crianças. Como objetivo buscamos mensurar os níveis de Índice de Massa Corporal de escolares entre 8 e 13 anos, frequentadores da Escola Municipal Oscar Röcker de Palmas - PR. Ao longo do estudo foram pesquisados 89 escolares, sendo 40 meninas e 49 meninos, estudantes do 3º ao 5º ano. Estes alunos estão presentes nas aulas de Educação Física onde há a atuação do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), cuja agência de fomento é a CAPES. Para analisar o IMC, será determinado através do cálculo da razão entre a medida de massa corporal total (peso), em quilogramas pela estatura (altura) em metros, elevada ao quadrado e descrita com percentuais inerentes as variáveis. Foram classificadas de acordo com as distribuições presentes no protocolo do Programa Esporte Brasil – PROESP - (Gaya e Silva, 2015). Na análise do IMC, verificou-se que 77,5% se encontram na “zona saudável”, enquanto que 22,5% foram classificados como “zona de risco”. Isto identifica a necessidade de verificação mais detalhada deste grupo classificado com de risco, uma vez que cabe verificar qual dos componentes da composição corporal encontra-se fora dos padrões considerados normais. Finalizando, acreditamos que a prática regular de atividades físicas na infância e na adolescência pode favorecer o desenvolvimento ou a manutenção de níveis adequados do IMC e consequentemente a aptidão física, reduzindo o risco de incidência de inúmeras disfunções crônico-degenerativas em idades precoces. Especial atenção deve ser dispensada a participação ativa e dinâmica dos estudantes



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

nas aulas para auxiliar na redução dos valores de IMC, quando encontram-se elevados.

Palavras-chave: IMC. Escolares. PIBID.

APLICAÇÃO DOS INDICADORES DE ECOEFICIÊNCIA NAS EMPRESAS QUE BUSCAM SER SUSTENTÁVEIS

Amanda Hochmann Narciso (amanda_10hn@live.com) ¹

Jéssica Machado da Silva (jessica_machadoctb@hotmail.com) ¹

Andréia Gura (andreiagura@hotmail.com) ²

Everaldo Veres Zahaikevitch (everaldo.veres@ifpr.edu.br) ¹

¹ Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

² Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Ponta Grossa

Resumo: Na atualidade, o tema sustentabilidade está sendo bastante difundido, e de certa forma a empresa que é vista como sustentável obtém vantagens sobre os seus concorrentes, assim como torna-se bem vista perante a sociedade. Contudo, não basta apenas discutir sobre o tema, é necessário que as empresas tenham ciência do que se trata, e principalmente que possam e saibam utilizar a sustentabilidade a seu favor, tanto para colaborar com o meio ambiente quanto para contribuir com o espaço onde está inserida, e ao mesmo tempo atuar para uma melhor rentabilidade. Seguindo esse contexto, um dos fatores que podem ser utilizados para tal melhoria das empresas são os indicadores de ecoeficiência, uma vez que os mesmos propõe a utilização mais eficiente de materiais, sempre buscando a redução tanto dos custos da empresa, quanto dos impactos ambientais que podem ser causados pela mesma. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo identificar quais as ações que devem ser implementadas pelas empresas que desejam utilizar os indicadores de ecoeficiência no seu processo de desenvolvimento sustentável. Para a presente pesquisa, utilizou-se de alguns procedimentos e técnicas de pesquisa, tais como: método de pesquisa bibliográfica, pesquisa qualitativa e pesquisa exploratória. Com base nos objetivos propostos na presente pesquisa, pode-se observar o quão relevantes são os indicadores de ecoeficiência para as organizações, uma vez que os mesmos proporcionam à empresa a possibilidade de inovar ou até mesmo redesenhar seus processos, com o intuito de reduzir custos, ganhar mercado, e claro contribuir com o meio ambiente. Neste sentido, a ecoeficiência pode ser resumida em ações que a empresa pode realizar com o objetivo de “fazer mais com menos”, ou seja, a ecoeficiência nada mais é do que ações que a empresa realiza para redesenhar seus procedimentos operacionais, buscando a melhoria do seu produto ou serviço e conseqüentemente contribuindo para o seu retorno financeiro, ao mesmo tempo em que toma ações para contribuir com o ambiente onde está inserida, de maneira a não prejudicar as gerações

presentes e futuras. É possível destacar algumas das ações que podem ser tomadas para a aplicação desses indicadores nas organizações, sendo elas: reengenharia dos processos; revalorização dos subprodutos; reconceção dos produtos e repensar mercados. Seguindo este contexto, observa-se que a implementação da ecoeficiência nas organizações, pode variar de técnicas simples que são utilizadas com o objetivo de melhorar os recursos disponíveis e a eficiência energética até um nível mais superior onde são utilizadas práticas altamente inovadoras, propondo inclusive o redesign completo dos processos, levando em consideração a sustentabilidade como incentivo para tal mudança. Conclui-se que, qualquer empresa pode utilizar-se dos indicadores de ecoeficiência, proporcionando benefícios tanto para a organização quanto para o ambiente onde a mesma está inserida. Este benefícios podem ser na redução de poluição e descarga de emissões, assim como na eliminação de materiais perigosos originados nos processos de produção, dentre outros. Vale ressaltar que a conscientização a respeito da sustentabilidade também deve ser levada em consideração, e não apenas o retorno econômico que a ecoeficiência pode proporcionar.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Reengenharia de processos; Conscientização; Repensar Mercados.

APRIMORAMENTO E REALIZAÇÃO DE AULAS PRÁTICAS DIVERSIFICADAS PARA FACILITAR A APRENDIZAGEM DE CONTEÚDOS E O DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES CIENTÍFICAS

Ana Mara Duarte Luiz¹

Taciane Svrevitch Desanti²

Maria Jocelem Fonseca Pegoraro³

Débora R. Mergen Lima Reis (débora.reis@ifpr.edu.br)⁴

Verginia Mello Perin Andriola (verginia.andriola@ifpr.edu.br)⁵

Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas^{1,2,4,5}

Colégio Estadual Sebastião Paraná³

No contexto educacional contemporâneo, em que os alunos estão habituados ao uso diário de tecnologias da informação atrativas e dinâmicas, torna-se cada vez mais difícil despertar o interesse destes alunos no ambiente escolar. Neste sentido, as aulas práticas de laboratório podem despertar a curiosidade e o interesse dos educandos, pois permitem não só a observação de fenômenos estudados em aulas teóricas como possibilitam a contextualização dos conteúdos, de forma que o conhecimento empírico seja testado e argumentado, para que então com embasamento científico novos

conhecimentos possam ser construídos. Na atual sociedade da informação é sumamente importante a formação de uma atitude científica, porém esta está intimamente vinculada ao modo como se constrói o conhecimento. Isto ressalta a importância das aulas práticas, que permitem que os alunos desenvolvam habilidades ligadas ao processo científico, como capacidade de observação; de inferência; de formulação de hipóteses; de operacionalização; de manipulação do objeto de estudo e das variáveis dos experimentos; de mensuração e interpretação de dados e análise de resultados, de forma a chegar a conclusões e generalizações sobre os fenômenos estudados. Embora as aulas práticas como metodologia educativa possibilitem a aprendizagem de conteúdos e o desenvolvimento de habilidades científicas e as pesquisas no âmbito educacional apontem para a necessidade de adoção de metodologias diversificadas na prática pedagógica dos professores, como forma de despertar o interesse dos alunos e promover a aprendizagem significativa e o desenvolvimento de diferentes habilidades, os professores geralmente tem contato insuficiente com as práticas experimentais durante a sua formação nos cursos de licenciatura e pouca familiarização com o ambiente didático do laboratório, o que dificulta ou minimiza a utilização deste método de ensino-aprendizagem. Outro fato que diminui a realização de aulas práticas no cotidiano escolar é a crença de que estas só são possíveis com aparelhos de alta tecnologia. No entanto, para a realização de práticas de laboratório não são necessários aparelhos e equipamentos sofisticados. Na falta deles, é possível, de acordo com a realidade de cada escola, que o professor realize adaptações nas suas aulas práticas a partir do material existente e, ainda, utilize materiais de baixo custo e de fácil acesso. Partindo desse pressuposto os alunos do curso de Ciências Biológicas do Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas, bolsistas do Programa Institucional de Iniciação a docência – PIBID, desenvolveram um projeto que teve como objetivo conscientizar os professores de Ciências e Biologia sobre a importância diversificação da prática pedagógica e da elaboração e realização de aulas práticas para integrar e enriquecer o processo de ensino, pois estas motivam e geram interesse, tornando os alunos agentes ativos no processo de construção do seu próprio conhecimento. Para auxiliar os docentes na realização e aprimoramento de aulas práticas os pibidianos elaboraram cadernos contendo roteiros de aulas práticas de diversos conteúdos da área de Ciências e Biologia, que podem ser desenvolvidas desde o 6º ano do Ensino Fundamental até ao 3º ano do Ensino Médio, com os equipamentos e materiais disponíveis no laboratório do Colégio Estadual Sebastião Paraná da cidade de Palmas-PR.

Palavras chaves: Práticas laboratoriais, ensino-aprendizagem, formação, PIBID.



AS CAVALHADAS: UM CONCEITO ARTÍSTICO DOS ELEMENTOS CÊNICOS APRESENTADOS NA MANIFESTAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS

Ana Cristina Pedroso Magagnin
Carine Xavier

O presente resumo vem considerar a manifestação cultural da região de Palmas, as Cavalhadas como uma proposta a ser trabalhada no ambiente escolar. Tendo como objetivo compreender sobre a manifestação cultural do município de Palmas tendo como base conceitos e elementos cênicos da cultura local no ambiente escolar. Como também desenvolver os conceitos sobre cultura, manifestação artística, e o elemento cênico figurino presente na cultura local. Ao estudar esse assunto devemos ter cuidados e entendimento correto para que nenhuma citação seja equivocada do projeto. Vejo uma grande necessidade de ajudar de alguma maneira os alunos que tenha uma necessidade de entender que o ensino de arte. Trata-se arte como uma forma de demonstrar a cultura e sua origem da cidade de Palmas, que através do projeto será importante uma pesquisa em canto, em museus na cidade. Capacitar de ousar experimentar buscar conteúdos, tenta um conceito diferenciado de ensino tentar sem medo de errar. Onde ajudará os alunos compreender a importância das Cavalhadas como um aspecto de ensino. O interesse por esse estudo é o favorecimento da manifestação cultural do município de Palmas, sob a ótica da arte. Através do projeto das Cavalhadas: um conceito artístico dos elementos cênicos apresentados na manifestação Cultural do município de Palmas. Onde pretendo desenvolver uma maneira criativa de apontar uma demonstração artística através da manifestação Cultural do município de Palmas, onde está sendo esquecido ou deixado de lado. Segundo Gimeno Sacristán (2001, p. 21), a educação pode contribuir consideravelmente para fundamentar e para manter a ideia de progresso como processo de marcha ascendente na história; assim, ajudou a sustentar a esperança em alguns indivíduos, em uma sociedade, em um mundo e em um porvir melhores.

Palavras-chave: manifestação artística. Figurino. Teatro. Trabalho de Conclusão de Curso.

AS CERTIFICAÇÕES FSC E CERFLOR E SEUS BENEFÍCIOS

Cristiano Proença de Oliveira (cristiano-proenca@hotmail.com) ¹

Tiago Fernando Dukeviski (tiago_dukeviski@hotmail.com) ¹

Andréia Gura (andreiagura@hotmail.com) ²

Everaldo Veres Zahaikévitch (everaldo.veres@ifpr.edu.br) ¹

¹ Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

² Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Ponta Grossa

Resumo: Com o crescente aumento dos níveis de desmatamento e a degradação do meio ambiente, despertou a atenção dos consumidores quanto às questões sobre a gestão dos recursos naturais. Surgiram movimentos em vários países de boicote a produtos florestais, onde com o apoio de ONGs ganharam forças e reduziram a demanda desses produtos. A partir dessa situação, a indústria florestal reagiu aos boicotes criando declarações que seus produtos eram produzidos de forma sustentável, essas declarações mais tarde passaram a serem certificações ambientais. O presente trabalho procura responder a seguinte questão: Quais são os benefícios que as certificações ambientais do Programa Brasileiro de Certificação Florestal (CERFLOR) e do Conselho de Manejo Florestal (FSC - *Forest Stewardship Council*) proporcionam para as empresas? O objetivo geral foi explanar sobre o que são as certificações ambientais e qual sua utilização. A certificação ambiental é uma forma de controle das práticas produtivas florestais que visa atestar e valorizar os produtos que tem origem florestal responsável sem prejudicar o meio ambiente, possibilitando assim, o consumo de forma sustentável das florestas mundiais. O FSC é uma organização sem fins lucrativos fundado em 1993, foi criada a partir da necessidade da preservação ambiental devido às preocupações sobre o desmatamento global e destinos das florestas mundiais. Essa certificação tem por objetivo garantir que os produtos de origens florestais sejam provenientes de um processo produtivo onde foi realizado um manejo florestal seguindo uma gestão ecologicamente adequada e viável economicamente. O CERFLOR tem como objetivo controlar o manejo florestal de forma a assegurar a continuidade das florestas, bem como incentivar o uso correto dos recursos naturais. Essas certificações ambientais trazem vários benefícios para as empresas, refletindo-se em benefícios comerciais, pois o mercado confia nos produtos de empresas certificadas, abrindo-se oportunidades de negócios; benefícios econômicos, pois aumentando a quantidade de vendas, conseqüentemente, o faturamento das empresas cresce; e, benefícios ambientais, pois os produtos são oriundos de atividades que preservam o meio ambiente. A metodologia utilizada no trabalho é bibliográfica, quanto aos procedimentos utilizados; descritiva, quanto aos objetivos estabelecidos; e qualitativa, quanto à abordagem dos problemas. Por tudo que foi explanado, conclui-se que as certificações ambientais CERFLOR e FSC proporcionam vários benefícios para as empresas, destaca-se a maior competitividade dos produtos certificados tanto mercado interno quanto o mercado externo. As certificações possibilitam as empresas agregar mais valor aos seus produtos, gerando assim, maior retorno financeiro. A questão comercial é ampliada, abrindo-se um mercado maior que adquirem produtos com tais certificações. E por fim, as empresas que buscam possuir as certificações ambientais, têm credibilidade perante a sociedade na qual está inserida, pois demonstram a responsabilidade sobre a questão ambiental.

Palavra-chave: Certificações ambientais, manejo florestal, benefícios.

AS METÁFORAS VERBO-VISUAIS NAS CAPAS DA REVISTA VEJA NO CONTEXTO DOS *IMPEACHMENTS* PRESIDENCIAIS: DIALOGISMO E A INTERTEXTUALIDADE

Ana Letícia Ferreira de Jesus (anaa.leticcia@gmail.com)

Orientador: Prof. Dr. Sânderson Reginaldo de Mello
(sanderson.mello@ifpr.edu.br)

As capas publicadas pelas revistas impressas demonstram um articulado jogo retórico de ideias que despertam a perspicácia das habilidades de leitura do público leitor. Observa-se, nesse sentido, um sofisticado processo lúdico na produção desses enunciados, planejados com o uso dos mais variados recursos de construção de linguagens artísticas e midiáticas, permitindo uma leitura plural, dinâmica e impactante, resultado de uma intrincada rede de significação dialógica e intertextual. Evidentemente, as capas das revistas são elaboradas com os mais requintados projetos gráficos de editoração de textos e imagens, a fim de, como nas primeiras-páginas dos jornais impressos, chamar a atenção do leitor para o conteúdo principal abordado naquela edição. Desse modo, o contexto temático das matérias selecionadas, que mesclam diversificados interesses, tais como a concepção ideológica da revista, ou a curiosidade dos leitores sobre importantes fatos da vida social, recebem um tratamento *sui generis* na escolha das palavras e imagens que irão compor as manchetes e as ilustrações desses textos mistos, influenciados por elementos de uma sofisticada e criativa produção dialética (inter) discursiva. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar comparativamente a presença da metáfora como recurso retórico no processo de produção e recepção das capas da revista *Veja* nos contextos dos *impeachments* do presidente Fernando Collor de Mello, cujo processo ocorreu durante os anos de 1992 e 1993, e da presidenta Dilma Vana Rousseff, em 2016, visando identificar os protocolos de leituras evocados na recepção textual. Para isso, utilizaremos, como fundamentação teórica, os conceitos de leitura em *A Leitura* (2002), de Vicent JOUVE, e *O Ato da Leitura* (1996), de Wolfgang ISER; de protocolos de leitura em *Práticas de Leitura* (2001), de Roger CHARTIER (org.); de dialogismo (Mikhail Bakhtin) e intertextualidade (Julia Kristeva) em *Dialogismo, polifonia, intertextualidade: em torno de Bakhtin* (1999), de Diana Luz Pessoa de BARROS e José Luiz FIORIN (orgs.); e de leitura do texto visual em *Introdução à Análise da Imagem* (1994), de Martine JOLY.

Palavras-chave: leitura, dialética, retórica do texto e da imagem.

ASILIDAE (DIPTERA) DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE DOS CAMPOS DE PALMAS: VARIAÇÕES AO LONGO DE UM ANO

Diaine Cortese (Bolsista PIBIC-IFPR)

Adriana Couto Pereira (adriana.rocha@ifpr.edu.br)

Resumo: A família Asilidae é uma das maiores famílias de Diptera, constituída por aproximadamente 7.000 espécies e mais de 530 gêneros e subgêneros distribuídos por todo o mundo com exceção da Antártica. Na América Latina são conhecidos 184 gêneros e 1.366 espécies. Acredita-se que a fauna de asilídeos seja uma das mais diversas em regiões tropicais e subtropicais. Os asilídeos são predadores vorazes, capazes de capturar outros insetos, em especial os voadores, e imobilizá-los com o uso da saliva paralisante, injetada através de suas hipofaríngeas. São bem adaptados a esse estilo de vida já que possuem olhos compostos bem desenvolvidos, pernas longas e fortes, garras afiadas e peças bucais especializadas. O hábito predador dessa família tem grande importância ecológica, visto que contribui na manutenção do equilíbrio natural entre as populações de insetos nos vários habitats ocupados pelos membros dessa família, merecendo ser estudada nos seus mais diversos aspectos. O objetivo deste trabalho foi analisar a flutuação da população e a sazonalidade da família Asilidae ao longo de um ano, com o uso de armadilha Malaise, no Refúgio de Vida Silvestre dos Campos de Palmas (RVS-CP). Para o presente estudo foi utilizado armadilha de interceptação de voo, do tipo Malaise, onde foram dispostas em três ambientes diferentes com uma semana de antecedência (A - mata, B - Borda e C - Campo) tendo duas armadilhas por ambiente, totalizando 66 armadilhas ao longo de onze meses. Foram coletados no total 192 indivíduos. As coletas mais significativas foram de fevereiro a abril e outubro a dezembro, sendo que nos meses de junho a agosto não houve nenhum indivíduo coletado. As armadilhas mais representativas foram as B2 (borda), com 123 indivíduos coletados no total de onze meses, em seguida foram às armadilhas B1 (borda) com 31 indivíduos coletados, isso mostra a preferência da família pelo ambiente de borda da mata. A família apresentou uma frequência relativa de 2,91 indivíduo/armadilha, sendo então considerada uma família abundante nos campos de altitude de Palmas. Os asilídeos são encontrados normalmente nas extremidades de galhos secos ou de vegetações geralmente em lugares abertos, sendo estas as características de borda da mata. Segundo a literatura essa família se reproduz em temperaturas quentes de começo de dezembro a final de março, e são muito sensíveis ao frio, que causa o intumescimento de seus corpos e impede o voo. Com o estudo conclui-se que a família Asilidae apresenta grande abundância no RVS-CP, apresentando picos estacionais.

Palavras-chave: Entomologia, Ecologia, Insetos, Campos de altitude.

ATENÇÃO EM SAÚDE SOBRE HIV/AIDS NA POPULAÇÃO IDOSA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Edinéli Brancalione (edineli_07@hotmail.com)

Eduardo Bassani Dal Bosco (bassani_eduardo@outlook.com)

Nayara Pereira Dos Santos (nayarasantos2704@gmail.com)

Gimene Cardozo Braga (gimene.braga@ifpr.edu.br)

A vulnerabilidade do idoso na contaminação do HIV/AIDS acontece devido à discriminação e a cultura social o que dificulta a abordagem da sexualidade entre os idosos. No entanto o número de idosos está crescendo significativamente, a qualidade de vida e a tecnologia farmacêutica tem oportunizado relações sexuais entre essa população. Considerando os vários aspectos descritos este estudo busca verificar na literatura a atenção em saúde sobre HIV na população idosa. Trata-se de uma revisão integrativa realizada no período de outubro de 2015 na base de dados da Biblioteca Virtual em Saúde. Utilizou-se o cruzamento dos descritores em saúde: *Idoso and Sexualidade, Infecções por HIV and idoso, saúde do idoso and infecções por HIV*. Como critérios de inclusão foram utilizados: artigos completos e disponíveis em português, publicados entre 2010 e 2015. Após aplicar os critérios de exclusão: artigos repetidos e assunto fora do tema foram encontrados 16 artigos. Os estudos apontaram as seguintes temáticas: preconceito, sexualidade, medidas preventivas, solidão e vulnerabilidade. Sexo e AIDS na terceira idade ainda são situações ou fatos rejeitados e discriminados por parte da sociedade e dos profissionais de saúde, pois estes acabam tendo dificuldade de abordar essas questões no atendimento a esses indivíduos. A prevenção é o único meio de controle da infecção do HIV/AIDS, portanto, é necessária a implantação de campanhas que sensibilizem a população idosa para o uso do preservativo. É necessário acolher o idoso para que ele fale sobre sua vida, assim formando um vínculo entre profissional-paciente a fim de trabalhar as questões emocionais e afetivas que permeiam o envelhecer. Dessa forma, é de suma importância que a atenção em saúde ao idoso considere os diferentes aspectos da sexualidade aqui abordados, destacando sempre a importância do uso do preservativo para a proteção, para que a população idosa possa ter uma vida sexual ativa e sem riscos as infecções.

Descritores: Sexualidade; Saúde do Idoso; HIV/AIDS.

AUDITORIA AMBIENTAL EM EMPRESAS PRIVADAS

Rita Kelin Vivan Sorgatto (rita_kelin@hotmail.com)¹

Andréia Gura (andreia_gura@hotmail.com)²

Everaldo Veres Zahaikévitch (everaldo.veres@ifpr.edu.br)¹

¹ Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

² Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Ponta Grossa

Resumo: Devido aos grandes impactos ambientais naturais e os causados pelas empresas, houve a necessidade da utilização da auditoria ambiental que tem por objetivo fiscalizar se as empresas estão dentro das normas e leis exigidas, também orientá-las na redução de gases e poluentes. A auditoria é realizada nas empresas através do auditor podendo ser interno ou independente, o qual ira emitir o parecer de como está a empresa em questões ambientais e identificar se as certificações estão de acordo com as leis e normas ambientais. Dentro deste contexto o presente estudo buscou demonstrar a importância da auditoria ambiental, com enfoque em diferentes tipos de auditoria em entidades privadas, buscando qualificar as características qualitativas no que diz respeito ao meio ambiente. Para a realização da pesquisa foi utilizada metodologia com enfoque qualitativo referente a abordagem do problema, quanto aos objetivos a pesquisa é descritiva e ainda em relação ao procedimento a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica. De acordo com a literatura pesquisada a auditoria ambiental classifica-se em: auditoria de conformidade legal, auditoria de desempenho ambiental, Auditoria de responsabilidade, auditoria pós acidente, auditoria de comissionamento, auditoria de cadeia produtiva e auditoria de gestão ambiental. A Auditoria de conformidade legal verifica se a empresa está cumprindo as normas e leis ambientais enquanto a auditoria de desempenho ambiental serve para verificar o consumo de cada recurso natural que a empresa utiliza e quais são os impactos causados pela mesma no ambiente e ainda o que pode ser feito para amenizar índices elevados. Já a auditoria de responsabilidade é realizada quando há interesse em compra e venda de empresas, através desse tipo de auditoria a empresa consegue identificar se a empresa que deseja comprar está cumprindo a legislação ambiental, se não há nenhuma contaminação causada pela empresa, dentre outras responsabilidades. A função da auditoria pós acidente é de procurar os culpados pela tragédia, quais danos foram ocasionados em razão disto e se há como recuperar a área afetada. Quanto a auditoria de comissionamento a mesma é realizada quando a empresa está fechando, ou no caso das petrolíferas, em que as perfurações são feitas até acabar a matéria prima e quando a mesma extingue-se é necessário sair do local e realocar-se. A auditoria de cadeia produtiva analisa a cadeia produtiva da empresa do início ao fim, destacando os impactos ambientais que este determinado produto gera ao meio ambiente, desde sua extração até seu descarte. Por fim a auditoria de gestão ambiental é aquela que realiza um conjunto de procedimentos, técnicas e ações que visam diminuir os impactos ambientais causados pela entidade. É regida pela NBR ISO 14001, a qual aborda definições, objetivos, alcance, princípios, documentações e demais classificações da mesma. Com a realização desta pesquisa pode-se perceber que todas as auditorias são de fundamental importância para o desenvolvimento ambiental das empresas. É através destas análises que é possível identificar falhas ambientais e melhorá-las, no intuito de beneficiar o

meio ambiente diminuindo a poluição, economizando os recursos naturais que nos são disponíveis, conscientizando a população através de projetos, dentre outras ações.

Palavras chave: Auditoria Ambiental, certificações, normas ambientais.

**AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DAS
LACTONAS SESQUITERPÊNICAS OBTIDAS A PARTIR DO
EXTRATO FOLIAR DE *SMALLANTHUS SONCHIFOLIUS*
(YACON) FRENTE ÀS CEPAS DE *CANDIDA ALBICANS*,
CANDIDA TROPICALIS, *SALMONELLA TYPHY* E *BACILUS
CEREUS*.**

Perla Raquel Nogueira Vieira (perlinharaquel@gmail.com)

Carolina Noronha (carolina.noronha@ifpr.edu.br).

O surgimento de espécies resistentes à terapêutica antimicrobiana tem sido impulsionado pelo aumento do número de infecções causadas por fungos, bactérias e o uso crescente de drogas antimicrobianas. A crescente resistência às drogas já existentes tem estimulado a busca por produtos naturais como fontes de compostos bioativos com potencial antimicrobiano, capazes de engrandecer o limitado armamento de drogas antimicrobianas. A maioria dos antimicrobianos clinicamente utilizados tem fatores negativos no que se refere a toxicidade, eficácia e custo, e sua utilização frequentemente leva ao aparecimento de espécies relutantes. Há estimativas de que existem cerca de 25.000 a 75.000 espécies vegetais que são utilizadas com fins medicinais no mundo, sendo que destas, apenas 1% teve sua atividade comprovada. A Yacon (*Smallanthus sonchifolius*) é uma planta originária dos Andes pertencente à família Asteraceae. Suas raízes são consumidas in natura como alimento e as folhas, na forma de chá, de forma medicinal. As folhas da Yacon, são ricas em ácidos fenólicos, como o ácido clorogênico e cafeico, que apresentam elevado poder antioxidante. Estes compostos fenólicos parecem estar envolvidos na atividade hipoglicemiante atribuída aos diferentes extratos da folha de *S. sonchifolius*. Adicionalmente aos efeitos medicinais do consumo das folhas e raízes da Yacon, as folhas mostram também importância devido a seu efeito antimicrobiano. Diferentes compostos isolados a partir do extrato alcoólico das folhas de Yacon apresentaram efeito antifúngico em cepas de *Pyricularia oryzae*, fungo patógeno que afeta plantações de arroz. Especificamente, os tricomas glandulares presentes nas folhas são ricos em lactonas sesquiterpênicas (LST), composto que conferem característica tóxica às plantas que a apresentam, como os tricomas da folha da *Helianthus annuus* e os diferentes órgãos da *Arnica montana*. Este composto, extraído da *Saussurea Lappa*, demonstrou propriedades inibitórias contra a produção do

fator de necrose tumoral. Entre as LST presentes na folha da Yacon estão a enidrina, uvedalina, sonchifolina e polimatina B. Estas LST apresentaram atividade antibacteriana e antifúngica contra *Bacillus subtilis*, *Aspergillus flavus* e *Staphylococcus aureus*. No contexto acima apresentado, sugere-se testar o potencial antimicrobiano das lactonas sesquiterpênicas extraídas das folhas de *S. Sonchifolius* frente a cepas de *Candida albicans*, *Candida tropicalis*, *Salmonella tiphy* e *Bacillus cereus*. Tal estudo ampliaria a gama de microorganismos testados, a fim de se avançar no entendimento acerca do potencial antimicrobiano das folhas de Yacon.

Palavras-chave: plantas medicinais; atividade antibacteriana; atividade antifúngica

AVALIAÇÃO DAS TAXAS DE CLOROFILA DA FLORA DA REGIÃO DE PALMAS - PR

Gabriel Neves Alves (IC), Jaqueline Nicolini (PQ), Keller Paulo Nicolini (PQ).
e-mail: keller.nicolini@ifpr.edu.br

Introdução: O nome clorofila foi proposto por Pelletier e Caventou, em 1818, para designar a substância verde que se podia extrair das folhas com o auxílio do etanol. A fotossíntese é bastante sensível a condições ambientais adversas. A taxa de clorofila pode variar na presença de poluentes atmosféricos como o NO_x. **Objetivo:** Avaliar o perfil clorofiliano de plantas da região de Palmas – PR. **Materiais e Métodos:** Foram avaliadas as taxas de clorofila α e de clorofila β de 31 espécies encontradas na fauna da região de Palmas. O material vegetal foi coletado, e as varreduras foram realizadas em um espectro UV Basic. **Resultados e Discussões:** As plantas avaliadas foram *Chamaecyparis obtusa*, *Cupressus sempervirens*, *Schinus molle*, *Baccharis trimera*, *Bidens pilosa*, *Taraxacum officinale*, *Senecio brasiliensis*, *Trifolium repens*, *Desmodium incanum*, *Baccharis dracunculifolia*, *Hydrangea macrophylla*, *Araucaria augustifolia*, *Cedrola fissilis*, *Rhododendron simsii*, *Lagerstroemia indica*, *Cassia augustifolia*, *Pleopeltis pleopeltifolia*, *Pinus elliotti*, *Dicksonia sellowiana*, *Agapanthus africanus*, *Conyza bonariensis*, *Eucalyptus sp.*, *Solanum mauritianum*, *Echium plantagineum*, *Richardia brasiliensis*, *Achyrocline satureioides*, *Equisetum hyemale*, *Platano acerifolia*, *Agave marginata*, *Bromelia pinguin* e *Sida rhombifolia*. O perfil espectroscópico por UV-Vis das espécies estudadas é diversificado tanto pela presença de bandas na região de carotenos quanto na região de clorofila α e de clorofila β. A diversidade de espectros demonstra um campo amplo de possibilidades para o estudo do comportamento de extratos de plantas da fauna da região de Palmas – PR, no estudo de bioindicadores para a presença de contaminantes ambientais. Observa-se que o Cepreste dourado (*Chamaecyparis obtusa*), apresenta as menores taxas para a clorofila α e para a clorofila β dentre as

espécies estudadas. A maior taxa de clorofila α foi quantificada para o Cedro (*Cedrola fissilis*) e a maior taxa de clorofila β foi encontrada na Flor-rocha (*Echium plantagineum*). **Considerações finais:** As taxas de clorofila α e β apresentam uma grande diversidade em termos de quantidade em diferentes espécies vegetais.

Palavras-chave: ultravioleta, solvente, espectroscopia.

AVALIAÇÃO DO EXTRATO DE *RHODODENDRON SP.* MONITORADO ATRAVÉS DE ESPECTROSCOPIA DE ULTRAVIOLETA VISÍVEL (UV-VIS)

Fabiele Bernardi (IC), Keller Paulo Nicolini (PQ), Jaqueline Nicolini (PQ)*

*e-mail: jaqueline.nicolini@ifpr.edu.br

Introdução: Os flavonoides são polifenóis que estão presentes em várias partes das plantas, mas em diferentes concentrações, pois são metabolitos secundários das mesmas e por isso podem atuar atraindo polinizadores e disseminadores de sementes. Os flavonoides também agem como pigmentos acessórios em frutas, flores, sementes e folhas, tendo dessa maneira importantes funções na defesa contra agentes antimicrobianos e na proteção à radiação ultravioleta. A quercetina (3,5,7,3'-4'-pentahidroxi flavona) é o principal flavonoide presente na dieta humana, sendo encontrado abundantemente nas plantas, geralmente ligada a um glicosídeo. Possui grande potencial antioxidante, atua como quelante de íons metálicos, além de ser lipossolúvel. Ela pode ser analisada por espectroscopia de ultravioleta visível (UV-Vis), que é uma técnica de análise que permite monitorar o comportamento químico das amostras, interações físico-químicas e o acompanhamento da ocorrência de reações químicas. O objetivo desse trabalho foi verificar a presença de quercetina em sépalas de *Rhododendron sp.* magenta, conhecida como azaleia magenta (AZM), através da espectroscopia de ultravioleta visível (UV-Vis). **Materiais e Métodos:** Para realizar a extração foram utilizadas sépalas de AZM, sendo pesadas 0,5000 g, em triplicata. Após maceradas e em seguida transferidas para um erlenmeyer, adicionou-se 25 mL de metanol/1% HCl. O frasco foi fechado com rolha e colocado em banho-maria a 75°C durante 5 horas. Decorrido esse tempo o extrato foi filtrado com algodão, transferido para balão volumétrico de 25 mL, completando o volume com metanol. Para comparação, para análise por espectroscopia de ultravioleta visível (UV-Vis) o extrato de AZM é diluído a) em metanol, sendo 0,4 mL de amostra para 2,6 mL de metanol e b) metanol:ácido acético:AlCl₃, sendo em 0,02 g de cloreto de alumínio (2 g L⁻¹) diluído em 20 mL, sendo a solução de metanol:ácido acético (1:19 v/v), dessa solução usa-se 2,6 mL para 0,4 mL de amostra. **Resultados e discussão:** Os dados evidenciaram a presença de quercetina, um antioxidante natural, nas sépalas da azaleia magenta, pela banda de absorção em 369 nm



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

em metanol, que está associada com a absorção do anel B presente em sua estrutura. Já quando a amostra é analisada na presença de MeOH:ácido acético:AlCl₃, ocorre o deslocamento batocrômico da banda de 369 nm para 430 nm pois o cátion alumínio forma complexos estáveis com os flavonoides em metanol, provocando deslocamento da banda de absorção para maiores comprimentos de onda. **Considerações finais:** A análise por espectroscopia de UV-Vis é um método simples e de baixo custo para obtenção de espectros eletrônicos a partir de amostras variadas. Com isso é possível analisar as amostras para verificar a presença de antioxidantes naturais, tais como a quercetina, a qual é capaz de combater radicais livres, além de possuir algumas propriedades anti-inflamatórias.

Palavras-chave: Antioxidante. Quercetina. Azaleia magenta.

**AVALIAÇÃO SOBRE O CONHECIMENTO E CONSUMO DE
ALIMENTOS ORGÂNICOS PELOS ESTUDANTES DO CURSO
TÉCNICO EM ALIMENTOS DO IFPR CAMPUS PALMAS**

Larissa Dias Leal
Frank Silvano Lagos

Os alimentos orgânicos são estabelecidos como alimentos produzidos sem a utilização de agrotóxicos, transgênicos ou fertilizantes químicos, produzidos de forma a respeitar o meio ambiente e em um sistema de produção que promova justiça social. Todo produto orgânico deve ter um selo de certificação que comprova a procedência dos produtos e sua qualidade. Estudos científicos sugerem que os alimentos orgânicos são melhores para a nossa saúde, pois o seu valor nutricional é maior do que aqueles produzidos convencionalmente. A procura de alimentos livres de aditivos químicos têm aumentado na mesma proporção da busca por saúde e qualidade de vida. A crescente preocupação de consumidores por uma vida mais saudável aliada a necessidade contemporânea da preservação ambiental e justiça social tem aumentado cada vez a demanda por alimentos orgânicos. De acordo com esta dinâmica é importante que profissionais da área de alimentos compreendam este processo. Considerando isso aplicou junto aos estudantes do curso Técnico em Alimentos do IFPR-Palmas um questionário visando mensurar o conhecimento e aspectos relacionados ao consumo por estudantes vinculados a este curso. Ao se questionar qual alimento é mais saudável, comparando-se alimento orgânico, convencional, hidropônico e transgênico, 97,4% apontaram os alimentos orgânicos como mais saudáveis. A definição de que alimentos orgânicos são alimentos produzidos sem a utilização de agrotóxicos, transgênicos ou fertilizantes químicos sendo produzidos de forma a manter um equilíbrio na conservação dos recursos naturais, foram apontados por 84,2%

dos entrevistados e 15,7% apontaram que alimentos orgânicos são aqueles que não contêm conservantes ou aditivos químicos. Em relação ao consumo, 65,8% responderam que consomem alimentos orgânicos, sendo que 55,3% consomem toda semana. Para 50% dos entrevistados, a maior dificuldade encontrada para aquisição do produto é a dificuldade de encontrar no mercado local e 44,7% apontaram o preço como fator limitante. Em relação à identificação de um alimento enquanto orgânico houve manifestação positiva de 63,2% dos entrevistados. Com a realização da pesquisa observou-se um bom nível de entendimento sobre o que são os alimentos orgânicos e o nível do consumo. Chamou a atenção o elevado percentual de entrevistados que encontram dificuldades em encontrar o produto no mercado local, evidenciando a necessidade de políticas públicas de incentivo a produção destes alimentos e também a necessidade de maior divulgação sobre os locais de venda destes produtos no mercado local.

Palavras-chave: alimentos orgânicos – sustentabilidade – consumo consciente

CARACTERIZAÇÃO MICROSCÓPICA DE ÓRGÃOS VEGETAIS DE *STRELITZIA REGINAE*

Carina Alana Ilha
Lualís Edi de David (orientadora)

É crescente a utilização de plantas medicinais com aplicações terapêuticas, e desta forma a análise botânica é de grande importância, por contribuir na identificação e determinação da espécie em estudo, garantido um seguro resultado científico, sendo imprescindível a obtenção de dados precisos da identificação. O objetivo deste trabalho foi realizar a caracterização microscópica de folhas, flores e pecíolos de *Strelitzia reginae* a fim de auxiliar na identificação botânica da espécie. A planta *Strelitzia reginae* que pertence à família *Strelitziaceae*, é uma planta herbácea rizomatosa e entouceirada, procedente da África do Sul, seu tamanho oscila de 1,2 a 1,5 m de altura com folhas firmes e coriáceas. Possui inflorescências terminais recobertas por bráctea de onde partem três pétalas alaranjadas lanceoladas e três pétalas mais internas a estas com coloração azul-metálico e formato de flecha. O estudo foi realizado a partir de cortes histológicos a mão livre com uso de lâmina de aço, com material fresco das flores, folhas e pecíolo de *Strelitzia reginae*. A partir das secções realizadas na região mediana de cada órgão vegetal foram confeccionados cortes transversais das folhas, flores e pecíolos, cortes longitudinais em órgãos cilíndricos e cortes paradérmicos em órgãos laminares, sendo clarificados ou não com hipoclorito. As folhas em cortes transversais apresentaram epiderme unisseriada, parênquima clorofiliano homogêneo, colênquima em contato com epiderme e pequenos feixes vascular. Na nervura principal da folha a epiderme superior é unisseriada com coloração

rosa, parênquima abundante, com feixes grandes em que os xilemas se estendem em direção a epiderme superior e feixes vasculares menores contornam a epiderme inferior. Corte adaxial das folhas demonstram células intercostais poliédricas com parede celular espessa, pequeno número de estômatos do tipo paracítico. Corte transversal da flor por inteiro abrangendo as brácteas e as pétalas ainda internas revela pétalas azuis contendo feixes vasculares variados, epiderme unisseriada de cor azulada, com papilas epidérmicas e parênquima homogêneo. Corte paradérmico das pétalas azuis visualiza-se células epidérmicas circulares e convolutas e epiderme com tricomas do tipo papilas. Tricoma simples longo e flexível e grãos de pólen estão em contato com as pétalas azuis e alaranjadas dentro das brácteas. Corte transversal da pétala alaranjada aberta evidencia epiderme unisseriada, parênquima homogêneo com grande quantidade de plastídeos contendo pigmentos alaranjados, feixes vasculares com floema envolto por pequena quantidade de esclerênquima. Estes achados corroboram com a definição microhistológica de *Strelitzia reginae*, uma vez que, para a aplicação farmacológica de plantas medicinais necessita-se de padrões específicos de identificação e análises de controle de qualidade. Desta forma, estudos botânicos são de fundamental importância para utilização de uma planta com finalidade medicamentosa.

COMUNICAÇÃO ANDROID-ARDUINO USANDO PROTOCOLO FIRMATA

João Henrique Riboli¹, Lauriana Paludo¹, Lilian N A Lazzarin¹, Bruno Guaringue Trindade¹

riboli@alunos.utfpr.edu.br; lauriana.paludo@ifpr.edu.br;
lilian.lazzarin@ifpr.edu.br; bruno.guaringue@ifpr.edu.br

¹IFPR – Instituto Federal do Paraná

Resumo: Com o advento da Internet das Coisas, novos dispositivos e periféricos possuem a necessidade de comunicação para que funcionem corretamente, isso inclui relógios inteligentes, geladeiras, sistemas de iluminação e monitoramento, dentre outros. Um dos dispositivos mais populares para o desenvolvimento de sistemas *IoT* é a linha de placas micro controladas desenvolvida pela *Genuino* conhecida como *Arduino*. As placas da linha *Arduino* permitem o desenvolvimento de dispositivos a partir da prototipagem, e suportam as mais variadas linguagens de programação estruturadas. O maior desafio da implementação de protocolos de comunicação é o mesmo desafio que os arquitetos de sistemas distribuídos tem em sua implementação, e o maior de todos os problemas é a falta de padronização na comunicação entre os dispositivos. *Firmata* é um protocolo de comunicação que procura sanar o problema de comunicação com placas

Arduino e similares, utilizando protocolo I2C (*Inter-Integrated Circuit*) e possui implementações controladoras em diversas linguagens de programação, como Java, C/C++, Perl, Python dentre outros, é de colaboração comunitária e livre para que seja utilizado por todos. O protocolo *Firmata* procura transformar uma placa *Arduino* em um dispositivo passivo, padronizando a comunicação com o dispositivo controlador, no caso um Dispositivo *Android*, e permitindo seu total controle, garantindo melhor tolerância às falhas que os protocolos de comunicação podem acarretar, além de facilitar o desenvolvimento, pois elimina a necessidade de desenvolvimento direto no *Arduino* e a implementação de protocolos de comunicação personalizados para sua comunicação. Alguns exemplos de sua utilização, é a aplicação na robótica, permitindo o controle de um robô pelo controlador, sem a necessidade de programação direta na máquina, ou na aplicação de obtenção de dados a partir de sensores. Uma limitação do protocolo *Firmata*, é a necessidade da conexão com o controlador para seu funcionamento, porém sua indicação é para projetos que necessitem dessa conexão, pois o código incluso no micro controlador permite somente a comunicação e a obtenção de comandos do controlador. Portanto pelas aplicações já citadas, conclui-se que o protocolo *Firmata* é um excelente meio de criar a comunicação entre dispositivos, cabendo ao programador utilizar a API fornecida para a implementação em um sistema *Android* e utilizando uma conexão de rede sem fio, como *Bluetooth* e *Wi-Fi*, permitindo por exemplo que um *smartphone* trabalhe como controle remoto de um carro em miniatura, ou um robô.

Palavras chave: I2C, robótica, Internet das Coisas, implementação, conexão, padronização;

CONSCIENTIZAÇÃO GERANDO AÇÃO: COMBATE AO AEDES AEGYPTI

Alexandre Blasius¹

Evandro de Oliveira Lourenço²

Natiele Guedes³

Silvana Maria de Camargo⁴

Vanessa Ramos⁵

Vanusa Ribeiro Inácio do Rosário⁶

Débora R. Mergen Lima Reis (debora.reis@ifpr.edu.br)⁷

Verginia Mello Perin Andriola (verginia.andriola@ifpr.edu.br)⁸

Isa de Fátima Sardá Muller (Isa@proserv.com.br)⁹

Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas^{1,2,3,4,5,6,7,8}

Colégio Estadual Alto da Glória⁹

Por meio da educação se moldam valores, atitudes e ações, e é nesse contexto que o ensino de Ciências contextualiza os conteúdos no processo de

ensino e aprendizagem considerando a realidade local e contribuindo na construção do conhecimento, formando indivíduos conscientes e preocupados com o coletivo. Baseados nesta premissa a comunidade escolar e os bolsistas do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) de Ciências Biológicas do Instituto Federal do Paraná buscaram contribuir com o Pacto da Educação Brasileira contra o Zika a partir das ações pensadas na Semana Nacional de Mobilização da Família e Comunidade Escolar pelo combate ao vetor *Aedes aegypti*. Diante da dimensão que as doenças: Dengue, Zika Vírus e Chikungunya transmitidas por este mosquito assumiram junto à saúde pública e pela necessidade de sensibilizar e chamar a sociedade para a sua responsabilidade de somar para o esclarecimento e enfrentamento desse problema, são prementes as ações educativas com o intuito de expandir a compreensão e conscientizar toda a sociedade sobre a urgência de mudanças de atitudes. Neste contexto os acadêmicos de Ciências Biológicas do PIBID realizaram um projeto no Colégio Alto da Glória de Palmas/PR que envolveu alunos, pais e educadores na construção de histórias em quadrinhos utilizando elementos do folclore, o conhecimento empírico da comunidade envolvida e as informações científicas levadas a eles pelos acadêmicos e professores. O intuito das histórias era informar de forma clara e objetiva pequenas ações que podem ter grandes resultados no combate a esse vetor, além de promover a reflexão sobre o tema. Foram elaboradas diversas histórias que permitiram trabalhar conceitos importantes de preservação do meio ambiente e de promoção da saúde. A história “A Lenda da Mãe d’Água” permitiu sensibilizar e informar sobre os problemas da poluição das águas. A simplicidade de cada gesto para se combater o mosquito *Aedes aegypti* foi contada através da história “Somando forças no combate ao mosquito *Aedes aegypti*”. A história “Dengue, Zika Vírus e Chikungunya – uma luta contínua” salientou o descaso do ser humano no enfrentamento das doenças transmitidas pelo *Aedes*, enfatizando a importância das atitudes no combater ao vetor. A história “Consciência esse é o caminho” sinalizou para a importância da informação. Após a finalização dos quadrinhos, estes foram utilizados como material de apoio para diversas atividades que retomaram a discussão do tema. Estas histórias, construídas por várias mãos, com carinho e dedicação, geraram resultados satisfatórios, pois todos se identificaram com as narrativas e os personagens. Neste trabalho ficou evidente o quanto os estudantes necessitam de orientação e direcionamento, pois muitos têm conhecimento sobre as doenças transmitidas pelo vetor *Aedes aegypti* e sabem como combatê-lo, o que falta são ações diante da nova realidade que está se impondo com a propagação do mosquito. Pensamos que após a construção desse trabalho mudanças ocorreram e que os estudantes estão atuando como multiplicadores de consciência, mas é sabido que as grandes transformações ocorrem a partir da efetiva participação da sociedade e neste sentido a educação e a informação são os alicerces para se construir novos olhares.

Palavras chave: Conscientização, *Aedes aegypti*, prevenção, comunidade escolar, Zika vírus.

CONSTRUINDO HISTÓRIAS A PARTIR DO TEATRO LAMBE – LAMBE

Ana Maria Ribeiro (anamariaribeiro091@gmail.com)

Elizangela Ferreira Campos (eli.ferreirac@gmail.com)

Orientadora: Neuza de Fátima da Fonseca

RESUMO: O projeto de teatro lambe-lambe e a criação de cenários será aplicado no colégio Estadual Sebastião Paraná - E.F.M. e EJA, onde realizei observações das aulas juntamente com minha colega Elizangela Ferreira de Campos, onde eu Ana Maria Ribeiro irei trabalhar com a confecção dos cenários e bonecos e a Elizangela com a contextualização da história. A prática tem como finalidade de fazer os alunos conhecerem melhor a história e criação desse gênero de teatro. Sendo está uma modalidade que surgiu 1989, onde ocorre a partir de um espaço (caixa) que são apresentadas peças de teatro com duração curtíssima, através de um cenário miniatura e um espetáculo por vez, no Brasil ficou conhecido a partir da década de 90 principalmente em festivais de Formas Animadas. Os alunos irão confeccionar esses cenários que serão utilizados imagens de obras impressionistas, onde em grupos irão construir histórias que serão empregadas em suas práticas e apresentações. Inicialmente na primeira aula foi apresentado sobre o contexto da história e como criar os seus próprios cenários, e quais foram os seus principais processos de construção partir de caixas de papelão, será feita uma breve apresentação dos pontos principais do de teatro lambe – lambe e posteriormente iniciará as práticas a partir de análises feitas de obras impressionistas. E criação de histórias feitas pelos alunos, sendo que esta servirá como base para a criação dos minis – cenários, os materiais serão por recursos das professoras, os alunos confeccionaram as peças de acordo com os atores representados. Nesse momento é preciso que os personagens exponham suas ideias de como gostariam que fossem suas roupas obedecendo a regra básica de não descaracterizar a cena. A última aula será destinada para os alunos organizarem, e também ocorrerá a filmagem de todos os espetáculos, para que posteriormente seja editado e utilizado de recursos sonoros e apresentado os vídeos para a turma que concluirá as atividades. Essas atividades serão realizadas com o intuito dos alunos conhecerem melhor o processo de produção de uma peça teatral lambe-lambe devem compreender que quando criamos uma cena seja ela longa ou curta devemos pensar nos recursos visuais como o figurino, o cenário, os objetos que compõem a cena, pois esses recursos contribuem para a expressão e transmissão de uma história. O interesse do projeto é despertar a criatividade dos alunos em estudar a o teatro lambe-lambe conhecer quais são os pontos principais de construir uma peça desse gênero teatral. O projeto não consiste

em criar apenas bonecos e objetos mais sim dar um sentido a eles e a história construída, sendo que o figurino, cenário e outros recursos visuais contribuem diretamente no significado da representação da cena.

Palavras-chave: História. Teatro. Expressão. Cenários.

DESENVOLVIMENTO DE MÉTODO ANALÍTICO PARA DETERMINAÇÃO DE CHUMBO EM AMOSTRAS DE SOJA USANDO ESPECTROMETRIA DE ABSORÇÃO ATÔMICA DE ALTA RESOLUÇÃO POR FORNO DE GRAFITE E ANÁLISE DIRETA

Bárbhara Talysa Michels; Aline Rocha Borges

Resumo: A soja (*Glycyne Max*) é uma planta pertencente à [família](#) Leguminosae, assim como o [feijão](#), a [lentilha](#) e a [ervilha](#). Possui grande utilidade em agroindústrias de alimentos e indústrias químicas e é composta por diversas proteínas, vitaminas e minerais. O óleo da soja, também empregado pela indústria de alimentos, em geral, pode ser utilizada como biocombustível através de novas tecnologias existentes no mercado atual. O estado do Paraná ocupa, atualmente, o segundo lugar como produtor de soja brasileiro e possui uma produção de aproximadamente 17,102 milhões de toneladas. Mesmo sendo considerada como um dos principais produtos da agricultura paranaense, a soja como qualquer outra espécie vegetal, é alvo de diversos problemas durante o seu cultivo, pois é necessária a aplicação de agrotóxicos e fertilizantes que visam auxiliar a melhora da produção, controlando assim a incidência de doenças e oferecendo nutrientes essenciais para a planta. Na composição desses insumos agrícolas, existem diversos metais tóxicos que podem ser absorvidos pelas plantas e, posteriormente, ingeridos pelo homem. Entre esses elementos encontra-se o chumbo, um metal de elevado potencial de toxicação, que em altas concentrações podem causar efeitos como distúrbios nos sistemas neurológicos, efeitos hematológicos, entre outros. O objetivo desse projeto é o desenvolvimento de um método analítico para a determinação de chumbo em amostras de soja cultivadas no estado do Paraná utilizando a análise direta e espectrometria de absorção atômica de alta resolução com fonte contínua e forno de grafite. Esta forma de análise possui muitas vantagens quando comparada com a análise convencional, pois o uso de reagentes é mínimo, além de ser reduzido o manuseio de amostra, o que contribui para a redução de contaminações e perdas. Foi aplicada a linha analítica de 283,306 nm e os resultados mostraram que o melhor modificador químico foi Pd/Mg e a melhor temperatura de pirólise



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

foi 1000 °C, sendo eliminada assim toda a matriz e o sinal analítico livre de interferências espectrais. O método se mostrou rápido e aplicável na rotina.

Palavras-chave: soja, chumbo, absorção atômica

DESENVOLVIMENTO E CARACTERIZAÇÃO DE VINHO
ESPUMANTE DE AMORA-PRETA (*RUBUS SP.*) CULTIVADA
NO MUNICÍPIO DE PALMAS NO ESTADO DO PARANÁ.

Autores: Eduardo Muller Bittencourt

Diego Matos Favero

Kely Priscila de Lima (*orientador*)

e-mail de contato: kely.lima@ifpr.edu.br

Resumo do projeto: Pertencente ao grupo das pequenas frutas, a amora-preta é uma planta rasteira e arbustiva, onde mais se adéqua ao frio. Rica em compostos sequestrantes de radicais livres, sendo eles flavonoides, taninos, ácidos fenólicos, entre vários outros. Também com grande capacidade antioxidante, pode prevenir assim várias doenças, como câncer e doenças cardíacas. Até o momento, o presente projeto, teve por seu objetivo cumprido a caracterização da amora-preta (*Rubus sp.*), visando a elaboração do vinho espumante. As presentes amoras-pretas (*Rubus sp.*) safra 2015-2016, foram adquiridas no município de Palmas/PR; e mantidas em tratamento de conservação pelo método de congelamento, cerca de -18 °C. As análises físico-químicas realizadas foram: Umidade, Cinzas, pH, Teor de Sólidos Solúveis (°Brix), antocianinas e açúcares totais (ADNS), além das análises realizadas no laboratório do LAQUA, em Pato Branco-PR, sendo elas: Fibras, Proteínas, Acidez Titulável, Lipídeos, Antioxidantes (ABTS e DPPH) e compostos Fenólicos. As análises ocorreram durante o período de Março a Agosto de 2016. Os valores obtidos para umidade foi de $89,1 \pm 0,03$, cinzas $0,21 \pm 0,172$, pH $3,4 \pm 0,02$, sólidos solúveis $6,5^\circ$ Brix, açúcares redutores 4,8%, acidez titulável em ácido cítrico de $1,44\% \pm 0,00$, fibra bruta $17,57 \pm 0,58$, lipídios $0,37\% \pm 0,02$ e proteína bruta $5,28 \pm 0,24$. Quanto aos compostos bioativos foram quantificados os valores de antocianinas de $230 \pm 0,00$ mg cian.-3-glicosídeo/100g, Compostos Fenólicos $2,21 \pm 0,16$ mg GAE/g, Antioxidantes pela captura dos radicais DPPH $17,77 \pm 1,28$ µmol de trolox por g de amostra e ABTS $17,84 \pm 2,19$ µmol de trolox por g de amostra. Por suas propriedades antioxidantes e benéficas ao organismo humano, verifica-se que a fruta possui potencial para o aproveitamento tecnológico, tais como a elaboração de vinho espumante pelo método *Chapenoise*.

Palavras-chave: antioxidantes; bioativos; caracterização, fermentado alcoólico.

Fonte financiadora: Programa Institucional do IFPR de Bolsas de Iniciação Científica Júnior (PIBIC-Jr/CNPQ).

DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS COM SUSTENTABILIDADE E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Ana Tieli Dutra (anatieli_dutra@hotmail.com)¹

Martina Castoldi (martinacastoldi@hotmail.com)¹

Andreia Gura (andreiagura@hotmail.com)²

Everaldo Veres Zahaikevitch (everaldo.veres@ifpr.edu.br)¹

¹ Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

² Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Ponta Grossa

Resumo: A conscientização ambiental tomou proporções mais relevantes em toda a população com a ocorrência de grandes impactos, como rompimento de barragens, queimadas, poluição do mar dentre outros problemas que afetam a todos direta ou indiretamente, entretanto riscos pequenos e diários não são observados, como é o caso da atividade de distribuição e armazenamento de combustíveis. É notável a poluição gerada pela queima de combustíveis através da grande quantidade de veículos em circulação, geralmente esta é a maior preocupação relacionada ao combustível, contudo é importante lembrar que antes do abastecimento do veículo temos os postos de distribuição dos mesmos que também podem gerar impactos ao meio ambiente e a população, considerando que estes além da distribuição e armazenamento do combustível também possuem atividades de manutenção, como trocas de óleos, pneus, filtros etc. e inclusive atendimentos de conveniência com vendas de alimentos e bebidas em geral. Diante do exposto o objetivo deste trabalho é conhecer e entender quais os impactos ambientais que os postos de distribuição de combustíveis causam ou quais os possíveis riscos que podem atingir o meio ambiente, a população e seus colaboradores, além de verificar quais as ações de prevenção e conscientização podem ser desenvolvidas pelos mesmos, afim de minimizar estes impactos e riscos. Para realização desta pesquisa foi elaborado um questionário semiestruturado com vinte questões e distribuído a seis postos de combustíveis levando em consideração a acessibilidade, obtendo um retorno de 50%, ou seja, três postos responderam o questionário. Através das respostas identificou-se que os impactos ambientais levantados e que podem ocorrer nesta atividade são: explosões, contaminação por inalação, vazamento no armazenamento, vazamento no recebimento de combustíveis, geração de resíduos, contaminação de lenções freáticos, geração de lixo, consumo de água e energia elétrica. Foi evidenciado que os pesquisados consideram como maior risco na atividade a contaminação por inalação, sendo que outros riscos como explosões, vazamento no armazenamento e recebimento do combustível não foram considerados como riscos eminentes, porém há uma grande preocupação em realizar ações de prevenção e revisão do estado dos reservatórios, isso demonstra que estão preocupados mesmo considerando que o risco de vazamento é pequeno ou não



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

recorrente. As ações para tentar diminuir os riscos de acontecer impactos ambientais são quanto a treinamento e conscientização dos colaboradores, também apresentam planos para controle de incêndio e detecção de vazamentos. Apenas um posto apresenta planos para controle de contaminação de solo e ou lençóis freáticos e dois postos possuem planos de contingência no que se refere a gestão e tratamento dos resíduos. Os três postos praticam a separação do lixo e redução do consumo de água. É possível concluir que os postos de distribuição de combustíveis, realmente apresentam riscos ao meio-ambiente e a população de uma forma em geral, pois o principal produto por eles comercializado são altamente poluentes e de grande risco de acidente como, gasolina, álcool e diesel, porém verifica-se que os postos preocupam-se com a segurança quanto aos riscos de acidentes como vazamentos, incêndios e contaminações.

Palavras-chaves: Sustentabilidade, Meio Ambiente, Conscientização.

**DO CONTO “O PAÍS DAS QUIMERAS” AO “EXCURSÃO MILAGROSA”:
UM ESTUDO COMPARATIVO DA REESCRITA MACHADIANA.**

Autor: Renata Ribas

Email: reeapferreira@hotmail.com

Orientadora: Aline C. Oliveira

A escrita do autor Machado de Assis sofreu uma significativa evolução quando se observa suas obras da juventude e aquelas da maturidade. No início de sua carreira, o bruxo do Cosme Velho colaborou em inúmeros periódicos do Rio de Janeiro, nos quais praticou o gênero do conto, entre outros. Em novembro de 1862, Machado escreve o conto fantástico *O país das quimeras* n’*O Futuro: periódico literário luso-brasileiro*, no qual aborda os devaneios utópicos do protagonista Tito. Quatro anos mais tarde, o autor, agora colaborador no *Jornal das Famílias*, publica o mesmo enredo, substituindo o título para *Uma excursão milagrosa*. No entanto, ao observar os dois textos detidamente, conclui-se que as semelhanças estão para muito além do título. O conto publicado no *Jornal das Famílias* trata-se, pois, de uma reescrita do conto pertencente ao *Futuro*. Machado, ao ficcionar para ambos os periódicos, reutiliza o enredo sobre Tito, estreando, porém, uma nova forma de narração. Na publicação de 1862, por exemplo, tem-se um narrador autodiegético e uma descrição que já se inicia com o recurso da fantasia. Em 1866, ao contrário, Tito não é mais o narrador, embora ainda seja o protagonista, e o fantástico aparece com menos força. A pesquisa se detém sobre a comparação dos textos em questão, tanto de uma perspectiva estrutural quanto de análise de conteúdo. Objetiva-se, além de fomentar os estudos sobre as obras machadianas tidas como “menores”, em razão de terem sido publicadas antes da obra *Memórias póstumas de Brás*

Cubas, a observação dos veículos de difusão de seus escritos da juventude – os jornais – que podem ajudar a explicar as técnicas literárias empreendidas em cada etapa de sua formação. A apreciação da diretriz editorial *d'O Futuro* e do *Jornal das Famílias* aponta para uma linha ideológica notadamente distinta entre os periódicos, o que pode colaborar na compreensão da atividade do contista de reescrever sua obra. Sendo, ambos os contos, ainda bastante desconhecidos do público, tem-se a intenção, também, de propiciar ao leitor a descoberta de um escritor que, embora ainda iniciante e inexperiente, já demonstrava grande capacidade literária e observação crítica acerca de si mesmo.

Palavras-chave: Machado de Assis; Conto; Reescrita

ENFERMEIROS DA ALEGRIA – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O CONTEXTO DA HUMANIZAÇÃO NO AMBIENTE HOSPITALAR.

Eduardo Bassani Dal’Bosco (bassani_eduardo@outlook.com)

Marcia Domênica Cunico Barancelli (marcia.domenica@ifpr.edu.br)

Graciela Cabreira Gehlen (graciela.gehlen@ifpr.edu.br)

Gimene Cardozo Braga (gimene.braga@ifpr.edu.br)

Mariangela Gobatto (mariangela.gobatto@ifpr.edu.br)

Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

Resumo: Este estudo tem como objetivo relatar a experiência nas intervenções hospitalares realizadas através do projeto de extensão Enfermeiros da Alegria. Inicialmente cabe ressaltar as atividades lúdicas desenvolvidas com crianças hospitalizadas como método do projeto a fim de minimizar os traumas, facilitar a realização de procedimentos e diminuir o tempo de internação. Nas visitas semanais desenvolvemos as práticas de orientação em saúde utilizando recursos como bonecos (fantoques), jogos didáticos, brinquedos, livros e revistas infantis, e fantasias. Realizam-se dinâmicas e brincadeiras com as crianças, orientações básicas aos responsáveis pelas crianças sobre temas “cotidianos” tais como: higiene corporal, alimentação saudável, qualidade de vida, vacinação e outros que forem percebidos como necessidades do público-alvo, a dramatização de temas propostos e brincadeiras educativas com o objetivo de orientação e descontração utilizando sempre que possível música infantil ambiente. Assim, buscando a prática de novas relações dentro do ambiente hospitalar, encontramos na Política nacional de Humanização a base para o pensar e agir como acadêmicos comprometidos com o cuidado e sua integralidade à criança hospitalizada. Considerando a formação científica essencial para o cuidado em enfermagem ressaltamos a formação humana e sua relevância na formação do profissional do enfermeiro no enfrentamento de

situações difíceis da profissão. Neste sentido a compreensão sobre o significado de saúde deve levar em consideração as questões sociais envolvidas e tão presentes na relação com a criança e sua família. Com isso, a experiência vivenciada no projeto permite a aproximação do acadêmico com o ambiente hospitalar, com a equipe de enfermagem e principalmente com a criança na recuperação da saúde. Percebemos que a interação nas atividades desenvolvidas proporciona melhora no momento vivenciado do familiar e da criança durante o internamento. A atividade inteiramente relacionada a humanização possibilita a inclusão das diferenças no cuidado, bem como a percepção da equipe para a produção coletiva de uma nova forma de organizar e valorizar o trabalho. Vivenciamos momentos delicados, engraçados e muitas vezes transformadores buscando sempre compartilhar a experiência da alegria e motivação com as crianças. A sensibilização não fica restrita ao paciente, mas também é percebida com a equipe e com o tempo de desenvolvimento do projeto. Acreditamos em um impacto tanto social como cultural com as práticas realizadas e que os encontros possibilitam a percepção afetiva que muitas vezes se encontra tão exteriorizada no processo da doença. A transformação de um dia de internamento em um momento mais alegre e feliz apesar da cruel realidade que uma doença pode provocar torna nosso trabalho fundamental como acadêmicos comprometidos com o bem estar da criança hospitalizada.

Palavras chaves: Cuidado de enfermagem, criança hospitalizada.

ESTUDO COMPARATIVO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA IN VITRO DO EXTRATO AQUOSO E ETANÓLICO DE *BACCHARIS DRACUNCULIFOLIA*, CONTRA *ESCHERICHIA COLI* E *STAPHYLOCOCCUS AUREUS*

Ernesto Dambros Filho, Anayana Zago Danguí, Angela Haoack, Ricardo
Aparecido Pereira

*e-mail: ricardo.aparecido@ifpr.edu.br

Introdução: A “vassourinha”, ou “alecrim do campo”, conhecida cientificamente por *Baccharis dracunculifolia*, é uma planta da família *Asteraceae*, presente no Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia. Ela destaca-se pela presença de vários metabólitos secundários, produzidos como mecanismo próprio de defesa dos vegetais contra agentes externos. Com o recente aumento na incidência da resistência bacteriana aos antimicrobianos, busca-se encontrar novos protótipos antibióticos de origem natural, que sejam eficazes do ponto de vista clínico, no tratamento de enfermidades causadas por bactérias, e com isso ofertar novos métodos de tratamento que visam reduzir os casos de resistência bacteriana. **Metodologia:** O extrato aquoso será feito conforme o método de infusão. Que consistirá da permanência, durante certo tempo, do material

vegetal em água fervente, em recipiente fechado. Para a preparação do extrato etanólico será utilizada a planta seca e triturada e uma solução etanólica à 95%, em uma proporção planta/solvente de 1:2 (peso/volume). Serão utilizados cepas padronizadas de microrganismos, sendo uma gram positiva e outra gram negativa, ambas catalogadas no *American type culture collection* (ATCC), sendo a cepa gram positiva a bactéria *Staplylococcus aureus* e a outra cepa gram negativa a bactéria *Escherichia coli*. Os microrganismos utilizados serão preparados de acordo com a escala MacFarland e semeados de maneira uniforme sobre o meio de cultura Ágar Müller – Hinton, em placas de pétri. Os preparos dos discos de papel filtro seguirá a técnica descrita na farmacopéia brasileira. Utilizar-se-á de discos de papel filtro com um padrão de diâmetro, onde posteriormente serão acrescidos as diluições dos extratos etanólicos e aquoso da *Baccharis dracunculifolia*, espalhados e respectivamente marcados sobre as placas de pétri. Será colocado também um disco de papel filtro embebido com uma determinada concentração de um antimicrobiano de ação conhecida, sendo utilizado um para a bactéria gram positiva e outro para a bactéria gram negativa. Em seguida levar-se-á as placas em estufa com temperatura controlada de 37° Celsius durante um período de 24 horas. Após este período procederá então às leituras e anotação dos resultados obtidos. As análises deverão se dar por triplicata para cada extrato e cada cepa bacteriana analisadas. **Resultados esperados:** Com o presente estudo, espera-se encontrar resultados positivos para os extratos da *Baccharis dracunculifolia*, possibilitando novas perspectivas nos estudos de novas drogas antibióticas, bem como a possibilidade de aplicá-lo á outros produtos, como cosméticos ou produtos de higiene e limpeza, com intuito de proporcionar outras formas de utilização desses extratos.

Palavras-chaves: Antibacterianos, Resistência Microbiana a Medicamentos, Baccharis, Fitoterapia.

EU, "ROBOTA": A POSSÍVEL TRAJETÓRIA DA PERSONALIDADE JURÍDICA DO ROBÔ

Kelby Cavalheiro de Mendonça (kelby1981@gmail.com)

Keyla Sabrina Moreira (keysmor@gmail.com)

Professor-orientador: Marlon Silvestre Kierecz (marlon.kierecz@ifpr.edu.br)

Em face da vertiginosa velocidade com que as mudanças tecnológicas têm alterado as estruturas da economia, do direito, da política, da educação, entre tantas, há um fato inquestionável que nos salta aos olhos, que é esta grande mudança tecnológica e estrutural, que demanda a discussão sobre a intervenção jurídica na regulação das mais variadas relações sobre o assunto. Esta intervenção traz consigo consequências nas esferas trabalhista,



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

comercial, societária, civil, concorrencial, consumerista, dentre outras. O teor deste trabalho a princípio, será discutir a possibilidade de um reconhecimento da personalidade jurídica de um robô. O motivo de tal discussão é que atualmente a geração de robôs vem evoluindo de forma acelerada, produzindo equipamentos semelhantes aos próprios seres humanos, com capacidade de aprender, ler, falar, ver, e até mesmo de expressar emoções. Chegando ao cerne da questão, a polêmica se funda na capacidade de máquinas com inteligência artificial (IA) serem capazes de imitar o comportamento humano de outras máquinas, apreender com seus próprios erros e demonstrar curiosidade, uma vez que possuem alto poder de investigação ao redor do seu ambiente, além de serem criativas e determinadas como os humanos na busca de seus propósitos. Muitos acreditam que logo as máquinas dotadas de AI, conseguiram despertar uma consciência, transitando assim para um status de sujeito com direitos e deveres, fazendo jus a personalidade jurídica, em um processo de conquista de identidade, como foram as mulheres ao longo da história, e dos próprios componentes da família, que no Direito Romano eram tratados como coisas e bens pertencentes ao "Pater Familias", ou então histórico, exemplificadamente, como na nossa própria história colonial do Brasil escravocrata, em que se equiparava escravos a coisas ("res"), negando sua situação de indivíduos providos de direitos e portadores de dignidade. Desta forma, o trabalho estará dividido em três partes: Em primeiro momento, pretende-se abordar o Estado da Arte sobre a Tecnologia e as Leis da Robótica de Asimov, bem como os conflitos entre leis culturais e leis naturais, e as possíveis falhas no desenvolvimento de Asimov sobre as regras de condutas dos robôs. Já em um segundo momento, falar-se-á rapidamente sobre jurisprudências internacionais, numa perspectiva de direito comparado, envolvendo humanos e robôs. E para finalizar, aborda-se a possível personalidade jurídica do robô e o percurso jurídico evolutivo até o atingimento da qualidade de pessoa, portadora de direitos, como defende Lehman-Wilzig. Projeto de Pesquisa (COPE): 23408.000224/2016-18.

PALAVRAS-CHAVE: Robótica; Direitos de Personalidade; Inteligência Artificial, Tecnologia, Pessoa.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO MARKETING

Ana Flavia Perin (anaflavia_perin@hotmail.com)

Adenice Dosoretis Viana (adenicedviana8888@hotmail.com)

Fabiana Batistella (fabiana.batistella@ifpr.edu.br)

Resumo: O presente trabalho apresenta um apanhado histórico na evolução do Marketing, desde os seus primeiros registros até sua consolidação em pleno século XXI, cada etapa que o Marketing passou durante sua evolução histórica foi imprescindível, alguns momentos que tiveram uma grande repercussão em



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

níveis mundiais como foi o caso das duas grandes Revoluções Industriais. A Primeira e Segunda Guerra Mundial surgem neste trabalho em uma tentativa de entender como eventos tão complexos contribuíram para a consolidação do Marketing no século XXI. É objetivo geral deste trabalho, compreender o contexto histórico desde a pré-história até o mundo contemporâneo em leves apanhados relacionados ao Marketing, e assim correlacionar a contribuição e a importância dos fatos históricos para a consolidação do marketing nas organizações. Para a pesquisa foram utilizadas bibliografias influentes da área, bem como diversos autores de periódicos, revistas do assunto que contribuíram para o aprofundamento do tema e em suas. Da literatura pesquisada, pode-se observar que o marketing deve estar em constante adaptação ao consumidor, que vai se renovando a cada dia, função designada ao grupo responsável pelas estratégias de Marketing que precisa estar constantemente atualizado na questão mercado, nos índices e o mais importante e complexo, precisa estar atento às necessidades dos clientes. A Primeira Revolução Industrial (1760-1860) foi um dos registros mais importantes para a consolidação do marketing existente hoje, era preciso produzir mais e gastar menos. A Segunda Revolução Industrial (1860-1900) trouxe consigo a energia elétrica a produção de produtos químicos, o uso do aço, do petróleo e seus derivados a invenção do motor entre outros. Em decorrência das muitas mudanças tanto em ordem mundial quanto em território nacional, o marketing passou por quatro grandes eras: Era da Produção, Era de Vendas, Era de Marketing e Era Digital. Pode-se concluir que todos os estágios da evolução do marketing foram extremamente importantes para a consolidação do que ele é hoje, é possível fazer mais, e ser mais, as mudanças trazem coisas boas e ruins, dentre as boas encontra-se a possibilidade de fazer Marketing de forma sustentável e com responsabilidade social, e estando presente nas transformações do mundo, mas consciente da necessidade de estarem ativos e atentos as mudanças no tempo e espaço.
Palavras-chave: Marketing. Revolução industrial. Marketing no Brasil.

**FLORESTAN FERNANDES, O PROJETO UNESCO E O
ESTUDO DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES**

Caroline da Silva Vilela - 3º ano do Ensino Médio. Técnico em Alimentos
Paloma Cristina dos Santos do Amaral - 3º ano do Ensino Médio. Técnico em Alimentos
Gabriel Neves - 3º ano do Ensino Médio. Técnico em Alimentos
Silvano Aparecido Redon (orientador)

Esse trabalho apresenta um resultado parcial do projeto *A questão racial no pensamento social brasileiro: nação, mestiçagem e branqueamento social*, que parte do pensamento social brasileiro clássico para dialogar com o pensamento

social contemporâneo e com as atuais questões étnico raciais. Especificamente, o recorte desse trabalho versa sobre a produção acadêmica do sociólogo Florestan Fernandes. A manutenção da desigualdade racial exige reflexões no sentido de se entender as múltiplas variáveis que a perpassam. Se o Brasil caminha no sentido jurídico-legal, o mesmo não pode ser dito acerca dos valores e dos comportamentos conservadores que persistem no país. Dessa forma, o entendimento do modo como o pensamento sociológico analisa a presença da população negra na sociedade brasileira é de significativa importância diante dos dados que apontam a exposição do negro a uma série de mecanismos de exclusão. Para Florestan, o período escravocrata não permitiu a emergência de um sistema político e socioeconômico que pudesse afirmar um padrão de organização democrático, pois o pensamento conservador, derivado do referido período, se apresentava como obstáculo ao desenvolvimento da democracia brasileira: de um lado, favorecia o desinteresse das camadas populares com relação às questões políticas; de outro, mantinha o discurso de que o exercício político pudesse ser conduzido, apenas, por uma elite esclarecida. O processo de transição da sociedade escravocrata para a capitalista não permitiu que o desenvolvimento das relações políticas e sociais acompanhasse o desenvolvimento econômico, sobretudo com relação à inserção do negro, ex escravo, na sociedade de classes. No início dos anos 1950, a pedido da UNESCO, inicia-se uma série de estudos com o intuito de mostrar ao mundo pós Segunda Guerra a existência de situações harmoniosas com relação às relações étnico raciais no país. O chamado Projeto UNESCO contou com a colaboração de diferentes intelectuais, entre eles, Florestan Fernandes. Os trabalhos, entretanto, não evidenciaram o que o Projeto esperava: a visão de um país democraticamente racial. Para Florestan, o fato de o Brasil ser um país harmonioso tratar-se-ia de um mito que ocultava as formas de preconceito racial. Contrário às abordagens conservadoras acerca da questão escravocrata, Florestan aponta para a desintegração do negro na ordem capitalista competitiva, a qual não contemplou um processo de ressocialização do negro liberto. Além disso, invadida por valores patrimonialistas, impediu a modernização das relações sociais, sendo a população negra dissociada do discurso emergente capitalista, cujas consequências negativas são sentidas ainda hoje. Porém, construiu-se o falso entendimento de que o negro não tinha problema algum na sociedade brasileira, pois a nova ordem trazia a perspectiva de igualdade para todos, quando, de fato, ele era privado da história e das possibilidades de se integrar à sociedade de classes, situação que acentuava a distância social entre brancos e negros. Nesse sentido, as obras de Florestan são de relevância histórica para o contexto brasileiro, em que as questões étnico raciais ainda comportam desigualdades e restrições significativas, impedindo a consolidação da democracia brasileira.

GRUPO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE COM GESTANTES: RELATO DA EXPERIÊNCIA DE ACADÊMICAS DE ENFERMAGEM

Danielli do Amaral Rzeznik

Tainá Cristina Ribeiro

Micheli de Jesus Ferreira (micheli.ferreira@ifpr.edu.br)

Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

Resumo: A gravidez e o parto são acontecimentos sociais, sendo considerados como um processo singular e especial, o qual envolve a vivência reprodutiva das mulheres e de suas famílias. É também uma fase de aprendizado, devida as intensas transformações físicas e psicológicas que acontecem no organismo materno, necessitando, assim, de um cuidado qualificado e humanizado. A assistência à gestante e ao recém-nascido deve estar pautada na humanização, sendo imprescindível que todos os atores envolvidos no cuidado ao binômio mãe-bebê estejam sensibilizados para a importância da orientação junto à gestante, possibilitando esclarecimentos acerca das dúvidas e anseios que permeiam esse período da vida e permitindo que as mesmas não desistam do acompanhamento durante o pré-natal. A qualidade do pré-natal inclui a capacidade de providenciar suporte para que a mulher possa vivenciar de modo mais ativo e autônomo um momento que é especial na sua vida. A realização de grupo de gestantes é uma estratégia de intervenção e de promoção da saúde que possibilita um atendimento diferenciado e integral das necessidades da gestante. Este relato de experiência aborda a vivência de acadêmicas de enfermagem do Instituto Federal do Paraná campus Palmas, na realização de um grupo de educação em saúde com gestantes em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) durante as aulas práticas da disciplina de Enfermagem no cuidado à mulher e ao recém-nascido. Os grupos de gestantes foram realizados quinzenalmente durante os meses de março a julho do corrente ano com apoio da equipe multidisciplinar que atua no serviço. Os encontros tiveram duração aproximada de uma hora cada, com abordagem das seguintes temáticas: amamentação e cuidados com a mama, cuidados com o recém-nascido, doenças e problemas que podem ocorrer durante a gestação, necessidade de acompanhamento pré-natal, participação ativa durante o trabalho de parto. Enquanto acadêmicas tivemos a oportunidade de conhecer, acompanhar os nuances da gestação e contribuir com o processo ensino e aprendizagem, sendo um momento de troca de saberes entre gestantes e acadêmicas. E ainda possibilitou desenvolver habilidades necessárias que contribuirão para a formação profissional e pessoal do enfermeiro.

Palavras-chave: promoção da saúde, pré-natal.

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE BACTÉRIAS RESISTENTES À ANTIBIÓTICOS EM UNIDADES DE SAÚDE DE PATO BRANCO-PR

Lalesca Andreia Domiciano¹; Rafael Pires de Oliveira^{2*}

¹ Graduanda em Ciências Biológicas do Instituto Federal do Paraná -
Campus Palmas;

² Professor do Instituto Federal do Paraná - Campus Palmas, Paraná,
Brasil.

*e-mail: rafael.oliveira@ifpr.edu.br

A descoberta da penicilina inaugurou a era dos antibióticos e constituiu um grande avanço para a área da saúde. Gradativamente, novos antibióticos foram descobertos e desenvolvidos e, concomitantemente, foram relatadas diversas bactérias resistentes a esses antimicrobianos. O uso extensivo de antibióticos na Medicina, veterinária e agropecuária propicia condições altamente seletivas para a disseminação de genes de resistência entre os microrganismos, portanto constitui um dos maiores desafios e ameaças à saúde coletiva, e vem ganhando destaque nas áreas de pesquisa em Microbiologia. O objetivo deste trabalho foi analisar algumas amostras bacterianas isoladas de culturas positivas obtidas em um laboratório de Análises Clínicas de Pato Branco-PR, em um período de três meses (maio a julho de 2016), e relatar suas principais resistências. Foram analisados 364 resultados provenientes de testes de sensibilidade por discos de difusão *in vitro*. As bactérias são rotineiramente divididas em dois grandes grupos: gram-positivas, caracterizadas por possuírem uma membrana citoplasmática recoberta por uma parede celular espessa de peptidoglicano; e gram-negativas, que possuem uma delgada parede de peptidoglicano envolvida por duas membranas de fosfolípidos. Dentre os microrganismos identificados e que correspondem ao primeiro grupo, 127 são estafilococos, surgindo com maior frequência em amostras de hemocultura. As resistências mais comuns foram para oxacilina (OXA-R) e metilina (MRSA). Todas essas bactérias, entretanto, apresentaram sensibilidade à vancomicina. Com relação às bactérias gram-negativas, 148 culturas correspondiam a *Escherichia coli*, originadas com maior frequência de infecções do sistema urinário, seguida da *Klebsiella pneumoniae* representando 46 resultados positivos para resistência. Ambas são bacilos gram-negativos que apresentaram resistência do tipo ESBL (*Extended spectrum beta-lactamases*), graças a enzimas que hidrolisam agentes antimicrobianos como as cefalosporinas de terceira geração. Foram identificadas ainda enterobactérias do grupo CESP (*Citrobacter*, *Enterobacter*, *Serratia* e *Providencia*), caracterizadas pela produção de beta-lactamases, o que as tornam resistentes às cefalosporinas de segunda e terceira geração. Devido a falhas no uso apropriado de antibióticos, a ocorrência de microrganismos patogênicos resistentes tem aumentado de forma alarmante em todo o mundo. Alguns patógenos já desenvolveram resistência à todos os

agentes antimicrobianos conhecidos. Portanto, medidas que visem o monitoramento da resistência e o uso racional destas drogas são indispensáveis. Apesar do limitado tempo de análise e pequeno número de amostras, este estudo contribui para esclarecer, em nível local e regional, as principais resistências existentes e para reforçar a importância da liberação de laudos com maior eficiência e segurança, para permitir diagnósticos precisos e terapêutica adequada.

Palavras-chave: resistência à antibióticos; antibiograma; bacteriologia

INSETOS EM NOSSA CASA: FAUNA URBANA DE INSETOS NO MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA, PARANÁ.

Kauele Aline Cerbaro & Laércio Peixoto do Amaral-Neto*

*autor para correspondência (laercio.neto@ifpr.edu.br)

Os insetos constituem o grupo de seres vivos mais diverso e possuem uma série de funções ecológicas, agindo como polinizadores, bioindicadores e contribuindo na ciclagem de nutrientes. O processo de urbanização tem modificado o ambiente natural destes animais, os aproximado cada vez mais do ser humano, acarretando na sinantropia. Insetos encontrados na região urbana (sinantrópicos) possuem importância para o homem por serem potenciais vetores de doenças e pragas agrícolas, no entanto a maioria deles é inofensiva ou mesmo trazem benefícios como a polinização de plantas de jardim ou pequenas hortas ou mesmo controlando outras pragas como baratas e aranhas. No entanto o desconhecimento do potencial e da identidade destes animais pela maioria da população acaba por ser um dos principais fatores de risco para os mesmos. Este trabalho tem como objetivo amostrar quais as espécies de insetos sinantrópicos encontrados em casas no município de Clevelândia, PR e mostrar sua importância com a criação de um manual de insetos associados ao ambiente urbano. Para isso foram realizadas coletas semanais no período de abril a junho de 2016. Foram utilizadas armadilhas de solo tipo pitfall e pratos de coloração amarela contendo água e detergente além de coletas ativas em jardins. Os insetos coletados foram armazenados em vidros com álcool, em seguida foram identificados ao inicialmente ao nível de família. Foram tiradas fotos para futura confecção do manual de identificação. Foram coletados 82 indivíduos sendo três Orthoptera, sete Lepidoptera, nove Coleoptera, 26 Hymenoptera, quatro Psocoptera, sete Hemiptera, 17 Diptera e nove indivíduos não insetos. O projeto está em fase inicial e serão feitas novas coletas e os indivíduos serão identificados com chaves de identificação e com ajuda de especialistas para a final elaboração do manual.

Palavras-chave: Entomofauna, Urbanização, manual de identificação

INSETOS VISITANTES DO MANJERICÃO (*OCIMUM BASILICUM* L.) EM ÁREA URBANA

Andressa Maria Brinker & Laércio Peixoto do Amaral-Neto*

*autor para correspondência (laercio.neto@ifpr.edu.br)

Plantas do gênero *Ocimum* L. (*Lamiaceae*), como o popular manjericão *Ocimum basilicum*, estão entre as espécies medicinais, condimentares e aromáticas mais utilizadas. O manjericão é cultivado no Brasil todo e em áreas bem comuns como hortas e jardins domésticos. Para a reprodução da maioria das plantas com flores é necessário que ocorra a polinização mediada por insetos. Grande parte das plantas cultivadas em jardins e hortas urbanas precisam de insetos visitantes para se reproduzirem, ao mesmo tempo em que estas geram uma grande diversidade de recursos para a entomofauna associada a ambientes urbanos. O presente trabalho teve como objetivo geral fazer um levantamento da diversidade de insetos visitantes do manjericão. O estudo foi desenvolvido em uma horta doméstica no município de Ipuçu, Santa Catarina. As coletas foram realizadas entre Maio a Junho de 2016. As observações nas plantas foram realizadas duas vezes ao dia, às 9:00 e às 15:00h. Os insetos visitantes foram capturados para posterior identificação com ajuda de rede entomológica ou diretamente sobre as flores utilizando-se frascos coletores. Foram coletados 33 indivíduos dos quais apenas dois (um besouro, ordem Coleoptera, Família Chrysomelidae; e uma mosca – Ordem Diptera, Família Syrphidae) não pertencem a ordem Hymenoptera. Dos demais indivíduos 30 foram abelhas das tribos Apini (n=20), Halictini (n=6) e Exomalopsini (n=4) e uma vespa da família Ichneumonidae. As abelhas foram portanto os principais visitantes florais do manjericão, sendo que a abelha *Apis mellifera* foi a espécie mais abundante. Apesar do clima com chuvas e temperaturas baixas durante as coletas a diversidade de espécies foi semelhante a de outros trabalhos mostrando a importância desta espécie de planta como recurso floral para os insetos presentes no ambiente urbano, mostrando o potencial desta espécie para a atração de polinizadores.

Palavras-chaves: Entomofauna, horta doméstica, polinizadores, recurso floral, polinização

INVESTIGAÇÃO DE PARÂMETROS FÍSICO-QUÍMICOS DOS CORANTES ALIMENTÍCIOS AMARELO DE TARTRAZINA (AMT), AMARANTO (AMR) E AZUL DE INDIGOTINA (AZI)

Samuel da Silva Muler (IC), Keller Paulo Nicolini (PQ), Jaqueline Nicolini (PQ)*

*e-mail: jaqueline.nicolini@ifpr.edu.br

Introdução: A indústria alimentícia utiliza abundantemente corantes alimentícios artificiais, ingredientes adicionados intencionalmente aos alimentos sem o propósito de nutrir, com a única função de conferir e intensificar a cor dos alimentos, garantindo uma aparência adequada. Alguns corantes por serem acumulativos podem causar alergias e em casos mais graves podem ser responsáveis por mutações celulares e até mesmo apresentarem ação carcinogênica. O objetivo do trabalho é investigar os parâmetros físico-químicos de absorvidade e energia de transição molar dos corantes alimentícios AMT, AMR e AZI, variando a proporção entre água e etanol (mistura binária comercial). **Materiais e métodos:** Para a realização dos testes, foi preparado 25 mL de solução aquosa (solução estoque), concentração de 1×10^{-3} mol L⁻¹ de cada corante. A partir de cada solução estoque, foi retirada uma alíquota de 250 µL para o preparo das soluções de análise, concentração 1×10^{-5} mol L⁻¹ em água, etanol 46 °GL, etanol 70 °GL e etanol 92,8 °GL. A adição de 250 µL de água excedentes, implicou em soluções de análise 45,5 °GL, 69,3 °GL e 91,9 °GL, respectivamente. Foram feitas as varreduras entre 400 e 752 nm. O cálculo da energia de transição molar foi calculado a partir da Equação $E_T = 28591/\lambda_{max}$. **Resultados e Discussões:** Os dados indicam que a variação da proporção entre água e etanol provoca alteração nos comprimentos de onda máximos (λ_{max}) dos corantes AMT, AMR e AZI, o que implica em pequenas alterações da energia de transição molar (E_T , em kcal mol⁻¹) dos corantes. As soluções que apresentaram as maiores absorvâncias foram as do corante AZI, com λ_{max} em 612,0 nm em solução aquosa ($E_T = 46,72$), 614,1 nm na solução de etanol 45,5 °GL ($E_T = 46,56$) e de 615,2 nm para as soluções de etanol 69,3 e 91,9 °GL ($E_T = 46,47$). Para as soluções do AMR foram observados λ_{max} em 519,1 nm para a solução aquosa ($E_T = 55,08$), para as soluções de etanol 45,5 e 69,3 ($E_T = 54,85$) e em 521,3 nm para a solução de etanol 91,9 °GL em 524,5 nm ($E_T = 54,51$). Para as soluções da amostra AMT, o λ_{max} em solução aquosa foi observado em 428,6 nm ($E_T = 66,71$), para a solução de etanol 45,5 °GL em 431,2 nm ($E_T = 66,31$), para a solução de etanol 69,3 °GL em 435,4 nm ($E_T = 65,67$) e para a solução de etanol 91,9 °GL em 428,6 nm ($E_T = 66,71$). Pôde-se perceber a partir dos espectros obtidos que a absorvidade molar dos corantes segue a ordem: AZI > AMR > AMT. **Considerações Finais:** As diferentes cores e absorvidades molares dos corantes devem-se à presença de diferentes grupos cromóforos e auxocromos, que interferem diretamente nas características de cada corante. **Palavras-chave:** Mistura binária. Energia de transição molar. Absorvidade molar.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

LEVANTAMENTO DE ABELHAS E VESPAS QUE NIDIFICAM EM CAVIDADES PREEXISTENTES NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ CAMPUS PALMAS

Josiane Kempka, Karolina Aparecida Cruz de Souza, Camila Cristina Ferreira da Costa & Laércio Peixoto do Amaral-Neto*

*autor para correspondência (laercio.neto@ifpr.edu.br)

A ordem Hymenoptera pertence à classe Insecta e reúne formigas, abelhas e vespas. As vespas e abelhas solitárias nidificantes em cavidades preexistentes tem grande importância ecológica por serem excelentes bioindicadores ambientais pela sua sensibilidade às variações. Esse grupo é coletado com a utilização dos ninhos-armadilha que auxiliam a identificar sua diversidade e abundância. Este trabalho tem como objetivo estudar a biologia e a diversidade de himenópteros que nidificam em ninhos-armadilha em uma área de borda de mata no campus do Instituto Federal do Paraná – Palmas. Para isso foram instalados 32 ninhos-armadilha de blocos de madeira perfurada com orifícios de 5, 8, 10 e 13 mm. Os ninhos foram separados em dois conjuntos com dezesseis ninhos-armadilha, quatro de cada diâmetro e dispostos aleatoriamente, envoltos por lona preta e presos em uma base elevada do chão. Semanalmente eram realizadas visitas e quando o ninho estava concluído era retirado e substituído por outro do mesmo diâmetro. Ninhos fundados foram trazidos para laboratório, descritos e armazenados dentro de garrafas pet fechados com algodão, aguardando a emergência do adulto para que se pudesse ser identificada a espécie. Foram coletados sete ninhos, um deles descartado por não ter sido finalizado. Três dos ninhos são de abelha (Família Megachilidae), três de vespa (*Trypoxylon*) e um não identificado. As abelhas construíram ninhos com fragmentos de folhas. Estes possuíam em média 60mm, e uma célula vestibular com pedaços de folhas soltas de 15-20mm. Os ninhos de *Trypoxylon* apresentaram célula vestibular medindo 4-8mm, e as células de cria com 12-20mm preenchidas com aranhas e fechadas com barro. Nestes ninhos se formaram dois, quatro e um casulos, respectivamente. O ninho não identificado possui três células de 16-20mm e célula vestibular de 19 mm e formou apenas um casulo. O levantamento iniciou no final do outono, um período com chuvas constantes, contudo o número de ninhos coletados superaram as expectativas. A pesquisa ainda está em andamento, sendo necessário aguardar a emergência dos adultos para identificar as espécies que nidificaram.

Palavras-chaves: Hymenoptera, ninhos-armadilha, diversidade biológica, abundância, indicadores biológicos

MÉTODOS DE ANÁLISE DE ESTRUTURA PATRIMONIAL

Karina Telles Guimarães (karininhatg@hotmail.com)¹

Andreisson Antonio Olivo²

Franciele Bueno de Mello³

Luciane de Oliveira Brasil⁴

Rita Kelin Vivan Sorgatto⁵

Flávio Fuhr (flavio.fuhr@ifpr.edu.br)⁶

^{1 2 3 4 5} Acadêmicos Instituto Federal do Paraná - Câmpus Palmas

⁶ Professor do IFPR - Câmpus Palmas - Curso de Ciências Contábeis

Resumo: A Contabilidade e seus relatórios têm-se tornado pilares indispensáveis no âmbito estratégico e operacional das organizações fornecendo um reflexo dos objetivos e práticas executados, permitindo mudanças a fim de atingir o objetivo principal da atividade econômica, o lucro. Podem-se elencar dentro dos métodos de análise da estrutura patrimonial: Indicadores econômicos e financeiros, que funcionam como sinalizadores de diferentes aspectos de funcionamento da organização fornecendo desta forma riscos ou oportunidades. A Análise horizontal e vertical baseia-se no acompanhamento dos resultados obtidos pela organização em um determinado intervalo de tempo, bem como participação de cada conta patrimonial no resultado obtido ao final da apuração. A análise da taxa de retorno sobre o investimento e a Análise Du Pont, permite à alta administração visualizar quanto o capital investido na empresa têm dado de retorno, qual a capacidade produtiva dos seus ativos, permitindo que seja evidenciada a participação de cada receita, custo e despesa na construção do resultado apurado. A DOAR (cuja publicação não é uma obrigação legal, mas é vista como uma ferramenta de gestão verdadeiramente eficaz), DFC e DVA, sendo extraído destes relatórios as fontes de origens e aplicações de recursos, capacidade da empresa de manter ou não seu fluxo operacional e qual o retorno obtido sobre cada unidade financeira investida na empresa , quanto deste valor fica na empresa e como é distribuído. As alavancagens, operacional e financeira, permitem visualizar as alterações ocorridas nas vendas e seus impactos sobre o lucro. O EVA® - Economic Value Added, marca registrada pela Stern Stewart, empresa dos Estados Unidos, demonstra se o resultado obtido pela empresa é capaz de cobrir o capital que o acionista investiu na organização, e ainda gerar o retorno mínimo esperado pelo mesmo. EBITDA - Earnings Before Interests, Taxes, Depretiation and Amortization, é o método de análise que objetiva estudar a capacidade da empresa de gerar caixa operacional. Por fim, temos a Análise dinâmica, conhecida também como Análise de Tesouraria de Fleuriet, que muito além de evidenciar problemas e prever a descontinuidade da organização, objetiva encontrar através da reclassificação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, possíveis riscos que podem ameaçar a entidade e tratá-los, promovendo desta forma o Princípio da Continuidade. O presente estudo foi elaborado através de pesquisa bibliográfica e qualifica-se como pesquisa qualitativa e explicativa, objetiva levar ao pensamento crítico e elaboração de uma visão aprofundada

acerca dos métodos de análise patrimonial. Ao final deste trabalho fica evidente os impactos causados pela Lei 11.638/07, não somente nas organizações, mas na forma como o profissional contábil executa sua atividade profissional, visto que ser simplesmente um compilador de informações para emitir relatórios não faz do contabilista um aliado da entidade em que presta seus serviços, mas a realidade do mercado exige de empresas e contadores uma renovação na visão de suas tarefas, a fim de garantir não somente sua continuidade, mas a utilização eficaz de seus recursos, promovendo não somente o lucro, mas o desenvolvimento da sociedade em que a organização está inserida.

Palavras-chave: Indicadores econômicos e financeiros, retorno sobre investimento, EVA® ,EBITIDA, método de tesouraria de Fleuriet.

MURALISMO: ARTE, CULTURA E PÓS-HUMANISMO

Magda Salete Vicini – magda.vicini@ifpr.edu.br

Douglas Colombelli Parra Sanches

Neuza de Fátima Fonseca

Luiz Ney Todero

Tiago Scalvenzi Sául

Samuel Gajosz Vaz –Bolsista PRADI

Luiz Henrique Santos Oliveira - PIBIS

Verididana Bolzan - PIBIS

Luana de Andrade Ferreira - PIBIS

Emanuele Cristina Tedesco- PIBIS

O projeto propõe uma pesquisa sobre as etnias formadoras do município de Palmas (PR) de forma a desvelar todas as culturas pertencentes a este município, uma vez que se percebe não haver um reconhecimento em praças públicas ou quaisquer outros espaços da cidade, citando essas etnias, limitando-se a exaltar uma parcialidade das mesmas. Palmas possui uma diversidade cultural entre indígenas, quilombolas, miscigenação de portugueses e índios, europeus, japoneses e libaneses que o projeto pretende incluir na elaboração de um mural artístico. Este mural será executado no espaço físico do Instituto Federal do Paraná, Campus Palmas, pelos professores artistas que compõe este grupo de pesquisa e extensão. Pretende-se motivar a pesquisa científica em Arte como propulsora de ações comunitárias, pedagógicas e integradoras entre IFPR e comunidade; desenvolver a técnica de pintura Mural como linguagem que pode desvelar o “estar permanente” da cultura como proposta de produção de conhecimento e prática artística no Ensino Técnico, Ensino Básico, na Graduação e no público em geral; para o Ensino Técnico, é uma possibilidade de vivenciar e pesquisar a arte e a cultura como formação cidadã e conhecimento científico de uma proposta filosófica e inovadora; para os acadêmicos bolsistas da Graduação



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

em Artes Visuais, é uma possibilidade de desenvolver uma teoria e prática no ensino da arte, promovendo a diversidade cultural no sentido de interdisciplinaridade, que visa pesquisa e ação pedagógica com vistas ao conhecimento científico; para a Comunidade, é uma possibilidade de agregar conhecimento e compreensão sobre a arte como forma de praticar, vivenciar e inserir-se em sua própria cultura; para o IFPR de Palmas e curso de Artes Visuais, é uma forma de provocar e promover reflexões na comunidade do Instituto Federal e na comunidade de Palmas, sobre a cultura diversa na qual está inserido, promovendo a visibilidade a esta instituição educativa a partir de um artigo que será escrito para possível publicação em anais e revistas científicas. O projeto adota uma metodologia pós-humana no sentido de inclusão situada (Ferrando, 2012, 2015; Braidotti, 2013; Sorgner, 2012), estabelecendo a inclusão do que outrora o humanismo excluiu, também a partir de uma concepção pós-colonialista (Mata, 2014), envolvendo cultura e identidade (Canclini, 1998; Hall, 2008; Certeau, 2005; Kajibanga, 2001; Souza, 2009); o contexto das etnias formadoras de Palmas (Mota, 1994; Machado, 2015) e a arte muralista (Argan, 1992; Bell, 2008; Lombán, 1994). Na proposta metodológica do pós-humanismo a percepção de Ferrando (2012) faz alusão à ambiguidade interna dos essencialismos denominados resistente e hegemônico, sendo que o primeiro trata do radicalismo pelo qual as minorias (raciais, religiosas, homossexuais, etc) separam-se em grupos; e o essencialismo hegemônico, no qual, por exemplo, escritores brancos abordam sempre citações de brancos. Na teoria e na prática pós-humanista, há que se considerar a produção de conhecimentos em todos os centros geográficos e intelectuais abrangendo todas as diferenças entre grupos humanos, evitando qualquer tipo de separação ou privilégios entre esses. O projeto de pesquisa e extensão possui quatro bolsistas do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social - PIBIS, sendo dois bolsistas do Ensino Técnico Jurídico e dois bolsistas da graduação Licenciatura em Artes Visuais e um bolsista pelo Programa de Incentivo ao Desenvolvimento e Inovação – PRADI.
Palavras chave: Identidade, arte, etnias.

**NIVEL DE FLEXIBILIDADE DE ESCOLARES PARTICIPANTES
E NÃO PARTICIPANTES DO PIBID**

Autor: Jozias Fortunato (josias-@hotmail.com)

Co-autor1: Andressa hermann

Co-autor2: Gesiliane Aparecida Lima Kreve

Professor orientador: Aluísio Menin Mendes

A flexibilidade como um dos componentes da Aptidão Física relacionada à saúde pode ser um importante indicativo de problemas posturais, desequilíbrios musculares, fraquezas e encurtamentos que podem levar a criança a adquirir

problemas de saúde na fase adulta. (ACHOUR JUNIOR, 2004). Porém, não são só problemas que podem ser diagnosticados por esta valência física, o professor através da mensuração da Flexibilidade pode detectar possíveis talentos e incentivá-los em esportes como ginástica rítmica e artística bem como outros esportes, dando a oportunidade ao aluno ir além do que ele imagina ser possível. (VIRGILIO, 2015). O objetivo deste trabalho é mensurar o nível de flexibilidade de escolares para observar os níveis adequados à saúde e comparar os resultados de uma escola onde o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) faz parte com outra que não possui o programa. Este estudo é de cunho experimental, quantitativo e descritivo, onde participaram como amostra 100 alunos da Escola Municipal Oscar Röcker, sendo 48 meninos e 52 meninas. Da Escola Municipal Nerasi Menin Calza, foram 80 alunos, sendo 35 meninos e 45 meninas. Todos os alunos na faixa etária de 7 a 10 anos de idade, residentes no município de Palmas – PR. O instrumento de coleta de dados foi o protocolo de flexibilidade referenciado pelo Projeto Esporte Brasil (PROESP, 2015), onde o mesmo classifica a flexibilidade em Zona de Risco (ZR) e Zona Saudável (ZS). Os testes foram aplicados com materiais simples como fita métrica, régua de 30 cm e fita adesiva. Foi utilizada a análise comparativa e descritiva baseada nos dados do protocolo. Os resultados foram os seguintes, na escola Oscar Rocker, quando analisada a média geral, 24% encontram-se na zona de risco à saúde e 76% encontram-se na zona saudável. Ao passo que na escola Nerasi Menin Calza, da média geral notou-se que 67 % dos alunos mensurados se enquadram em ZS e 33% na ZR. Concluímos portanto, que após a análise dos dados, nas duas escolas a grande maioria dos alunos está com índices de flexibilidade adequados à saúde, porém, existe um percentual que necessita de atenção tanto de uma escola quanto da outra. No quesito flexibilidade apresentado neste trabalho, notou-se que o trabalho desenvolvido com as crianças participantes do PIBID (CAPES) não influenciou muito sobre os índices, portanto, necessita-se de mais estudos a respeito da intervenção no PIBID sobre os aspectos da aptidão física relacionada à saúde de escolares, bem como em outras áreas, cognitiva, psicomotora e afetiva, pois as aulas de Educação Física não se resumem em desenvolver a saúde corporal da criança e deve auxiliar o desenvolvimento das crianças como um todo.

Palavras-Chave: Saúde. Crianças. Saudável.

NÍVEIS DE RESISTÊNCIA AERÓBICA DE ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL TIA DALVA DE PALMAS NO PARANÁ

Autor: Cleomar Ferraz (cleomar.ferraz@hotmail.com)

Co-autor: Aluísio Menin Mendes

Professor orientador: Gesiliane Aparecida Lima kreve

Resumo: A resistência aeróbica é uma das capacidades físicas que melhoram a qualidade de vida do ser humano, se alcança através de exercícios aeróbicos por tempo prolongado e sua fonte energética é o oxigênio. Esta valência bem desenvolvida proporciona condições ao indivíduo de poder realizar suas atividades diárias com mais qualidade. O condicionamento físico está diretamente relacionado com a saúde física e mental, pois proporciona o bem estar e equilíbrio emocional das pessoas. O objetivo deste estudo é mensurar a condição aeróbica de escolares, para a partir destes resultados oferecer propostas que venham trabalhar essa capacidade. Justifica-se o estudo devido à intensa influência tecnológica que as crianças têm acesso nos últimos tempos e conseqüentemente perdendo o interesse pelas atividades físicas. Segundo Cooper, (1982, p. 19), “em consequência do exercício aeróbico, ocorrem alterações benéficas nos pulmões, coração e sistema vascular, aumento no volume total de sangue onde melhora o transporte de oxigênio”. Atividades que desenvolvam a capacidade aeróbica devem ser oferecidas aos alunos, proporcionando condições dos mesmos realizarem com mais qualidade os demais estímulos que o professor de educação física oferece, pois, quando falamos de atividade física direcionada para a saúde, devemos esclarecer que a mesma pode prevenir diversas doenças crônicas, que se desenvolvem na ausência do exercício físico. A dificuldade dos alunos em buscar atividades físicas fora da escola, norteia os docentes a oferecer algo além de estímulos triviais das aulas, onde pode ampliar os conhecimentos sobre as atividades físicas direcionadas à saúde, assim os mesmos adquirem bons hábitos e melhoram sua saúde e qualidade de vida. O estudo é de cunho experimental, quantitativo e descritivo, realizado com a participação dos acadêmicos que participam do PIBID, programa de incentivo à iniciação à docência, fomentado pela CAPES. Os dados foram coletados no mês de abril de 2016, com cento e dois alunos entre seis e doze anos, onde foi realizado o teste da corrida de seis minutos, com o protocolo, Projeto Esporte Brasil. (PROESP-BR 2012). Observou-se que 25 alunos encontram-se em nível fraco de resistência, sendo 24% dos avaliados, o menor índice ocorreu nos níveis razoável com 7%, apenas, 13% ocupou o nível bom, enquanto 34%, encontra-se nos níveis muito bom, e 22% dos participantes estão nos níveis excelente. Concluiu-se com este estudo, que um percentual bem elevado das crianças, ocupa o menor nível de resistência aeróbica considerado bom para a saúde, juntamente com o nível razoável soma 31%, que significa que esses níveis precisam ser melhorados para evitarmos que essas crianças venham adquirir doenças na vida adulta. Manter os demais alunos nos níveis que se encontram, assegurando melhor qualidade de vida é apostar no futuro saudável dos mesmos, sendo que a educação física tem este objetivo.

Palavras-chave: Exercício. Qualidade de vida. Pibid. Capacidades físicas.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

**NOTAS SOBRE O PROJETO RONDON – NER/UEDESC:
OPERAÇÃO PORTAL DO OESTE**

Dagliane Carpes Poncio
Samuel Fernandes Pimenta
Wagner Andrey Luza
Silvano Aparecido Redon (orientador)

O Projeto Rondon - nome recebido em homenagem ao bandeirante Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon - tem origem no final dos anos 1960, quando se pensou em proporcionar aos estudantes universitários um conhecimento da realidade sociocultural brasileira. A primeira edição do Projeto ocorreu em 1967, quando trinta acadêmicos e dois professores de universidades do antigo estado da Guanabara permaneceram vinte e oito dias na Amazônia; no ano seguinte, participariam mais de 600 acadêmicos. Extinto em 1989, foi relançado em 2005 por iniciativa da União Nacional dos Estudantes e, a partir de então, diferentes universidades criaram seus núcleos de extensão Rondon, entre elas a UDESC, Universidade do Estado de Santa Catarina. Criado em 2010, o Núcleo Extensionista Rondon da Universidade do Estado de Santa Catarina, NER/UEDESC, já organizou 12 operações em mais de 120 cidades de Santa Catarina, Paraná, Goiás e Argentina, atendendo um público de cerca de 270 mil pessoas com a participação de mais de dois mil e trezentos universitários de todo o Brasil. Sua 12ª Operação, a Operação Portal do Oeste, foi realizada em 12 municípios de Santa Catarina entre os dias 06 e 16 de julho de 2016, e teve a participação de instituições de todas as regiões do Brasil, sendo uma delas o Instituto Federal do Paraná. A metodologia da ação extensionista NER/UEDESC consiste na formação de equipes de trabalho, formadas por acadêmicos de diferentes áreas e instituições universitárias, para atuar nos diversos municípios de realização da Operação a partir das oito áreas da extensão universitária: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho. Os acadêmicos são recebidos, geralmente, por prefeitos ou secretários municipais que fazem o encaminhamento das demandas levantadas previamente para a ação extensionista. O objetivo principal da ação é o de possibilitar o “desenvolvimento sustentável do conhecimento acadêmico, cultural e social” através do desenvolvimento regional, da interdisciplinaridade e da extensão universitária. Do ponto de vista sociológico, as universidades têm uma função social, e as ações de extensão promovem a realização da referida função. Nesse caso, especificamente, trata-se de uma perspectiva de ação fundada no encontro entre acadêmicos e moradores, em que os saberes universitários são transmitidos às comunidades do seu entorno ou mesmo de regiões mais distantes. Por outro lado, os acadêmicos têm acesso aos saberes não institucionalizados e aos arranjos sociais e econômicos locais, podendo, inclusive, contribuir para o seu aperfeiçoamento. Pela primeira vez o *Campus Palmas* do Instituto Federal do Paraná participa das atividades do Projeto



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

Rondon. Para os acadêmicos participantes, o referido Projeto contribui não apenas para a formação técnica e profissional, mas, principalmente, para a formação humana. Os relatos de experiência quanto à participação são plurais, e têm, como unidades recorrentes, a interdisciplinaridade, a responsabilidade social das universidades, a cidadania e o intercâmbio do conhecimento.

**O ENSINO E OS JOGOS ESPORTIVOS NOS PRIMEIROS
CICLOS NA APRENDIZAGEM**

Acadêmico :Alecsander de campos – alecsander_campos@hotmail.com

Orientadora: Neuza de Fátima da Fonseca

RESUMO: O projeto de pesquisa será explorado com um conceito de aprendizagem através de como aplicar jogos esportivos nos primeiros ciclos de aprendizagem. Através do tema, o projeto ocorrerá na escola da rede pública Nossa Senhora de Fátima no município de Palmas-Pr. Cujas propostas são buscar através do projeto e do estudo para explorar um conceito de aprendizagem na disciplina de educação física. Tendo como objetivo incentivar os alunos com uma aula conceitual, um estudo para obter um retrato de uma análise interpretativa de uma prática. Os conteúdos deverão priorizar o desenvolvimento das capacidades expressivas e instrumentais do movimento, possibilitando a apropriação corporal dos alunos de uma forma que possam agir com cada vez mais intencionalidade. Devem ser organizados num processo contínuo e integrado que envolve múltiplas experiências corporais, possíveis de serem realizadas pelos educandos sozinhos ou em situações de interação. Em diferentes espaços e materiais, os diversos repertórios de cultura corporal expressos em brincadeiras, jogos, e principalmente nas atividades esportivas são algumas das condições necessárias para que esse processo ocorra. Garantir as condições de segurança, o professor pode fazer adaptações, criar situações de modo a possibilitar a participação dos alunos especiais. Um aluno na cadeira de rodas pode participar de uma corrida se for empurrada por outra e, mesmo que não desenvolva os músculos ou aumente a capacidade cardiovascular, estará sentindo as emoções de uma corrida. Num jogo de futebol, a criança que não deve fazer muito esforço físico pode ficar um tempo no gol, fazer papel de técnico, de árbitro ou mesmo torcer. A aula não precisa se estruturar em função desses alunos, mas o professor pode ser flexível, fazendo as adequações necessárias. Através de pesquisas biográficas e referencial será proporcionado aos alunos um projeto para que possa ajudar na fase de crescimento. Através do projeto será realizada a importância dos jogos esportivos no ensino onde os alunos possam ter uma oportunidade de utilizar a expressão corporal. O projeto ocorrerá por etapas, primeiro processo será uma análise da turma através de comunicação dos alunos com o professor através de debate, formulando algumas perguntas em relação ao

gostam, tipo esporte etc. Na segunda etapa ocorrerá um processo de releitura de algumas imagens representando alguns esportes para sondar o conhecimento dos alunos na área. Na terceira será dividido grupos, que através das imagens vão representar alguns movimentos usando expressão corporal. Em relação futebol vai ser utilizado as pernas e cintura, já no vôlei, os braços, alguns passos referente cada esportes onde alunos possam se expressar através das práticas.

Palavras chave: Expressão. Educação física. Desenvolvimento.

O PAPEL DA INFECÇÃO FLORAL NA EPIDEMIOLOGIA DA MANCHA FOLIAR DE *GLOMERELLA* EM MACIEIRA.

¹ Jéssica dos Santos de Morais (jhessy_morais@hotmail.com)

² Natasha Akemi Hamada (natasha.hamada@ifpr.edu.br)

A macieira (*Malus domestica*) é uma espécie frutífera pertencente à família Rosaceae e exerce grande importância sócio econômica no país. O Brasil produziu, em 2011, último dado consolidado pelo IBGE, 1,3 milhão de toneladas de maçãs, o que o classifica como 9º (nono) maior produtor mundial. Ao longo dos anos inúmeros desafios foram vencidos para aumentar a produção, mas ainda existem problemas que a serem superados, como por exemplo, doenças que atingem os pomares, como é o caso da Mancha Foliar de *Glomerella* que desde o seu primeiro relato, em 1983, no município de Porto Amazonas, PR (Leite et al., 1988), vem se espalhando por todos os pomares de maçã do sul do Brasil e hoje é a principal doença que se manifesta durante o verão. Seu aparecimento é favorecido com a elevação da temperatura, sendo que quando esta ultrapassa os 20°C, 10 horas de período de molhamento foliar (PMF) é suficiente para que ocorra a infecção e os sintomas apareçam em apenas 45 horas. Entretanto, a doença também pode se estabelecer sob baixas temperaturas, como a 12°C, desde que o PMF seja bastante longo, superior a 72 horas (HAMADA, 2005). Causa desfolhamento severo, lesões avermelhadas nas folhas, pequenas pontuações deprimidas nos frutos e pode reduzir drasticamente a produção das plantas no ano seguinte (Boneti et al., 2002). O objetivo do trabalho foi avaliar o papel da infecção floral na epidemiologia da MFG. Foram coletadas flores de macieira das cultivares Gala e Fuji, em pomar comercial, no município de Palmas/ PR, antes da aplicação de fungicidas. Foram levadas ao laboratório, onde procedeu-se a metodologia de Mertely et al. (2004) modificada por Hamada et al. (2011). As estruturas foram isoladas em meio de cultura Batata Dextrose Agar e mantidas no escuro em estufa em torno de 25° C. As avaliações foram feitas com microscópio estereoscópico (20X) observando a presença de sintomas e sinais do patógeno nas flores e posteriormente ocorreu a identificação das colônias de acordo com suas características morfológicas e culturais, observadas em lâmina em

microscópio ótico (40x) para confirmação da identidade dos fungos. Foram observados vários gêneros de fungos presentes na fase de florescimento das macieiras de ambas as cultivares cada um com suas peculiaridades. As colônias identificadas foram: *Alternaria* sp. (cultivar Gala), *Colletotrichum* spp (cultivar Fuji), *Penicillium* spp. (cultivar Gala), *Epicoccum nigrum* (cultivar Gala) e *Curvularia luneta* (cultivar Gala). Com o presente trabalho, obteve-se confirmação da presença de diversos patógenos em flor de macieira, em especial o do gênero *Colletotrichum* spp. encontrado na cultivar Fuji (resistente), o que confirma a importância do aprofundamento sobre o desenvolvimento dos mesmos a partir da infecção floral.

Palavras chave: *Colletotrichum* spp.; *Malus domestica*; manejo.

O PROCESSO DE TRABALHO DOS ENFERMEIROS NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE PALMAS – PR

Crislaine Marcanzoni Pereira da Silva

Graciela Cabreira Gehlen (graciela.gehlen@ifpr.edu.br)

O processo de trabalho da enfermagem se propõe atender as necessidades humanas básicas dos indivíduos por meio de tecnologias materiais, relacionais e intelectuais. Tal processo tem uma dimensão complexa e envolve vários componentes, como a necessidade/finalidade do trabalho, o objeto de trabalho, os instrumentos e o produto do trabalho. Assim, essa pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de analisar o processo de trabalho dos enfermeiros em unidades de estratégia de saúde da família (ESF) do município de Palmas-PR, na busca de identificar o objeto de trabalho desses profissionais, a finalidade que o processo de trabalho busca contemplar, os instrumentos, que são os saberes e práticas utilizados durante esse processo e, por fim, que produto do trabalho referiram produzir. A pesquisa trata-se de um estudo exploratório descritivo de caráter qualitativo, com obtenção de dados a partir da aplicação da entrevista semiestruturada gravada, mediante consentimento livre e esclarecido, com oito enfermeiros que compõem o grupo de enfermeiros da Estratégia de Saúde da Família do município de Palmas participante. O referido estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, COMEP-UNICENTRO parecer 1.347.065. No processo de análise foram constituídas três categorias temáticas: Objeto de trabalho dos enfermeiros na ESF, Saberes e práticas dos enfermeiros na ESF e, Finalidade e produto do trabalho dos enfermeiros em ESF. Os resultados preliminares apontam que os profissionais julgam como objeto do seu trabalho as atividades de cunho burocrático, como preenchimento de fichas de atendimentos e procedimentos, relatórios de produtividade e ações relacionadas à organização da unidade de saúde, o que

pode-se inferir que o objeto do trabalho do enfermeiro em ESF relaciona-se ao cuidado indireto dos usuários. Outros relatos apontam como objeto de trabalho as práticas assistenciais realizadas nas dependências da unidade, como coleta de preventivo de colo uterino, curativos, medicamentos entre outros, o que denota que o objeto de trabalho do enfermeiro nestes serviços não identifica o usuário e suas necessidades demandadas, no contexto da família e comunidade como objeto do seu trabalho. Referente aos instrumentos, que tratam de ferramentas utilizadas para a transformação da realidade, os enfermeiros destacam a equipe como força de trabalho, o uso de tecnologias leves, sendo que o vínculo e acolhimento são apontados como importantes ferramentas no cuidado, contudo referem não utilizar esta tecnologia relacional em seu processo de trabalho. Os sujeitos do estudo atribuem esse cenário a falta de recursos materiais e humanos como pontos que impossibilitam a prestação de um atendimento humanizado e acolhedor. Quanto a finalidade e o produto do trabalho, evidenciou-se nas falas que almejam um atendimento voltado aos princípios do SUS, bem como à promoção e prevenção em saúde, porém, atribuem sua função no trabalho como auxiliar a atuação médica, configurando o produto do trabalho centralizado na consulta médica. Assim identifica-se que os enfermeiros acabam assumindo função voltada às questões burocráticas, distanciando-se do contato com o usuário evidenciando o modelo de atenção biomédico, no qual o trabalho da enfermagem interdepende do trabalho médico, reduzindo a autonomia do enfermeiro na constituição do seu processo de trabalho nas ESFs do município em estudo.

Palavras-chave: Processo de Trabalho; Serviços de Saúde; Enfermagem; Prática profissional.

O QUE MATA MAIS? ROEDORES E ZONÓSES A ELES ASSOCIADAS OU A FALTA DE CONHECIMENTO?

Karolina Ap^a Cruz Souza (karolksc@gmail.com)¹

Prof^a Verginia Mello Perin Andriola¹

Prof. Jânio Cordeiro Moreira¹

Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas¹

O aumento no número populacional de roedores, conhecido como ratadas, é ocasionado por diversos fatores, incluindo o aumento de precipitações e frutificação de bambus. Esses roedores são reservatórios de zoonoses, como a hantavirose e, eventualmente, podem entrar em contato com a população humana tornando-se preocupante para a saúde pública. O objetivo do presente trabalho foi buscar informações sobre a ocorrência de ratadas e sobre os índices de casos hantavirose em Palmas/PR e região. Os dados fornecidos pela Secretaria Estadual de Saúde do Paraná foram complementados por entrevistas realizadas com os moradores de Palmas e municípios vizinhos, e

utilizados para a produção de gráficos. Os relatos indicam ocorrência de ratadas em intervalos de até 30 anos, condizente com o descrito na literatura. Foram reportadas irrupções populacionais em Abelardo Luz/SC, Coronel Domingos Soares/PR, Mangueirinha/PR e General Carneiro/PR e nenhum registro em Palmas. Em relação à hantavirose, o pico de casos positivos e de óbitos na região foi observado em 2005, coincidindo com a ocorrência de ratadas e também do fenômeno climático El Niño. O maior número de casos positivos foi registrado em habitantes de área urbana e não naqueles em áreas rurais. Contudo, o contrário seria esperado, haja a vista maior probabilidade de contato da população na zona rural com roedores. Esse padrão também é observado em Palmas. Uma explicação reside no fato de que, embora a população viva em área urbana, muitas destas pessoas trabalham em áreas rurais. Observou-se também que, embora indique conhecer a doença, a maioria dos entrevistados desconhece o modo de transmissão e profilaxia da hantavirose. A ausência de ratadas em Palmas, tanto por meio das entrevistas quanto na literatura, pode ser um artefato amostral ou uma realidade em função das características tais como uma menor incidência de taquaras nativas no município. É possível que o aumento no número de entrevistas e de visitas a possíveis áreas amostrais no decorrer do projeto pode ajudar a esclarecer essa questão. Se a ocorrência conjunta de ratadas e fenômenos climáticos como El Niño pode ter algum efeito sobre a ocorrência de hantavirose é uma questão a ser investigada detalhadamente nas próximas etapas do projeto.

Palavras-chave: Ratadas, Hantavirose, Saúde pública, El Niño, Seca da taquara.

O TEATRO DE SOMBRAS NO 7º ANO A DO COLÉGIO ESTADUAL ALTO DA GLÓRIA EM PALMAS- PR

Cristian Santos do Prado - Email: cris_s_pr@hotmail.com

Orientadora: Neuza de Fátima da Fonseca

Conforme iniciado as atividades do Pibid no mês de março deste ano, em conversa conjunta com a professora Neuza de Fátima da Fonseca e a Professora Lilian Rodrigues escolhemos trabalhar com o 7º ano A o Teatro de Sombras, onde teria como objetivo final uma apresentação para a sala em formato competitivo entre meninos e meninas, a pedido da sala. Visto que, por seis aulas fizemos observações do comportamento e do conteúdo abordado pela professora notamos que nossa presença despertava curiosidade e uma expectativa com nossa presença nas aulas de artes. Após as observações iniciamos as atividades de regência em classe com conteúdos teóricos em conjunto com atividades práticas que buscavam interagir a classe e conhecer melhor a turma. Todas as aulas práticas foram no mini auditório da Escola com atividades de Jogos Teatrais de Viola Spolin. Vale destacar a primeira prática

com a turma, onde foram trabalhadas as profissões. Nesta atividade cada aluno utilizava da mímica para encenar melhor aquela profissão onde o restante da sala teria que adivinhar. Os detalhes usados para a representação foram espetaculares e até certo ponto surpreendentes, uma vez que, a grande maioria da turma despertava uma timidez imensa nas observações. Vale destacar que em nenhum momento obrigamos a participação dos alunos nas atividades práticas, visto que a espontaneidade tem um resultado melhor. Após esta prática começamos a falar diretamente sobre o Teatro de Sombras, desde seu contexto histórico, as lendas que o permeia, e sempre acompanhados com práticas em Jogos Teatrais. Após as férias de Julho, deixamos a critério da turma a divisão de dois grupos para o início do Teatro, desde a confecção de bonecos, a história e a encenação marcada para o final do 3º bimestre. A professora Ana Cristina ficou responsável pelo trabalho com as meninas da sala, enquanto eu trabalhei com os meninos, que estavam em um número maior. Segue em andamento nosso projeto, mas a cada duas aulas individuais, juntamos a turma para atividades que envolvam a todos. Minha proposta para a elaboração da história foi baseada em contos trazidos de casa, contados por seus pais, avós, ou que já haviam escutado. Este trabalho foi pedido em dupla, e no total foram nove contos trazidos por eles. Nas próximas semanas serão feitos os bonecos com palitos, e os ensaios para a apresentação final, independente do resultado das apresentações finais, o que conseguimos até o momento com a turma foi sensacional, o interesse, a curiosidade e o encanto pelo lúdico que eles apresentaram foram momentos que marcaram este projeto, e a certeza é que as apresentações terão o máximo de empenho de todos, e a expectativa de um grande resultado final.

Palavras-chave: Jogos Teatrais. Mímica. Viola Spolin. Lúdico.

O TRABALHO DO ENFERMEIRO NO ACOLHIMENTO DA DEMANDA ESPONTÂNEA NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE PALMAS- PR

Saimon da Silva Nazário
Crislaine Marcanzoni Pereira da Silva
Romário Daniel Jantara
Mariangela Gobatto
Micheli de Jesus Ferreira
Graciela Cabreira Gehlen (graciela.gehlen@ifpr.edu.br)

A Estratégia de Saúde da Família (ESF) caracteriza-se como um modelo de reorganização da atenção primária em saúde (APS). Para isso, busca por meio de ações a nível coletivo e individual, e também da articulação com os demais níveis de complexidade, um sistema de saúde que envolva ações integrais, e

que resultem em promoção, prevenção e reabilitação em saúde. Os serviços de APS são considerados o contato preferencial dos usuários, os quais vão de encontro ao serviço com suas necessidades e sofrimentos buscando a solução destes através de atendimento qualificado, ou seja, oriundo daqueles que possuem conhecimento adequado para tal tarefa. Para isso, os profissionais de saúde utilizam-se de tecnologias de elevada complexidade e baixa densidade, como o acolhimento da demanda espontânea, por meio de uma escuta qualificada. Sendo assim, este estudo surge com o objetivo analisar o trabalho dos enfermeiros na ESF, na perspectiva do acolhimento e integralidade de suas ações frente a demanda espontânea. A pesquisa trata-se de uma abordagem quanti-qualitativa com a combinação de métodos, a partir da triangulação de dados. Para coleta de dados quantitativos foi utilizado um questionário para avaliação da estrutura física e tecnológica das unidades de saúde para atendimento da demanda espontânea de quadros agudos, e para a coleta dos dados qualitativos foi utilizado à entrevista semiestruturada gravada com oito enfermeiros que compõem o grupo de enfermeiros da Estratégia de Saúde da Família do município de Palmas, a fim de identificar como é realizado o acolhimento da demanda espontânea. O referido estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, COMEP-UNICENTRO parecer 1.347.065. No processo de análise dos dados quantitativos preliminares pode-se referir que todas as unidades recebem usuários com quadros agudos eventualmente, mas não contam com área física para esse atendimento, atendendo no consultório médico ou em salas não estruturadas para esta atividade ou, ainda, encaminham ao Pronto Atendimento Municipal, muitas vezes não se responsabilizando pelo atendimento do usuário com agravo agudo. As unidades utilizam geralmente a ambulância ou carro da ESF ou, também, o SAMU para a transferência dos pacientes, sendo que este último é acionado por 50% das unidades, não sendo atribuição do mesmo este transporte. Os dados qualitativos evidenciaram que o acolhimento da demanda espontânea não é realizado pelo enfermeiro, nem tampouco por outro profissional que compõe a equipe de ESF estudadas. Em todas as unidades a demanda espontânea é direcionada para a consulta médica, organizada por um número de atendimentos diários, distribuídas por ordem de chegada. Ao término do número máximo de consultas médicas estipuladas para o dia ou turno, os usuários não contemplados são encaminhados ao enfermeiro que a partir de critérios clínicos mínimos realiza um encaixe na agenda médica ou reserva um atendimento para o turno seguinte referindo ser uma forma de programar a demanda. Os resultados retratam que a ESF está organizada para atendimento da demanda espontânea a partir da consulta médica, sem acolhimento do usuário para identificação das necessidades afetadas e criação de vínculo com a equipe de saúde.

Palavras-chave: Enfermagem; Acolhimento; Demanda Espontânea; Trabalho em Saúde; Serviços de Saúde.

O USO DE UMA FERRAMENTA DE *BUSINESS INTELLIGENCE* *OPEN SOURCE* PARA EXTRAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E CARGA DE DADOS

Talita Monteiro, Lauriana Paludo
tfpmonteiro@outlook.com, lauriana.paludo@ifpr.edu.br

Entende-se por *Business Intelligence*, ou simplesmente BI, um conjunto de tecnologias, técnicas, conceitos e ferramentas orientadas para análise e apresentação de informações capazes de auxiliar gestores no processo decisório, otimizando recursos e melhorando resultados. Seu objetivo é oferecer acesso a dados de forma simples, proporcionando aos gestores a capacidade de realizar análises convenientes, fundamentando-se na transformação de dados em informações, depois em decisões e, finalmente, em ações. O processo de obtenção, organização e análise de dados pode ser dividido em três partes: (I) extração e transformação de dados, (II) criação de um *Data Warehouse* (DW) – estruturas especiais com o objetivo de armazenar informações capazes de sustentar a camada de inteligência da empresa, para ser aplicada na tomada de decisão, (III) Mineração de Dados através de um *Data Mining*. Por fim, após esse processo, são necessárias ferramentas que possibilitem a visualização destas informações. Neste contexto, este trabalho apresenta o estudo e utilização de uma ferramenta *open source* de BI, no processo de extração, transformação e carga (*Extract Transform Load* – ETL) de dados de diferentes fontes de informação. O processo de ETL pode ser resumido em cinco passos: identificação da origem dos dados coletados, realização da limpeza dos mesmos, transformação dos dados padronizando-os em um único formato, carga dos dados para o DW e atualização dos dados no DW. Por se tratar da movimentação e manipulação de dados, entender as fontes de origem e todas as suas regras de negócio antes de realizar a carga no repositório desenvolvido, a etapa de ETL acaba se tornando uma das mais críticas no processo, demandando o maior percentual de tempo do projeto. Para o estudo, a ferramenta selecionada foi a *Pentaho Data Integration* (PDI), que é um dos componentes mais poderosos da suíte *Pentaho Community Edition*, versão *Open source* da empresa Pentaho. A Pentaho distribui suas ferramentas sob dois tipos de licença: comercial e comunitária, ambas de código aberto. Na versão comunitária o *download* das ferramentas está disponível no site da empresa sem custo financeiro para quem decidir utilizar. Como resultado do estudo, quatro atividades foram desenvolvidas sob a forma de oficina na Semana Acadêmica do Curso Bacharelado em Sistemas de Informação do IFPR – Campus Palmas, onde cerca de dez alunos conheceram e testaram a ferramenta. Planeja-se continuar o estudo e teste das demais ferramentas da suíte Pentaho para posterior desenvolvimento de um sistema de BI na área da educação.

Palavras-chave: *Business Intelligence*, *Pentaho Data Integration*, ETL, Pentaho.

OBTENÇÃO DE INDICADOR NATURAL DE PH A PARTIR DE EXTRATO DE REPOLHO ROXO

Yohanne Dangui Krevi (IC), Keller Paulo Nicolini (PQ), Jaqueline Nicolini (PQ)*

*e-mail: jaqueline.nicolini@ifpr.edu.br

Introdução: Os indicadores ácidos-base são substâncias utilizadas para identificar colorimetricamente se uma solução é ácida (pH menor que 7) básica (pH maior que 7) ou neutra (pH igual a 7). Normalmente os indicadores colorimétricos de pH servem para indicar se as soluções analisadas estão nessas faixas de pH e não o pH exato de cada solução. Neste trabalho, foi utilizado a *Brassica oleracea/ var. capitata*, conhecida como repolho roxo (pH 5,98 em solução aquosa) como indicador alternativo de pH, com o objetivo de identificar a coloração indicativa de pH de substâncias utilizadas no cotidiano.

Materiais e Métodos: **Etapa 1:** Em um vidro relógio, foi medido aproximadamente 200 g de repolho roxo, transferido para um béquer de 1L e em seguida foi adicionado 500 mL de água. A amostra de repolho roxo foi mantida sob fervura durante 1 hora e em seguida resfriada, por aproximadamente 30 min. **Etapa 2:** Foram testados 7 produtos do cotidiano, sendo determinado o pH de cada um utilizando um peagâmetro, antes dos testes colorimétricos. **Etapa 3:** Em seguida, foi adicionado em cada *viel* 1 mL das substâncias testadas: 1) Vinagre de álcool (pH 2,42); 2) Solução aquosa de HCl 0,01 mol L⁻¹, (pH 2,96) ; 3) Refrigerante (pH 3,06); 4) Água da torneira (pH 7,00); 5) Álcool 46 °GL (pH 8,10); 6) Solução aquosa de NaOH 0,01 mol L⁻¹ (pH 12,14) e 7) Água sanitária (pH 12,88) e à eles, foi adicionado 0,5 mL do indicador alternativo obtido na Etapa 1. **Resultados e discussão:** As responsáveis pela mudança de cor em ácidos e bases são as antocianinas que estão presentes no repolho roxo, neste caso, de acordo com a literatura, são derivados de cianidina. A partir do teste realizado, observa-se que as colorações obtidas foram: 1) Magenta na amostra de vinagre; 2) Lilás na solução aquosa de HCl 0,01 mol L⁻¹; 3) Rosa na amostra de refrigerante; 4) Lilás na água da torneira; 5) Lilás claro em álcool 46 °GL; 6) Verde na solução aquosa de NaOH 0,01 mol L⁻¹ e 7) Amarela na amostra de água sanitária.

Considerações finais: O indicador natural de pH obtido a partir de extrato de repolho roxo tem como ponto positivo as diversas cores obtidas nas distintas amostras testadas. Um exemplo de indicador clássico de pH, que apresenta apenas duas colorações é a fenolftaleína, sendo incolor em meio neutro e ácido e rosa em meio básico. No entanto, os indicadores alternativos têm como ponto negativo a rápida degradação das antocianinas. Por esse motivo ele não pode ser armazenado por longos períodos, como os indicadores clássicos de pH. Um método para preservar o indicador por mais tempo, é a utilização de



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

álcool etílico (etanol P.A) para solubilizar o extrato obtido, após ser concentrado.

Palavras-chave: Indicador colorimétrico. Ácido. Base.

OS BENEFÍCIOS DO VOLEIBOL PARA A SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Autor: Cristiano Gonçalves Mussio

Orientador: Aluísio Menin Mendes

Email do Autor: cristianomussio@yahoo.com.br

Os benefícios da prática de esportes são inúmeros, tanto para a saúde física quanto mental e social. O exercício físico faz parte da rotina de quem busca uma vida saudável e além de proteger de doenças, melhora a função imunológica, eleva a confiança e influencia positivamente fatores psicológicos. O voleibol faz o corpo trabalhar como um todo, melhorando as capacidades funcionais, cardiorrespiratórias e de fortalecimento, o que é extremamente benéfico à saúde. A utilização da prática esportiva do voleibol que passa a levar os indivíduos a serem agentes de sua própria história, apresenta neste sentido, o voleibol como produção do homem e de sua possibilidade real de conquista da cidadania. Nas ações deste projeto de extensão, através do programa PIBEX, fomentado pelo IFPR. O aluno aprende, utilizando-se da prática esportiva do voleibol, formas de buscar um comportamento que fará tomar consciência da importância da prática regular do esporte. Entre as variáveis avaliada temos a composição corporal como fundamental uma vez que através do protocolo de Lohman (1984) mensurou-se a espessura de duas dobras cutâneas com adipômetro da marca Sanny e verificou-se a porcentagem de gordura corporal dos alunos participantes do projeto. O resultado registrado dos 32 alunos, entre 11 e 15 anos de idade, de ambos os gêneros foram de 3,12% com baixa gordura corporal, 53,12% na faixa ótima, 28,12% classificados com alta porcentagem de gordura corporal, 6,26% como moderadamente alto e 9,38% como muito alto. Ou seja, como os treinamentos iniciaram no mês de março e 43,76% dos alunos classificam numa condição de risco de saúde, convém prestar atenção a outras variáveis que provavelmente tem contribuição neste aspecto tão importante da saúde do sujeito. Embora o projeto tenha objetivos educacionais e na formação cidadã, além da contribuição para o ingresso do acadêmico no contexto científico é preciso considerar que provavelmente o tempo de prática esportiva e uma reeducação alimentar necessitarão ser incluídos as ações que são especialmente no processo de ensino e aprendizado do voleibol. Finalizando, é inevitável imaginar que se há especificamente 14 alunos do projeto apresentando gordura acima dos limites saudáveis, com cerca de 130 a 140 minutos de prática semanal e regular de atividades esportivas, que condições

apresentariam se não fizessem parte do mesmo? Desta forma, acredita-se no que Nahas (2001) apregoa que a qualidade de vida pode ser modificada para melhor pela prática regular da atividade física mudando o estilo de vida destes alunos. Através da valorização de sua saúde, pois o esporte como fator social é capaz de promover, naquele que o pratica, uma certa consciência crítica, enquanto instrumento educacional, saúde e lazer, gerando e preparando o cidadão para o futuro.

Palavras chave: Voleibol, Saúde, Adolescente, Esporte e PIBEX.

OS CLÁSSICOS DA EDUCAÇÃO E PBIS: DISCUSSÕES E DEBATES PARA PENSAR A ESCOLA

Autor principal: Carmem Waldow (carmem.waldow@ifpr.edu.br)

Co-autores: Vânia Maria Alves; Rosenilda Aparecida de Oliveira; Patrícia de Melo Bueno; Viviane Camargo Roncen

Instituto Federal do Paraná – IFPR, Campus Palmas

O projeto “Ciclo de estudos e debates dos clássicos para pensar a Educação” é uma atividade extensionista do curso de Pedagogia que pretende oportunizar aos alunos uma formação qualificada, possibilitando o conhecimento e aprofundamento do pensamento dos principais clássicos da Educação, por meio do estudo de suas obras. Sua relevância está em permitir aos acadêmicos participantes do projeto um aprofundamento da discussão dos autores clássicos que fundamentam a educação e a prática escolar, que estão dispostos no ementário do curso de Pedagogia. O projeto atende aos acadêmicos do curso que voluntariamente optaram pela discussão, além de bolsistas PBIS (Programa de Bolsas de Inclusão Social), também vinculados ao curso. Inicialmente, os membros do grupo de discussão proporcionado pelo projeto foram orientados na leitura da obra “Por que ler os clássicos” (CALVINO, 1993) e, por seu intermédio, a compreensão da necessidade de tomar os clássicos como fundamento para uma sólida formação foi alcançada, não sem dificuldades e necessidade de releitura e orientações adicionais. A partir de então, com o entendimento do que é um clássico para a área da educação, foi realizado um levantamento com os professores do curso de Pedagogia sobre a presença de clássicos nas referências dos componentes curriculares ofertados no primeiro semestre de 2016, os quais foram apresentados em um quadro sinóptico e localizados no acervo institucional. A partir desta coleta de dados, os acadêmicos selecionaram um clássico do período em que encontravam-se matriculados e procederam a sua leitura, análise e síntese. As obras selecionadas para a leitura de três bolsistas PBIS foram as seguintes: Educação e luta de classes (PONCE, 1992); Educação e sociologia (DURKHEIM, 1978); O currículo: teoria e prática (KELLY, 1991). Para que o processo analítico das obras supracitadas obtivesse êxito, foi

necessário que o contexto histórico de sua escrita, bem como os dados biográficos do autor fossem levantados. Com este entendimento as discussões acerca da temática contida nestes clássicos pôde ser analisada e sintetizada e isto será posto disponível aos demais acadêmicos do curso em seminários onde os clássicos e sua contribuição para a educação, para a escola e, especificamente, para o curso de Pedagogia ocuparão o centro do debate. Trata-se de um projeto que está em andamento e que tem a pretensão de ampliar a formação profissional e acadêmica dos bolsistas PBIS do curso de Pedagogia, dos acadêmicos que participam voluntariamente da atividade de extensão e daqueles que participarão dos seminários. Ainda, pela riqueza das leituras e do contato com os clássicos, o projeto contribui com a fundamentação teórica pautada nos clássicos, que enriquece o debate em sala de aula, permitindo que a leitura feita pelos acadêmicos envolvidos no projeto atinja os demais estudantes do curso, em componentes curriculares diferentes daqueles que deram início à discussão, revelando o caráter interdisciplinar e universal daquilo que torna-se clássico.

Palavras-Chave: Clássicos da Educação. Discussões sobre a Escola. PBIS.

OS DESAFIOS ENCONTRADOS NO CUIDADO AO PACIENTE COM ALZHEIMER: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Crislaine Marcanzoni Pereira da Silva (crismarcanzoni@hotmail.com)

Franciela Bonadiman (fran_dp3@hotmail.com)

Márcia Domenica Cunico Barancelli (marcia.domenica@ifpr.edu.br)

Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

Resumo: O crescimento populacional vem modificando o cenário demográfico em quase todo o mundo, onde o aumento dos índices de envelhecimento populacional requer maior atenção quanto a saúde e aos cuidados ao idoso buscando garantir sua qualidade de vida. A incidência de doenças crônico-degenerativas encontra-se associada ao processo de envelhecimento. Dentre estas destacamos a Doença de Alzheimer (DA) como uma patologia neurodegenerativa, irreversível e progressiva que acarreta perda da memória e diversos distúrbios cognitivos, apresentando alta prevalência no idoso. Assim este estudo tem como objetivo identificar os fatores inerentes ao cuidado de enfermagem aos pacientes com Doença de Alzheimer. Trata-se de uma revisão integrativa realizada em setembro de 2014 na base de dados da BIREME a partir dos descritores “Alzheimer”, “cuidados”, “enfermagem” selecionando artigos entre os anos de 2008 e 2012, destacando os achados por meio de categorias denominadas de: o papel do enfermeiro no cuidado e nas orientações, diagnósticos e intervenções voltadas para cada fase da doença, relações familiares e sociais e visita domiciliar. A doença de Alzheimer é progressiva e incurável e o cuidado voltado a esses pacientes demonstram



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

dificuldades aos profissionais, que devem ter o conhecimento adequado para prestar assistência e informações efetivas. Sabe-se que a doença ocorre através de fases progressivas que necessitarão de diagnósticos e intervenções adequadas a cada fase. A doença interfere também no cotidiano familiar, faz com que este torne-se um constante campo de modificação progressivo conforme as fases da doença. Tendo em vista a complexidade que envolve a família e o paciente, a visita domiciliar torna-se essencial, o profissional de enfermagem responsável por essa, deverá ser dotado de uma visão ampla do ambiente, dos cuidados necessários ao idoso bem como das orientações necessárias ao cuidador. Sendo assim, o cuidado efetivo, exige do profissional o conhecimento da doença bem como dos sintomas específicos de cada fase para que haja um planejamento adequado dos cuidados. Quando a equipe desconhece esse processo, dificulta o repasse de conhecimento para o cuidador, deixando assim a assistência ainda mais vulnerável. Ainda há a questão social, comprometida com a progressão dos sintomas. Com isso, há a sobrecarga do familiar que atua como cuidador do portador da doença de Alzheimer. O papel do enfermeiro então torna-se fundamental, uma vez que, através de seus cuidados será proporcionada uma melhor qualidade de vida a esses pacientes crônicos. Além disso, garantirá a promoção de saúde da família, orientando e trabalhando em conjunto para que a qualidade de vida familiar também seja garantida.

Palavras-chave: envelhecimento da população, enfermagem.

**OS IMPACTOS POSITIVOS DO SUBPROJETO DE EDUCAÇÃO
FÍSICA DO PIBID NA ROTINA ESCOLAR DA ESCOLA
MUNICIPAL SENHORINHA MIRANDA MENDES**

Autor: Viviane Soares

Coautor 1: Liliane Bortholomei Gritten

Orientadores: Aluísio Menin Mendes e Gesiliane Aparecida Lima Kreve

Email: vyvyvandardiga@hotmail.com

O presente trabalho tratará da importância que o PIBID vem exercendo, não apenas na formação dos futuros profissionais de Educação Física do IFPR – Câmpus - Palmas, mas também em como a atuação do pibidiano pode ajudar e beneficiar todo o ambiente escolar. Para várias pessoas escolher a docência como profissão é um ato de muita coragem, pois se sabe que no Brasil o progresso da educação caminha a passos lentos e repletos de disparidade regionais (MALDANER, 2011). O PIBID é um programa que proporciona ao acadêmico a inserção escolar e vivenciar a realidade prática e diária, é fomentado pela CAPES. Em contrapartida, a escola também se torna privilegiada com a presença do pibidiano, com sua ajuda, apoio e interação. A



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

inserção do pibidiano na escola, está contribuindo, não apenas com sua formação acadêmica, mas influenciando diretamente na qualidade das aulas. Oportunizando aos professores nunca se desmotivarem e se acomodarem ao planejar suas aulas, estruturá-las e conseqüentemente, oferecerem as crianças um conteúdo bem fundamentado. E esta contribuição ocorre não apenas nas aulas, mas em todo o ambiente escolar. Na Escola Municipal Senhorinha Miranda Mendes, nos foi proporcionado participar de eventos e projetos auxiliando os professores e coordenação pedagógica sempre que nos era solicitado. Sendo exemplos de nossa atuação fora das aulas cotidianas: Jogos Municipais, festa junina, atividades relacionadas a Páscoa, Copa Caic, Mostra de Dança Caic, Intercâmbio escolar, Gincana de matemática, Recreio orientado, Semana da criança. Ajudamos desde a organização até a montagem de camas elásticas. Essa ajuda extra com que a escola conta através dos pibidianos, só vem beneficiá-la, pois apenas com as horas atividades muitas vezes o professor de Educação Física não conseguiria organizar 14 coreografias como no caso das festas juninas, ou acompanhar e supervisionar vários atletas nos Jogos Municipais sozinhos. A escola é um espaço de convivência, socialização, troca de experiências e parceria. A inserção do pibidiano nesse ambiente enriquece a aprendizagem do acadêmico e contribui com a construção de sua identidade docente. Aos alunos terão aulas mais planejadas, com uma qualidade melhor, agindo diretamente no processo de ensino-aprendizagem das crianças, melhorando índices. Neste contato semanal com as crianças e as várias atividades além das aulas de Educação Física é possível conhecer melhor o ser humano, aprimorar-se na habilidade de ensinar e compreender melhor como conviver, orientar, mas especialmente aprender com ele. O PIBID tem atingido plenamente os objetivos neste subprojeto, complementando a formação do futuro profissional e preparando-o para o contato com a realidade do ambiente de trabalho.

Palavras-chave: PIBID. Benefícios. Escola. Pibidiano.

**OS INSETOS RESISTEM AO FRIO? DIVERSIDADE DA
ENTOMOFAUNA NO PERÍODO DE INVERNO EM AMBIENTES
DISTINTOS EM PALMAS, PARANÁ.**

Adrieli Jantara, Matheus Sendeski Lara, Priscila Finkler & Laércio Peixoto do
Amaral-Neto*

*autor para correspondência (laercio.neto@ifpr.edu.br)

Durante o período do inverno as temperaturas caem drasticamente mais ao sul do país. Caracterizado pela distância mais acentuada da linha do equador, região com maior incidência de luz solar. Pelas temperaturas serem baixas durante os meses de maio, junho e julho, muitas pessoas tem a errônea

impressão de que os insetos morrem ou desaparecem completamente, principalmente insetos polinizadores. Mas se engana quem pensa que estes pequenos seres encerram suas atividades. Utilizando-se de armadilhas simples com cinco pratos dispostos de forma aleatória com cores diversas, amarelo, verde, branco, azul e vermelho, preenchidos com água e detergente em áreas de lavoura, campo e floresta o presente trabalho teve como objetivo amostrar a diversidade de insetos ativos durante um período com condições adversas. Cada conjunto de armadilhas ficou em campo por 24 horas antes de sua retirada. Foram capturados um total de 139 insetos de sete ordens distintas e alguns outros grupos de artrópodes, como aranhas. A área com maior número de indivíduos foi o Campo (n=80), seguido pela lavoura (n=30) e floresta (n=29). O prato amarelo atraiu uma maior diversidade (número de ordens) de insetos em todos os ambientes, embora nem sempre seja a armadilha com mais indivíduos. As ordens Hemiptera (Sub-ordem Auchenorrhyncha, popularmente “cigarrinhas”) e Diptera (“moscas e mosquitos”) foram os mais coletados, principalmente nas armadilhas amarela e azul respectivamente, seguidos pela ordem Hymenoptera (“abelhas e vespas”). A cor vermelha foi a menos atraente. Houve uma diferença significativa no número de indivíduos em cada área, principalmente no campo onde teria menos abrigos para os insetos. Este trabalho demonstra não só que a diversidade de insetos continua alta mesmo no período frio de inverno, mas também mostra a importância do ecossistema de campo, tão pouco estudado e extremamente explorado para atividades humanas como agricultura e pecuária. Nesse estudo os insetos nesse ambiente foram quase três vezes maior que os coletados na floresta, que geralmente é o foco das atividades de conservação, indicando que esse ecossistema devia receber mais estudos e atenção para atividades de proteção. Os próximos passos desse estudo serão a identificação das espécies e uma análise mais acurada das diferenças entre a atratividade das diferentes cores.

Palavras-chaves: Armadilha de prato, temperatura, Diptera, Hemiptera, Cigarrinhas.

**PERFORMATIVIDADE TEATRAL NA ESCOLA: UMA
PESQUISA SOBRE O POSICIONAMENTO DO ALUNO
ENQUANTO INDIVÍDUO E SUAS RELAÇÕES QUANTO AOS
PADRÕES CULTURAIS E SOCIAIS**

Elizangela Ferreira Campos
Carine Xavier

RESUMO: O presente resumo visa expor a proposta que será realizada durante o trabalho de conclusão de curso de Artes Visuais do Instituto Federal

do Paraná. A partir das experiências obtidas em sala de aula, foi perceptível em alguns momentos uma falta de comprometimento e interesse por parte dos alunos, diante desses fatos, senti a necessidade de trabalhar de maneira mais flexível e abrangente de forma que os alunos fossem não somente atraídos, mas que realizassem as atividades de forma espontânea, por querer fazer e não apenas para serem aprovados na disciplina. A performance por seu aspecto de desconstrução e desmistificação, têm portanto, fundamental função neste. Desta forma, levar essa técnica para a sala de aula fazendo-os questionar-se enquanto indivíduos sobre aspectos culturais e sociais, é não somente uma forma de fazê-los questionar-se, mas de realizar uma prática que lhes seja atrativa, onde eles se sintam livres para expressar-se, abrindo-lhes novos horizontes e oportunizando criações. Além de promover por meio da performance teatral, um estudo para o ensino da arte em que os alunos se sintam livres para expressar-se, o trabalho tem em segunda instância situar performatividade teatral, estabelecendo as relações entre sujeito e objeto, conceituar cultura, bem como as suas interferências na vida do homem, investigar uma metodologia que ofereça suporte à performatividade teatral, utilizando-a como modelo para a execução de uma ação performática na sala de aula, referenciar nas Diretrizes para a Educação do Paraná à linguagem do teatro nas aulas de arte com a proposta de ensino, desenvolver uma práxis cênica performática direcionada para alunos do ensino médio. O presente trabalho é de natureza qualitativa, com caráter exploratório, tendo como proposta metodológica a pesquisa bibliográfica, como livros, revistas, artigos, vídeos e afins, para embasamento teórico e utiliza-se da pesquisa ação para a obtenção de resultados e será realizado durante as atividades de estágio supervisionado IV, com os alunos do ensino médio do Colégio Estadual Monsenhor Eduardo.

Palavras-chave: Performance. Teatro. Padrões Culturais. Trabalho de Conclusão de Curso.

PESQUISAR EM ANIMAIS É ÉTICO OU NÃO?

Zenilda de Fatima Carneiro (zenylda_carneiro@hotmail.com)

Fernanda Terezinha Dario Borba

Fernanda Schroll Damasceno Carneiro

Adriana Couto Pereira

Instituto Federal do Paraná-Campus Palmas

RESUMO: Pesquisas científicas usando experimentos realizados em animais são um procedimento ético? Você é a favor ou contra? E se estivesse muito doente com uma doença incurável, ainda continuaria sendo contra esses experimentos? É um tema polêmico no meio acadêmico do mundo inteiro, gerando grandes questionamentos entre filósofos, médicos, biólogos e meios

jurídicos. Os argumentos principais apresentados estão dispostos em razão da objetividade e racionalidade, fundamentando-se na ideia de que a ciência precisaria dos animais para desenvolver-se e curar doenças. Durante toda sua evolução o homem passou a usar os animais, não somente para sua alimentação ou como animais de estimação, também para aumentar seu conforto, transformando-os em agasalhos, além de empregar esses animais como auxiliares de trabalho. A superioridade intelectual e facilidade de manipulá-los vinda do homem fizeram com que o ser humano abusasse dos animais, utilizando-os para as mais diversas atividades, sem se importar com os danos e sofrimento que causavam a eles. O homem precisa entender que, assim como os seres humanos, muitos animais são seres sencientes que nascem, crescem, reproduzem e morrem; entretanto, a diferença é que os seres humanos raciocinam. Essa é a verdadeira consolidação de uma atitude ética para compreender esses fatos. Na maioria das vezes o pesquisador se sente o dono do universo e senhor da vida e da morte, tirando dos animais o arbítrio de participar dos experimentos a serem realizados, e das técnicas e ignorância científica desses profissionais. O objetivo da ética é mostrar para o homem o caminho de volta para natureza, mostrando que ao respeitar os direitos e diferenças entre as espécies, poderá superar suas próprias diferenças e cumprimento de seus deveres, de forma mais consciente e ético. Considera-se que a primeira legislação ética na medicina bem aceita mundialmente foi o Código de Nuremberg (1949). Depois de muitas outras tentativas sem sucesso, foi criada a Declaração de Helsinque, em que uma das suas sugestões é que pesquisas com seres humanos devem estar adaptadas aos princípios científicos e se basear em experimentos com animais em laboratório, sendo essa ideia uma adaptação do Código de Nuremberg (1949). Atualmente, a utilização de animais em experimentos deve passar pelos Comitês de Ética em Pesquisa Experimental, onde análises serão feitas e, se estiver tudo conforme rege a lei, é concedida a aprovação. Os animais usados em experimentos são criados em biotérios, construídos em uma área apropriada e com várias divisões. Esses animais recebem todos os tipos de cuidados necessários até a hora em que serão usados. Esse tema ainda vai gerar muitas ideias e discussões, o mundo da ciência está em constantes mudanças, o importante é que pesquisadores e demais profissionais sejam conscientes e visem sempre o bom senso quando o assunto for experimentação usando animais.

Palavras-chave: Experimentos, ciência, discussões e pesquisa.

PIBID E SEUS BENEFÍCIOS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Autor: Edson Luis Gomes
Coautor 1: Marcio Flavio Ruaro



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

Coautor 2: Luiz Henrique Güntzel

Orientadores: Gesiliane Aparecida Lima Kreve e Aluísio Menin Mendes

Email do autor: edsonluisgomes@outlook.com

O PIBID é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica, fomentado pela CAPES. O programa deve promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas na formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola. Este estudo objetiva analisar os benefícios do programa e como ele contribui nas aulas de educação física, na postura do professor e no desenvolvimento das aulas. Atualmente, as aulas de educação física ainda vem sendo consideradas apenas como um momento de lazer ou descontração, algo bem diferente do real valor que têm, pois o objetivo é desenvolver a criança como um todo, no aspecto cognitivo, sócio-afetivo e psicomotor, preparando-a para uma vida ativa na sociedade. O ambiente escolar é o único lugar onde as crianças estão o tempo todo sob instruções, por isso as aulas de educação física são diferentes do simples ato de brincar no quintal de casa, pois as crianças estão recebendo instruções de um profissional de como mover seu corpo em cada movimento e a cada atividade. Corrigindo, incentivando, convivendo e especialmente aprendendo. Sendo este um grande benefício do programa, pois as crianças tem confiança na hora de executar os movimentos pelo fato de estar recebendo informações e as instruções do professor e sendo amparados também pelo bolsista. Sendo assim, ele tem a oportunidade de incrementar sua formação em conhecimento e experiências vividas nas aulas. Verificar a postura que o professor supervisor tem perante seus alunos, avaliando e refletindo certamente agregará na sua conduta profissional futura. Percebeu-se com esta pesquisa que os professores sabem da importância do seu papel dentro da escola, porém não o exploram de forma ampla, e que alguns ainda possuem pouco conhecimento sobre a área em que atuam, não em relação aos conteúdos, mas no que diz respeito às tendências pedagógicas da Educação Física. Isto limita sua ação e o aluno acaba tendo uma postura passiva no processo educacional.

Sendo assim, compreendemos que este programa fornece inúmeros benefícios para a educação física escolar, onde o bolsista adquire experiências em sua formação de como ter uma postura adequada diante a uma turma de alunos. Ganha segurança e conhecimento ao assumir partes da aula sob a supervisão do professor.

Para as crianças da escola onde o programa esta inserido os benefícios são inúmeros, pois suas aulas tendem a ser mais diversificadas. Receberá apoio e supervisão de dois adultos. Finalizando, ainda há a aplicação de testes específicos para avaliar sua condição física e ser inseridas atividades apropriadas num programa de desenvolvimento para manter, melhorar ou recuperar aptidões relacionadas à saúde.

Palavras-chave: Educação Física. Benefícios. Escola. PIBID.



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

**PRECONCEITO DE ORIGEM E DE MARCA: ESTUDO DAS
RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS EM ORACY NOGUEIRA**

Jhenifer Kauna Risso - 3º ano do Ensino Médio. Curso Técnico em Assuntos Jurídicos

Maria Eduarda de Marchi - 3º ano do Ensino Médio. Curso Técnico em Assuntos Jurídicos

Silvano Aparecido Redon (orientador)

Embora haja um processo de modernização em curso no Brasil, bem como de ampliação dos direitos e de consolidação da democracia, a desigualdade racial, fundamentada em pretensas diferenças étnicas e raciais, revela que o país ainda mantém valores, condutas e comportamentos segregacionistas e conservadores que vão de encontro aos fundamentos do Estado Democrático de Direito. No entanto, ao contrário dos Estados Unidos, em que a desigualdade racial foi institucionalizada, o racismo no país acontece de modo sutil e dissimulado, porém, violento. Nesse sentido, o trabalho apresentado é o resultado parcial do projeto *A questão racial no pensamento social brasileiro: nação, mestiçagem e branqueamento social* que objetiva perceber como os autores do pensamento social brasileiro analisaram as questões étnico raciais no Brasil, uma vez que seus estudos podem lançar luz sobre as atuais formas de preconceito, discriminação e segregação que acontecem no país. O recorte aqui estabelecido se refere às contribuições do sociólogo Oracy Nogueira, cuja obra, alicerçada no contexto sociohistórico de meados do século XX, comporta uma distinção acerca das questões étnico raciais vivenciadas nos Estados Unidos e no Brasil. Se no primeiro país citado o preconceito racial era declarado e radical, reforçado pela legislação vigente até então, no Brasil, o preconceito se apresentava - e a ainda se apresenta - de maneira sutil e velada. Para distinguir uma situação da outra, Nogueira desenvolveu os conceitos de preconceito de *origem* e de *marca*. Enquanto nos Estados Unidos o preconceito de *origem* aponta para o sangue, no Brasil é levado em consideração o fenótipo, traduzido por traços físicos e pela cor da pele, situação caracterizada como preconceito de *marca*. Sendo assim, o branqueamento, forjado através das gerações ou mesmo a partir de alterações na estética negra a fim de se incorporar traços brancos, torna a pessoa negra socialmente branca. Do ponto de vista sociológico, o preconceito de *marca* aponta diretamente para a identidade da pessoa negra, a qual, ao sofrer um processo de transformação, torna-se socialmente aceita devido a sua apresentação a partir de uma identidade considerada legítima. De acordo com o autor, “A tendência do intelectual brasileiro – geralmente branco – ao negar ou subestimar o preconceito, tal como ocorre no Brasil, e a incapacidade do observador norte americano em percebê-lo estão em contradição com a

impressão generalizada da própria população de cor do país”. Em outras palavras, a existência de um racismo dissimulado pode impedir que percebamos o cerne do problema racial no país, pois, se o foco é a aparência, ele pode ser pretensamente amenizado, situação que promoveria um acomodamento e uma continuidade nas relações e nos debates acerca das questões étnico raciais.

PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS NA ESCOLA: VOCÊ PODE ESCOLHER UM OUTRO CAMINHO!

Adriana Boese Pedroso¹

Alexandre do Nascimento Souza²

Josiane Kempka³

Juliana Maria Soares⁴

Perla Raquel Nogueira Vieira⁵

Tatiana Foltz⁶

Chirley Ines Fraporti Tressino (chirleyft@hotmail.com)⁷

Débora Mergen Lima Reis (debora.reis@ifpr.edu.br)⁸

Verginia Mello Perin Andriola (verginia.andriola@ifpr.edu.br)⁹

Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas^{1,2,3,4,5,6,8,9}

Colégio Estadual Sebastião Paraná⁷

O consumo de drogas vem se expandindo mundialmente e constitui, hoje, uma ameaça à estabilidade das estruturas e valores econômicos, políticos, sociais e culturais das nações. O abuso de drogas entre jovens têm sido uma das questões que mais afligem a sociedade contemporânea. O abuso de psicotrópicos nas escolas, entre alunos, geralmente tem iniciação precoce, na faixa etária de 10-12 anos e estende-se até as demais faixas etárias. Neste cenário de crescente desafio, educar para prevenção pode ser a melhor estratégia para o enfrentamento do consumo de drogas entre estudantes, uma vez que prevenir significa preparar com antecipação, impedir ou pelo menos reduzir o consumo. Abordar o tema sobre as drogas é sempre delicado e geralmente as discussões são infladas por juízos de valor, pré-julgamentos ou preconceitos. No entanto, é imprescindível que os educadores consigam dominar e abordar essa temática de forma adequada e eficiente, promovendo debates e trabalhos de conscientização no ambiente escolar, para que tenham condições de enfrentar este problema de modo a preveni-lo, promovendo a saúde de todos os membros que vivenciam o dia a dia escolar, sejam educadores, colaboradores, alunos ou familiares. Neste sentido, os acadêmicos do Curso de Ciências Biológicas do Instituto Federal do Paraná – Câmpus Palmas, participantes do Programa de Iniciação à Docência – PIBID, elaboraram um projeto para o Colégio Estadual Sebastião Paraná - Ensino Fundamental e Médio, no município de Palmas – Paraná para trabalhar



VI Contextos e Conceitos Mostra de Produção Científica e Extensão Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas 19 e 20 de setembro de 2016

questões relativas não só ao abuso de drogas psicotrópicas e como estas afetam a saúde dos usuários, mas também nas consequências psicológicas, emocionais, estudantis, sociais e econômicas que trazem ao usuário e a tudo e todos que o rodeiam (família, escola, amigos e sociedade). O objetivo do trabalho de prevenção ao uso de drogas não é direcionar autoritariamente os comportamentos, mas, basicamente, auxiliar as pessoas a desenvolverem sua capacidade de decisão para fazerem escolhas que favoreçam o exercício da liberdade com responsabilidade para uma vida realizadora, saudável, segura e feliz. As palestras, com os alunos organizados por faixa etária, ocorreram no mês de julho de 2016, atendendo todos os anos dos períodos matutino e vespertino. A missão da educação, ao invés de negar a realidade, é procurar compreendê-la e formar pessoas que saibam conviver com ela de forma crítica, fazendo escolhas conscientes e autônomas.

Palavras-chave: Promoção da saúde, psicotrópicos, escola, jovens, adolescentes.

PRIMEIRA PARTICIPAÇÃO DO IFPR – CAMPUS PALMAS NO PROJETO RONDON

Emi Rainildes Lorenzetti, Jean Carlos Gentilini, Camila Tigre Ferreira, Cleonice Aparecida dos Santos, Elenice Padilha de Oliveira, Diaine Cortese
emi.lorenzetti@ifpr.edu.br

O projeto Rondon, coordenado pelo Ministério da Defesa (MD), apresenta-se como uma ação de extensão ampla que abrange diversas regiões do país. O foco dos projetos é a formação cidadã do universitário, diante da atuação profissional em sua área acadêmica. Sob a coordenação do MD as instituições de ensino superior são selecionadas após o envio de projetos de cunho multidisciplinar, divididos em duas grandes áreas, contemplando em cada uma quatro eixos da extensão. As equipes selecionadas, representantes das instituições de Ensino Superior (IES), atuam duas a duas, sendo uma de cada área, em municípios previamente escolhidos em uma determinada região do Brasil. A escolha dos municípios baseia-se em seu IDH e é feita pelo MD, são selecionados os menores índices por região geográfica de atuação para receberem o projeto. No mês de julho de 2016 o Campus Palmas participou pela primeira vez de uma Operação deste projeto. Objetivou-se a formação de uma equipe multidisciplinar que atuasse nas atividades propostas dos eixos de comunicação, meio ambiente, trabalho e tecnologia. Como a composição da equipe é fixa com oito discentes, foram selecionados acadêmicos dos cursos de graduação em Administração, Engenharia Agrônoma, Ciências Biológicas, Licenciatura em Química e Sistemas de Informação, acompanhados por dois docentes. A Operação denominada de Itapemirim abrangeu 10 municípios do Estado do Espírito Santo, nas quais equipes de IES de todo o país atuaram por



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

15 dias. A equipe do Campus Palmas atuou em Ibitirama, município ao sudoeste do estado, imerso em sua maioria no Parque Nacional do Caparaó e de economia basicamente cafeeira. Foram realizadas ações de formação de multiplicadores, ministradas pelos acadêmicos, nas áreas de Saneamento Ambiental, Alimentos, Administração, Educação Ambiental e Química. Toda a preparação se iniciou com a seleção da equipe, através de três etapas, a primeira uma análise de currículos, seguida de dinâmica de grupos e entrevista. Após o processo seletivo foram definidos pontos nos quais seriam realizadas as ações, além da definição de um cronograma de atividades a ser aplicado no município, dentro do escopo proposto pela coordenação da operação. Como as atividades tinham o foco na formação de multiplicadores houve a necessidade de treinamentos anteriores aos dias de atividade. Para isso foram realizadas visitas técnicas, palestras e treinamento prático. Para a realização das atividades nas áreas de Saneamento e Educação Ambiental foram realizadas visitas técnicas ao IAPAR – Unidade de Palmas e no Colégio Estadual Assis Brasil – Clevelândia-PR. Com relação as ações nas áreas de Alimentos, Administração e Química foram realizados diversos treinamentos com professores das áreas específicas. Apesar do pequeno período de atuação nas comunidades de Ibitirama, o maior resultado foi a lição de cidadania para os universitários, com uma rica troca de saberes entre pessoas de regiões e costumes muito diferentes.

Palavras-chave: Ministério da Defesa, Extensão Universitária, Projeto Rondon, Operação Itapemirim.

PRODUÇÃO DE SABÃO ECOLÓGICO COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Ana Paula Magagnin (magagnin1@hotmail.com)

Verginia Mello Perin Andriola

Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

O óleo residual que vem sendo gerado pelas famílias, resultante do seu uso diário, é, na maioria das residências, descartado de forma inadequada o que acaba por afetar rios, riachos e o solo, ou seja, o meio ambiente, podendo ainda comprometer os encanamentos e determinar um maior investimento nos processos das estações de tratamento. Considerando a possibilidade de comprometimento do meio ambiente, optou-se pela realização deste trabalho, o qual teve como objetivo geral, despertar a consciência da comunidade escolar sobre a importância da reutilização do óleo de cozinha residual para a fabricação de sabão ecológico, como alternativa para diminuir os impactos causados por este, quando descartado de forma inadequada no ambiente. O trabalho foi desenvolvido no Colégio Sesi, no município de Palmas – PR, com os alunos do Ensino Médio, participantes da oficina Geração Sesi. Para a sua



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

realização foram desenvolvidas aulas teóricas, onde abordaram-se temáticas acerca do assunto em estudo e aulas práticas, momento no qual foi produzido o sabão ecológico. Além disso, foi aplicado um questionário antes do início das atividades, buscando identificar a conduta e o conhecimento dos alunos em relação ao descarte do óleo de cozinha residual, as consequências do descarte inadequado e possíveis alternativas viáveis de descarte e outro após a realização das atividades propostas, a fim de avaliar a postura dos mesmos. Os dados coletados permitiram identificar, principalmente, que muitos alunos não sabem o que fazer com o óleo de cozinha residual e desconhecem os danos causados ao meio ambiente e por esse motivo acabam descartando-o de forma inadequada como no lixo, quintal e a pia da cozinha. Ao final deste estudo, pode-se dizer que o uso do óleo residual de cozinha na fabricação de sabão ecológico é uma ferramenta de Educação Ambiental de grande significado, já que após a realização das atividades, os alunos mostraram-se dispostos a participar de iniciativas desta natureza que venham a ser propostas na comunidade. Pode-se perceber a importância da Educação Ambiental na escola, pois ao abordarmos tópicos relacionados a esta questão com nossos alunos, permitimos momentos de esclarecimentos e ganho de conhecimentos, o que permite que estes, possam vir a utilizar de forma adequada e sustentável, os recursos naturais disponíveis, tomando como hábito a prática de reutilizar, reaproveitar e reciclar.

Palavras-chave: educação ambiental, óleo residual, sabão ecológico.

**PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO – A INTERNET E O ENSINO
DE CIÊNCIAS EM PALMAS – PR**

Ana Paula Magagnin (magagnin1@hotmail.com)
Verginia Mello Perin Andriola
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

Atualmente sabe-se que é preciso integrar a informática na escola, já que, não se pode negar, os computadores fazem parte no nosso dia a dia e a escola pode colaborar para preparar o aluno para o seu uso. Desta forma, o presente trabalho surgiu da necessidade de fornecer aos alunos contato com os recursos tecnológicos na educação, utilizando-os como ferramenta de ensino na disciplina de Ciências. A realização do mesmo justifica-se em função do interesse dos alunos sobre esta ferramenta, pelas exigências da sociedade atual nesta área e pela necessidade de adequar o ensino às mudanças sociais. O projeto teve como objetivos promover o uso pedagógico da informática na disciplina de Ciências na Educação Básica, integrando a informática educativa com a proposta de ensino pedagógica da escola e desenvolver habilidades com o uso do computador, contribuindo com a educação do aluno, estimulando o seu aprendizado. O mesmo foi desenvolvido na Escola Municipal Professora

Senhorinha Miranda Mendes, no Município de Palmas – PR, com os alunos do 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental, fazendo parte da Oficina de Informática do programa Mais Educação, o qual é fomentado pelo Departamento de Educação do Município. Em um primeiro momento os alunos tiveram encontros com a professora para explicações teóricas sobre a classificação dos animais. Nestas ocasiões os alunos realizaram várias atividades de desenhos e pinturas, leituras de textos, produção de cartazes, entre outras, sobre o tema em questão. Em um segundo momento, os alunos utilizaram o computador para pesquisa na internet referente ao assunto, pesquisando textos, imagens, jogos e até mesmo vídeos. Em seguida, os mesmos foram divididos em grupos para melhor socialização e participação de todos, a fim de confeccionar modelos de animais com o uso de materiais recicláveis (caixas de leite, CDs, rolos de papel higiênico, etc.), livrinhos de pesquisa, pinturas e cartazes. Pode-se observar que durante as atividades todos os alunos participaram e se dedicaram ao máximo. Foram produzidos materiais ricos em criatividade que foram expostos no *hall* de entrada da escola, divulgando os trabalhos para os demais alunos, professores, pais e membros da comunidade. As atividades realizadas na Oficina de Informática oportunizou aos alunos contato com a tecnologia, proporcionando informação e aprendizagem de maneira efetiva, lúdica e descontraída. A partir do trabalho desenvolvido espera-se que o aluno, em contato com o computador e com a internet, possa identificar e se interessar pelo seu uso não apenas como passatempo, mas também, como fonte de conhecimento.

Palavras chave: tecnologia, ensino, conhecimento

PROJETO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL: LEVANDO ALEGRIA ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO CAM – CENTRO DE ABRIGO MUNICIPAL

Cleovana Polo (cleo_polo@hotmail.com)

Daniel Maia Ferreira (daniel.maia@guararapes.com.br)

Leandro A. de Oliveira (leandro.oliveira@guararapes.com.br)

Fabiana Batistella (fabiana.batistella@ifpr.edu.br)

Resumo: O presente trabalho buscou corroborar conceito e prática de planejamento e execução de projetos de responsabilidade social e ambiental, aplicando ferramentas como brainstorming (tempestade de ideias) para gerar a ideia inicial, a aplicação da ferramenta 5W2H (What, Why, Who, Where, When, How, How much) que significa respectivamente: o que, porque, quem, onde, quando, como e quanto, para então formular as atividades que seriam desenvolvidas ao longo do planejamento e o cronograma de cada atividade até a execução do projeto. A ideia elaborada para o projeto social foi a realização de uma festa junina (ou melhor, julina, pois foi agendado para o dia dois de

julho) no Centro de Abrigo Municipal (CAM) do município de Palmas/PR, que é um centro de acolhimento de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados, e foi intitulado “Levando alegria às crianças e adolescentes do CAM”. No planejamento do projeto de responsabilidade social, foi destacado os objetivos gerais do projeto que foi levar cultura, alegria e esperança às crianças e adolescentes abrigados. Para atingir o objetivo foi elaborado pratos típicos das festas de São João, decoração, e brincadeiras com prêmios como a pescaria. Na execução do projeto, além de servir os doces e salgados, durante a execução do projeto, teve canções típicas e apresentação de dança. Os objetivos foram cumpridos, e a execução transcorreu sem imprevistos, cumprindo todas as etapas do planejamento. Pode se concluir que os objetivos propostos no presente trabalho de responsabilidade social foram alcançados, pode-se ainda, concluir que as ferramentas estudadas e aplicadas no planejamento foram primordiais para o sucesso da execução do projeto. Assim, o resultado da execução do projeto social foi uma tarde mais alegre, festiva, e cultural para as crianças e adolescentes abrigados no CAM, e um incentivo aos acadêmicos para o trabalho voluntário, e à responsabilidade social.

Palavras-chave: Responsabilidade Social. Planejamento. Ferramentas de planejamento.

RESPONSABILIDADE DA/PARA/NA CIDADE, À PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Autor: Adriano Chagas

Orientadora: Jaqueline Roman

A missão do município como entidade territorial pública, é evocada, a fim de que possa organizar seu território com o objetivo de atender a função socioambiental, porque é nesse espaço que “A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. (BRASIL. Constituição Federal, 1988, Art. 182, § 2º). Desde o ápice da pirâmide normativa, a função socioambiental da/para/na cidade – entendida como o território específico dos municípios – é privilegiado pelos textos das leis, assim norteia o município em suas leis orgânicas. Hans Jonas nos conduz a pensar na Ética da Responsabilidade e, sobretudo, agir no sentido solidário a fim de evitar que a vida dos homens seja extinta. Para o filósofo o princípio responsabilidade implica em um momento de suplantar a Ética tradicional, a qual se pauta na analogia interpessoal de direitos e deveres (aqueles que de maneira fácil reconhecemos), nesse ponto se amplia o conceito de responsabilidade no que tange a convenção de interessar-se pelo porvir das gerações. Com isso, a Ética clássica se remodela, pois é urgente a noção de responsabilidade proposta pelo pensador e se configura como condicionante da existência da humanidade, que por sua vez

fundamenta as ações humanas e do Direito. “Nenhuma ética anterior tinha de levar em consideração a condição global da vida humana, o futuro distante e até mesmo a existência da espécie” (JONAS, 1997, p. 40 *apud* BATTESTIN; GHIGGI, p. 73). As considerações do filósofo acercam-se do cuidado do meio ambiente natural, em que o homem que é também natural, ou seja, pertencente a essa natureza, porém em suas relações estabelecidas socialmente, apaga-se a ideia de efemeridade do corpo/matéria: “Com a consciência de extrema vulnerabilidade da natureza à intervenção tecnológica do homem, surge a ecologia (JONAS, 1997, p. 40 *apud* BATTESTIN; GHIGGI, p. 73). A percepção da vulnerabilidade humana e o reconhecimento do homem como parte integrante da natureza, inaugura uma nova forma de relacionamento do homem com a propriedade, que para cumprir sua função social, deverá proteger o meio ambiente. Conclui-se que, essencialmente e constitucionalmente, a propriedade privativa é regida em seu uso e modifica os direitos de dispor, fruir e gozar de maneira que os “fins ético-sociais” sejam respeitados, assim como rege o Código Civil em seu art. 1228 (MILARÉ, 2011). Já se ensejou que foi construída pelo poder originário uma Constituição cidadã, pode-se afirmar, também pela dicção de Milaré (2011), que se fez uma “Constituição verde” em que o existencialismo prevalece em detrimento do patrimonialismo. Dessa forma, cabe ao poder municipal somar a esse desejo coletivo propostos nos verbos nucleares do caput do art. 225 da Constituição Federal de 1988: defender e preservar o Meio Ambiente do qual é parte integrante. Assim, o homem, como enseja Hans Jonas assumirá uma postura pautada na Ética da responsabilidade, a qual atingirá as futuras gerações da humanidade.

Palavras-chave: Ética; função social da propriedade.

RESPONSABILIDADE SOCIAL: COMPARAÇÃO ENTRE O RELATÓRIO SOCIAL 2013 DA SANEPAR E O RELATÓRIO SOCIAL 2013 DA SABESP

Karina Telles Guimarães (karinihatg@hotmail.com) ¹

Andreisson Antonio Olivo (andrei-olivo@hotmail.com)¹

Andréia Gura (andreiagura@hotmail.com) ²

Everaldo Veres Zahaikevitch (everaldo.veres@ifpr.edu.br) ¹

¹ Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

² Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Ponta Grossa

Resumo: A sociedade vem consumindo cada mais recursos tecnológicos e naturais, em busca de seu conforto e satisfação, mas vem se mostrando mais crítica com a forma como tais produtos e serviços são produzidos. Isto tem criado nas empresas não somente a necessidade de modificar seus meios de

produção, como também evidenciar tais transformações para seus usuários internos e externos. Assim surgiu o Balanço Social, que vislumbra em sua elaboração muito mais do que informações de caráter econômico e financeiro mas busca tornar claro quão comprometida a organização está em cumprir seu papel social, junto aos seus funcionários, clientes, fornecedores e o meio ambiente, baseando-se no chamado "Tripé da Sustentabilidade": Econômico, Social e Ambiental. O presente artigo objetivou fazer uma comparação entre os Balanços Sociais das empresas SANEPAR e SABESP, no exercício social de 2013, cuja elaboração baseia-se em seus Balanços Sociais, a fim de elencar semelhanças e diferenças entre estas duas entidades que atuam no ramo de saneamento básico. A SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná atende a 345 municípios do Estado do Paraná, e um município de Santa Catarina, atuando no fornecimento de água e tratamento de esgotos. A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP atende atualmente a 28,6 milhões de pessoas através do abastecimento de água e a 22,8 milhões de pessoas com tratamento de esgotos, e sua atuação abrange a 365 municípios do Estado de São Paulo. Ao comparar indicadores econômicos, sociais e ambientais das duas entidades, ficou visível uma considerável diferença como as duas são geridas. Em níveis de operação e lucro, a SABESP possui números superiores a SANEPAR, porém a forma como tais recursos são distribuídos entre seus funcionários, proporcionalmente, evidencia que a empresa paranaense têm distribuído seus resultados em maior grau entre seu corpo funcional, além de oferecer mais benefícios a eles, visto que a empresa paulistana é composta por um grande número de funcionários terceirizados. Com relação aos indicadores externos (sociedade) a SABESP investiu mais do que a SANEPAR, o que pode ser considerada uma estratégia de marketing da empresa, visando a construir uma imagem de empresa atuante no que diz respeito a responsabilidade social. No que tange ao meio ambiente, novamente a companhia paranaense mostra-se empenhada em prevenir e minimizar danos causados por sua atividade econômica, enquanto que a SABESP deixa claro em seu relatório que não possui metas relativas ao meio ambiente. Ao final deste estudo, após análise crítica dos dois Relatórios, evidenciou-se que a Companhia de Saneamento do Paraná, apesar de atuar em nível operacional menor do que a empresa paulista, demonstrou ser mais engajada na busca pelo desenvolvimento sustentável, o que leva a um questionamento ainda mais profundo, de que as mudanças devem partir do pequeno para o grande, garantindo desta forma que empresas, pessoas e a sociedade como um todo se transforme, em busca não somente de desejos individuais e coletivos, mas na construção de uma realidade promissora e com bases concretas, para as novas gerações.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável, Balanço Social, Sustentabilidade.

PROJETO RODA DE CONVERSAS: AS DROGAS EM FOCO.

Alexandre Blasius¹
Evandro de Oliveira Lourenço²
Natiele Guedes³
Silvana Maria de Camargo⁴
Vanessa Ramos⁵
Vanusa Ribeiro Inácio do Rosário⁶
Débora R. Mergen Lima Reis (debora.reis@ifpr.edu.br)⁷
Verginia Mello Perin Andriola (verginia.andriola@ifpr.edu.br)⁸
Isa de Fátima Sardá Muller (Isa@proserv.com.br)⁹
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas^{1,2,3,4,5,6,7,8}
Colégio Estadual Alto da Glória⁹

A discussão das drogas é apenas mais uma entre tantas questões que permeiam o cenário escolar contemporâneo. Juntamente com a reflexão sobre a sexualidade, a violência e a degradação do meio ambiente, a reflexão sobre as drogas é uma exigência ético-política das instituições de ensino na atualidade. Cada vez mais importante que a escola adote políticas, procedimentos, atividades e estruturas que resultem na proteção e promoção à saúde e ao bem-estar de todos os membros da comunidade escolar. No contexto escolar a problemática do uso abusivo de drogas precisa ser analisada e trabalhada tanto no âmbito pessoal, no que se refere às ações dos psicotrópicos no sistema nervoso central e a consequência do uso abusivo no organismo todo, quanto na sua inter-relação com o contexto educacional, sociocultural e econômico. Para que se possa trabalhar a temática das drogas na escola, sem cair em juízos de valor, é importante que se faça a reflexão sobre o tema, com todos os alunos, independentemente se estes já experimentaram, já fizeram ou fazem algum uso de substâncias psicoativas. E ainda, é imprescindível que esta reflexão seja feita dentro da abordagem de promoção da saúde, que visa o fortalecimento da capacidade individual e coletiva para lidar com a multiplicidade dos condicionantes da saúde. Neste sentido o projeto “Roda de Conversas” foi desenvolvido a partir da necessidade de intervenção e esclarecimento junto aos estudantes do Colégio Estadual Alto da Glória de Palmas/PR, devido ao número elevado de estudantes que utilizam diferentes tipos de drogas no seu cotidiano. A proposta buscou incentivar a contenção do uso de drogas nesta comunidade escolar a partir de rodas de conversas e discussões, que propiciassem um novo olhar a cerca das drogas, com uma compreensão multidimensional desta problemática e um enfoque maior na promoção e manutenção da saúde, pois quanto mais conhecimento os indivíduos adquirem mais desenvolvem a capacidade de decisão para fazer escolhas que favoreçam a sua saúde e segurança ao longo da vida. Além dos grupos de discussão, estratégias diversificadas foram utilizadas para a reflexão sobre a temática, tais como: palestras, textos informativos, desenhos e expressão corporal, utilizando princípios da arte para sensibilizar e promover a participação da comunidade escolar. Iniciamos adequando os conteúdos e as

atividades à faixa de idade mais propícia e ao nível de compreensão dos estudantes. Juntamente com os conteúdos específicos foram trabalhadas questões de cunho sociocultural e econômico derivadas do uso de drogas tais como: violência, desinteresse, falta de perspectiva dentro e fora do contexto escolar e as consequências psicológicas, emocionais, sociais e econômicas do uso abusivo. Acreditamos que este projeto conduzido num processo de reflexão sobre a vida, os valores, os comportamentos e os projetos dos estudantes, possa trazer resultados positivos ao longo dos anos, pois cada estudante pode vir a ser um multiplicador da promoção da saúde atuando para a prevenção ao uso de drogas.

Palavras chave: Psicotrópicos, Promoção da Saúde, Discussões, Prevenção.

SEXUALIDADE NA ESCOLA

Alexandre de Lima Peroni¹

Ana Mara Duarte Luiz²

Karina da Silva Santos³

Marília Gabriela Klauck⁴

Rosângela Duarte⁵

Maria Jocelema Fonseca Pegoraro⁶

Verginia Mello Perin Andriola (verginia.andriola@ifpr.edu.br)⁷

Débora Raquel Mergem Lima Reis (debora.reis.@ifpr.edu.br)⁸

Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas^{1,2,3,4,5,7,8}

Colégio Estadual Sebastião Paraná⁶

A prática docente e as vivências no ambiente escolar têm mostrado que cada vez mais é necessário promover a orientação sexual no âmbito da escola, a fim de repensar tabus, mitos e preconceitos há tempos arraigados em nossa cultura social. O caráter de urgência se ressalta ainda mais diante das estatísticas relacionadas às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e à gravidez precoce, que segundo relatório do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) resultava no nosso país em 2010 em aproximadamente 19,3% das crianças nascidas vivas e têm importantes repercussões de ordem tanto físicas como emocionais, culturais econômicas e sociais. A sexualidade é parte importante da vida do adolescente e interfere em suas atitudes, fortemente influenciadas pela ativação hormonal da puberdade e pela mídia, que assume importante papel influenciador de seu comportamento. A abordagem do tema sexualidade nas escolas é bastante complexo, visto que, os adolescentes são cada vez mais expostos ao assunto de forma precoce, e na maioria das vezes, não são devidamente orientados pelas suas famílias. A falta de informação e diálogo traz sérias consequências para a vida estudantil e social destes alunos, pois pode resultar em uma gravidez não planejada, na ocorrência de DSTs, em casos de violência e abuso sexual, entre outras

situações. Frente a esta realidade, os alunos do Subprojeto de Ciências Biológicas do PIBID/IFPR (Programa de Iniciação à Docência do IFPR) realizaram um projeto com as turmas dos 8º anos do Ensino Fundamental II do Colégio Estadual Sebastião Paraná de Palmas/PR, que buscou promover o entendimento por parte dos educandos dos aspectos fisiológicos reprodutivos, da fundamental importância dos métodos contraceptivos de forma a promover a prevenção das DSTs, por meio da conscientização sobre suas consequências ao organismo. A abordagem dos assuntos ocorreu em forma de seminários e coleta de opiniões e dúvidas dos respectivos alunos. Nos encontros promovidos, os alunos tiveram a oportunidade de sanar algumas dúvidas, tendo contato com alguns dos métodos contraceptivos e recebendo material educativo com diversas informações sobre a sexualidade, disponibilizado pelo Departamento de Saúde do Município. Após a coleta das perguntas escritas formuladas pelos alunos, ocorreu um novo contato com os mesmos, onde os acadêmicos buscaram sanar as dúvidas existentes. Pode-se observar que os alunos tiveram grande interesse pelo assunto em questão, pois fizeram muitas perguntas e participaram ativamente das atividades propostas, havendo significativa interação durante a explanação dos conteúdos.

Palavras-chave: Sexualidade, escola, métodos contraceptivos, gravidez.

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE COM DRENO DE TÓRAX – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Erinei Pedroso (erinei.pedroso@hotmail.com)

Mylena Goelzer da Silva (mylenag@hotmail.com)

Patricia Marafon Silva (patriciamarafonsilva@gmail.com)

Marcia Domênica Cunico Barancelli (marcia.domenica@ifpr.edu.br)

Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

Resumo: O presente estudo tem como objetivo relatar a prática para o cuidado de enfermagem ao portador de Dreno de Tórax por hemopneumotórax a partir de um estudo de caso. O cuidado de enfermagem é implementado a partir da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE), sendo uma metodologia que possibilita ao enfermeiro e sua equipe desenvolver o processo de enfermagem por meio de conhecimentos técnicos e científicos. (WALL, et al, 2014, p. 7). O hemopneumotorax representa uma condição onde são encontrados ar e sangue na cavidade torácica (BRUNNER, et al, 2011, p. 596) e o dreno de tórax possibilita o tratamento do indivíduo acometido restabelecendo a pressão negativa do espaço pleural. Os dados foram coletados por meio de uma pesquisa descritiva do tipo estudo de caso no mês

de junho de 2016. Foram aplicadas as seguintes etapas: busca no prontuário, histórico de enfermagem (entrevista e exame físico), levantamento de problemas, definição dos diagnósticos e planejamento dos cuidados. Neste sentido buscamos planejar as ações do cuidado de enfermagem por meio da SAE. A pesquisa teórica sobre a patologia, medicações e exames associados ao caso também fizeram parte deste estudo. A partir dos problemas identificados foram definidos os diagnósticos de enfermagem segundo a taxonomia NANDA (*North American Nursing Diagnosis Association*) que permitiram o planejamento e a implementação das ações e cuidados individualizados ao paciente dentro da prática hospitalar. A experiência possibilitou o aprendizado referente aos cuidados com Dreno de tórax, incisão cirúrgica, troca de selo d'água, prevenção de complicações e avaliação respiratória. Foi possível também identificar a relevância da humanização na contribuição para qualidade no atendimento da enfermagem através da interação com o paciente, seus direitos, sua cultura e necessidades humanas básicas afetadas. A experiência possibilitou uma melhora na qualidade da assistência prestada ao paciente e um aperfeiçoamento da prática dos acadêmicos de enfermagem.

Palavras chaves: cuidado de enfermagem, dreno.

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PORTADOR DE COLOSTOMIA – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Amanda Inocência de Quadros (amanda.inocencio@hotmail.com)
Roberta Kosinski (roberta_kosinski95@hotmail.com)
Romario Daniel Jantara (r17jantara@outlook.com)
Marcia Domênica Cunico Barancelli (marcia.domenica@ifpr.edu.br)
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas

Resumo: Este estudo tem como objetivo relatar a experiência na prática do cuidado a partir da Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) ao portador de colostomia. Este relato possibilita a descrição de uma vivência e suscitou reflexões sobre o papel da enfermagem. A palavra estoma deriva do grego, que significa uma abertura de qualquer víscera oca através do corpo, em situações diversas, recebendo denominações específicas, de acordo com o segmento a ser exteriorizado. Quando essa exteriorização ocorre em algum segmento do intestino, para eliminação de fezes ou secreções, a denominamos de colostomia (NASCIMENTO, et al. 2011, p.558). Trata-se de um relato de experiência a partir de um estudo de caso das práticas hospitalares através da aplicação da SAE, no período de junho de 2016. Na coleta de dados foram aplicadas as seguintes etapas: histórico de enfermagem (entrevista e exame

físico), levantamento dos achados, definição dos diagnósticos, planejamento e implementação do cuidado e o aporte teórico com a pesquisa sobre a patologia, exames e tratamento. A SAE possibilita a operacionalização do processo de enfermagem (PE), que permite ao enfermeiro um raciocínio crítico, para categorizar e analisar os dados do cliente, e assim atender as necessidades individuais do mesmo. O PE organiza-se em cinco fases inter-relacionadas, interdependentes e recorrentes: investigação, diagnóstico de enfermagem, planejamento, implementação e avaliação (ALFARO-LEFEVRE, 2014, p.147). O caso permitiu a realização do histórico de enfermagem que possibilitou a partir dos achados definir os diagnósticos de enfermagem segundo a taxonomia NANDA (North American Nursing Diagnosis Association) ao portador de colostomia. Após aplicação da fase diagnóstica foi possível planejar os cuidados de enfermagem a fim de instituir condutas específicas para a manutenção do estoma intestinal saudável. A experiência possibilitou o aprendizado referente a avaliação do estoma, limpeza e troca do equipamento coletor, prevenção de complicações e a promoção da educação em saúde com vistas ao autocuidado.

Percebemos a relevância da atuação do enfermeiro ao portador de colostomia, bem como, na implementação da SAE garantindo a integralidade do cuidado. Neste sentido, sistematizar a assistência permite a equipe de enfermagem desenvolver ações que assegurem a qualidade e a segurança no contexto hospitalar preparando o indivíduo e família para o cuidado domiciliar.

Palavras chaves: Cuidado de enfermagem, colostomia.

TEATRO DE FANTOCHE

Jaqueline da Silva Ribeiro. (jaqueline.ribeiro5@hotmail.com)

Orientadora: Neuza de Fátima da Fonseca (neuza.fonseca@ifpr.edu.br)

O referido resumo propõe-se a relatar uma proposta de atividade a ser realizado ao logo do semestre por meio do PIBD (Programa de Iniciação à Docência), pois através desse programa possibilita a vivência em sala de aula oportunizando a troca de experiências. Com o PIBD em Artes e por meio de práticas teatrais proporciona a interação dos alunos que passam a se socializar através de metodologia e improvisação teatral. Aqui trabalharemos o teatro de fantoche, projeto a ser apresentado com os alunos Colégio Estadual Sebastião Paraná do município de Palmas Paraná. O objetivo principal é mostrar o valor pedagógico do teatro de fantoche porque quando os bonecos são utilizados diretamente pelos alunos, tendo o professor apenas como guia e orientador, tornam-se valiosos auxiliares da ação pedagógica pois desenvolvem múltiplos aspectos educacionais salientando-se os referentes a convívio. Os alunos maiores, através dos bonecos se animam e se expõe mais livremente contam suas atuações, seus anseios, suas peripécias, reproduzem



VI Contextos e Conceitos
Mostra de Produção Científica e Extensão
Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas
19 e 20 de setembro de 2016

fatos e histórias lidas ou ouvidas e com suas próprias palavras criam novas histórias, escolhem texto para representar. O Projeto será desenvolvido da seguinte maneira: Primeiramente expõe-se a origem do fantoche que o teatro de boneco tem sua origem na Antiguidade. Acredita-se que na Pré-História os homens encantavam com suas sombras movendo nas paredes das cavernas. Nessa época as mães teriam desenvolvido o teatro de dedos, projetando, com as mãos, sombras diversas nas paredes para distrair seus filhos. Na Grécia Antiga os bonecos articulados tinham além da estima cultural, conotação religiosa. Na Idade Média, os bonecos eram em princípios religiosos e apresentados em feiras populares. Também esteve presente em outras civilizações. No Brasil os bonecos começaram a ser utilizados em representações no século XVI no tempo dos vice-reis e eram muito apreciadas. Foi no Nordeste que o teatro de bonecos apareceu com destaque, principalmente em Pernambuco, onde até hoje é tradição. Em seguida, com base nesse contexto a autora pedirá aos alunos que criem um personagem e escrevam a história de seu personagem a partir do personagem e da história partirão para a confecção dos fantoches o ensaio das cenas e a apresentação. Ainda não se tem resultados, mas espera-se que os alunos desenvolvam as atividades e interajam com os colegas com seus fantoches.

Palavras-chave: PIBID. Teatro. Alunos

TEATRO DE SOMBRA COM MÉTODO DE APRENDIZAGEM NA ESCOLA

Acadêmica: Ana Cristina Pedroso Magagnin - anamagagnin@hotmail.com

Orientadora: Neuza de Fátima da Fonseca

Coorientadora: Lilian Rodrigues

Este projeto de pesquisa será explorado uma metodologia de aprendizagem através do tema teatro de sombra com método de aprendizagem na escola, que ocorrerá no ensino fundamental, no sétimo ano, no Colégio Alto da Glória no município de Palmas-Pr. Procura-se buscar resposta através do projeto e que aconteça uma aprendizagem diferenciada resultando em uma prática. Com o projeto em si o objetivo é incentivar os alunos a ter um conhecimento diferenciado das aulas de Artes virtuais que focam soluções para terem uma liberdade de expressar através dinâmicas do Teatro. O projeto será uma breve pesquisa de bibliografia e algumas análises de determinadas peças teatrais. O projeto será realizado por dois bolsistas PIBID, um faz uma breve introdução da história do Teatro de sombra. O outro ajudará a desenvolver as atividades práticas. Para que os alunos tenham um entendimento sobre o conteúdo do projeto será divididos em grupos de meninas e meninos para as atividades serem desenvolvidas em forma de duelo. Cada PIBIDiano vai desenvolver o projeto em um grupo para que possa ocorrer essa dinâmica. No

segundo momento será aplicado uma dinâmica de jogos teatrais para “quebrar o gelo” entre eles e também uma forma divertida de aprender a encenar uma peça de teatro. Os grupos vão se juntar para criar uma história ou até um conto para eles interpretar em uma encenação. Um dos grupos vão realizar o projeto com bonecos. Onde será montado os bonecos com materiais recicláveis como caixa de papelão, cola, pano etc. No terceiro momento ocorrerá um breve ensaio para apresentação. Lembrando que cada grupo ensaiará separado, as meninas na sala de aula e os meninos no mini auditório para que nenhum grupo descubra a apresentação do outro. As meninas e os meninos de cada grupo escolherão uma música para a cena da história que escreveram onde será expressado através das criações e imaginações dos alunos. Através do projeto teatro de sombras como método de aprendizagem nas escolas tendo um aprendizado de uma forma diferente onde os alunos possam aprender a se comunicar através do Teatro com o público.

Palavra chave: Teatro de sombras, artes, expressão

TEATRO DE SOMBRAS: UMA POSSIBILIDADE PARA O ENSINO DA ARTE NA LINGUAGEM TEATRAL NA ESCOLA, A PARTIR DAS NARRATIVAS ORAIS.

Jucelia Formaio
Carine Xavier

Este projeto de pesquisa explora o tema teatro de sombras na escola de ensino médio, utilizando como recurso as narrativas orais contadas por pessoas mais velhas das famílias dos alunos envolvidos. Cujas investigações buscam encontrar respostas à falta da diversidade de linguagens no ensino de arte para o ensino médio, no qual, a formação escolar restringe-se ao desenho e pintura. Dentre os objetivos levantados para a busca de solução do problema em questão refere-se proporcionar o conhecimento de teatro de sombras utilizando histórias das narrativas orais contadas pelos pais e avós dos alunos envolvidos na pesquisa. E especificamente identificar os pressupostos teóricos e históricos da linguagem teatral no âmbito do teatro de sombras investigando técnicas de narração de histórias orais, relacionando a importância do teatro no ensino de arte, bem como organizar uma oficina de teatro de sombras utilizando a narração de histórias construindo os materiais, e finalizar a pesquisa com a representação do teatro de sombras. A escolha do tema surge após fazer análise em escolas e perceber que a arte enquanto disciplina escolar fica restrita ao desenho e pintura. De acordo com Barbosa (2011), esse problema surge pela falta de formação dos professores que temos hoje, pois, desde a década de 30, os cursos para professores de arte restringiam-se somente ao desenho, pintura, geometria e datas comemorativas. Hoje, esse professor,

necessita ser polivalente e trabalhar as demais linguagens da arte, mas dá maior relevância na sua formação, que no caso da escola observada, são as Artes Visuais. O teatro de sombras é uma possibilidade diferenciada no ensino da arte para a formação dos alunos no ensino médio. Sendo assim, a proposta desta pesquisa demonstrar essa possibilidade aliando os elementos da linguagem teatral com a narração de histórias. A metodologia abordada será primeiramente de cunho bibliográfico, após, a pesquisa ação que se expandirá para a escola enquanto uma práxis pedagógica. A pesquisa será dividida em três capítulos: primeiramente ficará em torno da definição do teatro de sombras, o contexto histórico na linguagem teatral e como ele se encontra hoje, as referências de base será Berthold (2011); Gancho (2006); Amaral (2001), Benjamim (2012), e Girardello (2004). No segundo capítulo será tratado o objeto da pesquisa no âmbito das diretrizes do trabalho docente. Será feita uma análise de como o teatro se encontra hoje no Ensino Médio e como deveria ser dentro da legislação educacional. As referências a serem abordadas serão: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica (2008), Leis de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (2013). E, para argumentar estas leis, será feita uma pesquisa sobre o teatro na educação fundamentado em: Ferraz, (2009); Machado (2004); Reverbel (1997); e Barbosa (2008). No terceiro capítulo terá uma proposta de ação pedagógica na escola do Ensino Médio. Toda a proposta será realizada em escola pública da rede estadual de educação.

Palavras-chave: Arte. Práxis pedagógica. Oralidade. Diversidade de Linguagens. Artes Cênicas.

TEATRO MUSICAL E MULTIPLICIDADE

Josane da Rosa Soares - : josane_arte_terapia@outlook.com

Rosane Fernandes

Orientador: Neuza Fonseca neuza.fonseca@ifpr.edu.br

RESUMO: O projeto teatro e Musical é um trabalho a ser desenvolvido com alunos do Colégio Estadual Sebastião Paraná do Município de Palmas, Paraná que visa trabalhar corpo e mente dos alunos de forma com que eles possam desenvolver senso crítico e imaginativo explorando os campos do teatro que abrange, dança, música, representação cênica, expressão corporal, e contextualização de obras teatrais. Trabalharemos com: rodas de conversa, leitura e escrita, expressão corporal, jogos teatrais, construção de textos dramáticos, pesquisa e montagem teatral e história cultural do teatro, museus e centros culturais da cidade de Palmas. É um estudo prático e teórico dos principais elementos da linguagem musical. Abordaremos a musicalidade e dança, afrodescendente e indígena de Palmas-PR como fonte de estudo e desenvolvimento da percepção rítmica e atuação na criação cênica de acordo

com Kaka Werá Jecupé (1998). Serão abordadas as linguagens do teatro musical com uso de obras teatrais e artistas de várias vertentes das artes colocando como prática teatral finalizando com a realização de peça de teatro musical, tendo conseguido alcançar objetivos esperamos aplicar o projeto em outras escolas de Palmas-PR com intuito de formar alunos com sensibilidade artística ampla em todos os gêneros das artes. O resultado esperado é a valorização da arte revelando os aspectos que favorecem a construção do indivíduo como um ser pensante e não alienado pela mídia capitalista que corrompe nossos jovens com conteúdo sem expressão artística alguma, instruindo a mecanização, corrompido pelos vícios que está se criando uma geração de consumistas pela estética midiática, quem sabe o consumo de arte contextualizada possa retardar os efeitos criados pela indústria televisiva. Os objetivos desse projeto a ser desenvolvidos são Levar os alunos ao domínio da modalidade histórico cultural, desenvolvendo o raciocínio lógico e também capacitá-los para a exposição oral de narrativas, bem como de seminários em qualquer disciplina. Iniciando, dessa forma, o desenvolvimento da habilidade oratória, levando o aluno a comunicar e expressar pensamentos e sentimentos por meio das linguagens da música, teatro e dança.

Palavras-chave: Contextualizar. Imaginação. Criatividade. Corpo. Mente.

TRATAMENTO HIDROTÉRMICO DE CARVÃO DE *EUCALIPTUS SP.* EM AUTOCLAVE PARA O DESENVOLVIMENTO DE SUPORTES BIOINORGÂNICOS

Amanda Christina Finkler (IC), amandachris.finkler@hotmail.com

Jaqueline Nicolini (PQ), jaqueline.nicolini@ifpr.edu.br

Keller Paulo Nicolini (PQ). keller.nicolini@ifpr.edu.br

Introdução – O carvão vegetal é produzido pela queima parcial de material celulósico. Estudos demonstram que o uso da estratégia de tratamento hidrotérmico de materiais tem capacidade alterar as propriedades físico-químicas desses materiais. Métodos de tratamento hidrotérmico, como por exemplo a carbonização hidrotérmica vem sendo aplicados para a modificação de resíduos com a finalidade de estabilizar metais. O tratamento hidrotérmico de carvão em autoclave é um método eficaz para desoxigenar o material, reduzir os teores de grupos funcionais com oxigênio, aumentando a porcentagem de átomos de carbono alquílicos em comparação com o carvão bruto. O cloreto de ferro III usado em processos de tratamento de águas como floculante, nem sempre é removido totalmente do meio e pessoas com hipersensibilidade ao íon ferro III podem ser afetadas. **Objetivo** - Avaliar a capacidade do carvão de *Eucalyptus sp.* (CE) tratado hidrotermicamente na remoção íons ferro III de soluções aquosas. **Materiais e Métodos** – Em

triplicata foram submetidos 10 g de CE a 2 (CE2H) e 4 (CE4H) horas de tratamento hidrotérmico em autoclave. Para os testes de remoção dos íons ferro III foram preparadas soluções de íons ferro III nas concentrações de $2,50 \times 10^{-4}$, $3,75 \times 10^{-4}$, $5,00 \times 10^{-4}$ mol L⁻¹. Em 0,1 L de cada uma destas soluções adicionou-se 0,5 g dos materiais CE2H, CE4H, a um béquer e o comportamento espectroscópico por UV avaliado em 330 nm, nas temperaturas de 25, 40 e 55 °C até a estabilidade do sistema. **Resultados e Discussões** – A partir do carvão vegetal, os materiais tratados hidrotérmicamente, apresentam capacidade para reter os íons ferro III. Estudos realizados indicam que nas diferentes concentrações testadas ($2,50 \times 10^{-4}$, $3,75 \times 10^{-4}$, $5,00 \times 10^{-4}$ mol L⁻¹ de íons ferros III), a estabilidade de retenção dos íons ferro III ocorre com um tempo de aproximadamente 60 minutos. **Considerações finais** - Estudos vem sendo realizados para comparar a capacidade de retenção de íons ferro III do carvão ativado e do carvão antes do processo de hidrotreatamento.

Palavras-chave: ultravioleta, íons ferro III, espectroscopia.
Bolsista PIBIC-Jr/IFPR

USO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NAS INDÚSTRIAS MADEIREIRAS DE PALMAS - PR

Carlos Henrique M. Berhorst (carlosberhosrt@hotmail.com) ¹

Marlon Cesar Pires (marlon_pires@hotmail.com) ¹

Andréia Gura (andreiagura@hotmail.com) ²

Everaldo Veres Zahaikévitch (everaldo.veres@ifpr.edu.br) ¹

¹ - Instituto Federal do Paraná - Campus Palmas

² - Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Ponta Grossa

Resumo: Num contexto de economia globalizada, as empresas precisam estar preparadas ou no mínimo conscientes sobre o impacto que suas ações causam no meio ambiente, por muitas vezes devem obedecer a exigências internacionais e poderão ser cobradas por essas ações, que definirão sua participação no mercado. A sociedade atual está cada vez mais preocupada com o futuro da nossa geração e tem exigido mais transparência das empresas que de uma forma ou de outra acabam agredindo ao meio ambiente, desta forma a Contabilidade Ambiental é uma ferramenta muito importante para esta transparência. Portanto o presente estudo buscou demonstrar o uso da Contabilidade Ambiental pelas indústrias madeireiras da cidade de Palmas - Pr, levantou qual é a importância que as mesmas dão a este assunto e quais ou outros indicativos que possam utilizar para fins informativos ou gerenciais. Podemos ter como justificativa para a pesquisa, a importância de estudos relativos à questão ambiental, visto que existe esta preocupação não somente pelas empresas como também pela sociedade que tem cobrado mais

responsabilidades dos empresários. Neste sentido a Contabilidade ambiental é muito importante para o fornecimento de dados e relatórios para a tomada de decisões de forma a permitir um melhor gerenciamento dos recursos envolvidos. O estudo tem como principal ferramenta um questionário de perguntas fechadas que foi enviado às 14 empresas que são filiadas ao Sindicato da madeira do mesmo município, dos quais apenas 3 empresas se interessaram em responder a seguinte questão: As Indústrias madeireiras da cidade de Palmas-PR utilizam a Contabilidade Ambiental? Em face disto, este trabalho tem por objetivo geral demonstrar o cenário em que se encontram as indústrias madeireiras da cidade de Palmas-PR no que diz respeito a Contabilidade Ambiental e como objetivos específicos descrever sobre o seu perfil e mercado de atuação, conhecer seus aspectos ambientais e caso não utilizem a contabilidade ambiental, quais são os outros indicativos sociais e ambientais utilizados. A metodologia utilizada no trabalho foi: quanto aos procedimentos, bibliográfica e de levantamento ou *survey*; quanto a abordagem do problema foi de forma qualitativa e quantitativa. Diante da pesquisa o presente estudo demonstrou que o cenário em que se encontram as empresas madeireiras da cidade de Palmas-PR precisa avançar muito no que diz respeito ao uso da Contabilidade Ambiental, pois verificou-se que 67% das empresas pesquisadas não a utilizam, embora as demais empresas que não utilizam a contabilidade ambiental tem bom conhecimento sobre o assunto, possuem consciência dos seus impactos ao meio ambiente e demonstraram que fizeram algum tipo de investimento para a redução ou controle de seus poluentes mesmo sem evidenciar estes investimentos em suas Demonstrações Contábeis. Ficou evidenciado neste estudo que a utilização da Contabilidade Ambiental é um grande desafio, pois ainda é vista como desnecessária por grande parte dos administradores e por não haver nenhuma exigência legal.

Palavras-chave: Contabilidade Ambiental; Indústria Madeireira; Investimentos.

USO DE BIOINDICADORES PARA O MONITORAMENTO DE SUBSTRATOS CONTAMINADOS POR FÁRMACOS

Bruna Maki Utsunomiya Hosoi (IC), Jaqueline Nicolini (PQ), Keller Paulo Nicolini (PQ).

e-mail: keller.nicolini@ifpr.edu.br

Introdução – Alterações bioquímicas e fisiológicas que ocorrem em organismos em função da exposição deste a uma espécie química, caracterizam este organismo como um indicador biológico ou bioindicador. Com o desenvolvimento científico e tecnológico novas substâncias são desenvolvidas e outras substâncias são produzidas em escala cada vez maior, fazendo com que estes compostos sejam encontradas no ambiente. Estas substâncias presentes no ambiente na forma de contaminantes ambientais têm

chamado à atenção da comunidade científica, sendo denominadas de contaminantes emergentes. Os fármacos estão entre os contaminantes emergentes já detectados nas águas de superfície de diversas regiões do planeta. **Objetivo** – Estudar a sensibilidade de *Saccharomyces cerevisiae* em substratos contaminados com fármacos. **Materiais e Métodos** – Foram testados os fármacos diclofenaco sódico (DFS), diclofenaco potássico (DFP), dipirona (DMH), nitrofurantoína (NTF), cefalexina (CEF), norfloxacino (NOR), amoxicilina (AMX), azitromicina (AZI) e cloridrato de tetraciclina (CTC) em meios de cultura contendo *Saccharomyces cerevisiae* e monitorada a produção de espuma da levedura para avaliar *in vitro* a concentração inibitória dos fármacos. O meio de cultura foi preparado utilizando cloreto de sódio (NaCl), sacarose (C₁₂H₂₂O₁₁) e carboidrato de origem vegetal (CH₂O) à 40 °C. **Resultados e Discussões** – O comportamento de *Saccharomyces cerevisiae* apresenta concentração inibitória para 70 % da produção de espuma (CI₇₀) > 5000 ppm para DFS, NTF, CEF, AMX, AZI e CTC. A concentração inibitória para 50 % da produção de espuma (CI₅₀) > 5000 ppm para DFS, NTF, CEF, AMX, AZI e CTC. O DFP apresenta CI₇₀ igual a 1588 ppm e CI₅₀ igual a 2610 ppm. No entanto DIP apresenta CI₇₀ igual a 479 ppm e CI₅₀ igual a 2690 ppm. **Considerações finais** – O estudo avaliou o comportamento de *Saccharomyces cerevisiae* em meios de cultura contendo 9 fármacos, sendo que nas concentrações estudadas nenhuma das substâncias apresentou CI₅₀ menor que 1000 partes por milhão, indicando que a levedura estudada é tolerante à diclofenaco sódico, diclofenaco potássico, dipirona, nitrofurantoína, cefalexina, norfloxacino, amoxicilina, azitromicina e cloridrato de tetraciclina.

Palavras-chave: fármacos, CI₇₀, CI₅₀.

Bolsista CNPq

ZIKA VÍRUS, DENGUE E CHIKUNGUNYA: FOCO NA PREVENÇÃO.

Alauana Carolina Brunetti¹

Ana Carolina Theodoro²

Denize xczepaniak³

Francieli Tonholi⁴

Graziele Conder da Cruz⁵

Ivo Zopelaro⁶

Taciane Oliveira⁷

Verginia Mello Perin Andriola (verginia.andriola@ifpr.edu.br)⁸

Débora Raquel Mergen Lima Reis (débora.reis.@ifpr.edu.br)⁹

Instituto Federal do Paraná – Campus Palmas^{1,2,3,4,5,7,8,9}

Colégio Estadual Sebastião Paraná⁶

Dengue, Zika e Chikungunya são vírus transmitidos pelo mesmo mosquito, o

Aedes aegypti. Apesar de possuírem o mesmo vetor de transmissão, os vírus possuem algumas distinções inclusive no que se refere às consequências para a população. Até o ano de 2014 apenas a dengue era amplamente conhecida no país, porém, em 2015 foram registrados picos de doenças como: a Febre Chikungunya e as doenças Microcefalia e Síndrome de Guillain-Barré decorrentes da infecção pelo Zika vírus. O elevado índice de casos de microcefalia registrados no Brasil atualmente vem preocupando os órgãos de saúde pública, pois já foram confirmados cerca de 6,7 mil casos de febre chikungunya e 2.844 da febre Zika, segundo o Ministério da Saúde em 2015. Estima-se que para 2016 cerca de quatro milhões de pessoas poderão ser infectadas com o vírus Zika. Quanto à dengue, foram cerca de 1,6 milhões de pessoas infectadas. Neste sentido trabalhos relacionados à orientação e conscientização da população quanto às formas de prevenção, combate ao vetor e formas de diagnóstico e tratamento dos afetados por estas doenças são imprescindíveis. Desta forma alunos do Subprojeto de Ciências Biológicas do PIBID/IFPR (Programa de Iniciação à Docência do IFPR) realizaram no Colégio Estadual Sebastião Paraná de Palmas/PR, nas turmas dos nonos anos do Ensino Fundamental, atividades com o objetivo de despertar a consciência dos educandos, sobre a responsabilidade de cada um no processo de combate e prevenção contra possíveis focos dos mosquitos do gênero *Aedes* em nossa cidade. Inicialmente foram realizadas pesquisas sobre o tema em questão. Posteriormente foi elaborada uma apresentação para informar ao público alvo sobre as principais doenças causadas pelos vírus que o *Aedes aegypti* transmite. Foram abordados aspectos como os principais sintomas, pois algumas destas doenças possuem sintomas semelhantes entre si, consequências de cada doença para o organismo humano a curto e longo prazo, condições ambientais e medidas profiláticas que devem ser adotadas no período anterior às chuvas para evitar a eclosão dos ovos, a fim de interromper o ciclo reprodutivo do mosquito, pois aproximadamente 2/3 dos criadouros estão nas residências brasileiras. Ao final de cada apresentação foram realizadas discussões, destacando a importância de cada um fazer sua parte, partindo da organização da sua residência e expandindo este cuidado para sua comunidade, através da conscientização e cobrança, pois a responsabilidade da prevenção é de todos.

Palavras-chave: Dengue, Zika, Chikungunya, *Aedes aegypti*.